J. C. MELO

# *A Incrível Política Nacional de Informática - 2*

MIAMI - FLORIDA
2017

# Table of Contents

Desconhecido

**Importante:**

**Como este livro foi parte copiado do livro impresso escrito em 1968**

**“A Incrivel Politica Nacional de Informatica”,**

**seus padroes epub e mobi e pdf não são os convencionais.**

**Mas esta foi a forma de conserva-lo para o futuro.**

J. C. MELO

# *A Incrível Política Nacional de Informática - 2*

MIAMI - FLORIDA
2017

**ESTE LIVRO É DEDICADO**

**Postumamente**

**aos Generais Ernesto Geisel, Moacir Barcellos Potiguara,**
**Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva,**

**Embaixador Roberto Campos**

**Dr. Roberto Marinho.**

# INDEXES

Não são usados indexes do modo tradicional, indicando os numeros das paginas ou capitulos.

Os capitulos estão propositadamente numerados CAPxx e os anexos são Cxx-y, e ambos poderão ser acessados por keywords.

INTRODUCAO

Capitulos:
CAP01. Perseguiçoes incluidas no livro de 1982
CAP02. Por que volto a este assunto apos 40 anos?
CAP03. A "tomada" da J.C. MELO/SISCO com a ajuda do Governo
CAP04. A fabrica STRATUS
CAP05. Tentativa de minha desmoralização
CAP06. A proibição do livro ser publicado
CAP07. Meu apelo publico ao Presidente Geisel
CAP08. Quem me perseguiu?
CAP09. Perseguiçoes adicionais
CAP10. Cobra difundia que eu era um contrabandista
CAP11. Transferencias de concorrencias ganhas para COBRA
CAP12. Eu denunciei as açoes de COBRA ao CADE
CAP13. A pressão fiscal
CAP14. O suicidio de uma empregada
CAP15. A proibição de participar de um debate na TV Bandeirantes
CAP16. O computador medio MC-9700
CAP17. Proibição da EDS de contratar-me como seu Presidente
CAP18. A não aceitação da SEL e da J.C. MELO que ja fabricava
CAP19. A proibição da instalação da minha fabrica em Curitiba
CAP20. O Kafka brasileiro: As proibidas fabricas de alta tecnologia
CAP21 O Crime de Lesa Patria

# INTRODUCAO

1. Para simplificar, a seguir quaisquer referencias ao meu livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" o qual esta no primeiro modulo deste site (book 1), sera somente "livro de 1982".

2. Os anexos deste book 2 são incluidos na(s) sua(s) pagina(s) imediatamente seguinte(s) a pagina em que forem mencionados. Por exemplo, um anexo mencionado na pagina 20 estara na pagina seguinte antes da pagina 21.

3. Desculpem-me a falta de alguns acentos (meus trabalhos e computadores são todos em ingles) e tambem de algumas regras linguisticas esquecidas apos o longo tempo fora do Brasil.

Ha distantes 40 anos atras fui apoiado por respeitaveis brasileiros que honram qualquer pais, não por minha pessoa mas pelas ideias que defendia, aos quais eu devo agradecer: Presidente Ernesto Geisel, Generais Moacir Barcellos Potiguara, Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva, Embaixador Roberto Campos e Dr. Roberto Marinho. Que Deus os tenham.

Adicionalmente eu me lembro das perseguições que sofri quando morava no Brasil, somente por causa de minhas opiniões tecnicas e politicas contra a então chamada Politica Nacional de Informatica PNI.

book 1 - 1987

O book 1 é a versão digital .pdf do meu livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica", escrito em 1982.

Ele descreve a epoca do nascimento da Politica Nacional de Informatica PNI no Brasil, alguns dos seus erros e somente as 8 iniciais das perseguições e torturas mentais que sofri.

book 2 - 2017

Durante o Governo militar eu não poderia escrever este livro. Nunca fui politico, nunca pertenci a um partido politico, nunca estive com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo militar, porem pelo conteudo deste livro eu não podia escreve-lo na ocasião. Fui perseguido durante 10 anos

exclusivamente por minha opinião contraria a Politica Nacional de Informatica do Governo, e somente agora, apos longo exilio no exterior, es que escrevo esta livro 2.

Para mim esta livro 2 es importante, para a memoria da minha pessoa, pois depois de pedir asilo por causa dessas perseguições passei longos anos no exterior sem contacto com o Brasil informatico e portanto ha 40 anos atras quase nada foi revelado a este respeito.

Apesar disso, mesmo essas perseguições governamentais que me feriram, são importantes por simultaneamente narrarem erros politicos e tecnicos que poderão ser evitados por outros paises, ou seja aprender pelos erros, e melhor ainda, dos outros.

Porem um objetivo deste book 2 não é somente narrar as perseguições que sofri do Governo militar do Brasil , mas tambem as possiveis politicas de informatica ou os planejamentos centrais de informatica que irão obrigatoriamente surgir em muitos paises por causa deste milenio digital no qual estamos entrando, por ele conter informações importantes sobre este inicio.

Resumindo, este book 2 é um alerta para os Governos, um alerta de furacões informaticos que irão ajudar muitos paises, pois resultara em melhores decisões por conhecerem simultaneamente os ERROS praticados e as sugestões para futuros ACERTOS.

Este book 2 foi escrito em 2017, e inicialmente narro quatro das perseguições e torturas mentais por mim sofridas nos seus capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06, todos com provas juridicas.

Porem existiram outras torturas mentais e perseguições alem das narradas nos capitulos seguintes.

Para uma futura analise por algum pais interessado numa politica nacional de informatica, estes dois livros 1 e 2 são essenciais por mostrarem os erros da anterior PNI brasileira e indicarem alguns obvios caminhos, por isso esses dois books ja estão na "deep Internet" e nas grandes bibliotecas hoje virtuais, como a do Congresso norte-americano, a Bibliotheque Nationalle francesa, as nacionais da Alemanha, da China e do Canada que esta ja com inimaginaveis 1 Petabytes de arquivos digitais e tambem as bibliotecas das grandes universidades mundiais.

Mesmo com meus 86 anos ainda hoje gasto 10 a 12 horas por dia codificando softwares complexos com a inteligencia artificial AI da qual hoje pouco existe se compararmos com o seu futuro, mas para o exterior e

não para o Brasil. E isso não é cansativo ou estressante como parece, mas sim orgastico para quem comecou nessa area (controle de processos por computadores em tempo real) ha mais de 65 anos, ainda em Paris, inicialmente com computadores analogicos (estudando no então famoso TRW-300 que não sei quantos milhões de dolares custava) que então eram o padrão para os controles industriais e cientificos mais complexos (como o nuclear, o que foi o meu caso) e logo em seguida acompanhei de muito perto a notavel transição do computador analogico para o computador digital nos processos de controles em tempo real.

Adicionalmente, ainda na minha fase dos computadores analogicos em Paris tive a oportunidade (um imenso presente) de estudar a Teoria Geral de Controle quer na sua parte matematica quer na idem conceitual, materia imperativa em quaisquer sistemas de controle de processos em tempo real. E posteriormente na NASA em Cabo Canaveral, de participar de um curso especial sobre Reliability, um importante assunto complementar a Teoria Geral de Controle.

Mas ressalvo que:

1. Este livro não tem por finalidade me sugerir a participar de quaisquer atividades para o Governo brasileiro, seja uma simples consulta ou uma consultoria ou um cargo ou um contrato governamental, inclusive estou fora do Brasil. Mas isso não significa que eu não ame o meu pais de origem e a sua sofrida gente mesmo os mais simples, nem se trata de vinganca o que alias não é da minha natureza. Mas restaram muitas magoas e não quero passar por elas de novo nesta idade longeva pois elas foram muito duras e destruiram um sonho, alem de todos os seus muitos efeitos colaterais negativos.

2. Quando me referir a uma futura "morte da Nação Brasil" não estarei me referindo a morte somente da sua tecnologia da informatica, mas sim a morte do seu status de Nação por causa dos destrutivos efeitos colaterais causados pelos 26 apocalipsis da informatica que o atingirão em muito pouco tempo. Quantidade essa que aumenta continuadamente pois ha uns 8 anos eles eram somente 15. Alias essa perda do status de Nação atingira aproximadamente 180 paises e nao somente o Brasil.

Miami - Setembro 2017
J.C. Melo

# CAP01
# PERSEGUICOES INCLUIDAS NO LIVRO DE 1982

Inicialmente devo fazer uma importante ressalva:

Nestes dois books 1 e 2 eu me refiro muitas vezes a empresa COBRA e Governos, porem este livro narra fatos ocorridos ha 40 anos atras, dentro dos regimes militares de entao e antes do meu exilio no exterior. E esses regimes militares tiveram Generais Presidentes que honrariam qualquer Nação, e infelizmente outros lamentaveis. E ambos nos anos que comandavam a entao Politica Nacional de Informatica PNI atraves das agencias governamentais. Resumindo, foi outra epoca com outros operadores e metodos, e nao a atual.

Alguns Governos e algumas direções de COBRA daquela epoca sao os responsaveis pelas perseguições e torturas mensais, e obviamente não seus posteriores e atuais, aos quais não faço quaisquer restrições.

São dois periodos completamente diferentes, com metodos e tempos diferentes.

Esta ressalva é importante por que a audiencia destes 2 livros sera propositadamente no Exterior e não no Brasil, por causa da sua materia (politica de informatica, reserva de mercado) e por ser traduzido para 12 linguas, portanto devo evitar interpretações dubias e resultantes de distancias.

Nem todas as 104 tortunas mentais e perseguições por mim sofridas foram incluidas no meu livro de 1982 e neste book 2. No livro de 1982, o book 1 neste site, infelizmente na epoca não foi possivel incluir algumas dessas torturas mentais e perseguições por causa das serias ameacas recebidas. Alem disso algumas delas não terem registros mais adequados para poderem ser divulgadas. Inclusive muitas foram somente ameacas por telefone, na classificação de tortura mental.

Neste book 2:

a. Neste Capitulo CAP01 menciono textos das perseguições narradas no book 1. Adicionalmente incluo alguns comentarios extras sobre essas perseguições no book 1, com a respectiva keyword para a sua pesquisa. Portanto, sao as antigas perseguições.

b. Em capitulos especificos a seguir (como CAP03, CAP04, CAP05 e outros) incluo narrações de outras serias perseguições sofridas e que não foram incluidas no book 1. Portanto, as novas são aqui narradas pela primeira vez e ademais somente depois de 40 anos.

As que foram incluidas no book 1 são as seguintes:

1 - Impossibilitou que a J.C. MELO se associasse à SEL System Engineering Labs e instalasse uma fabrica no Brasil, em 1971.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Labs", porem inclui no Capitulo CAP18 deste book 2 um texto mais completo a respeito.

2 - Não aceitou politicamente a J.C. MELO e o seu computador IND-5000, em 1974.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "poderemos fazer".

3 - Impossibilitou que a J.C MELO fizesse um acordo com a TRW Controls

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "SIEMENS" ou no seguinte capitulo CAP19.

4 - Criou grandes problemas para a J.C. MELO tentando evitar o registro do seu Similar Nacional na CACEX, e quando a CACEX o aceitou agiu para não torna-lo operacional.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "CACEX".

5 - CAPRE/DIGIBRÁS/COBRA hostilizou e perseguiu a J .C.MELO no período 1975/1977, procurando inviabilizá-la.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Furiati".

Este item 5 se trata de uma acusação ampla sobre inumeras perseguições nesse periodo 1975/1977, acusando a J.C. Melo de contrabando, de farsante, etc. Acusações oriundas não de uma pessoa especifica,

mas por exemplo de todos os vendedores e empregados de COBRA, sugerindo uma ordem geral superior.

Adicionalmente, por ser uma narração bem mais completa dessa perseguição, ela esta tambem narrada no Capitulo CAP10 neste book 2.

6 - Não aprovou a J.C. MELO antes da "concorrência" para a escolha dos 3 fabricantes; aprovou COBRA que não fabricava e não aprovou a J.C. MELO que já fabricava ha 2 anos,

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "concorrencia".

7 - Impossibilitou, em 1977, que o Banco Itaú se associasse à J.C.MELO, com pressões ao Banco.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Henrique".

Adicionalmente o Banco Itau avaliava a possibilidade de se associar a J.C. MELO, isso antes dele se decidir por sua propria fabrica (Itautec), porem ele tinha um serio problema, os seus 2 maiores concorrentes ja haviam resolvido suas imperiosas necessidades de informatizarem-se, pois o Banco Bradesco comprou a Scopus (fabricante de terminais e isso não feria a PNI pois não iriam fabricar computadores) e o Banco do Brasil assumiu COBRA e os seus continuos prejuizos financeiros, e a Itautec não poderia ser criada por causa da reserva de mercado.

O Governo pressionou o Banco Itau atraves do Banco Central, proibindo-o de comigo se associar. Veja denuncia publica a respeito publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 3 Junho 1977, no anexo C01-a.

O Dr. Olavo Setubal, seu fundador e proprietario, eramos conhecidos exatamente por causa da PNI. E tinhamos a seu respeito uma posição identica. O importante jornal O Estado de São Paulo, em 25 Agosto de 1984 realizou uma mesa redonda publicada em varias pagina (veja o anexo C01-b) da qual participaram o Senador Roberto Campos, o Dr. Olavo Setubal, eu, o Coronel Edyson Ditz (Secretario Especial de Informatica da SEI), e outros, sob a coordenação do seu experiente jornalista Alberto Tamer.

No fim, ao sairmos do elevador eu inquiri o Dr. Olavo: "Tudo que eu critiquei, o Sr. contemporizou com ressalvas mesmo apesar de termos opiniões identicas a respeito da reserva de mercado". Ao que ele respondeu: "Tudo que voce disse é correto, mas eu

**Anexo C01-a**

# Industrial critica a concorrência estatal

**Da sucursal do RIO**

O industrial João Carlos Melo, da empresa J. C. Melo, qualificou ontem de "desleal" a concorrência que o governo federal vem fazendo com as empresas privadas do setor de computadores. Segundo o empresário, a empresa estatal "Cobra" vem sendo indevidamente beneficiada pelo governo: "Ou o governo está sendo enganado pela atual diretoria da "Cobra" ou está enganando a todos nós".

João Carlos Melo enumerou uma série de irregularidades que estariam sendo cometidas pela empresa estatal: pressões sobre o Banco Itaú para que este, através do Banco Central, não entre como sócio em sua empresa, mas na "Cobra"; pressões também sobre outras empresas, para que elas não assinem contratos com sua companhia (ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, do Paraná); e finalmente a feitura de contratos sem concorrência, mas inteiramente políticos.

## NACIONALIZAÇÃO, A META

"A principal preocupação do governo brasileiro na implantação do Parque Industrial de Minicomputadores é a presença do capital nacional. O ideal seria a não participação de empresas estrangeiras no setor". A afirmação é do presidente da Digibrás, Wando Borges, ao revelar ontem, no Rio que a "priori", o critério fixado pela portaria da Capre não será interpretado rigidamente, podendo ser ampliado para aprovar até quatro ou cinco projetos que viabilizem a implementação de nova tecnologia".

Apesar de a Digibrás preferir não comentar por que o projeto da IBM está paralisado desde janeiro, o clima na empresa estatal é de franca expectativa, para que, no prazo de 90 dias, sejam apresentados novos projetos que preencham o espaço teoricamente a ser ocupado por aquela empresa.

A expressão "em princípio", na portaria da Capre, que fixou em três o número de empresas para iniciar o núcleo do sistema nacional de minicomputadores "não é gratuita", afirmou Wando Borges. A orientação governamental é a de "evitar tanto o monopólio quanto a proliferação de indústrias futuramente inviáveis". Em operação desde meados de 1976, a "Cobra" já está virtualmente enquadrada nas normas da "Capre", e se tem como certa a aprovação do projeto da J.C.Melo, também em operação.

A projeção da Digibrás é de que, em 1980, o mercado interno de minicomputadores estará representando um montante de compras de US$ 200 a US$ 300 milhões, a ser dividido por três empresas de grande porte, ou por até cinco empresas de porte médio. Além da IBM, da Cobra e da J. C. Melo, a Digibrás e a "Capre" estão analisando o projeto "Máquinas Assistência Indústria e Comércio (MAICO)".

## "MODELO JAPONÊS"

Ao enfatizar a preferência pelos capitais nacionais no sistema de produção de minicomputadores, os técnicos da Digibrás citam o "Modelo Japonês". O Brasil, dizem, vive hoje nesse setor os mesmos problemas e possui o mesmo quadro tecnológico que o Japão há 10 anos. O parque nipônico possui seis grandes corporações e 20 empresas de porte médio e pequeno, além de uma centena de fabricantes de componentes periféricos. A IBM participa apenas em 27% do mercado japonês, acrescentam, para ilustrar a tese de que se o Estado não interferir no mercado, aquela empresa poderá assumir aspectos de um "monopólio indesejável".

## IMPORTAÇÕES

A explicação de Wando Borges para a decisão de deflagrar já o processo de produção dos minicomputadores é a de que "apesar da política de contenção dos investimentos, o País não pode atrasar ainda mais as suas metas nesse setor tecnológico" O prazo de maturação dos investimentos em minicomputadores é de cinco anos, e "o governo não pretende segurar a demanda por esse tipo de bem por um prazo tão longo que signifique um impacto excessivo de compra na balança comercial".

Anexo C01-p

# Informática terá preços maiores

**A** reserva de mercado é importante para a consolidação da indústria nacional de informática, pois seria difícil competir com as grandes firmas internacionais. Mas se trata de uma decisão política pela qual devemos pagar um preço. E esse preço são a não obtenção de última tecnologia e custos mais elevados decorrentes da ausência de uma economia de escala. Segundo Olavo Setúbal, esse foi também o preço pago por outros setores industriais que se desenvolveram bem no País.

Mas as críticas não são apenas à reserva, e sim à ilegalidade dos atos da SEI. Muitas empresas foram prejudicadas, impedidas de se fixarem aqui e não protestaram, ou recorreram à Justiça, com medo de retaliações. Ao que responde o coronel Dytz, diretor da SEI: o Congresso dará a palavra final.

O resultado da mesa-redonda promovida pelo Estado foi a afirmação do dirigente da SEI que aceita a idéia dos srs. Olavo Setúbal e Roberto Campos de instalação de distritos industriais, zonas francas, de preferência nas regiões pobres do Nordeste, onde qualquer empresa poderá instalar-se, importando equipamentos, desde que sua produção se destine exclusivamente à exportação. Neste sentido, foi feito um pedido à SEI para que esclareça a situação, dando informes mais precisos às firmas interessadas.

**CHIARELLI** — Falou-se muito da inconstitucionalidade dos atos da SEI e da política nacional de informática. Eu tenho muito respeito pelo Poder Judiciário. Por que não se arguiu perante esse poder toda a ilegalidade fantástica que está grassando aí? Por que não se foi ao Supremo Tribunal Federal?

**MELLO** — Porque uma empresa que arguir será necessariamente morta pela SEI.

**CHIARELLI** — Trata-se de uma acusação contundente e de caráter pessoal.

**CAMPOS** — Eu endosso a acusação.

**CHIARELLI** — Eu creio que quem dirime controvérsias entre cidadãos é o Poder Judiciário, ao qual não foi levada a matéria. O que há é uma acusação gratuita, enfocando-se a matéria passionalmente. Além disso o projeto da deputada Cristina Tavares que visa à regulamentação da informática passou pelo crivo da Comissão de Justiça da Câmara, que foi em favor de sua legalidade.

**SETUBAL** — Se a SEI exerce hoje um poder para o qual não tem lei, isso não quer dizer que um projeto de lei que consolide esse poder seja inconstitucional.

**CHIARELLI** — Há dois aspectos. Um, o poder competente para julgar é o judiciário. Segundo, a posição da Comissão de Justiça sobre o projeto da deputada Cristina Tavares. Se a lei contivesse uma norma que ferisse a Constituição, o projeto teria sido vetado pela comissão.

**SETUBAL** — A única dúvida é que a Sei exerça o poder antes da norma. É isso o que o senador Roberto Campos vive criticando.

**SALLES LEITE** — Eu já consultei empresas multinacionais e me propus impetrar mandado de segurança e elas temem fazê-lo.

**SETÚBAL** — Eu lhe dou uma explicação. Todo órgão regulador da República tem uma gama de liberdade decisória imensa, no Brasil. Obviamente que existe o problema de relacionamento. Então as empresas preferem manter um bom relacionamento com órgão regulador como, por exemplo, o Banco Central, pelo menos a Comissão de Seguros —

dizer: "Não, ele tem força para me matar, no dia-a-dia". Isso faz parte da própria ação, da defesa dessa própria empresa. Se os ministros econômicos ouviram ou não ouviram, se o Conselho se reuniu ou não, acho que cada um de nós, principalmente um senador, um congressista, tem o mais pleno direito de chegar aos nossos ministros e pedir explicações. Isso faz parte também da nossa democracia. Eu acho que quando um ministro afirma que mandou e consultou, que discutiu esses projetos de lei eu acho que ele não estava mentindo. Quando se fala em exportação "versus" as empresas multinacionais, o que elas exportam têm um valor enorme em termos de exportação, eu tento medir essas exportações. No Brasil eu vejo ridículas exportações, em outras áreas que não a informática, dentro da área de eletrônica profissional, cujos modelos são diferentes dos nossos. Elas são dentro da nossa área, as empresas que mais exportam mas também as empresas que mais importam. Só se fala na exportação de 56 milhões de dólares, 200 milhões de dólares e não [illegible]

estão aqui no Brasil a fazer tecnologia, a exportar e a ganhar dólar. Os modelos têm-nos aconselhado: quem exporta é aquele que tem capacidade para exportar, é aquele que não está no jogo de um contexto internacional, não é telecomandado. Por que que eu quero ser telecomandado? Por que eu não quero ter a liberdade de levar o meu País pelo menos para onde eu achar? A sociedade brasileira tem o direito de escolher os seus próprios rumos. E hoje está aí: estão indo para o Congresso todas as leis; os políticos se expressaram é contra a SEI, é a favor da SEI, é contra a segurança, é contra o SNI. Ali tem um grupo de brasileiros, brasileiros que amam esta Pátria tanto quanto os outros, brasileiros preocupados com este país, brasileiros militares. Militar não deixa de ser um civil, nunca deixou de ser um civil. Eu nasci lá, pé no chão, na minha cidade do Rio Grande do Sul; a minha casa não tinha assoalho e o Exército me proporcionou estudo, permitiu-me caminhar e entender e [illegible] do, me sinto extremamente honrado [illegible]

Quando se falou em Dieese, que nós criamos a automação industrial, nós fomos discutir o problema social do desemprego. Fomos lá, foi o Walter Barelli quem comandou esse processo dentro da SEI, não fomos nós que ditamos a política na área de automação industrial. Não temos nos fechado em lugar nenhum. Ninguém é mais aberta do que a SEI (tem sido) nas suas definições de política, nas suas coordenações dos seus trabalhos. Isso é um cumprimento que nós temos recebido do País. Agora, se temos tomado a decisão e assumido a nossa posição, nós temos sido encorajados pelo nosso ministro, pelo presidente da República e esses caminhos estão continuando. Estão sendo plantados aí. Eu acredito que amanhã nós vamos poder discutir melhor. Eu acho que o quadro não está acabado. A nossa transformação, a nossa caminhada da informática no Brasil passa por preços baixos, por boa qualidade, por boa manutenção, por "software" abudante, por microeletrônica. Mas para passar por lá ela tem que passar por aqui, pela proteção. A indústria [illegible]

eu discordo profundamente de que a SEI seja aberta ao debate e à revisão dos seus atos. A Constituição diz: "É livre a associação para fins lícitos". O que é que diz a SEI? "É proibida a associação para fins de informática." Se isso é liberalismo, eu ainda estou para entender o que é liberalismo. Não cabe ao tecnocrata de Brasília, que se considera um iluminado, decidir o que deve ser produzido, quem deve produzir, com que tecnologia e com que sócios. Isso é essencialmente uma decisão da iniciativa privada. É por dispositivo constitucional, porque não há, na Constituição, vedações no setor à iniciativa privada e o é por conveniência econômica. Tanto é assim que os vários países do mundo, que seguiram políticas dirigistas para a informática, estão abandonando essas políticas. O dr. Olavo Setúbal, que tem viajado, saberá disso. Estão arrependidos das políticas dirigistas porque a informática depende basicamente de criatividade individual.

Também não aceito o ponto de vista de que só há geração de tecnologia nas empresas puramente nacio- [illegible]

tregamos o nosso mercado ao estrangeiro. Como? Via importação ou via contrabando. O que nós estamos fazendo é entregar o nosso mercado a produtores estrangeiros situados no Exterior, e ficamos dependentes deles mediante importações legítimas ou importações contrabandeadas, ao invés de ter essa gente aqui, sob nossas leis, produzindo para nós, com brasileiros, com departamentos de pesquisa tripulados por brasileiros, com seus gerentes brasileiros, com seus empregados brasileiros e, além disso, exigirmos que eles nos dêem uma fatia de mercado externo. Isso é importante. O nosso mercado é 1% do mercado mundial. Se nós, através da presença aqui, de produtores multinacionais sozinhos ou em associação, preferivelmente em associação minoritária estrangeira, se conseguirmos que eles venham para cá nós podemos induzi-los a abrir esse grande mercado, que é 99% do mercado mundial. É isso. Essa idéia de entregar mercado me parece totalmente fora da realidade. Se, por exemplo, nós permitíssemos que produtores de semicondutores aqui se instalassem, o que é que sucederia? Eles, provavelmente, dado que o mercado interno é muito pequeno, se instalariam aqui tendo em vista o mercado internacional, somaríamos dois mercados: o interno e o internacional. Porque o mercado interno só — e o dr. Olavo Setúbal, se já não descobriu, ele é um homem de grande intuição, de grande experiência empresarial, se não descobriu, vai descobrir —, o mercado brasileiro não é suficiente para uma operação em escala econômica.

**SETÚBAL** — Insisto todas as vezes — e em meu depoimento ao Senado eu enfatizo — que a decisão política tomada tem um preço. Em nenhum momento, em nenhuma ocasião eu afirmei que uma indústria nacional, dentro da reserva de mercado, tivesse condições competitivas a nível mundial; não tem.

**MELLO** — Eu posso citar inclusive que o Brasil está isolado na América do Sul. A Argentina, em novembro aproximadamente, o governo argentino enviará ao Congresso o seu projeto de lei, da lei sobre informática. Uma das cláusulas, um dos itens que esse projeto de lei traz é o da [illegible]

tenho grandes interesses a proteger e não posso enfrentar o Conselho de Seguranca Nacional. E muita gente depende de mim."(sic)

Na area de informatica então existiam boatos a respeito de um suposto acordo entre o Itau e a SEI para criar a Itautec, porem ninguem conhecia o seu conteudo. E não estou sugerindo um acordo ilicito, certamente o Dr. Setubal não o faria. Mas eu nunca conheci os termos desse provavel acordo.

Tempo depois, o Dr. Olavo e eu casualmente nos encontramos e ele me disse: "Estou lhe devendo um agradecimento, não teria sido possivel criar a Itautec sem as suas criticas a PNI."(sic)

8 - Na "concorrência" para a escolha de 3 fabricantes de minis, não aprovou a J.C. MELO que já fabricava há 2 anos e aprovou 3 novos fabricantes que nem existiam.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Excelencia".

Diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada em jornais de Brasilia, São Paulo e Rio de Janeiro. Diante das inumeras preocupações dos meus amigos, eu lhes respondi: "Tudo que vou dizer é verdade, eu sou autentico e não estou com uma metralhadora nas maos tentando derrubar o Governo e não sou politico ou comunista. Não vejo a minima condição para ser preso."(sic) Como alias não fui.

No book 1 eu narro o meu pedido publico ao Presidente Ernesto Geisel e o seu desfecho ate ele ordenar a minha aprovação numa chave de galão militar depois da investigação correspondente, com um "Aprove-o!".

Mas neste capitulo não relato o que aconteceu depois dessa aprovacao, que esta narrado no Capitulo CAP07 deste book 2.

## CAP02
## POR QUE VOLTO A ESTE ASSUNTO APOS 40 ANOS?

**Alem da perda da minha fabrica de computadores o que não teria ocorrido se o Governo não co-participasse dessa "tomada" como veremos no seguinte Capitulo CAP03, durante 10 anos sofri inumeras perseguições e torturas mentais originarias do Governo,**

**1. Por ter tido a audacia de fabricar computadores no Brasil sem a sua "autorização",**

**2. Por ter tido a audacia de dizer que a sua "Politica Nacional de Informatica PNI" era tecnicamente errada, o que ficou provado com a sua posterior "morte".**

**Na França "tortule mentale" tem uma importancia maior ou no minimo igual a tortura fisica, ou seja um ato com a finalidade de perseguir ou intimidar ou pressionar uma pessoa com um objetivo determinado. E isso durou 10 anos, durante os quais sofri continuadas torturas mentais e perseguições originarias do Governo, juridicamente classificadas como "crimes continuados".**

**Este book 2 sumariamente expoe algumas dessas torturas mentais e como o Governo co-participou da "tomada" de minha fabrica de computadores, descrito no seguinte Capitulo CAP03.**

**Inicialmente desejo narrar um fato que pouca gente soube, mas foram o saudoso e provido de inteligencia incomum General Golbery do Couto e Silva e eu que demos o primeiro passo em direção a uma Politica Nacional de Informatica. Um primeiro passo correto que posteriormente infelizmente foi mudado (desconstruido) pela CAPRE para atender ao seu academicismo. Isso esta narrado na pagina 24 do meu livro de 1982. E exatamente essa descontrução foi o**

inicio do completo desastre que foi a futura Politica Nacional de Informatica PNI do Brasil.

Reproduzo a seguir o inicio dessa pagina 24 do livro de 1982:

----------

"No impasse, escrevi uma longa e minuciosa carta ao General Ministro Golbery do Couto e Silva, solicitando uma decisão política do Governo. Nessa carta, inclusive, eu frizei que a culpa não era do eng. Salek (diretor da Cacex) mas sim decorrente dos problemas intrínsecos de um Similar Nacional de computadores, que só o primeiro registro (o da J.C. MELO Computadores) tinha trazido ao nosso conhecimento.

Depois de investigar, o Ministro Golbery acolheu a minha solicitação e enviou a Papeleta de Providências numero 755/75 ao então Ministro da Fazenda, Dr. Mário Henrique Simonsen. Em resumo, a minha solicitação era no sentido de que a CACEX recebesse uma ordem superior para que cumprisse com rigõr a Lei porem auxiliada por algum orgao tecnico que definisse tecnicamente o que seria ou não similar nacional para um caso especifico principalmente por causa dos softwares, ou seja, para que a indústria nacional de computadores fosse efetivamente protegida. E a Papeleta de Previdências numero 755/75 isso determinava, numa decisão política do General Golbery. Não era ela uma solicitação de exame ou de informações, mas sim de uma determinação, demonstrando então o Governo a sua firme intenção de proteger a sua primeira indústria de computadores e naturalmente as seguintes.

Na realidade, a PNI nada mais necessitava para a sua protecao a nao ser um registro de similar nacional, nada mais simples que isso.

Fui então chamado ao Gabinete do Ministro Simonsen, e fiz uma exposição dos problemas durante 5 horas, para os seus assessores de economia, Dr. Marcos e Dr. Durães, os quais prometeram estudar o assunto. Pediram-me um resumo escrito da exposição, o que remeti poucos dias após em aproximadamente 50 páginas datilografadas ou seja em 17 de Novembro de 1975, conforme anunciou o jornal O GLOBO em 25 de Janeiro de 1976.

----------

A continuação deste texto esta na pagina 24 do livro de 1982.

Apos essa narração voltemos ao "porque volto a este assunto apos 40 anos?":

1. Eu criei a primeira e ate hoje unica fabrica BRASILEIRA de computadores, a J.C. MELO Computadores ainda na sua fase do Rio de Janeiro, e ela viveu um grande sucesso e foi o unico similar nacional de computadores autorizado pelas rigorosas CACEX e ABINEE (somente apos visitas a minha fabrica por um engenheiro vistoriador da CACEX e pelo Diretor Tecnico da ABINEE) e ela me foi "tomada" pelo Sr. Henry Maksoud porem para isso ajudado pela co-participação do Governo (como vinganca). Veja o anexo C02-a, uma carta do Diretor da ABINEE sobre a minha fabrica.

2. O crime acima mencionado foi complementado pelas muitas torturas mentais e perseguições que sofri (juridicamente crimes continuados) durante quase 10 anos. Essas perseguições e torturas mentais tinham como motivo o fato de que eu continuadamente demonstrava a total inviabilidade tecnica da então PNI da qual tambem eu era uma vitima, pelo seu academicismo, pelas diversidades industriais do setor, pelas imposições do Governo ignorando os seus proprios erros e pelos seus desconhecimentos dos assuntos informaticas tecnica, industrial e politica.

E o inadmissivel para o Governo foi que eu contei com o apoio expontaneo de todas as midias como comprovado por mais de 1000 recortes de jornais colecionados pela minha secretaria, sobre as minhas opiniões exclusivamente tecnicas e tambem o sucesso das minhas 2 fabricas, a pequena no Rio de Janeiro (J.C. MELO Industria de Computadores) e a segunda grande em São Paulo (J.C.Melo/Sisco) esta infelizmente em associação com o Sr. Henry Maksoud.

3. Eu criticava a chamada politica nacional de informatica exclusivamente como um tecnico experiente que sou em computadores e nas suas industrias quer de hardware quer de software, tanto na França como nos Estados Unidos. Nunca fui um politico em toda a minha vida. Dizendo-o de outra forma, o Governo não tinha quaisquer razões tecnicas ou politicas ou militares para me perseguirem a não ser as minhas opiniões exclusivamente tecnicas.

4. Diante desses crimes continuados, solicitei e obtive asilo politico dos Estados Unidos, o que esta detalhado no seguinte capitulo CAP04.

E com esse asilo politico desliguei-me totalmente do Brasil por quase 30 anos, mental e fisicamente. Quando um jornal publicava alguma pequena noticia sobre o Brasil, eu não a lia alem do seu obrigatorio titulo. Assim, nem a sociedade brasileira nem a sua area de informatica tiveram oportunidade de conhecerem exatamente o que realmente aconteceu e

abinee



Prezado Melo,

Com grande alegria tomei conhecimento, pela sua gentil e honrosa comunicação, da expressiva votação dada pelos empresários brasileiros ao caro amigo, conduzindo-o à merecida e reconhecida posição de líder empresarial do setor de computadores, que aliás sempre você desempenhou, de fato e de direito, em função da heróica luta empreendida para implantar a SISCO-Sistema e Computadores S/A. no cenário industrial da eletrônica digital.

Gratifica-me a homenagem recebida, embora ciente de que a generosidade do ilustre amigo amplificou para valores excessivamente elevados a modesta contribuição que possa ter sido dada.

A bem da verdade, devo confessar que não tive maiores receios em colocar, por iniciativa própria e sob minha responsabilidade direta, o apoio da ABINEE ao trabalho pioneiro desenvolvido por J.C. Melo nos primórdios da SISCO, pois a qualquer pessoa de bom senso e espírito um pouco observador, dava para sentir a sinceridade de intenções de um homem de talento em serviço, condição suficientemente forte para gerar a credibilidade que foi necessária para tal.

Hoje a SISCO está a serviço do talento do homem.

Parabens, Melo. Você realmente merece.

Abraça-o o amigo,

26.10.79

principalmente o que comigo fizeram.

A PRIMEIRA RAZAO desta provavel "volta" 40 anos apos é que as continuas perseguições durante 10 anos que eu sofri resultaram no meu afastamento do Brasil por quase 30 anos e portanto neles nunca historiei os bastidores desses crimes agora narrados.

As varias narrações das perseguições neste book 2 são as primeiras publicas sobre algumas perseguições que sofri, embora no meu livro de 1982 eu mencione somente as suas primeiras, porem na totalidade elas foram 104 (crimes continuados). Essas 8 perseguições iniciais estão sumarizadas no capitulo CAP01 e nas paginas 44 e 45 do meu livro de 1982.

Ressalte-se que esse book 1 foi publicado e vendido em 1982, portanto aberto, noticiado nas midias, lancado no principal Congresso de informatica do Brasil (1982), portanto com acusações publicas, e não escondidas ou nos bastidores. E o Governo nem necessitou me desmentir, nem me processar ou me prender, pois tinha uma outra opção mais facil, ir ao Presidente do Congresso de Informatica e lhe dizer: "Ou a venda do livro para, ou o Congresso para. Escolha."(sic) Episodio que esta narrado no capitulo CAP06.

A SEGUNDA RAZAO desta "volta" é deixar um depoimento escrito desse grave erro que o Brasil cometeu no inicio deste milenio digital.

O que espero com estes dois livros book 1 e book 2 neste site?

1. Não espero quaisquer reações reparadoras dos 3 poderes governamentais do Brasil, quer em relação aos crimes continuados praticados contra mim quer em relação a uma nova PNI para o Brasil, o Brasil não tem "tradição" em ações desse tipo,

2. A probabilidade de uma futura geração brasileira questionar/pesquisar por que o Brasil morreu, sera absoluta neste milenio digital. Falo de um questionamento, não de uma ja hoje impossivel recuperação. Quero que as gerações futuras saibam o que aconteceu. Os erros (e não somente os acertos) foram grandes impulsores da humanidade,

3. No meu futuro livro 03 e neste inicio do milenio digital ja narro previstos 11 apocalipsis da informatica e essa quantidade aumenta rapidamente. A somatoria dos seus efeitos colaterais previstos é que em muito pouco tempo so restarão 15 a 20 paises com o status de Nacoes. Havera, portanto, uma corrida de alguns paises a algum modelo de politica nacional de

informatica, e neste caso estes tres livros 01, 02 e 03 serão importantes para evitar erros como os da PNI brasileira e tambem por conter algumas sugestoes. E pretendo, dentro das minhas possibilidades e mesmo com a idade de 86 anos e se Deus deixar, desinteressadamente auxiliar paises surpresos com os graves efeitos colaterais dos 26 apocalipsis da informatica que virão, sugerindo-lhes alguns caminhos,

4. Muito menos desejo dar um toque de passado, ele não me interessa a não ser para repor a minha memoria no seu correto lugar.

O Brasil é um grande pais continental porem com tudo ainda a ser feito. Apos a nossa descoberta em 1500 os portugueses nada fizeram nos 350 seguintes anos. Quando a familia real portuguesa veio para o Brasil seu intuito foi somente fugir do imperador Napoleao, e novamente nada foi feito alem da bonita frase "Independencia ou Morte!". E recentemente tivemos varios governos populistas (Getulio, Jango, Dilma, Lula) que preocupados com ideologias e praticas eleitorais novamente continuamos distantes dos grandes problemas brasileiros e novamente continuamos com praticamente tudo a ser feito.

Com um UNICO exemplo hoje o Brasil necessitara de quase 70 anos (e isso se as necessarias verbas surgirem) para darmos saneamento basico de somente agua e esgoto aos brasileiros. E educação, saude, seguranca, desenvolvimentos empresarial, industrial e cientifico para uma imperativa geração de empregos para posteriormente ganharmos com os seus resultados?

Essa situação cria uma situação politica perigosa que me faz considerar o falecido General Golbery um genio, pelo seu systole/diastole que uma hora dessas mais uma vez provavelmente se confirmara.

Diante de tudo isso como lutar novamente para criar uma nova e então correta politica nacional de informatica que serviria somente para postergar (e não para evitar, tarefa hoje ja impossivel) a morte do Brasil como Nação?

Não sei quem enfrentara uma nova PNI no Brasil, talvez o Ministerio das Ciencias ou o Ministerio da Defesa ou juntos, pois são os seus seguidores naturais. Seja quem for, se novamente uma PNI for enfrentada tomara que o caso seja de analise e não de autopsia como foi o anterior.

Se a fracassada Politica Nacional da Informatica do Governo não é um crime de lesa patria num milenio

digital, eu terei que reaprender o que é um crime de lesa patria.

E ninguem da area de informatica (mas ninguem mesmo) teve a coragem e o civismo de continuadamente dizer publicamente "Tudo isso esta errado!", e isso em pleno Governo militar. Como eu o fiz, isso me causou inumeros prejuizos (familiares, profissonals, financeiros, psicologicos) que terminaram por um meu pedido de asilo aos Estados Unidos e posteriormente ir para o exterior.

Num exemplo insofismavel pela sua respeitabilidade, o Senador Roberto Campos sempre soube, desde o seu inicio, de todas as pressoes/perseguições que eu sofria, por ser meu amigo. As vezes por escrito, as vezes pessoalmente. E como sabemos infelizmente ele ja faleceu, entretanto um seu importante assessor, o economista Gilberto Paim, tambem tinha conhecimento dessas mesmas pressoes/perseguicoes.

Uma prova disso é que no seu admiravel livro "Alem do Cotidiano", o Senador escreveu e esta na sua pagina 257:

"Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadões mais perseguidos pela SEI e que não tem para defende-lo o escudo de Senador...". Veja essa pagina no anexo C02-b.

Tres anos antes do descrito nas paginas do meu livro de 1982, eu era o dono da J.C.Melo Consultoria Tecnica Ltda, no Rio de Janeiro. Uma empresa pequena, porem pioneira no Brasil em controle de processos por computadores em tempo real.

Na realidade essa era a minha especialidade, desde os meus estudos na França. Eu nunca fui um especialista na area comercial da computação, dizendo-o de outra maneira um "homem IBM" como então se chamava. Eu sempre fui um homem de hardware e software em tempo real, sendo isso tecnicamente superior a um "homem IBM" comercial tradicional, por 3 razoes: conhecer melhor o software, conhecer o hardware e conhecer a Teoria Geral de Controle.

Sendo então a unica empresa no Brasil dessa especialidade, era uma empresa de sucesso. Somente de engenheiros formados por mim (em cursos fechados, nas empresas) foram quase 1500. Na Usiminas, por exemplo, foram 6 cursos de 30 dias, para 20 engenheiros cada. A Nippon Steel estava mandando um novissimo laminador controlado por computador para a Usiminas, e eu preparei seus engenheiros para a chegada dos engenheiros japoneses ensinando os basicos do controle em tempo

# Anexo C02-b

Europeus se associam com japoneses e americanos para não se retardarem, admitindo que a Europa, com toda a sua proeza tecnológica, está atrasada em matéria de pesquisa de informática. E o Brasil só aprova "projetos com tecnologia própria". Necessariamente, o que a SEI chama de "tecnologia própria" é em grande parte cópias de modelos importados. Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI, e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador, existem sete cópias do computador pessoal da IBM, comercializadas no Brasil como tecnologia nacional. Há 13 cópias da Apple, e 11 do TRS-80. Não estou criticando. Acho essa atitude perfeitamente inteligente, perfeitamente admissível. Não devemos fazer outra coisa. Por que redescobrir a tecnologia do computador pessoal? Por que não importar essa tecnologia e depois adaptá-la e melhorá-la, e, num terceiro estágio, criar uma nova tecnologia? Qualquer outra coisa

real por computaores e a Teoria Geral de Controle. E então era bastante comum eu não aceitar novos contratos, por falta de tempo.

Na ocasiao, meu maior projeto como consultor foi o do sistema de controle em tempo real do grande terminal da Petrobras TEBIG na baia da Ilha Grande, que recebia ate 5 super-petroleiros de 500.000 toneladas ao mesmo tempo. Foram 18 meses de trabalhos continuos para/com a Petrobras, o seu projeto, as especificações tecnicas para a concorrencia internacional, a referida concorrencia e a sua analise e decisao, e o contrato "work statement" com a vencedora internacional.

Operacionalmente o sistema foi um sucesso, na realidade o maior do Brasil ate entao, com 2 computadores centrais e 60 remotos ligados aos tanques e centenas de valvulas, e um sofisticado (e unico) software de controle do processo meio DAS Data Acquisition System e meio DDC Direct Digital Control. Um super-petroleiro de 500.000 toneladas estava chegando no Breasil e a 50 milhas da costa "falava" com o sistema dizendo-lhe os tipos de oleos e suas respectivas quantidades. Ao atracar, o sistema ja havia preparado toda a descarga, o que diminuia o seu tempo no cais. Um sistema DDC, com ele atuando automaticamente nas bombas e valvulas.

Esse sistema (pela sua complexidade) fora pioneiro e depois de funcionar foi objeto de uma reportagem de uma revista arabe sobre petroleo e de um convite para eu ir conversar com o Vice-Ministro de petroleo da Arabia Saudita, o que fiz. Esse contrato não foi assinado por ele ter exigido que eu permanecesse 4 anos no pais, o que eu não poderia fazer. Foi outro grande erro, eu deveria ter aceito e nao voltar ao Brasil pois pouco tempo depois tive a infeliz ideia de fabricar computadores. Tambem a vida na Arabia Saudita nao era facil, para beber um simples copo de cerveja voce teria que faze-lo exclusivamente no hotel.

Esse DDC "parcial" é um bom exemplo da fase inicial da transição dos controles com instrumentação analogica que existiam entao ha uns 60 anos, para os computadores digitais em controles, pois as empresas tinham naturais receios por eles serem uma novidade. Foi por causa disso que a minha empresa teve um grande sucesso, ministrando cursos in loco para os engenheiros dessas empresas. Independentemente disso fiz muitas palestras de algumas horas para diretorias de empresas, como em Furnas, Petrobras e Sabesp SP, entre outras. Esse DDC parcial poderia ter sido total, mas por prudencia a Diretoria da Petrobras decidiu por um DDC parcial, o que obviamente cumpri.

Simultaneamente ja se comecava a difundir, no Brasil,

a ideia de aqui se fabricar computadores, porem ainda não existiam quaisquer iniciativas governamentais a respeito, quer leis ou normas, quer industrias.

E entao, conhecendo bem esse processo (fabricação de hardware) desde meus estudos em Paris (o controle de processos em tempo real exige muitos conhecimentos de hardwares e de softwares, algumas vezes em linguagem de maquina com stacks e interrupts e sem sistemas operacionais tipo Windows) e das suas fabricações, eu tive a ideia de faze-lo.

Diga-se de passagem, hoje tenho a certeza de que essa foi a mais desastrosa decisão de toda a minha vida, pelas pressoes/perseguições sofridas que terminaram na minha desconstrução e exilio voluntario no exterior. Adicionalmente por abandonar a minha consultora que era um sucesso.

Mas como, se fabricar computadores seria otimo para o Brasil, e nessa eventualidade eu mereceria um tapete vermelho?

Para esse objetivo (fabricação de computadores) não solicitei quaisquer ajudas governamentais, nem qualquer emprestimo idem. O inverso do conhecido "padrao" de alguns empresarios brasileiros, principalmente dos beneficiados pela reserva de mercado.

Posteriormente surgiu então toda a estrutura governamental imaginada para isso, a chamada reserva de mercado, a empresa estatal COBRA e as agencias governamentais especificas.

Quando tudo isso surgiu (tres anos depois da minha mencionada ideia) eu ja fabricava o meu computador IND-5000, depois com sua memoria modernizada transformando-se em IND-5005. Portanto, eu iniciei BEM ANTES DE QUAISQUER INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS, na realidade 2 a 3 anos antes.

Evidentemente um direito adquirido antes de quaisquer
regulamentações governamentais, o qual muito importaria em situações politicas normais porem obviamente não num governo militar que tudo podia, e alem disso esse meu direito constitucional muito contrariava a estatal COBRA.

Quais os dois grandes reais "motivos" (se podemos assim chama-los) que originaram as pressoes/perseguições que durante anos sofri? Era eu uma fraude? Era eu um cidadão ou um politico tentando derrubar a ditadura? Era eu um oportunista? Nada disso.

1. O PRIMEIRO MOTIVO foram os meus sucessos tecnico e publico por causa dos meus 3 computadores fabricados:

a. Computador IND-5005, (1975/1976) equivalente ao minicomputador mundialmente famoso Digital PDP-8 (o primeiro minicomputador com vendas astronomicas) e que "rodava" todo o seu software,

b. Computador MC-8000 (1978), equivalente aos computadores mundialmente famosos Digital PDP-11 e Data General Nova-3 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

c. Computador medio MC-9700 (1979), equivalente ao computador medio mundialmente famoso Digital PDP-15 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

para os quais os Governos militares não conseguiam apresentar seus equivalentes fabricados e muito menos competitivos. Dizendo-o de outra maneira, sem eu querer criara a oportunidade de uma comparação altamente desfavoravel (e perigosa) para o "Tripe da Reserva de Mercado" e principalmente para o todo poderoso Governo militar.

2. O SEGUNDO MOTIVO foi que eu concluí (e toda a midia impressa me compreendeu e me apoiou) que a enorme e inedita e desejavel oportunidade de o Brasil fabricar computadores com a reserva de mercado quer tecnica quer politicamente, era inviavel por ela ser capitaneada por muitos desinformados sobre as fabricações de hardware e de software. Observando as suas regulamentações governamentais e as suas providencias, mentalmente eu não conseguia evitar ve-los como "Aprendizes de Feiticeiros". "Eu não conseguia evitar", o que eu deveria fazer, ficar calado? Inumeros amigos isso sugeriram, temerosos com os poderes dos Governos militares. Um deles chegou a me dizer: "Melo, passarinho que pia leva chumbo."

Mas felizmente (ou infelizmente, pois isso depende do ponto de observação) Deus me fez assim, e evidentemente eu não posso mudar os Seus desígnios.

Eu tenho boa experiencia no setor da computação (quase 65 anos contínuos) e adicionalmente de excelente origem extrangeira e com a especialização em controle de procoessos em tempo real, portanto hardware + software de níveis maiores do que o comercial e suas fabricacoes, e por causa dessa experiencia tecnica me foi muito facil identificar os imensos erros dos Governos militares ao tentarem implantar (manu militare e ao arrepio das Leis "humanas" e tambem das "tecnologicas") a fabricação

de computadores no Brasil, atraves da chamada reserva de mercado. Adicionalmente, eu já fabricava computadores no Brasil, 2 a 3 anos antes de quaisquer ações governamentais nesse sentido, quer industriais, quer regulamentares, etc.

Portanto, um direito adquirido mas que feria toda a regulamentação/estrutura que o Governo militar posteriormente criou, a sua incrivel Reserva de Mercado. E pior ainda para ele, eu tendo sucesso publico bastante difundido pelas midias versus os contínuos fracassos dos Governos militares nessa area.

Adicionalmente, todas as midias impressas tambem identificaram esses imensos erros dos Governos militares, e como consequencia eu tinha o apoio de todas elas, conforme se poderá aquilatar neste book 2.

Havia tambem um absurdo e forte desejo dos controladores da reserva de mercado na informatica de excluir sistematicamente (para os fabricantes nacionais) quaisquer produtos ou servicos proveniente dos Estados Unidos, mas para mim isso era totalmente irrelevante se os Estados Unidos eram um Imperio ou nao, provavelmente sim desde o famoso bombardeio de Pequim por sua pequena canhoneira no Rio Yangtze como bem conhece a maioria dos diplomatas de todo o mundo. Sim ou nao, na minha opinião de tecnico isso não tinha a minima importancia para o caso especifico da reserva de mercado na informatica, comprar componentes dos Estados Unidos ou proibir brasileiros de se associarem com industrias norte-americanas de informatica.

Pragmaticamente, o que tinham importancias eram as dezenas de erros fundamentais (tecnicos e politicos) da referida reserva de mercado, como por somente esses 2 exemplos abaixo (dentre uns 20 a 30):

a. Escolha do computador Ferranti, militar, por COBRA, para uso na area comercial, sem um minimo software para a sua comercialização no mercado natural dos computadores,

b. A "obrigatoriedade" de não ter qualquer contrato com um computador/fabricante norte-americano, do que resultou o grave erro da escolha de empresas fornecedoras de tecnologia da Europa (Ferranti e Logabax e Nixdorf) e do Japão (Fujitsu), então todas elas, sem exceção, com as suas conhecidas pessimas situações financeiras e as suas decorrentes tecnologias de baixo nivel.

Ressalte-se que os tres computadores por mim fabricados usavam componentes norte-americanos, e

nunca, em nenhum momento, eu sofri quaisquer restrições dos seus fabricantes, mesmo apesar de concorrer com os então icones mundiais da computação e que eram todos norte-americanos (modelos Digital PDP-8, Digital PDP-11 e Data General Nova-3, e Digital PDP-15).

Ambos esses fatos acima (a e b) foram grandes razões do imenso sucesso dos meus computadores, pois eu não tinha concorrentes viaveis aceitaveis pelo mercado. E como é sabido, o mercado (que é soberano, com imperialismo ou nao) os aceitou e rejeitou os oriundos especificamente da reserva de mercàdo. E isso não tendo nada a ver, nem remotamente, com um imperialismo dos Estados Unidos, mas sim exclusivamente com tecnologia, com empreendorismo, com uma total liberdade para criar e empreender.

Outro problema agravante foi que a minha empresa investiu 3 milhões (esqueco a moeda da epoca) e COBRA investiu 300 milhoes, e não apresentava resultados sequer equivalentes aos meus. E essa relação 1 para 100 deveria ser por COBRA justificada perante as esferas superiores que dirigiam as ações governamentais no setor, o que evidentemente era impossivel.

Diante de minhas criticas (sempre publicadas pelas midias impressas) e sem poderem responde-las, os Governos militares adotaram, durante varias anos, a estrategia de me desconstruir atraves de pressoes/pereguições de varios tipos, sempre subterraneas, desconstruções essas que terminaram por conseguir a minha partida para o exterior.

Ademais, eles não se defendiam dos meus argumentos e denuncias usando os meios naturais numa democracia (a imprensa ou a Justiça) mas sim atraves das suas ilegais pressões exclusivamente nos bastidores, a conhecida marca registrada de ditaduras. Esse assunto esta narrado nos capitulos deste book 2.

Um fato interessante é que, com o passar do tempo importantes militares começaram a me apoiar (como veremos adiante) e a discordar da "administração" da informatica pelo Governo. Mas para o Governo eu fui o exemplo que não deveria existir.

## CAP03
## A "TOMADA" DA J.C. MELO/SISCO COM A AJUDA DO GOVERNO

**Este capitulo narra**

**1. Como o Governo documentadamente e manu militare co-participou com o Sr. Henry Maksoud quando ele "tomou" a minha empresa J.C. Melo/Sisco, então uma fabrica BRASILEIRA de computadores medios. Se ela hoje ainda existisse, seria a unica pois não surgiu, nesses 40 anos, uma outra do mesmo nivel.**

**2. Neste capitulo incluo as suas 3 cronologias Antes, Durante e Apos essa "tomada".**

**A "tomada" do Sr. Maksoud da minha empresa (mesmo sendo um ASSUNTO PRIVADO) não teria acontecido se o Governo não tivesse sido (documentadamente) seu co-participante. Nem se eu cobrasse meus direitos na Justica teria exito no Governo militar naquele momento e foi exatamete por isso que eles preferiram usar um processo manu militare mais "direto".**

**Mas como poude ocorrer essa co-participação do Governo, se o sr. Maksoud não era uma pessoa bem vista por ele?**

**Se o Governo me "devolvesse" a J.C.MELO/Sisco (como legalmente eram obrigados a faze-lo) eu poderia fecha-la e como ironicamente ela era a UNICA comprovação existente da viabilidade da politica nacional de informatica do Governo, isso tambem lhe seria bastante prejudicial, provavelmente mortal. E na otica deles, o PNI não poderia morrer.**

**E então o Governo tomou uma decisão digamos "de Estado", parte para impedir o fechamento da J.C. MELO/Sisco ja então "tomada" pelo Sr. Maksoud e parte para "me punir" por minhas continuas e muito**

apoiadas criticas tecnicas.

Alias, eu nem necessitaria ir a Justica, seria suficiente anunciar que as "licencas" governamentais de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram legalmente minhas e não da associação com o sr. Maksoud e isso seria a morte da J.C. MELO/SISCO, com grande repercussão negativa junto aos compradores de seus computadores pois eles teriam feito altos investimentos nos softwares por eles construidos que depois poderiam ser perdidos. Mas nem isso eu poude fazer, pois o Governo "ignorou" uma minha petição oficial de 300 paginas via Cartorio.

Na realidade, foi esse o motivo para eu ter requerido a volta dos meus direitos ao Governo, atraves dessa petição de 300 paginas. Essa petição gerou o processo numero 00210 de 1980, com a finalidade de mostrar ao sr. Maksoud e ao proprio Governo que eu tinha esse poder, portanto eu não era tão indefensavel como eles supunham.

Essa petição de 300 paginas foi documentadamente entregue ao Governo (via Cartorio) com todas (todas) as suas paginas individualmente numeradas/carimbadas/autenticadas com o numero do protocolo/processo do Governo e assinaturas como "recebida" pelo Governo. Mas eu o recebi de volta uns 12 meses apos, pelos Correios, completo com todas as suas 300 paginas (originais) com o implicito recado: "Isso é o que fazemos com a sua petição".

Veja o anexo C03-a com o Governo informando que o processo numero 00210 de 1980 "sumiu", e no anexo C03-b imagens de algumas das suas 300 paginas originais, todas numeradas, rubricadas e classificadas e com o numero do processo e o numero da pagina e uma rubrica em cada pagina. Claro que sumiu, pois todas as suas 300 paginas estão comigo, de volta pelos Correios. E disso resultou existir uma prova juridica desse crime.

Não foi uma atitude inteligente do Governo, pois mesmo "sumido" ele havia sido entregue/registrado por um cartorio, e eu tenho de volta todas as suas 300 paginas autenticadas/numeradas pelo Governo, com numero do protocolo, do processo e nas suas 300 paginas. Mas na epoca uma ação manu militare não implicava em suspeição.

Antes da "devolução" do processo original pelos Correios, escrevi varias cartas diretamente ao Governo, solicitando urgencia no despacho do processo, solicitando uma solução. Mas essas cartas foram ignoradas. Veja o anexo C03-c uma carta via Cartorio ao Governo solicitando decisão no processo

Anexo C03-a

Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49 Resposta
Inbox
x
sic <sic@mct.gov.br>

Dec 6 (13 days ago)

to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49, postado no Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao processo SEI nº 00210, de 1980, informamos a Vossa Senhoria que, decorridos mais de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas intensas buscas no acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, existentes do Arquivo Geral deste Ministério, não foi possível localizar o processo solicitado, nem cópia de sua autorização ou publicação dessa autorização no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Anexo C03-b

Proc. DF C0771/JE
Rubrica

Página 1
Anexo 3.C.A.1.1

São Paulo, 28 Abril 1980

1º OFICIO
REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
FICOU ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
SOB N.º 132024

A Diretoria da
SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA
Setor de Autarquias Norte
Lote A Quadra 2, 1º andar
Edificio DNER
Brasilia - DF

Presados senhores -

João Carlos Melo, brasileiro, maior, casado, industrial,

(Endereço retirado por motivos de segurança) 11 Setembro 1980

vem expôr a V. Sas. o que se segue:

HISTORICO

O GRUPO J.C.MELO INDUSTRIA DE COMPUTADORES LTDA, de propriedade do signatario, e a HIDROSERVICE ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, de propriedade do Sr. Henry Maksoud, através do "Termo de Compromisso" (doravante chamado Termo) assinado em 2 Setembro 1977 (Anexo nº 1), resolveram associar-se para continuar a fabricação de computadores e afins até então realizada pelo GRUPO J.C.MELO.

Além do Termo acima, ambas as firmas acima assinaram um "Protocolo de Intenções" (doravante chamado Protocolo) em 31 Agosto 1977 (Anexo nº 2), enviado à CAPRE capeando o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia, em Setembro 1977, para a escolha dos 3 fabricantes de minicomputadores. É importante mencionar que o Protocolo acima explicitamente confirma e completa o Termo.

1º OFICIO DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
Nos termos da legislação em vigor, entreguei, hoje, uma via desta carta a seu destinatário
Brasilia-DF 07 de 5 de 1980



cretaria, pois à pergunta "o Termo foi cumprido?" juridicamente a resposta será não independentemente das referidas explicações acima.



PROPRIEDADE DOS TERMOS DE COMPROMISSOS NA CAPRE

Diante do não-cumprimento dos principais itens do Termo por parte da HIDROSERVICE (I,II,III,IV,V), o que o torna juridicamente nulo e a sociedade INEXISTENTE, o signatario consulta a essa Secretaria sobre:

a. Se os Termos de Compromissos referentes ao minicomputador IND-5005 (emulador do PDP-8E e tambem chamado pela SISCO de SCC-5000), ao microcomputador MIC-1000, à serie 5400 e à serie 5500, assinados com a CAPRE pela antiga J.C.MELO em 9 Agosto 1977, pertencem à J.C.MELO ou à SISCO;

b. Se o Termo de Compromisso referente ao minicomputador MB-8000 (emulador do NOVA-3), assinado com a CAPRE pela SISCO em 1979, pertence à J.C.MELO ou à SISCO.

Sobre este item b, o signatario deseja informar que, quando da assinatura do Termo com a HIDROSERVICE, o MB-8000 era um projeto de propriedade da J.C.MELO. Para isso comprovar, o signatario apresenta recortes de jornais anteriores a 2 Setembro 1977 (data do referido Termo com a HIDROSERVICE), conforme vemos no Anexo nº 3.

Tambem como comprovação de que o MB-8000 era parte integrante do Termo assinado com a HIDROSERVICE, o signatario apresenta no Anexo nº 4, copia da carta de 7 Setembro 1977 dirigida à CAPRE, onde está explicitado o modelo MB-8000. Essa carta acompanhava o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia havida em Setembro 1977.

E como se tudo isso não fosse suficiente, no Anexo nº 5 temos uma copia da carta da J.C.MELO, de 10 Julho 1978 (original em

cretaria, pois à pergunta "o Termo foi cumprido?" juridicamente a resposta será não independentemente das referidas explicações acima.



PROPRIEDADE DOS TERMOS DE COMPROMISSOS NA CAPRE

Diante do não-cumprimento dos principais itens do Termo por parte da HIDROSERVICE (I,II,III,IV,V), o que o torna juridicamente nulo e a sociedade INEXISTENTE, o signatario consulta a essa Secretaria sobre:

a. Se os Termos de Compromissos referentes ao minicomputador IND-5005 (emulador do PDP-8E e tambem chamado pela SISCO de SCC-5000), ao microcomputador MIC-1000, à serie 5400 e à serie 5500, assinados com a CAPRE pela antiga J.C.MELO em 9 Agosto 1977, pertencem à J.C.MELO ou à SISCO;

b. Se o Termo de Compromisso referente ao minicomputador MB-8000 (emulador do NOVA-3), assinado com a CAPRE pela SISCO em 1979, pertence à J.C.MELO ou à SISCO.

Sobre este item b, o signatario deseja informar que, quando da assinatura do Termo com a HIDROSERVICE, o MB-8000 era um projeto de propriedade da J.C.MELO. Para isso comprovar, o signatario apresenta recortes de jornais anteriores a 2 Setembro 1977 (data do referido Termo com a HIDROSERVICE), conforme vemos no Anexo nº 3.

Tambem como comprovação de que o MB-8000 era parte integrante do Termo assinado com a HIDROSERVICE, o signatario apresenta no Anexo nº 4, copia da carta de 7 Setembro 1977 dirigida à CAPRE, onde está explicitado o modelo MB-8000. Essa carta acompanhava o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia havida em Setembro 1977.

E como se tudo isso não fosse suficiente, no Anexo nº 5 temos uma copia da carta da J.C.MELO, de 10 Julho 1978 (original em

## Anexo C03-c

JOÃO CARLOS MELO, na qualidade de Denunciante nos autos do Processo nº 0021080 em curso nesse CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, que tem como Denunciado a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, vem requerer uma certidão com as seguintes informações:

1. Se os Quesitos formulados pelo Denunciante através de carta registrada remetida a esse CONSELHO, em 3 de Dezembro de 1980, de numeros 01 até 14 e referentes ao Projeto de Fabricação de computador chamado modelo MB-8000, foram respondidos pelo Denunciado.

2. Em caso positivo, quais as respectivas respostas do Denunciado e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

3. Em caso negativo, quais as providencias tomadas por esse CONSELHO para a apuração das denuncias formuladas pelo Denunciante e especificadas nos referidos Quesitos, e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

Nestes Termos

P. e E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 18 Agosto 1982

[signature]

João Carlos Melo

Endereço provisorio: Rua Riachuelo 97 - Rio de Janeiro - RJ

CARTORIO DO 2.º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSÔAS JURÍDICAS - ED. Ant.º V. da Silva Lojas 9/10 - SCS Brasília - DF
Registrado sob nº 17802 Livro BM-3
Protocolado sob nº 51617 Livro A-2
Brasília, 23/08/82

Recebido em 25/08/82

019d

21080. Sem resposta.

Diante disso, resolvi pedir uma audiencia ao General Octavio Medeiros no Palacio do Planalto, a qual ele me concedeu e me recebeu, junto com um seu auxiliar Coronel do Exercito. Como ele era o meu principal perseguidor, nessa audiencia nada falei sobre os erros da PNI nem das perseguições que recebia, limitando-me somente a reclamar o fato do Governo não so não decidir a respeito do processo mas tambem ao fato de que ela nunca sequer me dava explicacoes. Era nitidamente um bloqueio, pois me negavam inclusive explicacoes.

Alem de solicitar a decisão final do processo, fiz ver ao General Medeiros que o fechamento da J.C. Melo/Sisco seria altamente prejudicial a propria PNI (sem falar ao Brasil), pois era ela a unica fabricante brasileira de computadores que justificaria a PNI, e ele concordou comigo.

E então ele decidiu que iria obrigar o Sr. Maksoud a sentar na mesa de negociações comigo para tentar uma solução.(sic) Não para que eu "voltasse" a J.C. Melo/Sisco pois eu não mais aceitaria mas para discutirmos o valor dos meus então 40% das acoes. Disse que o Governo não iria entrar no merito da questão, como o valor a ser a mim pago pelo Sr. Maksoud, etc., mas somente exigir uma solução.(sic)

Faco uma importante ressalva, essa decisão do General Medeiros é uma prova de que eu poderia fechar a J.C. Melo/SISCO, portanto eu era o dono das "licencas" de fabricação na SEI, exatamente o que estava no processo. Caso contrario, o General Medeiros nem me receberia como é obvio, pois não teria por que faze-lo.

Eu lhe respondi: Sr. General, eu conheco a personalidade do Sr. Maksoud e ele não ira aceitar.(sic) Ao que ele respondeu: "Dr. Melo, nos sabemos como fazer o Sr. Maksoud sentar na mesa."(sic)

E determinou ao Coronel, cujo nome infelizmente eu não soube, que desse a ordem ao Sr. Octavio Gennari Neto então Secretario Especial de Informatica da SEI, para que ele falasse com o Sr. Maksoud. Mas a ordem nunca foi cumprida e durante meses o Sr. Octavio Gennari Neto me dizia que "não tinha tido tempo para ir a São Paulo"(sic) embora a sua familia morasse em São Paulo aonde ele ia todas semanas.

E a ordem não foi cumprida, e depois eu soube que o Sr. Otavio Gennari Neto havia sido socio do Sr. Jose Roberto Faria Lima então Vice-Presidente da J.C. Melo/Sisco e amigo pessoal do Sr. Maksoud, numa

empresa de consultoria em São Paulo.

Depois disso é que o processo 00210 foi totalmente "devolvido" pelos Correios, ou seja a resposta tão solicitada por mim.

E posteriormente eu soube que a J.C. Melo/Sisco

"não conseguindo mais fabricar computadores"

pediu e obteve do Sr. Octavio Gennari Neto uma licenca para importar computadores para os seus clientes, como veremos adiante. Vide o anexo C03-d.

O que deveria acontecer com a minha volta apos esses mais ou menos 40 anos?

Bem, um tapete vermelho e uma medalha no peito, uma reparação moral alem de uma reparação pela perda dos meus US$ 25 milhoes. Isso poderia acontecer na Franca, no Reino Unido, nos Estados Unidos, na Alemanha, mas no Brasil isso não aconteceria. Esquecamos.

Poder-se-a dizer que eu deveria ter contratado um advogado. Na realidade isso tentei, procurando o famoso criminalista Dr. Carvalho Pinto em São Paulo. E entreguei-lhe uns 200 documentos, ele me pedindo um pequeno prazo para uma analise pelos seus auxiliares.

Na reunião posterior ele me disse:

"Que me daria a minha empresa de volta, não os 40% mas sim os meus 100%, se eu respondesse "sim" a duas perguntas, uma vez que o denunciado seria o Sr. Maksoud, com muito poder financeiro e ate com um proprio departamento juridico na sua empresa Hidroservice:

1. Se eu dispunha de alguns milhões de dolares para sustentar a minha denuncia ate o Supremo Tribunal Federal, pois o Sr. Maksoud com muita facilidade recorreria as instancias superiores,(sic)

2. Se eu poderia esperar de 15 a 20 anos por uma decisão do STF".(sic)

E em ambas lhe respondi um "nao", ao que ele respondeu:

"Então me vejo obrigado a lhe sugerir desistir da ação, absorvendo os seus inegaveis efeitos negativos inclusive os psicologicos."(sic)

A somatoria do poder "financeiro/juridico" do Sr.

Anexo C03-d



INDÚSTRIA

# Melo denuncia: Sisco importa Data General

Continuação da 1ª página

Em sua representação, J.C. Melo pede a intervenção do ministro, "maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada", para que esta sirva de conciliadora entre as partes. Caso contrário terá que "tomar providências para o fechamento da empresa, que virá prejudicar e comprometer o modelo governamental para o setor e seus usuários."

Melo também criticou a atitude do secretário Octávio Gennari, a quem esta representação deveria ser originariamente encaminhada, por pré-julgamento da solicitação que faria à SEI. Segundo explicou, após ter feito uma declaração à imprensa dizendo que iria tomar essa atitude, surpreendeu-se com as declarações de Gennari publicadas no jornal *O Globo* no dia seguinte, onde o secretário afirmou que não iria intervir no caso da Sisco por se tratar de assunto administrativo.

Melo acredita que tal declaração favoreceu Maksoud publicamente, sem Gennari saber se o caso seria administrativo, criminal, de desnacionalização da empresa ou de Segurança Nacional. "Ou seja, foi um típico caso de pré-julgamento". Nesta entrevista Melo relata esses acontecimentos e outros detalhes sobre a sua saída da Sisco.

J.C. Melo Informática Ltda, é o nome da empresa constituída por João Carlos Melo, após sua saída da Sisco, que já está oferecendo no mercado dois produtos: o terminal de vídeo M-200 e a impressora M-300.

O terminal de vídeo tem o preço de venda de 151,7623 pontos de ORTN mais 18% de IPI (cerca de 80 mil cruzeiros em março); prazo de entrega de três meses e garantia de três anos. A tecnologia é LSI, com microcomputador (Rom de 16 Kb e uma outra de 2 Kb com a programação de operações e funções); 128 caracteres com 32 ou 64 linhas, operação em código ASCII ou Baudot. Tem interface de entrada/saída serial para computador ou comunicações e saída sinal de vídeo, que permite colocar duas telas num só teclado.

A impressora M-300 tem preço de venda de Cr$111.720,00 em abril, prazo de entrega de 5 meses e garantia de 2 anos. Velocidade de 100 caracteres por segundo, largura máxima de 8 polegadas, colunas selecionáveis por chave ou software, matriz 7x7 ou 14x7. Alimentação traseira ou frontal por cima ou através de furos.

Maksoud com o poder manu militare do Governo causou a amoral e ilegal "tomada" da minha empresa.

O Brasil embora o negue continua sendo um pais de castas e isso todos nos sabemos.

Vejamos, agora, as cronologias da "tomada" da J.C. Melo, antes, durante e apos.

1. Cronologia da "tomada" - Antes

a. Inicialmente, eu não procurei o Sr. Maksoud para fazer uma associação, aconteceu exatamente o inverso. Veremos em outro capitulo.

b. Nas tratativas sobre a associação com a J.C.Melo Industria de Computadores, o sr. Maksoud fez questão absoluta de ter 60% das ações com a desculpa de que os precisaria para ter "poder total" junto aos Governos.

c. Nessas tratativas ele concordou que eu seria eternamente o Vice-Presidente da empresa. Mas não cumpriu esse compromisso, com a desculpa de que a Hidroservice teria um contrato com o Governo na area da tecnologia da informatica e então seria conveniente esperar o termino desse contrato para cumprir com essa promessa. Uma proposta razoavel, mas que nunca foi cumprida mesmo apos a finalização do referido contrato.

d. Nessa promessa da Vice-Presidencia existia a obrigatoridade de registrar-me como um empregado da empresa e com esse cargo. Tambem não a cumpriu. E colocou o seu amigo Jose Roberto Faria Lima como Vice-Presidente, e eu como Diretor Geral.

e. O nome da empresa era o mesmo do Rio de Janeiro, "J.C.Melo Industria de Computadores Ltda", mas o sr. Maksoud decidiu muda-lo para "Sisco" a minha revelia, descaraterizando-a como "J.C. Melo", um nome ja bastante conhecido nessa area ha muitos anos.

f. Uns 2 meses antes dessa "tomada" da empresa, ele teve a iniciativa de contratar e trazer um norte-americano (Mr. Drees) nomeando-o Diretor Geral, embora todos os Diretores (e quase todos eram seus empregados) lhes tivessem declarado não existir essa necessidade, pois a Sisco estava muito bem tecnicamente e com um otimo backlog, alem de saberem que ele seria inutil no nosso tipo de empresa. E o sr. Drees ganhava aproximadamente 12 vezes o salario dos diretores brasileiros se considerando somente o seu salario, fora os fringe benefits que os brasileiros não tinham. Adicionalmente o Sr. Drees pediu e obteve: 5 passagens ida-volta Brasil-Estados

Unidos 2 vezes por ano para sua familia (5 pessoas), residencia num bairro de elite, um bom carro, escola americana para os seus 3 filhos, colocar toda sua familia no melhor clube de São Paulo. Na cabeca do Sr. Maksoud (so nela) com a minha planejada eliminação haveria um substituto tecnicamente igual, mas a experiencia do Sr. Drees nada tinha a ver com a direção de uma empresa de tecnologia da informatica como a J.C. Melo/Sisco. Isso quer dizer que se o plano do sr. Maksoud desse certo, a minha Diretoria não teria sido substituida corretamente, com um tecnico igual, melhor ou muito melhor do que eu. A experiencia do Sr. Drees era somente de direção de chão de fabrica de eletronica e ele era competente nisso, mas nada entendia de hardware ou software para dizer o minimo. Foi um obvio erro do desinformado Sr. Maksoud preocupado em me substituir a tempo antes da "tomada", muito semelhante a outros erros similares tomando decisões unilaterais inclusive sem ouvir o seu socio e não um seu empregado. E isso era frequente, diario.

h. Quando eu fui eleito pelo jornal A Gazeta Mercantil como o lider nacional da area, a minha revelia pois nessas eleições não existiam "candidatos" mas somente votações expontaneas dos empresarios, me externou a sua insatisfação dizendo que a minha preocupação deveria ser somente a Sisco e não os "palanques" (sic). E que eu não mais atendesse jornalistas quando procurado. Veja o anexo C03-e.

h. Recebi, entao, um convite de um ex-diretor da Hidroservice, Dr. Cararesi, transferido pelo Sr. Maksoud para ser Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco, para jantar. Alias, ressalto que eu nunca assinei (ou vi) um unico cheque da J.C. Melo/Sisco, tarefa essa exclusiva do Sr. Maksoud com o seu Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco e eles faziam o que queriam nas financas da empresa e eu não era informado. E nesse jantar o Dr. Cararesi me historiou varias iniciativas e solicitações do Sr. Maksoud claramente demostrando que ele estaria preparando a "tomada" da minha empresa.

i. Na esfera da Hidroservice, existia um antigo e forte boato sobre o inicio da empresa. Segundo ele, ela foi criada por 2 socios, o Sr. Maksoud e outro engenheiro especialista em hidraulica porem inexperiente como empresario, e eles criaram a sociedade com a mesma divisão 60% x 40% a mim imposta. Alguns anos depois esse engenheiro faleceu, deixando a humilde esposa com filhos pequenos e sem possibilidades de se sustentarem. O sr. Maksoud a chamou, dizendo-se sensibilizado com a sua situação e deu-lhe um cargo vitalicio na Hidroservice, com um pequeno salario porem suficiente para eles se sustentarem, para as

Anexo C03-e

*Fórum*
GAZETA MERCANTIL

## RELAÇÃO DOS LÍDERES

* líder nacional
** líder setorial
*** líder regional

01 — Abdul M. Waquil 80**
02 — Abílio dos Santos 81**
03 — Abílio dos Santos Diniz 78**/79*—**/80*—**/81*—**
04 — Abrahão Kazinski 77**/79**/80**
05 — Adhemar Alves Bebiano 77**
06 — Adhemar de Barros Filho 77**
07 — Adolpho Lindenberg 77**
08 — Adolfo Neves Martins da Costa 77**/78***/79***/80***
09 — Alberto Alves Filho 78**/79**
10 — Alberto Luiz Gonçalves Soares 80**
11 — Aldo Lorenzetti 79**
12 — Aldo Sani 81**
13 — Alex Periscinoto 78**/79**/80**/81**
14 — Alexandre Braune 80**
15 — Alfredo Júlio Resende 81**
16 — Aloísio Andrade de Faria 77**
17 — Altair Zaniollo 78**
18 — Álvaro Britto Bezerra de Mello 78**/79**/80**
19 — Álvaro Luís B. Catão 81**
20 — Amador Aguiar 77*—**/78*—**/79**/80**/81**
21 — Américo Oswaldo Campiglia 77**
22 — André La Sagne de Botton 79**
23 — Ângelo Calmon de Sá 79***/80**—***/81***
24 — Antero Botelho Leite Castro 81**
25 — Antônio Carlos de Almeida Braga 77**/79**/80**/81**
26 — Antônio Didier Barbosa Vianna 81**
27 — Antônio Ermírio de Moraes 77*/78**—**—**/79*—**—***/80*—**—***/81*—**—***
28 — Antônio Gallotti — 77**/78**
29 — Antônio Joaquim P.C. Palhares 77**
30 — Armando Carneiro 81***
31 — Armando Moraes Sarmento 77**
32 — Arthur João Donato 80***/81***
33 — Arthur Sendas 78**/80**/81**
34 — Atílio Fontana 77**/78**—***/79**—***/81**
35 — Augusto Trajano A. Antunes 77*—**/78**/79**
36 — Aureliano Albuquerque 77**/81**
37 — Bernardo Geisel 77**
38 — Bruno Nardini 77**
39 — Caio Aurélio Domingues 79**/80**
40 — Camilo Cola 81***
41 — Caribe da Rocha 81**
42 — Carlos Alberto Fannuchi de Oliveira 78**/79**/80**/81**
43 — Carlos Antich 79**
44 — Carlos Antônio Rocca 77**
45 — Carlos Augusto Rodrigues Carvalho 79**
46 — Carlos Chiti 77**
47 — Carlos Frederico Lopes Motta 77**
48 — Carlos Mariani Bittencourt 80**/81**
49 — Carlos Paiva Lopes 81**
50 — Carlos Renaux 78***
51 — Carlos Villares 77**/78**/79**
52 — Celso Albano 81***
53 — Celso Rocha Miranda 77**/80**/81**
54 — Cláudio Bardella 77*—**/78*—**—***/79*—**—***/80*—**—***/81*—**—***
55 — Cláudio Regina 78**
56 — Cláudio Strassburger 80***/81**
57 — Cleto Campello Meirelles 81***
58 — Clóvis Elói Battistella 80**
59 — Clóvis Gonçalves Souza 81**
60 — David Saul Moskowitz 77**
61 — Delson Siffert 81**
62 — Denisar Almeida Arneiro 77**/78**
63 — Derek H. Lowell-Parker 78**/79**—***/80**
64 — Dilson Funaro 78**/79**/80**/81**
65 — Edes Landin 77**
66 — Edgard Arp 78**/79**/81**
67 — Edison Fregni 81**
68 — Edmund Van Parys 80**
69 — Edson Queiroz 79***/80***
70 — Edson Rodrigues Ferreira 78**/79**
71 — Eduardo Carlos P. Magalhães 79**/81**
72 — Eduardo Celestino Rodrigues 77**/78**/79**
73 — Eduardo Diniz Junqueira 81**
74 — Einar Kok 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
75 — Eliezer Batista da Silva 80** / 81**
76 — Emílio Battistella 77**
77 — Erik Oswaldo Kastrup Carvalho 77** / 78** / 79** — ***
78 — Erna Belian Wernsdorf Rappa 77** / 78** / 79**
79 — Ernane Galvêas 78** / 79**
80 — Eugênio Staub 77** / 78** / 80** / 81**
81 — Fabrisio Fasano 78**
82 — Fernando A. Souza Camargo 81**
83 — Fernando Garcia Cid 80**
84 — Fernando Penteado Cardoso 80**
85 — Fernando Roquete Reis 77** / 78***
86 — Fernando S. Gama Frota 79**
87 — Firmino Rocha de Freitas 80** / 81**
88 — Flávio Musa Freitas Guimarães 77**
89 — Francisco Lima Souza Dias 79**
90 — Francisco Stedille 77** /80**
91 — Fritz Weismann 79**
92 — Gabriel Donato Andrade 79***
93 — Gastão Eduardo Bueno Vidigal 78** / 79** / 80**
94 — Geraldo Alonso 77**
95 — Geraldo Guennes Tavares Lima 77**
96 — Geraldo M. Bordon 77** / 79** / 81**
97 — Gérson Dias 80**
98 — Gilberto Geraldo Garbi 79**
99 — Giordano Romi 77** / 79** / 80** / 81**
100 — Giorgio Padovano 77**
101 — Glycon de Paiva 77**
102 — Helder Parente 77**
103 — Hélio Beltrão 77** / 78* — ** — ***/ 79* — ** — ***
104 — Hélio Moreira Salles 78**
105 — Hélio Pentagna Guimarães 77** / 78** / 79** / 80***
106 — Helvécio Gilson 81**
107 — Henrique N. Coube 81**
108 — Henrique De Botton 77** / 78**
109 — Henrique Guatimosin 79**
110 — Henrique Sérgio Gregori 77** / 78** / 79**
111 — Henry Maksoud 78** / 80**
112 — Henry Victor Eicher 77**
113 — Herbert Victor Levy 77** / 78** / 81**
114 — Hercílio Luiz Colaço 81**
115 — Hermes F. Macedo 77**
116 — Hermínio Ometto 77** / 78**
117 — Horácio Cherkassky 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
118 — Horácio S. Coimbra 77** / 80**
119 — Horst J. Happel 80**
120 — Hugo Crespi 77**
121 — Israel Klabin 78** / 80***
122 — Ivan Barreto Carvalho 77**
123 — Ivan Müller Botelho 79**
124 — Ivan Zarif 77**
125 — J. Murillo Valle Mendes 77** / 79*** / 80** — *** / 81** — ***
126 — Jaime Canet Jr. 80***
127 — Jaime Faria 78**
128 — Jaks Rabinovich 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
129 — Jamil Nicolau Aun 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
130 — João Alves Veríssimo 78**
131 — João Carlos Mello 79**
132 — João Carlos Paes Mendonça 78** / 79***/ 80** — *** / 81**
133 — João Hansen Neto 79***
134 — João Havelange 77**
135 — João Machado Fortes 79** — *** / 80** — *** / 81**
136 — João Pereira dos Santos 79** / 80** / 81** — ***
137 — João S. Marinho Nunes 81**
138 — John Russel Warren 80**
139 — Jorge Franke Geyer 77**
140 — Jorge Gerdau Johannpeter 77** / 78** — *** / 79* — ** — *** /80* — ** — *** 81* — ** — ***
141 — Jorge Wolney Atalla 77** / 78** / 79**
142 — José Antônio Alencastro Silva 77** / 79** / 80** / 81**

escolas das criancas, etc, em troca dos 40% que ela possuia, o que ela fora convencida a aceitar. Não sei se era um boato ou uma verdade, porem mais adiante coincidentemente veremos o que o sr. Maksoud me ofereceu.

j. Diante de tudo que estava acontecendo, telefonei ao economista Dr. Lemme um dos principais assessores do sr. Maksoud, e marcamos um jantar. O Dr. Lemme era um antigo amigo do meu tio tambem economista Dr. Gilberto Paim, e nesse jantar externei-lhe tudo que sabia, pedindo-lhe uma opiniao. Que pela sua longa amisade com o meu tio seria uma opinião da qual eu não deveria duvidar. Apesar de todas as evidencias, o Dr. Lemme tentou me convencer de que esses procedimentos não eram tipicos do sr. Maksoud. Mas as evidencias eram fortes e eu não concordei com ele.

k. Seis dos 7 Diretores da J.C.Melo/Sisco eram empregados da Hidroservice, mas eles não foram legalmente transferidos para a J.C.Melo/Sisco, a Hidroservice pagava os seus salarios e multiplicava-os por 4,5 isso faturando contra a J.C. Melo/Sisco como "servicos prestados", endividando-a inclusive obviamente diminuindo o valor dos meus 40%. A mesma "tecnica" acontecia com outras compras da empresa, com os anuncios decididos exclusivamente pelo Sr. Maksoud na sua propria revista Visão e nas varias obras executadas sempre pela empresa construtora do seu irmao.

Preocupado com tudo isso e indeciso diante de uma decisão que seria fundamental, eu sai de ferias (alias, a primeira da minha vida) e propositadamente me isolei do eixo Rio Janeiro x São Paulo para pensar com mais tranquilidade sobre o que deveria fazer.

2. Cronologia da "tomada" - Durante

Duas semanas depois eu voltei das ferias, ja preparado para um encontro com o Sr. Maksoud, e fui direto ao meu gabinete. Ao nele chegar, minha secretaria assustou-se e disse: O Sr. não sabe?

"O Sr. Maksoud tirou o senhor da Diretoria e deixou um recado de que quando o senhor chegasse fosse falar com ele". O que fiz.

Então ele me disse "Nada tenho contra voce. Mas voce esta tomando muitas decisões e não deixando os Diretores agirem. Tanto não tenho nada contra que voce sera o chefe do Departamento de Computação da Hidroservice" (sic). E chamou sua secretaria ordenando-lhe conseguir uma sala para mim.

Uma acusação totalmente ficticia, pois as decisões

mais importantes eu so as tomava numa reunião da Diretoria, das quais ele nunca participava pois tomava decisões completamente a minha (a nossa) revelia.

Mas eu o interrompi dizendo-lhe: "Sr. Maksoud, eu ainda não aceitei, preciso de um tempo para pensar" (sic).

E sai, voltando dias depois e dizendo-lhe um "nao".

Veja no anexo C03-f a carta que enviei ao Sr. Maksoud em 28 Feereiro de 1980, a qual ele não respondeu.

3. Cronologia da "Tomada" - Apos

Poucos anos depois, como eu tinha convicção de que isso aconteceria com a minha saida, a Sisco do Sr. Maksoud simplesmente morreu. Não por meus profundos e maravilhos conhecimentos da tecnologia da informatica portanto unico, mas sim porque o Sr. Maksoud demonstrava, nas suas decisões, um grande desconhecimento do assunto, como por exemplo trazer Mr. Drees para substituir-me, um diretor de chão de fabrica de eletronica. Na cabeca dele, isso seria o suficiente para fabricar computadores. O proprio Mr. Drees extranhava o que estava acontecendo, a ponto de, preocupado com a sua vinda para o Brasil, um dia me perguntar qual era a minha posição. Ele era corretissimo comigo, mas não entendia a minha "posição" e isso o preocupava ou seja o perigo por não saber exatamente o que estava acontecendo diante do grande risco de ter vindo para o Brasil com toda a sua familia.

a. Nessa epoca um jornalista me procurou (eles frequentemente me procuravam por causa dos sucessivos sucessos da J.C.Melo e J.C. Melo/Sisco) e então me fez uma pergunta subita "Agora, o que o Sr. pensa do Sr. Maksoud?" e eu, naqueles momentos de muitos estresses respondi tambem subitamente "E um gangster dos tempos modernos". O que reconheco ter sido errado, o que obviamente explica porem não justifica.

b. E então ele ordenou ao seu servico juridico entrar com tres processos contra mim, por calunia, injuria e difamação, portanto fechando as portas para quaisquer discussões entre nos.

c. E durante um ano com eu ja fora da empresa, fez 5 aumentos de capital na Sisco, todos eles investimentos ficticios com a unica finalidade de diminuir o valor dos meus 40% no capital votante da empresa pois eu não poderia acompanhar esses "aumentos" de capital. No fim desse um ano, fiquei sabendo que numa Vara judicial eu possuia 0,5% do

Anexo C03-f

São Paulo, 29 de Fevereiro de 1980

Pagina 148
Anexo 1.2.A02

Ao
Dr. Henry Maksoud
São Paulo - SP

Dr. Maksoud-

Pensei bastante nestes últimos dias e, infelizmente, não encontro uma solução aceitável para o seu ato de violência tirando-me da SISCO.

Durante esses 2 anos , fui-lhe honesto e leal, e pela SISCO e seus objetivos e cheguei ao ponto de aceitar seus continuados atos de violência e pressão, o que não é o meu feitio.

Seu último ato, entretanto afastou-me da empresa à qual tudo dei , tomando essa decisão durante as minhas férias, humilhando-me, entregando todas as minhas funções a um estrangeiro desconhecido,foi ' demais, e também impede que eu aceite a sua oferta de um emprego junto à Hidroservice ou outra empresa o que é um assunto menor .

Ofereço-lhe, portanto minhas ações da SISCO, pela razoável quantia de cr$ 25 milhoẽs, um só pagamento. Digo razoável porquanto a SISCO tem um backlog de cr$ 750 milhões somente para 1980. E mesmo que isso não existisse, bastaria o valor das autorizações da CAPRE, estimados por baixo em cr$ 500 milhões preço de mercado.Porisso, e pela óbvia pressa que tenho em resolver o assunto, é que faço-lhe uma oferta aceitável e que não admite discussões. Dito -o que não aceito contra-ofertas.

Naturalmente, além dos cr$ 25 milhões acima eu quero também a quitação da promissória que assinei.

Esta oferta tem a validade de uma semana somente, pois sou um homem público e tenho que dar uma explicação pública, que óbviamente é urgente. E só posso dá-la após a sua resposta como o Sr. compreenderá. A urgencia da sua resposta é resultante do seu próprio ato , pois começo a ser inquirido e tenho que dar respostas.

Também sugiro-lhe não mais realizar pressões nem atos de violencia contra mim, afim de que eu não seja obrigado a dar respostas. Não quero batalhas nem guerras. O simples fato de que, que após tudo o que sofri ainda estou fazendo-lhe uma oferta razoável para a solução do nosso problema, é bem uma prova de que estou agindo no sentido de uma solução pacífica.

Como é obvio ( e isto não é uma pressão ou uma ameaça) após ' aquela período e na impossibilidade do acordo, serei obrigado, a contragosto, a defender o meus interesses.

Atenciosamente,

J.C. Melo

novo capital, depositados e a minha disposição. Ele conseguiu uma maneira juridica de "comprar prioritariamente" esses 0,5% e judicialmente depositou o seu proposital baixo valor num banco, uns 500,00 da moeda de entao. Eu, que fundei a empresa e dela tinha 100%, perdi tudo. A "tomada" foi assim.

d. Ela não conseguiu mais fabricar o MB-8000, sendo obrigado a comprar/importar os similares NOVA-3 a partir da minha saida. Como eu narrei anteriormente.

e. O Sr. Maksoud conseguiu vender o nome "Sisco" para a grande empresa norte-americana de software CISCO, que viria operar no Brasil, por US$ 300,000.00. O advogado da CISCO me consultou, mas eu lhe informei que o nome SISCO havia sido escolhido e registrado pelo Sr. Maksoud e não por mim, e que eu não havia sido informado sobre como esse registro teria sido feito.

f. Para sobreviver, a Sisco passou a ser uma simples vendedora de produtos da area, como as impressoras Epson, etc.

g. Cerrou as suas portas deixando de pagar as indenizações trabalhistas aos seus empregados, do que resultaram centenas de processos trabalhistas contra o Sr. Maksoud.

h. Parou com a periodica e imprescindivel assistencia tecnica aos muitos compradores dos seus computadores, deixando-os na dificel posição de "se virar" com os computadores sem as suas pecas sobressalentes e os seus imperiosos updates e upgrades quer em software quer em hardware.

E a fechou, esse foi o triste destino da que foi a maior industria BRASILEIRA de computadores medios em todos os tempos. Ate hoje nenhuma industria a substituiu.

Veja no anexo C03-g carta enviada ao Governo em 18 Agosto 1982, na qual eu perguntava porque ele estava ajudando o Sr. Maksoud a encontrar um comprador para a J.C. Melo/Sisco e extranhava a sua interferencia uma vez que eu era o proprietario das permissões para fabricação de seus computadores. Essa solicitação ficou sem resposta. Porem eles não tiveram exito exatamente por causa desses problemas das propriedades desses direitos (sobre os quais o Sr. Maksoud não deve te-los mencionados) pois eventuais compradores evidentemente consultaram seus advogados, como foi do meu conhecimento pois eu fui consultado por dois deles.

O grande erro do Sr. Maksoud ao "tomar" a minha

**Anexo C03-g**

JOÃO CARLOS MELO, brasileiro, maior, industrial, com endereço provisorio à Rua do Riachuelo 97, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, vem expôr a Vossa Excelencia o que se segue:

1. Chegou ao seu conhecimento que o individuo Henry Maksoud estaria, com a ajuda e o apôio desse CONSELHO, procurando comprador para a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. Que extranha a interferencia desse CONSELHO, pois considera, conforme documentos em seu poder, a referida empresa de sua propriedade, e alem disso toda a comunidade de informatica sabe, por ter sido amplamente noticiado pela imprensa escrita, que a sua propriedade será contestada em Juizo no momento oportuno.

3. Que se essa propriedade lhe foi tomada provisoriamente com a ajuda desse CONSELHO, o que aliás constitue crime previsto em Lei, isso não invalida os documentos em seu poder nem anula os seus direitos de, como ocorrerá, pleiteiar em Juizo uma decisão saneadora e a punição dos responsaveis.

4. Que adverte a essa CONSELHO de que a concordancia e/ou aval politico e/ou ajuda do Governo Federal através desse órgão de assessoramento do Exmo Sr. Presidente da Republica, constituirão ilicitos penais e contra eles ingressará em Juizo, se e quando ocorrerem.

5. Finaliza extranhando que esse CONSELHO promova a referida venda de uma empresa que toda a comunidade de informatica sabe estar, no minimo, com sua propriedade questionada, induzindo eventuais compradores a um êrro de avaliação e consequentemente promovendo uma operação ilícita.

Certo da compreensão de Vossa Excelencia,

Respeitosamente,

João Carlos Melo

Rio Janeiro, 18 Agosto 1982

empresa foi que ele não tinha (e ignorava isso) quaisquer experiencias sobre como deveria ser dirigida uma "industria de software e hardware", alem disso era um presidente extremamente antipatico e tomando decisões psicologicamente inaceitaveis tansformando empregados em futuros desistentes. Por isso, quando ele a "tomou" eu declarei que isso significaria o fechamento da empresa alguns anos apos, como de fato ocorreu e de maneira vergonhosa, sem conseguir fabricar computadores, sem pagar os direitos trabalhistas dos empregados, vendendo perifericos para "se sustentar", com empregados decepcionados com esse impensavel futuro da historica J.C. Melo.

Uma das principais coisas para uma industria desse tipo (repito, desse tipo) é o imprescindivel GRANDE entusiasmo dos seus empregados, e todos os empregados da J.C. Melo/Sisco eram seus grandes entusiastas. Era uma missao conjunta, essa ideia "maluca" de fazer uma real fabrica BRASILEIRA de computadores. Um jornal japones chegou a publicar uma reportagem sobre essa "impossibilidade", de pagina inteira.

Antes da "tomada" da empresa, eu recebi um telefonema da filial de Brasilia informando que o Governo havia finalmente aprovado a fabricação do computador medio MC-9700. Primeiro e unico medio brasileiro, e o proximo, uns 4 anos apos, certamente seria um grande 360 no seu nivel inicial. Obrigatoriamente chamei um diretor e lhe disse: "Mande comprar champagne e reuna todo o pessoal no patio da fabrica as 17 horas".(sic) E nessa reunião vimos o enorme entusiasmo de todos. Isso observei ate nas montadoras do chão de fabrica. Todos demonstravam orgulho e entusiasmo por estarem ajudando e principalmente participando daquele momento historico. NESSA COISA IMPENSAVEL PARA UM PAIS COMO O TERCEIRO MUNDISTA BRASIL. Leia no capitulo CAP16 deste book 2, essa aprovação não foi um beneficio para a J.C. MELO/Sisco como parece, pois tinha outro objetivo.

Numa industria de hardware e software, voce obrigatoriamente precisa entusiasmar todos os seus participantes, foi o que fez Steve Jobs na Dell, Bill Gates na Microsoft e os garotos Larry Page e Sergey Brin no Google. Hoje, qualquer empresa da Bay Area (Vale do Silicon) sabe dessa necessidade absoluta. Em todas as startups que surgem voce encontra esse tipo de empresarios-tecnicos, gente que chora quando algo não da certo e não por eventuais prejuizos financeiros.

Para entender e dirigir uma dessas empresas voce precisa ter um enorme amor pelas duas tecnologias envolvidas e as suas interacoes, e entender

profundamente como devera ser a direção da empresa. Não se trata de uma empresa a qual voce somente aplica suas "boas" tecnicas gerenciais e experiencias de direção e o resto naturalmente acontecera. Ou que paga os salarios dos empregados e nada mais precisa fazer no sentido deles serem co-participantes. Se voce dirigir uma industria de hardware e software sem esse entusiasmo, ela não durara muito.

E quando o Sr. Maksoud "tomou" a minha empresa, assumiu um Presidente absolutamente nada conhecedor das principais caracteristicas desses empresas e da imperiosa necessidade de ligar os seus motores "orgulho" e "entusiasmo". Alem da sua personalidade irrascivel, radical, desestimulante.

Era natural esperar o seu fracasso apos algum tempo.

Fechar a J.C. Melo/Sisco apos algum tempo, foi isso que os comandantes governamentais da PNI finalmente conseguiram ao me devolverem (manu militare e pelos Correios) a minha petição ao Governo, com todas as suas 300 paginas (originais) autenticadas e cada uma rubricada/carimbada, e com o implicito recado "E isso que fazemos com a sua petição". Uma decisão manu militare, acima das Leis.

Me "tomaram" US$ 25 milhoes, porem ironicamente eles fecharam a unica fabrica BRASILEIRA de computadores que, por seus resultados e pelo exemplo, poderia ter salvo a PNI do Governo, mesmo apesar da J.C. MELO/Sisco não ter sido por ele criada, muito pelo contrario.

Veja o anexo C03-h, uma entrevista em varias paginas ao Data News sobre todos esses acontecimentos.

Fora da enorme perda das Forcas Armadas, pois a J.C. MELO/Sisco possuia toda a estrutura necessaria (uma industria de hardware e software) para projetar e fabricar quaisquer das suas necessidades, dentro das Teoria Geral de Controle e programações em tempo real. Sem isso ter custado um centavo as Forças Armadas, o que hoje não existe obrigando-as a, no futuro, enfrentarem uma imperiosa nova PNI da estaca zero. Sim, uma nova PNI, pois para elas não se trata de somente criar forças-tarefas para as suas necessidades, visceralmente elas precisam de industrias de hardware e software. Sem elas, mesmo as suas forças-tarefas nada conseguirao.

Veja no anexo C03-i uma entrevista por mim dada ao periodico Data News sob o titulo "Carta aos empregados da Sisco", resumindo esses acontecimentos.

**Para Melo, o maior problema da Sisco é a divergência de comando: muitas ordens vinham de diretores da Hidroservice, desautorizando sua palavra. Além disso, nenhum plano financeiro até hoje foi aprovado para a Sisco.**

# Melo quer Cr$25 milhões pelos 40 % da Sisco

**— Por que e em que circunstâncias você saiu da Sisco?**

— Eu viajei em férias e nos dias 18 (isso eu só soube na minha volta) e 21 de janeiro, Maksoud soltou as circulares de números 24 e 25 onde estavam a criação de um novo cargo de diretor-geral de produção, cujas atribuições, eram em linha geral as minhas como diretor de tecnologia. Quer dizer criaram um novo cargo com nome diferente, mas com as mesmas atribuicões. Eu só vim a saber disso [illegible] ndo voltei de férias no dia [illegible] de fevereiro. Todas as funções como desenvolvimento técnico e tecnológico, a elaboração de programas de fabricação, controle de qualidade, programas de treinamento de pessoal, especialização de pessoal, testes, integração, etc. Na circular do dia 25, assinada pelo filho dele, nomeava o Sr. Charles Michael Drees Jr. como diretor-geral da empresa. Ele é americano da Univac e da Varian, estava há cerca de uma uma semana na empresa, e transformou-se no maior executivo da Sisco, fazendo reuniões e tomando decisões. Isto foi o que encontrei no dia 11 de fevereiro, quando fui falar com Maksoud à tarde e pedi-lhe explicações pelas duas circulares e pelo novo diretor. Ele respondeu que era assim mesmo e que eu não voltasse mais para a Sisco. Disse inclusive que ia me arrumar uma sala naquele dia mesmo na Hidroservice e que eu não voltasse mais para a Sisco. Eu perguntei porque esta violência e ele respondeu que não tinha nenhuma restrição do ponto de vista moral, técnico, lealdade e honestidade. Apenas que eu tomava muitas decisões e não deixava o pessoal trabalhar. Disse que o americano era muito experiente e que está agora fazendo muitas reuniões, e deixando o pessoal trabalhar. Eu perguntei então qual seria o meu cargo na Hidroservice e ele respondeu que iria criar uma espécie de diretoria de Informática do Grupo para mim. E quais seriam as atribuições deste cargo? — perguntei. Não sei, não sei em que você pode contribuir, respondeu. Bom, falei, então o senhor está criando um cargo para mim. Eu não preciso de cargo, Dr. Maksoud, portanto, eu não venho para a Hidroservice nem aceito seu cargo. Mas de qualquer maneira eu preciso de um certo tempo para pensar e lhe dar uma resposta. No dia 29 de fevereiro, (nesse ínterim eu ia à empresa meia hora por dia e não participava de coisa nenhuma) eu mandei duas cartas à Sisco: uma à diretoria dizendo que eu havia sido afastado da direção da empresa, cargo empregatício que exercia desde 1977, conforme acordo assinado entre as duas partes. E o outro, relativo a meus 40% da Sisco. Diante do ato de violência eu fiz uma oferta ao Maksoud de 25 milhões de cruzeiros pela minha participação acionária. Nesta altura dos acontecimentos - eu não queria mais acordo para ficar na Sisco, me convidando ou não. Eu achei razoável a quantia porque eu tenho backlogging, que são as vendas, de 750 milhões em 80, dos quais quase 300 milhões já faturados. E dei o prazo de uma semana, que findou hoje — dia 7 de março, sexta-feira. Ele não se manifestou, como eu previa. Maksoud é muito orgulhoso e agora estou tomando as providências necessárias para proteger meus interesses.

**— Como foi o contrato firmado com a Hidroservice quando da criação da Sisco?**

— Bom não é bem um contrato. Trata-se de um acordo, com 20 a 30 cláusulas, das quais muitas não foram cumpridas. Uma delas é que eu seria o vice-presidente da empresa em qualquer circunstâncias. No início eu fui de direito mas não de fato, porque existiam outras linhas de força além da minha. Haviam várias pessoas da Hidroservice que causavam uma série de problemas paralelos às linhas de poder legal. Nenhuma empresa pode funcionar desta maneira. Em abril ou maio ele propôs que eu ficasse com uma coordenação dos outros três diretores. Essa coordenação nunca funcionou na realidade. Com relação à tecnologia — até então de minha propriedade — fazia parte deste acordo. Ela agora pertence à Sisco, e não ao Maksoud. Agora ele me despediu da firma, o que não podia

ter feito, já que no acordo também constava a contratação como diretor-técnico da empresa, uma relação simples e empregatícia. E na verdade até hoje não recebi nenhum dos direitos a que tem um trabalhador como fundo de garantia, 13º salário, férias, etc. Eu poderia argüir judicialmente a não validade do acordo por falta de cumprimento de determinados itens, como a minha saída da vice-presidência. Podem ser tomada várias providências: ação trabalhista, cível, inclusive ação criminal por violências e pressões.

**Como foi a reação dos seus colegas de trabalho?**

— Foi a melhor possível. Existe uma unanimidade ao meu favor na Sisco. As pessoas estão telefonando e dizendo não haver vozes discordantes. Todos concordam com a violência inexplicável feita contra mim. Mandei uma carta de despedida ao pessoal, datada de 29 de fevereiro onde explico os motivos e me despeço pessoalmente de cada um. Na mesma semana eles fizeram uma circular interna e reservada assinada por cinco diretores: Dr. Aldo, Dr. Roberto Maksoud, Dr. Faria Lima, Dr. Damasceno e Dr. Maeda. E essa carta dizia que a minha correspondência não era verdadeira porque eu estava saindo da empresa por livre e espontânea vontade. Portanto tentaram interna e externamente mudar uma decisão violenta tomada por Dr. Maksoud. Estou mandando na próxima semana uma circular que reexplicará os fatos (publicado na íntegra, na outra página).

**— Nós entramos em contato com a diretoria da Sisco e eles nos informaram que o Sr. teria se retirado da firma por livre espontânea vontade e nada mais quiseram acrescentar. O que o senhor acha disso?**

— Isso é impossível. Primeiro que saí de férias e tinha um diretor estrangeiro e desconhecido no meu lugar, por portaria da direção, fazendo todas as coisas que eram minha atribuição. Depois, ninguém pode acreditar que eu, fundador da Sisco, desde o início, tendo lutado esse tempo todo, chegando lá às sete da manhã e saindo 10 horas da noite diariamente, dando meu sangue para a empresa, largue tudo e vá embora.

**— O senhor acredita numa disposição prévia contra a sua pessoa na Sisco?**

— Eu acho que sim. Estou me convencendo que não foi uma decisão circunstancial. Foi pensada e já devia vir sendo providenciada há muito tempo. Eu sempre protestei lá dentro. Porque acho que deve haver o respeito a um organograma. As linhas de poder devem ser aquelas do organograma ou então mude-se as linhas de poder. Na Hidroservice nós tínhamos gerentes e engenheiros mais importantes que diretores, envolvidos diretamente com a diretoria da Hidroservice. Era muito comum eu dar uma ordem e não ser cumprida ou haver duas ou três ordens em paralelo. O que existe na Sisco é que já foram feitos uns cinco ou seis planos financeiros, que envolveram toda a companhia em todas as suas necessidades para os próximos 12 meses. E nenhum desses planos foram aprovados. Ora, nenhuma firma com o porte da Sisco pode operar sem um plano. Havia queixas, por exemplo da necessidade de uma filial em Brasília, [illegible]

operava por espasmos da direção superior. Ordens contraditórias que causavam inclusive instabilidade no pessoal da empresa.

**— Mas o senhor não acha estranho, que tendo desenvolvido os equipamentos, e fundado a Sisco, agora não seja mais necessário na empresa?**

— Olha eu só posso pensar que o como Dr. Maksoud não teve nenhum sócio na vida dele, eu fui uma aberração. Acho inclusive que não é nem uma questão de dinheiro. É questão de poder. Ele me deu muitas ordens absurdas, e uma delas que eu não desse entrevistas. Eu sempre relevei não por meu temperamento, mas tudo pela Sisco. Portanto acho que isso pode ter sido um golpe preparado inclusive com a contratação prévia do Dr. Michael Drees. Esta é a primeira hipótese. A segunda hipótese — admitindo-se a boa fé do Dr. Maksoud — é que ele tomou uma atitude na qual acredita. Como ele não vai na Sisco — só vi Dr. Maksoud na Sisco umas 4 ou 6 vezes durante este tempo — talvez tenham sido levadas a ele interesses de gerentes e diretores querendo tomar posições lá dentro. A terceira hipótese e que não pode ser descartada é a estranha interferência do Michael Dress. Como é que um homem totalmente desconhecido, chega aqui e assume a direção geral da empresa? Mas não com uma submissão aos outros diretores e ao próprio Maksoud. Assumiu dando ordens violentas, como se estivesse muito bem apoiado por alguém.

**— O que você pretende fazer agora?**

— Bom eu já abri o meu escritório. Estou criando a J.C. Melo Informática Ltda. que se dedicará à fabricação de equipamentos. A linha ainda está sendo analisada. Não sei nem ainda se farei isto sozinho. Em princípio ficarei somente com periféricos para depois entrar na faixa de CPU. O meu projeto sendo nacional, não terá problemas e já conto com investimentos e interesses de grupos."

**Quais as providências que agora pretende adotar?**

**Melo** — Eu resolvi, aconselhado por alguns amigos, fazer uma representação ao general Venturini, ministro chefe do Gabinete Militar, conseqüentemente maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada. Nela tento provar que a interveniência da SEI é uma condição sine qua non para evitar o fechamento da Sisco. O acordo original feito com a Hidroservice não foi cumprido em vários itens, conseqüentemente eu poderia pedir a liquidação da Sisco baseado no não cumprimento do acordo, o que colocaria a SEI numa condição bastante peculiar. Se a Sisco fosse dissolvida voltaria a funcionar a JC Melo Computadores Ltda, que é a dona da tecnologia e também da maioria dos termos de compromisso firmados com a SEI. Ora, isso prova que as coisas não são tão simples como aparentam. Não se trata de um caso administrativo, uma vez que uma das partes tem o poder de fechar a Sisco se assim o desejar. Para evitar isso, cujas conseqüências seriam as piores possíveis em todos os aspectos, não só para a comunidade de processamento de dados como o próprio modelo da antiga Capre, agora SEI, como também para as áreas de Segurança Nacional, a quem a Sisco interessa (isso tem sido manifestado de várias maneiras), eu peço a interferência do general Venturini não no sentido de que a SEI interfira diretamente no problema, uma vez que ela não pode intervir do ponto de vista legal, mas que seja um elemento conciliador nas discussões que, queira ou não a Hidroservice, vão ter que ser feitas. Essa é a principal finalidade da representação. Se eu porventura não conseguir essa interveniência terei que tomar providências drásticas, a contragosto, e fechar a Sisco.

**A representação pede uma reconsideração por parte de Maksoud e sua conseqüente volta à Sisco?**

**Melo** — Não, eu não admito essa hipótese. Primeiro porque é um fato notório que no mínimo há um ano eu estava desgostoso com uma série de coisas que estavam acontecendo na Sisco. Mas sempre pensando que havia possibilidade de uma reviravolta e que o Dr. Maksoud se convencesse de que as coisas não poderiam continuar assim. Por hipótese, se o Dr. Maksoud pedisse a minha volta à Sisco, o que não acredito, mesmo assim não voltaria, pois tenho certeza que ele não aceitaria a primeira das condições para minha volta. Ou seja, uma independência da diretoria da Sisco. Acho muito difícil a minha volta à Sisco.

**Comenta-se que estaria sendo preparado um plano dentro da Sisco para desvalorizar os valores das ações que você possui. Isso é real?**

**Melo** — Estariam preparando um aumento de capital da Sisco, uma vez que foram criadas grandes dívidas da Sisco com a Hidroservice, isso em consultoria, e grandes dívidas da Sisco com o grupo Visão em publicidade. Ambas as despesas não foram autorizadas por mim, pois foram tomadas pelo próprio Dr. Maksoud. Para dar um exemplo, um engenheiro da Hidroservice custava à Sisco 500 mil cruzeiros por mês e nós poderíamos contratá-lo por cem mil cruzeiros por mês, uma vez que ele já trabalhava há dois anos e meio na Sisco e a Hidroservice faturava 500 mil cruzeiros por mês em cima. Então poderá ser discutido na Justiça esse aumento de capital para pagar a dívida com o Grupo Hidroservice e Visão em primeiro lugar. Em segundo lugar, isso não muda em nenhum centavo o que eu acho que valem as minhas ações. Se eu acho que minhas ações valem 25 milhões e se ele baixar minha participação em 5% na Sisco, eu continuo a dizer que elas têm o mesmo valor.

**Como vê a afirmação do secretário especial de Informática de que ele não interviria na questão Sisco?**

**Melo** — Eu já fiz ver ao Dr. Gennari que a colocação dele deve ter sido baseada em desinformação, pois se a Sisco fechar — e eu quero lembrar que há 90% de possibilidade disso acontecer —, os únicos prejudicados serão os usuários da Sisco e aqueles que já assinaram contrato com a empresa, o que atinge a 50 usuários de sistemas, de acordo com a última relação que tenho, pouco antes da minha saída. A SEI não poderia dizer em hipótese nenhuma que não tem nada com o assunto. Se nós considerarmos que das cinco empresas, só duas estão nos maiores níveis de nacionalização, ou seja, a Sisco e a Cobra, o fechamento de uma empresa que atingiu os índices de nacionalização da Sisco será um problema muito grave que atingirá não a mim ou a Hidroservice, mas principalmente ao modelo governamental e os usuários. Repercussões junto a clientes de outras empresas não serão muito positivas. Haverá uma perda na credibilidade da indústria nacional do setor. Tudo isso, e outras coisas equivalentes indicam que a SEI deverá intervir, não do ponto de vista legal, ou do lado A ou B, tomar decisão C ou D. O importante é que o problema existe, é real, e

então tem que ser enfrentado. Eu estou disposto a participar dessa mesa para discussão dos problemas. A outra parte não está disposta a discutir. Se essa situação persistir eu não vejo outra alternativa que não seja o fechamento da Sisco.

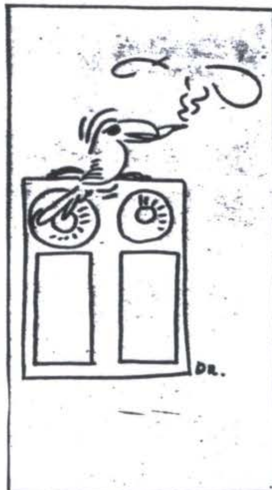
**Após a sua saída, comenta-se que a Sisco estaria importando equipamento pronto da Data General. Isso é real?**

**Melo** — Exatamente. Ao dar o golpe, o Dr. Maksoud mal informado como sempre a respeito da Sisco, não sabia que eu mantinha e mantenho ainda o controle técnico da empresa. Dito de outra maneira, era eu que com a experiência no gerenciamento de um grupo técnico fazia os equipamentos funcionarem. E aconteceu o que eu previ. O elemento substituto, por falta de algumas condições, não conseguiu que os equipamentos funcionassem e o Dr. Maksoud viu-se na contingência de chamar o signatário para resolver os problemas, com o pressuposto de um acordo que ele não queria nem quer. Não o fez, pois encontrou uma solução mais fácil. Enquanto eu redigia uma representação à SEI, essa que eu cheguei à conclusão que não deveria enviar por causa do pré-julgamento do Dr. Gennari; em paralelo o Dr. José Roberto Faria Lima foi a Brasília falar com o Dr. Gennari e dele conseguiu a permissão para importar computadores prontos, numa decisão ilegal e amoral. Aparentemente o Dr. Maksoud resolveu o seu problema, mas no futuro quando do recebimento dos computadores prontos, também isso não acontecerá, pois os problemas persistirão. Os problemas não são equipamentos e sim estruturas técnicas da empresa, que é também o que contribuirá cada vez mais para o descrédito da empresa se decisões bastantes urgentes não forem tomadas. Entre essas decisões, e já há mais de 8 meses eu tentava convencer o Dr. Maksoud disso, eu queria a admissão de aproximadamente dez engenheiros especialistas na linha de equipamentos que a Sisco fabricava. A razão disso é que a formação de um técnico específico de computador, admitindo que esse técnico seja bom, não demora mais do que 3 a 4 anos. Isso é uma síndrome. Apesar da Sisco ter elementos muitos bons que foram admitidos até agora, a formação deles ocorreria num prazo bem superior para resolver o problema da estrutura técnica da empresa. Há oito meses atrás foi que levei o problema para o Dr. Maksoud e disse que aproximadamente em 15 de dezembro começaríamos a ter problemas de natureza técnica. Durante esse tempo todo, outros diretores da Sisco, e não só eu, tentávamos convencer o Dr. Maksoud a trazer esses elementos. Viriam aqui, ficariam um ou dois anos nessa fase transitória na criação da estrutura técnica e depois voltariam a seus países.

**Existiam problemas de reclamação de usuário quanto ao suporte?**

**Melo** — É o mesmo problema. Enquadra-se na falta de estrutura técnica. Esses elementos que pretendia contratar seriam para integração, depuração, produção e para a área de suporte de manutenção. Eram dez os elementos a serem contratados. Seriam especialistas na linha Nova da Data General, possivelmente ex-funcionários dessa empresa e da linha PDP-8 da Digital. Eles contribuiriam também para a formação dos excelentes técnicos que a Sisco,

Segue




tem. Era um problema só de aprendizado. Uma síndrome. É uma síndrome que permanece. Então a cada equipamento que a Sisco instala o problema se agrava.

**Está também havendo falta de recursos financeiros?**

**Melo** — Isso existia na minha época. Chegava a haver falta de recursos para liberar insumos que ficavam na alfândega 30 dias por não se ter cem a duzentos mil cruzeiros para a liberação. Até a minha saída isso ocorreu com muita freqüência. Havia prioridades em outras áreas como Hidroservice e o hotel que estava sendo construído naquela época. Ouvi falar que após a minha saída esse problema não iria permanecer.

**Você sabia que seria substituído pelo novo diretor norte-americano?**

**Melo** — Eu sabia que viria um técnico norte-americano para ocupar funções técnicas na empresa e não com o cargo de diretor. Ele foi escolhido pelo Dr. Maksoud. Admitindo que o sr. Michael Dreess seja um excelente técnico, ainda assim é estranho uma pessoa completamente desconhecida vir e assumir poucos dias após sua chegada a direção da empresa. Nenhum empresário faria isso.

**Você acredita que isso caracterizou um golpe que já vinha sendo preparado com antecedência?**

**Melo** — Existe um dado interessante. Toda a diretoria da Sisco quando soube que viria esse americano foi contra. O próprio Dr. Mário Cararessi e o Dr. Faria Lima disseram ao Dr. Maksoud que esse técnico era absolutamente desnecessário. Mesmo assim o Dr. Maksoud o trouxe. Eu disse a ele que precisávamos de 10 engenheiros e não um diretor de produção. Mesmo porque temos um diretor de produção com 20 e poucos anos de experiência na produção de equipamentos eletrônicos profissionais no Brasil, que é o Dr. Damaceno. O Dr. Maksoud devería confiar mais, vamos dizer, nos seus índios, em vez de trazer um americano e lhe dar da noite para o dia, para supresa de todos, a direção geral da empresa. Empresarialmente isso não se faz.

**Após sua saida você sofreu algum tipo de pressão?**

**Melo** — Estou sofrendo pressões ridículas, com ameaças telefônicas de que eu posso ser assaltado, o que não levo muito em consideração, pois não acredito que isso aconteça. Acho que é uma maneira mais de me enervar do que uma intenção de fazê-lo mesmo. Mas de qualquer maneira já comuniquei isso ao governo estadual e federal. De qualquer modo, depois dessas comunicações as pressões cessaram. Apenas outros tipos de pressão estão sendo feitas, como recado de terceiros.

**Caso não haja uma solução amigável você pretende entrar com uma ação judicial?**

**Melo** — São duas coisas distintas. Primeiro, o que eu vou fazer com a Sisco; e segundo, como um acordo não foi cumprido e naturalmente envolve um prejuízo, cabe uma ação contra a parte que quebrou o acordo. Até ação trabalhista é possível, pois um dos itens do acordo não cumprido é que eu teria um cargo trabalhista remunerado na empresa e isso não ocorreu. Acredito que se não houver um acordo isso resultará em cinco ou seis ações diferentes.



Melo: botaram um americano no meu lugar.

# Carta aos empregados da Sisco

*São Paulo, 10 março 1980*

*Meus amigos da SISCO*

*No dia 29 de fevereiro eu fiz uma Carta-Circular despedindome de vocês e informei que o fazia porquanto o Dr. Maksoud, numa decisão unilateral, tirou-me da Diretoria da Sisco.*

***Posteriormente soube por vocês que eles distribuíram (não a todos, mas a alguns escolhidos) outra Carta-Circular, tentando criar dúvidas, pois afirmavam que eu saí porque quis. Tenho xerox dessa Carta-Circular, se houver dúvidas. Como se alguém fosse ingênuo ao ponto de acreditar que eu, o fundador da empresa, o seu dono, o principal interessado no seu sucesso, fosse abandoná-la por livre e espontânea e voluntária vontade...***

*Fiel ao princípio que estabeleci quando saí da Sisco, de responder violência com a violência e as pressões com pressões, sou obrigado a remeter-lhes esta carta-circular, narrando o verdadeiramente acontecido para conhecimento de todos vocês.*

***Como é sabido em meados de janeiro eu entrei em férias e viajei. Como é sabido, poucos dias após, em 18 de janeiro, através de duas Circulares o Dr. Maksoud colocou o norte-americano Mike Drees, um total desconhecido, no meu lugar (só vim a saber disso na minha volta), e embora criada uma nova Diretoria Geral para ele, essa Diretoria Geral englobava todas as funções da minha Diretoria Geral (desenvolvimento, engenharia de produto, produção, treinamento, etc). Se houver dúvidas, tenho xerox dessas duas Circulares, assinadas por Roberto Maksoud.***

***Voltei no dia 11 de fevereiro, e de surpresa encontrei, como é do conhecimento geral, o fato consumado das duas Circulares e o norte-americano Mike Drees como o principal executivo da empresa, reuniões sendo presididas por ele, tomando decisões, etc. Vocês todos são testemunhas disso.***

*Diante disso (um outro no meu lugar, em todos os sentidos) fui falar com o Dr. Maksoud, no mesmo dia 11 de fevereiro à tarde.*

*não voltasse mais para a Sisco (sic). Queria até arranjar-me uma sala na Hidroservice naquela mesma tarde, o que não concordei.*

*Explicou-me o Dr. Maksoud, então, que não tinha dado um golpe (sic), que nada tinha contra mim nos aspectos de honestidade e lealdade e capacidade técnica (sic) mas que eu não deixava vocês trabalharem (sic) e porisso ele tomou a decisão. Como vocês próprios sabem, uma desculpa inverídica para um golpe injustificável dado na minha ausência.*

*E ofereceu-me uma espécie de cargo a ser criado para mim, de Diretor de Informática do Grupo Hidroservice (sic), que queria que eu trabalhasse com ele (sic), e que deixasse a Sisco (sic) e que não mais participasse de reuniões na Sisco (sic).*

***Não acreditando no que estava ouvindo (tudo parecia um sonho absurdo) pedí-lhe tempo para pensar e, no dia 29 de fevereiro, portanto 18 dias após, escreví-lhe uma carta com os seguintes tópicos: — Não podia compreender o ato de extrema violência dele; — Fui-lhe honesto e fiel, e não merecia isso., — Oferecia minhas ações da Sisco (40%) pela razoável quantia de Cr$ 25 milhões, extremamente razoável porque a backlog da Sisco para 1980 é de Cr$ 750 milhões, — Não cometesse mais atos de violência ou pressões contra mim, pois eu responderia à altura, — Que a oferta tinha a validade de uma semana somente.***

***Como eu previa, ele não interessou-se em resolver o problema, e desaproveitou a semana com pressões menores. Considero-me, agora, livre para defender meus interesses da maneira que achar conveniente.***

***Isso era o que desejava explicar-lhes, afim de que todos compreendam a tôla mentira que abandonei a Sisco.***

***Nesta oportunidade, desejo agradecer todos os telefonemas de apoio moral que recebí de vocês, e é para mim uma grande satisfação saber que toda a Sisco, em peso, está do meu lado, com exceção de meia dúzia de empregados do Dr. Maksoud. A saída da Sisco, emocionalmente, para mim, foi muito difícil, e o fato de vocês estarem em peso ao meu lado, vocês que construíram essa empresa-padrão comigo, é uma***

EMS

[illegible] SISCO, do [illegible]

A realidade da propriedade da J.C. Melo/Sisco:

Cabe aqui um esclarecimento importante sobre essa petição de 300 paginas. O Sr.Maksoud era o proprietario (por ter 60%) da J.C. MELO/Sisco, porem eu era o dono dos direitos de fabricação de muitos produtos, e foi exatamente essa declaração que eu requeri a governamental SEI, de quem eram esses direitos dos quais ela sempre fugiu terminando por me enviar pelos Correios o processo original no qual isso eu requeria. E tambem no minimo "todos os produtos fabricados" seria uma questão a ser decidida na Justica. O Sr. Maksoud não "assumiu" a J.C. MELO Computadores, como publicamente muitos pensaram. Fora feito um acordo comercial e não uma absorção da J.C. MELO Computadores. Sem falar que adicionalmente mesmo esse acordo comercial não foi por ele cumprido, tornando-se juridicamente inexistente, como ja relatei neste capitulo. O advogado Dr. Carvalho Pinto, que como ja relatei fora consultado, deixou tudo isso bem claro para mim.

Existiam adicionalmente outros aspectos tecnicos/juridicos que seriam discutidos na Justica sobre as fabricações dos computadores MB-8000 e MC-9700. E em nenhuma hipotese o Governo poderia ignorar tudo isso como o fez, criminalmente co-participando da "tomada" da J.C. MELO/Sisco.

Como se tudo isso não fosse suficiente, a permissão do uso do software Cobol MultiUsuarios (Blis-Cobol) era minha e não da J.C. MELO/Sisco, e esse software pela sua potencialidade como é obvio era o grande marqueteiro/vendedor dos computadores MB-8000 e MC-9700, permissão essa que em razão da sua imperativa confiabilidade so foi possivel de individuo (Dave, o Presidente da Blis-Cobol) para individuo (eu) e não para a J.C. MELO/Sisco, o que alias era comum em softwares que poderiam ser copiados ou mascarados. Eu fiquei 30 dias na California conversando com Mr. Dave (e nossos advogados norte-americanos entre eles), e o contrato so saiu depois que decidimos que teria de ser dele para mim e não para a J.C. MELO/Sisco. O contrato so saiu depois de um aperto de mão e de uma promessa minha. Contando como aconteceu, eu lhe disse: "Dave, voce acha que eu tenho conhecimentos tecnicos suficientes para copiar/mascarar o Blis-Cobol e voce não poder evitar?"(sic) Ele respondeu: Sim. E eu lhe disse, "então so precisamos de uma promessa minha e se for possivel de um aperto de mao, deixando nossos advogados fazerem um contrato simples somente para a operação"(sic) o que ele concordou. Voltando a "tomada" da J.C. MELO/Sisco, eu infelizmente pratiquei muitos erros pois simplesmente deveria ter telefonado ao Mr. Dave informando-o não ter mais

responsabilidades sobre o uso do Blis-Cobol, e a J.C. MELO/Sisco e o Governo imediatamente seria contactado por seu advogado. Sim, eu estava muito estressado pela "tomada" e a inesperada co-participação do Governo, e isso prejudicava a minha mente ela sempre pragmatica, realista e logica, e não me lembrei disso.

O famoso advogado Dr. Carvalho Pinto sabia o que estava dizendo, "que me devolveria 100% da J.C. MELO."(sic)

## CAP04
## A FABRICA STRATUS

**Este capitulo relata como o Governo tentou inviabilizar a minha posterior fabrica nominada STRATUS, um fabricante de telexes eletronicos, seguindo a amoral e ilegal "tomada" da J.C. Melo/SISCO. Esta perseguição tambem possue uma prova juridica.**

**Abaixo incluo um texto que foi incluido sob este mesmo titulo no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.**

**Esse texto tambem relata como foi o meu pedido de asilo politico aos Estados Unidos e as suas consequencias.**

**Esse texto tambem narra como o Governo amoral e ilegalmente agiu para me tirar da sociedade da industria STRATUS e do meu cargo de Diretor Tecnico.**

**Temeroso do poder absoluto do Governo militar, ja vastamente demonstrado para mim em varios anos e depois de muita reflexao, resolvi pedir asilo politico aos Estados Unidos. Esse pedido de asilo fora feito e obtido muito antes de eu finalmente ir para o exterior, porem apesar de concedido ele não teve prosseguimento na ocasiao, como veremos a seguir.**

**Dirigi-me, entao, em 31 Março 1981 num domingo, ao predio do seu Consulado no centro do Rio de Janeiro. Bati na sua porta de vidro, e fui atendido por 2 fuzileiros navais. Solicitei o asilo politico, e eles me fizeram entrar e sentar.**

**Em seguida, ligaram para alguem e me disseram que ele demoraria alguns minutos. Fiquei tranquilo, pois legalmente eu ja estava em territorio norte-americano. Na realidade, solicitaram ao Consul responsavel pela chefia da segurança dos Consulados e da Embaixada no Brasil que viesse examinar o pedido de asilo.**

**Anexo C04-a**

*Haroldo de Barros Collares Chaves* Rio, 24/10/79

Meu prezado amigo Mello:

Foi com grande alegria que recebi sua carta de 17 último.

Tenho acompanhado de perto o grande sucesso da Sisco, empresa resultante de suas lutas e vitórias e, principalmente, de seu idealismo de brasileiro e empresário.

Portanto, nada mais justo do que o reconhecimento público ora feito pela Gazeta Mercantil, outorgando-lhe o merecido título de líder empresarial na área de Computação. Esse galardão enche de orgulho a todos os seus amigos, bem como ao Sindicato do qual você pertence.

Aceite, assim, o meu forte abraço e a minha certeza do seu permanente sucesso.

Abraços do amigo certo

Haroldo Chaves

para uns 30 Presidentes de industrias eletro eletronicas do Rio de Janeiro, para discussão de eventuais problemas do setor, na sua sede (um almoço fechado). Muitas vezes eu fui a esses almoços, quando era possível.

No almoço, primeiro o Haroldo discursou sobre as pressões/perseguições que eu sofria (todos ja as conheciam), o asilo concedido, etc., e no fim disse (sob aplausos}: "Melo, voce não ira para os Estados Unidos, não vamos deixar voce fazer isso. O Carlos Zayas (Presidente da Lys Electronlc, o maior fabricante nacional de retransmissores de TV, a tecnica usada antes do advento dos satelites de comunicações e ela tinha milhares dos seus retransmissores espalhados pelo Brasil em todas as redes de TV), o Cabral (tambem um ex-Diretor aposentado da IBM), e eu, vamos financiar uma fabrica do setor e voce sera o seu Diretor Tecnico e lhe daremos 25% das açoes."(sic)

Eu respondi: "Muito obrigado, Haroldo. Mas voce bem conhece as pressões/perseguições que tenho sofrido, e certamente essa futura industria ira sofre-las por nela eu estar."(sic)

Ele respondeu: "Não tenha medo, se isso acontecer toda a Dlretoria do Sindicato ira a Brasilia falar dlretamente com o Pesidente."(sic)

Então desisti do asilo (naquele momento, pois depois da Stratus eu realizei o asilo) e foi criada a industria Stratus Informatica, sendo o seu primeiro produto um telex eletronico (modelo 300) destinado a substituir os caros e obsoletos telexs mecanicos então fabricados no Brasil.

E a Stratus passou a usar toda a estrutura tecnica da fabrica da Lys, que era grande.

Eu fiz o seu projeto e oito meses depois ele foi apresentado (ja fabricado) a imprensa numa entrevista coletiva no Sindicato, e tambem o Jornal do Brasil o testou com exito na sua grande rede de telexs.

Esta foi a principal perseguição que a SEI executou contra a industria Stratus Informatica.

Sua comprovação (inclusive juridica) é muito facil, sendo suficiente comparar (nos arquivos da Governo):

1. a data da solicitação ao Governo aprovação do telex da Stratus, EXCLUSIVAMENTE do seu modelo 300,

2. a data da sua aprovaçêo pelo Governo em aproximadamente uns 18 meses depois, que normalmente necessitaria apenas de poucas semanas

para a sua analise e aprovação ou nao.

Por que e para que demorou tanto, ou seja, o "congelamento" da sua aprovação durante aproximadamente 18 meses?

Alem disso, temos uma segunda comprovação juridica dessa perseguição: Foram apresentados pela Stratus ao Governo, no inicio do projeto, os detalhes tecnicos para aprovação de um UNICO modelo do telex, o modelo 300; porem durante esse periodo de "congelamento" a Stratus desenvolveu mais nove modelos (o mesmo modelo porem com alguns circuitos eletronicos e softwares diferentes para outras finalidades), ate o de numero 309 se não me falha a memoria. Mas a Stratus não apresentou esses 9 modelos adicionais a SEI para aprovação, pois se o primeiro modelo 300 estava "congelado" manu militare, esses acrescimos não teriam sentido.
.
O "por que" e "para que":

Durante esse longo periodo de "congelamento" meus tres socios mencionados neste Capitulo todos eles sofreram pressões do Governo no sentido de que o referido projeto somente seria aprovado se eu estivesse fora da empresa. Uma operação odiosa (e doentia) para me tirar da Stratus e depois de tudo que me perseguiram no passado, uma continuidade que talvez um psicanalista explique. Para fazer isso essa raiva ja era insana, caso de tratamento medico.

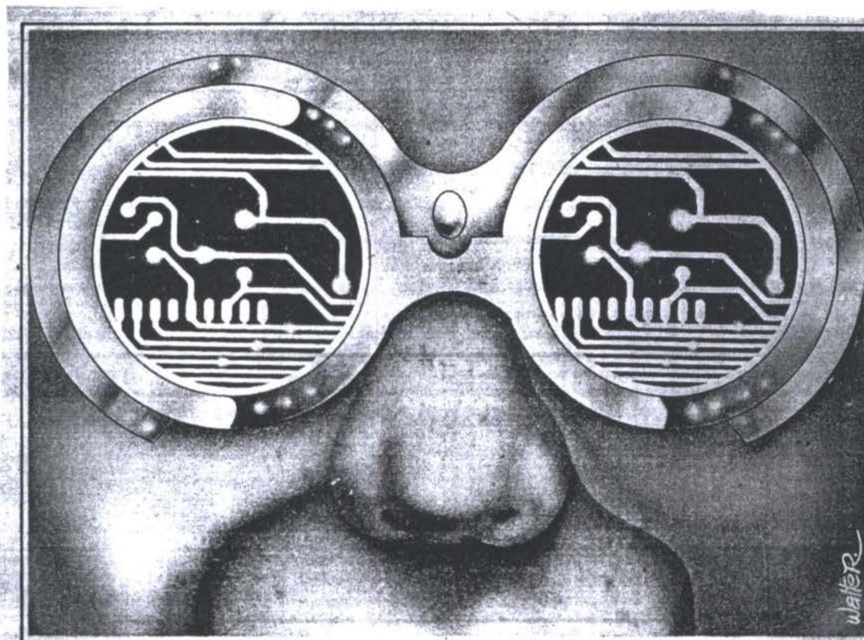
E fizemos tres reuniões da Diretorla, no inicio das quais eu sempre colocava o meu cargo a disposição para não prejudicar a Stratus, mas isso nunca foi aceito.

O que foi decidido, desde a primeira reunião de Diretoria, era que o telex continuaria a ser fabricado, com ou sem autorização do Governo.

Nesse meio tempo, muito em resposta exatamente a esse "congelamento", ou seja, não satisfeitos com me perseguirem por uns 10 anos e inclusive terem co-participado na "tomada" da minha empresa J.C. Melo/Sisco e insanamente ainda me perseguiam, eu decidi escrever o livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" (o book 1), com criticas tecnicas e politicas ao modelo da reserva de mercado. E de vez enquando, as midias noticiavam que eu o estava escrevendo. Veja o anexo C04-b, da primeira pagina do Data News de 19 Maio 1982.

Um dia, me telefonou o amigo Dr. Salomão Weimberg, diretor do Ministerio das Comunicações. E me solicitou uma copia (antecipada) do livro. Como era do

Anexo C04-b




pesquisa em semi
Com um orçam
milhões de dólares
10 a 15 milhões pr
1983, universidad
nizações de pesq
trabalhando em
integrados "cont
petição japonesa".

## O que mud na reserva mercado

**Rio de Janeiro** mentar os efeitos tecnológica na ár cado reservada nacional desde empresário Eds diretor da Scopus em exercício da introduziu um d mais polêmicos Seminário de Políti de Informática, pelo Clube de En ocupação da faixa micros preocupa a nacionais. **Página 2**

# Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo

tenho somente datilografado e ainda sem revisao."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina

"Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprouvou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industral, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso podaria ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

conhecimento geral o MC lutava contra os direitos e os metodos do Governo, porem não conseguia vitoria por a agencia responsavel ser o segundo poder militar dessa epoca. Eu disse ao Weimberg: "Não posso, o tenho somente datllografado e ainda sem revisao."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o propositał "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina "Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e

era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprouvou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industral, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso podaria ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

2. como foi a aprovação final (todos os 10 modelos!) porem 9 sem quaisquer projeto fisico/financeiro, ou suas eapecificações, para que mercado, indices de nacionalização, listas de componentes usados, etc., ou seja absolutamente NADA do que o Governo normalmente exigia para uma aprovação.

A agencia do Governo aprovou um projeto nela inexistente, e infelizmente (para ela) comprovando juridicamente o que acima afirmo. Esse plano fisico financeiro DEVERIA estaria no seu arquivo e no Diario Oficial correspondante. Ou seja, se auto denunciou.

O novo "recado" do Governo era claro, criminoso e como sempre amoral: "Ok, aprovamos, mas agora voces não deixam o Melo publicar o livro". Tambem essa atitude tambem prova que os quase 18 meses foram propositais.

Veja o anexo C04-c onde, respondendo a um meu pedido, o Ministerio das Ciencias declara que acharam 2 volumes desse projeto, porem "não foi possivel achar o projeto inicial."(sic) Ou seja, acharam a "äprovação" mas não acharam o projeto fisico-financeiro inicial.

Então houve nova reunião da Diretoria e recebi um apelo dos tres socios para não publicar o livro. Porem não o aceitei pois afinal foram muitos anos de tortura mental e perseguições, minha continua desconstrução, maledicencias e estresses e eu ja estava cansado, so queria desnudar esse pessoal doente mental, então

## Anexo C04-c



e-Sic telex 

Move to Inbox More

### Pedido de Informações nº 01390.001705/2013-93 Respost

Inbox x

**sic** <sic@mct.gov.br> 1

to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001705/ Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao projeto de fabricação c modelo 300 apresentado a SEI em 1981, informamos a Vossa Senhoria de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, Geral deste Ministério, foram localizados 2 (dois) volumes do referido proje possível localizar o processo inicial, nem cópia de sua autorização autorização no Diário Oficial da União.

Para sua avaliação, encaminhamos cópia do índice do projeto e carta de seu encaminhamento a SEI, datada de 30 de abril de 1981.

Caso seja se seu interesse receber cópia integral dos 2 (dois) solicitamos manifestar esse interesse com mensagem para o e-mail si caso, será providenciada a digitalização dos documentos e encaminhado

decidi irrevogavelmente sair da empresa dizendo-lhes: "Fulano (o meu segundo engenheiro na empresa) esta bem treinado, e se ele tiver uma dificuldade extra basta me telefonar."(sic). E acrescentei: "Quanto aos meus 25%, voces me paguem o que voces acharem que vale e nas condições de pagamento possiveis para vocés."(sic).

E desliguei-me imediatamente.

E cabe uma pergunta:

Por que não mandaram me prender depois dessa carta em pleno Governo militar, acusando-o de uma grave crime e com copia para um General candidato a presidente da Republica? Por que não podiam. Hoje lamento não ter mandado essa carta a todas as midias, as quais iriam investigar e desnudar esse procedimento de uma agencia governamental subordinada do candidato a Presidencia. Mas eu nada mais queria, so queria era sair do Brasil e esquecer tudo, como algum tempo depois aconteceu.

Mas insanamente eles continuaram me perseguido mesmo depois desses acontecimentos, veja os capitulos seguintes.

Perda decorrente desta infamia: Direta, tive grandes prejuizos de varias formas, profissional, financeiro, psicologica e familiar.

# CAP05
# TENTATIVA DE MINHA DESMORALIZACAO

Este capitulo relata uma tentativa de me desmoralizar junto as midias impressas que muito (e continuadamente) me apoiavam, executada DIRETAMENTE pelo General Danilo Venturini e de DENTRO DO PALACIO DO PLANALTO. Ou seja, com a sua impressão digital.

A Aeronautica então tinha um plano para fabricar um pequeno missil ar-ar intitulado Piranha.

Ressalvo que posteriormente eu soube (ja no exterior, portanto sem muita convicção do que agora escreverei) que ja existe um missil brasileiro porem de origem norte-americana, porem o missil do qual aqui eu me refiro teria tecnologia totalmente brasileira na sua parte da detecção e navegação automaticas. Alias, talvez hoje o Piranha ja seja feito com tecnologia brasileira, pois os engenheiros do ITA possivelmente tem essa tecnologia (de controle em tmpo real) que eu tambem tenho. Eu respeito muito o ITA e alias muito antes dessa epoca, veja a pagina 17 do livro de 1982 pois eu e o seu famoso Professor Wallauscheck eramos muito amigos e eu o visitava com frequencia para trocarmos ideias que sempre envolviam computadores.

Sobre isso, esta é uma boa oportunidade para deixar claro que tanto neste modulo como no meu livro de 1982, eu não estou participando de um campeonato de tecnologos. Minha finalidade é somente narrar as perseguições que eu sofri do Governo causadas pelas suas ignorancias acerca do setor.

Este caso é um bom exemplo dos crimes continuados que sofri durante uns 10 anos.

Voltando ao Piranha, a minha participação seria somente no seu projeto no que se referia a sua

computação em tempo real rigorosamente obedecendo a matematica Teoria Geral de Controle (uma materia ate hoje absurdamente não ensinada no Brasil) e a sua programação no chip militar norte-americano modelo 6400, pois a futura fabricação desse missil obviamente não seria da minha responsabilidade mas sim do polo industrial da aeronautica em São Jose dos Campos. Seria somente isso, pois para comecar eu não conheco aerodinamica, a qual deve ser uma das materias mais ensinadas no ITA. Dizendo-o de outra maneira, eu "não ganharia" com a sua fabricação, alias nem com a minha participação no seu projeto.

Esse chip 6400 era um computador tipo RISC Reduced Instruction Set Computing, um chip militar porem tambem disponivel para quaisquer outras aplicações em tempo real com altissimas velocidades, o qual eu ja havia programado em outro projeto tambem critico, e era essa caracteristica que me faria programa-lo para a rapidissima função de transferencia do missil Piranha. Computação em tempo real sob a Teoria Geral de Controle era a minha especialidade então ja ha uns 25 anos, alias hoje ha 65 anos continuos.

Abaixo incluo um texto do documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O objetivo dessa vilania era simples, eu era a mais importante voz contra a reserva de mercado do Governo e todas as midias impressas me apoiavam, para desespero do Governo militar.

Esqueçendo a sua data, relato abaixo outra vil perseguição que sofri. Como veremos abaixo, o Correio Brasiliense publicou esta tentativa.

No Rio, recebi um telefonema do Ministro Chefe da Casa Militar da Preaidencia (General Danilo Venturini), para uma visita a Brasllia para conversarmos. Muito cortes, "venha tomar um cafezinho conosco."(sic)

Aceitei, marcamos para determinado dia as 14 horas, no seu gabinete no Palacio do Planalto.

Apesar dele ser um dos meus dois principais algozes, resolvi aceitar o convite pela oportunidade de expressar minhas opiniões e talvez, tecnicamente mostrar-lhe (a um leigo na materia) o quanto talvez esferas inferiores o estavam enganando (suas agencias responsaveis, os maus empresarios, os desinformados das esquerdas, etc., o "Tripe da Reserva de Mercado").

Já em Brasilia, resolvi almoçar com um primo, advogado famoso e profundo conhecedor da "mise en

scêne" dos Governos militares em Brasilia. No almoço inteiro ele tentou me convençer a não ir a essa reuniao. Porem eu havia dado a minha palavra. Disse-me: "Não va, ele tem uma carinha de anjo porem é o mais perigoso do sistema."(sic}

A reunião durou 3 horas e foi muito respeitosa e cordial, por ambas as partes.

Não falei em pressões/perseguições (o objetivo era outro), porem a cada tema tecnico/politico discutido eu manifestava a minha opinião e sempre recebia de volta qualquer coisa como: "Mas com muita dedicação, energia e patriotismo, com o tempo isso será resolvido".

No meio da reuniao, entrou na sala o General Octavio Medeiros, me cumprimentou e perguntou como estavamos. E o General Venturini disse "Estamos trocando ideias e vamos chegar a resultados aceitaveis, o Dr. Melo está colaborando muito."(sic). Ele disse "Otimo", se dispediu e saiu.

Terminada a reunião e sem qualquer concenso, o General Venturini disse: "Tenho um pedido a fazer-lhe. Este assunto, nas midias, so traz prejuizos para todas as partes e principalmente para o Brasil. Peço-lhe não mais emitir opiniões publicas sobre as suas dlscordancias tecnicas. Nesses casos, ou mande uma carta diretamente para mim (sem passar por assessores) ou me telefone."(sic). A sugestão era razoavel, e eu a prometi.

No fim das 3 horas, ja eu ia me dispedindo e o General Venturini (tentando me comprar, mas no momento eu assim não interpretei) disse: "Dr. Melo, o que o Governo pode fazer pelo Sr?"(sic).
Respondi: "Sr. Ministro, não vim a Brasilia para isso."(sic). E ele respondeu: "Sim, claro, mas gostariamos que trabalhassemos juntos, o Brasil necessita muito do Sr."(sic)

Adicionalmente relato um fato tecnico relacionado, para melhor explicar o que se segue. Em aproximadamente 1976 eu fiz um sistema programavel, chamado MIC-1000, porem especial para um projeto que exigia altissima velocidade, muito maior do que as velocidades finais dos mais velozes chips (para PCs) atuais, no qual fui obrigado a usar o chip (creio de nome 6400) da Intel, a sua versão militar, com arquitetura RISC (Reduced Instruction Set Computing) para altíssimas velocidades.

Esse mesmo chip RISC coincidentemente era usado num missil norte-americano, o antecessor do atual Patriot cujo nome não mais me lembro. Veja no anexo

C05-a uma noticia do Jornal do Comercio sobre uma minha palestra em Washington em Julho 1977 sob o titulo JC/Executivos, feita no Pentagono para oficais norte-americanos sobre esse meu sistema MIC-1000. E a recepção foi tão expressiva que eu ate pensei em fabricar o MIC-1000 nos Estados Unidos. O MIC-1000 fora exposto no Congresso de informatica de 1987 em São Paulo, alias ele foi mais complexo e maior tecnicamente do que o software a ser usado num missil como o pequeno Piranha.

No livro de 1982, na sua pagina 11 eu menciono esse MIC-1000, cujo texto reproduzo abaixo:

----------

"O décimo evento ocorreu em 1977, também na J.C. MELO, que foi o desenvolvimento e a fabricação do microcomputador MIC-1000, exclusivamente para controle de processos industriais, ainda fabricado até hoje. O que poucos sabem é que conceitualmente esse foi o equipamento de eletronica digital mais sofisticado já projetado no Brasil até 1977, permitindo o processamento distribuído e matricial, numa verdadeira malha de confiabilidaJe de acordo com os princípios da NASA (de Malcolm Mac Gregor). O mesmo princípio é usado nos ccomputadores e sistemas digitais do avião 747, o que o transformou no avião com a melhor confiabilidade já construído pelo homem. No Brasil o MIC-1000 foi usado marginalmente, sem as suas potencialidades matriciais de processamentos múltiplos, comunicações idem, etc."

----------

Voltando, na ocasião o Instituto Tecnologico da Aeronautica ITA estava projetando um missil ar-ar, para a Aeronautica, o qual posteriormente iria ser fabricado por uma industria aeronautlca de São Jose dos Campos como ja narrei.

E entusiasticamente eu vi a possibilidade de projetar o sistema de detecção e navegação do missil do ITA, então chamado de projeto Piranha, visando o 6400 que eu ja conhecia até certa profundidade por causa do MIC-1000. Com ele o projeto seria factivel, e o ITA ainda não sabia como projetá-lo, pois ainda estava analisando as alternativas.

E eu disse: Sr. Ministro, tem o projeto Piranha, e eu posso projetar toda a sua computaçeo de bordo (seu software) desde que receba os sinais da sua detecção infravermelha (da temperatura do eacape das turbinas dos inimigos). Eu teria muito entusiasmo em faze-lo.

Ele respondeu: "Me mande uma carta direta, a remeterei para o Ministro da Aeronautica opinar e se

# Anexo C05-a

## JC/Executivos

● PALESTRA — Técnicos militares norte-americanos assistirão hoje, em Washington, a uma palestra do presidente do Grupo J. C. Melo, o empresário brasileiro João Carlos Melo, sobre os novos equipamentos eletrônicos que a indústria brasileira fabricará a partir de setembro, nos Estados Unidos e que deverão ser utilizados em aviões, navios, tanques e mísseis. Os protótipos desses novos equipamentos, o microcomputador e a estação remota MEO-1000, alcançaram resultados considerados excelentes naquele país, causando impacto semelhante ao aparecimento do computador doméstico. A princípio, a empresa pensou em fabricá-los aqui no Brasil, exportando em regime de «draw-back» para todo o mundo. Mas, devido à atual política no setor da informática nacional, o Grupo J. C. Melo decidiu antecipar sua fabricação nos EUA.

tecnicamente factivel, autorizarei esse projeto para o Sr."(sic)

Fiquei multo entusiasmado, e essa carta foi enviada. Não tenho uma sua copia, mas ela era mais ou menos assim (essa carta foi publicada pelo Correio Braslllenae numa data da qual não me lembro, porem poderá ser facilmente encontrada numa busca eletronica no referido jornal entre 1977 e 1978):

"de acordo com nossos entendimentos, proponho-me a participar do projeto Piranha da Aeronautica, no referente a sua computação de bordo, etc e etc."

Note-se que esse projeto não seria um contrato vultoso, como seria o da sua fabricação. Seria um contrato pequeno, somente de desenvolvimento. Consequentemente não havia, de minha parte, qualquer intenção de "ganhar dinheiro" com o referido contrato, mas sim de alto e estimulante serviço exclusivamente tecnico e pioneiro no Brasil.

Na semana seguinte, no Rio de Janeiro, eu recebo um telefonema de um funcionario da SEI: "Como diretor de uma associação de informaticos do Governo (ou nome similar), convido-o a dar uma palestra para uns 30 dos nossos associados, sobre os problemas da Politica Nacional de Informatica, na nossa sede em Brasilia, palestra essa confidencial e sem a presença das midias."(sic) E aceitei o convite e fiz o que ele desejava, sem supor que era uma armadilha.

Na segunda feira seguinte, no Rio, de manha, eu recebo um telefonema do saudoso Senador Roberto Campos.

Minha amizade com o saudoso Senador Roberto Campos era muito antiga, desde o longinquo 1957 quando ele presidia o BNDE e um Decreto da Presidencia criou um grupo de trabalho para implementar o uso de computadores pelas agencias do Governo. Nêo existia, ainda, nenhum computador no Brasil. Trabalhava eu em New York mas vim ao Brasil a seu convite, para exclusivamente assistir a primeira reunião desse grupo, ressalte-se que o fazia como um tecnico experiente (essa a razão do convite) e não como um politico. Esse fato esta narrado no livro de 1982, na sua pagina 30.

O Senador disse: "Um reporter do Correio Brasiliense me telefonou. Voce o leu hoje?"(sic) Respondi "Nao, não leio jornais de Brasilia."

"O General Venturinl o esta acusando de ser uma fraude, pois voce lhe enviou uma carta pedindo um contrato, e em troca voce não mais falaria contra a

reserva de mercado."(sic)

Resumindo essa vilania, muito agravada por ser de autoria de uma alta autoridade e de dentro do proprio Palacio do Planalto e absolutamente sem se importar com suas provaveis comnsequencias:

1. O General Venturini tentou me convencer a não mais comentar publicamente sobre a reserva de mercado,

2. No fim, diante das nossas divergencias me pediu (como um favor) que em vez dos pronunciamentos publicos eu lhe enviasse uma carta se diante de qualquer desaprovação ou qualquer fato relevante, com o que concordei,

3. Ele tomou a iniciativa de me perguntar como o Governo poderia me ajudar, Tecnicamente entusiasmado, falamos sobre o desenvimmento da computação de bordo do projeto Piranha, e do meu interesse nele, e ele me pediu uma carta.

4. Criou um teste (para conferir se eu realmente não mais iria falar contra a reserva de mercado), com um funcionario da SEI me convidando para uma palestra fechada, "sem a presença das midias."(sic)

5. De boa fe e sem esperar uma armadilha, fui a essa palestra e sobre os erros da reserva de mercado, e eu respondi com as minhas convicções tecnicas, ou seja fui franco.

6. Ele me calunia no jornal Correio Brasiliense, dizendo que eu o visitei para, se obtendo um contrato eu prometia "calar a boca", publicando a minha carta para participar do desenvolvimento do missil Piranha.

Foi mais uma tentativa de desmoralizar publicamente a maior voz contra a reserva de mercado.

Outro aspecto grave dessa vil armadilha, foi que, se a terceira pessoa em poder no Brasil isso fazia, isso implicitamente seria uma autorização para que orgãos que lhes eram subordinados (ja acostumados a me pressionarem e perseguirem) continuassem com essas suas amorais praticas sem receios de possiveis punições por seus superiores.

Isso tambem me abalou por outros tres motivos:

1. Atingiu o Senador Roberto Campos,

2. O Correio Brasiliense não consultou a "outra parte" antes da publicação, porem provavelmente por que estavamos num regime militar "duro",

3. Eu so iria ajudar o Brasil, assumindo um projeto

complexo (tanto que a Aeronautica ate essa ocasião nao o havia finalizado) e muito provavelmente perdendo tempo e dinheiro.

**Perda decorrente dessa infamia: Indireta, tentativa de desmoralização perante as midias impressas.**

## CAP06
## PROIBICAO DO LIVRO SER PUBLICADO

Este capitulo relata como o Governo tentou proibir que o livro de 1982 "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" fosse publicado e vendido.

Aqui incluo um texto que foi incluido no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O momento da sua publicação fora propositadamente o periodo do Congresso Anual da Sucesu, a poderosa sociedade de usuarios de computadores, que se realizou em 1982 no Rio de Janeiro, no Rio Centro no fim da Barra da Tijuca.

O Presidente Figueiredo a ele veio, uns 2 dias depois da sua abertura, junto com toda a cupula da agencia responsavel pela PNI.

E no primeiro dia do Congresso sentei numa mesa e autografava os livros vendidos. A edição tinha sido de 3.000 exemplares e no fim do segundo dia eu ja tinha autografado 2.400 exemplares. O que representava aproximadamente 2 livros autografados por minuto, uma prova do seu sucesso perante os meus colegas de profissão os quais evidentemente compreendiam tudo de errado que estava acontecendo na PNI.

E o Presidente Figueiredo viria no dia seguinte. Logo depois que ele chegou, o Presidente do Congresso (cujo nome esqueçi, mas que será facil levanta-lo pois foi o da 1982), veio falar comigo: "Melo, o Governo veio falar comigo, exigindo que eu proibisse voce de vender o livro."(sic) Eu respondi: "Nao, não vou faze-lo."(sic) Ele então argumentou que o SNI lhe dissera: "Ou o livro pára, ou o Congresso parará. Escolha."(sic) Observem a enorme jactancia desse pessoal. E continuei autografando o livro. Pouco tempo depois, ele voltou com 2 auxiliares, e me disse:

"Segundo o artigo x do regulamento do Congresso, nenhum produto pode ser nele vendido."(sic) Ato continuo, os 2 auxiliares me ajudaram a desarmar a mesa e parar de vender o livro. Ele cumpriu com a determinação do Governo, porem usando um subterfugio.

Perda decorrente desta pressao: Indireta, evitando que a sociedade conhecesse o qüe estavam fazendo comigo e principalmente o que era - sem sofismas - a fracassada Politica Nacional de Informatica.

# CAP07
# MEU APELO PUBLICO AO PRESIDENTE GEISEL

**Este capitulo relata como, diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada nos jornais, e os seus resultados.**

**Abaixo incluo um texto que foi incluido no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.**

**Já não aguentando mais as consequencias de tantas pressões/perseguições (com suas consequencias empresarial, financeira, psicologica, familiar, etc) resolvi agir de uma forma radical ou seja fazer um pedido direto ao Presidente Gelsel. Recorde-se que os meus perseguidores eram o segundo poder de um Governo militar e eu pedi publicamente uma decisao nada menos do que a um Presidente militar. Uma grande loucura, como me avisaram varios amigos.**

**O eng. Antonio Portella Neto, já então Diretor da minha fabrica, tudo fez para que eu desistisse dessa ideia, com argumentos tais como "Eles vão lhe prender"(sic), e outros similares. Eu lhe respondi: "Portella, eu não sou esquerdista nem estou tentando derrubar o Governo. Eles não poderão me prender mesmo que o queiram, por eu ter somente uma opinião tecnica e alem disso bem real."(sic)**

**E no dia 5 de Junho de 1977. uma minha carta aberta ao Presidente foi publicada no jornal Correio Brasiliense de Brasllia e em outros jornais do Rio e de São Paulo. Veja essa carta no book 1, procurando pela keyword "Excelencia".**

**Observem este paragrafo da referida carta:**

----------
"Justifico-me a esse modo quase insolito de dirigir-me a Vossa Excelencia, levado que fui ante a impossibilidade de pessoalmente levar ao conhecimento das autoridades do vosso primeiro escalão estes meus reclamos, quer antes do advento dos atuais poderes da CAPRE, quer depois".(sic)
----------

No dia seguinte {2a. feira) as 9 horas da manha a minha secretaria Edna me disse: "Chegaram um General e dois Coronels, todos fardados. Estão na sala de reunioes. E de cara feia."{sic)

E o eng. Portella já queria chamar um advogado.

Ao eu entrar na sala, o General se identificou: "Sou o General Mariath, General-Diretor de Processamento de Dados do Exercito, junto com dois de meus assessores, Coroneis "a" e "b".

"Ontem, o sr. publicou uma temeraria carta dirigida ao Sr. Presidente da Republica, e isso não se faz. O Presidente me chamou ordenando que o visitasse. Se o Sr. é autentico, sera protegido, caso contrario sera preso."(sic)

Observe que o Presidente sintomaticamente não ordenou a ninguem dos envolvidos (CAPRE, etc) fazer esea investigação, mas sim escolheu uma pessoa da sua maior confiança, o General Mariath. Como eu soube depois, os dois eram amigos intimos, e o Presidente lhe telefonou pedindo que me visitasse, e nada, absolutamente nada, solicitou ou informou ao resto do Governo que estava sendo por mim denunciado.

E então o General Mariath investigou a minha pequena fabrica, junto com os dois Coroneis. E eu continuadamente notava, pelas suas feições, aprovações ao que estavam vendo. Na realidade, eles não viram uma grande fabrica como talvez esperassem, mas sim uma pequena porem efetivamente fabricando computadores em todas as suas etapas (computadores, e não os atuais simples PCs), desde o projeto e os desenhos dos circuitos impressos ate o seu teste final.

Apos a visita e ja na porta de saida, nas dispedidas, eu falei: "Sr. General, ao entrar o Sr. me disse uma frase sobre uma minha possivel prisão. O que posso esperar?"(sic) Ele respondeu: "O Sr. sera protegido, fique tranquilo."(sic)

A minha principal reclamação (alem do ambiente de terror que as agencias responsaveis pela PNI criaram)

era que os meus perseguidores não tinham aprovado o meu projeto de fabricação do computador IND-5005, um fato consumado e já em fabricação ha mais de 2 anos como já disse, para proteger a inadimplente COBRA e consequentemente a desinformação da reserva de mercado com computador importado e a troca do seu logotipo Ferranti por um idem da COBRA.

Depois eu soube que o Presidente chamou o Ministro que estava executando a reserva de mercado da CAPRE e lhe deu a ordem de aprovar o meu projeto. Diante da "prova" que o Sr. Presidente havia recebido diretamente do General Mariath, esse Ministro nada poderia contra-argumentar, porem quando tentou faze-lo com um "Mas..." (sic) o Presidente o interrompeu secamente e disse-lhe "Aprove-o." (sic)

E a decisão do Presidente Geisel em favor da minha fabrica e contra esses executores e controladores foi, como se diz nas Forcas Armadas, uma chave de galão do Presidente a meu favor.

Apos eu publicar essa carta aberta ao Presidente Geisel, ele pediu ao General Mariath (General-Diretor do Departamento de Processamento de Dados do Exercito) que a investigasse pessoalmente, ou seja não fez esse pedido aos controladores da CAPRE como normalmente deveria acontecer. Alias, isso ja diz muita coisa sobre a PNI de então sob o comando da CAPRE academica.

A respeito dessa aprovação veja as paginas 42 e 43 do livro de 1982, as quais aqui complemento:

1. Em seguida varias empresas me procuraram querendo se associar a J.C.Melo Industria de Computadores: Dismac, Banco Brascan, Sr. Henry Maksoud, Banco Itau e Vale do Rio Doce. E os jornais isso noticiaram, portanto o Governo tomou conhecimento do interesse do Itau na sua informatização pois então ja era impossivel criar a sua desejada fabrica Itautec por causa da PNI. Sobre o Banco Itau, veja pagina 44 do livro de 1982. O Governo o pressionou, proibindo-o de se associar comigo.

2. Provavelmente errando, eu não fiquei convencido do real interesse do Banco Itau, pois as tratativas me davam a nitida impressão de que eu estaria discutindo um "emprestimo bancario" e não uma sociedade. Com a Vale do Rio Doce, a J.C. Melo seria um pequeno ponto na sua posição de gigantesca exportadora de minerios. Dismac não me lembro porque nem iniciamos as tratativas, e Brascan era o mesmo caso do Itau, uma associação aparentemente "bancaria". E entao o Sr. Maksoud. Primeiro, ele veio ao Rio na minha fabrica e se apresentou como um socio, dizendo

"Eu estou aqui para carregar a J.C. Melo nos ombros, junto com voce" e "protege-lo das perseguições do Governo." (sic) E tambem "Eu não serei um banco, mas sim um socio."(sic) E como em um mes eu fui tres vezes a São Paulo para as tratativas com ele e seus assessores, ele acrescentou: "Não quero que voce use essa Ponte Aerea Rio Sao Paulo, são aviões velhos e perigosos, meu jato vira busca-lo"(sic), o que realmente aconteceu nessas tres vezes. Em resumo, ele me comprou pois eu era somente um bom tecnico.

3. E então essas possiveis sociedades sairam nos jornais e eu fui visitado pelo engenheiro Wando Borges, presidente da Digibras, que eu não conhecia. E ele, falando "em nome de Brasilia" disse: "O Governo não ve com bons olhos a sua associação com o Sr. Maksoud, e se o Sr. tem problemas financeiros para construir uma fabrica maior eu autorizarei o BNDE a conceder-lhe um emprestimo de dez ou vinte milhoes, aos seus juros propositadamente baixos."(sic).

Desejo fazer um adendo: Ate hoje com 86 anos, eu nunca fui processado por qualquer deshonestidade, nem acusado na Policia, Justica ou publicamente. Obviamente eu poderia ter executado varias deshonestidades bastantes conhecidas com esses 20 milhões a juros baixos. Na realidade, eu nunca dei muita importancia ao dinheiro, minha cabeca sempre foi ligada as tecnologias da informatica, essa que hoje ainda me faz trabalhar 10-12 horas por dia mesmo nesta longeva idade.

Os Governos não viam no Sr. Maksoud um aliado confiavel. Independentemente dos muitos casos que eu poderia contar como os da construção do aeroporto do Galeão, a sua revista Visão semanalmente criticava todos os projetos que o Governo anunciava, o que era do conhecimento geral, e por isso o Sr. Maksoud era considerado um inimigo apesar de ser um empresario, porem adicionalmente por ser desrespeitoso, intransigente e de relacionamento muito dificil. Um exemplo, antes da sua morte seus 2 unicos filhos passaram os 22 anos anteriores sem com ele falarem. Na revista Visão era uma critica pesada atras de outra, semanalmente, uma especie de mantra critica semanal. Um dos filhos, chegou a escrever nas paredes da redação da revista Visão: "Meu pai é um gangster"(sic).

E eu respondi ao engenheiro Wando: "Obrigado, mas não estou precisando do emprestimo."(sic) Ele respondeu: "Entao, faca a sociedade com um desses outros interessados, mas não com o Sr. Maksoud. Nessa hipotese (sociedade com os outros) mandarei o servico juridico da Digibras assessora-lo no contrato, para defende-lo."(sic) O que tambem não aceitei, o

agradeci porem nunca mais nos vimos.

Mas eu suspeito (tenho quase certeza disso) que o emprestimo do BNDE foi uma decisão do Presidente Geisel apos o relatorio verbal do General Mariath sobre a sua visita a uma "incrivel porem verdadeira fabrica BRASILEIRA de computadores com somente 450 m2". Depois da visita o General Mariath se tornou não um simples conhecido, mas um continuo e poderoso defensor da J.C. Melo Computadores sempre por iniciativa propria e não por eventuais pedidos de ajuda. Na visita, eu percebi que ele ficava perplexo com o que via, embora permanecesse calado como tambem os 2 Coroneis que o acompanhavam. Mas de vez enquando eles se olhavam e eram visiveis as suas perplexidades o que me indicava que eles não esperavam ver o que estavam vendo e talvez ja tinham ate pensado que o inexoravel final seria a minha prisão. Como eu informo no meu livro de 1982, eu gastei do meu bolso somente 1 na moeda de então enquanto COBRA gastou exatamente 300, como era possivel que eu ja fabricasse computadores e COBRA importava-os mudando os seus logotipos de Ferranti para COBRA? Como era possivel fabrica-los em somente 450 m2 e com somente um engenheiro auxiliar mais dois tecnicos e duas montadoras, porem COBRA ter uma imensa fabrica porem sem conseguir fabricar o Ferranti?

4. Sobre essa minha resposta negativa (alias, quem, no Brasil, rejeita um emprestimo desses e a juros baixos?) nessa epoca o engenheiro Wando era o presidente da holding Digibras, hierarquicamente subordinada aos controladores da politica nacional de informatica em Brasilia, que muito me perseguiam. E na parte de baixo era o superior imediato de COBRA, responsavel por continuas desinformações sobre a J.C. Melo. Naturalmente, não seria logico eu acreditar que a sua proposta seria real e não mais alguma nova perseguição. Eu cometi 12 grandes erros na minha vida e esse foi um deles, pois poucas semanas apos e eu ja tendo infelizmente formalizado a sociedade com o Sr. Maksoud, li nos jornais que o engenheiro Wando como presidente da Digibras fizera uma palestra para os empresarios na Federação das Industrias do Rio de Janeiro, e nela elogiou a J.C. Melo Computadores por ela estar fazendo o correto (sic) e sintomaticamente nem mencionou a sua subordinada COBRA. Mas infelizmente a sociedade com o Sr. Maksoud ja estava assinada.

Adicionalmente, hoje (2017) 40 anos depois descobri que o engenheiro Wando e eu tinhamos (sem eu saber) um antigo amigo comum e totalmente confiavel por ambos, e este amigo agora me informou que o engenheiro Wando fora de noite ao seu apartamento

pedir-lhe para me convencer a aceitar o emprestimo do BNDE ou no minimo associar-me somente com um dos outros interessados, porem não com o sr. Maksoud. E esse amigo (de Brasilia) não me procurou na ocasião e somente nos encontramos recentemente, uns 40 anos depois. Em resumo, a proposta do engenheiro Wando era verdadeira na sua intenção de ajudar/proteger a J.C. Melo Computadores e eu cometi um grande erro ao não acreditar nas suas boas intenções.

## CAP08
## QUEM ME PERSEGUIU?

Neste capitulo, faco uma ressalva sobre a identificação dos meus opositores. Na ocasião eu tomei uma decisão, de denunciar os erros do Governo na PNI e de algumas perseguições sofridas porem não denunciar pessoas, isso porque as origens das perseguições e tentativas de desmoralização eram em agencias do Governo. Porem as minhas denuncias publicas eram continuas e todas (100%) as cartas com essas reclamações que eu enviei não tiveram as imperativas investigações oficiais ou respostas de quaisquer tipos.

Algumas perseguições dessas agencias foram narradas no livro de 1982 portanto publicas, alem de amplamente publicadas pelas midias. Foram criticas publicas e dirigidas as agencias governamentais e sem respostas de quaisquer tipos, o que as confirmavam.

Alem disso, obviamente as perseguições não tinham as suas impressões digitais no referente aos individuos responsaveis, com excecao da narrada no capitulo CAP05. Mas essas impressões estavam nas agencias e seus dirigentes, como é obvio elas e eles tinham a obrigação de reagirem de algum modo, ou nas midias, ou na Justica, ou com uma minha prisão pois estavamos num regime militar que tudo podia, ou me chamarem para esclarecimentos, o que NUNCA ocorreu. Independentemente disso, podem ter sido ordens superiores.

Mas obviamente um dirigente dessas agencias não pode ser ressponsabilizado diretamente por alguma perseguição, embora elas tenham sido por eles conhecidas por serem publicas, noticiadas e algumas por cartas. E como se ve nestes 2 livros, muitas tem provas juridicas.

O melhor sera dizer que o "Governo me perseguiu", pois isso é a verdade.

No Capitulo CAP01 eu narro as oito primeiras perseguições sofridas e tambem no livro de 1982 nas suas paginas 44 e 45.

Nos Capitulos CAP03 ate CAP06 deste book 2 eu narro mais 4 perseguições, todas com provas judiciais.

No capitulos CAP07 a is seguintes são relatados mais onze das 104 perseguições sofridas e catalogadas por minha secretaria Edna. Mais perseguições não são citadas para não tornar este book 2 muito extenso.

Somente para registro e independentemente das inumeras noticias então publicadas pelos jornais, o Governo e suas agencias responsaveis sempre receberam de mim criticas publicas, abertas e portanto "oficiais", legais, conhecidas (portanto não foram criticas secretas ou nos bastidores) sobre os erros da sua PNI e as perseguições sofridas.

As criticas ABERTAS foram:

1. Em 1982, com a publicação e venda do meu livro 1.

2. Em 29 Junho 1977, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Ciencias e Tecnologia da Camara dos Deputados, parte sobre as perseguições que eu sofria e parte sobre as inviabialidades da Politica Nacional de Informatica do Governo. Veja o anexo C16-c uma noticia do jornal Tribuna da Imprensa sobre essa exposição.

3. Em 21 Marco de 1984, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Economia do Senado Federal sobre as inviabialidades tecnicas e industriais da Politica Nacional de Informatica do CSN/SNI/SEI.

4. Em 5 Junho de 1977, fiz uma respeitavel carta aberta ao Presidente Geisel, publicada em Brasilia, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Veja o Capitulo CAP07.

5. Em 25 Janeiro 1976, enviei uma denuncia formal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica sobre as ações de DIGIBRAS/COBRA contra a minha empresa. Veja o anexo C16-d do jornal O Globo de 25 Janeiro de 1978.

6. Continuadamente as midias impressas noticiavam as minhas criticas politicas e tecnicas a Politica Nacinal de Informatica, e apoiando as minhas criticas, como vemos no capitulo CAP12 uma materia do jornal O Globo de 25 Janeiro 1976, de pagina inteira sobre esse tema,

7. Depois da minha volta ao Brasil, em dia do qual não me lembro (em 2013) fiz um longo depoimento gravado

**Anexo C16-c**

# Indústria de computador explicada no Congresso

TRIBUNA IMPREN. (:

A forte tendência monopolística e estatizante não atingirá os altos objetivos do governo de nacionalizar a indústria de computadores por questões de segurança nacional — afirmou ontem o empresário João Carlos Melo, Presidente do Grupo J. C. Melo, primeiro fabricante de minicomputadores no Brasil, perante a Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara dos Deputados, adiantando que "é contra a concorrência, quando predatória das multinacionais e contra a estatização, mas a favor da empresa privada nacional", concordando com os objetivos que se deseja alcançar, mas não com os meios que vêm sendo empregados.

Ao indicar os pontos que considera conflitantes nas ações governamentais, disse que o fazia na certeza de acrescentar subsídios aos que o Governo já dispõe, não concordando com o ponto de vista externado por alguns setores de que suas afirmações poderiam gerar um risco de natureza política, porque "não está contestando e nem fazendo críticas gratuitas, mas exercendo um dever para com o próprio País, honrando à sua condição de brasileiro, consciente das obrigações inerentes à sua nacionalidade".

INVIABILIDADE

Desconhecemos a existência de uma única fábrica estatal de computadores — disse João Carlos Melo — que tenha-se viabilizado quer sob o ponto de vista econômico quer sob o técnico, em qualquer parte do mundo. Muito ao contrário até a União Soviética é um grande cliente das indústrias privadas norte-americanas, com compras da ordem de um bilhão de dólares anuais. Não existem registros, ao contrário, de compras norte-americanas de computadores soviéticos.

Existe, inclusive, uma experiência clássica, política, que bem exemplifica essa inviabilidade: a CII francesa. Como sabemos, o Presidente De Gaulle, numa decisão política e tendo em vista uma desejável nacionalização da área de informática bem como problemas de segurança nacional (note-se que são os mesmos objetivos brasileiros), pretendeu a criação de uma indústria francesa de informática. O forte apoio econômico, complementado por um forte apoio político que inclusive extravasou para alterações públicas com o Presidente Kennedy, resultou numa companhia até agora deficitária e que detém somente 5% do mercado francês, e esses 5%, assim mesmo, quase que totalmente representados por compras militares.

DOIS ANOS À FRENTE

O primeiro problema é o referente à necessidade de um novo projeto nacional quando a tecnologia é importada. A J. C. Melo está, no mínimo, dois anos à frente de qualquer outra empresa (como a estatal) que decida fabricar minicomputadores no Brasil. O que já evoluímos na engenharia industrial e na engenharia de produtos locais, representa um patrimônio técnico inestimável, que nos garante aquela precedência.

Acredito que somente duas empresas, a IBM e a J. C. Melo, possuem esse acêrvo técnico, pois são as únicas que enfrentaram (e essa palavra é muito apropriada) uma real e efetiva fabricação local. Sei, por exemplo, que para a fabricação de seus computadores no Brasil, a IBM teve que enfrentar aproximadamente 300 problemas referentes aos insumos básicos e componentes nacionais. Nós enfrentamos uns 100.

DECISÕES FECHADAS

Outro grande problema é que os técnicos do Governo Federal, um círculo extremamente fechado, tem gerado decisões e resoluções as vezes distanciadas da realidade. Os dois problemas anteriores, ou sejam a inviabilidade de uma indústria estatal de computadores e a impossibilidade de qualquer empresa captar uma grande parcela de demanda num prazo relativamente curto, são exemplos desse hermetismo.

Como outro exemplo, há pouco o Governo definiu, através de uma Resoluçao, o que é minicomputador. Trata-se, meus Senhores, de única definição de minicomputador que existe no mundo, pois tem-se evitado uma definição absoluta por ela ser impossível. No exterior, existem centenas de métodos e equações (e eu também contribui para a confusão gerando uma equação, que tomou o nome de Método de J. C. Melo nos Estados Unidos) tentando formular, sem êxitos a não ser muito relativos, o que alguns técnicos conseguiram com uma Resolução. Por causa de certos problemas como a eficácia de um software, idem de um hardware, relaçao preço/perfórmance de software, idem de hardware, etc., é teoricamente impossível uma definição absoluta. Posso dar outros exemplos.

MONOPÓLIO

Todos nós conhecemos as repetidas declarações governamentais de que não deseja um monopólio para a empresa estatal. Devo declarar que ouvi isso de altas patentes, ao nível de primeiro escalão. No entanto, nenhuma Resolução demonstrou esse objetivo, em qualquer tempo.

Temos, portanto, um monopólio abominado política e juridicamente pelo Governo Federal. Estou convicto, pelo que tenho observado, que muitos técnicos governamentais principalmente na empresa estatal, convenceram-se de que um tipo de monopólio é absolutamente necessário para a viabilidade econômica do empreendimento governamental.

**Anexo C16-d**



# lenuncia Digibrás ao Cade

quer país em desenvolvimento, só desenvolve-se o *software*. Depois, veio ensinar aqui, mantendo sempre contato com técnicos e empresários em todo o mundo. No Brasil, desde 1971, criou uma escola de *hardware* e *software* em *real-time* na qual já treinou mais de 1.500 alunos atendendo a centenas de empresas, entre as quais a Cemig, Furnas, Light, Usiminas, CVRD, Petrobrás, Usiba, Cosipa, CSN, CTA, Alcominas, Eletrobrás, Ericson, Transcon, Foxboro, Hewlett-Packard etc.

Ao partir, entretanto, para um projeto industrial, criando a On-Line Computadores e Sistemas, defrontou-se com três problemas, analisados em carta datada de 17 de novembro de 1975, dirigida ao Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen:

a) O descrédito do mercado sobre a possibilidade de uma empresa nacional fabricar computadores;

b) A resistência de um eventual consumidor estatal, que pelo menos então, preferiria importar;

c) A impossibilidade de uma efetiva proteção ao Similar Nacional, através dos mecanismos da Cacex e Abinee.

Diz ele, perplexo, na carta ao Ministro Simonsen:

"Companhias que me aceitavam como projetista e consultor, ou como professor de seus engenheiros, não me aceitaram como fabricante, o que é um paradoxo. Com sinceridade, hoje eu sei que o maior culpado disso foi o Governo Federal, pois desde 1971 que ele diz, erradamente, que a fabricação de computadores exige uma engenharia complexa, quase inatingível por países em desenvolvimento".

Continua mais abaixo:

"A Cosipa deseja importar um sistema, bastante simples na realidade, pois é somente para aquisição de dados. De início, negou-se sequer a receber meu engenheiro, não quis nenhuma proposta etc. Quando comuniquei-lhe oficialmente, numa tentativa de pressão para obrigá-la a uma análise (e não a uma compra), sobre a existência do registro de Similar, recebo carta que embora perfeita do ponto de vista legal, tem a principal finalidade de excluir a On-Line".

E diz mais adinate:

"O terceiro problema é o criado pelas multinacionais fabricantes, quer na Albinee, quer na Sucesu, agravado por problemas operacionais na Cacex, que fez com que a On-Line considerasse o chamado cadastramento de Similar Nacional, como inoperante".

Com uma pequena peça na mão — um circuito integrado — João Carlos Melo vai demonstrando que a montagem de um computador não é difícil, nem muito cara, nem exige gigantescas instalações.

— Quase todo o computador se resume a este circuito. Cada vez mais, o computador vai sendo colocado aqui dentro e logo não teremos mais nada a fazer além de aclopar uma régua a essa pecinha.

Com efeito, o circuito integrado revolucionou a tecnologia do computador. É a peça que requer a tecnologia mais sofisticada e os investimentos mais elevados. Sua produção só é viável economicamente quando se obtém elevadas economias de escala, razão pela qual apenas nos Estados Unidos e a União Soviética produzem desses circuitos avançados. Um terceiro país, o Japão, começou a fabricá-lo no final do ano passado.

— Nos Estados Unidos — garante o industrial — existem uns 20 fabricantes e essa peça pode também ser encontrada facilmente no varejo onde custa uns 35 dólares. Por isso não há problema para obtê-las mas, por outro lado, não teríamos escala para fabricá-la.

— Este, aliás, é o único componente importado do nosso computador, correspondendo, em termos de valor, a 32% do custo de fabricação. Todo o resto do nosso material é nacional. Mas também importamos os periféricos (teletipos, leitoras de fitas perfuradas etc) porque, igualmente, o reduzido mercado ainda não justifica a instalação de fábricas de periféricos no Brasil.

É o emprego desses circuitos integrados que torna os computadores da On-Line bastante mais baratos que o projetado pela Cobra: "um terço a um quarto mais barato", diz João Carlos Melo. E lhe garantiu presença pioneira no mercado a preços baixos que, segundo ele, deram origem às pressões do grupo Digibrás.

## As pressões

João Carlos Melo acusa a Digibrás, entre outras ações, pela perda de um vultoso contrato para montagem de um sistema de controle de trânsito em Curitiba juntamente com um financiamento do Badep para a instalação de sua fábrica em terreno a ser concedido pelo Estado do Paraná.

Conta ele que, ao acertar a montagem do sistema, obteve também do Governo paranaense vantagens fiscais, financeiras e imobiliárias para instalar uma fábrica no Distrito Industrial de Curitiba. Vantagens essas que são as normalmente oferecidas por todos os Governos estaduais para projetos de desenvolvimento industrial. Entretanto, quando já estava quase tudo acertado, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — Badep, a quem caberia o financiamento às obras, recebeu um comunicado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, maior acionista da Digibrás, informando que qualquer decisão a respeito da instalação de uma fábrica de computadores no Estado só poderia ser tomada após ouvida a Digibrás. Essa carta provocou o recuo do Governo paranaense diante de todos os acordos que vinha acertando com a On-Line.

João Carlos Melo diz que não vai parar. Seu primeiro computador, o **On-Line 5 005** "está sendo vendido normalmente".

— O novo modelo **8 000** será comercializado dentro de poucas semanas mais ou menos aos mesmos preços do **5 005**. É nosso plano, também, dentro de poucos meses vender **5 005** e **8 000** em kits, para serem montados pelos compradores. Em linhas gerais, nossa filosofia resume-se em dois pontos: desmitificar os computadores e alta produção com baixa margem de lucro.

— Queremos colocar nossos computadores em empresas mesmo pequenas, escolas secundárias etc. Como está acontecendo nos Estados Unidos. Com os kits, que poderão ser montados por um bom técnico em eletrônica, o computador será desmitificado, pois a mistificação do problema já custou 90 milhões de cruzeiros ao Governo.

E conclui:

— Existem dois tipos de estatização: a legal e a amoral. A legal, todos conhecemos. São as áreas de monopólio ou aquelas que o Governo define claramente como de interesse do Estado. A amoral é aquela em que a área não está oficialmente estatizada mas procede-se como se fosse, direta e, principalmente, indiretamente. É a que ocorre com a Digibrás, perseguindo a minha firma e outras que pretenderam instalar-se no Brasil, criando uma indústria estatal, controlando todas as compras através da Capre, promovendo a criação de novas indústrias estatais.

de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo, fornecendo-lhes os documentos associados.

Por que, diante dessas criticas publicas na epoca da PNI o Governo ou suas agencias não me processaram na Justica ou não me responderam nas midias, preferindo ações amoraes e criminosas nos bastidores?

Necessito desmentir a informação propositaI de que eu seria contra os militares, portanto contra a antiga politica nacional de informatica. Não vou citar a ascendencia militar da familia de minha mãe, vou me restringir a epoca da politica nacional de informatica. Os militares me perseguiram, como muitos pensam? Alias, este livro é dedicado a 4 Generais.

Nao, NAO FORAM OS MILITARES.

Que alias eram contrarios a academica e irreal politica nacional de informatica do Governo e de suas agencias, tanto que o General Jayme Mariath (Diretor do Centro de Processamento de Dados do Exercito) e o General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe do Estado Maior das Forcas Armadas) me apoiaram com declarações documentadas e inclusive publicamente nas midias impressas. Desprotegido e sofrendo continuadas perseguições, esses importantes apoios muito me emocionaram pois vieram nos momentos e aos niveis adequados.

E no inicio da PNI eu fui publicamente apoiado pelo General Golbery, como narrado anteriormente nestes books 1 e 2, que determinou ao Ministro Simonsen proteger a primeira industria brasileira de computadores. Veja o Capitulo CAP02 deste book 2 ou procure com a keyword "Marcos". O seu apoio foi natural, por ele ser provido de inteligencia incomum como sabemos. Um dos grandes erros da Revolução de 1964 foi ele não ter sido Presidente da Republica e escolherem o General Figueiredo.

Militar 1:

Quando o Governo não aprovou a fabricação (uma das suas 22 maiores perseguições) do meu segundo computador MB-8000, com alto indice de nacionalização, o General Mariath (General-Diretor do Centro de Pocessamento de Dados do Exercito) imediatamente me enviou um pedido oficial de compra do MB-8000, numa publica e direta discordancia do Exercito da politica nacional de informatica do proprio Governo.

Lembrem-se que foi ele que apoiou o meu primeiro

computador IND-5005 junto ao Presidente Geisel como ja narrei. Alias, o General Mariath sempre me apoiou de varias formas, pois discordava da politica nacional de informatica das agencias do Governo. Veja o anexo C16-a.

Militar 2:

Tambem ao visitar o Ministro General Potyguara, Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA, fui recebido por 6 oficiais generais no seu gabinete, das 3 Forcas Armadas. Numa mala, levei o meu computador IND-5005 desmontado, com todos seus insumos nacionais, com suas faturas de compras, inclusive o circuito impresso de 6 camadas fabricado pela Microeletronica SP. Ao sair, todos eles me levaram ao elevador privativo do Ministro, e quem conhece os militares sabem o que isso significa. Ao entrar no elevador, tambem entrou uma jornalista do Jornal do Brasil, e eu lhe disse: Não posso dar uma entrevista, ela é do senhor Ministro, e ela respondeu: Mas foi exatamente ele que me pediu para entrevista-lo. No dia seguinte, a visita estava publicada no JB, uma discordancia publica da politica nacional de informatica das agencias do Governo e oriunda do Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA. Veja o anexo C16-b e a pagina 42 do livro de 1982.

Militar 3:

Desde o inicio da politica nacional de informatica das agencias do Governo eu fui contra a equivocada decisão da Marinha que pressionava para que o computador militar da Ferranti inglesa fosse o escolhido para fabricação pela estatal Cobra, como de fato aconteceu. Fui contra por ser uma decisão equivocada, o Ferranti era um computador militar (instalados nas fragatas inglesas compradas pela Marinha, com um software para o controle dos tiros), e não tinha os imprescindiveis softwares comerciais desejados pela grande maioria dos potenciais compradores de computadores. O tempo passou, o que eu previa aconteceu, o otimo Ferranti (sim, ele era bom) foi um fracasso comercial. E o assunto morreu. Tempos depois, no meio das perseguições das agencias do Governo me telefonaram do Ministerio da Marinha (de surpresa) solicitando que eu fizesse uma palestra sobre os erros da politica nacional de informatica, para alguns almirantes e uns 50 oficiais, na ilha Fiscal. E assim fiz. Ao terminar, fomos todos a um almoco-homenagem a minha pessoa, com direito a um toque de corneta que me emocionou por vir exatamente da Marinha. Esse convite realmente me emocionou, por demonstrar que a Marinha tambem não mais estava a favor da PNI e contra as perseguições que eu continuadamente sofria. Uma publica

**Anexo C16-a**

*Caro amigo..*

Aceite nossos sinceros cumprimentos pelo mui merecido galhardão e que seja este o início de uma série de outros tantos, que certamente hão de vir.

Alegra-nos saber que temos certa participação para tão acertada escolha.

Votos de felicidades, extensivos aos familiares.

*Gen Jayme Miranda Mariath*

BSB, Out 79

---

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS
DIRETORIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
GABINETE DO GENERAL DIRETOR

Prezado Sr JOÃO CARLOS MELO

Na impossibilidade de atender ao seu gentil convite, por circunstâncias várias, cumprimento-o através deste, pela merecida homenagem, desejando-lhe mais sucessos e felicidades.

Na oportunidade, informo meu novo endereço, onde estarei às ordens e esperando continuar merecendo a atenção de V.Sª.

Atenciosamente

*Gen Jayme Miranda Mariath*

2º GPT ENG CONST
Est PONTA NEGRA Km5
69000 - MANAUS - AM (TEL - (092) 234-3325)

**Anexo C16-b**

# *Chefe do EMFA recebe J. C. Melo*

*Brasília* — Com a finalidade de pleitear a participação de sua firma na concorrência para produção de minicomputadores no Brasil, encontra-se nesta Capital o presidente do Grupo J. C. Melo — Indústria de Computadores Ltda., que, na última quarta-feira, foi recebido em audiência pelo Ministro-Chefe do EMFA, General Moacyr Potyguara.

Por considerar, que em termos de poder econômico, sua empresa "encontra-se em desvantagem para concorrer com as outras firmas interessadas no mercado de minicomputadores" — aberto agora às multinacionais, desde que contém com participação acionária nacional — o Sr João Carlos Melo pretendeu mostrar ao Ministro Potyguara e seus assessores — um deles com assento na Capre — o que sua empresa vem fazendo, notadamente no que se refere ao índice de nacionalização do material. O Ministro-Chefe do EMFA, depois de uma conversa de 40 minutos com o empresário, prometeu estudar o assunto.

Apesar de seu projeto de produção de minicomputadores encontrar-se na Capre — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico — desde o mês de março, "com parecer favorável", J. C. Melo considera que sua empresa dificilmente poderá ganhar uma concorrência aberta, pois "com a recente aprovação pela Capre de uma resolução permitindo a participação das multinacionais, associadas a empresas privadas nacionais, os pequenos grupos não terão muitas condições de preencher as duas vagas restantes no mercado, de acordo com o que foi fixado pelo Governo".

Indagado sobre os motivos que o levaram a enviar uma carta-aberta ao Presidente Geisel, assim como a parlamentares, empresários, funcionários públicos, jornalistas e militares, entre outros, o Sr Melo explicou que se encontra numa batalha pela defesa do que acha justo: "Aprovo *in totum* as medidas que o Governo está tomando para defender a indústria nacional. Discordo em parte é da forma como isto vem sendo feito".

discordancia da PNI das agencias do Governo, e vinda da Marinha! Seria necessario voces estarem no meu lugar para sentirem a imensa emoção que esse convite me causou, por ser da Marinha que havia sido tão equivocada no inicio.

Esses 3 exemplos mostram a realidade de entao, bem conhecida nos bastidores, a de que o Exercito, a Marinha e o Estado Maior das Forcas Armadas EMFA não estavam satisfeitos com os resultados seguidamente negativos dos executores e controladores da PNI.

As perseguições tambem não foram na gestão do Coronel Edison Dytz como Secretario Especial de Informatica. Alem de não me perseguir, deu sinais claros (a mim e ao setor de informatica do Brasil) de que não concordava com as perseguições a minha pessoa, por exemplo ao me convidar como presidente da mesa num Congresso da sua SEI em São Paulo (exatamente num auditorio do hotel Maksoud Plaza, do Sr. Maksoud, exatamente o que me "tomou" a fasnrics J.C. Melo/SISCO com a ajuda do Governo) sobre controle de processos por computadores em tempo real, a minha especialização.

Na agencia SEI,, na gestão do Sr. Octavio Gennari Neto foi que ela jogou a Lei pela janela (pelos Correios) isso possibilitando que o Sr. Maksoud "tomasse" a minha empresa. Incrivel, a SEI jogou pela janela uma petição oficial que, juridicamente, provava que os direitos de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram meus e não da J.C. Melo/Sisco, e porisso eu os requeria de volta.

O Sr. Octavio Gennari Neto tambem fora socio da empresa MICROTEC, que faliu e deixou muitos clientes sem receber os produtos pagos, do que resultaram muitas denuncias via Internet.

A "tomada" da minha empresa pelo Sr. Maksoud não ocorreu na presidencia do General Geisel, mas na do Presidente Figueiredo.

Ressalte-se que, obviamente eu não sou contra a existencia de uma agencia de informações da Presidencia, desde que ela seja exclusivamente um orgao de informações da Presidencia. Importante, como é obvio. Poderia apenas criticar alguns procedimentos exclusivamente tecnicos pois infelizmente a Teoria Geral de Controle, que deveria ser a sua materia mais estudada, não é ensinada na sua escola. Mas esse é apenas um detalhe tecnico pois hoje não tenho motivos para criticar a sua sucessora ABIN Agencia Brasileira de Informações, pois ela apesar de sucessora não é mais eleitoral, industrial,

politica e uma pequena copia da Stasi da Alemanha Oriental como infelizmente o foi ha 40 anos atras.

Adicionalmente esse é um assunto vencido. E tambem politico e eu sempre os evitei, alem da minha mente ser bastante cartesiana portanto muito menos agora desejo discutir ou comentar esse assunto.

## CAP09
## PERSEGUICOES ADICIONAIS

**Adicionalmente as 4 perseguições narradas nos capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06 deste book 2, nos seguintes capitulos CAP07 a CAP29 são relatadas mais algumas das 104 perseguições sofridas e catalogadas.**

**Na realidade essss perseguições foram mais de 104 pois as executadas fora da empresa minha secretaria não registrava. No meu livro de 1982 eu narrei somente as 8 primeiras perseguições, veja um resumo dessas primeiras nas paginas 44 e 45 do mesmo livro e no Capitulo CAP01 deste book 2.**

**A minha secretaria tambem não registrou dezenas de telefonemas tipicos das "investigações" do Governo, facilmente identificaveis por causa do seu ruido de fundo tipico de um seu velho sistema. Na realidade, eu aproveitava esses telefonemas para "mandar de volta" algumas contra-informações. E quando minha secretaria atendia um desses telefonemas ela me passava o telefone dizendo: "Tem o barulhido de fundo."(sic)**

**Eles tinham por mim um odio inexplicavel e eu nunca inspirei odio nas pessoas com quem tive tratativas de quaisquer formas.**

**Esse ODIO ESTA VISIVEL, por exemplo, no Capitulo CAP04, quando pressionaram meus 3 socios para me tirarem da empresa Stratus. Não era um assunto politico ou tecnico, mas comprovadamente um odio.**

**Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo Capitulo CAP23, quando uma empregada drogada se suicida no Viaduto do Cha e naturalmente a Policia abriu um inquerito (do qual fui absolvido) e eles foram por iniciativa propria a Policia de São Paulo pressiona-la por um indiciamento.**

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capitulo CAP14, quando o Governo disse a dois vice-Presidentes da EDS (a maior empresa de processamento de dados do mundo) que haviam me feito um convite (que aceitei) para ser seu Presidente no Brasil, que a EDS "teria problemas se eu fosse o seu Presidente."(sic), como os dois vice-presidentes me relataram.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capitulo CAP19, quando eu estava tratando da instalação da minha fabrica na Cidade Industrial de Curitiba e o Governo do Estado recebe um telex, por iniciativa propria do Governo Federal sem que eu nem o Governo do Parana tivessemos solicitado qualquer iniciativa do mesmo, proibindo-a.

Somente esses 4 casos demonstram um ODIO DOENTIO, muito alem do desejo de me derrubarem por causa das minhas opiniões sobre a PNI ou para me adequarem ao seu próprio gosto.

O ODIO vem do ambiente familiar, que é a base do nosso desenvolvimento psiquico. Os psicanalistas dizem que é preciso voltar ao início da vida, ao ambiente familiar do indivíduo, para explicar os diferentes tipos do ODIO.

Nao sei por que fui tao odiado, eu nunca quiz eliminar os mentores da PNI, tirar-lhe os vistosos postos ou executar semelhantes ações. Mesmo por que eu não tinha a Justica ou uma divisão de Exercito para faze-lo. Eu era so um tecnico com uma correta opiniao tecnica, coisa muito limpa e facil de ser entendida.

## CAP10
## COBRA DIFUNDIA QUE EU ERA UM CONTRABANDISTA

COBRA difundia que eu era um contrabandista, e não um fabricante. E isso era um fato publico. No livro de 1982 essa perseguição esta sumarizada, nele procure com a keyword "Furiati".

Eu realmente fabricava, porem COBRA nada disso fazia pois exclusivamente importava o computador Ferranti ingles e trocava o seu logotipo, como toda a classe de informatica sabia. As vezes, isso fazia até abrindo o caixote original proveniente do Reino Unido nas proprias instalações do cliente e trocava o seu logotipo por um de COBRA. E nem sequer se preocupava com as opiniões negativas que esse amoral procedimento gerava, um evidente procedimento manu militare.

Por "fabricar" entenda-se: projetar o seu circuito eletronlco, desenhar os circuitos impressos de suas 6 camadas, fabricar essas circuitos impressos na fabrica da Microeletronica em São Paulo, montar seus componentes nos circuitos impressos, integrar todos os seus componentes, monta-los no seu gabinete, climatiza-los e testa-los em estufa, incluir seus softwares minimos (assembler, microassembler, basic, fortran) e fazer seus testes finais. E, nos 2 ultimos modelos MB-8000 e MC-9700 tambem incluir um poderoso software cobol multiusuario em rede, o famoso Blis-Cobol.

Importante lembrar que o meu primeiro modelo IND-5005 foi o unico a ser aceito pela Carteira de Comercio Exterior CACEX e pela ABINEE Associação Brasileira da Industria Eletro-Eletronica como "similar de computador", apos vistorias dos seus engenheiros a minha fabrica no Rio de Janeiro, como ja narrei anteriormente.

Vejamos agora 5 eventos que desmentiram essa continuada calunia de COBRA, essa continuada falta

de explicações para o seu conhecido fracasso, quer aos seus superiores quer ao mercado:

1. O PRIMEIRO EVENTO

Foi que a CACEX Camara de Comercio Exterior do Banco do Brasil, que controlava todas as importações brasileiras, como ja narrei anteriormente me concedeu o registro de similar nacional, por decisão do eng. Namir Salek então Diretor da CACEX e isso somente depois da visita de seus engenheiros a minha pequena fabrica, na realidade o primeiro similar nacional de computadores, enquanto COBRA, apesar das pressões politicas sobre o eng. Salek nunca o conseguia. COBRA politicamente não aceitava essa decisão da CACEX, e o eng. Salek uma vez me disse: "Enquanto eu for diretor da CACEX, COBRA não tera um similar nacional."(sic). Evidentemente por que COBRA importava e simplesmente trocava o seu logotipo. E COBRA nunca conseguia o seu similar nacional embora fizesse continuas pressões governamentais sobre o eng. Salek.

E existia um problema adicional grave: Como a CACEX poderia registrar um similar nacional de COBRA, se ela visivelmente importava e trocava o seu logotipo por "COBRA" ate na casa de um cliente quando a importação demorava por algum motivo, e toda a informatica nacional isso sabia? O Governo nem se importava com isso, manu militare.

O similar nacional de qualquer coisa diz: "Voce não podera importar, pois existe um similar nacional."

2. O SEGUNDO EVENTO

Foi que a poderosa ABINEE Associação Brasileira das Industrias Eletro Eletronicas, me apoiava integralmente nesse episodio do similar nacional, depois de verificar in loco as instalações industriais conforme ja narrei anteriormente.

3. O TERCEIRO EVENTO

Foi quando a editora chefe do Data News (publicação semanal sobre informatica, a mais importante do setor nessa ocasiao) de nome Gilda Furiati, me telefonou e disse: "Melo, voce tem que acabar com essa fofoca, se puder. Ela esta muito grande, difundida por todos os empregados de COBRA, parece uma ordem geral superior. Me deixe visitar a sua fabrica, levarei um fotografo, e publicarei a realidade seja ela qual for. Voce topa?"(sic) Concordei e isso de fato aconteceu no dia seguinte. Na edição seguinte do Data News a materia mais importante era essa visita a minha fabrica, na capa e em outras paginas cheias de fotos

ilustrando as varias etapas da fabricação. A referida reporter me informou, depois, que COBRA dissera ao diretor do Data News (um norte-americano) que se ele fizesse isso de novo nunca mais lhe daria publicidades.(sic)

**4. O QUARTO EVENTO**

Foi que a pequena J.C. Melo no Rio de Janeiro e a grande J.C. Melo/Sisco em São Paulo, muitas vezes foram visitadas por grupos do Exercito e da Marinha, totalizando talvez mais de 200 oficiais.

E so em 1977 mais de 100 oficiais de altas patentes a visitaram no Rio de Janeiro, vide pagina 53 do livro de 1982.

Vide tambem a pagina 40 do livro de 1982, com este texto:

----------

"Mais de cem autoridades visitaram, por convite individual, a fábrica da J.C.Melo, sempre manifestando surpresa e satisfação, da Marinha, do Exército, de entidades de classe, etc."

----------

**5. O QUINTO EVENTO**

Foi que periodicos e associações de classe visitaram as minhas fabricas, a do Rio pelo jornal O GLOBO e a de Sao Paulo pela SUCESU associação dos usuarios de computadores, e ambas visitas foram noticiadas como vimos em anexos anteriores..

## CAP11
## TRANSFERENCIAS DE CONCORRENCIAS GANHAS PARA COBRA

E surgiu outro fato amoral, eu vencia uma concorrencla publica porem posteriormente a repartição (a agencia do Governo) interessada recebia a visita do "pessoal de cima" e COBRA terminava por ganhar o contrato (uma decisão manu milítare, ao arrepio das Leis) que havia sido vencido por mim.

Essa amoral pratica foi por mim denunciada e publicada pelo Diarlo Popular de 24 Junho 1977, veja o anexo C20-a, com o seguinte texto:

.

----------

"Isso vem acontecendo atreves de pressões de natureza politica para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas publicas sem a necessaria concorrencla e, ao contrario, com adoções de criterios de compras nos quais não se incluem avanços tecnologicos e preço baixo como itens importantes."(sic)

Essa pratica tambem foi denunciada ao jornal Estado de São Paulo de 3 Junho 1977, como vemos no anexo C01-a no Capitulo CAP01, de onde extraio este texto:

----------

" ... pressões tambem sobre outras empresas (compradoras) para que elas não assinassem contratos com sua companhia (a J.C. Melo) e ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, e finalmente a feitura de contratos sem concorrenciaa publicas mas inteiramente politicos."(sic)

----------

**Anexo C20-a**

# Cobra é acusada de monopólio

BRASÍLIA — "A recém-instalada empresa estatal COBRA — Computadores Brasilieros S/A — já começou a exercer o monopólio do mercado de pequenos computadores, em detrimento das pequenas e médias empresas privadas nacionais do setor. Isso vem acontecendo através de pressões de natureza política para eliminar iniciativas-particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas públicas, sem a realização da necessária concorrência e, ao contrário, com adoções de critérios de compras nos quais não se incluem avanço tecnológicos e preco baixo como ítens importantes."

A denúncia é do empresário João Carlos Mello, presidente, segundo afirma, da "unica companhia inteiramente brasileira no setor de minicomputadores." que ontem prestou depoimento na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Além do monopólio e da eliminação da concorrência, ele condenou e criticou a atuação da COBRA "por anunciar que fabrica computadores nacionais quando, na verdade, apenas faz a montagem de equipamentos importados, e ainda, a opção da empresa estatal por montar minicomputadores com sistema de linguagem obsoleta e de difícil comercialização."

## CAP12
## EU DENUNCIEI AS ACOES DE COBRA AO CADE

A situação chegou a um ponto tão insuportavel que resolvi dar uma longa entrevista de pagina inteira ao jornal O Globo no domingo 25 Janeiro 1976 no Caderno de Economia, dizendo da minha intenção de denunciar o Governo Federal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica por causa dessa e das outras praticas contra a minha pessoa. Veja o anexo C21-a. O importante jornal O Globo me apoiou, pois uma entrevista de pagina inteira num domingo de um jornal com a respeitabilidade do O Globo fala per si. O seu cabecalho tinha a dimensão da pagina inteira e dizia: "Empresa de computador denuncia Digibras ao CADE."(sic)

A denuncia era juridicamente aceitavel, porem o CADE não a aceitou por ela ser contra o Governo Federal (outra decisão manu militare, ao arrepio das Leis).

Ao vermos as dimensão e exposição dessa denuncia logo vem a pergunta: Como foi possivel o Governo nada responder, a não ser que não pudesse? Que não quisesse expor publicamente o Governo? Manu militare ele tudo podia.

Somente esta falta de resposta ou protesto a mim ou as midias impressas corrobora todas as minhas denuncias narradas nestes 2 livros,

1. sempre manu militare,

2. sempre nenhuma resposta inclusive a propria midia,

3. sempre escondendo o problema,

4. sempre "respondendo" com pressões e perseguições nos bastidores todas sem a sua impressão digital.

A maior parte dos meus amigos era da opinião que eles sabiam que a PNI estava errada mas nao podiam

**Anexo C21-a**

# Empresa de computador (

O Grupo J.C. Melo Ltda, único fabricante nacional de computadores eletrônicos, decidiu apresentar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE uma denúncia de tipo absolutamente inédito: o acusado é o próprio Governo Federal que, através de suas empresas Digibrás e Cobra estaria realizando pressões econômicas e políticas contra o Grupo.

Reconhecendo, entretanto, as características especiais que envolverão esse caso, o presidente do Grupo, João Carlos Melo, enviou na última sexta-feira, 23, uma carta ao presidente do CADE, Gratuliano Brito, consultando-o sobre a competência do órgão para aceitar a denúncia.

A íntegra da carta é a seguinte:

"Esta organização tem sido vítima de continuadas pressões políticas e econômicas do conjunto Digibrás/Cobra/Capre, pressões essas que, a nosso ver, justificam plenamente uma denúncia formal a esse Conselho, para sua apreciação.

"Por essa razão, em defesa de muitos princípios e de nossa firma, decidimos apresentar a referida denúncia formal.

"Entretanto, por ser governamental o conjunto acima e tratando-se de caso sem precedentes, temos dúvidas sobre se esse Conselho, que é governamental, legalmente poderá aceitar uma denúncia contra o próprio Governo Federal.

"Conseqüentemente, sem entrar no mérito da questão, consultamos oficialmente a V. Sa. sobre a legalidade do procedimento acima".



João Carlos Melo ao lado do computador fabricado por sua empresa.

## *J. C. Melo diz que não aceita a saída de sua empresa do mercado*

Há 20 anos trabalhando com computadores e há um ano e meio fabricando-os no Brasil, João Carlos Melo se diz hoje um homem "desiludido".

— Temos sofrido toda sorte de pressões. A minha empresa tornou inviável o projeto da Digibrás. Entretanto, enquanto é possível à Digibrás afastar do mercado nacional os concorrentes estrangeiros, como já fez com cinco grupos que pensaram em se instalar no Brasil, não é possível fazer a mesma coisa comigo. Primeiro, porque a empresa é nacional. Segundo, porque conforme declarações do próprio Presidente Geisel, o setor eletrônico é uma área destinada à iniciativa privada.

Ele explica o que está acontecendo, primeiro traçando um quadro da indústria de computadores. Existem dois subsetores bem distintos: o destinado à gestão de empresas e o voltado para o controle de processos industriais. O primeiro setor é comumente conhecido como de processamento de dados. As empresas que nele operam são bastante conhecidas do grande público (IBM, Burroughs etc) e atendem aos serviços de cadastramento, listagens, relações etc necessários a atividades de empresas e particulares. Em resumo, é nesse setor que se processam as provas de exames vestibulares, os cartões de Loteria Esportiva, as folhas de pagamento das empresas, etc.

O outro subsetor, mais conhecido pelo seu nome inglês de **real-time**, é empresarialmente totalmente distinto do setor de processamento e responde pelo controle das operações de grandes e complexos equipamentos industriais. O computador aí é programado para manter um sistema de máquina funcionando conforme determinados parâmetros, substituindo com absoluta precisão a ação do homem. O computador aciona os mecanismos, controla a temperatura, velocidade, pressão, acusa os defeitos.

Outra importante divisão existente na computação eletrônica é a que distingue o **hardware** do **software**. Explica João Carlos Melo que o **hardware** refere-se ao computador propriamente dito e aparelhagem auxiliar. O **software** trata da elaboração dos sistemas a serem executados. Assim, o **hardware** pode ser fabricado, copiado, importado, negociado como qualquer mercadoria industrial. Já o **software** é função exclusiva de trabalho intelectual, exigindo formação de mão-de-obra totalmente especializada e normalmente cara.

### O computador brasileiro

A história do computador brasileiro começa há uns cinco anos. Segundo o empresário, está bastante ligada a programas de modernização da Marinha de Guerra Brasileira quando foram feitos os primeiros contatos com o Grupo Ferranti, britânico, que resultaram na constituição da Cobra-Computadores Brasileiros, uma **joint-venture** com a Digibrás — Digital Brasileira S.A.

A Digibrás-Cobra, com apoio tecnológico da Ferranti, propôs-se, então, a construir o primeiro computador brasileiro. Após cinco anos de pesquisas e Cr$ 90 milhões de gastos, ainda não chegou a um resultado, afirma João Carlos Melo.

— O projeto Digibrás—Cobra serviável por vários motivos. Primeiro, porque indústria estatal de computadores é um contra-senso, que não existe em nenhuma parte do mundo livre, mesmo em países onde a economia é estatizante. Existem muitas razões para isso, a principal é a rotatividade da tecnologia, que muda a cada trimestre, e uma indústria estatal é muito formal para acompanhar mudanças dessa ordem. Segundo, porque a indústria digital é uma área tão competitiva que uma indústria estatal, tradicionalmente de custos elevados, não poderá sobreviver economicamente sem uma proteção política.

— O projeto Digibras—Cobra serviu, entretanto, para afastar investidores estrangeiros do setor, especialmente os interessados em **real-time**. Nesse ramo, todas as empresas instaladas no país importam o **hardware** e viram-se, segundo João Carlos Melo, desestimuladas pela Digibrás a montar aqui os seus computadores.

Foi, então, que ele entrou em cena como industrial. Antes trabalhara em *hardware* no Brasil e no exterior. Aprendeu lá fora pois, no Brasil, como em qu

expor a candidatura presidencial do General Octavio Medeitos a qual dependia prioritariamente do sucesso da PNI.

Outros, de que depois do enorme oba-oba que fizeram com a criacao do PNI nao poderiam expor publicamente os seus erros de formulação e direção da mesma.

Perda decorrente dessa perseguição: Não pude defender-me e legalmente acusa-los perante o orgão exatamente adequado para esse tipo de denuncias.

## CAP13
## A PRESSAO FISCAL

**Um dia, minha secretaria Edna me informou: "Chegaram um Coronel do Exercito (fardado) e mais 5 fiscais. Estão na sala de reunioes."(sic)**

**Fui ao encontro deles, e ouvi do Coronel um inacreditavel "Viemos fazer uma ampla varredura fiscal na sua empresa. O Sr. paga imposto de renda?"(sic)**

**Diante dessa inacreditavel pergunta eu logo percebi a finalidade da visita, e respondi: "O Sr. deve ter todos os acessos necessarios, não necessitando me perguntar isso."(sic)**

**Os fiscais fizeram outras perguntas similares, e foram embora dizendo que "Voltariam na proxima semana para examinarem todos os impostos da empresa."(sic) O que alias não aconteceu**

**Como é obvio, o objetivo era uma tortura mental com um Coronel fardado comandando um grupo de fiscais. O que mais me impressinou foi a audacia do Coronel.**

**Porem eu, poucos dias antes, havia pedido uma audiencla ao General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe da Estado Maior das Forças Armadas), em BrasiHa, o eue esta narrado no Capitulo CAP08 subtitulo Militar 2.**

**E eu aproveitei para, no fim, dizer. "Ha poucos dias eu fui visitado por um Coronel do Exercito, acompanhado de alguns fiscais, fazendo uma pura intimidação. Não sei como esse pessoal tem tanto poder."(sic).**

**E o Ministro Potiguara respondeu, rindo: "Nos tambem nao, Dr. Melo".(sic) E todos riram.**

**Referiam-se ao poder ilimitado das agencias controladoras da PNI.**

**Certamente esses fiscais decidiram não voltar por causa dessa visita ao General Potiguara que foi**

**publicada no dia seguinte, o Coronel que me visitou talvez supondo que eu estivesse preparando uma autuação do proprio EMFA para desmacara-lo.**

**Perda decorrente desta perseguição: Psicologlca, porem ela não foi pequena pois indicava uma elevação do nível de pressoes/perseguições que eu continuadamente sofria, ou seja, eles partiram para uma pressão mais direta e com outros participantes externos (os fiscais) sem o mínimo constrangimento ou medo das possivels repercussões publicas dessa visita.**

## CAP14
## O SUICIDIO DE UMA EMPREGADA

Aqui veremos, mais uma vez, a que ponto o Governo chegava quando desejava destruir uma pessoa. Eu não sei o que ele fez com outros brasileiros (coisas equivalentes ou piores, segundo relatos), mas muito tenho na memoria (infelizmente) sobre o que ele fez comigo.

Ao lembrar-me pois a isso sou obrigado para redigir este book 2, sofro um continuo estresse, como alias previ que aconteceria. Esta narração tem sido muito penosa, porem obrigatoria.

Por tudo que ja tinha acontecido, eu ja havia desistido do assunto reserva de mercado, e de continuar no ramo. O caso Stratus (capitulo CAP04), finalmente me fez compreender que isso não mais adiantaria; dizendo-o de outra maneira, eu ja estava tão destruido que a unica possivel solução seria mudar de ramo, se não pudesse/desejasse ir para o exterior.

Finalmente conclui que o Governo ganhara, e desisti de fabricar quaisquer coisas no Brasil.

Nesse momento, abri um escritorio em São Paulo (na Av. Prestes Maia, 241), e resolvi voltar para a consultaria, mas não tive um grande sucesso como na primeira vez. Provavelmente por causa da continua desconstrução executada pelo SNI ou adicionalmente por que não era mais a epoca em que as grandes empresas estavam iniciando nesse campo do controle de processos em tempo real com computadores e então inexperientes. O maximo que eu conseguia era pagar os empregados e manter a empresa, e mais algum pouco para a minha manutenção e a de minha familia.

Eu tinha 4 empregadas, tres jovens e uma senhora de quase 60 anos, de nome Barbara, esta como tradutora. Como parte do meu trabalho de consultoria era redigir

artigos tecnicos em ingles para a publicação semanal impressa Weekletter on South America Computer Business, e como apesar de falar e escrever fluentemente o ingles porem sem ter uma formação academica para essa atividade (passar no rigoroso exame TOFL, por exemplo) eu necessitava de uma pessoa experiente com esse alto nlvel para as necessarias correções finais dos textos. Essa senhora trabalhou comigo uns 3 anos.

Um dia, eu tive necessidade de mais um empregado e um anuncio foi colocado, do que resultou no emprego de uma jovem chamada Adelaide. Essa jovem viera de Porto Alegre e fora expulsa de casa pelo pai, por causa de um envolvimento amoroso com um jovem, segundo ela contou as colegas. E então viera para São Paulo, para iniciar uma nova vida segundo disse para mim e para os outros empregados.

Essa jovem de vez enquando ia ao banheiro e vomitava, o que fez todos suporem que a desavença com o pai talvez estivesse relacionada a uma gravidez. Era uma suposição, porem creio que ela era uma verdade porem nunca comprovada, a menciono apesar como sugestão de como talvez estivesse a sua (dela) situação mental.

Alem disso, essa jovem demonstrava, para todos, a impressão de que tambem estava envolvida com drogas. Mas no inicio era somente outra suposição. Porem um dia, ela se trancou no banheiro e se drogou (duas caixas vazias de Diazepan de sua propriedade foram entregues ao DEIC, da Policia de São Paulo). A referida senhora Barbara tradutora foi ao banheiro, e me chamou.

Constatado o envolvimento com drogas, a dispedi. Ela me implorou para continuar, porem não concordei pelas possiveis consequenclas, e ordenei a uma empregada que fosse com ela na sua pensão e depois para a rodoviaria, "despachando-a" num onibus para Porto Alegre. Evidentemente, dei-lhe dinheiro para isso. E isso fora feito.

Nunca mais soubemos dela, o que alias não teria sentido pois todos estavamos convencidos de que ela teria ido para Porto Alegre como confirmado pela empregada que a levou.

Duas a tres semanas depois, de surpreza um policial apareceu no meu escritorio e me levou a Policia (DEIC), aonde dei um depoimento de aproximadamente 2 horas para o Delegado Maksuo (não sei se a grafia correta é essa, ele era nissel), encarregado do caso.

A jovem não teria ido para Porto Alegre (deve ter

saltado alguns quilometros adiante) e se jogou do vão central do Viaduto do Chá, num meio-dia, sendo internada porem não sobrevivendo.

Meu depoimento foi a narração de tudo, os nomes das 4 empregadas para posteriores convocações, etc. Em resumo, eu nada, absolutamente nada, tinha a ver com o referido suicidlo.

Convencido, o Delegado não me prendeu. Isso é importente, pois somente "depois" da intromissão do Governo ele me "indiciou", como veremos adiante.

Ao sairmos de sua sala e ainda no corredor do DEIC, nos encontramos com o diretor do mesmo, que lhe perguntou: "E como estamos?". Ao que ele respondeu: "O Dr. Melo esta cooperando, e parece que tudo esta esclarecido".{sic).

Por isso eu nem senti necessidade de contratar um advogado.

Ressalte-se que a senhora tradutora, ela e seu marido eram amigos intimos do dlretor do DEIC e da sua esposa, e ela tomou a iniciativa (sem eu saber) de ir procura-lo e dizer que eu era uma pessoa idonea e respeitavel, e contou como tudo tinha acontecido. O mesmo relato acima.

Agora a narração da intromissão do SNI:

Nessa semana, se realizava em São Paulo o Congresso anual de informatica, e o assunto informatica obviamente estava nas manchetes das midias impressas.

Alguns dias depois voltei expontaneamente ao DEIC para saber como estavam as coisas, pois um inquerito havia sido aberto. Foi quando um dos detetives do Delegado Maksuo me perguntou: "O Sr. tem algum problema em Brasília?"(sic) dizendo que viera um agente de Brasilia investigar o caso e que ele informou que tambem teria obrigação de investigar esse caso.(sic)

Do que conclui que o Governo (o qual provavelmente grampeara o meu telefone comercial, como havia feito varias vezes no passado) teria tido conhecimento do inquerito. Diga-se de passagem, eu nunca mencionei Brasilia (o caso da PNI, minhas criticas, etc) para ninguem do DEIC, mesmo por que não tinha por que faze-lo. Como um simples detetive saberia disso, a não ser com essa visita de Brasilia?

E então eu soube que iria ser indiciado por "indução ao suicídio" (?) e que o Delegado já estava terminando

esse inquerito para envia-lo a Justiça.

Ora, como eu iria ser indiciado se a senhora Barbara (uma testemunha ocular de todos os eventos) contou ao proprio diretor do DEIC o que realmente teria acontecido, e o delegado me liberou (não mandou me prender) e depois do primeiro depoimento nunca mais me chamou?

E sobre a "indução ao suicidio", quer dizer que eu fui capaz de induzir uma pessoa ao suicídio, de uns 25 anos ou mais, quando ela ainda estava na empresa? E uns 10 dias depois ela sentir-se tao "induzida" que resolveu, num meio-dia de grande movimento, jogar-se do Viaduto do Cha?

Nada disso, era apenas um indiciamento mandado, pois como o Delegado Matsuo não podia me indiciar por jogar uma jovem do alto do Viaduto do Cha ao meio dia por existirem centenas ou milhares de testemunhas, ele criou uma incrivel "indução ao suicidio" somente para cumprir com a ordem do SNI.

Mas presumo que esse Delegado tenha decidido vingar-se da ordem de Brasilia, fazendo um "obrigatorio" indiciamento porem sabendo que, na Justiça, esse indiciamento não teria a menor possibilidade de prosseguir, como de fato aconteceu pois nem precisei de contratar um advogado.

Uma dessas tres empregadas, de nome Marli, me disse que depos uma vez no DEIC, porem a forçaram a tentar mudar o seu depoimento, dizendo-lhe "se ele for condenado, voce será condenada como cumplice"(sic) e "não tenha medo, diga a verdade e nos a protegeremos". Outra empregada, de nome Miriam, sofreu as mesmas pressões para mudar o seu depoimento, como ela me informou.

Porque a Sra. Barbara, respeitavel professora publica aposentada, não foi chamada a depor, afinal se tratava de uma respeitavel testemunha de tudo que tinha acontecido?

Assustado por ter sido indiciado (fato unico na minha vida), então contratei um advogado. Esse advogado foi a Justiça para iniciar o seu trabalho, e voltou com a informação de que o promotor, ao ler a denuncia, ficou escandalizado com a mesma, e pediu ao Juiz o arquivamento do processo, e relatou no proprio processo a razão de ter ficado escandalizado, ou seja, teria achado o inquerito e o indiciamento um absurdo e até criticou (no proprio processo) o Delegado. E o Juiz mandou arquiva-lo. Meu advogado não fez nada para isso, pois quando começou ja encontrara a solicitação de arquivamento pelo Promotor e simplesmente fez o

que era o mais adequado, esperou o Juiz decidir para, depois, se necessario fosse contra argumentar.

.

O documento final desse arquivamento (da Justiça) referente a essa decisão do Promotor e a idem do Juiz, esta na anexo C23-a. Trata-se de um certidão desse arquivamento pelo Juiz de 25 Malo 1987, ou sejam, uns 5 a 6 meses depois da farsa do DEIC obedecendo ao SNI.

O Governo queria aproveitar o episodio para, "por coincidencia" em pleno Congresso anual de informatica, desmoralizar-me. Mas não o conseguiu, nenhum jornal importante (como o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, etc.) publicou qualquer coisa a respeito provavelmente prevendo mais uma perseguição do Governo, somente publicando essa noticia esses pequenos jornais chamados de imprensa marrom.

Anexo C23-a



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

**FABIO BASAGLIA**

Diretor(a) da Divisão de Processamento de Inquéritos (DIPO 3.), desta Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

MENTO DE INQUÉRITOS E
CIA JUDICIÁRIA
O DE PROCESSAMENTO DE
RITOS POLICIAIS
...OIS SALGADO TRECCALLI
TORA DE DIVISÃO

C E R T I F I C A,

atendendo a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo os livros e fichários da Divisão a seu cargo, deles verificou constar a distribuição de **um inquérito policial em 14/11/86, registrado sob nº 27.021/86, figurando como indiciado JOÃO CARLOS DE MELO, natural de Porto Alegre-RS, nascido aos 03/06/31, branco brasileiro, portador da RG nº 15.069.907, filho de Carlos Rodrigues de Melo e de Maria de Lourdes Argollo Melo, figurando como vítima Adelaide Brum de Oliveira, deles verificou constar que, referidos autos instaurados para apuração de delito de Crime - contra os costumes, foram ARQUIVADOS, por despacho do MM. Juiz , datado de 25/05/87. NADA MAIS. O referido é verdade do que dou fé. São Paulo, 23 de Julho de 1987. Eu, [assinatura] Milton de Almeida Filho, escrevente, datilografei e assino.-.-.-.-.-.-.-.-**

**FABIO BASAGLIA**
**DIRETOR DE DIVISÃO SUBSTITUTO**

## CAP15
## A PROIBICAO DE EU PARTICIPAR DE UM DEBATE NA TV BANDEIRANTES

Em mais um exemplo das pressões/perseguições que eu diuturnamente sofri ano apos ano, a TV Bandeirantes resolveu fazer um debate entre 4 personagens, os Senadores Roberto Campos e Severo Gomes, o Embaixador Batista Nogueira (o pai), e eu, no seu famoso programa Critica & Autocritica.

A principal executiva (creio que era a sua proprietarla) da TV me telefonou, fazendo o convite. Mas algum tempo depois novamente telefonou, me desconvidando, dizendo que o estava fazendo contra a sua vontade, etc.

Extranhando, liguei para o Senador Roberto Campos e ele ligou para essa executiva, e dela ouviu que o Governo lhe dissera "Se o Melo participar, a TV Bandeirantes nunca mais terá licencas de importações para os seus equipamentos."(sic). E por isso, fora obrigada a me desconvidar. Então o Senador Roberto Campos disse-lhe que se eu não fosse ele tambem não iria. Diante do impasse, eles combinaram que eu iria mas não participaria do debate porem ficaria em bom destaque na primeira fila e varias vezes as camaras me focalizariam. Ou seja, quem conhecia as perseguições estaria entendendo o que estaria acontecendo.

E assim foi feito. Na realidade, pela quantidade de telefonemas que depois recebi de muitos colegas da area de informatica, todos entenderam o que havia acontecido. Durante a semana a TV fizera muitas "chamadas" do programa e com o meu nome, de repente eu não participo porem no debate eu apareço varias vezes na primeira fila e a minha cadeira no palco estava vazia.

Ou seja as camaras "diziam" que eu não estaria doente, que eu não estaria atrasado, e que eu fora encontrado, etc., pois visivelmente eu estava fisicamente na TV, mas não estava nas cadeiras com os outros tres como fora amplamente anunciado.

Bem mais inteligentes, a TV Bandeirantes e o Senador Roberto Campos facilmente "ganharam" do Governo.

E na area da informatica, o Governo deu um tiro no pé, pois a repercussão foi bem pior do que se eu tivesse participado. Todos concluiram que "os argumentos do Melo seriam irrespondiveis e o Governo os proibiram".

Creio que a TV Bandeirantes deverá ter essa gravação a qual comprovara mais uma das perseguições que eu sofri.

## CAP16
## O COMPUTADOR MEDIO MC-9700

**Apos o sucesso do meu computador MB-8000, o passo natural seguinte da J.C. Melo/Sisco foi fabricar o computador medio MC-9700, inclusive este capitulo narra exatamente isso.**

**MC era uma homenagem ao Ministerio das Comunicações, como o anterior MB-8000 fora a Marinha Brasileira. O Ministerio das Comunicações que não concordava com a irreal Reserva de Mercado porem não podia lutar contra a poderosa agencia que controlava a PNI.**

**Voltando ao meu computador medio MC-9700:**

**Não existem registros de que um computador de porte medio tenha sido, aquela epoca, fabricado em qualquer pais do chamado Terceiro Mundo. No entanto, a minha empresa o fez. Ate jornais internacionais (do Reino Unido e do Japao) comentaram esse assunto.**

**A cronologia desse computador medio demonstra muito claramente como o conjunto CAPRE agia.**

**EVENTO 1: Novembro 1978, a minha promessa:**

**No anexo C25-a vemos uma entrevista na Revista da Sucesu de Novembro de 1978, eu prometendo o medio "para o ano que vem."(sic)**

**EVENTO 2: Maio 1979, a pressão da CAPRE:**

**Porem mesmo antes da sua aprovação para fabricação, a perseguição continuou. No anexo C25-b vemos uma noticia no jornal Estado de São Paulo de 23 Maio 1979 sobre pressões (da CAPRE) para que esse computador medio MC-9700 não fosse fabricado pois seria a obvia desmoralização final dela e de COBRA que nem ainda tinha um mini fabricado e muito menos um como o meu MB-8000. Essa noticia tambem acrescenta que essa minha denuncia foi tambem feita a um grupo de**

Anexo C25-a

# Melo promete médio para o ano que vem

Responsável por um dos estandes mais concorridos do 11º CNPD, o industrial João Carlos Melo, vice-presidente da Sisco - Sistemas e Computadores Ltda., garantiu que até meados do ano que vem a sua empresa estará lançando um computador de porte médio com tecnologia própria e um índice de nacionalização superior a 80%.

Para Melo — que também previu para 1981 o lançamento de um computador grande da Sisco — "não existe problema maior de se fabricar um computador de porte médio com tecnologia nacional". Segundo ele, "quem faz um mini, faz um médio, e quem faz um médio pode fazer um grande".

Partidário de que se aplique na área dos computadores médios os mesmos critérios que nortearam a reserva da área de minicomputadores para a iniciativa nacional, Melo disse: "Não vejo porque a associação com empresas estrangeiras se companhias nacionais que já demonstraram a sua capacidade técnica pleitearem fazer o mesmo sem contrato de assistência técnica".

**Fábrica.** Operando atualmente em instalações provisórias, a Sisco está construindo a sua fábrica definitiva em São Paulo, num terreno de 10 mil metros quadrados, devendo entrar até março em regime normal de produção e comercialização. Seu quadro de 100 funcionários deverá ser duplicado até o final deste ano.

Além da matriz e da filial no Rio de Janeiro, a Sisco vai abrir em 1979 filiais em Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, onde serão executadas as atividades de vendas, suporte e manutenção.

Também está sendo estruturado um centro de treinamento para atender funcionários da empresa e usuários. Com as atividades centralizadas em São Paulo, o centro promoverá cursos em outros Estados através do envio de técnicos.

De acordo com Nelson Sany Wortsman, gerente de comercialização de sistemas comerciais, a manutenção é uma das maiores prioridades da empresa, incluindo um *plantão bip* e contratos de até 24 h/dia de atendimento.

**Elite.** A Sisco — prosseguiu Sany — conseguiu reunir "uma elite em termos de desenvolvimento no Brasil". São profissionais egressos dos centros de pesquisas das Universidades e que encontram na empresa as condições propícias para a aplicação dos seus conhecimentos. Como exemplo, citou o terminal inteligente e colorido TIC-9000, desenvolvido por integrantes do pioneiro projeto *Patinho Feio*, da USP. O entusiasmo pelo trabalho desenvolvido e as possibilidades de realização profissional foi, inclusive, expresso por diversos funcionários entrevistados no estande da Sisco e, de acordo com Sany, é este clima de trabalho que está atraindo muita gente para os quadros funcionais da empresa, como no caso de um funcionário que trocou a segurança de seus quase 10 anos de IBM pela Sisco. Nesse particular, Sany considera as empresas multinacionais como "a grande universidade" de muitos profissionais brasileiros, sobretudo na área de Marketing, sendo muito boa, em sua opinião, a contribuição dessas empresas para a nascente indústria brasileira de computação ao colocarem no mercado profissionais dotados de um excelente *know-how*.

**Software.** A parte de *software* constitui-se numa das maiores estruturas dentro da empresa, empregando 40 programadores e analistas senior exclusiva-

**Anexo C25-b**

# Sisco afirma que a Capre fez pressões

COMPUTADORES

O vice-presidente da Sisco — Sistemas e Computadores, J. C. Melo, fez ontem uma palestra de seis horas para oficiais do II Exército que visitaram a indústria A palestra foi sobre o modelo médio MC-9700, cuja comercialização foi iniciada.

Melo revelou que tem recebido pressões da secretaria executiva da Capre, desde janeiro deste ano. Essas pressões culminaram com recente declaração da Capre, em que desmente nota divulgada por seu presidente, dando detalhes do projeto aprovado.

Ele atri buiu as pressões para que a Sisco não fabricasse o MC-9700 também ao fato de que a empresa estatal Cobra não terá um modelo médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel de São Paulo, e, em outubro, o lançará no congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado.

26 oficiais do II Exercito que fez uma visita coletiva a minha fabrica já em São Paulo. Nela falei durante 6 horas sobre este assunto e claramente afirmei que a CAPRE fazia pressões nesse sentido e quais elas eram.

Este texto da referida noticia bem explica a principal razão dessa nao-fabricaçêo:

----------
"Ele (eu) atribui as pressões para que a J.C. Melo/Sisco não fabricasse o MC-9700 ao fato de que a empresa estatal COBRA não terá um modelo de computador medio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro proximo, num hotel em São Paulo, e em outubro o lançara no Congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado."(sic)
----------

O outro lado (CAPRE,COBRA, etc), como sempre fez em todas as minhas centenas de denuncias publicas, ficou totalmente calado pois não poderia responde-las. Ou seja, a pressão pela sua não-fabricação não seria pela existencia de qualquer problema no plano fisico-financeiro do MC-9700, ou qualquer problema tecnico ou industrial, ou idem fiscal, etc., mas para que a sua fabricação não "desmoralizasse" a estatal COBRA que não tinha sequer um equivalente ao meu antigo MB-8000 ja então vastamente fabricado e instalado e muito menos equivalente ao MC-9700.

Nos Congressos de Informatica, o meu stand era o segundo com o tamanho de 800 m2 logo abaixo do stand da IBM com 1000 m2, porem o sucesso era tão grande que muitas vezes era impossível entrar nesse meu stand. E muito menos COBRA tinha um equivalente ao meu bem maior e mais potente MC-9700, um computador medio. Alias, COBRA não tinha sequer, nem no horizonte, um projeto para um medio.

EVENTO 3: Janeiro 1979, a aprovação do medio MC-9700

Em 19 Janeiro de 1979, a CAPRE aprovou o projeto do meu computador medio MC-9700, veja no anexo C25-c uma noticia do jornal Folha de São Paulo de 20 de Janeiro de 1979.

Na realidade, embora o pareça essa não foi uma "bondade" da CAPRE nem um reconhecimento do erro para o seu perseguido, pois essa aprovação fora proposital para que eles simplesmente tivessem uma "desculpa tecnica" e não aprovassem o grande "perigo", o medio da IBM, portanto decidindo que "ja existindo um brasileiro não podemos aprovar um extrangeiro."

Anexo C25-c

# Médios: Capre aprova projeto

BRASILIA (Sucursal) — A comissão de coordenação das atividades de processamento eletrônico (Capre) aprovou ontem em reunião de plenário, o primeiro projeto do setor de computadores de porte médio, beneficiando o grupo J. C Mello — Henry Maksoud, que se inscreveu com o "projeto sisco", de capital e tecnologia 100% nacional, envolvendo investimentos da ordem de Cr$.123,5 milhões. O projeto, muito elogiado pela equipe técnica da Capre, prevê a produção de 200 computadores de porte médio até 1981.

Ao final da reunião plenária de ontem, fontes governamentais mostraram-se extremamente irritadas com a ação do "lobby" das companhias multinacionais do setor de informática que, segundo eles, tentaram desmoralizar a Capre, anunciando ontem, através de um jornal da capital da República, a aprovação do "projeto sisco", portanto, antes da reunião que julgaria o projeto.

## MANOBRAS

Segundo essas fontes, o "lobby" multinacional teria "jogado" em termos de probabilidade, uma vez conhecendo a tendência dos membros do conselho plenário. Para isso, entretanto, este "lobby" multinacional teria contado com a colaboração de um ou alguns dos membros do conselho da Capre, que teriam acesso à pauta da reunião. Destacaram em seguida as fontes que "este tipo de estratégia não pode, em nenhuma hipótese, prejudicar os objetivos maiores fixados pelo Governo em função do desenvolvimento da indústria brasileira de informática, e muito menos provocar ou atrasar decisões estabelecidas em função do interesse nacional, definido nas resoluções 5 e 9 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Os projetos inscritos em carteira na Capre pela empresa norte-americana IBM deverão ser apreciados nas próximas reuniões da Capre. O esquema de exploração do setor de computadores no Brasil destacou a fonte, deverá ficar totalmente definido ainda no governo Geisel.

O projeto sisco, aprovado ontem pela Capre, estabelece o seguinte esquema de investimento e produção: 1979, Cr$ 52,5 milhões, para uma produção de 30 unidades; 1980, Cr$ 51 milhões, e 70 unidades; e 1981, Cr$ 20 milhões, para uma produção de 100 unidades/ano.

Dizendo-o de outra maneira, a aprovaçêo do meu projeto era o passaporte para eles não aprovarem o da IBM. Mais importante, eles não acreditavam que o MC-9700 seria fabricado, o que tambem não teria importancia pois nessa ocasião da provavel minha "nao-fabricação" o medio da IBM ja teria sido rejeitado como eles queriam. Eu seria o mal menor e ademais "certamente" o MC-9700 não seria fabricado, pois era "muito complexo".

EVENTO 4: Agosto 1979, o medio MC-9700 ja fabricado

Veja no anexo C25-d uma noticia na Revista da Sucesu de Agosto 1979, portanto somente 8 meses apos da sua aprovação, na qual vemos eu mostrando o MC-9700 já fabricado, na minha fabrica, e as suas extraordinarias especificações, como a sua microprogramação, o seu multiprocessamento e o seu data recovery, caracteristicas estas bastante incomuns em computadores desse porte em 1979, como é do conhecimento de qualquer bom tecnico da area.

Conclusao:

Essa cronologia mostra inequivocadamente com agiam a CAPRE e COBRA, sem quaisquer respeitos pela opinião publica, pelas midias, por mim, pelos seus superiores como por exemplo o Presidente Geisel e pela comunidade de informatica. E muitos militares importantes isso percebiam, como os Generais Mariath e Potiguara, os dois oficiais generais que mais acompanhavam a Politica Nacional de Informatica PNI.

Como sempre os donos da CAPRE tinham a absoluta certeza da impunidade, porem foi um tiro no pé pois com as ações similares dos seus sucessores as agencias controladoras da PNI terminaram por mata-la.

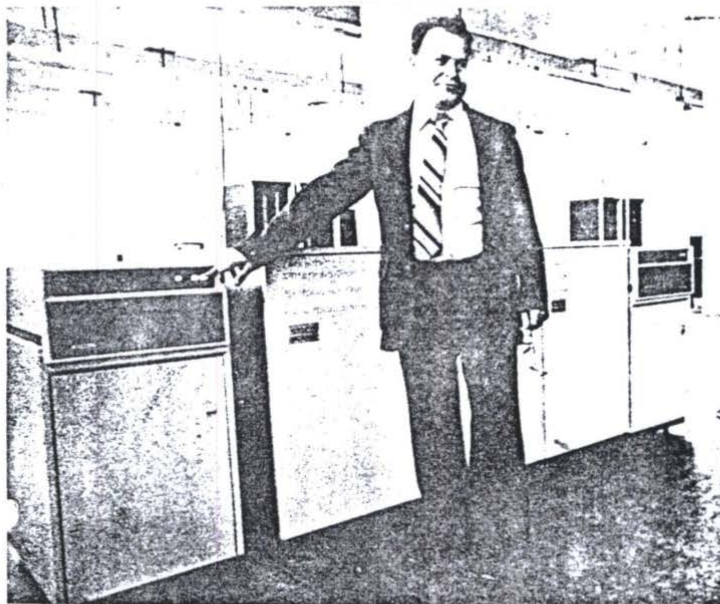
As duas resultantes ironias são:

1. Não nasceu um similar do grande 360 no Brasil,

2. Como o upgrade natural do MC-9700 seria um computador ao nivel de um IBM 360 basico, isso teria uma grande repercussão mundial, pois nem alguns paises desenvolvidos o tinham. E na ocasião da "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco eu ja tinha um "360" na cabeça, ou seja faze-lo microprogramado com o codigo de instruções do 360 modelo basico da IBM, o que seria valido se a microprogramação não demorasse mais do que o tempo da mesma execução no IBM 360 ou ate demorando uns 10% mais.

E eu não teria os evidentes problemas dos softwares IBM que deveriam ser usados (basicos e outros) pois

**Anexo C25-d**



*Na fábrica da Sisco, J.C. Melo mostra o MC–9700*

MÉDIOS

# Características universais

As características universais de arquitetura, que lhe permitem "emular qualquer computador" são, segundo a Sisco, um dos principais destaques da sua nova série de médio-computadores MC-9700, aprovada pela Capre no início do ano e com lançamentos previsto para outro próximo.

Com tecnologia totalmente nacional e índice de nacionalização de componentes da ordem de 59%, o projeto da Série MC-9700 envolve investimentos de Cr$ 123,5 milhões, com a produção prevista de 200 unidades até 1981.

Suas principais características técnicas são as seguintes: multiprocessamento; multiprogramação (inclusive múltiplos sistemas operacionais); memória secundária com ERCC; *multiply/divide* em *hardware; floating point* em *hardware* (binário ou decimal); memória secundária até 4 MB ( 2 MBbytes por CPU); painel virtual; memória principal com paridade; canal de interprocessamento de alta velocidade; diagnóstico *self-test; Programmable Control Store* (PCS); alta velocidade eletrônica; e alta velocidade operacional.

A alta velocidade eletrônica, na série MC-9700, é assegurada, conforme explica a Sisco, pela microprogramação ao nível teórico mais baixo possível (o timing das instruções é microprogramado), pela utilização de memórias RAM rápidas e do canal de interprocessadores de alta velocidade.

O multiprocessamento, o bom gerenciamento do multiprocessamento (quer em *hardware ou software*) e um poderoso código de instruções ( Nova, inicialmente Eclipse, a curto prazo, e IBM 1370, a médio prazo) são, segundo a empresa, aos responsáveis pela alta velocidade operacional do sistema.

Também são possíveis as configurações duais – características *standard* do modelo MC-9700/2xx – que permitem o uso de técnicas avançadas de *data reco* very, sistemas redundantes, e outras.

Quanto à memória secundária dos sistemas, que no momento usa chips de 16k porém já com sua régua de circuito impresso programada para aceitar os chips de 64k que estarão disponíveis até fins deste ano, será aumentada para até 64 MB

existiam varias firmas nos Estados Unidos e na Europa que os desenvolveram, naturalmente "superiores" aos dos similares da IBM para poderem ser vendidos aos clientes do 360.

O mais ironico disso é que a grande repercussão mundial seria creditada a PNI do Governo, embora eles não tivessem tido qualquer participação nesse avanco. Veja o capitulo CAP21 sobre o futuro 360 brasileiro.

E ninguem pagou ou ira pagar por isso. Quanto ao Brasil ele tem tradição de ficar deitado num berço esplendido, com ou sem milenio digital.

## CAP17
## PROIBICAO DA EDS DE CONTRATAR-ME COMO SEU PRESIDENTE

Infelizmente dessa denuncia eu não dei nenhuma entrevista a qualquer jornal, pois estaria envolvida a EDS e eu poderia prejudica-la. Porem mesmo assim eu a descrevo.

A Electronlc Data System EDS era, na ocasiao, a maior empresa de processamento de dados do mundo, sendo seu principal cliente o proprio Governo norte-americano, o Army, a Air Force e a Navy, e uma centena de outras importantes agencias governamentais e grandes empresas.

Num determinado momento, a General Motors (um dos seus maiores clientes) adquire o seu controle nos Estados Unidos, e então vieram ao Brasil dois dos seus Vice-Presidentes (da EDS) para as iniciativas de aqui instala-la.

E então me visitaram, me fazendo o convite para ser o seu Presidente no Brasil. Já conhecendo a sua dimensão nos Estados Unidos, eu o aceitei, porem disse-lhes: "Esta area é muito critica no Brasil, muito politica, sendo conveniente que os Srs. visitem determinada agencia do Governo controladora da PNI, em Brasília. Embora a pretensão da EDS fosse somente um grande centro de processamento de dados e a reserva de mercado era somente para fabricação de hardware, essa visita é recomendavel."(sic)

Poucos dias apos eles votaram, e disseram que haviam estado na na agencia controladora em Brasilia, a Secretaria Especial de Informatica,, e eles lhes disseram: "Não existem problemas para a instalação da EDS no Brasil, porem sugerimos que o Dr. Melo não seja o seu Presidente pois nesse caso os Srs. terão problemas com o Governo."(sic). Não com eles, mas "com o Governo".

E então eles me explicaram porque a EDS era obrigada a retirar o convite, o que evidentemente aceitei.

Porem essa atitude da SEI os assustou e eles voltaram aos Estsdos Unidos e não sei se voltaram ao Brasil.

## CAP18
## A NAO ACEITACAO DA SEL e da J.C. MELO QUE JA FABRICAVA

A não aceitação da fabrica de computadores SEL System Engineering Laboratories e da J.C. Melo associadas, e a escolha fechada (manu militare) de outras sem quaisquer experiencias no ramo foi uma das muitas e absurdas perseguições que sofri.

Essa perseguição esta narrada na pagina 32 do meu livro de 1982.

Primeiro, qual era a minha relação com a SEL System Engineering Labs, de Fort Lauderdale, Florida. Na minha profissão (controle de processos por computadores em tempo real) é imperativo ser conhecedor da Teoria Geral de Controle, quer a matematica quer a conceitual. São continuas aulas durante 2 a 3 anos. E um dos seus assuntos mais fundamentais é saber calcular a Reliability (Confiabilidade) de um sistema, como um computador para alguns serviços mais criticos. Na ocasião e hoje, não se compra esses equipamentos sem uma clausura no contrato garantindo uma determinada confiabilidade minima ($R(t)=x$). E essa clausula era incluida em todas as propostas e contratos da SEL, como alias de todos os outros fabricantes. Ninguem comprava sem ela.

E eu fui contratado para ser o Manager desses calculos na SEL uma fornecedora tradicional da NASA, onde trabalhei 8 meses em Fort Lauderdale. E a SEL tambem me colocou num curso especial de 30 dias na NASA (exclusivamente sobre calculo de confiabilidade) em Cabo Canaveral ministrado por Mr. Malcolm Mac Gregor, considerado o "papa" de confiabilidade de tudo na NASA.

A SEL era especializada nesses computadores de alta confiabilidade, fornecedora tradicional da NASA, das Forcas Armadas e de grandes empresas.

O seu presidente Mr. Gus Randolf tomou uma decisão muito importante sobre o seu computador SEL82, dando-lhe as linguagens/sistemas tradicionais para uma empresa. E o SEL82 foi um sucesso de vendas. Alias, foi um dos primeiros computadores de 32 bits, ideais para controle de processos em tempo real. Na ocasião eram baratos, da ordem de US$ 100,000.00.

E Mr. Randolf e eu nos tornamos amigos, de vez enquanto velejamos juntos, etc. Mesmo assim, eu voltei para o Brasil, por problemas particulares.

Mas eu voltei aos Estados Unidos algum tempo depois, propondo-lhe a instalação de uma fabrica da SEL em associação com a J.C. Melo Computadores e ele aceitou, e nessa ocasião fiquei 2 meses na SEL (Março e Abril de 1971) por esse motivo.

O Board of Directors da SEL ja havia decidido a instalação da fábrica no Brasil, dependendo de uma verificação local das reais intenções do Governo Brasileiro.

Haviamos estabelecido que a fábrica poderia estar instalada em Fevereiro de 1972, ou seja, todos os setores da SEL (fmanceiro, técnico, etc.) ja haviam concordado com essa data.

Passamos então a obvia segunda parte do plano, ou sejam os contactos com o Governo Brasileiro. E Mr. Gus escolheu um dos seus Diretores, Mr. Armando Cuesta, para comigo vir ao Brasil e, durante algumas semanas, acompanhar-me nas entrevistas com o Governo Brasileiro.

Logo ao chegarmos (Abril de 1971) dirigimo-nos ao Comandante Mario Guaranys, da Diretoria de Eletronica da Marinha, na ocasião o interlocutor valido. E dele ouvimos que o Governo não poderia aceitar a SEL, pois embora não oficial a Ferranti inglesa já havia sido escolhida, o Governo não poderia aceitar a J.C.Melo, pois embora não oficial a EE Equipamentos Eletronicos já havia sido escolhida para ser a sócia nacional da Ferranti e do próprio Governo. E que não aprovariam uma 2a industria, pois o mercado so suportaria uma.

Essa era a decisão do Governo. A primeira era um erro técnico, a segunda era uma proteção a firma EE Equipamentos Eletronicos diga-se de passagem idonea, mas a terceira, essa sim era grave pois era o GOSPLAN em ação.

Argumentei que o modelo FM1600B da Ferranti era exclusivamente militar, que era adequado para as fragatas que estavam sendo construídas no Reino

Unido mas que o plano de usar o referido modelo nas áreas comercial e industrial era inviavel pois ninguem iria pagar mais por um computador militarizado e sem os softwares requeridos pelo mercado. Ele não acreditou, como alias toda a Marinha, a propria EE, o BNDE, etc.

Aquilo pareceu ao Mr. Cuesta e a mim uma decisão tão errada que resolvemos falar com o engenheiro Damasceno então diretor e um dos donos da EE, o qual eu já conhecia. E nos dois passamos uma tarde inteira tentando convence-lo que o plano era inviável, pois o FM1600B não seria vendido fora da Marinha e ninguém iria fazer uma fábrica para fornecer somente uma dúzia de computadores. Não tivemos exito. No mês seguinte a EE e a Ferranti entregaram ao Governo uma proposta intitulada Plano Integrado para Projetos de Computador Nacional e Para Suporte de Sistemas Digitais Navais. Somente 6 meses após, praticamente no fim do ano, é que acreditaram que eu tinha razão pois a proposta não foi aprovada, e dois representantes do GTE foram ao exterior procurar outro socio extrangeiro.

Mr. Cuesta e eu voltamos aos Estados Unidos e entregamos ao Board of Directors da SEL um amplo relatorio das entrevistas, com a recomendação da fábrica não ser instalada no Brasil. O que mais assustou a Mr. Randolph foi a dependência da futura fábrica ao Governo, pois ele não aceitava a ideia de que necessitaria de uma "permissao" do Governo Brasileiro para, associado a J.C. Melo uma empresa brasileira que teria 33% das ações e imstalar uma sofisticada fábrica de computadores do Brasil. O modelo que seria fabricado era o 82, que era usado pela NASA e Forças Armadas dos Estados Unidos, mas também pela indústria e comércio.

Foi o primeiro golpe que eu sofri do GOSPLAN da informatica, o que me abalou pois, afinal, eu poderia ter realizado meu sonho de 1953, e principalmente eu intuí que se aquilo tinha acontecido iria acontecer daí para diante com novas iniciativas minhas pois eu não iria abandonar o meu principal objetivo.

Ou seja, eu intui que estava em rota de colisão com o Governo militar, e os anos posteriores comprovaram que eu havia intuído certo, pois eu nunca aceitaria aquela decisão de que não aprovariam "outras" fabricas.

Um pais sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, rejeitando uma associação de empresa brasileira e extrangeira para instalarem-se no pais.

## CAP19
## A PROIBICAO DA INSTALACAO DA MINHA FABRICA EM CURITIBA

Narremos agora sobre a proibição (atravas da um telex oficial) de que a J.C. Melo se instalasse na Cidade Industrial de Curitlba, associada com a grande TRW Controls norte-americana.

A TRW era a maior fabricante da satelites dos Estados Unidos e considerada uma das expoentes no setor de controle de processos em tempo real (com seus proprlos computadores), e tinha 300.000 empregados. Uma das suas 80 empresas (a TRW Controla) era uma empresa de elite em controles de trens e metros em tempo real, como exemplos a grande ferrovia Southern Pacific, o metro de Washington, o metro de São Francisco, etc., uma potencia tecnologica. Alem de uma empresa lider em quaisquer controles DAS ou DDC.

Eu ja conhecia a TRW Controls, por ocasião do caso do Bart (Bart é "Basic Area Rapid Transit"), o metro de São Francisco que atravessa o mar mais ou menos embaixo da ponte Golden Gate e segue na Bay Area. Ha uns 40 anos o Bart enfrentou uns seis processos na Justica de São Francisco (Municipalidade <--> Betchel, Municipalidade <--> TRW, Betchel <--> TRW), e todos eles envolvendo um software de milhões de dolares. A Betchel respondeu a Municipalidade: "Voce me mandou cartas modificando o projeto inicial". A TRW dizia: "Eu so cumpri um work statement com suas especificações." E a Municipalidade dizia: "Se conhecessemos metros, não precisariamos contratar a Betchel." E tudo aparecia na imprensa. Era um controle automatico para um metro, então o mais avancado do mundo, um sistema DDC que nenhum metro possuia na ocasião. A municipalidade de São Francisco contratou a Betchel, uma das maiores empresas de engenharia consultiva do mundo, para fazer o seu projeto. Relativo ao sistema de controle, um software tipo DDC Direct Digital Control, a TRW Controls venceu a concorrencia, uma companhia com 300.000

empregados e de grande reputação tecnologica e que ja tinha feito os softwares de controle dos metros de Chicago e de Washington. E por causa do fracasso operacional inicial do Bart, todos necessitavam justificar-se aos seus superiores. A Municipalidade aos seus eleitores, a Betchel e a TRW aos seus acionistas. Dizendo-o de outra maneira, todos se justificavam indo para a Justica. Mas tudo era sobre uma coisa chamada software.

O metro fora carissimo, e ademais para uma area de altissimo padrão de vida (a Bay Area, o tambem chamado Silicon Valley) Por causa disso, o seu despacho automatico (das composições) deveria ser a cada 1 minuto em algumas horas de pico. Mas na operação inicial, foi de varios minutos, o que inviabilizaria todas as suas projeções financeiras. E esse 1 minuto era um item que constava de todos os contratos originais.

Diante do caso ja publico, a Municipalidade resolveu contratar 3 tecnicos todos extrangeiros pois seria complicado contratar tecnicos norte-americanos (em controle DDC, em tempo real) sem previas relações profissionais diretas ou indiretas com a Betchel ou com a TRW. E foram contratados eu, um ingles e um alemao. Não para entrarmos no merito da questão e acharmos o responsavel, mas para relatar o que estava acontecendo e suas possiveis causas. Trabalhamos um mes nos escritorios do Bart, juntos com os tecnicos das 3 partes, e entregamos o relatorio final e nos desligamos do caso. Embora não fosse nossa obrigação definir responsabilidades, informalmente trocavamos impressões entre todas as partes, e todos concordavamos que era um imenso erro esse sistema (esse software) ter ido a justiça, pois não existia a minima hipotese da justiça (e com sua "pericia" em software) definir as responsabilidades. Ja fora do problema, tempos depois li num jornal que um acordo fora feito, não sabendo qual.

Foi nessa ocasião que conheci a TRW Controls e alguns dos seus diretores, o que facilitou um acordo de associação. Alias, ja naquela epoca eu pensava num socio norte-americano da area.

E tempos depois indo a sua sede em Houston, chegamos a esse acordo de associação e eu seria o Presidente da empresa, e a TRW Controls e a J.C. Melo seriam associadas. Embora ela fabricasse seus proprios computadores não o faria no Brasil ate por uma questão de economia de escala, e a J.C. Melo usaria todas as suas instalações industriais para somente fabricar computadores. A sua vinda para o Brasil representaria uma "fantastica" instalação industrial, A PRIMEIRA NO BRASIL DESSE NIVEL, e

com muitos metodos industriais da area de informatica inexistentes no Brasil. Nem a fabrica IBM no Brasil tinha esse nivel industrial.

Esta é mais uma prova juridica das pressões/perseguições que continuadamente eu sofri.

Um seu Vice-Presidente, Mr. Gene Jarvis, veio ao Brasil para a implantação dessa fabrica, e fomos a Curitiba, pois a sua Cidade Industrial ja havia sido escolhida pela TRW Controls. Curitiba logo foi escolhida por que não representava a "ebulição" industrial e dos empregados de São Paulo.

Em Curitiba fomos recebidos por seu então Presidente (Dr. Cassio Taniguchi, depois prefeito de Curitiba), para as tratativas da instalação da nova fabrica da J.C. Melo associada com a TRW Controls norte-americana. Inclusive o local ja havia sido escolhido, ou seja o terreno exatamente defronte do terreno da fabrica da Siemens.

Foi quando o Dr. Cassio, muito constrangido pois ele ja havia conhecido, pelo projeto, as ineditas instalações tecnicas que iriam para a sua Cidade Industrial, nos mostrou um telex (oficial) determinando que qualquer instalação de fabrica de computadores no Brasil estaria sujeita a uma previa autorização do Governo. A TRW não iria fabricar computadores no Brasil, somente sistemas (como o unico sistema DDC de controle de metros no mundo que ela fabricou para o Bart de São Francisco).

Resumindo, a TRW somente fabricaria seus sistemas de controle com seus computadores importados, eu seria seu Presidente e tambem em troca usaria a sua muito aparelhada fabrica para fabricar meus computadores. Portanto, não existiria nenhuma fabrica extrangeira fabricando computadores no Brasil.

Um sofisma, somente para bloquear a referida instalação. E a TRW Controls desistiu dessa fabrica no Brasil.

Esse telex, considerando a potencia tecnologica da TRW e as instalações industriais que seriam feitas em Curitiba certamente foi outro crime de Lesa Patria.

# CAP20
# O KAFKA BRASILEIRO: AS PROIBIDAS FABRICAS DE ALTA TECNOLOGIA

Neste milenio digital todos sabemos que a tecnologia da informatica provavelmente sera a joia da coroa de qualquer pais, um bem super valorizado e principalmente fundamental sob varias aspectos, como vimos em quase todos os capitulos deste book 2.

Por isso, não é logico e normal um pais rejeitar essa joia da coroa se uma industria extrangeira do setor quizer associar-se com uma idem nacional visando a instalação de uma fabrica conjunta no Brasil. Nesse caso, muito necessitaremos "ir la" e trabalhosamente "convence-la" do quanto isso seria importante, repito convence-la por necessitarmos visceralmente dessas associações. Isso é o que fara qualquer pais que não esteja deitado eternamente num berco explendido.

Responsabilidade social:

Evidentemente é natural um pais se proteger e proteger as suas industrias, criando instrumentos estabelendo limites de diversas formas nesses tipos de associações, por exemplo como devera ser essa transferencia de tecnologia, como devera ser o seu controle acionario e muitas outras proteções conhecidas em muitos importantes paises. Isso tem um nome, responsabilidade social.

A responsabilidade social é um quadro ético e sugere que um Governo tenha a obrigação de agir em benefício da sociedade em geral. A responsabilidade social é um dever que todos os Governos devem ter para manter um equilíbrio entre os seus varios sistemas. Porem o termo "responsável", como no "governo responsavel", requer qualificações de varios tipos, em economia, politica, tecnica, moral e outros etcs.

Ao proibir essas associações em termos ABSOLUTOS, a primeira conclusão que se chega é que no concernente a tecnologia da informatica neste milenio digital o Governo militar brasileiro atraves das suas agencias controladoras da PNI demonstrou não ter responsabilidade social em no minimo tres campos, economia, tecnologia de informatica e Forcas Armadas.

Alem disso não é natural ou inteligente ou normal "proibir" essas associações. Neste caso o assunto passou a ser um assunto muito conhecido pelo escritor tcheco Franz Kafka. Outra conclusao, esta logica, é que o Governo e o controladores da PNI não leram as essenciais obras de Kafka, "Metamorphosis", "Trial" e "Castle". Se as tivessem lido, teriam compreendido o que é o universo kafkaniano e certamente tentariam evita-lo na sua nati-morta Politica Nacional de Informatica PNI.

A Politica Nacional de Informatica foi um completo absurdo, um pais sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, melhor dizendo para sua sobrevivencia, rejeitando associações de fontes de tecnologia/economia entre empresas extrangeiras e brasileiras, num campo tão fundamental para o pais, com isso declarando oficialmente que não necessita dessa tecnologia de ponta. Evidentemente, parece kafkaniano.

Nos 2 capitulos anteriores CAP18 e CAP19 narrei duas dessas kafkanianas "PROIBICOES" de associações para instalações de fabricas atraves de asociações da J.C. Melo Computadores com duas excepcionais empresas de alta tecnologia, a SEL Systems Engineering Labs e a TRW CONTROLS, a primeira fabricantes de computadores de 32 bits para controles de processos e tradicional fornecedora da NASA e a segunda fabricantes de conhecidos sistemas de controle de processos e com 300.000 empregados.

Mas o absurdo foi adiante e ainda maior, com a sua "legislação" tambem proibindo a J.C. Melo Computadores de implantar fabricas conjuntas com outras duas empresas:

1. DATA GENERAL, dos Estados Unidos, a 2a. maior fabrica de minicomputadores no mundo fabricante do mundialmente famoso Nova-3, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja o anexo C29-a de uma noticia no jornal O Fluminense de 13 Julho 1977,

2. BME BUROSMASCINEN, da Alemanha, tambem fabricante de computadores, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja C29-b de

**Anexo C29-a**

# Data General e Melo iniciam entendimentos sobre associação

A possível associação entre a Data General e o Grupo J.C. Melo, para a produção de minicomputadores no Brasil, começa a ser discutida hoje, nos Estados Unidos, entre a alta direção da empresa norte-americana e o presidente do grupo brasileiro, o empresário João Carlos Melo.

Ele se encontra na América do Norte desde o início da semana para uma série de palestras, tanto no setor privado como em organizações militares, sobre os novos equipamentos que a sua empresa passará a produzir comercialmente nos Estados Unidos já em setembro. Trata-se do microcomputador e da estação remota MIC-1000, projetados a partir do Sistema de Supervisão do avião Boeing-747 e que vêm despertando grande interesse naquele país por serem considerados revolucionários.

A princípio, o presidente do Grupo J. C. Melo pretendia fabricar esses novos equipamentos aqui no Brasil e, sob regime de "draw-back", exportá-los para todo o mundo, gerando, segundo ele, "divisas de dezenas de milhões de dólares, numa estimativa pessimista". Porém, por considerar que a área de computação no país é virtualmente política", decidiu antecipar a fabricação industrial da estação remota nos Estados Unidos para dentro de 45 dias.

No momento, nove protótipos do microcomputador e da estação remota estão sendo testados naquele país por grandes empresas, como a fábrica de aviões Boeing e a companhia Southern Pacific, além de organizações militares. O empresário explicou que pela primeira vez no mundo conseguiu-se colocar, industrialmente, numa placa de circuito impresso extremamente reduzida, toda uma Remota em LSI, com computador, memórias, dois interfaces de comunicações assincronas, 16 entradas analógicas, 24 entradas on-off com isolamento ótico e 12 saídas on-off de 400 mA cada uma em estado sólido, com sofisticado código de detecção de erro programado em hardware.

— O resultado alcançado foi tão importante que começa a ser comparado, naquele país, ao impacto do computador doméstico, afirmou João Carlos Melo, que sexta-feira estará falando para técnicos militares norte-americanos, em Washington, sobre as vantagens da utilização dos novos equipamentos em aviões, tanques, mísseis e navios. Dos Estados Unidos, o empresário brasileiro seguirá direto para Berlim, onde entrará em contato com a diretoria da BME-Burosmaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática Alemã, quando também discutirá as possibilidades de associação para a produção de minicomputadores no Brasil.

**Anexo C29-b**

# Minicomputador: uma associação?

O vice-presidente da Data General, Jim Campbell, manteve contato ontem, no Rio, com o empresário João Carlos Melo, presidente do Grupo J. C. Melo, convidando-o para ir aos Estados Unidos discutir uma possível sociedade entre as duas empresas, visando à produção de minicomputadores no Brasil, dentro da resolução baixada pela Capre — Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico.

A Data General é a segunda maior fabricante mundial de minicomputadores e o Grupo J. C. Melo o primeiro fabricante dos mini no Brasil. A Data General está entre as duas dezenas de firmas que, desde 1970, vêm demonstrando interesse de se instalarem no País.

O empresário João Carlos Melo também foi convidado para ir a Berlim, onde discutirá uma outra possibilidade de associação com a alta direção da BME — Buromaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática da Alemanha. Este convite foi feito por Frank Seiffert, diretor geral da empresa alemã.

## CAP21
## O CRIME DE LESA PATRIA

Primeiro, é ironico mencionar que o Governo militar ajudando ao Sr. Maksoud "tomar" a minha empresa o que depois a matou como muito previsto, impossibilitou um fato que seria de grande importancia para o Brasil, pois o computador naturalmente seguinte ao MC-9700 seria (em mais 3 ou 4 anos) obviamente um computador maior ao nivel minimo do campeão mundial de vendas, o modelo IBM 360 ou o seguinte 370.

Ha 40 anos ou mais atras, somente os Estados Unidos fabricavam um computador ao nivel do famoso 360 ou seu sucessor 370, nem o Reino Unido, a Franca ou a Alemanha. Imaginem o imenso beneficio que isso poderia ter causado ao Brasil aquela epoca e principalmente nos seguintes 40 anos.

Lembro-me que o meu velho amigo engenheiro Robeli Libero, Presidente da IBM Brasil (posteriormente membro do Board mundial da IBM nos Estados Unidos) num almoco me disse: "O meu receio não é o MC-9700, mas o que ele diz pois o seu natural passo seguinte so podera ser um 360."(sic) O iconico 360 era o principal produto da gigante IBM, no mundo inteiro. Alem disso o Robeli sabia que eu poderia fazer um IBM basico com microprogramação e que ele poderia ter muitos softwares compativeis originarios de outras empresas na Europa e nos Estados Unidos (inclusive ate um sistema operacional para o IBM 360), portanto que tecnicamente nada impediria que eu fazesse esse natural avanço em alguns poucos anos.

Fantasticamente seria so hardware para a J.C. Melo/Sisco dar ao Brasil um 360 brasileiro sem necessitar desenvolver o grande software necessario para o 360, bastante disponivel no primeiro mundo. Quanto ao hardware, a J.C. Melo/Sisco ja tinha excelentes experiencias com os computadores

anteriores, o MB-8000 e o MC-9700, que eram microprogramados.

E eu lhe respondi: "A IBM não deve se preocupar com um meu 360 e ademais como sabes esse pessoal é tão desinformado que isso vai durar muito pouco, e como tambem sabes eu não preciso deles. Ademais eu não posso ganhar do seu Almaden, talvez so em preco."(sic) Almaden era (na epoca e hoje) o maior laboratorio de informatica do mundo (foi la que nasceu o PC) com 1.200 engenheiros so nas pesquisas, mas a IBM hoje tem 3.000 pesquisadores em outras partes do mundo.

Então era voz corrente que o principal objetivo da PNI era fechar a IBM e a Burroughs no Brasil. Os esquerdistas desinformados defensores da PNI na Camara de Deputados não faziam segredo desse objetivo nos seus comentarios.

Eu não tenho a menor duvida de que a maior "desgraça" causada pelo Governo militar de então com as suas incriveis Politica Nacional de Informatica PNI e Reserva de Mercado dos computadores e afins, foi ironicamente que a "tomada" da minha fabrica J.C. Melo/Sisco pelo Sr. Maksoud criminalmente ajudado pelo mesmo Governo, como muito previ terminou por fecha-la. Veja o capitulo CAP03 sobre essa criminosa "tomada".

Eu conhecia as entranhas da J.C. Melo/Sisco como ninguem, eu a fundei durante 10 anos, a criei, a dirigi, e conhecia muito bem as perigosas personalidade do Sr. Maksoud e a sua completa ignorancia sobre como uma industria de hardware/software deveria ser dirigida. E era bem visivel que o seu fechamento seria somente uma questao de tempo.

A morte da J.C. Melo/Sisco, por mim bastante esperada, prevista e anunciada, gerou os muitos efeitos colaterais negativos descritos neste livro, porem o maior deles foi impedir que entre 3 a 4 anos ela fabricasse um computador similar e compativel com o grande iconico 360 da IBM, seu maior carro chefe no mundo inteiro, deixando claro que não estou me referindo a provaveis ignorancias tecnicas de todos os meus empregados e gestores.

Ao fabricar o modelo MC-9700, um computador medio (Veja o capitulo 16), o proximo passo natural seria fabricar um similar ao grande 360 da IBM, na sua versão minima modelo 30.

A sua fabricação seria um passo natural, por dois motivos:

1. Software

Não haveria necessidade de desenvolver qualquer software, pois existim centenas de empresas em todo o mundo esoecializadas em desenvolver esses softwares para o 360, geralmente "melhores" do que os da IBM para poderem ser vendidos aos seus clientes. Ate do sistema operacional do 360 ja existiam dois softwares disponiveis.

2. Hardware

O meu computador MB-8000 era microprogramado, desde o seu inicio. Antes de fabrica-lo, eu passei duas semanas na California para adquirir essa tecnologia. E porisso, como era do conhecimento de toda a classe de informatica do Brasil, ele executava qualquer programa escrito para o minicomputador Nova-3 da Data General, o segundo maior vendido do mundo, alias essa era a principal vantagem do MB-8000 para explicar a razão da sua grande venda. Como, por exemplo, o famoso Blis-Cobol, um Cobol multi-usuario executado tanto no MB-8000 quanto no Nova-3. E tambem no MC-9700.

Como o Governo brasileiro, atraves da sua agencia "controladora" da informatica nacional nao sabia o que era microprogramacao, um dos seus mantras contra a J.C. Melo/Sisco era que ela copiava o Nova-3. Bem, eu so sou responsavel por minhas ignorancias e nao as dos outros. Mas o Governo militar isso fazendo, demonstrava a toda a area de informatica do Brasil que ele nao sabia o que era microprogamacao e por extensao o que estava "controlando". Mais um tiro no pe.

E os MB-8000 e medio MC-9700 eram microprogramados. E, por coincidencia, o IBM 360 tambem, uma microprogramacao nominada por ela de "microcode".

Para compreeender como não seria uma tarefa gigantesca e "impossivel" fabricar um 360 e portanto muito provavel termina-la em poucos anos depois de fabricar os MB-8000 e MC-9700 microgramados como eu fiz, necessitarei explicar melhor este assunto.

Normalmente, tanto os computadores antigos quanto os novos nao usam microprogramação. Todos eles tem um circuito eletronico especifico para performar uma função especifica, por exemplo se a função es um AND esse AND tem o seu hardware especifico, se es DELETE idem, se es COPIAR idem, e assim por diante. Hoje, um computador "normal" tem 1000 ou mais dessas funcoes especificas, que são conhecidas como o conjunto de instruções de um computador. E escrevendo (codificando) um programa ou algoritmo que voce deseje combinando essas instruções, voce cria a funcao de transferencia desejada. Como se esse

codigo fosse a lingua na qual voce esta escrevendo.

A microprogramação es completamente diferente, no computador microprogramado existe uma memoria especial (ROM, read only memory) que voce não ve ou tem acesso, e nela o fabricante programa/coloca uma especie de micro-instrução, uma para a instrução AND, outra para DELETE, outra para COPIAR, etc, e o efeito resultante es o mesmo dessas mesmas instruções em hardware.

Na realidade, projetar um computador microprogramado obedecendo as codigo de instruções de outro computador, es mais complexo e demorado do que um "normal" em hardware, pois voce projetista sera obrigado a criar (na ROM) as instruções do outro computador ou seja não teria a liberdade de criar as instruções que voce quizer. E se voce criar instruções de maquina diferentes, não usara quaisquer softwares disponiveis e tera que desenvolve-los, o que em tempo lhe custara não sei quantas milhares de vezes mais. Neste caso voce criaria um hardware de um computador em um ano ou dois, e depois mais 30 anos para o seu software. Alias, foi isso que tentou fazer a incrivel Politica Nacional de Informatica ha 40 anos, com os computadores G10 e G11 feitos pela Universidade de Sao Paulo.

Bem, como eu ja disse adquiri essa tecnologia da microprogramação na California e com ela fabriquei o MB-8000 e o MC-9700, ambas usando o codigo de instruções do famoso Nova-3.

Voltando ao futuro 360 da J.C. Melo/Sisco, seria necessario projetar/fabricar o seu hardware microprogramado, um projeto de aproximadamente um a dois anos, e mais dois a tres para criar a sua microprogramação na ROM, seus debugs, testes finais, I/Os, etc. Em resumo a J.C. Melo/Sisco em tres a quatro anos ja estaria lancando o seu 360 na sua versão minima.

E o brasileiro 360 ja existia totalmente na minha mente.

Seria o primeiro pais do terceiro mundo a faze-lo e passando a frente de alguns do primeiro.

Com a "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco por um empresario com a absoluta ajuda do Governo militar de então o que como previsto causou o seu fechamento poucos anos depois, me "tomaram" US$ 25 milhoes e terminei sendo obrigado a ir para o exterior, mas es impensavel estimar os efeitos negativos por o Brasil não ter fabricado um 360 brasileiro ou o seu sucessor IBM 370 ou outros durante esses 40 anos.

E ele seria exportavel, por causa do obvio preco menor do que o 360 da IBM. Talvez cinco vezes menos. O 360 da IBM era o seu carro chefe no mundo inteiro, nem sei quantas dezenas ou centenas de milhares foram alugados, e os preços da J.C. Melo/Sisco seriam bem menores por causa do imenso overhead que a IBM es obrigada a colocar.

O sucesso financeiro desse 360 da J.C. Melo/Sisco seria muito grande, pois em todo o mundo a IBM não vendia computadores e sim os alugava, normalmente a precos altos por causa do seu altissimo overhead resultante dos seus servicos tecnicos e desenvolvimentos de grande qualidade. E logicamente todas as empresas nacionais ou extrangeiras, fariam os seus calculos e veriam que comprar um 360 da J.C. Melo/Sisco seria o equivalente a alugar um 360 da IBM por X anos.

Evidentemente, isso obrigaria a J.C. Melo/Sisco a aumentar a sua estrutura de servicos tecnicos e administração e alguns problemas tecnicos mais faceis, como os I/O para os perifericos de varios fabricantes, etc. Porem nada muito complexo ou excessivamente demorado.

Sem a menor duvida, pelas suas consequencias em todos esses 40 anos e principalmente no futuro, foi um crime de Lesa Patria. Num regime mais "duro", como na China ou na Russia, seus responsaveis possivelmente seriam presos ou executados.

Quem ira ressarcir o Brasil, por este crime de lesa patria?

J. C. MELO

# *A Incrível Política Nacional de Informática - 2*

MIAMI - FLORIDA
2017

**ESTE LIVRO E DEDICADO**

**Postumamente**

**aos Generais Ernesto Geisel, Moacir Barcellos Potiguara, Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva,**

**Embaixador Roberto Campos**

**Dr. Roberto Marinho.**

# INDEXES

Não são usados indexes do modo tradicional, indicando os numeros das paginas ou capitulos.

Os capitulos estão propositadamente numerados CAPxx e os anexos são Cxx-y, e ambos poderão ser acessados por keywords.

INTRODUCAO

Capitulos:
CAP01. Perseguiçoes incluidas no livro de 1982
CAP02. Por que volto a este assunto apos 40 anos?
CAP03. A "tomada" da J.C. MELO/SISCO com a ajuda do Governo
CAP04. A fabrica STRATUS
CAP05. Tentativa de minha desmoralização
CAP06. A proibição do livro ser publicado
CAP07. Meu apelo publico ao Presidente Geisel
CAP08. Quem me perseguiu?
CAP09. Perseguiçoes adicionais
CAP10. Cobra difundia que eu era um contrabandista
CAP11. Transferencias de concorrencias ganhas para COBRA
CAP12. Eu denunciei as açoes de COBRA ao CADE
CAP13. A pressão fiscal
CAP14. O suicidio de uma empregada
CAP15. A proibição de participar de um debate na TV Bandeirantes
CAP16. O computador medio MC-9700
CAP17. Proibição da EDS de contratar-me como seu Presidente
CAP18. A não aceitação da SEL e da J.C. MELO que ja fabricava
CAP19. A proibição da instalação da minha fabrica em Curitiba
CAP20. O Kafka brasileiro: As proibidas fabricas de alta tecnologia
CAP21 O Crime de Lesa Patria

# INTRODUCAO

1. Para simplificar, a seguir quaisquer referencias ao meu livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" o qual esta no primeiro modulo deste site (book 1), sera somente "livro de 1982".

2. Os anexos deste book 2 são incluidos na(s) sua(s) pagina(s) imediatamente seguinte(s) a pagina em que forem mencionados. Por exemplo, um anexo mencionado na pagina 20 estara na pagina seguinte antes da pagina 21.

3. Desculpem-me a falta de alguns acentos (meus trabalhos e computadores são todos em ingles) e tambem de algumas regras linguisticas esquecidas apos o longo tempo fora do Brasil.

Ha distantes 40 anos atras fui apoiado por respeitaveis brasileiros que honram qualquer pais, não por minha pessoa mas pelas ideias que defendia, aos quais eu devo agradecer: Presidente Ernesto Geisel, Generais Moacir Barcellos Potiguara, Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva, Embaixador Roberto Campos e Dr. Roberto Marinho. Que Deus os tenham.

Adicionalmente eu me lembro das perseguições que sofri quando morava no Brasil, somente por causa de minhas opiniões tecnicas e politicas contra a então chamada Politica Nacional de Informatica PNI.

book 1 - 1987

O book 1 é a versão digital .pdf do meu livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica", escrito em 1982.

Ele descreve a epoca do nascimento da Politica Nacional de Informatica PNI no Brasil, alguns dos seus erros e somente as 8 iniciais das perseguições e torturas mentais que sofri.

book 2 - 2017

Durante o Governo militar eu não poderia escrever este livro. Nunca fui politico, nunca pertenci a um partido politico, nunca estive com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo militar, porem pelo conteudo deste livro eu não podia escreve-lo na ocasião. Fui perseguido durante 10 anos

exclusivamente por minha opinião contraria a Politica Nacional de Informatica do Governo, e somente agora, apos longo exilio no exterior, es que escrevo esta livro 2.

Para mim esta livro 2 es importante, para a memoria da minha pessoa, pois depois de pedir asilo por causa dessas perseguições passei longos anos no exterior sem contacto com o Brasil informatico e portanto ha 40 anos atras quase nada foi revelado a este respeito.

Apesar disso, mesmo essas perseguições governamentais que me feriram, são importantes por simultaneamente narrarem erros politicos e tecnicos que poderão ser evitados por outros paises, ou seja aprender pelos erros, e melhor ainda, dos outros.

Porem um objetivo deste book 2 não é somente narrar as perseguições que sofri do Governo militar do Brasil , mas tambem as possiveis politicas de informatica ou os planejamentos centrais de informatica que irão obrigatoriamente surgir em muitos paises por causa deste milenio digital no qual estamos entrando, por ele conter informações importantes sobre este inicio.

Resumindo, este book 2 é um alerta para os Governos, um alerta de furacões informaticos que irão ajudar muitos paises, pois resultara em melhores decisões por conhecerem simultaneamente os ERROS praticados e as sugestões para futuros ACERTOS.

Este book 2 foi escrito em 2017, e inicialmente narro quatro das perseguições e torturas mentais por mim sofridas nos seus capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06, todos com provas juridicas.

Porem existiram outras torturas mentais e perseguições alem das narradas nos capitulos seguintes.

Para uma futura analise por algum pais interessado numa politica nacional de informatica, estes dois livros 1 e 2 são essenciais por mostrarem os erros da anterior PNI brasileira e indicarem alguns obvios caminhos, por isso esses dois books ja estão na "deep Internet" e nas grandes bibliotecas hoje virtuais, como a do Congresso norte-americano, a Bibliotheque Nationalle francesa, as nacionais da Alemanha, da China e do Canada que esta ja com inimaginaveis 1 Petabytes de arquivos digitais e tambem as bibliotecas das grandes universidades mundiais.

Mesmo com meus 86 anos ainda hoje gasto 10 a 12 horas por dia codificando softwares complexos com a inteligencia artificial AI da qual hoje pouco existe se compararmos com o seu futuro, mas para o exterior e

não para o Brasil. E isso não é cansativo ou estressante como parece, mas sim orgastico para quem comecou nessa area (controle de processos por computadores em tempo real) ha mais de 65 anos, ainda em Paris, inicialmente com computadores analogicos (estudando no então famoso TRW-300 que não sei quantos milhões de dolares custava) que então eram o padrão para os controles industriais e cientificos mais complexos (como o nuclear, o que foi o meu caso) e logo em seguida acompanhei de muito perto a notavel transição do computador analogico para o computador digital nos processos de controles em tempo real.

Adicionalmente, ainda na minha fase dos computadores analogicos em Paris tive a oportunidade (um imenso presente) de estudar a Teoria Geral de Controle quer na sua parte matematica quer na idem conceitual, materia imperativa em quaisquer sistemas de controle de processos em tempo real. E posteriormente na NASA em Cabo Canaveral, de participar de um curso especial sobre Reliability, um importante assunto complementar a Teoria Geral de Controle.

Mas ressalvo que:

1. Este livro não tem por finalidade me sugerir a participar de quaisquer atividades para o Governo brasileiro, seja uma simples consulta ou uma consultoria ou um cargo ou um contrato governamental, inclusive estou fora do Brasil. Mas isso não significa que eu não ame o meu pais de origem e a sua sofrida gente mesmo os mais simples, nem se trata de vinganca o que alias não é da minha natureza. Mas restaram muitas magoas e não quero passar por elas de novo nesta idade longeva pois elas foram muito duras e destruiram um sonho, alem de todos os seus muitos efeitos colaterais negativos.

2. Quando me referir a uma futura "morte da Nação Brasil" não estarei me referindo a morte somente da sua tecnologia da informatica, mas sim a morte do seu status de Nação por causa dos destrutivos efeitos colaterais causados pelos 26 apocalipsis da informatica que o atingirão em muito pouco tempo. Quantidade essa que aumenta continuadamente pois ha uns 8 anos eles eram somente 15. Alias essa perda do status de Nação atingira aproximadamente 180 paises e nao somente o Brasil.

Miami - Setembro 2017
J.C. Melo

## CAP01
## PERSEGUICOES INCLUIDAS NO LIVRO DE 1982

Inicialmente devo fazer uma importante ressalva:

Nestes dois books 1 e 2 eu me refiro muitas vezes a empresa COBRA e Governos, porem este livro narra fatos ocorridos ha 40 anos atras, dentro dos regimes militares de entao e antes do meu exilio no exterior. E esses regimes militares tiveram Generais Presidentes que honrariam qualquer Nação, e infelizmente outros lamentaveis. E ambos nos anos que comandavam a entao Politica Nacional de Informatica PNI atraves das agencias governamentais. Resumindo, foi outra epoca com outros operadores e metodos, e nao a atual.

Alguns Governos e algumas direções de COBRA daquela epoca sao os responsaveis pelas perseguições e torturas mensais, e obviamente não seus posteriores e atuais, aos quais não faço quaisquer restrições.

São dois periodos completamente diferentes, com metodos e tempos diferentes.

Esta ressalva é importante por que a audiencia destes 2 livros sera propositadamente no Exterior e não no Brasil, por causa da sua materia (politica de informatica, reserva de mercado) e por ser traduzido para 12 linguas, portanto devo evitar interpretações dubias e resultantes de distancias.

Nem todas as 104 tortunas mentais e perseguições por mim sofridas foram incluidas no meu livro de 1982 e neste book 2. No livro de 1982, o book 1 neste site, infelizmente na epoca não foi possivel incluir algumas dessas torturas mentais e perseguições por causa das serias ameacas recebidas. Alem disso algumas delas não terem registros mais adequados para poderem ser divulgadas. Inclusive muitas foram somente ameacas por telefone, na classificação de tortura mental.

Neste book 2:

a. Neste Capitulo CAP01 menciono textos das perseguições narradas no book 1. Adicionalmente incluo alguns comentarios extras sobre essas perseguições no book 1, com a respectiva keyword para a sua pesquisa. Portanto, sao as antigas perseguições.

b. Em capitulos especificos a seguir (como CAP03, CAP04, CAP05 e outros) incluo narrações de outras serias perseguições sofridas e que não foram incluidas no book 1. Portanto, as novas são aqui narradas pela primeira vez e ademais somente depois de 40 anos.

As que foram incluidas no book 1 são as seguintes:

1 - Impossibilitou que a J.C. MELO se associasse à SEL System Engineering Labs e instalasse uma fabrica no Brasil, em 1971.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Labs", porem inclui no Capitulo CAP18 deste book 2 um texto mais completo a respeito.

2 - Não aceitou politicamente a J.C. MELO e o seu computador IND-5000, em 1974.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "poderemos fazer".

3 - Impossibilitou que a J.C MELO fizesse um acordo com a TRW Controls

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "SIEMENS" ou no seguinte capitulo CAP19.

4 - Criou grandes problemas para a J.C. MELO tentando evitar o registro do seu Similar Nacional na CACEX, e quando a CACEX o aceitou agiu para não torna-lo operacional.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "CACEX".

5 - CAPRE/DIGIBRÁS/COBRA hostilizou e perseguiu a J .C.MELO no período 1975/1977, procurando inviabilizá-la.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Furiati".

Este item 5 se trata de uma acusação ampla sobre inumeras perseguições nesse periodo 1975/1977, acusando a J.C. Melo de contrabando, de farsante, etc. Acusações oriundas não de uma pessoa especifica,

mas por exemplo de todos os vendedores e empregados de COBRA, sugerindo uma ordem geral superior.

Adicionalmente, por ser uma narração bem mais completa dessa perseguição, ela esta tambem narrada no Capitulo CAP10 neste book 2.

6 - Não aprovou a J.C. MELO antes da "concorrência" para a escolha dos 3 fabricantes; aprovou COBRA que não fabricava e não aprovou a J.C. MELO que já fabricava ha 2 anos,

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "concorrencia".

7 - Impossibilitou, em 1977, que o Banco Itaú se associasse à J.C.MELO, com pressões ao Banco.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Henrique".

Adicionalmente o Banco Itau avaliava a possibilidade de se associar a J.C. MELO, isso antes dele se decidir por sua propria fabrica (Itautec), porem ele tinha um serio problema, os seus 2 maiores concorrentes ja haviam resolvido suas imperiosas necessidades de informatizarem-se, pois o Banco Bradesco comprou a Scopus (fabricante de terminais e isso não feria a PNI pois não iriam fabricar computadores) e o Banco do Brasil assumiu COBRA e os seus continuos prejuizos financeiros, e a Itautec não poderia ser criada por causa da reserva de mercado.

O Governo pressionou o Banco Itau atraves do Banco Central, proibindo-o de comigo se associar. Veja denuncia publica a respeito publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 3 Junho 1977, no anexo C01-a.

O Dr. Olavo Setubal, seu fundador e proprietario, eramos conhecidos exatamente por causa da PNI. E tinhamos a seu respeito uma posição identica. O importante jornal O Estado de São Paulo, em 25 Agosto de 1984 realizou uma mesa redonda publicada em varias pagina (veja o anexo C01-b) da qual participaram o Senador Roberto Campos, o Dr. Olavo Setubal, eu, o Coronel Edyson Ditz (Secretario Especial de Informatica da SEI), e outros, sob a coordenação do seu experiente jornalista Alberto Tamer.

No fim, ao sairmos do elevador eu inquiri o Dr. Olavo: "Tudo que eu critiquei, o Sr. contemporizou com ressalvas mesmo apesar de termos opiniões identicas a respeito da reserva de mercado". Ao que ele respondeu: "Tudo que voce disse é correto, mas eu

Anexo C01-a

# Industrial critica a concorrência estatal

Da sucursal do RIO

O industrial João Carlos Melo, da empresa J. C. Melo, qualificou ontem de "desleal" a concorrência que o governo federal vem fazendo com as empresas privadas do setor de computadores. Segundo o empresário, a empresa estatal "Cobra" vem sendo indevidamente beneficiada pelo governo: "Ou o governo está sendo enganado pela atual diretoria da "Cobra" ou está enganando a todos nós".

João Carlos Melo enumerou uma série de irregularidades que estariam sendo cometidas pela empresa estatal: pressões sobre o Banco Itaú para que este, através do Banco Central, não entre como sócio em sua empresa, mas na "Cobra"; pressões também sobre outras empresas, para que elas não assinem contratos com sua companhia (ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, do Paraná); e finalmente a feitura de contratos sem concorrência, mas inteiramente políticos.

### NACIONALIZAÇÃO, A META

"A principal preocupação do governo brasileiro na implantação do Parque Industrial de Minicomputadores é a presença do capital nacional. O ideal seria a não participação de empresas estrangeiras no setor". A afirmação é do presidente da Digibrás, Wando Borges, ao revelar ontem, no Rio que a "priori", o critério fixado pela portaria da Capre não será interpretado rigidamente, podendo ser ampliado para aprovar até quatro ou cinco projetos que viabilizem a implementação de nova tecnologia".

Apesar de a Digibrás preferir não comentar por que o projeto da IBM está paralisado desde janeiro, o clima na empresa estatal é de franca expectativa, para que, no prazo de 90 dias, sejam apresentados novos projetos que preencham o espaço teoricamente a ser ocupado por aquela empresa.

A expressão "em princípio", na portaria da Capre, que fixou em três o número de empresas para iniciar o núcleo do sistema nacional de minicomputadores "não é gratuita", afirmou Wando Borges. A orientação governamental é a de "evitar tanto o monopólio quanto a proliferação de indústrias futuramente inviáveis". Em operação desde meados de 1976, a "Cobra" já está virtualmente enquadrada nas normas da "Capre", e se tem como certa a aprovação do projeto da J.C.Melo, também em operação.

A projeção da Digibrás é de que, em 1980, o mercado interno de minicomputadores estará representando um montante de compras de US$ 200 a US$ 300 milhões, a ser dividido por três empresas de grande porte, ou por até cinco empresas de porte médio. Além da IBM, da Cobra e da J. C. Melo, a Digibrás e a "Capre" estão analisando o projeto "Máquinas Assistência Indústria e Comércio (MAICO)".

### "MODELO JAPONÊS"

Ao enfatizar a preferência pelos capitais nacionais no sistema de produção de minicomputadores, os técnicos da Digibrás citam o "Modelo Japonês". O Brasil, dizem, vive hoje nesse setor os mesmos problemas e possui o mesmo quadro tecnológico que o Japão há 10 anos. O parque nipônico possui seis grandes corporações e 20 empresas de porte médio e pequeno, além de uma centena de fabricantes de componentes periféricos. A IBM participa apenas em 27% do mercado japonês, acrescentam, para ilustrar a tese de que se o Estado não interferir no mercado, aquela empresa poderá assumir aspectos de um "monopólio indesejável".

### IMPORTAÇÕES

A explicação de Wando Borges para a decisão de deflagrar já o processo de produção dos minicomputadores é a de que "apesar da política de contenção dos investimentos, o País não pode atrasar ainda mais as suas metas nesse setor tecnológico" O prazo de maturação dos investimentos em minicomputadores é de cinco anos, e "o governo não pretende segurar a demanda por esse tipo de bem por um prazo tão longo que signifique um impacto excessivo de compra na balança comercial".

Anexo C01-p

# Informàtica terà preços maiores

A reserva de mercado é importante para a consolidação da indústria nacional de informática, pois seria difícil competir com as grandes firmas internacionais. Mas se trata de uma decisão política pela qual devemos pagar um preço. E esse preço são a não obtenção de última tecnologia e custos mais elevados decorrentes da ausência de uma economia de escala. Segundo Olavo Setúbal, esse foi também o preço pago por outros setores industriais que se desenvolveram bem no País.

Mas as críticas não são apenas à reserva, e sim à ilegalidade dos atos da SEI. Muitas empresas foram prejudicadas, impedidas de se fixarem aqui e não protestaram, ou recorreram à Justiça, com medo de retaliações. Ao que responde o coronel Dytz, diretor da SEI: o Congresso dará a palavra final.

O resultado da mesa-redonda promovida pelo Estado foi a afirmação do dirigente da SEI que aceita a idéia dos srs. Olavo Setúbal e Roberto Campos de instalação de distritos industriais, zonas francas, de preferência nas regiões pobres do Nordeste, onde qualquer empresa poderá instalar-se, importando equipamentos, desde que sua produção se destine exclusivamente à exportação. Neste sentido, foi feito um pedido à SEI para que esclareça a situação, dando informes mais precisos às firmas interessadas.

**CHIARELLI** — Falou-se muito da inconstitucionalidade dos atos da SEI e da política nacional de informática. Eu tenho muito respeito pelo Poder Judiciário. Por que não se arguiu perante esse poder toda a ilegalidade fantástica que está grassando aí? Por que não se foi ao Supremo Tribunal Federal?

**MELLO** — Porque uma empresa que arguir será necessariamente morta pela SEI.

**CHIARELLI** — Trata-se de uma acusação contundente e de caráter pessoal.

**CAMPOS** — Eu endosso a acusação.

**CHIARELLI** — Eu creio que quem dirime controvérsias entre cidadãos é o Poder Judiciário, ao qual não foi levada a matéria. O que há é uma acusação gratuita, enfocando-se a matéria passionalmente. Além disso o projeto da deputada Cristina Tavares que visa à regulamentação da informática passou pelo crivo da Comissão de Justiça da Câmara, que foi em favor de sua legalidade.

**SETÚBAL** — Se a SEI exerce hoje um poder para o qual não tem lei, isso não quer dizer que um projeto de lei que consolide esse poder seja inconstitucional.

**CHIARELLI** — Há dois aspectos. Um, o poder competente para julgar é o Judiciário. Segundo, a posição da Comissão de Justiça sobre o projeto da deputada Cristina Tavares. Se a lei contivesse uma norma que ferisse a Constituição, o projeto teria sido vetado pela comissão.

**SETÚBAL** — A única dúvida é que a Sei exerça o poder antes da norma. É isso o que o senador Roberto Campos vive criticando.

**SALLES LEITE** — Eu já consultei empresas multinacionais e me propus impetrar mandado de segurança e elas temem fazê-lo.

**SETÚBAL** — Eu lhe dou uma explicação. Todo órgão regulador da República tem uma gama de liberdade decisória imensa, no Brasil. Obviamente que existe o problema de relacionamento. Então as empresas preferem manter um bom relacionamento com órgão regulador como, por exemplo, o Banco Central, pelo menos a Comissão de Seguros — [illegible]

dizer: "Não, ele tem força para me matar, no dia-a-dia". Isso faz parte da própria ação, da defesa dessa própria empresa. Se os ministros econômicos ouviram ou não ouviram, se o Conselho se reuniu ou não, acho que cada um de nós, principalmente um senador, um congressista, tem o mais pleno direito de chegar aos nossos ministros e pedir explicações. Isso faz parte também da nossa democracia. Eu acho que quando um ministro afirma que mandou e consultou, que discutiu esses projetos de lei eu acho que ele não estava mentindo. Quando se fala em exportação "versus" as empresas multinacionais, o que elas exportam têm um valor enorme em termos de exportação, eu tento medir essas exportações. No Brasil eu vejo ridículas exportações, em outras áreas que não a informática, dentro da área de eletrônica profissional, cujos modelos são diferentes dos nossos. Elas são dentro da nossa área, as empresas que mais exportam mas também as empresas que mais importam. Só se faz na exportação de [illegible] milhões de dólares, 200 milhões de dólares e não [illegible]

estão aqui no Brasil a fazer tecnologia, a exportar e a ganhar dólar. Os modelos têm-nos aconselhado: quem exporta é aquele que tem capacidade para exportar, é aquele que não está no jogo de um contexto internacional, não é telecomandado. Por que que eu quero ser telecomandado? Por que eu não quero ter a liberdade de levar o meu País pelo menos para onde eu achar? A sociedade brasileira tem o direito de escolher os seus próprios rumos. E hoje está aí: estão indo para o Congresso todas as leis; os políticos se expressaram é contra a SEI, é a favor da SEI, é contra a segurança, é contra o SNI. Ali tem um grupo de brasileiros, brasileiros que amam esta Pátria tanto quanto os outros, brasileiros preocupados com este país, brasileiros militares. Militar não deixa de ser um civil, nunca deixou de ser um civil. Eu nasci lá, pé no chão, na minha cidade do Rio Grande do Sul; a minha casa não tinha assoalho e o Exército me proporcionou estudo, permitiu-me caminhar e entender e [illegible] do, me [illegible] extremamente [illegible]

Quando se falou em Dieese, que nós criamos a automação industrial, nós fomos discutir o problema social do desemprego. Fomos lá, foi o Walter Barelli quem comandou esse processo dentro da SEI, não fomos nós que ditamos a política na área de automação industrial. Não temos nos fechado em lugar nenhum. Ninguém é mais aberta do que a SEI (tem sido) nas suas definições de política, nas suas coordenações dos seus trabalhos. Isso é um cumprimento que nós temos recebido do País. Agora, se temos tomado a decisão e assumido a nossa posição, nós temos sido encorajados pelo nosso ministro, pelo presidente da República e esses caminhos estão continuando. Estão sendo plantados aí. Eu acredito que amanhã nós vamos poder discutir melhor. Eu acho que o quadro não está acabado. A nossa transformação, a nossa caminhada da informática no Brasil passa por preços baixos, por boa qualidade, por boa manutenção, por "software" abundante, por microeletrônica. Mas para passar por lá ela tem que passar por aqui, pela proteção à indústria [illegible]

eu discordo profundamente de que a SEI seja aberta ao debate e à revisão dos seus atos. A Constituição diz: "É livre a associação para fins lícitos". O que é que diz a SEI? "É proibida a associação para fins de informática." Se isso é liberalismo, eu ainda estou para entender o que é liberalismo. Não cabe ao tecnocrata de Brasília, que se considera um iluminado, decidir o que deve ser produzido, quem deve produzir, com que tecnologia e com que sócios. Isso é essencialmente uma decisão da iniciativa privada. É por dispositivo constitucional, porque não há, na Constituição, vedações no setor à iniciativa privada e o é por conveniência econômica. Tanto é assim que os vários países do mundo, que seguiram políticas dirigistas para a informática, estão abandonando essas políticas. O dr. Olavo Setúbal, que tem viajado, saberá disso. Estão arrependidos das políticas dirigistas porque a informática depende basicamente de criatividade individual.

Também não aceito o ponto de vista de que só há geração de tecnologia nas empresas puramente nacio- [illegible]

tregamos o nosso mercado ao estrangeiro. Como? Via importação ou via contrabando. O que nós estamos fazendo é entregar o nosso mercado a produtores estrangeiros situados no Exterior, e ficamos dependentes deles mediante importações legítimas ou importações contrabandeadas, ao invés de ter essa gente aqui, sob nossas leis, produzindo para nós, com brasileiros, com departamentos de pesquisa tripulados por brasileiros, com seus gerentes brasileiros, com seus empregados brasileiros e, além disso, exigirmos que eles nos dêem uma fatia de mercado externo. Isso é importante. O nosso mercado é 1% do mercado mundial. Se nós, através da presença aqui, de produtores multinacionais sozinhos ou em associação, preferivelmente em associação minoritária estrangeira, se conseguirmos que eles venham para cá nós podemos induzi-los a abrir esse grande mercado, que é 99% do mercado mundial. É isso. Essa idéia de entregar mercado me parece totalmente fora da realidade. Se, por exemplo, nós permitíssemos que produtores de semicondutores aqui se instalassem, o que é que sucederia? Eles, provavelmente, dado que o mercado interno é muito pequeno, se instalariam aqui tendo em vista o mercado internacional, somaríamos dois mercados: o interno e o internacional. Porque o mercado interno só — e o dr. Olavo Setúbal, se já não descobriu, ele é um homem de grande intuição, de grande experiência empresarial, se não descobriu, vai descobrir —, o mercado brasileiro não é suficiente para uma operação em escala econômica.

**SETÚBAL** — Insisto todas as vezes — e em meu depoimento ao Senado eu enfatizo — que a decisão política tomada tem um preço. Em nenhum momento, em nenhuma ocasião eu afirmei que uma indústria nacional, dentro da reserva de mercado, tivesse condições competitivas a nível mundial; não tem.

**MELLO** — Eu posso citar inclusive que o Brasil está isolado na América do Sul. A Argentina, em novembro aproximadamente, o governo argentino enviará ao Congresso o seu projeto de lei, da lei sobre informática. Uma das cláusulas, um dos itens que esse projeto de lei traz é o da [illegible]

tenho grandes interesses a proteger e não posso enfrentar o Conselho de Seguranca Nacional. E muita gente depende de mim."(sic)

Na area de informatica então existiam boatos a respeito de um suposto acordo entre o Itau e a SEI para criar a Itautec, porem ninguem conhecia o seu conteudo. E não estou sugerindo um acordo ilicito, certamente o Dr. Setubal não o faria. Mas eu nunca conheci os termos desse provavel acordo.

Tempo depois, o Dr. Olavo e eu casualmente nos encontramos e ele me disse: "Estou lhe devendo um agradecimento, não teria sido possivel criar a Itautec sem as suas criticas a PNI."(sic)

8 - Na "concorrência" para a escolha de 3 fabricantes de minis, não aprovou a J.C. MELO que já fabricava há 2 anos e aprovou 3 novos fabricantes que nem existiam.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Excelencia".

Diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada em jornais de Brasilia, São Paulo e Rio de Janeiro. Diante das inumeras preocupações dos meus amigos, eu lhes respondi: "Tudo que vou dizer é verdade, eu sou autentico e não estou com uma metralhadora nas maos tentando derrubar o Governo e não sou politico ou comunista. Não vejo a minima condição para ser preso."(sic) Como alias não fui.

No book 1 eu narro o meu pedido publico ao Presidente Ernesto Geisel e o seu desfecho ate ele ordenar a minha aprovação numa chave de galão militar depois da investigação correspondente, com um "Aprove-o!".

Mas neste capitulo não relato o que aconteceu depois dessa aprovacao, que esta narrado no Capitulo CAP07 deste book 2.

## CAP02
## POR QUE VOLTO A ESTE ASSUNTO APOS 40 ANOS?

Alem da perda da minha fabrica de computadores o que não teria ocorrido se o Governo não co-participasse dessa "tomada" como veremos no seguinte Capitulo CAP03, durante 10 anos sofri inumeras perseguições e torturas mentais originarias do Governo,

1. Por ter tido a audacia de fabricar computadores no Brasil sem a sua "autorização",

2. Por ter tido a audacia de dizer que a sua "Politica Nacional de Informatica PNI" era tecnicamente errada, o que ficou provado com a sua posterior "morte".

Na França "tortule mentale" tem uma importancia maior ou no minimo igual a tortura fisica, ou seja um ato com a finalidade de perseguir ou intimidar ou pressionar uma pessoa com um objetivo determinado. E isso durou 10 anos, durante os quais sofri continuadas torturas mentais e perseguições originarias do Governo, juridicamente classificadas como "crimes continuados".

Este book 2 sumariamente expoe algumas dessas torturas mentais e como o Governo co-participou da "tomada" de minha fabrica de computadores, descrito no seguinte Capitulo CAP03.

Inicialmente desejo narrar um fato que pouca gente soube, mas foram o saudoso e provido de inteligencia incomum General Golbery do Couto e Silva e eu que demos o primeiro passo em direção a uma Politica Nacional de Informatica. Um primeiro passo correto que posteriormente infelizmente foi mudado (desconstruido) pela CAPRE para atender ao seu academicismo. Isso esta narrado na pagina 24 do meu livro de 1982. E exatamente essa descontrução foi o

inicio do completo desastre que foi a futura Politica Nacional de Informatica PNI do Brasil.

Reproduzo a seguir o inicio dessa pagina 24 do livro de 1982:

----------

"No impasse, escrevi uma longa e minuciosa carta ao General Ministro Golbery do Couto e Silva, solicitando uma decisão política do Governo. Nessa carta, inclusive, eu frizei que a culpa não era do eng. Salek (diretor da Cacex) mas sim decorrente dos problemas intrínsecos de um Similar Nacional de computadores, que só o primeiro registro (o da J.C. MELO Computadores) tinha trazido ao nosso conhecimento.

Depois de investigar, o Ministro Golbery acolheu a minha solicitação e enviou a Papeleta de Providências numero 755/75 ao então Ministro da Fazenda, Dr. Mário Henrique Simonsen. Em resumo, a minha solicitação era no sentido de que a CACEX recebesse uma ordem superior para que cumprisse com rigõr a Lei porem auxiliada por algum orgao tecnico que definisse tecnicamente o que seria ou não similar nacional para um caso especifico principalmente por causa dos softwares, ou seja, para que a indústria nacional de computadores fosse efetivamente protegida. E a Papeleta de Previdências numero 755/75 isso determinava, numa decisão política do General Golbery. Não era ela uma solicitação de exame ou de informações, mas sim de uma determinação, demonstrando então o Governo a sua firme intenção de proteger a sua primeira indústria de computadores e naturalmente as seguintes.

Na realidade, a PNI nada mais necessitava para a sua protecao a nao ser um registro de similar nacional, nada mais simples que isso.

Fui então chamado ao Gabinete do Ministro Simonsen, e fiz uma exposição dos problemas durante 5 horas, para os seus assessores de economia, Dr. Marcos e Dr. Durães, os quais prometeram estudar o assunto. Pediram-me um resumo escrito da exposição, o que remeti poucos dias após em aproximadamente 50 páginas datilografadas ou seja em 17 de Novembro de 1975, conforme anunciou o jornal O GLOBO em 25 de Janeiro de 1976.

----------

A continuação deste texto esta na pagina 24 do livro de 1982.

Apos essa narração voltemos ao "porque volto a este assunto apos 40 anos?":

1. Eu criei a primeira e ate hoje unica fabrica BRASILEIRA de computadores, a J.C. MELO Computadores ainda na sua fase do Rio de Janeiro, e ela viveu um grande sucesso e foi o unico similar nacional de computadores autorizado pelas rigorosas CACEX e ABINEE (somente apos visitas a minha fabrica por um engenheiro vistoriador da CACEX e pelo Diretor Tecnico da ABINEE) e ela me foi "tomada" pelo Sr. Henry Maksoud porem para isso ajudado pela co-participação do Governo (como vinganca). Veja o anexo C02-a, uma carta do Diretor da ABINEE sobre a minha fabrica.

2. O crime acima mencionado foi complementado pelas muitas torturas mentais e perseguições que sofri (juridicamente crimes continuados) durante quase 10 anos. Essas perseguições e torturas mentais tinham como motivo o fato de que eu continuadamente demonstrava a total inviabilidade tecnica da então PNI da qual tambem eu era uma vitima, pelo seu academicismo, pelas diversidades industriais do setor, pelas imposições do Governo ignorando os seus proprios erros e pelos seus desconhecimentos dos assuntos informaticas tecnica, industrial e politica.

E o inadmissivel para o Governo foi que eu contei com o apoio expontaneo de todas as midias como comprovado por mais de 1000 recortes de jornais colecionados pela minha secretaria, sobre as minhas opiniões exclusivamente tecnicas e tambem o sucesso das minhas 2 fabricas, a pequena no Rio de Janeiro (J.C. MELO Industria de Computadores) e a segunda grande em São Paulo (J.C.Melo/Sisco) esta infelizmente em associação com o Sr. Henry Maksoud.

3. Eu criticava a chamada politica nacional de informatica exclusivamente como um tecnico experiente que sou em computadores e nas suas industrias quer de hardware quer de software, tanto na França como nos Estados Unidos. Nunca fui um politico em toda a minha vida. Dizendo-o de outra forma, o Governo não tinha quaisquer razões tecnicas ou politicas ou militares para me perseguirem a não ser as minhas opiniões exclusivamente tecnicas.

4. Diante desses crimes continuados, solicitei e obtive asilo politico dos Estados Unidos, o que esta detalhado no seguinte capitulo CAP04.

E com esse asilo politico desliguei-me totalmente do Brasil por quase 30 anos, mental e fisicamente. Quando um jornal publicava alguma pequena noticia sobre o Brasil, eu não a lia alem do seu obrigatorio titulo. Assim, nem a sociedade brasileira nem a sua area de informatica tiveram oportunidade de conhecerem exatamente o que realmente aconteceu e

Anexo C02-a

abinee

Pagina 146
Anexo 1.1.A

Prezado Melo,

Com grande alegria tomei conhecimento, pela sua gentil e honrosa comunicação, da expressiva votação dada pelos empresários brasileiros ao caro amigo, conduzindo-o à merecida e reconhecida posição de líder empresarial do setor de computadores, que aliás sempre você desempenhou, de fato e de direito, em função da heróica luta empreendida para implantar a SISCO-Sistema e Computadores S/A. no cenário industrial da eletrônica digital.

Gratifica-me a homenagem recebida, embora ciente de que a generosidade do ilustre amigo amplificou para valores excessivamente elevados a modesta contribuição que possa ter sido dada.

A bem da verdade, devo confessar que não tive maiores receios em colocar, por iniciativa própria e sob minha responsabilidade direta, o apoio da ABINEE ao trabalho pioneiro desenvolvido por J.C. Melo nos primórdios da SISCO, pois a qualquer pessoa de bom senso e espírito um pouco observador, dava para sentir a sinceridade de intenções de um homem de talento em serviço, condição suficientemente forte para gerar a credibilidade que foi necessária para tal.

Hoje a SISCO está a serviço do talento do homem.

Parabens, Melo. Você realmente merece.

Abraça-o o amigo,

26.10.79

principalmente o que comigo fizeram.

A PRIMEIRA RAZAO desta provavel "volta" 40 anos apos é que as continuas perseguições durante 10 anos que eu sofri resultaram no meu afastamento do Brasil por quase 30 anos e portanto neles nunca historiei os bastidores desses crimes agora narrados.

As varias narrações das perseguições neste book 2 são as primeiras publicas sobre algumas perseguições que sofri, embora no meu livro de 1982 eu mencione somente as suas primeiras, porem na totalidade elas foram 104 (crimes continuados). Essas 8 perseguições iniciais estão sumarizadas no capitulo CAP01 e nas paginas 44 e 45 do meu livro de 1982.

Ressalte-se que esse book 1 foi publicado e vendido em 1982, portanto aberto, noticiado nas midias, lancado no principal Congresso de informatica do Brasil (1982), portanto com acusações publicas, e não escondidas ou nos bastidores. E o Governo nem necessitou me desmentir, nem me processar ou me prender, pois tinha uma outra opção mais facil, ir ao Presidente do Congresso de Informatica e lhe dizer: "Ou a venda do livro para, ou o Congresso para. Escolha."(sic) Episodio que esta narrado no capitulo CAP06.

A SEGUNDA RAZAO desta "volta" é deixar um depoimento escrito desse grave erro que o Brasil cometeu no inicio deste milenio digital.

O que espero com estes dois livros book 1 e book 2 neste site?

1. Não espero quaisquer reações reparadoras dos 3 poderes governamentais do Brasil, quer em relação aos crimes continuados praticados contra mim quer em relação a uma nova PNI para o Brasil, o Brasil não tem "tradição" em ações desse tipo,

2. A probabilidade de uma futura geração brasileira questionar/pesquisar por que o Brasil morreu, sera absoluta neste milenio digital. Falo de um questionamento, não de uma ja hoje impossivel recuperação. Quero que as gerações futuras saibam o que aconteceu. Os erros (e não somente os acertos) foram grandes impulsores da humanidade,

3. No meu futuro livro 03 e neste inicio do milenio digital ja narro previstos 11 apocalipsis da informatica e essa quantidade aumenta rapidamente. A somatoria dos seus efeitos colaterais previstos é que em muito pouco tempo so restarão 15 a 20 paises com o status de Nacoes. Havera, portanto, uma corrida de alguns paises a algum modelo de politica nacional de

informatica, e neste caso estes tres livros 01, 02 e 03 serão importantes para evitar erros como os da PNI brasileira e tambem por conter algumas sugestoes. E pretendo, dentro das minhas possibilidades e mesmo com a idade de 86 anos e se Deus deixar, desinteressadamente auxiliar paises surpresos com os graves efeitos colaterais dos 26 apocalipsis da informatica que virão, sugerindo-lhes alguns caminhos,

4. Muito menos desejo dar um toque de passado, ele não me interessa a não ser para repor a minha memoria no seu correto lugar.

O Brasil é um grande pais continental porem com tudo ainda a ser feito. Apos a nossa descoberta em 1500 os portugueses nada fizeram nos 350 seguintes anos. Quando a familia real portuguesa veio para o Brasil seu intuito foi somente fugir do imperador Napoleao, e novamente nada foi feito alem da bonita frase "Independencia ou Morte!". E recentemente tivemos varios governos populistas (Getulio, Jango, Dilma, Lula) que preocupados com ideologias e praticas eleitorais novamente continuamos distantes dos grandes problemas brasileiros e novamente continuamos com praticamente tudo a ser feito.

Com um UNICO exemplo hoje o Brasil necessitara de quase 70 anos (e isso se as necessarias verbas surgirem) para darmos saneamento basico de somente agua e esgoto aos brasileiros. E educação, saude, seguranca, desenvolvimentos empresarial, industrial e cientifico para uma imperativa geração de empregos para posteriormente ganharmos com os seus resultados?

Essa situação cria uma situação politica perigosa que me faz considerar o falecido General Golbery um genio, pelo seu systole/diastole que uma hora dessas mais uma vez provavelmente se confirmara.

Diante de tudo isso como lutar novamente para criar uma nova e então correta politica nacional de informatica que serviria somente para postergar (e não para evitar, tarefa hoje ja impossivel) a morte do Brasil como Nação?

Não sei quem enfrentara uma nova PNI no Brasil, talvez o Ministerio das Ciencias ou o Ministerio da Defesa ou juntos, pois são os seus seguidores naturais. Seja quem for, se novamente uma PNI for enfrentada tomara que o caso seja de analise e não de autopsia como foi o anterior.

Se a fracassada Politica Nacional da Informatica do Governo não é um crime de lesa patria num milenio

digital, eu terei que reaprender o que é um crime de lesa patria.

E ninguem da area de informatica (mas ninguem mesmo) teve a coragem e o civismo de continuadamente dizer publicamente "Tudo isso esta errado!", e isso em pleno Governo militar. Como eu o fiz, isso me causou inumeros prejuizos (familiares, profissonals, financeiros, psicologicos) que terminaram por um meu pedido de asilo aos Estados Unidos e posteriormente ir para o exterior.

Num exemplo insofismavel pela sua respeitabilidade, o Senador Roberto Campos sempre soube, desde o seu inicio, de todas as pressoes/perseguições que eu sofria, por ser meu amigo. As vezes por escrito, as vezes pessoalmente. E como sabemos infelizmente ele ja faleceu, entretanto um seu importante assessor, o economista Gilberto Paim, tambem tinha conhecimento dessas mesmas pressoes/perseguicoes.

Uma prova disso é que no seu admiravel livro "Alem do Cotidiano", o Senador escreveu e esta na sua pagina 257:

"Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadões mais perseguidos pela SEI e que não tem para defende-lo o escudo de Senador...". Veja essa pagina no anexo C02-b.

Tres anos antes do descrito nas paginas do meu livro de 1982, eu era o dono da J.C.Melo Consultoria Tecnica Ltda, no Rio de Janeiro. Uma empresa pequena, porem pioneira no Brasil em controle de processos por computadores em tempo real.

Na realidade essa era a minha especialidade, desde os meus estudos na França. Eu nunca fui um especialista na area comercial da computação, dizendo-o de outra maneira um "homem IBM" como então se chamava. Eu sempre fui um homem de hardware e software em tempo real, sendo isso tecnicamente superior a um "homem IBM" comercial tradicional, por 3 razoes: conhecer melhor o software, conhecer o hardware e conhecer a Teoria Geral de Controle.

Sendo então a unica empresa no Brasil dessa especialidade, era uma empresa de sucesso. Somente de engenheiros formados por mim (em cursos fechados, nas empresas) foram quase 1500. Na Usiminas, por exemplo, foram 6 cursos de 30 dias, para 20 engenheiros cada. A Nippon Steel estava mandando um novissimo laminador controlado por computador para a Usiminas, e eu preparei seus engenheiros para a chegada dos engenheiros japoneses ensinando os basicos do controle em tempo

## Anexo C02-b

Europeus se associam com japoneses e americanos para não se retardarem, admitindo que a Europa, com toda a sua proeza tecnológica, está atrasada em matéria de pesquisa de informática. E o Brasil só aprova "projetos com tecnologia própria". Necessariamente, o que a SEI chama de "tecnologia própria" é em grande parte cópias de modelos importados. Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI, e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador, existem sete cópias do computador pessoal da IBM, comercializadas no Brasil como tecnologia nacional. Há 13 cópias da Apple, e 11 do TRS-80. Não estou criticando. Acho essa atitude perfeitamente inteligente, perfeitamente admissível. Não devemos fazer outra coisa. Por que redescobrir a tecnologia do computador pessoal? Por que não importar essa tecnologia e depois adaptá-la e melhorá-la, e, num terceiro estágio, criar uma nova tecnologia? Qualquer outra coisa

real por computaores e a Teoria Geral de Controle. E então era bastante comum eu não aceitar novos contratos, por falta de tempo.

Na ocasiao, meu maior projeto como consultor foi o do sistema de controle em tempo real do grande terminal da Petrobras TEBIG na baia da Ilha Grande, que recebia ate 5 super-petroleiros de 500.000 toneladas ao mesmo tempo. Foram 18 meses de trabalhos continuos para/com a Petrobras, o seu projeto, as especificações tecnicas para a concorrencia internacional, a referida concorrencia e a sua analise e decisao, e o contrato "work statement" com a vencedora internacional.

Operacionalmente o sistema foi um sucesso, na realidade o maior do Brasil ate entao, com 2 computadores centrais e 60 remotos ligados aos tanques e centenas de valvulas, e um sofisticado (e unico) software de controle do processo meio DAS Data Acquisition System e meio DDC Direct Digital Control. Um super-petroleiro de 500.000 toneladas estava chegando no Breasil e a 50 milhas da costa "falava" com o sistema dizendo-lhe os tipos de oleos e suas respectivas quantidades. Ao atracar, o sistema ja havia preparado toda a descarga, o que diminuia o seu tempo no cais. Um sistema DDC, com ele atuando automaticamente nas bombas e valvulas.

Esse sistema (pela sua complexidade) fora pioneiro e depois de funcionar foi objeto de uma reportagem de uma revista arabe sobre petroleo e de um convite para eu ir conversar com o Vice-Ministro de petroleo da Arabia Saudita, o que fiz. Esse contrato não foi assinado por ele ter exigido que eu permanecesse 4 anos no pais, o que eu não poderia fazer. Foi outro grande erro, eu deveria ter aceito e nao voltar ao Brasil pois pouco tempo depois tive a infeliz ideia de fabricar computadores. Tambem a vida na Arabia Saudita nao era facil, para beber um simples copo de cerveja voce teria que faze-lo exclusivamente no hotel.

Esse DDC "parcial" é um bom exemplo da fase inicial da transição dos controles com instrumentação analogica que existiam entao ha uns 60 anos, para os computadores digitais em controles, pois as empresas tinham naturais receios por eles serem uma novidade. Foi por causa disso que a minha empresa teve um grande sucesso, ministrando cursos in loco para os engenheiros dessas empresas. Independentemente disso fiz muitas palestras de algumas horas para diretorias de empresas, como em Furnas, Petrobras e Sabesp SP, entre outras. Esse DDC parcial poderia ter sido total, mas por prudencia a Diretoria da Petrobras decidiu por um DDC parcial, o que obviamente cumpri.

Simultaneamente ja se comecava a difundir, no Brasil,

a ideia de aqui se fabricar computadores, porem ainda não existiam quaisquer iniciativas governamentais a respeito, quer leis ou normas, quer industrias.

E entao, conhecendo bem esse processo (fabricação de hardware) desde meus estudos em Paris (o controle de processos em tempo real exige muitos conhecimentos de hardwares e de softwares, algumas vezes em linguagem de maquina com stacks e interrupts e sem sistemas operacionais tipo Windows) e das suas fabricações, eu tive a ideia de faze-lo.

Diga-se de passagem, hoje tenho a certeza de que essa foi a mais desastrosa decisão de toda a minha vida, pelas pressoes/perseguições sofridas que terminaram na minha desconstrução e exilio voluntario no exterior. Adicionalmente por abandonar a minha consultora que era um sucesso.

Mas como, se fabricar computadores seria otimo para o Brasil, e nessa eventualidade eu mereceria um tapete vermelho?

Para esse objetivo (fabricação de computadores) não solicitei quaisquer ajudas governamentais, nem qualquer emprestimo idem. O inverso do conhecido "padrao" de alguns empresarios brasileiros, principalmente dos beneficiados pela reserva de mercado.

Posteriormente surgiu então toda a estrutura governamental imaginada para isso, a chamada reserva de mercado, a empresa estatal COBRA e as agencias governamentais especificas.

Quando tudo isso surgiu (tres anos depois da minha mencionada ideia) eu ja fabricava o meu computador IND-5000, depois com sua memoria modernizada transformando-se em IND-5005. Portanto, eu iniciei BEM ANTES DE QUAISQUER INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS, na realidade 2 a 3 anos antes.

Evidentemente um direito adquirido antes de quaisquer
regulamentações governamentais, o qual muito importaria em situações politicas normais porem obviamente não num governo militar que tudo podia, e alem disso esse meu direito constitucional muito contrariava a estatal COBRA.

Quais os dois grandes reais "motivos" (se podemos assim chama-los) que originaram as pressoes/perseguições que durante anos sofri? Era eu uma fraude? Era eu um cidadão ou um politico tentando derrubar a ditadura? Era eu um oportunista? Nada disso.

**1. O PRIMEIRO MOTIVO foram os meus sucessos tecnico e publico por causa dos meus 3 computadores fabricados:**

**a. Computador IND-5005, (1975/1976) equivalente ao minicomputador mundialmente famoso Digital PDP-8 (o primeiro minicomputador com vendas astronomicas) e que "rodava" todo o seu software,**

**b. Computador MC-8000 (1978), equivalente aos computadores mundialmente famosos Digital PDP-11 e Data General Nova-3 e que "rodava" todo o software do Nova-3,**

**c. Computador medio MC-9700 (1979), equivalente ao computador medio mundialmente famoso Digital PDP-15 e que "rodava" todo o software do Nova-3,**

**para os quais os Governos militares não conseguiam apresentar seus equivalentes fabricados e muito menos competitivos. Dizendo-o de outra maneira, sem eu querer criara a oportunidade de uma comparação altamente desfavoravel (e perigosa) para o "Tripe da Reserva de Mercado" e principalmente para o todo poderoso Governo militar.**

**2. O SEGUNDO MOTIVO foi que eu concluí (e toda a midia impressa me compreendeu e me apoiou) que a enorme e inedita e desejavel oportunidade de o Brasil fabricar computadores com a reserva de mercado quer tecnica quer politicamente, era inviavel por ela ser capitaneada por muitos desinformados sobre as fabricações de hardware e de software. Observando as suas regulamentações governamentais e as suas providencias, mentalmente eu não conseguia evitar ve-los como "Aprendizes de Feiticeiros". "Eu não conseguia evitar", o que eu deveria fazer, ficar calado? Inumeros amigos isso sugeriram, temerosos com os poderes dos Governos militares. Um deles chegou a me dizer: "Melo, passarinho que pia leva chumbo."**

**Mas felizmente (ou infelizmente, pois isso depende do ponto de observação) Deus me fez assim, e evidentemente eu não posso mudar os Seus desígnios.**

**Eu tenho boa experiencia no setor da computação (quase 65 anos contínuos) e adicionalmente de excelente origem extrangeira e com a especialização em controle de procoessos em tempo real, portanto hardware + software de níveis maiores do que o comercial e suas fabricacoes, e por causa dessa experiencia tecnica me foi muito facil identificar os imensos erros dos Governos militares ao tentarem implantar (manu militare e ao arrepio das Leis "humanas" e tambem das "tecnologicas") a fabricação**

de computadores no Brasil, atraves da chamada reserva de mercado. Adicionalmente, eu já fabricava computadores no Brasil, 2 a 3 anos antes de quaisquer ações governamentais nesse sentido, quer industriais, quer regulamentares, etc.

Portanto, um direito adquirido mas que feria toda a regulamentação/estrutura que o Governo militar posteriormente criou, a sua incrivel Reserva de Mercado. E pior ainda para ele, eu tendo sucesso publico bastante difundido pelas midias versus os contínuos fracassos dos Governos militares nessa area.

Adicionalmente, todas as midias impressas tambem identificaram esses imensos erros dos Governos militares, e como consequencia eu tinha o apoio de todas elas, conforme se poderá aquilatar neste book 2.

Havia tambem um absurdo e forte desejo dos controladores da reserva de mercado na informatica de excluir sistematicamente (para os fabricantes nacionais) quaisquer produtos ou servicos proveniente dos Estados Unidos, mas para mim isso era totalmente irrelevante se os Estados Unidos eram um Imperio ou nao, provavelmente sim desde o famoso bombardeio de Pequim por sua pequena canhoneira no Rio Yangtze como bem conhece a maioria dos diplomatas de todo o mundo. Sim ou nao, na minha opinião de tecnico isso não tinha a minima importancia para o caso especifico da reserva de mercado na informatica, comprar componentes dos Estados Unidos ou proibir brasileiros de se associarem com industrias norte-americanas de informatica.

Pragmaticamente, o que tinham importancias eram as dezenas de erros fundamentais (tecnicos e politicos) da referida reserva de mercado, como por somente esses 2 exemplos abaixo (dentre uns 20 a 30):

a. Escolha do computador Ferranti, militar, por COBRA, para uso na area comercial, sem um minimo software para a sua comercialização no mercado natural dos computadores,

b. A "obrigatoriedade" de não ter qualquer contrato com um computador/fabricante norte-americano, do que resultou o grave erro da escolha de empresas fornecedoras de tecnologia da Europa (Ferranti e Logabax e Nixdorf) e do Japão (Fujitsu), então todas elas, sem exceção, com as suas conhecidas pessimas situações financeiras e as suas decorrentes tecnologias de baixo nivel.

Ressalte-se que os tres computadores por mim fabricados usavam componentes norte-americanos, e

nunca, em nenhum momento, eu sofri quaisquer restrições dos seus fabricantes, mesmo apesar de concorrer com os então icones mundiais da computação e que eram todos norte-americanos (modelos Digital PDP-8, Digital PDP-11 e Data General Nova-3, e Digital PDP-15).

Ambos esses fatos acima (a e b) foram grandes razões do imenso sucesso dos meus computadores, pois eu não tinha concorrentes viaveis aceitaveis pelo mercado. E como é sabido, o mercado (que é soberano, com imperialismo ou nao) os aceitou e rejeitou os oriundos especificamente da reserva de mercàdo. E isso não tendo nada a ver, nem remotamente, com um imperialismo dos Estados Unidos, mas sim exclusivamente com tecnologia, com empreendorismo, com uma total liberdade para criar e empreender.

Outro problema agravante foi que a minha empresa investiu 3 milhões (esqueco a moeda da epoca) e COBRA investiu 300 milhoes, e não apresentava resultados sequer equivalentes aos meus. E essa relação 1 para 100 deveria ser por COBRA justificada perante as esferas superiores que dirigiam as ações governamentais no setor, o que evidentemente era impossivel.

Diante de minhas criticas (sempre publicadas pelas midias impressas) e sem poderem responde-las, os Governos militares adotaram, durante varias anos, a estrategia de me desconstruir atraves de pressoes/pereguições de varios tipos, sempre subterraneas, desconstruções essas que terminaram por conseguir a minha partida para o exterior.

Ademais, eles não se defendiam dos meus argumentos e denuncias usando os meios naturais numa democracia (a imprensa ou a Justiça) mas sim atraves das suas ilegais pressões exclusivamente nos bastidores, a conhecida marca registrada de ditaduras. Esse assunto esta narrado nos capitulos deste book 2.

Um fato interessante é que, com o passar do tempo importantes militares começaram a me apoiar (como veremos adiante) e a discordar da "administração" da informatica pelo Governo. Mas para o Governo eu fui o exemplo que não deveria existir.

## CAP03
## A "TOMADA" DA J.C. MELO/SISCO COM A AJUDA DO GOVERNO

**Este capitulo narra**

**1. Como o Governo documentadamente e manu militare co-participou com o Sr. Henry Maksoud quando ele "tomou" a minha empresa J.C. Melo/Sisco, então uma fabrica BRASILEIRA de computadores medios. Se ela hoje ainda existisse, seria a unica pois não surgiu, nesses 40 anos, uma outra do mesmo nivel.**

**2. Neste capitulo incluo as suas 3 cronologias Antes, Durante e Apos essa "tomada".**

**A "tomada" do Sr. Maksoud da minha empresa (mesmo sendo um ASSUNTO PRIVADO) não teria acontecido se o Governo não tivesse sido (documentadamente) seu co-participante. Nem se eu cobrasse meus direitos na Justica teria exito no Governo militar naquele momento e foi exatamete por isso que eles preferiram usar um processo manu militare mais "direto".**

**Mas como poude ocorrer essa co-participação do Governo, se o sr. Maksoud não era uma pessoa bem vista por ele?**

**Se o Governo me "devolvesse" a J.C.MELO/Sisco (como legalmente eram obrigados a faze-lo) eu poderia fecha-la e como ironicamente ela era a UNICA comprovação existente da viabilidade da politica nacional de informatica do Governo, isso tambem lhe seria bastante prejudicial, provavelmente mortal. E na otica deles, o PNI não poderia morrer.**

**E então o Governo tomou uma decisão digamos "de Estado", parte para impedir o fechamento da J.C. MELO/Sisco ja então "tomada" pelo Sr. Maksoud e parte para "me punir" por minhas continuas e muito**

apoiadas criticas tecnicas.

Alias, eu nem necessitaria ir a Justica, seria suficiente anunciar que as "licencas" governamentais de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram legalmente minhas e não da associação com o sr. Maksoud e isso seria a morte da J.C. MELO/SISCO, com grande repercussão negativa junto aos compradores de seus computadores pois eles teriam feito altos investimentos nos softwares por eles construidos que depois poderiam ser perdidos. Mas nem isso eu poude fazer, pois o Governo "ignorou" uma minha petição oficial de 300 paginas via Cartorio.

Na realidade, foi esse o motivo para eu ter requerido a volta dos meus direitos ao Governo, atraves dessa petição de 300 paginas. Essa petição gerou o processo numero 00210 de 1980, com a finalidade de mostrar ao sr. Maksoud e ao proprio Governo que eu tinha esse poder, portanto eu não era tão indefensavel como eles supunham.

Essa petição de 300 paginas foi documentadamente entregue ao Governo (via Cartorio) com todas (todas) as suas paginas individualmente numeradas/carimbadas/autenticadas com o numero do protocolo/processo do Governo e assinaturas como "recebida" pelo Governo. Mas eu o recebi de volta uns 12 meses apos, pelos Correios, completo com todas as suas 300 paginas (originais) com o implicito recado: "Isso é o que fazemos com a sua petição".

Veja o anexo C03-a com o Governo informando que o processo numero 00210 de 1980 "sumiu", e no anexo C03-b imagens de algumas das suas 300 paginas originais, todas numeradas, rubricadas e classificadas e com o numero do processo e o numero da pagina e uma rubrica em cada pagina. Claro que sumiu, pois todas as suas 300 paginas estão comigo, de volta pelos Correios. E disso resultou existir uma prova juridica desse crime.

Não foi uma atitude inteligente do Governo, pois mesmo "sumido" ele havia sido entregue/registrado por um cartorio, e eu tenho de volta todas as suas 300 paginas autenticadas/numeradas pelo Governo, com numero do protocolo, do processo e nas suas 300 paginas. Mas na epoca uma ação manu militare não implicava em suspeição.

Antes da "devolução" do processo original pelos Correios, escrevi varias cartas diretamente ao Governo, solicitando urgencia no despacho do processo, solicitando uma solução. Mas essas cartas foram ignoradas. Veja o anexo C03-c uma carta via Cartorio ao Governo solicitando decisão no processo

Anexo C03-a

Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49 Resposta
Inbox
x
sic <sic@mct.gov.br>

Dec 6 (13 days ago)

to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49, postado no Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao processo SEI nº 00210, de 1980, informamos a Vossa Senhoria que, decorridos mais de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas intensas buscas no acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, existentes do Arquivo Geral deste Ministério, não foi possível localizar o processo solicitado, nem cópia de sua autorização ou publicação dessa autorização no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Anexo C03-b

São Paulo, 28 Abril 1980

À Diretoria da
SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA
Setor de Autarquias Norte
Lote A Quadra 2, 1º andar
Edificio DNER
Brasilia - DF

Presados senhores -

João Carlos Melo, brasileiro, maior, casado, industrial,
(Endereço retirado por motivos de segurança) 11 Setembro 1980
vem expôr a V. Sas. o que se segue:

HISTORICO

O GRUPO J.C.MELO INDUSTRIA DE COMPUTADORES LTDA, de propriedade do signatario, e a HIDROSERVICE ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, de propriedade do Sr. Henry Maksoud, através do "Termo de Compromisso" (doravante chamado Termo) assinado em 2 Setembro 1977 (Anexo nº 1), resolveram associar-se para continuar a fabricação de computadores e afins até então realizada pelo GRUPO J.C.MELO.

Além do Termo acima, ambas as firmas acima assinaram um "Protocolo de Intenções" (doravante chamado Protocolo) em 31 Agosto 1977 (Anexo nº 2), enviado à CAPRE capeando o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia, em Setembro 1977, para a escolha dos 3 fabricantes de minicomputadores. É importante mencionar que o Protocolo acima explicitamente confirma e completa o Termo

1º OFICIO DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
Nos termos da legislação em vigor, entreguei, hoje, uma via desta carta a seu destinatário
Brasília-DF, 07/5 de 1980



cretaria, pois à pergunta "o Termo foi cumprido?" juridicamente a resposta será não independentemente das referidas explicações acima.



PROPRIEDADE DOS TERMOS DE COMPROMISSOS NA CAPRE

Diante do não-cumprimento dos principais itens do Termo por parte da HIDROSERVICE (I,II,III,IV,V), o que o torna juridicamente nulo e a sociedade INEXISTENTE, o signatario consulta a essa Secretaria sobre:

a. Se os Termos de Compromissos referentes ao minicomputador IND-5005 (emulador do PDP-8E e tambem chamado pela SISCO de SCC-5000), ao microcomputador MIC-1000, à serie 5400 e à serie 5500, assinados com a CAPRE pela antiga J.C.MELO em 9 Agosto 1977, pertencem à J.C.MELO ou à SISCO;

b. Se o Termo de Compromisso referente ao minicomputador MB-8000 (emulador do NOVA-3), assinado com a CAPRE pela SISCO em 1979, pertence à J.C.MELO ou à SISCO.

Sobre este item b, o signatario deseja informar que, quando da assinatura do Termo com a HIDROSERVICE, o MB-8000 era um projeto de propriedade da J.C.MELO. Para isso comprovar, o signatario apresenta recortes de jornais anteriores a 2 Setembro 1977 (data do referido Termo com a HIDROSERVICE), conforme vemos no Anexo nº 3.

Tambem como comprovação de que o MB-8000 era parte integrante do Termo assinado com a HIDROSERVICE, o signatario apresenta no Anexo nº 4, copia da carta de 7 Setembro 1977 dirigida à CAPRE, onde está explicitado o modelo MB-8000. Essa carta acompanhava o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia havida em Setembro 1977.

E como se tudo isso não fosse suficiente, no Anexo nº 5 temos uma copia da carta da J.C.MELO, de 10 Julho 1978 (original em

cretaria, pois à pergunta "o Termo foi cumprido?" juridicamente a resposta será não independentemente das referidas explicações acima.



PROPRIEDADE DOS TERMOS DE COMPROMISSOS NA CAPRE

Diante do não-cumprimento dos principais itens do Termo por parte da HIDROSERVICE (I,II,III,IV,V), o que o torna juridicamente nulo e a sociedade INEXISTENTE, o signatario consulta a essa Secretaria sobre:

a. Se os Termos de Compromissos referentes ao minicomputador IND-5005 (emulador do PDP-8E e tambem chamado pela SISCO de SCC-5000), ao microcomputador MIC-1000, à serie 5400 e à serie 5500, assinados com a CAPRE pela antiga J.C.MELO em 9 Agosto 1977, pertencem à J.C.MELO ou à SISCO;

b. Se o Termo de Compromisso referente ao minicomputador MB-8000 (emulador do NOVA-3), assinado com a CAPRE pela SISCO em 1979, pertence à J.C.MELO ou à SISCO.

Sobre este item b, o signatario deseja informar que, quando da assinatura do Termo com a HIDROSERVICE, o MB-8000 era um projeto de propriedade da J.C.MELO. Para isso comprovar, o signatario apresenta recortes de jornais anteriores a 2 Setembro 1977 (data do referido Termo com a HIDROSERVICE), conforme vemos no Anexo nº 3.

Tambem como comprovação de que o MB-8000 era parte integrante do Termo assinado com a HIDROSERVICE, o signatario apresenta no Anexo nº 4, copia da carta de 7 Setembro 1977 dirigida à CAPRE, onde está explicitado o modelo MB-8000. Essa carta acompanhava o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia havida em Setembro 1977.

E como se tudo isso não fosse suficiente, no Anexo nº 5 temos uma copia da carta da J.C.MELO, de 10 Julho 1978 (original em

**Anexo C03-c**

JOÃO CARLOS MELO, na qualidade de Denunciante nos autos do Processo nº 0021080 em curso nesse CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, que tem como Denunciado a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, vem requerer uma certidão com as seguintes informações:

1. Se os Quesitos formulados pelo Denunciante através de carta registrada remetida a esse CONSELHO, em 3 de Dezembro de 1980, de numeros 01 até 14 e referentes ao Projeto de Fabricação de computador chamado modelo MB-8000, foram respondidos pelo Denunciado.

2. Em caso positivo, quais as respectivas respostas do Denunciado e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

3. Em caso negativo, quais as providencias tomadas por esse CONSELHO para a apuração das denuncias formuladas pelo Denunciante e especificadas nos referidos Quesitos, e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

Nestes Termos

P. e E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 18 Agosto 1982

[signature]

João Carlos Melo

Endereço provisorio: Rua Riachuelo 97 - Rio de Janeiro - RJ

CARTORIO DO 2.º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSÔAS JURÍDICAS - ED. Ant.º V. da Silva Lojas 9/10 - SCS Brasília - DF
Registrado sob nº 17802 Livro B11-3
Protocolado sob nº 51611 Livro A-2
Brasília, 23/08/82

Recebido em 25/08/82

019d

21080. Sem resposta.

Diante disso, resolvi pedir uma audiencia ao General Octavio Medeiros no Palacio do Planalto, a qual ele me concedeu e me recebeu, junto com um seu auxiliar Coronel do Exercito. Como ele era o meu principal perseguidor, nessa audiencia nada falei sobre os erros da PNI nem das perseguições que recebia, limitando-me somente a reclamar o fato do Governo não so não decidir a respeito do processo mas tambem ao fato de que ela nunca sequer me dava explicacoes. Era nitidamente um bloqueio, pois me negavam inclusive explicacoes.

Alem de solicitar a decisão final do processo, fiz ver ao General Medeiros que o fechamento da J.C. Melo/Sisco seria altamente prejudicial a propria PNI (sem falar ao Brasil), pois era ela a unica fabricante brasileira de computadores que justificaria a PNI, e ele concordou comigo.

E então ele decidiu que iria obrigar o Sr. Maksoud a sentar na mesa de negociações comigo para tentar uma solução.(sic) Não para que eu "voltasse" a J.C. Melo/Sisco pois eu não mais aceitaria mas para discutirmos o valor dos meus então 40% das acoes. Disse que o Governo não iria entrar no merito da questão, como o valor a ser a mim pago pelo Sr. Maksoud, etc., mas somente exigir uma solução.(sic)

Faco uma importante ressalva, essa decisão do General Medeiros é uma prova de que eu poderia fechar a J.C. Melo/SISCO, portanto eu era o dono das "licencas" de fabricação na SEI, exatamente o que estava no processo. Caso contrario, o General Medeiros nem me receberia como é obvio, pois não teria por que faze-lo.

Eu lhe respondi: Sr. General, eu conheco a personalidade do Sr. Maksoud e ele não ira aceitar.(sic) Ao que ele respondeu: "Dr. Melo, nos sabemos como fazer o Sr. Maksoud sentar na mesa."(sic)

E determinou ao Coronel, cujo nome infelizmente eu não soube, que desse a ordem ao Sr. Octavio Gennari Neto então Secretario Especial de Informatica da SEI, para que ele falasse com o Sr. Maksoud. Mas a ordem nunca foi cumprida e durante meses o Sr. Octavio Gennari Neto me dizia que "não tinha tido tempo para ir a São Paulo"(sic) embora a sua familia morasse em São Paulo aonde ele ia todas semanas.

E a ordem não foi cumprida, e depois eu soube que o Sr. Otavio Gennari Neto havia sido socio do Sr. Jose Roberto Faria Lima então Vice-Presidente da J.C. Melo/Sisco e amigo pessoal do Sr. Maksoud, numa

empresa de consultoria em São Paulo.

Depois disso é que o processo 00210 foi totalmente "devolvido" pelos Correios, ou seja a resposta tão solicitada por mim.

E posteriormente eu soube que a J.C. Melo/Sisco

"não conseguindo mais fabricar computadores"

pediu e obteve do Sr. Octavio Gennari Neto uma licenca para importar computadores para os seus clientes, como veremos adiante. Vide o anexo C03-d.

O que deveria acontecer com a minha volta apos esses mais ou menos 40 anos?

Bem, um tapete vermelho e uma medalha no peito, uma reparação moral alem de uma reparação pela perda dos meus US$ 25 milhoes. Isso poderia acontecer na Franca, no Reino Unido, nos Estados Unidos, na Alemanha, mas no Brasil isso não aconteceria. Esquecamos.

Poder-se-a dizer que eu deveria ter contratado um advogado. Na realidade isso tentei, procurando o famoso criminalista Dr. Carvalho Pinto em São Paulo. E entreguei-lhe uns 200 documentos, ele me pedindo um pequeno prazo para uma analise pelos seus auxiliares.

Na reunião posterior ele me disse:

"Que me daria a minha empresa de volta, não os 40% mas sim os meus 100%, se eu respondesse "sim" a duas perguntas, uma vez que o denunciado seria o Sr. Maksoud, com muito poder financeiro e ate com um proprio departamento juridico na sua empresa Hidroservice:

1. Se eu dispunha de alguns milhões de dolares para sustentar a minha denuncia ate o Supremo Tribunal Federal, pois o Sr. Maksoud com muita facilidade recorreria as instancias superiores,(sic)

2. Se eu poderia esperar de 15 a 20 anos por uma decisão do STF".(sic)

E em ambas lhe respondi um "nao", ao que ele respondeu:

"Então me vejo obrigado a lhe sugerir desistir da ação, absorvendo os seus inegaveis efeitos negativos inclusive os psicologicos."(sic)

A somatoria do poder "financeiro/juridico" do Sr.

Anexo C03-d



INDÚSTRIA

# Melo denuncia: Sisco importa Data General

Continuação da 1ª página

Em sua representação, J.C. Melo pede a intervenção do ministro, "maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada", para que esta sirva de conciliadora entre as partes. Caso contrário terá que "tomar providências para o fechamento da empresa, que virá prejudicar e comprometer o modelo governamental para o setor e seus usuários."

Melo também criticou a atitude do secretário Octávio Gennari, a quem esta representação deveria ser originariamente encaminhada, por pré-julgamento da solicitação que faria à SEI. Segundo explicou, após ter feito uma declaração à imprensa dizendo que iria tomar essa atitude, surpreendeu-se com as declarações de Gennari publicadas no jornal *O Globo* no dia seguinte, onde o secretário afirmou que não iria intervir no caso da Sisco por se tratar de assunto administrativo.

Melo acredita que tal declaração favoreceu Maksoud publicamente, sem Gennari saber se o caso seria administrativo, criminal, de desnacionalização da empresa ou de Segurança Nacional. "Ou seja, foi um típico caso de pré-julgamento". Nesta entrevista Melo relata esses acontecimentos e outros detalhes sobre a sua saída da Sisco.

J.C. Melo Informática Ltda, é o nome da empresa constituída por João Carlos Melo, após sua saída da Sisco, que já está oferecendo no mercado dois produtos: o terminal de vídeo M-200 e a impressora M-300.

O terminal de vídeo tem o preço de venda de 151,7623 pontos de ORTN mais 18% de IPI (cerca de 80 mil cruzeiros em março); prazo de entrega de três meses e garantia de três anos. A tecnologia é LSI, com microcomputador (Rom de 16 Kb e uma outra de 2 Kb com a programação de operações e funções); 128 caracteres com 32 ou 64 linhas, operação em código ASCII ou Baudot. Tem interface de entrada/saída serial para computador ou comunicações e saída sinal de vídeo, que permite colocar duas telas num só teclado.

A impressora M-300 tem preço de venda de Cr$111.720,00 em abril, prazo de entrega de 5 meses e garantia de 2 anos. Velocidade de 100 caracteres por segundo, largura máxima de 8 polegadas, colunas selecionáveis por chave ou software, matriz 7x7 ou 14x7. Alimentação traseira ou frontal por cima ou através de furos.

Maksoud com o poder manu militare do Governo causou a amoral e ilegal "tomada" da minha empresa.

O Brasil embora o negue continua sendo um pais de castas e isso todos nos sabemos.

Vejamos, agora, as cronologias da "tomada" da J.C. Melo, antes, durante e apos.

1. Cronologia da "tomada" - Antes

a. Inicialmente, eu não procurei o Sr. Maksoud para fazer uma associação, aconteceu exatamente o inverso. Veremos em outro capitulo.

b. Nas tratativas sobre a associação com a J.C.Melo Industria de Computadores, o sr. Maksoud fez questão absoluta de ter 60% das ações com a desculpa de que os precisaria para ter "poder total" junto aos Governos.

c. Nessas tratativas ele concordou que eu seria eternamente o Vice-Presidente da empresa. Mas não cumpriu esse compromisso, com a desculpa de que a Hidroservice teria um contrato com o Governo na area da tecnologia da informatica e então seria conveniente esperar o termino desse contrato para cumprir com essa promessa. Uma proposta razoavel, mas que nunca foi cumprida mesmo apos a finalização do referido contrato.

d. Nessa promessa da Vice-Presidencia existia a obrigatoridade de registrar-me como um empregado da empresa e com esse cargo. Tambem não a cumpriu. E colocou o seu amigo Jose Roberto Faria Lima como Vice-Presidente, e eu como Diretor Geral.

e. O nome da empresa era o mesmo do Rio de Janeiro, "J.C.Melo Industria de Computadores Ltda", mas o sr. Maksoud decidiu muda-lo para "Sisco" a minha revelia, descaraterizando-a como "J.C. Melo", um nome ja bastante conhecido nessa area ha muitos anos.

f. Uns 2 meses antes dessa "tomada" da empresa, ele teve a iniciativa de contratar e trazer um norte-americano (Mr. Drees) nomeando-o Diretor Geral, embora todos os Diretores (e quase todos eram seus empregados) lhes tivessem declarado não existir essa necessidade, pois a Sisco estava muito bem tecnicamente e com um otimo backlog, alem de saberem que ele seria inutil no nosso tipo de empresa. E o sr. Drees ganhava aproximadamente 12 vezes o salario dos diretores brasileiros se considerando somente o seu salario, fora os fringe benefits que os brasileiros não tinham. Adicionalmente o Sr. Drees pediu e obteve: 5 passagens ida-volta Brasil-Estados

Unidos 2 vezes por ano para sua familia (5 pessoas), residencia num bairro de elite, um bom carro, escola americana para os seus 3 filhos, colocar toda sua familia no melhor clube de São Paulo. Na cabeca do Sr. Maksoud (so nela) com a minha planejada eliminação haveria um substituto tecnicamente igual, mas a experiencia do Sr. Drees nada tinha a ver com a direção de uma empresa de tecnologia da informatica como a J.C. Melo/Sisco. Isso quer dizer que se o plano do sr. Maksoud desse certo, a minha Diretoria não teria sido substituida corretamente, com um tecnico igual, melhor ou muito melhor do que eu. A experiencia do Sr. Drees era somente de direção de chão de fabrica de eletronica e ele era competente nisso, mas nada entendia de hardware ou software para dizer o minimo. Foi um obvio erro do desinformado Sr. Maksoud preocupado em me substituir a tempo antes da "tomada", muito semelhante a outros erros similares tomando decisões unilaterais inclusive sem ouvir o seu socio e não um seu empregado. E isso era frequente, diario.

h. Quando eu fui eleito pelo jornal A Gazeta Mercantil como o lider nacional da area, a minha revelia pois nessas eleições não existiam "candidatos" mas somente votações expontaneas dos empresarios, me externou a sua insatisfação dizendo que a minha preocupação deveria ser somente a Sisco e não os "palanques" (sic). E que eu não mais atendesse jornalistas quando procurado. Veja o anexo C03-e.

h. Recebi, entao, um convite de um ex-diretor da Hidroservice, Dr. Cararesi, transferido pelo Sr. Maksoud para ser Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco, para jantar. Alias, ressalto que eu nunca assinei (ou vi) um unico cheque da J.C. Melo/Sisco, tarefa essa exclusiva do Sr. Maksoud com o seu Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco e eles faziam o que queriam nas financas da empresa e eu não era informado. E nesse jantar o Dr. Cararesi me historiou varias iniciativas e solicitações do Sr. Maksoud claramente demostrando que ele estaria preparando a "tomada" da minha empresa.

i. Na esfera da Hidroservice, existia um antigo e forte boato sobre o inicio da empresa. Segundo ele, ela foi criada por 2 socios, o Sr. Maksoud e outro engenheiro especialista em hidraulica porem inexperiente como empresario, e eles criaram a sociedade com a mesma divisão 60% x 40% a mim imposta. Alguns anos depois esse engenheiro faleceu, deixando a humilde esposa com filhos pequenos e sem possibilidades de se sustentarem. O sr. Maksoud a chamou, dizendo-se sensibilizado com a sua situação e deu-lhe um cargo vitalicio na Hidroservice, com um pequeno salario porem suficiente para eles se sustentarem, para as

Anexo C03-e

# *Fórum*
## GAZETA MERCANTIL

## RELAÇÃO DOS LÍDERES

* líder nacional
** líder setorial
*** líder regional

01 — Abdul M. Waquil 80**
02 — Abílio dos Santos 81**
03 — Abílio dos Santos Diniz 78**/79*—**/80*—**/81*—**
04 — Abrahão Kazinski 77**/79**/80**
05 — Adhemar Alves Bebiano 77**
06 — Adhemar de Barros Filho 77**
07 — Adolpho Lindenberg 77**
08 — Adolfo Neves Martins da Costa 77**/78***/79***/80***
09 — Alberto Alves Filho 78**/79**
10 — Alberto Luiz Gonçalves Soares 80**
11 — Aldo Lorenzetti 79**
12 — Aldo Sani 81**
13 — Alex Periscinoto 78**/79**/80**/81**
14 — Alexandre Braune 80**
15 — Alfredo Júlio Resende 81**
16 — Aloísio Andrade de Faria 77**
17 — Altair Zaniollo 78**
18 — Álvaro Britto Bezerra de Mello 78**/79**/80**
19 — Álvaro Luís B. Catão 81**
20 — Amador Aguiar 77*—**/78*—**/79**/80**/81**
21 — Américo Oswaldo Campiglia 77**
22 — André La Sagne de Botton 79**
23 — Ângelo Calmon de Sá 79***/80**—***/81***
24 — Antero Botelho Leite Castro 81**
25 — Antônio Carlos de Almeida Braga 77**/79**/80**/81**
26 — Antônio Didier Barbosa Vianna 81**
27 — Antônio Ermírio de Moraes 77*/78**—**—**/79*—**—***/80*—**—***/81*—**—***
28 — Antônio Gallotti — 77**/78**
29 — Antônio Joaquim P.C. Palhares 77**
30 — Armando Carneiro 81***
31 — Armando Moraes Sarmento 77**
32 — Arthur João Donato 80***/81***
33 — Arthur Sendas 78**/80**/81**
34 — Atílio Fontana 77**/78**—***/79**—***/81**
35 — Augusto Trajano A. Antunes 77*—**/78**/79**
36 — Aureliano Albuquerque 77**/81**
37 — Bernardo Geisel 77**
38 — Bruno Nardini 77**
39 — Caio Aurélio Domingues 79**/80**
40 — Camilo Cola 81***
41 — Caribe da Rocha 81**
42 — Carlos Alberto Fannuchi de Oliveira 78**/79**/80**/81**
43 — Carlos Antich 79**
44 — Carlos Antônio Rocca 77**
45 — Carlos Augusto Rodrigues Carvalho 79**
46 — Carlos Chiti 77**
47 — Carlos Frederico Lopes Motta 77**
48 — Carlos Mariani Bittencourt 80**/81**
49 — Carlos Paiva Lopes 81**
50 — Carlos Renaux 78***
51 — Carlos Villares 77**/78**/79**
52 — Celso Albano 81***
53 — Celso Rocha Miranda 77**/80**/81**
54 — Cláudio Bardella 77*—**/78*—**—***/79*—**—***/80*—**—***/81*—**—***
55 — Cláudio Regina 78**
56 — Cláudio Strassburger 80***/81**
57 — Cleto Campello Meirelles 81***
58 — Clóvis Elói Battistella 80**
59 — Clóvis Gonçalves Souza 81**
60 — David Saul Moskowitz 77**
61 — Delson Siffert 81**
62 — Denisar Almeida Arneiro 77**/78**
63 — Derek H. Lowell-Parker 78**/79**—***/80**
64 — Dilson Funaro 78**/79**/80**/81**
65 — Edes Landin 77**
66 — Edgard Arp 78**/79**/81**
67 — Edison Fregni 81**
68 — Edmund Van Parys 80**
69 — Edson Queiroz 79***/80***
70 — Edson Rodrigues Ferreira 78**/79**
71 — Eduardo Carlos P. Magalhães 79**/81**
72 — Eduardo Celestino Rodrigues 77**/78**/79**
73 — Eduardo Diniz Junqueira 81**
74 — Einar Kok 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
75 — Eliezer Batista da Silva 80** / 81**
76 — Emílio Battistella 77**
77 — Erik Oswaldo Kastrup Carvalho 77** / 78** / 79** — ***
78 — Erna Belian Wernsdorf Rappa 77** / 78** / 79**
79 — Ernane Galvêas 78** / 79**
80 — Eugênio Staub 77** / 78** / 80** / 81**
81 — Fabrisio Fasano 78**
82 — Fernando A. Souza Camargo 81**
83 — Fernando Garcia Cid 80**
84 — Fernando Penteado Cardoso 80**
85 — Fernando Roquete Reis 77** / 78***
86 — Fernando S. Gama Frota 79**
87 — Firmino Rocha de Freitas 80** / 81**
88 — Flávio Musa Freitas Guimarães 77**
89 — Francisco Lima Souza Dias 79**
90 — Francisco Stedille 77** /80**
91 — Fritz Weismann 79**
92 — Gabriel Donato Andrade 79***
93 — Gastão Eduardo Bueno Vidigal 78** / 79** / 80**
94 — Geraldo Alonso 77**
95 — Geraldo Guennes Tavares Lima 77**
96 — Geraldo M. Bordon 77** / 79** / 81**
97 — Gérson Dias 80**
98 — Gilberto Geraldo Garbi 79**
99 — Giordano Romi 77** / 79** / 80** / 81**
100 — Giorgio Padovano 77**
101 — Glycon de Paiva 77**
102 — Helder Parente 77**
103 — Hélio Beltrão 77** / 78* — ** — ***/ 79* — ** — ***
104 — Hélio Moreira Salles 78**
105 — Hélio Pentagna Guimarães 77** / 78** / 79** / 80***
106 — Helvécio Gilson 81**
107 — Henrique N. Coube 81**
108 — Henrique De Botton 77** / 78**
109 — Henrique Guatimosin 79**
110 — Henrique Sérgio Gregori 77** / 78** / 79**
111 — Henry Maksoud 78** / 80**
112 — Henry Victor Eicher 77**
113 — Herbert Victor Levy 77** / 78** / 81**
114 — Hercílio Luiz Colaço 81**
115 — Hermes F. Macedo 77**
116 — Hermínio Ometto 77** / 78**
117 — Horácio Cherkassky 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
118 — Horácio S. Coimbra 77** / 80**
119 — Horst J. Happel 80**
120 — Hugo Crespi 77**
121 — Israel Klabin 78** / 80***
122 — Ivan Barreto Carvalho 77**
123 — Ivan Müller Botelho 79**
124 — Ivan Zarif 77**
125 — J. Murillo Valle Mendes 77** / 79*** / 80** — *** / 81** — ***
126 — Jaime Canet Jr. 80***
127 — Jaime Faria 78**
128 — Jaks Rabinovich 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
129 — Jamil Nicolau Aun 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
130 — João Alves Veríssimo 78**
131 — João Carlos Mello 79**
132 — João Carlos Paes Mendonça 78** / 79***/ 80** — *** / 81**
133 — João Hansen Neto 79***
134 — João Havelange 77**
135 — João Machado Fortes 79** — *** / 80** — *** / 81**
136 — João Pereira dos Santos 79** / 80** / 81** — ***
137 — João S. Marinho Nunes 81**
138 — John Russel Warren 80**
139 — Jorge Franke Geyer 77**
140 — Jorge Gerdau Johannpeter 77** / 78** — *** / 79* — ** — *** /80* — ** — *** 81* — ** — ***
141 — Jorge Wolney Atalla 77** / 78** / 79**
142 — José Antônio Alencastro Silva 77** / 79** / 80** / 81**

escolas das criancas, etc, em troca dos 40% que ela possuia, o que ela fora convencida a aceitar. Não sei se era um boato ou uma verdade, porem mais adiante coincidentemente veremos o que o sr. Maksoud me ofereceu.

j. Diante de tudo que estava acontecendo, telefonei ao economista Dr. Lemme um dos principais assessores do sr. Maksoud, e marcamos um jantar. O Dr. Lemme era um antigo amigo do meu tio tambem economista Dr. Gilberto Paim, e nesse jantar externei-lhe tudo que sabia, pedindo-lhe uma opiniao. Que pela sua longa amisade com o meu tio seria uma opinião da qual eu não deveria duvidar. Apesar de todas as evidencias, o Dr. Lemme tentou me convencer de que esses procedimentos não eram tipicos do sr. Maksoud. Mas as evidencias eram fortes e eu não concordei com ele.

k. Seis dos 7 Diretores da J.C.Melo/Sisco eram empregados da Hidroservice, mas eles não foram legalmente transferidos para a J.C.Melo/Sisco, a Hidroservice pagava os seus salarios e multiplicava-os por 4,5 isso faturando contra a J.C. Melo/Sisco como "servicos prestados", endividando-a inclusive obviamente diminuindo o valor dos meus 40%. A mesma "tecnica" acontecia com outras compras da empresa, com os anuncios decididos exclusivamente pelo Sr. Maksoud na sua propria revista Visão e nas varias obras executadas sempre pela empresa construtora do seu irmao.

Preocupado com tudo isso e indeciso diante de uma decisão que seria fundamental, eu sai de ferias (alias, a primeira da minha vida) e propositadamente me isolei do eixo Rio Janeiro x São Paulo para pensar com mais tranquilidade sobre o que deveria fazer.

2. Cronologia da "tomada" - Durante

Duas semanas depois eu voltei das ferias, ja preparado para um encontro com o Sr. Maksoud, e fui direto ao meu gabinete. Ao nele chegar, minha secretaria assustou-se e disse: O Sr. não sabe?

"O Sr. Maksoud tirou o senhor da Diretoria e deixou um recado de que quando o senhor chegasse fosse falar com ele". O que fiz.

Então ele me disse "Nada tenho contra voce. Mas voce esta tomando muitas decisões e não deixando os Diretores agirem. Tanto não tenho nada contra que voce sera o chefe do Departamento de Computação da Hidroservice" (sic). E chamou sua secretaria ordenando-lhe conseguir uma sala para mim.

Uma acusação totalmente ficticia, pois as decisões

mais importantes eu so as tomava numa reunião da Diretoria, das quais ele nunca participava pois tomava decisões completamente a minha (a nossa) revelia.

Mas eu o interrompi dizendo-lhe: "Sr. Maksoud, eu ainda não aceitei, preciso de um tempo para pensar" (sic).

E sai, voltando dias depois e dizendo-lhe um "nao".

Veja no anexo C03-f a carta que enviei ao Sr. Maksoud em 28 Feereiro de 1980, a qual ele não respondeu.

3. Cronologia da "Tomada" - Apos

Poucos anos depois, como eu tinha convicção de que isso aconteceria com a minha saida, a Sisco do Sr. Maksoud simplesmente morreu. Não por meus profundos e maravilhos conhecimentos da tecnologia da informatica portanto unico, mas sim porque o Sr. Maksoud demonstrava, nas suas decisões, um grande desconhecimento do assunto, como por exemplo trazer Mr. Drees para substituir-me, um diretor de chão de fabrica de eletronica. Na cabeca dele, isso seria o suficiente para fabricar computadores. O proprio Mr. Drees extranhava o que estava acontecendo, a ponto de, preocupado com a sua vinda para o Brasil, um dia me perguntar qual era a minha posição. Ele era corretissimo comigo, mas não entendia a minha "posição" e isso o preocupava ou seja o perigo por não saber exatamente o que estava acontecendo diante do grande risco de ter vindo para o Brasil com toda a sua familia.

a. Nessa epoca um jornalista me procurou (eles frequentemente me procuravam por causa dos sucessivos sucessos da J.C.Melo e J.C. Melo/Sisco) e então me fez uma pergunta subita "Agora, o que o Sr. pensa do Sr. Maksoud?" e eu, naqueles momentos de muitos estresses respondi tambem subitamente "E um gangster dos tempos modernos". O que reconheco ter sido errado, o que obviamente explica porem não justifica.

b. E então ele ordenou ao seu servico juridico entrar com tres processos contra mim, por calunia, injuria e difamação, portanto fechando as portas para quaisquer discussões entre nos.

c. E durante um ano com eu ja fora da empresa, fez 5 aumentos de capital na Sisco, todos eles investimentos ficticios com a unica finalidade de diminuir o valor dos meus 40% no capital votante da empresa pois eu não poderia acompanhar esses "aumentos" de capital. No fim desse um ano, fiquei sabendo que numa Vara judicial eu possuia 0,5% do

Anexo C03-f

São Paulo, 29 de Fevereiro de 1980

Pagina 148
Anexo 1.2.A02

Ao
Dr. Henry Maksoud
São Paulo - SP

Dr. Maksoud-

Pensei bastante nestes últimos dias e, infelizmente, não encontro uma solução aceitável para o seu ato de violência tirando-me da SISCO.

Durante esses 2 anos , fui-lhe honesto e leal, e pela SISCO e seus objetivos e cheguei ao ponto de aceitar seus continuados atos de violência e pressão, o que não é o meu feitio.

Seu último ato, entretanto afastou-me da empresa à qual tudo dei , tomando essa decisão durante as minhas férias, humilhando-me, entregando todas as minhas funções a um estrangeiro desconhecido,foi ' demais, e também impede que eu aceite a sua oferta de um emprego junto à Hidroservice ou outra empresa o que é um assunto menor .

Ofereço-lhe, portanto minhas ações da SISCO, pela razoável quantia de cr$ 25 milhoẽs, um só pagamento. Digo razoável porquanto a SISCO tem um backlog de cr$ 750 milhões somente para 1980. E mesmo que isso não existisse, bastaria o valor das autorizações da CAPRE, estimados por baixo em cr$ 500 milhões preço de mercado.Porisso, e pela óbvia pressa que tenho em resolver o assunto, é que faço-lhe uma oferta aceitável e que não admite discussões. Dito -o que não aceito contra-ofertas.

Naturalmente, além dos cr$ 25 milhões acima eu quero também a quitação da promissória que assinei.

Esta oferta tem a validade de uma semana somente, pois sou um homem público e tenho que dar uma explicação pública, que óbviamente é urgente. E só posso dá-la após a sua resposta como o Sr. compreenderá. A urgencia da sua resposta é resultante <u>do seu próprio ato</u> , pois começo a ser inquirido e tenho que dar respostas.

Também sugiro-lhe não mais realizar pressões nem atos de violencia contra mim, afim de que eu não seja obrigado a dar respostas. Não quero batalhas nem guerras. O simples fato de que, que após tudo o que sofri ainda estou fazendo-lhe uma oferta razoável para a solução do nosso problema, é bem uma prova de que estou agindo no sentido de uma solução pacífica.

Como é obvio ( e isto não é uma pressão ou uma ameaça) após ' aquela período e na impossibilidade do acordo, serei obrigado, a contragosto, a defender o meus interesses.

Atenciosamente,

J.C. Melo

novo capital, depositados e a minha disposição. Ele conseguiu uma maneira juridica de "comprar prioritariamente" esses 0,5% e judicialmente depositou o seu proposital baixo valor num banco, uns 500,00 da moeda de entao. Eu, que fundei a empresa e dela tinha 100%, perdi tudo. A "tomada" foi assim.

d. Ela não conseguiu mais fabricar o MB-8000, sendo obrigado a comprar/importar os similares NOVA-3 a partir da minha saida. Como eu narrei anteriormente.

e. O Sr. Maksoud conseguiu vender o nome "Sisco" para a grande empresa norte-americana de software CISCO, que viria operar no Brasil, por US$ 300,000.00. O advogado da CISCO me consultou, mas eu lhe informei que o nome SISCO havia sido escolhido e registrado pelo Sr. Maksoud e não por mim, e que eu não havia sido informado sobre como esse registro teria sido feito.

f. Para sobreviver, a Sisco passou a ser uma simples vendedora de produtos da area, como as impressoras Epson, etc.

g. Cerrou as suas portas deixando de pagar as indenizações trabalhistas aos seus empregados, do que resultaram centenas de processos trabalhistas contra o Sr. Maksoud.

h. Parou com a periodica e imprescindivel assistencia tecnica aos muitos compradores dos seus computadores, deixando-os na dificel posição de "se virar" com os computadores sem as suas pecas sobressalentes e os seus imperiosos updates e upgrades quer em software quer em hardware.

E a fechou, esse foi o triste destino da que foi a maior industria BRASILEIRA de computadores medios em todos os tempos. Ate hoje nenhuma industria a substituiu.

Veja no anexo C03-g carta enviada ao Governo em 18 Agosto 1982, na qual eu perguntava porque ele estava ajudando o Sr. Maksoud a encontrar um comprador para a J.C. Melo/Sisco e extranhava a sua interferencia uma vez que eu era o proprietario das permissões para fabricação de seus computadores. Essa solicitação ficou sem resposta. Porem eles não tiveram exito exatamente por causa desses problemas das propriedades desses direitos (sobre os quais o Sr. Maksoud não deve te-los mencionados) pois eventuais compradores evidentemente consultaram seus advogados, como foi do meu conhecimento pois eu fui consultado por dois deles.

O grande erro do Sr. Maksoud ao "tomar" a minha

## Anexo C03-g

JOÃO CARLOS MELO, brasileiro, maior, industrial, com endereço provisorio à Rua do Riachuelo 97, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, vem expôr a Vossa Excelencia o que se segue:

1. Chegou ao seu conhecimento que o individuo Henry Maksoud estaria, com a ajuda e o apôio desse CONSELHO, procurando comprador para a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com séde na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. Que extranha a interferencia desse CONSELHO, pois considera, conforme documentos em seu poder, a referida empresa de sua propriedade, e alem disso toda a comunidade de informatica sabe, por ter sido amplamente noticiado pela imprensa escrita, que a sua propriedade será contestada em Juizo no momento oportuno.

3. Que se essa propriedade lhe foi tomada provisoriamente com a ajuda desse CONSELHO, o que aliás constitue crime previsto em Lei, isso não invalida os documentos em seu poder nem anula os seus direitos de, como ocorrerá, pleiteiar em Juizo uma decisão saneadora e a punição dos responsaveis.

4. Que adverte a essa CONSELHO de que a concordancia e/ou aval politico e/ou ajuda do Governo Federal através desse órgão de assessoramento do Exmo Sr. Presidente da Republica, constituirão ilicitos penais e contra eles ingressará em Juizo, se e quando ocorrerem.

5. Finaliza extranhando que esse CONSELHO promova a referida venda de uma empresa que toda a comunidade de informatica sabe estar, no minimo, com sua propriedade questionada, induzindo eventuais compradores a um êrro de avaliação e consequentemente promovendo uma operação ilícita.

Certo da compreensão de Vossa Excelencia,

Respeitosamente,

João Carlos Melo

Rio Janeiro, 18 Agosto 1982

empresa foi que ele não tinha (e ignorava isso) quaisquer experiencias sobre como deveria ser dirigida uma "industria de software e hardware", alem disso era um presidente extremamente antipatico e tomando decisões psicologicamente inaceitaveis tansformando empregados em futuros desistentes. Por isso, quando ele a "tomou" eu declarei que isso significaria o fechamento da empresa alguns anos apos, como de fato ocorreu e de maneira vergonhosa, sem conseguir fabricar computadores, sem pagar os direitos trabalhistas dos empregados, vendendo perifericos para "se sustentar", com empregados decepcionados com esse impensavel futuro da historica J.C. Melo.

Uma das principais coisas para uma industria desse tipo (repito, desse tipo) é o imprescindivel GRANDE entusiasmo dos seus empregados, e todos os empregados da J.C. Melo/Sisco eram seus grandes entusiastas. Era uma missao conjunta, essa ideia "maluca" de fazer uma real fabrica BRASILEIRA de computadores. Um jornal japones chegou a publicar uma reportagem sobre essa "impossibilidade", de pagina inteira.

Antes da "tomada" da empresa, eu recebi um telefonema da filial de Brasilia informando que o Governo havia finalmente aprovado a fabricação do computador medio MC-9700. Primeiro e unico medio brasileiro, e o proximo, uns 4 anos apos, certamente seria um grande 360 no seu nivel inicial. Obrigatoriamente chamei um diretor e lhe disse: "Mande comprar champagne e reuna todo o pessoal no patio da fabrica as 17 horas".(sic) E nessa reunião vimos o enorme entusiasmo de todos. Isso observei ate nas montadoras do chão de fabrica. Todos demonstravam orgulho e entusiasmo por estarem ajudando e principalmente participando daquele momento historico. NESSA COISA IMPENSAVEL PARA UM PAIS COMO O TERCEIRO MUNDISTA BRASIL. Leia no capitulo CAP16 deste book 2, essa aprovação não foi um beneficio para a J.C. MELO/Sisco como parece, pois tinha outro objetivo.

Numa industria de hardware e software, voce obrigatoriamente precisa entusiasmar todos os seus participantes, foi o que fez Steve Jobs na Dell, Bill Gates na Microsoft e os garotos Larry Page e Sergey Brin no Google. Hoje, qualquer empresa da Bay Area (Vale do Silicon) sabe dessa necessidade absoluta. Em todas as startups que surgem voce encontra esse tipo de empresarios-tecnicos, gente que chora quando algo não da certo e não por eventuais prejuizos financeiros.

Para entender e dirigir uma dessas empresas voce precisa ter um enorme amor pelas duas tecnologias envolvidas e as suas interacoes, e entender

profundamente como devera ser a direção da empresa. Não se trata de uma empresa a qual voce somente aplica suas "boas" tecnicas gerenciais e experiencias de direção e o resto naturalmente acontecera. Ou que paga os salarios dos empregados e nada mais precisa fazer no sentido deles serem co-participantes. Se voce dirigir uma industria de hardware e software sem esse entusiasmo, ela não durara muito.

E quando o Sr. Maksoud "tomou" a minha empresa, assumiu um Presidente absolutamente nada conhecedor das principais caracteristicas desses empresas e da imperiosa necessidade de ligar os seus motores "orgulho" e "entusiasmo". Alem da sua personalidade irrascivel, radical, desestimulante.

Era natural esperar o seu fracasso apos algum tempo.

Fechar a J.C. Melo/Sisco apos algum tempo, foi isso que os comandantes governamentais da PNI finalmente conseguiram ao me devolverem (manu militare e pelos Correios) a minha petição ao Governo, com todas as suas 300 paginas (originais) autenticadas e cada uma rubricada/carimbada, e com o implicito recado "E isso que fazemos com a sua petição". Uma decisão manu militare, acima das Leis.

Me "tomaram" US$ 25 milhoes, porem ironicamente eles fecharam a unica fabrica BRASILEIRA de computadores que, por seus resultados e pelo exemplo, poderia ter salvo a PNI do Governo, mesmo apesar da J.C. MELO/Sisco não ter sido por ele criada, muito pelo contrario.

Veja o anexo C03-h, uma entrevista em varias paginas ao Data News sobre todos esses acontecimentos.

Fora da enorme perda das Forcas Armadas, pois a J.C. MELO/Sisco possuia toda a estrutura necessaria (uma industria de hardware e software) para projetar e fabricar quaisquer das suas necessidades, dentro das Teoria Geral de Controle e programações em tempo real. Sem isso ter custado um centavo as Forças Armadas, o que hoje não existe obrigando-as a, no futuro, enfrentarem uma imperiosa nova PNI da estaca zero. Sim, uma nova PNI, pois para elas não se trata de somente criar forças-tarefas para as suas necessidades, visceralmente elas precisam de industrias de hardware e software. Sem elas, mesmo as suas forças-tarefas nada conseguirao.

Veja no anexo C03-i uma entrevista por mim dada ao periodico Data News sob o titulo "Carta aos empregados da Sisco", resumindo esses acontecimentos.

Anexo C03-h

Para Melo, o maior problema da Sisco é a divergência de comando: muitas ordens vinham de diretores da Hidroservice, desautorizando sua palavra. Além disso, nenhum plano financeiro até hoje foi aprovado para a Sisco.

# Melo quer Cr$25 milhões pelos 40 % da Sisco

**— Por que e em que circunstâncias você saiu da Sisco?**

— Eu viajei em férias e nos dias 18 (isso eu só soube na minha volta) e 21 de janeiro, Maksoud soltou as circulares de números 24 e 25 onde estavam a criação de um novo cargo de diretor-geral de produção, cujas atribuições, eram em linha geral as minhas como diretor de tecnologia. Quer dizer criaram um novo cargo com nome diferente, mas com as mesmas atribuições. Eu só vim a saber disso quando voltei de férias no dia . de fevereiro. Todas as funções como desenvolvimento técnico e tecnológico, a elaboração de programas de fabricação, controle de qualidade, programas de treinamento de pessoal, especialização de pessoal, testes, integração, etc. Na circular do dia 25, assinada pelo filho dele, nomeava o Sr. Charles Michael Drees Jr. como diretor-geral da empresa. Ele é americano da Univac e da Varian, estava há cerca de uma uma semana na empresa, e transformou-se no maior executivo da Sisco, fazendo reuniões e tomando decisões. Isto foi o que encontrei no dia 11 de fevereiro, quando fui falar com Maksoud à tarde e pedi-lhe explicações pelas duas circulares e pelo novo diretor. Ele respondeu que era assim mesmo e que eu não voltasse mais para a Sisco. Disse inclusive que ia me arrumar uma sala naquele dia mesmo na Hidroservice e que eu não voltasse mais para a Sisco. Eu perguntei porque esta violência e ele respondeu que não tinha nenhuma restrição do ponto de vista moral, técnico, lealdade e honestidade. Apenas que eu tomava muitas decisões e não deixava o pessoal trabalhar. Disse que o americano era muito experiente e que está agora fazendo muitas reuniões, e deixando o pessoal trabalhar. Eu perguntei então qual seria o meu cargo na Hidroservice e ele respondeu que iria criar uma espécie de diretoria de Informática do Grupo para mim. E quais seriam as atribuições deste cargo? — perguntei. Não sei, não sei em que você pode contribuir, respondeu. Bom, falei, então o senhor está criando um cargo para mim. Eu não preciso de cargo, Dr. Maksoud, portanto, eu não venho para a Hidroservice nem aceito seu cargo. Mas de qualquer maneira eu preciso de um certo tempo para pensar e lhe dar uma resposta. No dia 29 de fevereiro, (nesse ínterim eu ia à empresa meia hora por dia e não participava de coisa nenhuma) eu mandei duas cartas à Sisco: uma à diretoria dizendo que eu havia sido afastado da direção da empresa, cargo empregatício que exercia desde 1977, conforme acordo assinado entre as duas partes. E o outro, relativo a meus 40% da Sisco. Diante do ato de violência eu fiz uma oferta ao Maksoud de 25 milhões de cruzeiros pela minha participação acionária. Nesta altura dos acontecimentos - eu não queria mais acordo para ficar na Sisco, me convidando ou não. Eu achei razoável a quantia porque eu tenho backlogging, que são as vendas, de 750 milhões em 80, dos quais quase 300 milhões já faturados. E dei o prazo de uma semana, que findou hoje — dia 7 de março, sexta-feira. Ele não se manifestou, como eu previa. Maksoud é muito orgulhoso e agora estou tomando as providências necessárias para proteger meus interesses.

**— Como foi o contrato firmado com a Hidroservice quando da criação da Sisco?**

— Bom não é bem um contrato. Trata-se de um acordo, com 20 a 30 cláusulas, das quais muitas não foram cumpridas. Uma delas é que eu seria o vice-presidente da empresa em qualquer circunstâncias. No início eu fui de direito mas não de fato, porque existiam outras linhas de força além da minha. Haviam várias pessoas da Hidroservice que causavam uma série de problemas paralelos às linhas de poder legal. Nenhuma empresa pode funcionar desta maneira. Em abril ou maio ele propôs que eu ficasse com uma coordenação dos outros três diretores. Essa coordenação nunca funcionou na realidade. Com relação à tecnologia — até então de minha propriedade — fazia parte deste acordo. Ela agora pertence à Sisco, e não ao Maksoud. Agora ele me despediu da firma, o que não podia

ter feito, já que no acordo também constava a contratação como diretor-técnico da empresa, uma relação simples e empregatícia. E na verdade até hoje não recebi nenhum dos direitos a que tem um trabalhador como fundo de garantia, 13º salário, férias, etc. Eu poderia argüir judicialmente a não validade do acordo por falta de cumprimento de determinados itens, como a minha saída da vice-presidência. Podem ser tomada várias providências: ação trabalhista, cível, inclusive ação criminal por violências e pressões.

**Como foi a reação dos seus colegas de trabalho?**

— Foi a melhor possível. Existe uma unanimidade ao meu favor na Sisco. As pessoas estão telefonando e dizendo não haver vozes discordantes. Todos concordam com a violência inexplicável feita contra mim. Mandei uma carta de despedida ao pessoal, datada de 29 de fevereiro onde explico os motivos e me despeço pessoalmente de cada um. Na mesma semana eles fizeram uma circular interna e reservada assinada por cinco diretores: Dr. Aldo, Dr. Roberto Maksoud, Dr. Faria Lima, Dr. Damasceno e Dr. Maeda. E essa carta dizia que a minha correspondência não era verdadeira porque eu estava saindo da empresa por livre e espontânea vontade. Portanto tentaram interna e externamente mudar uma decisão violenta tomada por Dr. Maksoud. Estou mandando na próxima semana uma circular que reexplicará os fatos (publicado na íntegra, na outra página).

**— Nós entramos em contato com a diretoria da Sisco e eles nos informaram que o Sr. teria se retirado da firma por livre espontânea vontade e nada mais quiseram acrescentar. O que o senhor acha disso?**

— Isso é impossível. Primeiro que saí de férias e tinha um diretor estrangeiro e desconhecido no meu lugar, por portaria da direção, fazendo todas as coisas que eram minha atribuição. Depois, ninguém pode acreditar que eu, fundador da Sisco, desde o início, tendo lutado esse tempo todo, chegando lá às sete da manhã e saindo 10 horas da noite diariamente, dando meu sangue para a empresa, largue tudo e vá embora.

**— O senhor acredita numa disposição prévia contra a sua pessoa na Sisco?**

— Eu acho que sim. Estou me convencendo que não foi uma decisão circunstancial. Foi pensada e já devia vir sendo providenciada há muito tempo. Eu sempre protestei lá dentro. Porque acho que deve haver o respeito a um organograma. As linhas de poder devem ser aquelas do organograma ou então mude-se as linhas de poder. Na Hidroservice nós tínhamos gerentes e engenheiros mais importantes que diretores, envolvidos diretamente com a diretoria da Hidroservice. Era muito comum eu dar uma ordem e não ser cumprida ou haver duas ou três ordens em paralelo. O que existe na Sisco é que já foram feitos uns cinco ou seis planos financeiros, que envolveram toda a companhia em todas as suas necessidades para os próximos 12 meses. E nenhum desses planos foram aprovados. Ora, nenhuma firma com o porte da Sisco pode operar sem um plano. Havia queixas, por exemplo da necessidade de uma filial em Brasília, mas [illegible] operava por espasmos da direção superior. Ordens contraditórias que causavam inclusive instabilidade no pessoal da empresa.

**— Mas o senhor não acha estranho, que tendo desenvolvido os equipamentos, e fundado a Sisco, agora não seja mais necessário na empresa?**

— Olha eu só posso pensar que o como Dr. Maksoud não teve nenhum sócio na vida dele, eu fui uma aberração. Acho inclusive que não é nem uma questão de dinheiro. É questão de poder. Ele me deu muitas ordens absurdas, e uma delas que eu não desse entrevistas. Eu sempre relevei não por meu temperamento, mas tudo pela Sisco. Portanto acho que isso pode ter sido um golpe preparado inclusive com a contratação prévia do Dr. Michael Drees. Esta é a primeira hipótese. A segunda hipótese — admitindo-se a boa fé do Dr. Maksoud — é que ele tomou uma atitude na qual acredita. Como ele não vai na Sisco — só vi Dr. Maksoud na Sisco umas 4 ou 6 vezes durante este tempo — talvez tenham sido levadas a ele interesses de gerentes e diretores querendo tomar posições lá dentro. A terceira hipótese e que não pode ser descartada é a estranha interferência do Michael Dress. Como é que um homem totalmente desconhecido, chega aqui e assume a direção geral da empresa? Mas não com uma submissão aos outros diretores e ao próprio Maksoud. Assumiu dando ordens violentas, como se estivesse muito bem apoiado por alguém.

**— O que você pretende fazer agora?**

— Bom eu já abri o meu escritório. Estou criando a J.C. Melo Informática Ltda. que se dedicará à fabricação de equipamentos. A linha ainda está sendo analisada. Não sei nem ainda se farei isto sozinho. Em princípio ficarei somente com periféricos para depois entrar na faixa de CPU. O meu projeto sendo nacional, não terá problemas e já conto com investimentos e interesses de grupos."

**Quais as providências que agora pretende adotar?**

**Melo** — Eu resolvi, aconselhado por alguns amigos, fazer uma representação ao general Venturini, ministro chefe do Gabinete Militar, conseqüentemente maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada. Nela tento provar que a interveniência da SEI é uma condição sine qua non para evitar o fechamento da Sisco. O acordo original feito com a Hidroservice não foi cumprido em vários itens, conseqüentemente eu poderia pedir a liquidação da Sisco baseado no não cumprimento do acordo, o que colocaria a SEI numa condição bastante peculiar. Se a Sisco fosse dissolvida voltaria a funcionar a JC Melo Computadores Ltda, que é a dona da tecnologia e também da maioria dos termos de compromisso firmados com a SEI. Ora, isso prova que as coisas não são tão simples como aparentam. Não se trata de um caso administrativo, uma vez que uma das partes tem o poder de fechar a Sisco se assim o desejar. Para evitar isso, cujas conseqüências seriam as piores possíveis em todos os aspectos, não só para a comunidade de processamento de dados como o próprio modelo da antiga Capre, agora SEI, como também para as áreas de Segurança Nacional, a quem a Sisco interessa (isso tem sido manifestado de várias maneiras), eu peço a interferência do general Venturini não no sentido de que a SEI interfira diretamente no problema, uma vez que ela não pode intervir do ponto de vista legal, mas que seja um elemento conciliador nas discussões que, queira ou não a Hidroservice, vão ter que ser feitas. Essa é a principal finalidade da representação. Se eu porventura não conseguir essa interveniência terei que tomar providências drásticas, a contragosto, e fechar a Sisco.

**A representação pede uma reconsideração por parte de Maksoud e sua conseqüente volta à Sisco?**

**Melo** — Não, eu não admito essa hipótese. Primeiro porque é um fato notório que no mínimo há um ano eu estava desgostoso com uma série de coisas que estavam acontecendo na Sisco. Mas sempre pensando que havia possibilidade de uma reviravolta e que o Dr. Maksoud se convencesse de que as coisas não poderiam continuar assim. Por hipótese, se o Dr. Maksoud pedisse a minha volta à Sisco, o que não acredito, mesmo assim não voltaria, pois tenho certeza que ele não aceitaria a primeira das condições para minha volta. Ou seja, uma independência da diretoria da Sisco. Acho muito difícil a minha volta à Sisco.

**Comenta-se que estaria sendo preparado um plano dentro da Sisco para desvalorizar os valores das ações que você possui. Isso é real?**

**Melo** — Estariam preparando um aumento de capital da Sisco, uma vez que foram criadas grandes dívidas da Sisco com a Hidroservice, isso em consultoria, e grandes dívidas da Sisco com o grupo Visão em publicidade. Ambas as despesas não foram autorizadas por mim, pois foram tomadas pelo próprio Dr. Maksoud. Para dar um exemplo, um engenheiro da Hidroservice custava à Sisco 500 mil cruzeiros por mês e nós poderíamos contratá-lo por cem mil cruzeiros por mês, uma vez que ele já trabalhava há dois anos e meio na Sisco e a Hidroservice faturava 500 mil cruzeiros por mês em cima. Então poderá ser discutido na Justiça esse aumento de capital para pagar a dívida com o Grupo Hidroservice e Visão em primeiro lugar. Em segundo lugar, isso não muda em nenhum centavo o que eu acho que valem as minhas ações. Se eu acho que minhas ações valem 25 milhões e se ele baixar minha participação em 5% na Sisco, eu continuo a dizer que elas têm o mesmo valor.

**Como vê a afirmação do secretário especial de Informática de que ele não interviria na questão Sisco?**

**Melo** — Eu já fiz ver ao Dr. Gennari que a colocação dele deve ter sido baseada em desinformação, pois se a Sisco fechar — e eu quero lembrar que há 90% de possibilidade disso acontecer —, os únicos prejudicados serão os usuários da Sisco e aqueles que já assinaram contrato com a empresa, o que atinge a 50 usuários de sistemas, de acordo com a última relação que tenho, pouco antes da minha saída. A SEI não poderia dizer em hipótese nenhuma que não tem nada com o assunto. Se nós considerarmos que das cinco empresas, só duas estão nos maiores níveis de nacionalização, ou seja, a Sisco e a Cobra, o fechamento de uma empresa que atingiu os índices de nacionalização da Sisco será um problema muito grave que atingirá não a mim ou a Hidroservice, mas principalmente ao modelo governamental e os usuários. Repercussões junto a clientes de outras empresas não serão muito positivas. Haverá uma perda na credibilidade da indústria nacional do setor, Tudo isso, e outras coisas equivalentes indicam que a SEI deverá intervir, não do ponto de vista legal, ou do lado A ou B, tomar decisão C ou D. O importante é que o problema existe, é real, e

então tem que ser enfrentado. Eu estou disposto a participar dessa mesa para discussão dos problemas. A outra parte não está disposta a discutir. Se essa situação persistir eu não vejo outra alternativa que não seja o fechamento da Sisco.

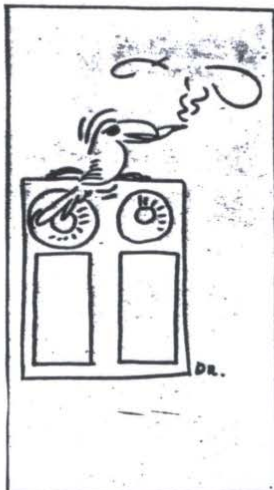
**Após a sua saída, comenta-se que a Sisco estaria importando equipamento pronto da Data General. Isso é real?**

**Melo** — Exatamente. Ao dar o golpe, o Dr. Maksoud mal informado como sempre a respeito da Sisco, não sabia que eu mantinha e mantenho ainda o controle técnico da empresa. Dito de outra maneira, era eu que com a experiência no gerenciamento de um grupo técnico fazia os equipamentos funcionarem. E aconteceu o que eu previ. O elemento substituto, por falta de algumas condições, não conseguiu que os equipamentos funcionassem e o Dr. Maksoud viu-se na contingência de chamar o signatário para resolver os problemas, com o pressuposto de um acordo que ele não queria nem quer. Não o fez, pois encontrou uma solução mais fácil. Enquanto eu redigia uma representação à SEI, essa que eu cheguei à conclusão que não deveria enviar por causa do pré-julgamento do Dr. Gennari, em paralelo o Dr. José Roberto Faria Lima foi a Brasília falar com o Dr. Gennari e dele conseguiu a permissão para importar computadores prontos, numa decisão ilegal e amoral. Aparentemente o Dr. Maksoud resolveu o seu problema, mas no futuro quando do recebimento dos computadores prontos, também isso não acontecerá, pois os problemas persistirão. Os problemas não são equipamentos e sim estruturas técnicas da empresa, que é também o que contribuirá cada vez mais para o descrédito da empresa se decisões bastantes urgentes não forem tomadas. Entre essas decisões, e já há mais de 8 meses eu tentava convencer o Dr. Maksoud disso, eu queria a admissão de aproximadamente dez engenheiros especialistas na linha de equipamentos que a Sisco fabricava. A razão disso é que a formação de um técnico específico de computador, admitindo que esse técnico seja bom, não demora mais do que 3 a 4 anos. Isso é uma síndrome. Apesar da Sisco ter elementos muitos bons que foram admitidos até agora, a formação deles ocorreria num prazo bem superior para resolver o problema da estrutura técnica da empresa. Há oito meses atrás foi que levei o problema para o Dr. Maksoud e disse que aproximadamente em 15 de dezembro começaríamos a ter problemas de natureza técnica. Durante esse tempo todo, outros diretores da Sisco, e não só eu, tentávamos convencer o Dr. Maksoud a trazer esses elementos. Viriam aqui, ficariam um ou dois anos nessa fase transitória na criação da estrutura técnica e depois voltariam a seus países.

**Existiam problemas de reclamação de usuário quanto ao suporte?**

**Melo** — É o mesmo problema. Enquadra-se na falta de estrutura técnica. Esses elementos que pretendia contratar seriam para integração, depuração, produção e para a área de suporte de manutenção. Eram dez os elementos a serem contratados. Seriam especialistas na linha Nova da Data General, possivelmente ex-funcionários dessa empresa e da linha PDP-8 da Digital. Eles contribuiriam também para a formação dos excelentes técnicos que a Sisco,

Segue



tem. Era um problema só de aprendizado. Uma síndrome. É uma síndrome que permanece. Então a cada equipamento que a Sisco instala o problema se agrava.

**Está também havendo falta de recursos financeiros?**

**Melo** — Isso existia na minha época. Chegava a haver falta de recursos para liberar insumos que ficavam na alfândega 30 dias por não se ter cem a duzentos mil cruzeiros para a liberação. Até a minha saída isso ocorreu com muita freqüência. Havia prioridades em outras áreas como Hidroservice e o hotel que estava sendo construído naquela época. Ouvi falar que após a minha saída esse problema não iria permanecer.

**Você sabia que seria substituído pelo novo diretor norte-americano?**

**Melo** — Eu sabia que viria um técnico norte-americano para ocupar funções técnicas na empresa e não com o cargo de diretor. Ele foi escolhido pelo Dr. Maksoud. Admitindo que o sr. Michael Dreess seja um excelente técnico, ainda assim é estranho uma pessoa completamente desconhecida vir e assumir poucos dias após sua chegada a direção da empresa. Nenhum empresário faria isso.

**Você acredita que isso caracterizou um golpe que já vinha sendo preparado com antecedência?**

**Melo** — Existe um dado interessante. Toda a diretoria da Sisco quando soube que viria esse americano foi contra. O próprio Dr. Mário Cararessi e o Dr. Faria Lima disseram ao Dr. Maksoud que esse técnico era absolutamente desnecessário. Mesmo assim o Dr. Maksoud o trouxe. Eu disse a ele que precisávamos de 10 engenheiros e não um diretor de produção. Mesmo porque temos um diretor de produção com 20 e poucos anos de experiência na produção de equipamentos eletrônicos profissionais no Brasil, que é o Dr. Damaceno. O Dr. Maksoud devería confiar mais, vamos dizer, nos seus índios, em vez de trazer um americano e lhe dar da noite para o dia, para supresa de todos, a direção geral da empresa. Empresarialmente isso não se faz.

**Após sua saida você sofreu algum tipo de pressão?**

**Melo** — Estou sofrendo pressões ridículas, com ameaças telefônicas de que eu posso ser assaltado, o que não levo muito em consideração, pois não acredito que isso aconteça. Acho que é uma maneira mais de me enervar do que uma intenção de fazê-lo mesmo. Mas de qualquer maneira já comuniquei isso ao governo estadual e federal. De qualquer modo, depois dessas comunicações as pressões cessaram. Apenas outros tipos de pressão estão sendo feitas, como recado de terceiros.

**Caso não haja uma solução amigável você pretende entrar com uma ação judicial?**

**Melo** — São duas coisas distintas. Primeiro, o que eu vou fazer com a Sisco; e segundo, como um acordo não foi cumprido e naturalmente envolve um prejuízo, cabe uma ação contra a parte que quebrou o acordo. Até ação trabalhista é possível, pois um dos itens do acordo não cumprido é que eu teria um cargo trabalhista remunerado na empresa e isso não ocorreu. Acredito que se não houver um acordo isso resultará em cinco ou seis ações diferentes.


Melo: botaram um americano no meu lugar.

# Carta aos empregados da Sisco

*São Paulo, 10 março 1980*

*Meus amigos da SISCO*

*No dia 29 de fevereiro eu fiz uma Carta-Circular despedindo-me de vocês e informei que o fazia porquanto o Dr. Maksoud, numa decisão unilateral, tirou-me da Diretoria da Sisco.*

*Posteriormente soube por vocês que eles distribuíram (não a todos, mas a alguns escolhidos) outra Carta-Circular, tentando criar dúvidas, pois afirmavam que eu saí porque quis. Tenho xerox dessa Carta-Circular, se houver dúvidas. Como se alguém fosse ingênuo ao ponto de acreditar que eu, o fundador da empresa, o seu dono, o principal interessado no seu sucesso, fosse abandoná-la por livre e espontânea e voluntária vontade...*

*Fiel ao princípio que estabeleci quando saí da Sisco, de responder violência com a violência e as pressões com pressões, sou obrigado a remeter-lhes esta carta-circular, narrando o verdadeiramente acontecido para conhecimento de todos vocês.*

*Como é sabido em meados de janeiro eu entrei em férias e viajei. Como é sabido, poucos dias após, em 18 de janeiro, através de duas Circulares o Dr. Maksoud colocou o norte-americano Mike Drees, um total desconhecido, no meu lugar (só vim a saber disso na minha volta), e embora criada uma nova Diretoria Geral para ele, essa Diretoria Geral englobava todas as funções da minha Diretoria Geral (desenvolvimento, engenharia de produto, produção, treinamento, etc). Se houver dúvidas, tenho xerox dessas duas Circulares, assinadas por Roberto Maksoud.*

*Voltei no dia 11 de fevereiro, e de surpresa encontrei, como é do conhecimento geral, o fato consumado das duas Circulares e o norte-americano Mike Drees como o principal executivo da empresa, reuniões sendo presididas por ele, tomando decisões, etc. Vocês todos são testemunhas disso.*

*Diante disso (um outro no meu lugar, em todos os sentidos) fui falar com o Dr. Maksoud, no mesmo dia 11 de fevereiro à tarde.*

*não voltasse mais para a Sisco (sic). Queria até arranjar-me uma sala na Hidroservice naquela mesma tarde, o que não concordei.*

*Explicou-me o Dr. Maksoud, então, que não tinha dado um golpe (sic), que nada tinha contra mim nos aspectos de honestidade e lealdade e capacidade técnica (sic) mas que eu não deixava vocês trabalharem (sic) e porisso ele tomou a decisão. Como vocês próprios sabem, uma desculpa inverídica para um golpe injustificável dado na minha ausência.*

*E ofereceu-me uma espécie de cargo a ser criado para mim, de Diretor de Informática do Grupo Hidroservice (sic), que queria que eu trabalhasse com ele (sic), e que deixasse a Sisco (sic) e que não mais participasse de reuniões na Sisco (sic).*

*Não acreditando no que estava ouvindo (tudo parecia um sonho absurdo) pedí-lhe tempo para pensar e, no dia 29 de fevereiro, portanto 18 dias após, escreví-lhe uma carta com os seguintes tópicos: — Não podia compreender o ato de extrema violência dele; — Fui-lhe honesto e fiel, e não merecia isso., — Oferecia minhas ações da Sisco (40%) pela razoável quantia de Cr$ 25 milhões, extremamente razoável porque a backlog da Sisco para 1980 é de Cr$ 750 milhões, — Não cometesse mais atos de violência ou pressões contra mim, pois eu responderia à altura, — Que a oferta tinha a validade de uma semana somente.*

*Como eu previa, ele não interessou-se em resolver o problema, e desaproveitou a semana com pressões menores. Considero-me, agora, livre para defender meus interesses da maneira que achar conveniente.*

*Isso era o que desejava explicar-lhes, afim de que todos compreendam a tôla mentira que abandonei a Sisco.*

*Nesta oportunidade, desejo agradecer todos os telefonemas de apoio moral que recebí de vocês, e é para mim uma grande satisfação saber que toda a Sisco, em peso, está do meu lado, com exceção de meia dúzia de empregados do Dr. Maksoud. A saída da Sisco, emocionalmente, para mim, foi muito difícil, e o fato de vocês estarem em peso ao meu lado, vocês que construíram essa empresa-padrão comigo, é uma*

EMS

[illegible]

A realidade da propriedade da J.C. Melo/Sisco:

Cabe aqui um esclarecimento importante sobre essa petição de 300 paginas. O Sr.Maksoud era o proprietario (por ter 60%) da J.C. MELO/Sisco, porem eu era o dono dos direitos de fabricação de muitos produtos, e foi exatamente essa declaração que eu requeri a governamental SEI, de quem eram esses direitos dos quais ela sempre fugiu terminando por me enviar pelos Correios o processo original no qual isso eu requeria. E tambem no minimo "todos os produtos fabricados" seria uma questão a ser decidida na Justica. O Sr. Maksoud não "assumiu" a J.C. MELO Computadores, como publicamente muitos pensaram. Fora feito um acordo comercial e não uma absorção da J.C. MELO Computadores. Sem falar que adicionalmente mesmo esse acordo comercial não foi por ele cumprido, tornando-se juridicamente inexistente, como ja relatei neste capitulo. O advogado Dr. Carvalho Pinto, que como ja relatei fora consultado, deixou tudo isso bem claro para mim.

Existiam adicionalmente outros aspectos tecnicos/juridicos que seriam discutidos na Justica sobre as fabricações dos computadores MB-8000 e MC-9700. E em nenhuma hipotese o Governo poderia ignorar tudo isso como o fez, criminalmente co-participando da "tomada" da J.C. MELO/Sisco.

Como se tudo isso não fosse suficiente, a permissão do uso do software Cobol MultiUsuarios (Blis-Cobol) era minha e não da J.C. MELO/Sisco, e esse software pela sua potencialidade como é obvio era o grande marqueteiro/vendedor dos computadores MB-8000 e MC-9700, permissão essa que em razão da sua imperativa confiabilidade so foi possivel de individuo (Dave, o Presidente da Blis-Cobol) para individuo (eu) e não para a J.C. MELO/Sisco, o que alias era comum em softwares que poderiam ser copiados ou mascarados. Eu fiquei 30 dias na California conversando com Mr. Dave (e nossos advogados norte-americanos entre eles), e o contrato so saiu depois que decidimos que teria de ser dele para mim e não para a J.C. MELO/Sisco. O contrato so saiu depois de um aperto de mão e de uma promessa minha. Contando como aconteceu, eu lhe disse: "Dave, voce acha que eu tenho conhecimentos tecnicos suficientes para copiar/mascarar o Blis-Cobol e voce não poder evitar?"(sic) Ele respondeu: Sim. E eu lhe disse, "então so precisamos de uma promessa minha e se for possivel de um aperto de mao, deixando nossos advogados fazerem um contrato simples somente para a operação"(sic) o que ele concordou. Voltando a "tomada" da J.C. MELO/Sisco, eu infelizmente pratiquei muitos erros pois simplesmente deveria ter telefonado ao Mr. Dave informando-o não ter mais

responsabilidades sobre o uso do Blis-Cobol, e a J.C. MELO/Sisco e o Governo imediatamente seria contactado por seu advogado. Sim, eu estava muito estressado pela "tomada" e a inesperada co-participação do Governo, e isso prejudicava a minha mente ela sempre pragmatica, realista e logica, e não me lembrei disso.

O famoso advogado Dr. Carvalho Pinto sabia o que estava dizendo, "que me devolveria 100% da J.C. MELO."(sic)

## CAP04
## A FABRICA STRATUS

**Este capitulo relata como o Governo tentou inviabilizar a minha posterior fabrica nominada STRATUS, um fabricante de telexes eletronicos, seguindo a amoral e ilegal "tomada" da J.C. Melo/SISCO. Esta perseguição tambem possue uma prova juridica.**

**Abaixo incluo um texto que foi incluido sob este mesmo titulo no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.**

**Esse texto tambem relata como foi o meu pedido de asilo politico aos Estados Unidos e as suas consequencias.**

**Esse texto tambem narra como o Governo amoral e ilegalmente agiu para me tirar da sociedade da industria STRATUS e do meu cargo de Diretor Tecnico.**

**Temeroso do poder absoluto do Governo militar, ja vastamente demonstrado para mim em varios anos e depois de muita reflexao, resolvi pedir asilo politico aos Estados Unidos. Esse pedido de asilo fora feito e obtido muito antes de eu finalmente ir para o exterior, porem apesar de concedido ele não teve prosseguimento na ocasiao, como veremos a seguir.**

**Dirigi-me, entao, em 31 Março 1981 num domingo, ao predio do seu Consulado no centro do Rio de Janeiro. Bati na sua porta de vidro, e fui atendido por 2 fuzileiros navais. Solicitei o asilo politico, e eles me fizeram entrar e sentar.**

**Em seguida, ligaram para alguem e me disseram que ele demoraria alguns minutos. Fiquei tranquilo, pois legalmente eu ja estava em territorio norte-americano. Na realidade, solicitaram ao Consul responsavel pela chefia da segurança dos Consulados e da Embaixada no Brasil que viesse examinar o pedido de asilo.**

**Anexo C04-a**

*Haroldo de Barros Collares Chaves* Rio, 24/10/79

Meu prezado amigo Mello:

Foi com grande alegria que recebi sua carta de 17 último.

Tenho acompanhado de perto o grande sucesso da SISCO, empresa resultante de suas lutas e vitórias e, principalmente, de seu idealismo de brasileiro e empresário.

Portanto, nada mais justo do que o reconhecimento público ora feito pela Gazeta Mercantil, outorgando-lhe o merecido título de líder empresarial na área de Computação. Esse galardão enche de orgulho a todos os seus amigos, bem como ao Sindicato do qual você pertence.

Aceite, assim, o meu forte abraço e a minha certeza do seu permanente sucesso.

Abraços do amigo certo

Haroldo Collares Chaves

para uns 30 Presidentes de industrias eletro eletronicas do Rio de Janeiro, para discussão de eventuais problemas do setor, na sua sede (um almoço fechado). Muitas vezes eu fui a esses almoços, quando era possível.

No almoço, primeiro o Haroldo discursou sobre as pressões/perseguições que eu sofria (todos ja as conheciam), o asilo concedido, etc., e no fim disse (sob aplausos}: "Melo, voce não ira para os Estados Unidos, não vamos deixar voce fazer isso. O Carlos Zayas (Presidente da Lys Electronlc, o maior fabricante nacional de retransmissores de TV, a tecnica usada antes do advento dos satelites de comunicações e ela tinha milhares dos seus retransmissores espalhados pelo Brasil em todas as redes de TV), o Cabral (tambem um ex-Diretor aposentado da IBM), e eu, vamos financiar uma fabrica do setor e voce sera o seu Diretor Tecnico e lhe daremos 25% das açoes."(sic)

Eu respondi: "Muito obrigado, Haroldo. Mas voce bem conhece as pressões/perseguições que tenho sofrido, e certamente essa futura industria ira sofre-las por nela eu estar."(sic)

Ele respondeu: "Não tenha medo, se isso acontecer toda a DIretoria do Sindicato ira a Brasilia falar dIretamente com o Pesidente."(sic)

Então desisti do asilo (naquele momento, pois depois da Stratus eu realizei o asilo) e foi criada a industria Stratus Informatica, sendo o seu primeiro produto um telex eletronico (modelo 300) destinado a substituir os caros e obsoletos telexs mecanicos então fabricados no Brasil.

E a Stratus passou a usar toda a estrutura tecnica da fabrica da Lys, que era grande.

Eu fiz o seu projeto e oito meses depois ele foi apresentado (ja fabricado) a imprensa numa entrevista coletiva no Sindicato, e tambem o Jornal do Brasil o testou com exito na sua grande rede de telexs.

Esta foi a principal perseguição que a SEI executou contra a industria Stratus Informatica.

Sua comprovação (inclusive juridica) é muito facil, sendo suficiente comparar (nos arquivos da Governo):

1. a data da solicitação ao Governo aprovação do telex da Stratus, EXCLUSIVAMENTE do seu modelo 300,

2. a data da sua aprovaçêo pelo Governo em aproximadamente uns 18 meses depois, que normalmente necessitaria apenas de poucas semanas

para a sua analise e aprovação ou nao.

Por que e para que demorou tanto, ou seja, o "congelamento" da sua aprovação durante aproximadamente 18 meses?

Alem disso, temos uma segunda comprovação juridica dessa perseguição: Foram apresentados pela Stratus ao Governo, no inicio do projeto, os detalhes tecnicos para aprovação de um UNICO modelo do telex, o modelo 300; porem durante esse periodo de "congelamento" a Stratus desenvolveu mais nove modelos (o mesmo modelo porem com alguns circuitos eletronicos e softwares diferentes para outras finalidades), ate o de numero 309 se não me falha a memoria. Mas a Stratus não apresentou esses 9 modelos adicionais a SEI para aprovação, pois se o primeiro modelo 300 estava "congelado" manu militare, esses acrescimos não teriam sentido.

.

O "por que" e "para que":

Durante esse longo periodo de "congelamento" meus tres socios mencionados neste Capitulo todos eles sofreram pressões do Governo no sentido de que o referido projeto somente seria aprovado se eu estivesse fora da empresa. Uma operação odiosa (e doentia) para me tirar da Stratus e depois de tudo que me perseguiram no passado, uma continuidade que talvez um psicanalista explique. Para fazer isso essa raiva ja era insana, caso de tratamento medico.

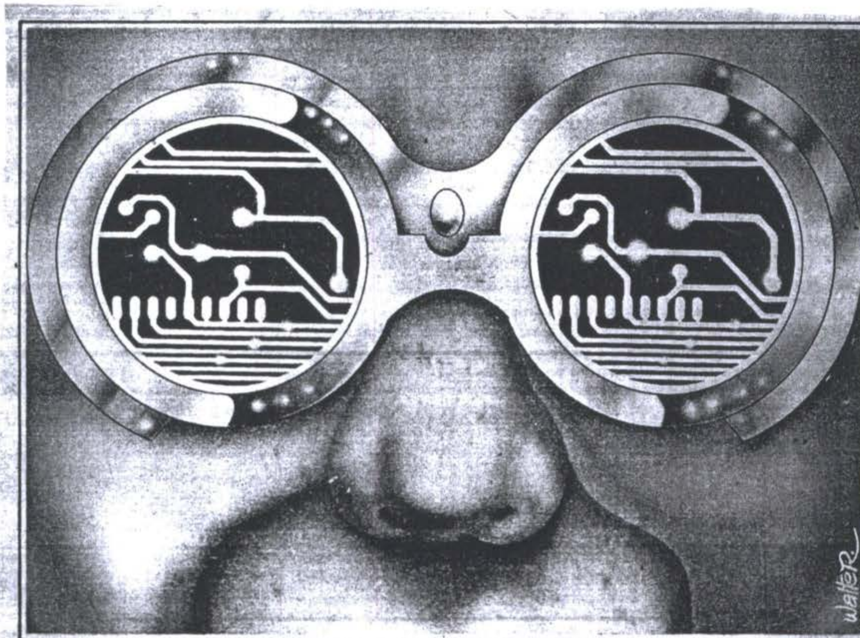
E fizemos tres reuniões da Diretorla, no inicio das quais eu sempre colocava o meu cargo a disposição para não prejudicar a Stratus, mas isso nunca foi aceito.

O que foi decidido, desde a primeira reunião de Diretoria, era que o telex continuaria a ser fabricado, com ou sem autorização do Governo.

Nesse meio tempo, muito em resposta exatamente a esse "congelamento", ou seja, não satisfeitos com me perseguirem por uns 10 anos e inclusive terem co-participado na "tomada" da minha empresa J.C. Melo/Sisco e insanamente ainda me perseguiam, eu decidi escrever o livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" (o book 1), com criticas tecnicas e politicas ao modelo da reserva de mercado. E de vez enquando, as midias noticiavam que eu o estava escrevendo. Veja o anexo C04-b, da primeira pagina do Data News de 19 Maio 1982.

Um dia, me telefonou o amigo Dr. Salomão Weimberg, diretor do Ministerio das Comunicações. E me solicitou uma copia (antecipada) do livro. Como era do

Anexo C04-b



pesquisa em semi
Com um orçam
milhões de dólares
10 a 15 milhões pr
1983, universidad
nizações de pesq
trabalhando em
integrados "cont
petição japonesa".

## O que mud
## na reserva
## mercado

**Rio de Janeiro** —
mentar os efeitos
tecnológica na ár
cado reservada
nacional desde
empresário Eds
diretor da Scopus
em exercício da
introduziu um d
mais polêmicos
Seminário de Políti
de Informática,
pelo Clube de En
ocupação da faixa
micros preocupa a
nacionais. **Página 2**

# Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo

tenho somente datllografado e ainda sem revisao."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina

"Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprouvou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industral, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso podaria ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

conhecimento geral o MC lutava contra os direitos e os metodos do Governo, porem não conseguia vitoria por a agencia responsavel ser o segundo poder militar dessa epoca. Eu disse ao Weimberg: "Não posso, o tenho somente datllografado e ainda sem revisao."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina "Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e

era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprouvou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industral, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso podaria ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

2. como foi a aprovação final (todos os 10 modelos!) porem 9 sem quaisquer projeto fisico/financeiro, ou suas eapecificações, para que mercado, indices de nacionalização, listas de componentes usados, etc., ou seja absolutamente NADA do que o Governo normalmente exigia para uma aprovação.

A agencia do Governo aprovou um projeto nela inexistente, e infelizmente (para ela) comprovando juridicamente o que acima afirmo. Esse plano fisico financeiro DEVERIA estaria no seu arquivo e no Diario Oficial correspondante. Ou seja, se auto denunciou.

O novo "recado" do Governo era claro, criminoso e como sempre amoral: "Ok, aprovamos, mas agora voces não deixam o Melo publicar o livro". Tambem essa atitude tambem prova que os quase 18 meses foram propositais.

Veja o anexo C04-c onde, respondendo a um meu pedido, o Ministerio das Ciencias declara que acharam 2 volumes desse projeto, porem "não foi possivel achar o projeto inicial."(sic) Ou seja, acharam a "äprovação" mas não acharam o projeto fisico-financeiro inicial.

Então houve nova reunião da Diretoria e recebi um apelo dos tres socios para não publicar o livro. Porem não o aceitei pois afinal foram muitos anos de tortura mental e perseguições, minha continua desconstrução, maledicencias e estresses e eu ja estava cansado, so queria desnudar esse pessoal doente mental, então

## Anexo C04-c



e-Sic telex



Move to Inbox More

Pedido de Informações nº 01390.001705/2013-93 Respost

Inbox x

**sic** <sic@mct.gov.br> 1

to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001705/ Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao projeto de fabricação c modelo 300 apresentado a SEI em 1981, informamos a Vossa Senhoria de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, Geral deste Ministério, foram localizados 2 (dois) volumes do referido proje possível localizar o processo inicial, nem cópia de sua autorização autorização no Diário Oficial da União.

Para sua avaliação, encaminhamos cópia do índice do projeto e carta de seu encaminhamento a SEI, datada de 30 de abril de 1981.

Caso seja se seu interesse receber cópia integral dos 2 (dois) solicitamos manifestar esse interesse com mensagem para o e-mail si caso, será providenciada a digitalização dos documentos e encaminhado

decidi irrevogavelmente sair da empresa dizendo-lhes: "Fulano (o meu segundo engenheiro na empresa) esta bem treinado, e se ele tiver uma dificuldade extra basta me telefonar."(sic). E acrescentei: "Quanto aos meus 25%, voces me paguem o que voces acharem que vale e nas condições de pagamento possiveis para vocés."(sic).

E desliguei-me imediatamente.

E cabe uma pergunta:

Por que não mandaram me prender depois dessa carta em pleno Governo militar, acusando-o de uma grave crime e com copia para um General candidato a presidente da Republica? Por que não podiam. Hoje lamento não ter mandado essa carta a todas as midias, as quais iriam investigar e desnudar esse procedimento de uma agencia governamental subordinada do candidato a Presidencia. Mas eu nada mais queria, so queria era sair do Brasil e esquecer tudo, como algum tempo depois aconteceu.

Mas insanamente eles continuaram me perseguido mesmo depois desses acontecimentos, veja os capitulos seguintes.

Perda decorrente desta infamia: Direta, tive grandes prejuizos de varias formas, profissional, financeiro, psicologica e familiar.

# CAP05
# TENTATIVA DE MINHA DESMORALIZACAO

Este capitulo relata uma tentativa de me desmoralizar junto as midias impressas que muito (e continuadamente) me apoiavam, executada DIRETAMENTE pelo General Danilo Venturini e de DENTRO DO PALACIO DO PLANALTO. Ou seja, com a sua impressão digital.

A Aeronautica então tinha um plano para fabricar um pequeno missil ar-ar intitulado Piranha.

Ressalvo que posteriormente eu soube (ja no exterior, portanto sem muita convicção do que agora escreverei) que ja existe um missil brasileiro porem de origem norte-americana, porem o missil do qual aqui eu me refiro teria tecnologia totalmente brasileira na sua parte da detecção e navegação automaticas. Alias, talvez hoje o Piranha ja seja feito com tecnologia brasileira, pois os engenheiros do ITA possivelmente tem essa tecnologia (de controle em tmpo real) que eu tambem tenho. Eu respeito muito o ITA e alias muito antes dessa epoca, veja a pagina 17 do livro de 1982 pois eu e o seu famoso Professor Wallauscheck eramos muito amigos e eu o visitava com frequencia para trocarmos ideias que sempre envolviam computadores.

Sobre isso, esta é uma boa oportunidade para deixar claro que tanto neste modulo como no meu livro de 1982, eu não estou participando de um campeonato de tecnologos. Minha finalidade é somente narrar as perseguições que eu sofri do Governo causadas pelas suas ignorancias acerca do setor.

Este caso é um bom exemplo dos crimes continuados que sofri durante uns 10 anos.

Voltando ao Piranha, a minha participação seria somente no seu projeto no que se referia a sua

computação em tempo real rigorosamente obedecendo a matematica Teoria Geral de Controle (uma materia ate hoje absurdamente não ensinada no Brasil) e a sua programação no chip militar norte-americano modelo 6400, pois a futura fabricação desse missil obviamente não seria da minha responsabilidade mas sim do polo industrial da aeronautica em São Jose dos Campos. Seria somente isso, pois para comecar eu não conheco aerodinamica, a qual deve ser uma das materias mais ensinadas no ITA. Dizendo-o de outra maneira, eu "não ganharia" com a sua fabricação, alias nem com a minha participação no seu projeto.

Esse chip 6400 era um computador tipo RISC Reduced Instruction Set Computing, um chip militar porem tambem disponivel para quaisquer outras aplicações em tempo real com altissimas velocidades, o qual eu ja havia programado em outro projeto tambem critico, e era essa caracteristica que me faria programa-lo para a rapidissima função de transferencia do missil Piranha. Computação em tempo real sob a Teoria Geral de Controle era a minha especialidade então ja ha uns 25 anos, alias hoje ha 65 anos continuos.

Abaixo incluo um texto do documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O objetivo dessa vilania era simples, eu era a mais importante voz contra a reserva de mercado do Governo e todas as midias impressas me apoiavam, para desespero do Governo militar.

Esqueçendo a sua data, relato abaixo outra vil perseguição que sofri. Como veremos abaixo, o Correio Brasiliense publicou esta tentativa.

No Rio, recebi um telefonema do Ministro Chefe da Casa Militar da Preaidencia (General Danilo Venturini), para uma visita a Brasllia para conversarmos. Muito cortes, "venha tomar um cafezinho conosco."(sic)

Aceitei, marcamos para determinado dia as 14 horas, no seu gabinete no Palacio do Planalto.

Apesar dele ser um dos meus dois principais algozes, resolvi aceitar o convite pela oportunidade de expressar minhas opiniões e talvez, tecnicamente mostrar-lhe (a um leigo na materia) o quanto talvez esferas inferiores o estavam enganando (suas agencias responsaveis, os maus empresarios, os desinformados das esquerdas, etc., o "Tripe da Reserva de Mercado").

Já em Brasilia, resolvi almoçar com um primo, advogado famoso e profundo conhecedor da "mise en

scêne" dos Governos militares em Brasilia. No almoço inteiro ele tentou me convençer a não ir a essa reuniao. Porem eu havia dado a minha palavra. Disse-me: "Não va, ele tem uma carinha de anjo porem é o mais perigoso do sistema."(sic}

A reunião durou 3 horas e foi muito respeitosa e cordial, por ambas as partes.

Não falei em pressões/perseguições (o objetivo era outro), porem a cada tema tecnico/politico discutido eu manifestava a minha opinião e sempre recebia de volta qualquer coisa como: "Mas com muita dedicação, energia e patriotismo, com o tempo isso será resolvido".

No meio da reuniao, entrou na sala o General Octavio Medeiros, me cumprimentou e perguntou como estavamos. E o General Venturini disse "Estamos trocando ideias e vamos chegar a resultados aceitaveis, o Dr. Melo está colaborando muito."(sic). Ele disse "Otimo", se dispediu e saiu.

Terminada a reunião e sem qualquer concenso, o General Venturini disse: "Tenho um pedido a fazer-lhe. Este assunto, nas midias, so traz prejuizos para todas as partes e principalmente para o Brasil. Peço-lhe não mais emitir opiniões publicas sobre as suas dIscordancias tecnicas. Nesses casos, ou mande uma carta diretamente para mim (sem passar por assessores) ou me telefone."(sic). A sugestão era razoavel, e eu a prometi.

No fim das 3 horas, ja eu ia me dispedindo e o General Venturini (tentando me comprar, mas no momento eu assim não interpretei) disse: "Dr. Melo, o que o Governo pode fazer pelo Sr?"(sic).
Respondi: "Sr. Ministro, não vim a Brasilia para isso."(sic). E ele respondeu: "Sim, claro, mas gostariamos que trabalhassemos juntos, o Brasil necessita muito do Sr."(sic)

Adicionalmente relato um fato tecnico relacionado, para melhor explicar o que se segue. Em aproximadamente 1976 eu fiz um sistema programavel, chamado MIC-1000, porem especial para um projeto que exigia altissima velocidade, muito maior do que as velocidades finais dos mais velozes chips (para PCs) atuais, no qual fui obrigado a usar o chip (creio de nome 6400) da Intel, a sua versão militar, com arquitetura RISC (Reduced Instruction Set Computing) para altíssimas velocidades.

Esse mesmo chip RISC coincidentemente era usado num missil norte-americano, o antecessor do atual Patriot cujo nome não mais me lembro. Veja no anexo

C05-a uma noticia do Jornal do Comercio sobre uma minha palestra em Washington em Julho 1977 sob o titulo JC/Executivos, feita no Pentagono para oficais norte-americanos sobre esse meu sistema MIC-1000. E a recepção foi tão expressiva que eu ate pensei em fabricar o MIC-1000 nos Estados Unidos. O MIC-1000 fora exposto no Congresso de informatica de 1987 em São Paulo, alias ele foi mais complexo e maior tecnicamente do que o software a ser usado num missil como o pequeno Piranha.

No livro de 1982, na sua pagina 11 eu menciono esse MIC-1000, cujo texto reproduzo abaixo:

----------

"O décimo evento ocorreu em 1977, também na J.C. MELO, que foi o desenvolvimento e a fabricação do microcomputador MIC-1000, exclusivamente para controle de processos industriais, ainda fabricado até hoje. O que poucos sabem é que conceitualmente esse foi o equipamento de eletronica digital mais sofisticado já projetado no Brasil até 1977, permitindo o processamento distribuído e matricial, numa verdadeira malha de confiabilidaJe de acordo com os princípios da NASA (de Malcolm Mac Gregor). O mesmo princípio é usado nos ccomputadores e sistemas digitais do avião 747, o que o transformou no avião com a melhor confiabilidade já construído pelo homem. No Brasil o MIC-1000 foi usado marginalmente, sem as suas potencialidades matriciais de processamentos múltiplos, comunicações idem, etc."

----------

Voltando, na ocasião o Instituto Tecnologico da Aeronautica ITA estava projetando um missil ar-ar, para a Aeronautica, o qual posteriormente iria ser fabricado por uma industria aeronautlca de São Jose dos Campos como ja narrei.

E entusiasticamente eu vi a possibilidade de projetar o sistema de detecção e navegação do missil do ITA, então chamado de projeto Piranha, visando o 6400 que eu ja conhecia até certa profundidade por causa do MIC-1000. Com ele o projeto seria factivel, e o ITA ainda não sabia como projetá-lo, pois ainda estava analisando as alternativas.

E eu disse: Sr. Ministro, tem o projeto Piranha, e eu posso projetar toda a sua computaçẽo de bordo (seu software) desde que receba os sinais da sua detecção infravermelha (da temperatura do eacape das turbinas dos inimigos). Eu teria muito entusiasmo em faze-lo.

Ele respondeu: "Me mande uma carta direta, a remeterei para o Ministro da Aeronautica opinar e se

# Anexo C05-a

## JC/Executivos

● PALESTRA — Técnicos militares norte-americanos assistirão hoje, em Washington, a uma palestra do presidente do Grupo J. C. Melo, o empresário brasileiro João Carlos Melo, sobre os novos equipamentos eletrônicos que a indústria brasileira fabricará a partir de setembro, nos Estados Unidos e que deverão ser utilizados em aviões, navios, tanques e mísseis. Os protótipos desses novos equipamentos, o microcomputador e a estação remota MEO-1000, alcançaram resultados considerados excelentes naquele país, causando impacto semelhante ao aparecimento do computador doméstico. A princípio, a empresa pensou em fabricá-los aqui no Brasil, exportando em regime de «draw-back» para todo o mundo. Mas, devido à atual política no setor da informática nacional, o Grupo J. C. Melo decidiu antecipar sua fabricação nos EUA.

tecnicamente factivel, autorizarei esse projeto para o Sr."(sic)

Fiquei multo entusiasmado, e essa carta foi enviada. Não tenho uma sua copia, mas ela era mais ou menos assim (essa carta foi publicada pelo Correio Braslllenae numa data da qual não me lembro, porem poderá ser facilmente encontrada numa busca eletronica no referido jornal entre 1977 e 1978):

"de acordo com nossos entendimentos, proponho-me a participar do projeto Piranha da Aeronautica, no referente a sua computação de bordo, etc e etc."

Note-se que esse projeto não seria um contrato vultoso, como seria o da sua fabricação. Seria um contrato pequeno, somente de desenvolvimento. Consequentemente não havia, de minha parte, qualquer intenção de "ganhar dinheiro" com o referido contrato, mas sim de alto e estimulante serviço exclusivamente tecnico e pioneiro no Brasil.

Na semana seguinte, no Rio de Janeiro, eu recebo um telefonema de um funcionario da SEI: "Como diretor de uma associação de informaticos do Governo (ou nome similar), convido-o a dar uma palestra para uns 30 dos nossos associados, sobre os problemas da Politica Nacional de Informatica, na nossa sede em Brasilia, palestra essa confidencial e sem a presença das midias."(sic) E aceitei o convite e fiz o que ele desejava, sem supor que era uma armadilha.

Na segunda feira seguinte, no Rio, de manha, eu recebo um telefonema do saudoso Senador Roberto Campos.

Minha amizade com o saudoso Senador Roberto Campos era muito antiga, desde o longinquo 1957 quando ele presidia o BNDE e um Decreto da Presidencia criou um grupo de trabalho para implementar o uso de computadores pelas agencias do Governo. Nêo existia, ainda, nenhum computador no Brasil. Trabalhava eu em New York mas vim ao Brasil a seu convite, para exclusivamente assistir a primeira reunião desse grupo, ressalte-se que o fazia como um tecnico experiente (essa a razão do convite) e não como um politico. Esse fato esta narrado no livro de 1982, na sua pagina 30.

O Senador disse: "Um reporter do Correio Brasiliense me telefonou. Voce o leu hoje?"(sic) Respondi "Nao, não leio jornais de Brasilia."

"O General Venturinl o esta acusando de ser uma fraude, pois voce lhe enviou uma carta pedindo um contrato, e em troca voce não mais falaria contra a

reserva de mercado."(sic)

Resumindo essa vilania, muito agravada por ser de autoria de uma alta autoridade e de dentro do proprio Palacio do Planalto e absolutamente sem se importar com suas provaveis comnsequencias:

1. O General Venturini tentou me convencer a não mais comentar publicamente sobre a reserva de mercado,

2. No fim, diante das nossas divergencias me pediu (como um favor) que em vez dos pronunciamentos publicos eu lhe enviasse uma carta se diante de qualquer desaprovação ou qualquer fato relevante, com o que concordei,

3. Ele tomou a iniciativa de me perguntar como o Governo poderia me ajudar, Tecnicamente entusiasmado, falamos sobre o desenvimmento da computação de bordo do projeto Piranha, e do meu interesse nele, e ele me pediu uma carta.

4. Criou um teste (para conferir se eu realmente não mais iria falar contra a reserva de mercado), com um funcionario da SEI me convidando para uma palestra fechada, "sem a presença das midias."(sic)

5. De boa fe e sem esperar uma armadilha, fui a essa palestra e sobre os erros da reserva de mercado, e eu respondi com as minhas convicções tecnicas, ou seja fui franco.

6. Ele me calunia no jornal Correio Brasiliense, dizendo que eu o visitei para, se obtendo um contrato eu prometia "calar a boca", publicando a minha carta para participar do desenvolvimento do missil Piranha.

Foi mais uma tentativa de desmoralizar publicamente a maior voz contra a reserva de mercado.

Outro aspecto grave dessa vil armadilha, foi que, se a terceira pessoa em poder no Brasil isso fazia, isso implicitamente seria uma autorização para que orgãos que lhes eram subordinados (ja acostumados a me pressionarem e perseguirem) continuassem com essas suas amorais praticas sem receios de possiveis punições por seus superiores.

Isso tambem me abalou por outros tres motivos:

1. Atingiu o Senador Roberto Campos,

2. O Correio Brasiliense não consultou a "outra parte" antes da publicação, porem provavelmente por que estavamos num regime militar "duro",

3. Eu so iria ajudar o Brasil, assumindo um projeto

complexo (tanto que a Aeronautica ate essa ocasião nao o havia finalizado) e muito provavelmente perdendo tempo e dinheiro.

**Perda decorrente dessa infamia: Indireta, tentativa de desmoralização perante as midias impressas.**

## CAP06
## PROIBICAO DO LIVRO SER PUBLICADO

**Este capitulo relata como o Governo tentou proibir que o livro de 1982 "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" fosse publicado e vendido.**

**Aqui incluo um texto que foi incluido no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.**

**O momento da sua publicação fora propositadamente o periodo do Congresso Anual da Sucesu, a poderosa sociedade de usuarios de computadores, que se realizou em 1982 no Rio de Janeiro, no Rio Centro no fim da Barra da Tijuca.**

**O Presidente Figueiredo a ele veio, uns 2 dias depois da sua abertura, junto com toda a cupula da agencia responsavel pela PNI.**

**E no primeiro dia do Congresso sentei numa mesa e autografava os livros vendidos. A edição tinha sido de 3.000 exemplares e no fim do segundo dia eu ja tinha autografado 2.400 exemplares. O que representava aproximadamente 2 livros autografados por minuto, uma prova do seu sucesso perante os meus colegas de profissão os quais evidentemente compreendiam tudo de errado que estava acontecendo na PNI.**

**E o Presidente Figueiredo viria no dia seguinte. Logo depois que ele chegou, o Presidente do Congresso (cujo nome esqueçi, mas que será facil levanta-lo pois foi o da 1982), veio falar comigo: "Melo, o Governo veio falar comigo, exigindo que eu proibisse voce de vender o livro."(sic) Eu respondi: "Nao, não vou faze-lo."(sic) Ele então argumentou que o SNI lhe dissera: "Ou o livro pára, ou o Congresso parará. Escolha."(sic) Observem a enorme jactancia desse pessoal. E continuei autografando o livro. Pouco tempo depois, ele voltou com 2 auxiliares, e me disse:**

"Segundo o artigo x do regulamento do Congresso, nenhum produto pode ser nele vendido."(sic) Ato continuo, os 2 auxiliares me ajudaram a desarmar a mesa e parar de vender o livro. Ele cumpriu com a determinação do Governo, porem usando um subterfugio.

**Perda decorrente desta pressao:** Indireta, evitando que a sociedade conhecesse o qüe estavam fazendo comigo e principalmente o que era - sem sofismas - a fracassada Politica Nacional de Informatica.

## CAP07
## MEU APELO PUBLICO AO PRESIDENTE GEISEL

Este capitulo relata como, diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada nos jornais, e os seus resultados.

Abaixo incluo um texto que foi incluido no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

Já não aguentando mais as consequencias de tantas pressões/perseguições (com suas consequencias empresarial, financeira, psicologica, familiar, etc) resolvi agir de uma forma radical ou seja fazer um pedido direto ao Presidente Gelsel. Recorde-se que os meus perseguidores eram o segundo poder de um Governo militar e eu pedi publicamente uma decisao nada menos do que a um Presidente militar. Uma grande loucura, como me avisaram varios amigos.

O eng. Antonio Portella Neto, já então Diretor da minha fabrica, tudo fez para que eu desistisse dessa ideia, com argumentos tais como "Eles vão lhe prender"(sic), e outros similares. Eu lhe respondi: "Portella, eu não sou esquerdista nem estou tentando derrubar o Governo. Eles não poderão me prender mesmo que o queiram, por eu ter somente uma opinião tecnica e alem disso bem real."(sic)

E no dia 5 de Junho de 1977. uma minha carta aberta ao Presidente foi publicada no jornal Correio Brasiliense de Brasllia e em outros jornais do Rio e de São Paulo. Veja essa carta no book 1, procurando pela keyword "Excelencia".

Observem este paragrafo da referida carta:

----------
"Justifico-me a esse modo quase insolito de dirigir-me a Vossa Excelencia, levado que fui ante a impossibilidade de pessoalmente levar ao conhecimento das autoridades do vosso primeiro escalão estes meus reclamos, quer antes do advento dos atuais poderes da CAPRE, quer depois".(sic)
----------

No dia seguinte {2a. feira) as 9 horas da manha a minha secretaria Edna me disse: "Chegaram um General e dois Coronels, todos fardados. Estão na sala de reunioes. E de cara feia."{sic)

E o eng. Portella já queria chamar um advogado.

Ao eu entrar na sala, o General se identificou: "Sou o General Mariath, General-Diretor de Processamento de Dados do Exercito, junto com dois de meus assessores, Coroneis "a" e "b".

"Ontem, o sr. publicou uma temeraria carta dirigida ao Sr. Presidente da Republica, e isso não se faz. O Presidente me chamou ordenando que o visitasse. Se o Sr. é autentico, sera protegido, caso contrario sera preso."(sic)

Observe que o Presidente sintomaticamente não ordenou a ninguem dos envolvidos (CAPRE, etc) fazer esea investigação, mas sim escolheu uma pessoa da sua maior confiança, o General Mariath. Como eu soube depois, os dois eram amigos intimos, e o Presidente lhe telefonou pedindo que me visitasse, e nada, absolutamente nada, solicitou ou informou ao resto do Governo que estava sendo por mim denunciado.

E então o General Mariath investigou a minha pequena fabrica, junto com os dois Coroneis. E eu continuadamente notava, pelas suas feições, aprovações ao que estavam vendo. Na realidade, eles não viram uma grande fabrica como talvez esperassem, mas sim uma pequena porem efetivamente fabricando computadores em todas as suas etapas (computadores, e não os atuais simples PCs), desde o projeto e os desenhos dos circuitos impressos ate o seu teste final.

Apos a visita e ja na porta de saida, nas dispedidas, eu falei: "Sr. General, ao entrar o Sr. me disse uma frase sobre uma minha possivel prisão. O que posso esperar?"(sic) Ele respondeu: "O Sr. sera protegido, fique tranquilo."(sic)

A minha principal reclamação (alem do ambiente de terror que as agencias responsaveis pela PNI criaram)

era que os meus perseguidores não tinham aprovado o meu projeto de fabricação do computador IND-5005, um fato consumado e já em fabricação ha mais de 2 anos como já disse, para proteger a inadimplente COBRA e consequentemente a desinformação da reserva de mercado com computador importado e a troca do seu logotipo Ferranti por um idem da COBRA.

Depois eu soube que o Presidente chamou o Ministro que estava executando a reserva de mercado da CAPRE e lhe deu a ordem de aprovar o meu projeto. Diante da "prova" que o Sr. Presidente havia recebido diretamente do General Mariath, esse Ministro nada poderia contra-argumentar, porem quando tentou faze-lo com um "Mas..." (sic) o Presidente o interrompeu secamente e disse-lhe "Aprove-o." (sic)

E a decisão do Presidente Geisel em favor da minha fabrica e contra esses executores e controladores foi, como se diz nas Forcas Armadas, uma chave de galão do Presidente a meu favor.

Apos eu publicar essa carta aberta ao Presidente Geisel, ele pediu ao General Mariath (General-Diretor do Departamento de Processamento de Dados do Exercito) que a investigasse pessoalmente, ou seja não fez esse pedido aos controladores da CAPRE como normalmente deveria acontecer. Alias, isso ja diz muita coisa sobre a PNI de então sob o comando da CAPRE academica.

A respeito dessa aprovação veja as paginas 42 e 43 do livro de 1982, as quais aqui complemento:

1. Em seguida varias empresas me procuraram querendo se associar a J.C.Melo Industria de Computadores: Dismac, Banco Brascan, Sr. Henry Maksoud, Banco Itau e Vale do Rio Doce. E os jornais isso noticiaram, portanto o Governo tomou conhecimento do interesse do Itau na sua informatização pois então ja era impossivel criar a sua desejada fabrica Itautec por causa da PNI. Sobre o Banco Itau, veja pagina 44 do livro de 1982. O Governo o pressionou, proibindo-o de se associar comigo.

2. Provavelmente errando, eu não fiquei convencido do real interesse do Banco Itau, pois as tratativas me davam a nitida impressão de que eu estaria discutindo um "emprestimo bancario" e não uma sociedade. Com a Vale do Rio Doce, a J.C. Melo seria um pequeno ponto na sua posição de gigantesca exportadora de minerios. Dismac não me lembro porque nem iniciamos as tratativas, e Brascan era o mesmo caso do Itau, uma associação aparentemente "bancaria". E entao o Sr. Maksoud. Primeiro, ele veio ao Rio na minha fabrica e se apresentou como um socio, dizendo

"Eu estou aqui para carregar a J.C. Melo nos ombros, junto com voce" e "protege-lo das perseguições do Governo." (sic) E tambem "Eu não serei um banco, mas sim um socio."(sic) E como em um mes eu fui tres vezes a São Paulo para as tratativas com ele e seus assessores, ele acrescentou: "Não quero que voce use essa Ponte Aerea Rio Sao Paulo, são aviões velhos e perigosos, meu jato vira busca-lo"(sic), o que realmente aconteceu nessas tres vezes. Em resumo, ele me comprou pois eu era somente um bom tecnico.

3. E então essas possiveis sociedades sairam nos jornais e eu fui visitado pelo engenheiro Wando Borges, presidente da Digibras, que eu não conhecia. E ele, falando "em nome de Brasilia" disse: "O Governo não ve com bons olhos a sua associação com o Sr. Maksoud, e se o Sr. tem problemas financeiros para construir uma fabrica maior eu autorizarei o BNDE a conceder-lhe um emprestimo de dez ou vinte milhoes, aos seus juros propositadamente baixos."(sic).

Desejo fazer um adendo: Ate hoje com 86 anos, eu nunca fui processado por qualquer deshonestidade, nem acusado na Policia, Justica ou publicamente. Obviamente eu poderia ter executado varias deshonestidades bastantes conhecidas com esses 20 milhões a juros baixos. Na realidade, eu nunca dei muita importancia ao dinheiro, minha cabeca sempre foi ligada as tecnologias da informatica, essa que hoje ainda me faz trabalhar 10-12 horas por dia mesmo nesta longeva idade.

Os Governos não viam no Sr. Maksoud um aliado confiavel. Independentemente dos muitos casos que eu poderia contar como os da construção do aeroporto do Galeão, a sua revista Visão semanalmente criticava todos os projetos que o Governo anunciava, o que era do conhecimento geral, e por isso o Sr. Maksoud era considerado um inimigo apesar de ser um empresario, porem adicionalmente por ser desrespeitoso, intransigente e de relacionamento muito dificil. Um exemplo, antes da sua morte seus 2 unicos filhos passaram os 22 anos anteriores sem com ele falarem. Na revista Visão era uma critica pesada atras de outra, semanalmente, uma especie de mantra critica semanal. Um dos filhos, chegou a escrever nas paredes da redação da revista Visão: "Meu pai é um gangster"(sic).

E eu respondi ao engenheiro Wando: "Obrigado, mas não estou precisando do emprestimo."(sic) Ele respondeu: "Entao, faca a sociedade com um desses outros interessados, mas não com o Sr. Maksoud. Nessa hipotese (sociedade com os outros) mandarei o servico juridico da Digibras assessora-lo no contrato, para defende-lo."(sic) O que tambem não aceitei, o

agradeci porem nunca mais nos vimos.

Mas eu suspeito (tenho quase certeza disso) que o emprestimo do BNDE foi uma decisão do Presidente Geisel apos o relatorio verbal do General Mariath sobre a sua visita a uma "incrivel porem verdadeira fabrica BRASILEIRA de computadores com somente 450 m2". Depois da visita o General Mariath se tornou não um simples conhecido, mas um continuo e poderoso defensor da J.C. Melo Computadores sempre por iniciativa propria e não por eventuais pedidos de ajuda. Na visita, eu percebi que ele ficava perplexo com o que via, embora permanecesse calado como tambem os 2 Coroneis que o acompanhavam. Mas de vez enquando eles se olhavam e eram visiveis as suas perplexidades o que me indicava que eles não esperavam ver o que estavam vendo e talvez ja tinham ate pensado que o inexoravel final seria a minha prisão. Como eu informo no meu livro de 1982, eu gastei do meu bolso somente 1 na moeda de então enquanto COBRA gastou exatamente 300, como era possivel que eu ja fabricasse computadores e COBRA importava-os mudando os seus logotipos de Ferranti para COBRA? Como era possivel fabrica-los em somente 450 m2 e com somente um engenheiro auxiliar mais dois tecnicos e duas montadoras, porem COBRA ter uma imensa fabrica porem sem conseguir fabricar o Ferranti?

4. Sobre essa minha resposta negativa (alias, quem, no Brasil, rejeita um emprestimo desses e a juros baixos?) nessa epoca o engenheiro Wando era o presidente da holding Digibras, hierarquicamente subordinada aos controladores da politica nacional de informatica em Brasilia, que muito me perseguiam. E na parte de baixo era o superior imediato de COBRA, responsavel por continuas desinformações sobre a J.C. Melo. Naturalmente, não seria logico eu acreditar que a sua proposta seria real e não mais alguma nova perseguição. Eu cometi 12 grandes erros na minha vida e esse foi um deles, pois poucas semanas apos e eu ja tendo infelizmente formalizado a sociedade com o Sr. Maksoud, li nos jornais que o engenheiro Wando como presidente da Digibras fizera uma palestra para os empresarios na Federação das Industrias do Rio de Janeiro, e nela elogiou a J.C. Melo Computadores por ela estar fazendo o correto (sic) e sintomaticamente nem mencionou a sua subordinada COBRA. Mas infelizmente a sociedade com o Sr. Maksoud ja estava assinada.

Adicionalmente, hoje (2017) 40 anos depois descobri que o engenheiro Wando e eu tinhamos (sem eu saber) um antigo amigo comum e totalmente confiavel por ambos, e este amigo agora me informou que o engenheiro Wando fora de noite ao seu apartamento

**pedir-lhe para me convencer a aceitar o emprestimo do BNDE ou no minimo associar-me somente com um dos outros interessados, porem não com o sr. Maksoud. E esse amigo (de Brasilia) não me procurou na ocasião e somente nos encontramos recentemente, uns 40 anos depois. Em resumo, a proposta do engenheiro Wando era verdadeira na sua intenção de ajudar/proteger a J.C. Melo Computadores e eu cometi um grande erro ao não acreditar nas suas boas intenções.**

## CAP08
## QUEM ME PERSEGUIU?

Neste capitulo, faco uma ressalva sobre a identificação dos meus opositores. Na ocasião eu tomei uma decisão, de denunciar os erros do Governo na PNI e de algumas perseguições sofridas porem não denunciar pessoas, isso porque as origens das perseguições e tentativas de desmoralização eram em agencias do Governo. Porem as minhas denuncias publicas eram continuas e todas (100%) as cartas com essas reclamações que eu enviei não tiveram as imperativas investigações oficiais ou respostas de quaisquer tipos.

Algumas perseguições dessas agencias foram narradas no livro de 1982 portanto publicas, alem de amplamente publicadas pelas midias. Foram criticas publicas e dirigidas as agencias governamentais e sem respostas de quaisquer tipos, o que as confirmavam.

Alem disso, obviamente as perseguições não tinham as suas impressões digitais no referente aos individuos responsaveis, com excecao da narrada no capitulo CAP05. Mas essas impressões estavam nas agencias e seus dirigentes, como é obvio elas e eles tinham a obrigação de reagirem de algum modo, ou nas midias, ou na Justica, ou com uma minha prisão pois estavamos num regime militar que tudo podia, ou me chamarem para esclarecimentos, o que NUNCA ocorreu. Independentemente disso, podem ter sido ordens superiores.

Mas obviamente um dirigente dessas agencias não pode ser ressponsabilizado diretamente por alguma perseguição, embora elas tenham sido por eles conhecidas por serem publicas, noticiadas e algumas por cartas. E como se ve nestes 2 livros, muitas tem provas juridicas.

O melhor sera dizer que o "Governo me perseguiu", pois isso é a verdade.

No Capitulo CAP01 eu narro as oito primeiras perseguições sofridas e tambem no livro de 1982 nas suas paginas 44 e 45.

Nos Capitulos CAP03 ate CAP06 deste book 2 eu narro mais 4 perseguições, todas com provas judiciais.

No capitulos CAP07 a is seguintes são relatados mais onze das 104 perseguições sofridas e catalogadas por minha secretaria Edna. Mais perseguições não são citadas para não tornar este book 2 muito extenso.

Somente para registro e independentemente das inumeras noticias então publicadas pelos jornais, o Governo e suas agencias responsaveis sempre receberam de mim criticas publicas, abertas e portanto "oficiais", legais, conhecidas (portanto não foram criticas secretas ou nos bastidores) sobre os erros da sua PNI e as perseguições sofridas.

As criticas ABERTAS foram:

1. Em 1982, com a publicação e venda do meu livro 1.

2. Em 29 Junho 1977, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Ciencias e Tecnologia da Camara dos Deputados, parte sobre as perseguições que eu sofria e parte sobre as inviabialidades da Politica Nacional de Informatica do Governo. Veja o anexo C16-c uma noticia do jornal Tribuna da Imprensa sobre essa exposição.

3. Em 21 Marco de 1984, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Economia do Senado Federal sobre as inviabialidades tecnicas e industriais da Politica Nacional de Informatica do CSN/SNI/SEI.

4. Em 5 Junho de 1977, fiz uma respeitavel carta aberta ao Presidente Geisel, publicada em Brasilia, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Veja o Capitulo CAP07.

5. Em 25 Janeiro 1976, enviei uma denuncia formal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica sobre as ações de DIGIBRAS/COBRA contra a minha empresa. Veja o anexo C16-d do jornal O Globo de 25 Janeiro de 1978.

6. Continuadamente as midias impressas noticiavam as minhas criticas politicas e tecnicas a Politica Nacinal de Informatica, e apoiando as minhas criticas, como vemos no capitulo CAP12 uma materia do jornal O Globo de 25 Janeiro 1976, de pagina inteira sobre esse tema,

7. Depois da minha volta ao Brasil, em dia do qual não me lembro (em 2013) fiz um longo depoimento gravado

**Anexo C16-c**

# Indústria de computador explicada no Congresso

TRIBUNA IMPRENSA (:

A forte tendência monopolística e estatizante não atingirá os altos objetivos do governo de nacionalizar a indústria de computadores por questões de segurança nacional — afirmou ontem o empresário João Carlos Melo, Presidente do Grupo J. C. Melo, primeiro fabricante de minicomputadores no Brasil, perante a Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara dos Deputados, adiantando que "é contra a concorrência, quando predatória das multinacionais e contra a estatização, mas a favor da empresa privada nacional", concordando com os objetivos que se deseja alcançar, mas não com os meios que vêm sendo empregados.

Ao indicar os pontos que considera conflitantes nas ações governamentais, disse que o fazia na certeza de acrescentar subsídios aos que o Governo já dispõe, não concordando com o ponto de vista externado por alguns setores de que suas afirmações poderiam gerar um risco de natureza política, porque "não está contestando e nem fazendo críticas gratuitas, mas exercendo um dever para com o próprio País, honrando à sua condição de brasileiro, consciente das obrigações inerentes à sua nacionalidade".

INVIABILIDADE

Desconhecemos a existência de uma única fábrica estatal de computadores — disse João Carlos Melo — que tenha-se viabilizado quer sob o ponto de vista econômico quer sob o técnico, em qualquer parte do mundo. Muito ao contrário até a União Soviética é um grande cliente das indústrias privadas norte-americanas, com compras da ordem de um bilhão de dólares anuais. Não existem registros, ao contrário, de compras norte-americanas de computadores soviéticos.

Existe, inclusive, uma experiência clássica, política, que bem exemplifica essa inviabilidade: a CII francesa. Como sabemos, o Presidente De Gaulle, numa decisão política e tendo em vista uma desejável nacionalização da área de informática bem como problemas de segurança nacional (note-se que são os mesmos objetivos brasileiros), pretendeu a criação de uma indústria francesa de informática. O forte apoio econômico, complementado por um forte apoio político que inclusive extravasou para alterações públicas com o Presidente Kennedy, resultou numa companhia até agora deficitária e que detém somente 5% do mercado francês, e esses 5%, assim mesmo, quase que totalmente representados por compras militares.

DOIS ANOS À FRENTE

O primeiro problema é o referente à necessidade de um novo projeto nacional quando a tecnologia é importada. A J. C. Melo está, no mínimo, dois anos à frente de qualquer outra empresa (como a estatal) que decida fabricar minicomputadores no Brasil. O que já evoluímos na engenharia industrial e na engenharia de produtos locais, representa um patrimônio técnico inestimável, que nos garante aquela precedência.

Acredito que somente duas empresas, a IBM e a J. C. Melo, possuem esse acêrvo técnico, pois são as únicas que enfrentaram (e essa palavra é muito apropriada) uma real e efetiva fabricação local. Sei, por exemplo, que para a fabricação de seus computadores no Brasil, a IBM teve que enfrentar aproximadamente 300 problemas referentes aos insumos básicos e componentes nacionais. Nós enfrentamos uns 100.

DECISÕES FECHADAS

Outro grande problema é que os técnicos do Governo Federal, um círculo extremamente fechado, tem gerado decisões e resoluções as vezes distanciadas da realidade. Os dois problemas anteriores, ou sejam a inviabilidade de uma indústria estatal de computadores e a impossibilidade de qualquer empresa captar uma grande parcela de demanda num prazo relativamente curto, são exemplos desse hermetismo.

Como outro exemplo, há pouco o Governo definiu, através de uma Resoluçao, o que é minicomputador. Trata-se, meus Senhores, de única definição de minicomputador que existe no mundo, pois tem-se evitado uma definição absoluta por ela ser impossível. No exterior, existem centenas de métodos e equações (e eu também contribui para a confusão gerando uma equação, que tomou o nome de Método de J. C. Melo nos Estados Unidos) tentando formular, sem êxitos a não ser muito relativos, o que alguns técnicos conseguiram com uma Resolução. Por causa de certos problemas como a eficácia de um software, idem de um hardware, relaçao preço/perfórmance de software, idem de hardware, etc., é teoricamente impossivel uma definição absoluta. Posso dar outros exemplos.

MONOPÓLIO

Todos nós conhecemos as repetidas declarações governamentais de que não deseja um monopólio para a empresa estatal. Devo declarar que ouvi isso de altas patentes, ao nivel de primeiro escalão. No entanto, nenhuma Resolução demonstrou esse objetivo, em qualquer tempo.

Temos, portanto, um monopólio abominado politica e juridicamente pelo Governo Federal. Estou convicto, pelo que tenho observado, que muitos técnicos governamentais principalmente na empresa estatal, convenceram-se de que um tipo de monopólio é absolutamente necessário para a viabilidade econômica do empreendimento governamental.

**Anexo C16-d**



# lenuncia Digibrás ao Cade

quer país em desenvolvimento, só desenvolve-se o *software*. Depois, veio ensinar aqui, mantendo sempre contato com técnicos e empresários em todo o mundo. No Brasil, desde 1971, criou uma escola de *hardware* e *software* em *real-time* na qual já treinou mais de 1.500 alunos atendendo a centenas de empresas, entre as quais a Cemig, Furnas, Light, Usiminas, CVRD, Petrobrás, Usiba, Cosipa, CSN, CTA, Alcominas, Eletrobrás, Ericson, Transcon, Foxboro, Hewlett-Packard etc.

Ao partir, entretanto, para um projeto industrial, criando a On-Line Computadores e Sistemas, defrontou-se com três problemas, analisados em carta datada de 17 de novembro de 1975, dirigida ao Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen:

a) O descrédito do mercado sobre a possibilidade de uma empresa nacional fabricar computadores;

b) A resistência de um eventual consumidor estatal, que pelo menos então, preferiria importar;

c) A impossibilidade de uma efetiva proteção ao Similar Nacional, através dos mecanismos da Cacex e Abinee.

Diz ele, perplexo, na carta ao Ministro Simonsen:

"Companhias que me aceitavam como projetista e consultor, ou como professor de seus engenheiros, não me aceitaram como fabricante, o que é um paradoxo. Com sinceridade, hoje eu sei que o maior culpado disso foi o Governo Federal, pois desde 1971 que ele diz, erradamente, que a fabricação de computadores exige uma engenharia complexa, quase inatingível por países em desenvolvimento".

Continua mais abaixo:

"A Cosipa deseja importar um sistema, bastante simples na realidade, pois é somente para aquisição de dados. De início, negou-se sequer a receber meu engenheiro, não quis nenhuma proposta etc. Quando comuniquei-lhe oficialmente, numa tentativa de pressão para obrigá-la a uma análise (e não a uma compra), sobre a existência do registro de Similar, recebo carta que embora perfeita do ponto de vista legal, tem a principal finalidade de excluir a On-Line".

E diz mais adinate:

"O terceiro problema é o criado pelas multinacionais fabricantes, quer na Albinee, quer na Sucesu, agravado por problemas operacionais na Cacex, que fez com que a On-Line considerasse o chamado cadastramento de Similar Nacional, como inoperante".

Com uma pequena peça na mão — um circuito integrado — João Carlos Melo vai demonstrando que a montagem de um computador não é difícil, nem muito cara, nem exige gigantescas instalações.

— Quase todo o computador se resume a este circuito. Cada vez mais, o computador vai sendo colocado aqui dentro e logo não teremos mais nada a fazer além de aclopar uma régua a essa pecinha.

Com efeito, o circuito integrado revolucionou a tecnologia do computador. É a peça que requer a tecnologia mais sofisticada e os investimentos mais elevados. Sua produção só é viável economicamente quando se obtém elevadas economias de escala, razão pela qual apenas nos Estados Unidos e a União Soviética produzem desses circuitos avançados. Um terceiro país, o Japão, começou a fabricá-lo no final do ano passado.

— Nos Estados Unidos — garante o industrial — existem uns 20 fabricantes e essa peça pode também ser encontrada facilmente no varejo onde custa uns 35 dólares. Por isso não há problema para obtê-las mas, por outro lado, não teríamos escala para fabricá-la.

— Este, aliás, é o único componente importado do nosso computador, correspondendo, em termos de valor, a 32% do custo de fabricação. Todo o resto do nosso material é nacional. Mas também importamos os periféricos (teletipos, leitoras de fitas perfuradas etc) porque, igualmente, o reduzido mercado ainda não justifica a instalação de fábricas de periféricos no Brasil.

É o emprego desses circuitos integrados que torna os computadores da On-Line bastante mais baratos que o projetado pela Cobra: "um terço a um quarto mais barato", diz João Carlos Melo. E lhe garantiu presença pioneira no mercado a preços baixos que, segundo ele, deram origem às pressões do grupo Digibrás.

## As pressões

João Carlos Melo acusa a Digibrás, entre outras ações, pela perda de um vultoso contrato para montagem de um sistema de controle de trânsito em Curitiba juntamente com um financiamento do Badep para a instalação de sua fábrica em terreno a ser concedido pelo Estado do Paraná.

Conta ele que, ao acertar a montagem do sistema, obteve também do Governo paranaense vantagens fiscais, financeiras e imobiliárias para instalar uma fábrica no Distrito Industrial de Curitiba. Vantagens essas que são as normalmente oferecidas por todos os Governos estaduais para projetos de desenvolvimento industrial. Entretanto, quando já estava quase tudo acertado, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — Badep, a quem caberia o financiamento às obras, recebeu um comunicado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, maior acionista da Digibrás, informando que qualquer decisão a respeito da instalação de uma fábrica de computadores no Estado só poderia ser tomada após ouvida a Digibrás. Essa carta provocou o recuo do Governo paranaense diante de todos os acordos que vinha acertando com a On-Line.

João Carlos Melo diz que não vai parar. Seu primeiro computador, o On-Line 5 005 "está sendo vendido normalmente".

— O novo modelo 8 000 será comercializado dentro de poucas semanas mais ou menos aos mesmos preços do 5 005. É nosso plano, também, dentro de poucos meses vender 5 005 e 8 000 em kits, para serem montados pelos compradores. Em linhas gerais, nossa filosofia resume-se em dois pontos: desmitificar os computadores e alta produção com baixa margem de lucro.

— Queremos colocar nossos computadores em empresas mesmo pequenas, escolas secundárias etc. Como está acontecendo nos Estados Unidos. Com os kits, que poderão ser montados por um bom técnico em eletrônica, o computador será desmitificado, pois a mistificação do problema já custou 90 milhões de cruzeiros ao Governo.

E conclui:

— Existem dois tipos de estatização: a legal e a amoral. A legal, todos conhecemos. São as áreas de monopólio ou aquelas que o Governo define claramente como de interesse do Estado. A amoral é aquela em que a área não está oficialmente estatizada mas procede-se como se fosse, direta e, principalmente, indiretamente. É a que ocorre com a Digibrás, perseguindo a minha firma e outras que pretenderam instalar-se no Brasil, criando uma indústria estatal, controlando todas as compras através da Capre, promovendo a criação de novas indústrias estatais.

de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo, fornecendo-lhes os documentos associados.

Por que, diante dessas criticas publicas na epoca da PNI o Governo ou suas agencias não me processaram na Justica ou não me responderam nas midias, preferindo ações amoraes e criminosas nos bastidores?

Necessito desmentir a informação proposital de que eu seria contra os militares, portanto contra a antiga politica nacional de informatica. Não vou citar a ascendencia militar da familia de minha mãe, vou me restringir a epoca da politica nacional de informatica. Os militares me perseguiram, como muitos pensam? Alias, este livro é dedicado a 4 Generais.

Nao, NAO FORAM OS MILITARES.

Que alias eram contrarios a academica e irreal politica nacional de informatica do Governo e de suas agencias, tanto que o General Jayme Mariath (Diretor do Centro de Processamento de Dados do Exercito) e o General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe do Estado Maior das Forcas Armadas) me apoiaram com declarações documentadas e inclusive publicamente nas midias impressas. Desprotegido e sofrendo continuadas perseguições, esses importantes apoios muito me emocionaram pois vieram nos momentos e aos niveis adequados.

E no inicio da PNI eu fui publicamente apoiado pelo General Golbery, como narrado anteriormente nestes books 1 e 2, que determinou ao Ministro Simonsen proteger a primeira industria brasileira de computadores. Veja o Capitulo CAP02 deste book 2 ou procure com a keyword "Marcos". O seu apoio foi natural, por ele ser provido de inteligencia incomum como sabemos. Um dos grandes erros da Revolução de 1964 foi ele não ter sido Presidente da Republica e escolherem o General Figueiredo.

Militar 1:

Quando o Governo não aprovou a fabricação (uma das suas 22 maiores perseguições) do meu segundo computador MB-8000, com alto indice de nacionalização, o General Mariath (General-Diretor do Centro de Pocessamento de Dados do Exercito) imediatamente me enviou um pedido oficial de compra do MB-8000, numa publica e direta discordancia do Exercito da politica nacional de informatica do proprio Governo.

Lembrem-se que foi ele que apoiou o meu primeiro

computador IND-5005 junto ao Presidente Geisel como ja narrei. Alias, o General Mariath sempre me apoiou de varias formas, pois discordava da politica nacional de informatica das agencias do Governo. Veja o anexo C16-a.

Militar 2:

Tambem ao visitar o Ministro General Potyguara, Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA, fui recebido por 6 oficiais generais no seu gabinete, das 3 Forcas Armadas. Numa mala, levei o meu computador IND-5005 desmontado, com todos seus insumos nacionais, com suas faturas de compras, inclusive o circuito impresso de 6 camadas fabricado pela Microeletronica SP. Ao sair, todos eles me levaram ao elevador privativo do Ministro, e quem conhece os militares sabem o que isso significa. Ao entrar no elevador, tambem entrou uma jornalista do Jornal do Brasil, e eu lhe disse: Não posso dar uma entrevista, ela é do senhor Ministro, e ela respondeu: Mas foi exatamente ele que me pediu para entrevista-lo. No dia seguinte, a visita estava publicada no JB, uma discordancia publica da politica nacional de informatica das agencias do Governo e oriunda do Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA. Veja o anexo C16-b e a pagina 42 do livro de 1982.

Militar 3:

Desde o inicio da politica nacional de informatica das agencias do Governo eu fui contra a equivocada decisão da Marinha que pressionava para que o computador militar da Ferranti inglesa fosse o escolhido para fabricação pela estatal Cobra, como de fato aconteceu. Fui contra por ser uma decisão equivocada, o Ferranti era um computador militar (instalados nas fragatas inglesas compradas pela Marinha, com um software para o controle dos tiros), e não tinha os imprescindiveis softwares comerciais desejados pela grande maioria dos potenciais compradores de computadores. O tempo passou, o que eu previa aconteceu, o otimo Ferranti (sim, ele era bom) foi um fracasso comercial. E o assunto morreu. Tempos depois, no meio das perseguições das agencias do Governo me telefonaram do Ministerio da Marinha (de surpresa) solicitando que eu fizesse uma palestra sobre os erros da politica nacional de informatica, para alguns almirantes e uns 50 oficiais, na ilha Fiscal. E assim fiz. Ao terminar, fomos todos a um almoco-homenagem a minha pessoa, com direito a um toque de corneta que me emocionou por vir exatamente da Marinha. Esse convite realmente me emocionou, por demonstrar que a Marinha tambem não mais estava a favor da PNI e contra as perseguições que eu continuadamente sofria. Uma publica

**Anexo C16-a**

Caro amigo..

Aceite nossos sinceros cumprimentos pelo mui merecido galhardão e que seja este o início de uma série de outros tantos, que certamente hão de vir.

Alegra-nos saber que temos certa participação para tão acertada escolha.

Votos de felicidades, extensivos aos familiares.

Gen Jayme Miranda Mariath

BSB, Out 79

---

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS
DIRETORIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
GABINETE DO GENERAL DIRETOR

*Prezado Sr JOÃO CARLOS MELO*

*Na impossibilidade de atender ao seu gentil convite, por circunstâncias várias, cumprimento-o através deste, pela merecida homenagem, desejando-lhe mais sucessos e felicidades.*

*Na oportunidade, informo meu novo endereço, onde estarei às ordens e esperando continuar merecendo a atenção de V.Sª.*

*Atenciosamente*

Gen Jayme Miranda Mariath

2º GPT ENG CONST
Est PONTA NEGRA Km5
69000 - MANAUS - AM (TEL - (092) 234-3325)

**Anexo C16-b**

# Chefe do EMFA recebe J. C. Melo

*Brasília* — Com a finalidade de pleitear a participação de sua firma na concorrência para produção de minicomputadores no Brasil, encontra-se nesta Capital o presidente do Grupo J. C. Melo — Indústria de Computadores Ltda., que, na última quarta-feira, foi recebido em audiência pelo Ministro-Chefe do EMFA, General Moacyr Potyguara.

Por considerar, que em termos de poder econômico, sua empresa "encontra-se em desvantagem para concorrer com as outras firmas interessadas no mercado de minicomputadores" — aberto agora às multinacionais, desde que contém com participação acionária nacional — o Sr João Carlos Melo pretendeu mostrar ao Ministro Potyguara e seus assessores — um deles com assento na Capre — o que sua empresa vem fazendo, notadamente no que se refere ao índice de nacionalização do material. O Ministro-Chefe do EMFA, depois de uma conversa de 40 minutos com o empresário, prometeu estudar o assunto.

Apesar de seu projeto de produção de minicomputadores encontrar-se na Capre — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico — desde o mês de março, "com parecer favorável", J. C. Melo considera que sua empresa dificilmente poderá ganhar uma concorrência aberta, pois "com a recente aprovação pela Capre de uma resolução permitindo a participação das multinacionais, associadas a empresas privadas nacionais, os pequenos grupos não terão muitas condições de preencher as duas vagas restantes no mercado, de acordo com o que foi fixado pelo Governo".

Indagado sobre os motivos que o levaram a enviar uma carta-aberta ao Presidente Geisel, assim como a parlamentares, empresários, funcionários públicos, jornalistas e militares, entre outros, o Sr Melo explicou que se encontra numa batalha pela defesa do que acha justo: "Aprovo *in totum* as medidas que o Governo está tomando para defender a indústria nacional. Discordo em parte é da forma como isto vem sendo feito".

discordancia da PNI das agencias do Governo, e vinda da Marinha! Seria necessario voces estarem no meu lugar para sentirem a imensa emoção que esse convite me causou, por ser da Marinha que havia sido tão equivocada no inicio.

Esses 3 exemplos mostram a realidade de entao, bem conhecida nos bastidores, a de que o Exercito, a Marinha e o Estado Maior das Forcas Armadas EMFA não estavam satisfeitos com os resultados seguidamente negativos dos executores e controladores da PNI.

As perseguições tambem não foram na gestão do Coronel Edison Dytz como Secretario Especial de Informatica. Alem de não me perseguir, deu sinais claros (a mim e ao setor de informatica do Brasil) de que não concordava com as perseguições a minha pessoa, por exemplo ao me convidar como presidente da mesa num Congresso da sua SEI em São Paulo (exatamente num auditorio do hotel Maksoud Plaza, do Sr. Maksoud, exatamente o que me "tomou" a fasnrics J.C. Melo/SISCO com a ajuda do Governo) sobre controle de processos por computadores em tempo real, a minha especialização.

Na agencia SEI,, na gestão do Sr. Octavio Gennari Neto foi que ela jogou a Lei pela janela (pelos Correios) isso possibilitando que o Sr. Maksoud "tomasse" a minha empresa. Incrivel, a SEI jogou pela janela uma petição oficial que, juridicamente, provava que os direitos de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram meus e não da J.C. Melo/Sisco, e porisso eu os requeria de volta.

O Sr. Octavio Gennari Neto tambem fora socio da empresa MICROTEC, que faliu e deixou muitos clientes sem receber os produtos pagos, do que resultaram muitas denuncias via Internet.

A "tomada" da minha empresa pelo Sr. Maksoud não ocorreu na presidencia do General Geisel, mas na do Presidente Figueiredo.

Ressalte-se que, obviamente eu não sou contra a existencia de uma agencia de informações da Presidencia, desde que ela seja exclusivamente um orgao de informações da Presidencia. Importante, como é obvio. Poderia apenas criticar alguns procedimentos exclusivamente tecnicos pois infelizmente a Teoria Geral de Controle, que deveria ser a sua materia mais estudada, não é ensinada na sua escola. Mas esse é apenas um detalhe tecnico pois hoje não tenho motivos para criticar a sua sucessora ABIN Agencia Brasileira de Informações, pois ela apesar de sucessora não é mais eleitoral, industrial,

politica e uma pequena copia da Stasi da Alemanha Oriental como infelizmente o foi ha 40 anos atras.

Adicionalmente esse é um assunto vencido. E tambem politico e eu sempre os evitei, alem da minha mente ser bastante cartesiana portanto muito menos agora desejo discutir ou comentar esse assunto.

## CAP09
## PERSEGUICOES ADICIONAIS

**Adicionalmente as 4 perseguições narradas nos capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06 deste book 2, nos seguintes capitulos CAP07 a CAP29 são relatadas mais algumas das 104 perseguições sofridas e catalogadas.**

**Na realidade essss perseguições foram mais de 104 pois as executadas fora da empresa minha secretaria não registrava. No meu livro de 1982 eu narrei somente as 8 primeiras perseguições, veja um resumo dessas primeiras nas paginas 44 e 45 do mesmo livro e no Capitulo CAP01 deste book 2.**

**A minha secretaria tambem não registrou dezenas de telefonemas tipicos das "investigações" do Governo, facilmente identificaveis por causa do seu ruido de fundo tipico de um seu velho sistema. Na realidade, eu aproveitava esses telefonemas para "mandar de volta" algumas contra-informações. E quando minha secretaria atendia um desses telefonemas ela me passava o telefone dizendo: "Tem o barulhido de fundo."(sic)**

**Eles tinham por mim um odio inexplicavel e eu nunca inspirei odio nas pessoas com quem tive tratativas de quaisquer formas.**

**Esse ODIO ESTA VISIVEL, por exemplo, no Capitulo CAP04, quando pressionaram meus 3 socios para me tirarem da empresa Stratus. Não era um assunto politico ou tecnico, mas comprovadamente um odio.**

**Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo Capitulo CAP23, quando uma empregada drogada se suicida no Viaduto do Cha e naturalmente a Policia abriu um inquerito (do qual fui absolvido) e eles foram por iniciativa propria a Policia de São Paulo pressiona-la por um indiciamento.**

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capitulo CAP14, quando o Governo disse a dois vice-Presidentes da EDS (a maior empresa de processamento de dados do mundo) que haviam me feito um convite (que aceitei) para ser seu Presidente no Brasil, que a EDS "teria problemas se eu fosse o seu Presidente."(sic), como os dois vice-presidentes me relataram.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capitulo CAP19, quando eu estava tratando da instalação da minha fabrica na Cidade Industrial de Curitiba e o Governo do Estado recebe um telex, por iniciativa propria do Governo Federal sem que eu nem o Governo do Parana tivessemos solicitado qualquer iniciativa do mesmo, proibindo-a.

Somente esses 4 casos demonstram um ODIO DOENTIO, muito alem do desejo de me derrubarem por causa das minhas opiniões sobre a PNI ou para me adequarem ao seu próprio gosto.

O ODIO vem do ambiente familiar, que é a base do nosso desenvolvimento psiquico. Os psicanalistas dizem que é preciso voltar ao início da vida, ao ambiente familiar do indivíduo, para explicar os diferentes tipos do ODIO.

Nao sei por que fui tao odiado, eu nunca quiz eliminar os mentores da PNI, tirar-lhe os vistosos postos ou executar semelhantes ações. Mesmo por que eu não tinha a Justica ou uma divisão de Exercito para faze-lo. Eu era so um tecnico com uma correta opiniao tecnica, coisa muito limpa e facil de ser entendida.

# CAP10
# COBRA DIFUNDIA QUE EU ERA UM CONTRABANDISTA

COBRA difundia que eu era um contrabandista, e não um fabricante. E isso era um fato publico. No livro de 1982 essa perseguição esta sumarizada, nele procure com a keyword "Furiati".

Eu realmente fabricava, porem COBRA nada disso fazia pois exclusivamente importava o computador Ferranti ingles e trocava o seu logotipo, como toda a classe de informatica sabia. As vezes, isso fazia até abrindo o caixote original proveniente do Reino Unido nas proprias instalações do cliente e trocava o seu logotipo por um de COBRA. E nem sequer se preocupava com as opiniões negativas que esse amoral procedimento gerava, um evidente procedimento manu militare.

Por "fabricar" entenda-se: projetar o seu circuito eletronlco, desenhar os circuitos impressos de suas 6 camadas, fabricar essas circuitos impressos na fabrica da Microeletronica em São Paulo, montar seus componentes nos circuitos impressos, integrar todos os seus componentes, monta-los no seu gabinete, climatiza-los e testa-los em estufa, incluir seus softwares minimos (assembler, microassembler, basic, fortran) e fazer seus testes finais. E, nos 2 ultimos modelos MB-8000 e MC-9700 tambem incluir um poderoso software cobol multiusuario em rede, o famoso Blis-Cobol.

Importante lembrar que o meu primeiro modelo IND-5005 foi o unico a ser aceito pela Carteira de Comercio Exterior CACEX e pela ABINEE Associação Brasileira da Industria Eletro-Eletronica como "similar de computador", apos vistorias dos seus engenheiros a minha fabrica no Rio de Janeiro, como ja narrei anteriormente.

Vejamos agora 5 eventos que desmentiram essa continuada calunia de COBRA, essa continuada falta

de explicações para o seu conhecido fracasso, quer aos seus superiores quer ao mercado:

1. O PRIMEIRO EVENTO

Foi que a CACEX Camara de Comercio Exterior do Banco do Brasil, que controlava todas as importações brasileiras, como ja narrei anteriormente me concedeu o registro de similar nacional, por decisão do eng. Namir Salek então Diretor da CACEX e isso somente depois da visita de seus engenheiros a minha pequena fabrica, na realidade o primeiro similar nacional de computadores, enquanto COBRA, apesar das pressões politicas sobre o eng. Salek nunca o conseguia. COBRA politicamente não aceitava essa decisão da CACEX, e o eng. Salek uma vez me disse: "Enquanto eu for diretor da CACEX, COBRA não tera um similar nacional."(sic). Evidentemente por que COBRA importava e simplesmente trocava o seu logotipo. E COBRA nunca conseguia o seu similar nacional embora fizesse continuas pressões governamentais sobre o eng. Salek.

E existia um problema adicional grave: Como a CACEX poderia registrar um similar nacional de COBRA, se ela visivelmente importava e trocava o seu logotipo por "COBRA" ate na casa de um cliente quando a importação demorava por algum motivo, e toda a informatica nacional isso sabia? O Governo nem se importava com isso, manu militare.

O similar nacional de qualquer coisa diz: "Voce não podera importar, pois existe um similar nacional."

2. O SEGUNDO EVENTO

Foi que a poderosa ABINEE Associação Brasileira das Industrias Eletro Eletronicas, me apoiava integralmente nesse episodio do similar nacional, depois de verificar in loco as instalações industriais conforme ja narrei anteriormente.

3. O TERCEIRO EVENTO

Foi quando a editora chefe do Data News (publicação semanal sobre informatica, a mais importante do setor nessa ocasiao) de nome Gilda Furiati, me telefonou e disse: "Melo, voce tem que acabar com essa fofoca, se puder. Ela esta muito grande, difundida por todos os empregados de COBRA, parece uma ordem geral superior. Me deixe visitar a sua fabrica, levarei um fotografo, e publicarei a realidade seja ela qual for. Voce topa?"(sic) Concordei e isso de fato aconteceu no dia seguinte. Na edição seguinte do Data News a materia mais importante era essa visita a minha fabrica, na capa e em outras paginas cheias de fotos

ilustrando as varias etapas da fabricação. A referida reporter me informou, depois, que COBRA dissera ao diretor do Data News (um norte-americano) que se ele fizesse isso de novo nunca mais lhe daria publicidades.(sic)

**4. O QUARTO EVENTO**

Foi que a pequena J.C. Melo no Rio de Janeiro e a grande J.C. Melo/Sisco em São Paulo, muitas vezes foram visitadas por grupos do Exercito e da Marinha, totalizando talvez mais de 200 oficiais.

E so em 1977 mais de 100 oficiais de altas patentes a visitaram no Rio de Janeiro, vide pagina 53 do livro de 1982.

Vide tambem a pagina 40 do livro de 1982, com este texto:

----------
"Mais de cem autoridades visitaram, por convite individual, a fábrica da J.C.Melo, sempre manifestando surpresa e satisfação, da Marinha, do Exército, de entidades de classe, etc."
----------

**5. O QUINTO EVENTO**

Foi que periodicos e associações de classe visitaram as minhas fabricas, a do Rio pelo jornal O GLOBO e a de Sao Paulo pela SUCESU associação dos usuarios de computadores, e ambas visitas foram noticiadas como vimos em anexos anteriores..

## CAP11
## TRANSFERENCIAS DE CONCORRENCIAS GANHAS PARA COBRA

E surgiu outro fato amoral, eu vencia uma concorrencia publica porem posteriormente a repartição (a agencia do Governo) interessada recebia a visita do "pessoal de cima" e COBRA terminava por ganhar o contrato (uma decisão manu milítare, ao arrepio das Leis) que havia sido vencido por mim.

Essa amoral pratica foi por mim denunciada e publicada pelo Diarlo Popular de 24 Junho 1977, veja o anexo C20-a, com o seguinte texto:

.

----------

"Isso vem acontecendo atreves de pressões de natureza politica para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas publicas sem a necessaria concorrencla e, ao contrario, com adoções de criterios de compras nos quais não se incluem avanços tecnologicos e preço baixo como itens importantes."(sic)

Essa pratica tambem foi denunciada ao jornal Estado de São Paulo de 3 Junho 1977, como vemos no anexo C01-a no Capitulo CAP01, de onde extraio este texto:

----------

" ... pressões tambem sobre outras empresas (compradoras) para que elas não assinassem contratos com sua companhia (a J.C. Melo) e ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, e finalmente a feitura de contratos sem concorrenciaa publicas mas inteiramente politicos."(sic)

----------

**Anexo C20-a**

# Cobra é acusada de monopólio

BRASÍLIA — "A recém-instalada empresa estatal COBRA — Computadores Brasilieros S/A — já começou a exercer o monopólio do mercado de pequenos computadores, em detrimento das pequenas e médias empresas privadas nacionais do setor. Isso vem acontecendo através de pressões de natureza política para eliminar iniciativas-particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas públicas, sem a realização da necessária concorrência e, ao contrário, com adoções de critérios de compras nos quais não se incluem avanço tecnológicos e preco baixo como ítens importantes."

A denúncia é do empresário João Carlos Mello, presidente, segundo afirma, da "unica companhia inteiramente brasileira no setor de minicomputadores." que ontem prestou depoimento na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Além do monopólio e da eliminação da concorrência, ele condenou e criticou a atuação da COBRA "por anunciar que fabrica computadores nacionais quando, na verdade, apenas faz a montagem de equipamentos importados, e ainda, a opção da empresa estatal por montar minicomputadores com sistema de linguagem obsoleta e de difícil comercialização."

## CAP12
## EU DENUNCIEI AS ACOES DE COBRA AO CADE

A situação chegou a um ponto tão insuportavel que resolvi dar uma longa entrevista de pagina inteira ao jornal O Globo no domingo 25 Janeiro 1976 no Caderno de Economia, dizendo da minha intenção de denunciar o Governo Federal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica por causa dessa e das outras praticas contra a minha pessoa. Veja o anexo C21-a. O importante jornal O Globo me apoiou, pois uma entrevista de pagina inteira num domingo de um jornal com a respeitabilidade do O Globo fala per si. O seu cabecalho tinha a dimensão da pagina inteira e dizia: "Empresa de computador denuncia Digibras ao CADE."(sic)

A denuncia era juridicamente aceitavel, porem o CADE não a aceitou por ela ser contra o Governo Federal (outra decisão manu militare, ao arrepio das Leis).

Ao vermos as dimensão e exposição dessa denuncia logo vem a pergunta: Como foi possivel o Governo nada responder, a não ser que não pudesse? Que não quisesse expor publicamente o Governo? Manu militare ele tudo podia.

Somente esta falta de resposta ou protesto a mim ou as midias impressas corrobora todas as minhas denuncias narradas nestes 2 livros,

1. sempre manu militare,

2. sempre nenhuma resposta inclusive a propria midia,

3. sempre escondendo o problema,

4. sempre "respondendo" com pressões e perseguições nos bastidores todas sem a sua impressão digital.

A maior parte dos meus amigos era da opinião que eles sabiam que a PNI estava errada mas nao podiam

**Anexo C21-a**

# Empresa de computador

O Grupo J.C. Melo Ltda, único fabricante nacional de computadores eletrônicos, decidiu apresentar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE uma denúncia de tipo absolutamente inédito: o acusado é o próprio Governo Federal que, através de suas empresas Digibrás e Cobra estaria realizando pressões econômicas e políticas contra o Grupo.

Reconhecendo, entretanto, as características especiais que envolverão esse caso, o presidente do Grupo, João Carlos Melo, enviou na última sexta-feira, 23, uma carta ao presidente do CADE, Gratuliano Brito, consultando-o sobre a competência do órgão para aceitar a denúncia.

A íntegra da carta é a seguinte:

"Esta organização tem sido vítima de continuadas pressões políticas e econômicas do conjunto Digibrás/Cobra/Capre, pressões essas que, a nosso ver, justificam plenamente uma denúncia formal a esse Conselho, para sua apreciação.

"Por essa razão, em defesa de muitos princípios e de nossa firma, decidimos apresentar a referida denúncia formal.

"Entretanto, por ser governamental o conjunto acima e tratando-se de caso sem precedentes, temos dúvidas sobre se esse Conselho, que é governamental, legalmente poderá aceitar uma denúncia contra o próprio Governo Federal.

"Conseqüentemente, sem entrar no mérito da questão, consultamos oficialmente a V. Sa. sobre a legalidade do procedimento acima".



João Carlos Melo ao lado do computador fabricado por sua empresa.

## J. C. Melo diz que não aceita a saída de sua empresa do mercado

Há 20 anos trabalhando com computadores e há um ano e meio fabricando-os no Brasil, João Carlos Melo se diz hoje um homem "desiludido".

— Temos sofrido toda sorte de pressões. A minha empresa tornou inviável o projeto da Digibrás. Entretanto, enquanto é possivel à Digibrás afastar do mercado nacional os concorrentes estrangeiros, como já fez com cinco grupos que pensaram em se instalar no Brasil, não é possível fazer a mesma coisa comigo. Primeiro, porque a empresa é nacional. Segundo, porque conforme declarações do próprio Presidente Geisel, o setor eletrônico é uma área destinada à iniciativa privada.

Ele explica o que está acontecendo, primeiro traçando um quadro da indústria de computadores. Existem dois subsetores bem distintos: o destinado à gestão de empresas e o voltado para o controle de processos industriais. O primeiro setor é comumente conhecido como de processamento de dados. As empresas que nele operam são bastante conhecidas do grande público (IBM, Burroughs etc) e atendem aos serviços de cadastramento, listagens, relações etc necessários a atividades de empresas e particulares. Em resumo, é nesse setor que se processam as provas de exames vestibulares, os cartões de Loteria Esportiva, as folhas de pagamento das empresas, etc.

O outro subsetor, mais conhecido pelo seu nome inglês de **real-time**, é empresarialmente totalmente distinto do setor de processamento e responde pelo controle das operações de grandes e complexos equipamentos industriais. O computador aí é programado para manter um sistema de máquina funcionando conforme determinados parâmetros, substituindo com absoluta precisão a ação do homem. O computador aciona os mecanismos, controla a temperatura, velocidade, pressão, acusa os defeitos.

Outra importante divisão existente na computação eletrônica é a que distingue o **hardware** do **software**. Explica João Carlos Melo que o **hardware** refere-se ao computador propriamente dito e aparelhagem auxiliar. O **software** trata da elaboração dos sistemas a serem executados. Assim, o **hardware** pode ser fabricado, copiado, importado, negociado como qualquer mercadoria industrial. Já o **software** é função exclusiva de trabalho intelectual, exigindo formação de mão-de-obra totalmente especializada e normalmente cara.

### O computador brasileiro

A história do computador brasileiro começa há uns cinco anos. Segundo o empresário, está bastante ligada a programas de modernização da Marinha de Guerra Brasileira quando foram feitos os primeiros contatos com o Grupo Ferranti, britânico, que resultaram na constituição da Cobra-Computadores Brasileiros, uma **joint-venture** com a Digibrás — Digital Brasileira S.A.

A Digibrás-Cobra, com apoio tecnológico da Ferranti, propôs-se, então, a construir o primeiro computador brasileiro. Após cinco anos de pesquisas e Cr$ 90 milhões de gastos, ainda não chegou a um resultado, afirma João Carlos Melo.

— O projeto Digibrás—Cobra serviável por vários motivos. Primeiro, porque indústria estatal de computadores é um contra-senso, que não existe em nenhuma parte do mundo livre, mesmo em países onde a economia é estatizante. Existem muitas razões para isso, a principal é a rotatividade da tecnologia, que muda a cada trimestre, e uma indústria estatal é muito formal para acompanhar mudanças dessa ordem. Segundo, porque a indústria digital é uma área tão competitiva que uma indústria estatal, tradicionalmente de custos elevados, não poderá sobreviver economicamente sem uma proteção política.

— O projeto Digibras—Cobra serviu, entretanto, para afastar investidores estrangeiros do setor, especialmente os interessados em **real-time**. Nesse ramo, todas as empresas instaladas no país importam o **hardware** e viram-se, segundo João Carlos Melo, desestimuladas pela Digibrás a montar aqui os seus computadores.

Foi, então, que ele entrou em cena como industrial. Antes trabalhara em *hardware* no Brasil e no exterior. Aprendeu lá fora pois, no Brasil, como em qu

expor a candidatura presidencial do General Octavio Medeitos a qual dependia prioritariamente do sucesso da PNI.

Outros, de que depois do enorme oba-oba que fizeram com a criacao do PNI nao poderiam expor publicamente os seus erros de formulação e direção da mesma.

Perda decorrente dessa perseguição: Não pude defender-me e legalmente acusa-los perante o orgão exatamente adequado para esse tipo de denuncias.

## CAP13
## A PRESSAO FISCAL

Um dia, minha secretaria Edna me informou: "Chegaram um Coronel do Exercito (fardado) e mais 5 fiscais. Estão na sala de reunioes."(sic)

Fui ao encontro deles, e ouvi do Coronel um inacreditavel "Viemos fazer uma ampla varredura fiscal na sua empresa. O Sr. paga imposto de renda?"(sic)

Diante dessa inacreditavel pergunta eu logo percebi a finalidade da visita, e respondi: "O Sr. deve ter todos os acessos necessarios, não necessitando me perguntar isso."(sic)

Os fiscais fizeram outras perguntas similares, e foram embora dizendo que "Voltariam na proxima semana para examinarem todos os impostos da empresa."(sic) O que alias não aconteceu

Como é obvio, o objetivo era uma tortura mental com um Coronel fardado comandando um grupo de fiscais. O que mais me impressinou foi a audacia do Coronel.

Porem eu, poucos dias antes, havia pedido uma audiencia ao General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe da Estado Maior das Forças Armadas), em BrasiHa, o eue esta narrado no Capitulo CAP08 subtitulo Militar 2.

E eu aproveitei para, no fim, dizer. "Ha poucos dias eu fui visitado por um Coronel do Exercito, acompanhado de alguns fiscais, fazendo uma pura intimidação. Não sei como esse pessoal tem tanto poder."(sic).

E o Ministro Potiguara respondeu, rindo: "Nos tambem nao, Dr. Melo".(sic) E todos riram.

Referiam-se ao poder ilimitado das agencias controladoras da PNI.

Certamente esses fiscais decidiram não voltar por causa dessa visita ao General Potiguara que foi

**publicada no dia seguinte, o Coronel que me visitou talvez supondo que eu estivesse preparando uma autuação do proprio EMFA para desmacara-lo.**

**Perda decorrente desta perseguição: Psicologica, porem ela não foi pequena pois indicava uma elevação do nível de pressoes/perseguições que eu continuadamente sofria, ou seja, eles partiram para uma pressão mais direta e com outros participantes externos (os fiscais) sem o mínimo constrangimento ou medo das possivels repercussões publicas dessa visita.**

## CAP14
## O SUICIDIO DE UMA EMPREGADA

Aqui veremos, mais uma vez, a que ponto o Governo chegava quando desejava destruir uma pessoa. Eu não sei o que ele fez com outros brasileiros (coisas equivalentes ou piores, segundo relatos), mas muito tenho na memoria (infelizmente) sobre o que ele fez comigo.

Ao lembrar-me pois a isso sou obrigado para redigir este book 2, sofro um continuo estresse, como alias previ que aconteceria. Esta narração tem sido multo penosa, porem obrigatoria.

Por tudo que ja tinha acontecido, eu ja havia desistido do assunto reserva de mercado, e de continuar no ramo. O caso Stratus (capitulo CAP04), finalmente me fez compreender que isso não mais adiantaria; dizendo-o de outra maneira, eu ja estava tão destruido que a unica possivel solução seria mudar de ramo, se não pudesse/desejasse ir para o exterior.

Finalmente conclui que o Governo ganhara, e desisti de fabricar quaisquer coisas no Brasil.

Nesse momento, abri um escritorio em São Paulo (na Av. Prestes Mala, 241), e resolvi voltar para a consultaria, mas não tive um grande sucesso como na primeira vez. Provavelmente por causa da continua desconstrução executada pelo SNI ou adicionalmente por que não era mais a epoca em que as grandes empresas estavam iniciando nesse campo do controle de processos em tempo real com computadores e então inexperientes. O maximo que eu conseguia era pagar os empregados e manter a empresa, e mais algum pouco para a minha manutenção e a de minha familia.

Eu tinha 4 empregadas, tres jovens e uma senhora de quase 60 anos, de nome Barbara, esta como tradutora. Como parte do meu trabalho de consultoria era redigir

artigos tecnicos em ingles para a publicação semanal impressa Weekletter on South America Computer Business, e como apesar de falar e escrever fluentemente o ingles porem sem ter uma formação academica para essa atividade (passar no rigoroso exame TOFL, por exemplo) eu necessitava de uma pessoa experiente com esse alto nlvel para as necessarias correções finais dos textos. Essa senhora trabalhou comigo uns 3 anos.

Um dia, eu tive necessidade de mais um empregado e um anuncio foi colocado, do que resultou no emprego de uma jovem chamada Adelaide. Essa jovem viera de Porto Alegre e fora expulsa de casa pelo pai, por causa de um envolvimento amoroso com um jovem, segundo ela contou as colegas. E então viera para São Paulo, para iniciar uma nova vida segundo disse para mim e para os outros empregados.

Essa jovem de vez enquando ia ao banheiro e vomitava, o que fez todos suporem que a desavença com o pai talvez estivesse relaclonada a uma gravidez. Era uma suposição, porem creio que ela era uma verdade porem nunca comprovada, a menciono apesar como sugestão de como talvez estivesse a sua (dela) situação mental.

Alem disso, essa jovem demonstrava, para todos, a impressão de que tambem estava envolvida com drogas. Mas no inicio era somente outra suposição. Porem um dia, ela se trancou no banheiro e se drogou (duas caixas vazias de Diazepan de sua propriedade foram entregues ao DEIC, da Policia de São Paulo). A referida senhora Barbara tradutora foi ao banheiro, e me chamou.

Constatado o envolvimento com drogas, a dispedi. Ela me implorou para continuar, porem não concordei pelas possiveis consequenclas, e ordenei a uma empregada que fosse com ela na sua pensão e depois para a rodoviaria, "despachando-a" num onibus para Porto Alegre. Evidentemente, dei-lhe dinheiro para isso. E isso fora feito.

Nunca mais soubemos dela, o que alias não teria sentido pois todos estavamos convencidos de que ela teria ido para Porto Alegre como confirmado pela empregada que a levou.

Duas a tres semanas depois, de surpreza um policial apareceu no meu escritorio e me levou a Policia (DEIC), aonde dei um depoimento de aproximadamente 2 horas para o Delegado Maksuo (não sei se a grafia correta é essa, ele era nissel), encarregado do caso.

A jovem não teria ido para Porto Alegre (deve ter

saltado alguns quilometros adiante) e se jogou do vão central do Viaduto do Chá, num meio-dia, sendo internada porem não sobrevivendo.

Meu depoimento foi a narração de tudo, os nomes das 4 empregadas para posteriores convocações, etc. Em resumo, eu nada, absolutamente nada, tinha a ver com o referido suicidlo.

Convencido, o Delegado não me prendeu. Isso é importente, pois somente "depois" da intromissão do Governo ele me "indiciou", como veremos adiante.

Ao sairmos de sua sala e ainda no corredor do DEIC, nos encontramos com o diretor do mesmo, que lhe perguntou: "E como estamos?". Ao que ele respondeu: "O Dr. Melo esta cooperando, e parece que tudo esta esclarecido".{sic).

Por isso eu nem senti necessidade de contratar um advogado.

Ressalte-se que a senhora tradutora, ela e seu marido eram amigos intimos do dlretor do DEIC e da sua esposa, e ela tomou a iniciativa (sem eu saber) de ir procura-lo e dizer que eu era uma pessoa idonea e respeitavel, e contou como tudo tinha acontecido. O mesmo relato acima.

Agora a narração da intromissão do SNI:

Nessa semana, se realizava em São Paulo o Congresso anual de informatica, e o assunto informatica obviamente estava nas manchetes das midias impressas.

Alguns dias depois voltei expontaneamente ao DEIC para saber como estavam as coisas, pois um inquerito havia sido aberto. Foi quando um dos detetives do Delegado Maksuo me perguntou: "O Sr.
tem algum problema em Brasília?"(sic) dizendo que viera um agente de Brasilia investigar o caso e que ele informou que tambem teria obrigação de investigar esse caso.(sic)

Do que conclui que o Governo (o qual provavelmente grampeara o meu telefone comercial, como havia feito varias vezes no passado) teria tido conhecimento do inquerito. Diga-se de passagem, eu nunca mencionei Brasilia (o caso da PNI, minhas criticas, etc) para ninguem do DEIC, mesmo por que não tinha por que faze-lo. Como um simples detetive saberia disso, a não ser com essa visita de Brasilia?

E então eu soube que iria ser indiciado por "indução ao suicídio" (?) e que o Delegado já estava terminando

esse inquerito para envia-lo a Justiça.

Ora, como eu iria ser indiciado se a senhora Barbara (uma testemunha ocular de todos os eventos) contou ao proprio diretor do DEIC o que realmente teria acontecido, e o delegado me liberou (não mandou me prender) e depois do primeiro depoimento nunca mais me chamou?

E sobre a "indução ao suicidio", quer dizer que eu fui capaz de induzir uma pessoa ao suicídio, de uns 25 anos ou mais, quando ela ainda estava na empresa? E uns 10 dias depois ela sentir-se tao "induzida" que resolveu, num meio-dia de grande movimento, jogar-se do Viaduto do Cha?

Nada disso, era apenas um indiciamento mandado, pois como o Delegado Matsuo não podia me indiciar por jogar uma jovem do alto do Viaduto do Cha ao meio dia por existirem centenas ou milhares de testemunhas, ele criou uma incrivel "indução ao suicidio" somente para cumprir com a ordem do SNI.

Mas presumo que esse Delegado tenha decidido vingar-se da ordem de Brasilia, fazendo um "obrigatorio" indiciamento porem sabendo que, na Justiça, esse indiciamento não teria a menor possibilidade de prosseguir, como de fato aconteceu pois nem precisei de contratar um advogado.

Uma dessas tres empregadas, de nome Marli, me disse que depos uma vez no DEIC, porem a forçaram a tentar mudar o seu depoimento, dizendo-lhe "se ele for condenado, voce será condenada como cumplice"(sic) e "não tenha medo, diga a verdade e nos a protegeremos". Outra empregada, de nome Miriam, sofreu as mesmas pressões para mudar o seu depoimento, como ela me informou.

Porque a Sra. Barbara, respeitavel professora publica aposentada, não foi chamada a depor, afinal se tratava de uma respeitavel testemunha de tudo que tinha acontecido?

Assustado por ter sido indiciado (fato unico na minha vida), então contratei um advogado. Esse advogado foi a Justiça para iniciar o seu trabalho, e voltou com a informação de que o promotor, ao ler a denuncia, ficou escandalizado com a mesma, e pediu ao Juiz o arquivamento do processo, e relatou no proprio processo a razão de ter ficado escandalizado, ou seja, teria achado o inquerito e o indiciamento um absurdo e até criticou (no proprio processo) o Delegado. E o Juiz mandou arquiva-lo. Meu advogado não fez nada para isso, pois quando começou ja encontrara a solicitação de arquivamento pelo Promotor e simplesmente fez o

que era o mais adequado, esperou o Juiz decidir para, depois, se necessario fosse contra argumentar.

.

O documento final desse arquivamento (da Justiça) referente a essa decisão do Promotor e a idem do Juiz, esta na anexo C23-a. Trata-se de um certidão desse arquivamento pelo Juiz de 25 Malo 1987, ou sejam, uns 5 a 6 meses depois da farsa do DEIC obedecendo ao SNI.

O Governo queria aproveitar o episodio para, "por coincidencia" em pleno Congresso anual de informatica, desmoralizar-me. Mas não o conseguiu, nenhum jornal importante (como o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, etc.) publicou qualquer coisa a respeito provavelmente prevendo mais uma perseguição do Governo, somente publicando essa noticia esses pequenos jornais chamados de imprensa marrom.

**Anexo C23-a**



# PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

**FABIO BASAGLIA**
Diretor(a) da Divisão de Processamento de Inquéritos (DIPO 3.), desta Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

...ENTO D... INQUÉRITOS E
...IA JUDIC...
...O DE PR...SAMENTO DE
...TOS ...
...O.S SALGADO TRECCALLI
...TORA DE DIVISÃO

C E R T I F I C A,

atendendo a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo os livros e fichários da Divisão a seu cargo, deles verificou constar a distribuição de **um inquérito policial em 14/11/86, registrado sob nº 27.021/86, figurando como indiciado JOÃO CARLOS DE MELO, natural de Porto Alegre-RS, nascido aos 03/06/31, branco brasileiro, portador da RG nº 15.069.907, filho de Carlos Rodrigues de Melo e de Maria de Lourdes Argollo Melo, figurando como vítima Adelaide Brum de Oliveira, deles verificou constar que, referidos autos instaurados para apuração de delito de Crime - contra os costumes, foram ARQUIVADOS, por despacho do MM. Juiz, datado de 25/05/87. NADA MAIS. O referido é verdade do que dou fé. São Paulo, 23 de Julho de 1987. Eu,** [assinatura] **Milton de Almeida Filho, escrevente, datilografei e assino.-.-.-.-.-.-.-.-**

[assinatura]

**FABIO BASAGLIA**
**DIRETOR DE DIVISÃO SUBSTITUTO**

## CAP15
## A PROIBICAO DE EU PARTICIPAR DE UM DEBATE NA TV BANDEIRANTES

Em mais um exemplo das pressões/perseguições que eu diuturnamente sofri ano apos ano, a TV Bandeirantes resolveu fazer um debate entre 4 personagens, os Senadores Roberto Campos e Severo Gomes, o Embaixador Batista Nogueira (o pai), e eu, no seu famoso programa Critica & Autocritica.

A principal executiva (creio que era a sua proprietarla) da TV me telefonou, fazendo o convite. Mas algum tempo depois novamente telefonou, me desconvidando, dizendo que o estava fazendo contra a sua vontade, etc.

Extranhando, liguei para o Senador Roberto Campos e ele ligou para essa executiva, e dela ouviu que o Governo lhe dissera "Se o Melo participar, a TV Bandeirantes nunca mais terá licencas de importações para os seus equipamentos."(sic). E por isso, fora obrigada a me desconvidar. Então o Senador Roberto Campos disse-lhe que se eu não fosse ele tambem não iria. Diante do impasse, eles combinaram que eu iria mas não participaria do debate porem ficaria em bom destaque na primeira fila e varias vezes as camaras me focalizariam. Ou seja, quem conhecia as perseguições estaria entendendo o que estaria acontecendo.

E assim foi feito. Na realidade, pela quantidade de telefonemas que depois recebi de muitos colegas da area de informatica, todos entenderam o que havia acontecido. Durante a semana a TV fizera muitas "chamadas" do programa e com o meu nome, de repente eu não participo porem no debate eu apareço varias vezes na primeira fila e a minha cadeira no palco estava vazia.

Ou seja as camaras "diziam" que eu não estaria doente, que eu não estaria atrasado, e que eu fora encontrado, etc., pois visivelmente eu estava fisicamente na TV, mas não estava nas cadeiras com os outros tres como fora amplamente anunciado.

**Bem mais inteligentes, a TV Bandeirantes e o Senador Roberto Campos facilmente "ganharam" do Governo.**

**E na area da informatica, o Governo deu um tiro no pé, pois a repercussão foi bem pior do que se eu tivesse participado. Todos concluiram que "os argumentos do Melo seriam irrespondiveis e o Governo os proibiram".**

**Creio que a TV Bandeirantes deverá ter essa gravação a qual comprovara mais uma das perseguiçoes que eu sofri.**

## CAP16
## O COMPUTADOR MEDIO MC-9700

**Apos o sucesso do meu computador MB-8000, o passo natural seguinte da J.C. Melo/Sisco foi fabricar o computador medio MC-9700, inclusive este capitulo narra exatamente isso.**

**MC era uma homenagem ao Ministerio das Comunicações, como o anterior MB-8000 fora a Marinha Brasileira. O Ministerio das Comunicações que não concordava com a irreal Reserva de Mercado porem não podia lutar contra a poderosa agencia que controlava a PNI.**

**Voltando ao meu computador medio MC-9700:**

**Não existem registros de que um computador de porte medio tenha sido, aquela epoca, fabricado em qualquer pais do chamado Terceiro Mundo. No entanto, a minha empresa o fez. Ate jornais internacionais (do Reino Unido e do Japao) comentaram esse assunto.**

**A cronologia desse computador medio demonstra muito claramente como o conjunto CAPRE agia.**

**EVENTO 1: Novembro 1978, a minha promessa:**

**No anexo C25-a vemos uma entrevista na Revista da Sucesu de Novembro de 1978, eu prometendo o medio "para o ano que vem."(sic)**

**EVENTO 2: Maio 1979, a pressão da CAPRE:**

**Porem mesmo antes da sua aprovação para fabricação, a perseguição continuou. No anexo C25-b vemos uma noticia no jornal Estado de São Paulo de 23 Maio 1979 sobre pressões (da CAPRE) para que esse computador medio MC-9700 não fosse fabricado pois seria a obvia desmoralização final dela e de COBRA que nem ainda tinha um mini fabricado e muito menos um como o meu MB-8000. Essa noticia tambem acrescenta que essa minha denuncia foi tambem feita a um grupo de**

Anexo C25-a

# Melo promete médio para o ano que vem

Responsável por um dos estandes mais concorridos do 11º CNPD, o industrial João Carlos Melo, vice-presidente da Sisco - Sistemas e Computadores Ltda., garantiu que até meados do ano que vem a sua empresa estará lançando um computador de porte médio com tecnologia própria e um índice de nacionalização superior a 80%.

Para Melo — que também previu para 1981 o lançamento de um computador grande da Sisco — "não existe problema maior de se fabricar um computador de porte médio com tecnologia nacional". Segundo ele, "quem faz um mini, faz um médio, e quem faz um médio pode fazer um grande".

Partidário de que se aplique na área dos computadores médios os mesmos critérios que nortearam a reserva da área de minicomputadores para a iniciativa nacional, Melo disse: "Não vejo porque a associação com empresas estrangeiras se companhias nacionais que já demonstraram a sua capacidade técnica pleitearem fazer o mesmo sem contrato de assistência técnica".

**Fábrica.** Operando atualmente em instalações provisórias, a Sisco está construindo a sua fábrica definitiva em São Paulo, num terreno de 10 mil metros quadrados, devendo entrar até março em regime normal de produção e comercialização. Seu quadro de 100 funcionários deverá ser duplicado até o final deste ano.

Além da matriz e da filial no Rio de Janeiro, a Sisco vai abrir em 1979 filiais em Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, onde serão executadas as atividades de vendas, suporte e manutenção.

Também está sendo estruturado um centro de treinamento para atender funcionários da empresa e usuários. Com as atividades centralizadas em São Paulo, o centro promoverá cursos em outros Estados através do envio de técnicos.

De acordo com Nelson Sany Wortsman, gerente de comercialização de sistemas comerciais, a manutenção é uma das maiores prioridades da empresa, incluindo um *plantão bip* e contratos de até 24 h/dia de atendimento.

**Elite.** A Sisco — prosseguiu Sany — conseguiu reunir "uma elite em termos de desenvolvimento no Brasil". São profissionais egressos dos centros de pesquisas das Universidades e que encontram na empresa as condições propícias para a aplicação dos seus conhecimentos. Como exemplo, citou o terminal inteligente e colorido TIC-9000, desenvolvido por integrantes do pioneiro projeto *Patinho Feio*, da USP. O entusiasmo pelo trabalho desenvolvido e as possibilidades de realização profissional foi, inclusive, expresso por diversos funcionários entrevistados no estande da Sisco e, de acordo com Sany, é este clima de trabalho que está atraindo muita gente para os quadros funcionais da empresa, como no caso de um funcionário que trocou a segurança de seus quase 10 anos de IBM pela Sisco. Nesse particular, Sany considera as empresas multinacionais como "a grande universidade" de muitos profissionais brasileiros, sobretudo na área de Marketing, sendo muito boa, em sua opinião, a contribuição dessas empresas para a nascente indústria brasileira de computação ao colocarem no mercado profissionais dotados de um excelente *know-how*.

**Software.** A parte de *software* constitui-se numa das maiores estruturas dentro da empresa, empregando 40 programadores e analistas senior exclusiva-

**Anexo C25-b**

# Sisco afirma que a Capre fez pressões

COMPUTADORES

O vice-presidente da Sisco — Sistemas e Computadores, J. C. Melo, fez ontem uma palestra de seis horas para oficiais do II Exército que visitaram a indústria. A palestra foi sobre o modelo médio MC-9700, cuja comercialização foi iniciada.

Melo revelou que tem recebido pressões da secretaria executiva da Capre, desde janeiro deste ano. Essas pressões culminaram com recente declaração da Capre, em que desmente nota divulgada por seu presidente, dando detalhes do projeto aprovado.

Ele atribuiu as pressões para que a Sisco não fabricasse o MC-9700 também ao fato de que a empresa estatal Cobra não terá um modelo médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel de São Paulo, e, em outubro, o lançará no congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado.

26 oficiais do II Exercito que fez uma visita coletiva a minha fabrica já em São Paulo. Nela falei durante 6 horas sobre este assunto e claramente afirmei que a CAPRE fazia pressões nesse sentido e quais elas eram.

Este texto da referida noticia bem explica a principal razão dessa nao-fabricaçêo:

----------

"Ele (eu) atribui as pressões para que a J.C. Melo/Sisco não fabricasse o MC-9700 ao fato de que a empresa estatal COBRA não terá um modelo de computador medio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro proximo, num hotel em São Paulo, e em outubro o lançara no Congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado."(sic)

----------

O outro lado (CAPRE,COBRA, etc), como sempre fez em todas as minhas centenas de denuncias publicas, ficou totalmente calado pois não poderia responde-las. Ou seja, a pressão pela sua não-fabricação não seria pela existencia de qualquer problema no plano fisico-financeiro do MC-9700, ou qualquer problema tecnico ou industrial, ou idem fiscal, etc., mas para que a sua fabricação não "desmoralizasse" a estatal COBRA que não tinha sequer um equivalente ao meu antigo MB-8000 ja então vastamente fabricado e instalado e muito menos equivalente ao MC-9700.

Nos Congressos de Informatica, o meu stand era o segundo com o tamanho de 800 m2 logo abaixo do stand da IBM com 1000 m2, porem o sucesso era tão grande que muitas vezes era impossível entrar nesse meu stand. E muito menos COBRA tinha um equivalente ao meu bem maior e mais potente MC-9700, um computador medio. Alias, COBRA não tinha sequer, nem no horizonte, um projeto para um medio.

EVENTO 3: Janeiro 1979, a aprovação do medio MC-9700

Em 19 Janeiro de 1979, a CAPRE aprovou o projeto do meu computador medio MC-9700, veja no anexo C25-c uma noticia do jornal Folha de São Paulo de 20 de Janeiro de 1979.

Na realidade, embora o pareça essa não foi uma "bondade" da CAPRE nem um reconhecimento do erro para o seu perseguido, pois essa aprovação fora proposital para que eles simplesmente tivessem uma "desculpa tecnica" e não aprovassem o grande "perigo", o medio da IBM, portanto decidindo que "ja existindo um brasileiro não podemos aprovar um extrangeiro."

Anexo C25-c

# Médios: Capre aprova projeto

BRASILIA (Sucursal) — A comissão de coordenação das atividades de processamento eletrônico (Capre) aprovou ontem em reunião de plenário, o primeiro projeto do setor de computadores de porte médio, beneficiando o grupo J. C Mello — Henry Maksoud, que se inscreveu com o "projeto sisco", de capital e tecnologia 100% nacional, envolvendo investimentos da ordem de Cr$.123,5 milhões. O projeto, muito elogiado pela equipe técnica da Capre, prevê a produção de 200 computadores de porte médio até 1981.

Ao final da reunião plenária de ontem, fontes governamentais mostraram-se extremamente irritadas com a ação do "lobby" das companhias multinacionais do setor de informática que, segundo eles, tentaram desmoralizar a Capre, anunciando ontem, através de um jornal da capital da República, a aprovação do "projeto sisco", portanto, antes da reunião que julgaria o projeto.

### MANOBRAS

Segundo essas fontes, o "lobby" multinacional teria "jogado" em termos de probabilidade, uma vez conhecendo a tendência dos membros do conselho plenário. Para isso, entretanto, este "lobby" multinacional teria contado com a colaboração de um ou alguns dos membros do conselho da Capre, que teriam acesso à pauta da reunião. Destacaram em seguida as fontes que "este tipo de estratégia não pode, em nenhuma hipótese, prejudicar os objetivos maiores fixados pelo Governo em função do desenvolvimento da indústria brasileira de informática, e muito menos provocar ou atrasar decisões estabelecidas em função do interesse nacional, definido nas resoluções 5 e 9 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Os projetos inscritos em carteira na Capre pela empresa norte-americana IBM deverão ser apreciados nas próximas reuniões da Capre. O esquema de exploração do setor de computadores no Brasil destacou a fonte, deverá ficar totalmente definido ainda no governo Geisel.

O projeto sisco , aprovado ontem pela Capre, estabelece o seguinte esquema de investimento e produção: 1979, Cr$ 52,5 milhões, para uma produção de 30 unidades; 1980, Cr$ 51 milhões, e 70 unidades; e 1981, Cr$ 20 milhões, para uma produção de 100 unidades/ano.

Dizendo-o de outra maneira, a aprovaçêo do meu projeto era o passaporte para eles não aprovarem o da IBM. Mais importante, eles não acreditavam que o MC-9700 seria fabricado, o que tambem não teria importancia pois nessa ocasião da provavel minha "nao-fabricação" o medio da IBM ja teria sido rejeitado como eles queriam. Eu seria o mal menor e ademais "certamente" o MC-9700 não seria fabricado, pois era "muito complexo".

EVENTO 4: Agosto 1979, o medio MC-9700 ja fabricado

Veja no anexo C25-d uma noticia na Revista da Sucesu de Agosto 1979, portanto somente 8 meses apos da sua aprovação, na qual vemos eu mostrando o MC-9700 já fabricado, na minha fabrica, e as suas extraordinarias especificações, como a sua microprogramação, o seu multiprocessamento e o seu data recovery, caracteristicas estas bastante incomuns em computadores desse porte em 1979, como é do conhecimento de qualquer bom tecnico da area.

Conclusao:

Essa cronologia mostra inequivocadamente com agiam a CAPRE e COBRA, sem quaisquer respeitos pela opinião publica, pelas midias, por mim, pelos seus superiores como por exemplo o Presidente Geisel e pela comunidade de informatica. E muitos militares importantes isso percebiam, como os Generais Mariath e Potiguara, os dois oficiais generais que mais acompanhavam a Politica Nacional de Informatica PNI.

Como sempre os donos da CAPRE tinham a absoluta certeza da impunidade, porem foi um tiro no pé pois com as ações similares dos seus sucessores as agencias controladoras da PNI terminaram por mata-la.

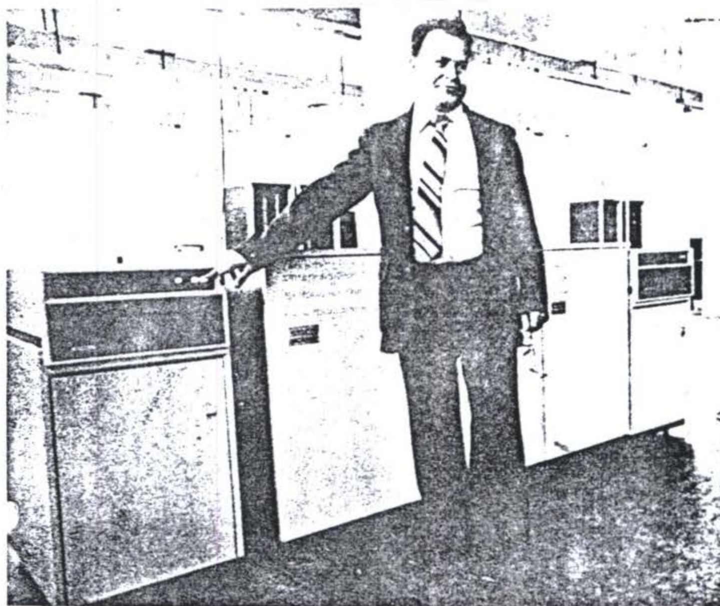
As duas resultantes ironias são:

1. Não nasceu um similar do grande 360 no Brasil,

2. Como o upgrade natural do MC-9700 seria um computador ao nivel de um IBM 360 basico, isso teria uma grande repercussão mundial, pois nem alguns paises desenvolvidos o tinham. E na ocasião da "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco eu ja tinha um "360" na cabeça, ou seja faze-lo microprogramado com o codigo de instruções do 360 modelo basico da IBM, o que seria valido se a microprogramação não demorasse mais do que o tempo da mesma execução no IBM 360 ou ate demorando uns 10% mais.

E eu não teria os evidentes problemas dos softwares IBM que deveriam ser usados (basicos e outros) pois

**Anexo C25-d**



*Na fábrica da Sisco, J.C. Melo mostra o MC–9700*

MÉDIOS

# Características universais

As características universais de arquitetura, que lhe permitem "emular qualquer computador" são, segundo a Sisco, um dos principais destaques da sua nova série de médio-computadores MC-9700, aprovada pela Capre no início do ano e com lançamentos previsto para ouro próximo.

Com tecnologia totalmente nacional e índice de nacionalização de componentes da ordem de 59%, o projeto da Série MC-9700 envolve investimentos de Cr$ 123,5 milhões, com a produção prevista de 200 unidades até 1981.

Suas principais características técnicas são as seguintes: multiprocessamento; multiprogramação (inclusive múltiplos sistemas operacionais); memória secundária com ERCC; *multiply/divide* em *hardware; floating point* em *hardware* (binário ou decimal); memória secundária até 4 MB ( 2 MBbytes por CPU); painel virtual; memória principal com paridade; canal de interprocessamento de alta velocidade; diagnóstico *self-test; Programmable Control Store* (PCS); alta velocidade eletrônica; e alta velocidade operacional.

A alta velocidade eletrônica, na série MC-9700, é assegurada, conforme explica a Sisco, pela microprogramação ao nível teórico mais baixo possível (o timing das instruções é microprogramado), pela utilização de memórias RAM rápidas e do canal de interprocessadores de alta velocidade.

O multiprocessamento, o bom gerenciamento do multiprocessamento (quer em *hardware ou software*) e um poderoso código de instruções ( Nova, inicialmente Eclipse, a curto prazo, e IBM 1370, a médio prazo) são, segundo a empresa, aos responsáveis pela alta velocidade operacional do sistema.

Também são possíveis as configurações duais – características *standard* do modelo MC-9700/2xx – que permitem o uso de técnicas avançadas de *data reco* very, sistemas redundantes, e outras.

Quanto à memória secundária dos sistemas, que no momento usa chips de 16k porém já com sua régua de circuito impresso programada para aceitar os chips de 64k que estarão disponíveis até fins deste ano, será aumentada para até 64 MB

existiam varias firmas nos Estados Unidos e na Europa que os desenvolveram, naturalmente "superiores" aos dos similares da IBM para poderem ser vendidos aos clientes do 360.

O mais ironico disso é que a grande repercussão mundial seria creditada a PNI do Governo, embora eles não tivessem tido qualquer participação nesse avanco. Veja o capitulo CAP21 sobre o futuro 360 brasileiro.

E ninguem pagou ou ira pagar por isso. Quanto ao Brasil ele tem tradição de ficar deitado num berço esplendido, com ou sem milenio digital.

## CAP17
## PROIBICAO DA EDS DE CONTRATAR-ME COMO SEU PRESIDENTE

Infelizmente dessa denuncia eu não dei nenhuma entrevista a qualquer jornal, pois estaria envolvida a EDS e eu poderia prejudica-la. Porem mesmo assim eu a descrevo.

A Electronic Data System EDS era, na ocasiao, a maior empresa de processamento de dados do mundo, sendo seu principal cliente o proprio Governo norte-americano, o Army, a Air Force e a Navy, e uma centena de outras importantes agencias governamentais e grandes empresas.

Num determinado momento, a General Motors (um dos seus maiores clientes) adquire o seu controle nos Estados Unidos, e então vieram ao Brasil dois dos seus Vice-Presidentes (da EDS) para as iniciativas de aqui instala-la.

E então me visitaram, me fazendo o convite para ser o seu Presidente no Brasil. Já conhecendo a sua dimensão nos Estados Unidos, eu o aceitei, porem disse-lhes: "Esta area é muito critica no Brasil, muito politica, sendo conveniente que os Srs. visitem determinada agencia do Governo controladora da PNI, em Brasília. Embora a pretensão da EDS fosse somente um grande centro de processamento de dados e a reserva de mercado era somente para fabricação de hardware, essa visita é recomendavel."(sic)

Poucos dias apos eles votaram, e disseram que haviam estado na na agencia controladora em Brasilia, a Secretaria Especial de Informatica,, e eles lhes disseram: "Não existem problemas para a instalação da EDS no Brasil, porem sugerimos que o Dr. Melo não seja o seu Presidente pois nesse caso os Srs. terão problemas com o Governo."(sic). Não com eles, mas "com o Governo".

E então eles me explicaram porque a EDS era obrigada a retirar o convite, o que evidentemente aceitei.

Porem essa atitude da SEI os assustou e eles voltaram aos Estsdos Unidos e não sei se voltaram ao Brasil.

# CAP18
# A NAO ACEITACAO DA SEL e da J.C. MELO QUE JA FABRICAVA

A não aceitação da fabrica de computadores SEL System Engineering Laboratories e da J.C. Melo associadas, e a escolha fechada (manu militare) de outras sem quaisquer experiencias no ramo foi uma das muitas e absurdas perseguições que sofri.

Essa perseguição esta narrada na pagina 32 do meu livro de 1982.

Primeiro, qual era a minha relação com a SEL System Engineering Labs, de Fort Lauderdale, Florida. Na minha profissão (controle de processos por computadores em tempo real) é imperativo ser conhecedor da Teoria Geral de Controle, quer a matematica quer a conceitual. São continuas aulas durante 2 a 3 anos. E um dos seus assuntos mais fundamentais é saber calcular a Reliability (Confiabilidade) de um sistema, como um computador para alguns serviços mais criticos. Na ocasião e hoje, não se compra esses equipamentos sem uma clausura no contrato garantindo uma determinada confiabilidade minima ($R(t)=x$). E essa clausula era incluida em todas as propostas e contratos da SEL, como alias de todos os outros fabricantes. Ninguem comprava sem ela.

E eu fui contratado para ser o Manager desses calculos na SEL uma fornecedora tradicional da NASA, onde trabalhei 8 meses em Fort Lauderdale. E a SEL tambem me colocou num curso especial de 30 dias na NASA (exclusivamente sobre calculo de confiabilidade) em Cabo Canaveral ministrado por Mr. Malcolm Mac Gregor, considerado o "papa" de confiabilidade de tudo na NASA.

A SEL era especializada nesses computadores de alta confiabilidade, fornecedora tradicional da NASA, das Forcas Armadas e de grandes empresas.

O seu presidente Mr. Gus Randolf tomou uma decisão muito importante sobre o seu computador SEL82, dando-lhe as linguagens/sistemas tradicionais para uma empresa. E o SEL82 foi um sucesso de vendas. Alias, foi um dos primeiros computadores de 32 bits, ideais para controle de processos em tempo real. Na ocasião eram baratos, da ordem de US$ 100,000.00.

E Mr. Randolf e eu nos tornamos amigos, de vez enquanto velejamos juntos, etc. Mesmo assim, eu voltei para o Brasil, por problemas particulares.

Mas eu voltei aos Estados Unidos algum tempo depois, propondo-lhe a instalação de uma fabrica da SEL em associação com a J.C. Melo Computadores e ele aceitou, e nessa ocasião fiquei 2 meses na SEL (Março e Abril de 1971) por esse motivo.

O Board of Directors da SEL ja havia decidido a instalação da fábrica no Brasil, dependendo de uma verificação local das reais intenções do Governo Brasileiro.

Haviamos estabelecido que a fábrica poderia estar instalada em Fevereiro de 1972, ou seja, todos os setores da SEL (fmanceiro, técnico, etc.) ja haviam concordado com essa data.

Passamos então a obvia segunda parte do plano, ou sejam os contactos com o Governo Brasileiro. E Mr. Gus escolheu um dos seus Diretores, Mr. Armando Cuesta, para comigo vir ao Brasil e, durante algumas semanas, acompanhar-me nas entrevistas com o Governo Brasileiro.

Logo ao chegarmos (Abril de 1971) dirigimo-nos ao Comandante Mario Guaranys, da Diretoria de Eletronica da Marinha, na ocasião o interlocutor valido. E dele ouvimos que o Governo não poderia aceitar a SEL, pois embora não oficial a Ferranti inglesa já havia sido escolhida, o Governo não poderia aceitar a J.C.Melo, pois embora não oficial a EE Equipamentos Eletronicos já havia sido escolhida para ser a sócia nacional da Ferranti e do próprio Governo. E que não aprovariam uma 2a industria, pois o mercado so suportaria uma.

Essa era a decisão do Governo. A primeira era um erro técnico, a segunda era uma proteção a firma EE Equipamentos Eletronicos diga-se de passagem idonea, mas a terceira, essa sim era grave pois era o GOSPLAN em ação.

Argumentei que o modelo FM1600B da Ferranti era exclusivamente militar, que era adequado para as fragatas que estavam sendo construídas no Reino

Unido mas que o plano de usar o referido modelo nas áreas comercial e industrial era inviavel pois ninguem iria pagar mais por um computador militarizado e sem os softwares requeridos pelo mercado. Ele não acreditou, como alias toda a Marinha, a propria EE, o BNDE, etc.

Aquilo pareceu ao Mr. Cuesta e a mim uma decisão tão errada que resolvemos falar com o engenheiro Damasceno então diretor e um dos donos da EE, o qual eu já conhecia. E nos dois passamos uma tarde inteira tentando convence-lo que o plano era inviável, pois o FM1600B não seria vendido fora da Marinha e ninguém iria fazer uma fábrica para fornecer somente uma dúzia de computadores. Não tivemos exito. No mês seguinte a EE e a Ferranti entregaram ao Governo uma proposta intitulada Plano Integrado para Projetos de Computador Nacional e Para Suporte de Sistemas Digitais Navais. Somente 6 meses após, praticamente no fim do ano, é que acreditaram que eu tinha razão pois a proposta não foi aprovada, e dois representantes do GTE foram ao exterior procurar outro socio extrangeiro.

Mr. Cuesta e eu voltamos aos Estados Unidos e entregamos ao Board of Directors da SEL um amplo relatorio das entrevistas, com a recomendação da fábrica não ser instalada no Brasil. O que mais assustou a Mr. Randolph foi a dependência da futura fábrica ao Governo, pois ele não aceitava a ideia de que necessitaria de uma "permissao" do Governo Brasileiro para, associado a J.C. Melo uma empresa brasileira que teria 33% das ações e imstalar uma sofisticada fábrica de computadores do Brasil. O modelo que seria fabricado era o 82, que era usado pela NASA e Forças Armadas dos Estados Unidos, mas também pela indústria e comércio.

Foi o primeiro golpe que eu sofri do GOSPLAN da informatica, o que me abalou pois, afinal, eu poderia ter realizado meu sonho de 1953, e principalmente eu intuí que se aquilo tinha acontecido iria acontecer daí para diante com novas iniciativas minhas pois eu não iria abandonar o meu principal objetivo.

Ou seja, eu intui que estava em rota de colisão com o Governo militar, e os anos posteriores comprovaram que eu havia intuído certo, pois eu nunca aceitaria aquela decisão de que não aprovariam "outras" fabricas.

Um pais sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, rejeitando uma associação de empresa brasileira e extrangeira para instalarem-se no pais.

## CAP19
## A PROIBICAO DA INSTALACAO DA MINHA FABRICA EM CURITIBA

Narremos agora sobre a proibição (atravas da um telex oficial) de que a J.C. Melo se instalasse na Cidade Industrial de Curitlba, associada com a grande TRW Controls norte-americana.

A TRW era a maior fabricante da satelites dos Estados Unidos e considerada uma das expoentes no setor de controle de processos em tempo real (com seus proprlos computadores), e tinha 300.000 empregados. Uma das suas 80 empresas (a TRW Controla) era uma empresa de elite em controles de trens e metros em tempo real, como exemplos a grande ferrovia Southern Pacific, o metro de Washington, o metro de São Francisco, etc., uma potencia tecnologica. Alem de uma empresa lider em quaisquer controles DAS ou DDC.

Eu ja conhecia a TRW Controls, por ocasião do caso do Bart (Bart é "Basic Area Rapid Transit"), o metro de São Francisco que atravessa o mar mais ou menos embaixo da ponte Golden Gate e segue na Bay Area. Ha uns 40 anos o Bart enfrentou uns seis processos na Justica de São Francisco (Municipalidade <--> Betchel, Municipalidade <--> TRW, Betchel <--> TRW), e todos eles envolvendo um software de milhões de dolares. A Betchel respondeu a Municipalidade: "Voce me mandou cartas modificando o projeto inicial". A TRW dizia: "Eu so cumpri um work statement com suas especificações." E a Municipalidade dizia: "Se conhecessemos metros, não precisariamos contratar a Betchel." E tudo aparecia na imprensa. Era um controle automatico para um metro, então o mais avancado do mundo, um sistema DDC que nenhum metro possuia na ocasião. A municipalidade de São Francisco contratou a Betchel, uma das maiores empresas de engenharia consultiva do mundo, para fazer o seu projeto. Relativo ao sistema de controle, um software tipo DDC Direct Digital Control, a TRW Controls venceu a concorrencia, uma companhia com 300.000

empregados e de grande reputação tecnologica e que ja tinha feito os softwares de controle dos metros de Chicago e de Washington. E por causa do fracasso operacional inicial do Bart, todos necessitavam justificar-se aos seus superiores. A Municipalidade aos seus eleitores, a Betchel e a TRW aos seus acionistas. Dizendo-o de outra maneira, todos se justificavam indo para a Justica. Mas tudo era sobre uma coisa chamada software.

O metro fora carissimo, e ademais para uma area de altissimo padrão de vida (a Bay Area, o tambem chamado Silicon Valley) Por causa disso, o seu despacho automatico (das composições) deveria ser a cada 1 minuto em algumas horas de pico. Mas na operação inicial, foi de varios minutos, o que inviabilizaria todas as suas projeções financeiras. E esse 1 minuto era um item que constava de todos os contratos originais.

Diante do caso ja publico, a Municipalidade resolveu contratar 3 tecnicos todos extrangeiros pois seria complicado contratar tecnicos norte-americanos (em controle DDC, em tempo real) sem previas relações profissionais diretas ou indiretas com a Betchel ou com a TRW. E foram contratados eu, um ingles e um alemao. Não para entrarmos no merito da questão e acharmos o responsavel, mas para relatar o que estava acontecendo e suas possiveis causas. Trabalhamos um mes nos escritorios do Bart, juntos com os tecnicos das 3 partes, e entregamos o relatorio final e nos desligamos do caso. Embora não fosse nossa obrigação definir responsabilidades, informalmente trocavamos impressões entre todas as partes, e todos concordavamos que era um imenso erro esse sistema (esse software) ter ido a justiça, pois não existia a minima hipotese da justiça (e com sua "pericia" em software) definir as responsabilidades. Ja fora do problema, tempos depois li num jornal que um acordo fora feito, não sabendo qual.

Foi nessa ocasião que conheci a TRW Controls e alguns dos seus diretores, o que facilitou um acordo de associação. Alias, ja naquela epoca eu pensava num socio norte-americano da area.

E tempos depois indo a sua sede em Houston, chegamos a esse acordo de associação e eu seria o Presidente da empresa, e a TRW Controls e a J.C. Melo seriam associadas. Embora ela fabricasse seus proprios computadores não o faria no Brasil ate por uma questão de economia de escala, e a J.C. Melo usaria todas as suas instalações industriais para somente fabricar computadores. A sua vinda para o Brasil representaria uma "fantastica" instalação industrial, A PRIMEIRA NO BRASIL DESSE NIVEL, e

com muitos metodos industriais da area de informatica inexistentes no Brasil. Nem a fabrica IBM no Brasil tinha esse nivel industrial.

Esta é mais uma prova juridica das pressões/perseguições que continuadamente eu sofri.

Um seu Vice-Presidente, Mr. Gene Jarvis, veio ao Brasil para a implantação dessa fabrica, e fomos a Curitiba, pois a sua Cidade Industrial ja havia sido escolhida pela TRW Controls. Curitiba logo foi escolhida por que não representava a "ebulição" industrial e dos empregados de São Paulo.

Em Curitiba fomos recebidos por seu então Presidente (Dr. Cassio Taniguchi, depois prefeito de Curitiba), para as tratativas da instalação da nova fabrica da J.C. Melo associada com a TRW Controls norte-americana. Inclusive o local ja havia sido escolhido, ou seja o terreno exatamente defronte do terreno da fabrica da Siemens.

Foi quando o Dr. Cassio, muito constrangido pois ele ja havia conhecido, pelo projeto, as ineditas instalações tecnicas que iriam para a sua Cidade Industrial, nos mostrou um telex (oficial) determinando que qualquer instalação de fabrica de computadores no Brasil estaria sujeita a uma previa autorização do Governo. A TRW não iria fabricar computadores no Brasil, somente sistemas (como o unico sistema DDC de controle de metros no mundo que ela fabricou para o Bart de São Francisco).

Resumindo, a TRW somente fabricaria seus sistemas de controle com seus computadores importados, eu seria seu Presidente e tambem em troca usaria a sua muito aparelhada fabrica para fabricar meus computadores. Portanto, não existiria nenhuma fabrica extrangeira fabricando computadores no Brasil.

Um sofisma, somente para bloqueiar a referida instalação. E a TRW Controls desistiu dessa fabrica no Brasil.

Esse telex, considerando a potencia tecnologica da TRW e as instalações industriais que seriam feitas em Curitiba certamente foi outro crime de Lesa Patria.

# CAP20
# O KAFKA BRASILEIRO: AS PROIBIDAS FABRICAS DE ALTA TECNOLOGIA

**Neste milenio digital todos sabemos que a tecnologia da informatica provavelmente sera a joia da coroa de qualquer pais, um bem super valorizado e principalmente fundamental sob varias aspectos, como vimos em quase todos os capitulos deste book 2.**

**Por isso, não é logico e normal um pais rejeitar essa joia da coroa se uma industria extrangeira do setor quizer associar-se com uma idem nacional visando a instalação de uma fabrica conjunta no Brasil. Nesse caso, muito necessitaremos "ir la" e trabalhosamente "convence-la" do quanto isso seria importante, repito convence-la por necessitarmos visceralmente dessas associações. Isso é o que fara qualquer pais que não esteja deitado eternamente num berco explendido.**

**Responsabilidade social:**

**Evidentemente é natural um pais se proteger e proteger as suas industrias, criando instrumentos estabelendo limites de diversas formas nesses tipos de associações, por exemplo como devera ser essa transferencia de tecnologia, como devera ser o seu controle acionario e muitas outras proteções conhecidas em muitos importantes paises. Isso tem um nome, responsabilidade social.**

**A responsabilidade social é um quadro ético e sugere que um Governo tenha a obrigação de agir em benefício da sociedade em geral. A responsabilidade social é um dever que todos os Governos devem ter para manter um equilíbrio entre os seus varios sistemas. Porem o termo "responsável", como no "governo responsavel", requer qualificações de varios tipos, em economia, politica, tecnica, moral e outros etcs.**

Ao proibir essas associações em termos ABSOLUTOS, a primeira conclusão que se chega é que no concernente a tecnologia da informatica neste milenio digital o Governo militar brasileiro atraves das suas agencias controladoras da PNI demonstrou não ter responsabilidade social em no minimo tres campos, economia, tecnologia de informatica e Forcas Armadas.

Alem disso não é natural ou inteligente ou normal "proibir" essas associações. Neste caso o assunto passou a ser um assunto muito conhecido pelo escritor tcheco Franz Kafka. Outra conclusao, esta logica, é que o Governo e o controladores da PNI não leram as essenciais obras de Kafka, "Metamorphosis", "Trial" e "Castle". Se as tivessem lido, teriam compreendido o que é o universo kafkaniano e certamente tentariam evita-lo na sua nati-morta Politica Nacional de Informatica PNI.

A Politica Nacional de Informatica foi um completo absurdo, um pais sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, melhor dizendo para sua sobrevivencia, rejeitando associações de fontes de tecnologia/economia entre empresas extrangeiras e brasileiras, num campo tão fundamental para o pais, com isso declarando oficialmente que não necessita dessa tecnologia de ponta. Evidentemente, parece kafkaniano.

Nos 2 capitulos anteriores CAP18 e CAP19 narrei duas dessas kafkanianas "PROIBICOES" de associações para instalações de fabricas atraves de asociações da J.C. Melo Computadores com duas excepcionais empresas de alta tecnologia, a SEL Systems Engineering Labs e a TRW CONTROLS, a primeira fabricantes de computadores de 32 bits para controles de processos e tradicional fornecedora da NASA e a segunda fabricantes de conhecidos sistemas de controle de processos e com 300.000 empregados.

Mas o absurdo foi adiante e ainda maior, com a sua "legislação" tambem proibindo a J.C. Melo Computadores de implantar fabricas conjuntas com outras duas empresas:

1. DATA GENERAL, dos Estados Unidos, a 2a. maior fabrica de minicomputadores no mundo fabricante do mundialmente famoso Nova-3, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja o anexo C29-a de uma noticia no jornal O Fluminense de 13 Julho 1977,

2. BME BUROSMASCINEN, da Alemanha, tambem fabricante de computadores, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja C29-b de

**Anexo C29-a**

# Data General e Melo iniciam entendimentos sobre associação

A possível associação entre a Data General e o Grupo J.C. Melo, para a produção de minicomputadores no Brasil, começa a ser discutida hoje, nos Estados Unidos, entre a alta direção da empresa norte-americana e o presidente do grupo brasileiro, o empresário João Carlos Melo.

Ele se encontra na América do Norte desde o início da semana para uma série de palestras, tanto no setor privado como em organizações militares, sobre os novos equipamentos que a sua empresa passará a produzir comercialmente nos Estados Unidos já em setembro. Trata-se do microcomputador e da estação remota MIC-1000, projetados a partir do Sistema de Supervisão do avião Boeing-747 e que vêm despertando grande interesse naquele país por serem considerados revolucionários.

A princípio, o presidente do Grupo J. C. Melo pretendia fabricar esses novos equipamentos aqui no Brasil e, sob regime de "draw-back", exportá-los para todo o mundo, gerando, segundo ele, "divisas de dezenas de milhões de dólares, numa estimativa pessimista". Porém, por considerar que a área de computação no país é virtualmente política", decidiu antecipar a fabricação industrial da estação remota nos Estados Unidos para dentro de 45 dias.

No momento, nove protótipos do microcomputador e da estação remota estão sendo testados naquele país por grandes empresas, como a fábrica de aviões Boeing e a companhia Southern Pacific, além de organizações militares. O empresário explicou que pela primeira vez no mundo conseguiu-se colocar, industrialmente, numa placa de circuito impresso extremamente reduzida, toda uma Remota em LSI, com computador, memórias, dois interfaces de comunicações assíncronas, 16 entradas analógicas, 24 entradas on-off com isolamento ótico e 12 saídas on-off de 400 mA cada uma em estado sólido, com sofisticado código de detecção de erro programado em hardware.

— O resultado alcançado foi tão importante que começa a ser comparado, naquele país, ao impacto do computador doméstico, afirmou João Carlos Melo, que sexta-feira estará falando para técnicos militares norte-americanos, em Washington, sobre as vantagens da utilização dos novos equipamentos em aviões, tanques, mísseis e navios. Dos Estados Unidos, o empresário brasileiro seguirá direto para Berlim, onde entrará em contato com a diretoria da BME-Burosmaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática Alemã, quando também discutirá as possibilidades de associação para a produção de minicomputadores no Brasil.

**Anexo C29-b**

# Minicomputador: uma associação?

O vice-presidente da Data General, Jim Campbell, manteve contato ontem, no Rio, com o empresário João Carlos Melo, presidente do Grupo J. C. Melo, convidando-o para ir aos Estados Unidos discutir uma possível sociedade entre as duas empresas, visando à produção de minicomputadores no Brasil, dentro da resolução baixada pela Capre — Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico.

A Data General é a segunda maior fabricante mundial de minicomputadores e o Grupo J. C. Melo o primeiro fabricante dos mini no Brasil. A Data General está entre as duas dezenas de firmas que, desde 1970, vêm demonstrando interesse de se instalarem no País.

O empresário João Carlos Melo também foi convidado para ir a Berlim, onde discutirá uma outra possibilidade de associação com a alta direção da BME — Buromaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática da Alemanha. Este convite foi feito por Frank Seiffert, diretor geral da empresa alemã.

## CAP21
## O CRIME DE LESA PATRIA

Primeiro, é ironico mencionar que o Governo militar ajudando ao Sr. Maksoud "tomar" a minha empresa o que depois a matou como muito previsto, impossibilitou um fato que seria de grande importancia para o Brasil, pois o computador naturalmente seguinte ao MC-9700 seria (em mais 3 ou 4 anos) obviamente um computador maior ao nivel minimo do campeão mundial de vendas, o modelo IBM 360 ou o seguinte 370.

Ha 40 anos ou mais atras, somente os Estados Unidos fabricavam um computador ao nivel do famoso 360 ou seu sucessor 370, nem o Reino Unido, a Franca ou a Alemanha. Imaginem o imenso beneficio que isso poderia ter causado ao Brasil aquela epoca e principalmente nos seguintes 40 anos.

Lembro-me que o meu velho amigo engenheiro Robeli Libero, Presidente da IBM Brasil (posteriormente membro do Board mundial da IBM nos Estados Unidos) num almoco me disse: "O meu receio não é o MC-9700, mas o que ele diz pois o seu natural passo seguinte so podera ser um 360."(sic) O iconico 360 era o principal produto da gigante IBM, no mundo inteiro. Alem disso o Robeli sabia que eu poderia fazer um IBM basico com microprogramação e que ele poderia ter muitos softwares compativeis originarios de outras empresas na Europa e nos Estados Unidos (inclusive ate um sistema operacional para o IBM 360), portanto que tecnicamente nada impediria que eu fazesse esse natural avanço em alguns poucos anos.

Fantasticamente seria so hardware para a J.C. Melo/Sisco dar ao Brasil um 360 brasileiro sem necessitar desenvolver o grande software necessario para o 360, bastante disponivel no primeiro mundo. Quanto ao hardware, a J.C. Melo/Sisco ja tinha excelentes experiencias com os computadores

anteriores, o MB-8000 e o MC-9700, que eram microprogramados.

E eu lhe respondi: "A IBM não deve se preocupar com um meu 360 e ademais como sabes esse pessoal é tão desinformado que isso vai durar muito pouco, e como tambem sabes eu não preciso deles. Ademais eu não posso ganhar do seu Almaden, talvez so em preco."(sic) Almaden era (na epoca e hoje) o maior laboratorio de informatica do mundo (foi la que nasceu o PC) com 1.200 engenheiros so nas pesquisas, mas a IBM hoje tem 3.000 pesquisadores em outras partes do mundo.

Então era voz corrente que o principal objetivo da PNI era fechar a IBM e a Burroughs no Brasil. Os esquerdistas desinformados defensores da PNI na Camara de Deputados não faziam segredo desse objetivo nos seus comentarios.

Eu não tenho a menor duvida de que a maior "desgraça" causada pelo Governo militar de então com as suas incriveis Politica Nacional de Informatica PNI e Reserva de Mercado dos computadores e afins, foi ironicamente que a "tomada" da minha fabrica J.C. Melo/Sisco pelo Sr. Maksoud criminalmente ajudado pelo mesmo Governo, como muito previ terminou por fecha-la. Veja o capitulo CAP03 sobre essa criminosa "tomada".

Eu conhecia as entranhas da J.C. Melo/Sisco como ninguem, eu a fundei durante 10 anos, a criei, a dirigi, e conhecia muito bem as perigosas personalidade do Sr. Maksoud e a sua completa ignorancia sobre como uma industria de hardware/software deveria ser dirigida. E era bem visivel que o seu fechamento seria somente uma questao de tempo.

A morte da J.C. Melo/Sisco, por mim bastante esperada, prevista e anunciada, gerou os muitos efeitos colaterais negativos descritos neste livro, porem o maior deles foi impedir que entre 3 a 4 anos ela fabricasse um computador similar e compativel com o grande iconico 360 da IBM, seu maior carro chefe no mundo inteiro, deixando claro que não estou me referindo a provaveis ignorancias tecnicas de todos os meus empregados e gestores.

Ao fabricar o modelo MC-9700, um computador medio (Veja o capitulo 16), o proximo passo natural seria fabricar um similar ao grande 360 da IBM, na sua versão minima modelo 30.

A sua fabricação seria um passo natural, por dois motivos:

1. Software

Não haveria necessidade de desenvolver qualquer software, pois existim centenas de empresas em todo o mundo esoecializadas em desenvolver esses softwares para o 360, geralmente "melhores" do que os da IBM para poderem ser vendidos aos seus clientes. Ate do sistema operacional do 360 ja existiam dois softwares disponiveis.

2. Hardware

O meu computador MB-8000 era microprogramado, desde o seu inicio. Antes de fabrica-lo, eu passei duas semanas na California para adquirir essa tecnologia. E porisso, como era do conhecimento de toda a classe de informatica do Brasil, ele executava qualquer programa escrito para o minicomputador Nova-3 da Data General, o segundo maior vendido do mundo, alias essa era a principal vantagem do MB-8000 para explicar a razão da sua grande venda. Como, por exemplo, o famoso Blis-Cobol, um Cobol multi-usuario executado tanto no MB-8000 quanto no Nova-3. E tambem no MC-9700.

Como o Governo brasileiro, atraves da sua agencia "controladora" da informatica nacional nao sabia o que era microprogramacao, um dos seus mantras contra a J.C. Melo/Sisco era que ela copiava o Nova-3. Bem, eu so sou responsavel por minhas ignorancias e nao as dos outros. Mas o Governo militar isso fazendo, demonstrava a toda a area de informatica do Brasil que ele nao sabia o que era microprogamacao e por extensao o que estava "controlando". Mais um tiro no pe.

E os MB-8000 e medio MC-9700 eram microprogramados. E, por coincidencia, o IBM 360 tambem, uma microprogramacao nominada por ela de "microcode".

Para compreeender como não seria uma tarefa gigantesca e "impossivel" fabricar um 360 e portanto muito provavel termina-la em poucos anos depois de fabricar os MB-8000 e MC-9700 micrgramados como eu fiz, necessitarei explicar melhor este assunto.

Normalmente, tanto os computadores antigos quanto os novos nao usam microprogramação. Todos eles tem um circuito eletronico especifico para performar uma função especifica, por exemplo se a função es um AND esse AND tem o seu hardware especifico, se es DELETE idem, se es COPIAR idem, e assim por diante. Hoje, um computador "normal" tem 1000 ou mais dessas funcoes especificas, que são conhecidas como o conjunto de instruções de um computador. E escrevendo (codificando) um programa ou algoritmo que voce deseje combinando essas instruções, voce cria a funcao de transferencia desejada. Como se esse

codigo fosse a lingua na qual voce esta escrevendo.

A microprogramação es completamente diferente, no computador microprogramado existe uma memoria especial (ROM, read only memory) que voce não ve ou tem acesso, e nela o fabricante programa/coloca uma especie de micro-instrução, uma para a instrução AND, outra para DELETE, outra para COPIAR, etc, e o efeito resultante es o mesmo dessas mesmas instruções em hardware.

Na realidade, projetar um computador microprogramado obedecendo as codigo de instruções de outro computador, es mais complexo e demorado do que um "normal" em hardware, pois voce projetista sera obrigado a criar (na ROM) as instruções do outro computador ou seja não teria a liberdade de criar as instruções que voce quizer. E se voce criar instruções de maquina diferentes, não usara quaisquer softwares disponiveis e tera que desenvolve-los, o que em tempo lhe custara não sei quantas milhares de vezes mais. Neste caso voce criaria um hardware de um computador em um ano ou dois, e depois mais 30 anos para o seu software. Alias, foi isso que tentou fazer a incrivel Politica Nacional de Informatica ha 40 anos, com os computadores G10 e G11 feitos pela Universidade de Sao Paulo.

Bem, como eu ja disse adquiri essa tecnologia da microprogramação na California e com ela fabriquei o MB-8000 e o MC-9700, ambas usando o codigo de instruções do famoso Nova-3.

Voltando ao futuro 360 da J.C. Melo/Sisco, seria necessario projetar/fabricar o seu hardware microprogramado, um projeto de aproximadamente um a dois anos, e mais dois a tres para criar a sua microprogramação na ROM, seus debugs, testes finais, I/Os, etc. Em resumo a J.C. Melo/Sisco em tres a quatro anos ja estaria lancando o seu 360 na sua versão minima.

E o brasileiro 360 ja existia totalmente na minha mente.

Seria o primeiro pais do terceiro mundo a faze-lo e passando a frente de alguns do primeiro.

Com a "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco por um empresario com a absoluta ajuda do Governo militar de então o que como previsto causou o seu fechamento poucos anos depois, me "tomaram" US$ 25 milhoes e terminei sendo obrigado a ir para o exterior, mas es impensavel estimar os efeitos negativos por o Brasil não ter fabricado um 360 brasileiro ou o seu sucessor IBM 370 ou outros durante esses 40 anos.

E ele seria exportavel, por causa do obvio preco menor do que o 360 da IBM. Talvez cinco vezes menos. O 360 da IBM era o seu carro chefe no mundo inteiro, nem sei quantas dezenas ou centenas de milhares foram alugados, e os preços da J.C. Melo/Sisco seriam bem menores por causa do imenso overhead que a IBM es obrigada a colocar.

O sucesso financeiro desse 360 da J.C. Melo/Sisco seria muito grande, pois em todo o mundo a IBM não vendia computadores e sim os alugava, normalmente a precos altos por causa do seu altissimo overhead resultante dos seus servicos tecnicos e desenvolvimentos de grande qualidade. E logicamente todas as empresas  nacionais ou extrangeiras, fariam os seus calculos e veriam que comprar um 360 da J.C. Melo/Sisco seria o equivalente a alugar um 360 da IBM por X anos.

Evidentemente, isso obrigaria a J.C. Melo/Sisco a aumentar a sua estrutura de servicos tecnicos e administração e alguns problemas tecnicos mais faceis, como os I/O para os perifericos de varios fabricantes, etc. Porem nada muito complexo ou excessivamente demorado.

Sem a menor duvida, pelas suas consequencias em todos esses 40 anos e principalmente no futuro, foi um crime de Lesa Patria. Num regime mais "duro", como na China ou na Russia, seus responsaveis possivelmente seriam presos ou executados.

Quem ira ressarcir o Brasil, por este crime de lesa patria?

J. C. MELO

# A Incrível Política Nacional de Informática - 2

MIAMI - FLORIDA
2017

**ESTE LIVRO E. DEDICADO**

**Postumamente**

**aos Generais Ernesto Geisel, Moacir Barcellos Potiguara, Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva,**

**Embaixador Roberto Campos**

**Dr. Roberto Marinho.**

# INDEXES

Não são usados indexes do modo tradicional, indicando os numeros das paginas ou capitulos.

Os capitulos estão propositadamente numerados CAPxx e os anexos são Cxx-y, e ambos poderão ser acessados por keywords.

INTRODUCAO

Capitulos:
CAP01. Perseguiçoes incluidas no livro de 1982
CAP02. Por que volto a este assunto apos 40 anos?
CAP03. A "tomada" da J.C. MELO/SISCO com a ajuda do Governo
CAP04. A fabrica STRATUS
CAP05. Tentativa de minha desmoralização
CAP06. A proibição do livro ser publicado
CAP07. Meu apelo publico ao Presidente Geisel
CAP08. Quem me perseguiu?
CAP09. Perseguiçoes adicionais
CAP10. Cobra difundia que eu era um contrabandista
CAP11. Transferencias de concorrencias ganhas para COBRA
CAP12. Eu denunciei as açoes de COBRA ao CADE
CAP13. A pressão fiscal
CAP14. O suicidio de uma empregada
CAP15. A proibição de participar de um debate na TV Bandeirantes
CAP16. O computador medio MC-9700
CAP17. Proibição da EDS de contratar-me como seu Presidente
CAP18. A não aceitação da SEL e da J.C. MELO que ja fabricava
CAP19. A proibição da instalação da minha fabrica em Curitiba
CAP20. O Kafka brasileiro: As proibidas fabricas de alta tecnologia
CAP21 O Crime de Lesa Patria

# INTRODUCAO

1. Para simplificar, a seguir quaisquer referencias ao meu livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" o qual esta no primeiro modulo deste site (book 1), sera somente "livro de 1982".

2. Os anexos deste book 2 são incluidos na(s) sua(s) pagina(s) imediatamente seguinte(s) a pagina em que forem mencionados. Por exemplo, um anexo mencionado na pagina 20 estara na pagina seguinte antes da pagina 21.

3. Desculpem-me a falta de alguns acentos (meus trabalhos e computadores são todos em ingles) e tambem de algumas regras linguisticas esquecidas apos o longo tempo fora do Brasil.

Ha distantes 40 anos atras fui apoiado por respeitaveis brasileiros que honram qualquer pais, não por minha pessoa mas pelas ideias que defendia, aos quais eu devo agradecer: Presidente Ernesto Geisel, Generais Moacir Barcellos Potiguara, Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva, Embaixador Roberto Campos e Dr. Roberto Marinho. Que Deus os tenham.

Adicionalmente eu me lembro das perseguições que sofri quando morava no Brasil, somente por causa de minhas opiniões tecnicas e politicas contra a então chamada Politica Nacional de Informatica PNI.

book 1 - 1987

O book 1 é a versão digital .pdf do meu livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica", escrito em 1982.

Ele descreve a epoca do nascimento da Politica Nacional de Informatica PNI no Brasil, alguns dos seus erros e somente as 8 iniciais das perseguições e torturas mentais que sofri.

book 2 - 2017

Durante o Governo militar eu não poderia escrever este livro. Nunca fui politico, nunca pertenci a um partido politico, nunca estive com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo militar, porem pelo conteudo deste livro eu não podia escreve-lo na ocasião. Fui perseguido durante 10 anos

exclusivamente por minha opinião contraria a Politica Nacional de Informatica do Governo, e somente agora, apos longo exilio no exterior, es que escrevo esta livro 2.

Para mim esta livro 2 es importante, para a memoria da minha pessoa, pois depois de pedir asilo por causa dessas perseguições passei longos anos no exterior sem contacto com o Brasil informatico e portanto ha 40 anos atras quase nada foi revelado a este respeito.

Apesar disso, mesmo essas perseguições governamentais que me feriram, são importantes por simultaneamente narrarem erros politicos e tecnicos que poderão ser evitados por outros paises, ou seja aprender pelos erros, e melhor ainda, dos outros.

Porem um objetivo deste book 2 não é somente narrar as perseguições que sofri do Governo militar do Brasil , mas tambem as possiveis politicas de informatica ou os planejamentos centrais de informatica que irão obrigatoriamente surgir em muitos paises por causa deste milenio digital no qual estamos entrando, por ele conter informações importantes sobre este inicio.

Resumindo, este book 2 é um alerta para os Governos, um alerta de furacões informaticos que irão ajudar muitos paises, pois resultara em melhores decisões por conhecerem simultaneamente os ERROS praticados e as sugestões para futuros ACERTOS.

Este book 2 foi escrito em 2017, e inicialmente narro quatro das perseguições e torturas mentais por mim sofridas nos seus capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06, todos com provas juridicas.

Porem existiram outras torturas mentais e perseguições alem das narradas nos capitulos seguintes.

Para uma futura analise por algum pais interessado numa politica nacional de informatica, estes dois livros 1 e 2 são essenciais por mostrarem os erros da anterior PNI brasileira e indicarem alguns obvios caminhos, por isso esses dois books ja estão na "deep Internet" e nas grandes bibliotecas hoje virtuais, como a do Congresso norte-americano, a Bibliotheque Nationalle francesa, as nacionais da Alemanha, da China e do Canada que esta ja com inimaginaveis 1 Petabytes de arquivos digitais e tambem as bibliotecas das grandes universidades mundiais.

Mesmo com meus 86 anos ainda hoje gasto 10 a 12 horas por dia codificando softwares complexos com a inteligencia artificial AI da qual hoje pouco existe se compararmos com o seu futuro, mas para o exterior e

não para o Brasil. E isso não é cansativo ou estressante como parece, mas sim orgastico para quem comecou nessa area (controle de processos por computadores em tempo real) ha mais de 65 anos, ainda em Paris, inicialmente com computadores analogicos (estudando no então famoso TRW-300 que não sei quantos milhões de dolares custava) que então eram o padrão para os controles industriais e cientificos mais complexos (como o nuclear, o que foi o meu caso) e logo em seguida acompanhei de muito perto a notavel transição do computador analogico para o computador digital nos processos de controles em tempo real.

Adicionalmente, ainda na minha fase dos computadores analogicos em Paris tive a oportunidade (um imenso presente) de estudar a Teoria Geral de Controle quer na sua parte matematica quer na idem conceitual, materia imperativa em quaisquer sistemas de controle de processos em tempo real. E posteriormente na NASA em Cabo Canaveral, de participar de um curso especial sobre Reliability, um importante assunto complementar a Teoria Geral de Controle.

Mas ressalvo que:

1. Este livro não tem por finalidade me sugerir a participar de quaisquer atividades para o Governo brasileiro, seja uma simples consulta ou uma consultoria ou um cargo ou um contrato governamental, inclusive estou fora do Brasil. Mas isso não significa que eu não ame o meu pais de origem e a sua sofrida gente mesmo os mais simples, nem se trata de vinganca o que alias não é da minha natureza. Mas restaram muitas magoas e não quero passar por elas de novo nesta idade longeva pois elas foram muito duras e destruiram um sonho, alem de todos os seus muitos efeitos colaterais negativos.

2. Quando me referir a uma futura "morte da Nação Brasil" não estarei me referindo a morte somente da sua tecnologia da informatica, mas sim a morte do seu status de Nação por causa dos destrutivos efeitos colaterais causados pelos 26 apocalipsis da informatica que o atingirão em muito pouco tempo. Quantidade essa que aumenta continuadamente pois ha uns 8 anos eles eram somente 15. Alias essa perda do status de Nação atingira aproximadamente 180 paises e nao somente o Brasil.

Miami - Setembro 2017
J.C. Melo

## CAP01
## PERSEGUICOES INCLUIDAS
## NO LIVRO DE 1982

Inicialmente devo fazer uma importante ressalva:

Nestes dois books 1 e 2 eu me refiro muitas vezes a empresa COBRA e Governos, porem este livro narra fatos ocorridos ha 40 anos atras, dentro dos regimes militares de entao e antes do meu exilio no exterior. E esses regimes militares tiveram Generais Presidentes que honrariam qualquer Nação, e infelizmente outros lamentaveis. E ambos nos anos que comandavam a entao Politica Nacional de Informatica PNI atraves das agencias governamentais. Resumindo, foi outra epoca com outros operadores e metodos, e nao a atual.

Alguns Governos e algumas direções de COBRA daquela epoca sao os responsaveis pelas perseguições e torturas mensais, e obviamente não seus posteriores e atuais, aos quais não faço quaisquer restrições.

São dois periodos completamente diferentes, com metodos e tempos diferentes.

Esta ressalva é importante por que a audiencia destes 2 livros sera propositadamente no Exterior e não no Brasil, por causa da sua materia (politica de informatica, reserva de mercado) e por ser traduzido para 12 linguas, portanto devo evitar interpretações dubias e resultantes de distancias.

Nem todas as 104 tortunas mentais e perseguições por mim sofridas foram incluidas no meu livro de 1982 e neste book 2. No livro de 1982, o book 1 neste site, infelizmente na epoca não foi possivel incluir algumas dessas torturas mentais e perseguições por causa das serias ameacas recebidas. Alem disso algumas delas não terem registros mais adequados para poderem ser divulgadas. Inclusive muitas foram somente ameacas por telefone, na classificação de tortura mental.

Neste book 2:

a. Neste Capitulo CAP01 menciono textos das perseguições narradas no book 1. Adicionalmente incluo alguns comentarios extras sobre essas perseguições no book 1, com a respectiva keyword para a sua pesquisa. Portanto, sao as antigas perseguições.

b. Em capitulos especificos a seguir (como CAP03, CAP04, CAP05 e outros) incluo narrações de outras serias perseguições sofridas e que não foram incluidas no book 1. Portanto, as novas são aqui narradas pela primeira vez e ademais somente depois de 40 anos.

As que foram incluidas no book 1 são as seguintes:

1 - Impossibilitou que a J.C. MELO se associasse à SEL System Engineering Labs e instalasse uma fabrica no Brasil, em 1971.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Labs", porem inclui no Capitulo CAP18 deste book 2 um texto mais completo a respeito.

2 - Não aceitou politicamente a J.C. MELO e o seu computador IND-5000, em 1974.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "poderemos fazer".

3 - Impossibilitou que a J.C MELO fizesse um acordo com a TRW Controls

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "SIEMENS" ou no seguinte capitulo CAP19.

4 - Criou grandes problemas para a J.C. MELO tentando evitar o registro do seu Similar Nacional na CACEX, e quando a CACEX o aceitou agiu para não torna-lo operacional.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "CACEX".

5 - CAPRE/DIGIBRÁS/COBRA hostilizou e perseguiu a J .C.MELO no período 1975/1977, procurando inviabilizá-la.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Furiati".

Este item 5 se trata de uma acusação ampla sobre inumeras perseguições nesse periodo 1975/1977, acusando a J.C. Melo de contrabando, de farsante, etc. Acusações oriundas não de uma pessoa especifica,

mas por exemplo de todos os vendedores e empregados de COBRA, sugerindo uma ordem geral superior.

Adicionalmente, por ser uma narração bem mais completa dessa perseguição, ela esta tambem narrada no Capitulo CAP10 neste book 2.

6 - Não aprovou a J.C. MELO antes da "concorrência" para a escolha dos 3 fabricantes; aprovou COBRA que não fabricava e não aprovou a J.C. MELO que já fabricava ha 2 anos,

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "concorrencia".

7 - Impossibilitou, em 1977, que o Banco Itaú se associasse à J.C.MELO, com pressões ao Banco.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Henrique".

Adicionalmente o Banco Itau avaliava a possibilidade de se associar a J.C. MELO, isso antes dele se decidir por sua propria fabrica (Itautec), porem ele tinha um serio problema, os seus 2 maiores concorrentes ja haviam resolvido suas imperiosas necessidades de informatizarem-se, pois o Banco Bradesco comprou a Scopus (fabricante de terminais e isso não feria a PNI pois não iriam fabricar computadores) e o Banco do Brasil assumiu COBRA e os seus continuos prejuizos financeiros, e a Itautec não poderia ser criada por causa da reserva de mercado.

O Governo pressionou o Banco Itau atraves do Banco Central, proibindo-o de comigo se associar. Veja denuncia publica a respeito publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 3 Junho 1977, no anexo C01-a.

O Dr. Olavo Setubal, seu fundador e proprietario, eramos conhecidos exatamente por causa da PNI. E tinhamos a seu respeito uma posição identica. O importante jornal O Estado de São Paulo, em 25 Agosto de 1984 realizou uma mesa redonda publicada em varias pagina (veja o anexo C01-b) da qual participaram o Senador Roberto Campos, o Dr. Olavo Setubal, eu, o Coronel Edyson Ditz (Secretario Especial de Informatica da SEI), e outros, sob a coordenação do seu experiente jornalista Alberto Tamer.

No fim, ao sairmos do elevador eu inquiri o Dr. Olavo: "Tudo que eu critiquei, o Sr. contemporizou com ressalvas mesmo apesar de termos opiniões identicas a respeito da reserva de mercado". Ao que ele respondeu: "Tudo que voce disse é correto, mas eu

**Anexo C01-a**

# Industrial critica a concorrência estatal

**Da sucursal do RIO**

O industrial João Carlos Melo, da empresa J. C. Melo, qualificou ontem de "desleal" a concorrência que o governo federal vem fazendo com as empresas privadas do setor de computadores. Segundo o empresário, a empresa estatal "Cobra" vem sendo indevidamente beneficiada pelo governo: "Ou o governo está sendo enganado pela atual diretoria da "Cobra" ou está enganando a todos nós".

João Carlos Melo enumerou uma série de irregularidades que estariam sendo cometidas pela empresa estatal: pressões sobre o Banco Itaú para que este, através do Banco Central, não entre como sócio em sua empresa, mas na "Cobra"; pressões também sobre outras empresas, para que elas não assinem contratos com sua companhia (ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, do Paraná); e finalmente a feitura de contratos sem concorrência, mas inteiramente políticos.

**NACIONALIZAÇÃO, A META**

"A principal preocupação do governo brasileiro na implantação do Parque Industrial de Minicomputadores é a presença do capital nacional. O ideal seria a não participação de empresas estrangeiras no setor". A afirmação é do presidente da Digibrás, Wando Borges, ao revelar ontem, no Rio que a "priori", o critério fixado pela portaria da Capre não será interpretado rigidamente, podendo ser ampliado para aprovar até quatro ou cinco projetos que viabilizem a implementação de nova tecnologia".

Apesar de a Digibrás preferir não comentar por que o projeto da IBM está paralisado desde janeiro, o clima na empresa estatal é de franca expectativa, para que, no prazo de 90 dias, sejam apresentados novos projetos que preencham o espaço teoricamente a ser ocupado por aquela empresa.

A expressão "em princípio", na portaria da Capre, que fixou em três o número de empresas para iniciar o núcleo do sistema nacional de minicomputadores "não é gratuita", afirmou Wando Borges. A orientação governamental é a de "evitar tanto o monopólio quanto a proliferação de indústrias futuramente inviáveis". Em operação desde meados de 1976, a "Cobra" já está virtualmente enquadrada nas normas da "Capre", e se tem como certa a aprovação do projeto da J.C.Melo, também em operação.

A projeção da Digibrás é de que, em 1980, o mercado interno de minicomputadores estará representando um montante de compras de US$ 200 a US$ 300 milhões, a ser dividido por três empresas de grande porte, ou por até cinco empresas de porte médio. Além da IBM, da Cobra e da J. C. Melo, a Digibrás e a "Capre" estão analisando o projeto "Máquinas Assistência Indústria e Comércio (MAICO)".

**"MODELO JAPONÊS"**

Ao enfatizar a preferência pelos capitais nacionais no sistema de produção de minicomputadores, os técnicos da Digibrás citam o "Modelo Japonês". O Brasil, dizem, vive hoje nesse setor os mesmos problemas e possui o mesmo quadro tecnológico que o Japão há 10 anos. O parque nipônico possui seis grandes corporações e 20 empresas de porte médio e pequeno, além de uma centena de fabricantes de componentes periféricos. A IBM participa apenas em 27% do mercado japonês, acrescentam, para ilustrar a tese de que se o Estado não interferir no mercado, aquela empresa poderá assumir aspectos de um "monopólio indesejável".

**IMPORTAÇÕES**

A explicação de Wando Borges para a decisão de deflagrar já o processo de produção dos minicomputadores é a de que "apesar da política de contenção dos investimentos, o País não pode atrasar ainda mais as suas metas nesse setor tecnológico" O prazo de maturação dos investimentos em minicomputadores é de cinco anos, e "o governo não pretende segurar a demanda por esse tipo de bem por um prazo tão longo que signifique um impacto excessivo de compra na balança comercial".

**A** reserva de mercado é importante para a consolidação da indústria nacional de informática, pois seria difícil competir com as grandes firmas internacionais. Mas se trata de uma decisão política pela qual devemos pagar um preço. E esse preço são a não obtenção de última tecnologia e custos mais elevados decorrentes da ausência de uma economia de escala. Segundo Olavo Setúbal, esse foi também o preço pago por outros setores industriais que se desenvolveram bem no País.

Mas as críticas não são apenas à reserva, e sim à ilegalidade dos atos da SEI. Muitas empresas foram prejudicadas, impedidas de se fixarem aqui e não protestaram, ou recorreram à Justiça, com medo de retaliações. Ao que responde o coronel Dytz, diretor da SEI: o Congresso dará a palavra final.

O resultado da mesa-redonda promovida pelo Estado foi a afirmação do dirigente da SEI que aceita a idéia dos srs. Olavo Setúbal e Roberto Campos de instalação de distritos industriais, zonas francas, de preferência nas regiões pobres do Nordeste, onde qualquer empresa poderá instalar-se, importando equipamentos, desde que sua produção se destine exclusivamente à exportação. Neste sentido, foi feito um pedido à SEI para que esclareça a situação, dando informes mais precisos às firmas interessadas.

# Informática terá preços maiores

**CHIARELLI** — Falou-se muito da inconstitucionalidade dos atos da SEI e da política nacional de informática. Eu tenho muito respeito pelo Poder Judiciário. Por que não se argüiu perante esse poder toda a ilegalidade fantástica que está grassando aí? Por que não se foi ao Supremo Tribunal Federal?

**MELLO** — Porque uma empresa que argüir será necessariamente morta pela SEI.

**CHIARELLI** — Trata-se de uma acusação contundente e de caráter pessoal.

**CAMPOS** — Eu endosso a acusação.

**CHIARELLI** — Eu creio que quem dirime controvérsias entre cidadãos é o Poder Judiciário, ao qual não foi levada a matéria. O que há é uma acusação gratuita, enfocando-se a matéria passionalmente. Além disso o projeto da deputada Cristina Tavares que visa à regulamentação da informática passou pelo crivo da Comissão de Justiça da Câmara, que foi em favor de sua legalidade.

**SETUBAL** — Se a SEI exerce hoje um poder para o qual não tem lei, isso não quer dizer que um projeto de lei que consolide esse poder seja inconstitucional.

**CHIARELLI** — Há dois aspectos. Um, o poder competente para julgar é o Judiciário. Segundo, a posição da Comissão de Justiça sobre o projeto da deputada Cristina Tavares. Se a lei contivesse uma norma que ferisse a Constituição, o projeto teria sido vetado pela comissão.

**SETUBAL** — A única dúvida é que a Sei exerça o poder antes da norma. É isso o que o senador Roberto Campos vive criticando.

**SALLES LEITE** — Eu já consultei empresas multinacionais e me propus impetrar mandado de segurança e elas temem fazê-lo.

**SETÚBAL** — Eu lhe dou uma explicação. Todo órgão regulador da República tem uma gama de liberdade decisória imensa, no Brasil. Obviamente que existe o problema de relacionamento. Então as empresas preferem manter um bom relacionamento com órgão regulador como, por exemplo, o Banco Central, pelo menos a Comissão de Seguros — dizer: "Não, ele tem força para me matar, no dia-a-dia". Isso faz parte da própria ação, da defesa dessa própria empresa. Se os ministros econômicos ouviram ou não ouviram, se o Conselho se reuniu ou não, acho que cada um de nós, principalmente um senador, um congressista, tem o mais pleno direito de chegar aos nossos ministros e pedir explicações. Isso faz parte também da nossa democracia. Eu acho que quando um ministro afirma que mandou e consultou, que discutiu esses projetos de lei eu acho que ele não estava mentindo. Quando se fala em exportação "versus" as empresas multinacionais, o que elas exportam têm um valor enorme em termos de exportação, eu tento medir essas exportações. No Brasil eu vejo ridículas exportações, em outras áreas que não a informática, dentro da área de eletrônica profissional, cujos modelos são diferentes dos nossos. Elas são dentro da nossa área, as empresas que mais exportam mas também as empresas que mais importam. Só se fala na exportação de 50 milhões de dólares, 200 milhões de dólares e não

estão aqui no Brasil a fazer tecnologia, a exportar e a ganhar dólar. Os modelos têm-nos aconselhado: quem exporta é aquele que tem capacidade para exportar, é aquele que não está no jogo de um contexto internacional, não é telecomandado. Por que que eu quero ser telecomandado? Por que eu não quero ter a liberdade de levar o meu País pelo menos para onde eu achar? A sociedade brasileira tem o direito de escolher os seus próprios rumos. E hoje está aí: estão indo para o Congresso todas as leis; os políticos se expressaram é contra a SEI, é a favor da SEI, é contra a segurança, é contra o SNI. Ali tem um grupo de brasileiros, brasileiros que amam esta Pátria tanto quanto os outros, brasileiros preocupados com este país, brasileiros militares. Militar não deixa de ser um civil, nunca deixou de ser um civil. Eu nasci lá, pé no chão, na minha cidade do Rio Grande do Sul; a minha casa não tinha assoalho e o Exército me proporcionou estudo, permitiu-me caminhar e entender e ...

Quando se falou em Dieese, que nós criamos a automação industrial, nós fomos discutir o problema social do desemprego. Fomos lá, foi o Walter Barelli quem comandou esse processo dentro da SEI, não fomos nós que ditamos a política na área de automação industrial. Não temos nos fechado em lugar nenhum. Ninguém é mais aberta do que a SEI (tem sido) nas suas definições de política, nas suas coordenações dos seus trabalhos. Isso é um cumprimento que nós temos recebido do País. Agora, se temos tomado a decisão e assumido a nossa posição, nós temos sido encorajados pelo nosso ministro, pelo presidente da República e esses caminhos estão continuando. Estão sendo plantados aí. Eu acredito que amanhã nós vamos poder discutir melhor. Eu acho que o quadro não está acabado. A nossa transformação, a nossa caminhada da informática no Brasil passa por preços baixos, por boa qualidade, por boa manutenção, por "software" abundante, por microeletrônica. Mas para passar por lá ela tem que passar por aqui, pela proteção à indústria ...

eu discordo profundamente de que a SEI seja aberta ao debate e à revisão dos seus atos. A Constituição diz: "É livre a associação para fins lícitos". O que é que diz a SEI? "É proibida a associação para fins de informática." Se isso é liberalismo, eu ainda estou para entender o que é liberalismo. Não cabe ao tecnocrata de Brasília, que se considera um iluminado, decidir o que deve ser produzido, quem deve produzir, com que tecnologia e com que sócios. Isso é essencialmente uma decisão da iniciativa privada. É por dispositivo constitucional, porque não há, na Constituição, vedações no setor à iniciativa privada e o é por conveniência econômica. Tanto é assim que os vários países do mundo, que seguiram políticas dirigistas para a informática, estão abandonando essas políticas. O dr. Olavo Setúbal, que tem viajado, saberá disso. Estão arrependidos das políticas dirigistas porque a informática depende basicamente de criatividade individual.

Também não aceito o ponto de vista de que só há geração de tecnologia nas empresas puramente nacio-...

tregamos o nosso mercado ao estrangeiro. Como? Via importação ou via contrabando. O que nós estamos fazendo é entregar o nosso mercado a produtores estrangeiros situados no Exterior, e ficamos dependentes deles mediante importações legítimas ou importações contrabandeadas, ao invés de ter essa gente aqui, sob nossas leis, produzindo para nós, com brasileiros, com departamentos de pesquisa tripulados por brasileiros, com seus gerentes brasileiros, com seus empregados brasileiros e, além disso, exigirmos que eles nos deem uma fatia de mercado externo. Isso é importante. O nosso mercado é 1% do mercado mundial. Se nós, através da presença aqui, de produtores multinacionais sozinhos ou em associação, preferivelmente em associação minoritária estrangeira, se conseguirmos que eles venham para cá nós podemos induzi-los a abrir esse grande mercado, que é 99% do mercado mundial. É isso. Essa idéia de entregar mercado me parece totalmente fora da realidade. Se, por exemplo, nós permitíssemos que produtores de semicondutores aqui se instalassem, o que é que sucederia? Eles, provavelmente, dado que o mercado interno é muito pequeno, se instalariam aqui tendo em vista o mercado internacional, somaríamos dois mercados: o interno e o internacional. Porque o mercado interno só — e o dr. Olavo Setúbal, se já não descobriu, ele é um homem de grande intuição, de grande experiência empresarial, se não descobriu, vai descobrir —, o mercado brasileiro não é suficiente para uma operação em escala econômica.

**SETÚBAL** — Insisto todas as vezes — e em meu depoimento ao Senado eu enfatizo — que a decisão política tomada tem um preço. Em nenhum momento, em nenhuma ocasião eu afirmei que uma indústria nacional, dentro da reserva de mercado, tivesse condições competitivas a nível mundial; não tem.

**MELLO** — Eu posso citar inclusive que o Brasil está isolado na América do Sul. A Argentina, em novembro aproximadamente, o governo argentino enviará ao Congresso o seu projeto de lei, da lei sobre informática. Uma das cláusulas, um dos itens ...

tenho grandes interesses a proteger e não posso enfrentar o Conselho de Seguranca Nacional. E muita gente depende de mim."(sic)

Na area de informatica então existiam boatos a respeito de um suposto acordo entre o Itau e a SEI para criar a Itautec, porem ninguem conhecia o seu conteudo. E não estou sugerindo um acordo ilicito, certamente o Dr. Setubal não o faria. Mas eu nunca conheci os termos desse provavel acordo.

Tempo depois, o Dr. Olavo e eu casualmente nos encontramos e ele me disse: "Estou lhe devendo um agradecimento, não teria sido possivel criar a Itautec sem as suas criticas a PNI."(sic)

8 - Na "concorrência" para a escolha de 3 fabricantes de minis, não aprovou a J.C. MELO que já fabricava há 2 anos e aprovou 3 novos fabricantes que nem existiam.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Excelencia".

Diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada em jornais de Brasilia, São Paulo e Rio de Janeiro. Diante das inumeras preocupações dos meus amigos, eu lhes respondi: "Tudo que vou dizer é verdade, eu sou autentico e não estou com uma metralhadora nas maos tentando derrubar o Governo e não sou politico ou comunista. Não vejo a minima condição para ser preso."(sic) Como alias não fui.

No book 1 eu narro o meu pedido publico ao Presidente Ernesto Geisel e o seu desfecho ate ele ordenar a minha aprovação numa chave de galão militar depois da investigação correspondente, com um "Aprove-o!".

Mas neste capitulo não relato o que aconteceu depois dessa aprovacao, que esta narrado no Capitulo CAP07 deste book 2.

## CAP02
## POR QUE VOLTO A ESTE ASSUNTO APOS 40 ANOS?

**Alem da perda da minha fabrica de computadores o que não teria ocorrido se o Governo não co-participasse dessa "tomada" como veremos no seguinte Capitulo CAP03, durante 10 anos sofri inumeras perseguições e torturas mentais originarias do Governo,**

**1. Por ter tido a audacia de fabricar computadores no Brasil sem a sua "autorização",**

**2. Por ter tido a audacia de dizer que a sua "Politica Nacional de Informatica PNI" era tecnicamente errada, o que ficou provado com a sua posterior "morte".**

**Na França "tortule mentale" tem uma importancia maior ou no minimo igual a tortura fisica, ou seja um ato com a finalidade de perseguir ou intimidar ou pressionar uma pessoa com um objetivo determinado. E isso durou 10 anos, durante os quais sofri continuadas torturas mentais e perseguições originarias do Governo, juridicamente classificadas como "crimes continuados".**

**Este book 2 sumariamente expoe algumas dessas torturas mentais e como o Governo co-participou da "tomada" de minha fabrica de computadores, descrito no seguinte Capitulo CAP03.**

**Inicialmente desejo narrar um fato que pouca gente soube, mas foram o saudoso e provido de inteligencia incomum General Golbery do Couto e Silva e eu que demos o primeiro passo em direção a uma Politica Nacional de Informatica. Um primeiro passo correto que posteriormente infelizmente foi mudado (desconstruido) pela CAPRE para atender ao seu academicismo. Isso esta narrado na pagina 24 do meu livro de 1982. E exatamente essa descontrução foi o**

inicio do completo desastre que foi a futura Politica Nacional de Informatica PNI do Brasil.

Reproduzo a seguir o inicio dessa pagina 24 do livro de 1982:

----------

"No impasse, escrevi uma longa e minuciosa carta ao General Ministro Golbery do Couto e Silva, solicitando uma decisão política do Governo. Nessa carta, inclusive, eu frizei que a culpa não era do eng. Salek (diretor da Cacex) mas sim decorrente dos problemas intrínsecos de um Similar Nacional de computadores, que só o primeiro registro (o da J.C. MELO Computadores) tinha trazido ao nosso conhecimento.

Depois de investigar, o Ministro Golbery acolheu a minha solicitação e enviou a Papeleta de Providências numero 755/75 ao então Ministro da Fazenda, Dr. Mário Henrique Simonsen. Em resumo, a minha solicitação era no sentido de que a CACEX recebesse uma ordem superior para que cumprisse com rigõr a Lei porem auxiliada por algum orgao tecnico que definisse tecnicamente o que seria ou não similar nacional para um caso especifico principalmente por causa dos softwares, ou seja, para que a indústria nacional de computadores fosse efetivamente protegida. E a Papeleta de Previdências numero 755/75 isso determinava, numa decisão política do General Golbery. Não era ela uma solicitação de exame ou de informações, mas sim de uma determinação, demonstrando então o Governo a sua firme intenção de proteger a sua primeira indústria de computadores e naturalmente as seguintes.

Na realidade, a PNI nada mais necessitava para a sua protecao a nao ser um registro de similar nacional, nada mais simples que isso.

Fui então chamado ao Gabinete do Ministro Simonsen, e fiz uma exposição dos problemas durante 5 horas, para os seus assessores de economia, Dr. Marcos e Dr. Durães, os quais prometeram estudar o assunto. Pediram-me um resumo escrito da exposição, o que remeti poucos dias após em aproximadamente 50 páginas datilografadas ou seja em 17 de Novembro de 1975, conforme anunciou o jornal O GLOBO em 25 de Janeiro de 1976.

----------

A continuação deste texto esta na pagina 24 do livro de 1982.

Apos essa narração voltemos ao "porque volto a este assunto apos 40 anos?":

**1. Eu criei a primeira e ate hoje unica fabrica BRASILEIRA de computadores, a J.C. MELO Computadores ainda na sua fase do Rio de Janeiro, e ela viveu um grande sucesso e foi o unico similar nacional de computadores autorizado pelas rigorosas CACEX e ABINEE (somente apos visitas a minha fabrica por um engenheiro vistoriador da CACEX e pelo Diretor Tecnico da ABINEE) e ela me foi "tomada" pelo Sr. Henry Maksoud porem para isso ajudado pela co-participação do Governo (como vinganca). Veja o anexo C02-a, uma carta do Diretor da ABINEE sobre a minha fabrica.**

**2. O crime acima mencionado foi complementado pelas muitas torturas mentais e perseguições que sofri (juridicamente crimes continuados) durante quase 10 anos. Essas perseguições e torturas mentais tinham como motivo o fato de que eu continuadamente demonstrava a total inviabilidade tecnica da então PNI da qual tambem eu era uma vitima, pelo seu academicismo, pelas diversidades industriais do setor, pelas imposições do Governo ignorando os seus proprios erros e pelos seus desconhecimentos dos assuntos informaticas tecnica, industrial e politica.**

**E o inadmissivel para o Governo foi que eu contei com o apoio expontaneo de todas as midias como comprovado por mais de 1000 recortes de jornais colecionados pela minha secretaria, sobre as minhas opiniões exclusivamente tecnicas e tambem o sucesso das minhas 2 fabricas, a pequena no Rio de Janeiro (J.C. MELO Industria de Computadores) e a segunda grande em São Paulo (J.C.Melo/Sisco) esta infelizmente em associação com o Sr. Henry Maksoud.**

**3. Eu criticava a chamada politica nacional de informatica exclusivamente como um tecnico experiente que sou em computadores e nas suas industrias quer de hardware quer de software, tanto na França como nos Estados Unidos. Nunca fui um politico em toda a minha vida. Dizendo-o de outra forma, o Governo não tinha quaisquer razões tecnicas ou politicas ou militares para me perseguirem a não ser as minhas opiniões exclusivamente tecnicas.**

**4. Diante desses crimes continuados, solicitei e obtive asilo politico dos Estados Unidos, o que esta detalhado no seguinte capitulo CAP04.**

**E com esse asilo politico desliguei-me totalmente do Brasil por quase 30 anos, mental e fisicamente. Quando um jornal publicava alguma pequena noticia sobre o Brasil, eu não a lia alem do seu obrigatorio titulo. Assim, nem a sociedade brasileira nem a sua area de informatica tiveram oportunidade de conhecerem exatamente o que realmente aconteceu e**

abinee



Prezado Melo,

Com grande alegria tomei conhecimento, pela sua gentil e honrosa comunicação, da expressiva votação dada pelos empresários brasileiros ao caro amigo, conduzindo-o à merecida e reconhecida posição de líder empresarial do setor de computadores, que aliás sempre você desempenhou, de fato e de direito, em função da heróica luta empreendida para implantar a SISCO-Sistema e Computadores S/A. no cenário industrial da eletrônica digital.

Gratifica-me a homenagem recebida, embora ciente de que a generosidade do ilustre amigo amplificou para valores excessivamente elevados a modesta contribuição que possa ter sido dada.

A bem da verdade, devo confessar que não tive maiores receios em colocar, por iniciativa própria e sob minha responsabilidade direta, o apoio da ABINEE ao trabalho pioneiro desenvolvido por J.C. Melo nos primórdios da SISCO, pois a qualquer pessoa de bom senso e espírito um pouco observador, dava para sentir a sinceridade de intenções de um homem de talento em serviço, condição suficientemente forte para gerar a credibilidade que foi necessária para tal.

Hoje a SISCO está a serviço do talento do homem.

Parabens, Melo. Você realmente merece.

Abraça-o o amigo,

26.10.79

principalmente o que comigo fizeram.

A PRIMEIRA RAZAO desta provavel "volta" 40 anos apos é que as continuas perseguições durante 10 anos que eu sofri resultaram no meu afastamento do Brasil por quase 30 anos e portanto neles nunca historiei os bastidores desses crimes agora narrados.

As varias narrações das perseguições neste book 2 são as primeiras publicas sobre algumas perseguições que sofri, embora no meu livro de 1982 eu mencione somente as suas primeiras, porem na totalidade elas foram 104 (crimes continuados). Essas 8 perseguições iniciais estão sumarizadas no capitulo CAP01 e nas paginas 44 e 45 do meu livro de 1982.

Ressalte-se que esse book 1 foi publicado e vendido em 1982, portanto aberto, noticiado nas midias, lancado no principal Congresso de informatica do Brasil (1982), portanto com acusações publicas, e não escondidas ou nos bastidores. E o Governo nem necessitou me desmentir, nem me processar ou me prender, pois tinha uma outra opção mais facil, ir ao Presidente do Congresso de Informatica e lhe dizer: "Ou a venda do livro para, ou o Congresso para. Escolha."(sic) Episodio que esta narrado no capitulo CAP06.

A SEGUNDA RAZAO desta "volta" é deixar um depoimento escrito desse grave erro que o Brasil cometeu no inicio deste milenio digital.

O que espero com estes dois livros book 1 e book 2 neste site?

1. Não espero quaisquer reações reparadoras dos 3 poderes governamentais do Brasil, quer em relação aos crimes continuados praticados contra mim quer em relação a uma nova PNI para o Brasil, o Brasil não tem "tradição" em ações desse tipo,

2. A probabilidade de uma futura geração brasileira questionar/pesquisar por que o Brasil morreu, sera absoluta neste milenio digital. Falo de um questionamento, não de uma ja hoje impossivel recuperação. Quero que as gerações futuras saibam o que aconteceu. Os erros (e não somente os acertos) foram grandes impulsores da humanidade,

3. No meu futuro livro 03 e neste inicio do milenio digital ja narro previstos 11 apocalipsis da informatica e essa quantidade aumenta rapidamente. A somatoria dos seus efeitos colaterais previstos é que em muito pouco tempo so restarão 15 a 20 paises com o status de Nacoes. Havera, portanto, uma corrida de alguns paises a algum modelo de politica nacional de

informatica, e neste caso estes tres livros 01, 02 e 03 serão importantes para evitar erros como os da PNI brasileira e tambem por conter algumas sugestoes. E pretendo, dentro das minhas possibilidades e mesmo com a idade de 86 anos e se Deus deixar, desinteressadamente auxiliar paises surpresos com os graves efeitos colaterais dos 26 apocalipsis da informatica que virão, sugerindo-lhes alguns caminhos,

4. Muito menos desejo dar um toque de passado, ele não me interessa a não ser para repor a minha memoria no seu correto lugar.

O Brasil é um grande pais continental porem com tudo ainda a ser feito. Apos a nossa descoberta em 1500 os portugueses nada fizeram nos 350 seguintes anos. Quando a familia real portuguesa veio para o Brasil seu intuito foi somente fugir do imperador Napoleao, e novamente nada foi feito alem da bonita frase "Independencia ou Morte!". E recentemente tivemos varios governos populistas (Getulio, Jango, Dilma, Lula) que preocupados com ideologias e praticas eleitorais novamente continuamos distantes dos grandes problemas brasileiros e novamente continuamos com praticamente tudo a ser feito.

Com um UNICO exemplo hoje o Brasil necessitara de quase 70 anos (e isso se as necessarias verbas surgirem) para darmos saneamento basico de somente agua e esgoto aos brasileiros. E educação, saude, seguranca, desenvolvimentos empresarial, industrial e cientifico para uma imperativa geração de empregos para posteriormente ganharmos com os seus resultados?

Essa situação cria uma situação politica perigosa que me faz considerar o falecido General Golbery um genio, pelo seu systole/diastole que uma hora dessas mais uma vez provavelmente se confirmara.

Diante de tudo isso como lutar novamente para criar uma nova e então correta politica nacional de informatica que serviria somente para postergar (e não para evitar, tarefa hoje ja impossivel) a morte do Brasil como Nação?

Não sei quem enfrentara uma nova PNI no Brasil, talvez o Ministerio das Ciencias ou o Ministerio da Defesa ou juntos, pois são os seus seguidores naturais. Seja quem for, se novamente uma PNI for enfrentada tomara que o caso seja de analise e não de autopsia como foi o anterior.

Se a fracassada Politica Nacional da Informatica do Governo não é um crime de lesa patria num milenio

digital, eu terei que reaprender o que é um crime de lesa patria.

E ninguem da area de informatica (mas ninguem mesmo) teve a coragem e o civismo de continuadamente dizer publicamente "Tudo isso esta errado!", e isso em pleno Governo militar. Como eu o fiz, isso me causou inumeros prejuizos (familiares, profissonals, financeiros, psicologicos) que terminaram por um meu pedido de asilo aos Estados Unidos e posteriormente ir para o exterior.

Num exemplo insofismavel pela sua respeitabilidade, o Senador Roberto Campos sempre soube, desde o seu inicio, de todas as pressoes/perseguições que eu sofria, por ser meu amigo. As vezes por escrito, as vezes pessoalmente. E como sabemos infelizmente ele ja faleceu, entretanto um seu importante assessor, o economista Gilberto Paim, tambem tinha conhecimento dessas mesmas pressoes/perseguicoes.

Uma prova disso é que no seu admiravel livro "Alem do Cotidiano", o Senador escreveu e esta na sua pagina 257:

"Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadões mais perseguidos pela SEI e que não tem para defende-lo o escudo de Senador...". Veja essa pagina no anexo C02-b.

Tres anos antes do descrito nas paginas do meu livro de 1982, eu era o dono da J.C.Melo Consultoria Tecnica Ltda, no Rio de Janeiro. Uma empresa pequena, porem pioneira no Brasil em controle de processos por computadores em tempo real.

Na realidade essa era a minha especialidade, desde os meus estudos na França. Eu nunca fui um especialista na area comercial da computação, dizendo-o de outra maneira um "homem IBM" como então se chamava. Eu sempre fui um homem de hardware e software em tempo real, sendo isso tecnicamente superior a um "homem IBM" comercial tradicional, por 3 razoes: conhecer melhor o software, conhecer o hardware e conhecer a Teoria Geral de Controle.

Sendo então a unica empresa no Brasil dessa especialidade, era uma empresa de sucesso. Somente de engenheiros formados por mim (em cursos fechados, nas empresas) foram quase 1500. Na Usiminas, por exemplo, foram 6 cursos de 30 dias, para 20 engenheiros cada. A Nippon Steel estava mandando um novissimo laminador controlado por computador para a Usiminas, e eu preparei seus engenheiros para a chegada dos engenheiros japoneses ensinando os basicos do controle em tempo

## Anexo C02-b

Europeus se associam com japoneses e americanos para não se retardarem, admitindo que a Europa, com toda a sua proeza tecnológica, está atrasada em matéria de pesquisa de informática. E o Brasil só aprova "projetos com tecnologia própria". Necessariamente, o que a SEI chama de "tecnologia própria" é em grande parte cópias de modelos importados. Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI, e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador, existem sete cópias do computador pessoal da IBM, comercializadas no Brasil como tecnologia nacional. Há 13 cópias da Apple, e 11 do TRS-80. Não estou criticando. Acho essa atitude perfeitamente inteligente, perfeitamente admissível. Não devemos fazer outra coisa. Por que redescobrir a tecnologia do computador pessoal? Por que não importar essa tecnologia e depois adaptá-la e melhorá-la, e, num terceiro estágio, criar uma nova tecnologia? Qualquer outra coisa

real por computaores e a Teoria Geral de Controle. E então era bastante comum eu não aceitar novos contratos, por falta de tempo.

Na ocasiao, meu maior projeto como consultor foi o do sistema de controle em tempo real do grande terminal da Petrobras TEBIG na baia da Ilha Grande, que recebia ate 5 super-petroleiros de 500.000 toneladas ao mesmo tempo. Foram 18 meses de trabalhos continuos para/com a Petrobras, o seu projeto, as especificações tecnicas para a concorrencia internacional, a referida concorrencia e a sua analise e decisao, e o contrato "work statement" com a vencedora internacional.

Operacionalmente o sistema foi um sucesso, na realidade o maior do Brasil ate entao, com 2 computadores centrais e 60 remotos ligados aos tanques e centenas de valvulas, e um sofisticado (e unico) software de controle do processo meio DAS Data Acquisition System e meio DDC Direct Digital Control. Um super-petroleiro de 500.000 toneladas estava chegando no Breasil e a 50 milhas da costa "falava" com o sistema dizendo-lhe os tipos de oleos e suas respectivas quantidades. Ao atracar, o sistema ja havia preparado toda a descarga, o que diminuia o seu tempo no cais. Um sistema DDC, com ele atuando automaticamente nas bombas e valvulas.

Esse sistema (pela sua complexidade) fora pioneiro e depois de funcionar foi objeto de uma reportagem de uma revista arabe sobre petroleo e de um convite para eu ir conversar com o Vice-Ministro de petroleo da Arabia Saudita, o que fiz. Esse contrato não foi assinado por ele ter exigido que eu permanecesse 4 anos no pais, o que eu não poderia fazer. Foi outro grande erro, eu deveria ter aceito e nao voltar ao Brasil pois pouco tempo depois tive a infeliz ideia de fabricar computadores. Tambem a vida na Arabia Saudita nao era facil, para beber um simples copo de cerveja voce teria que faze-lo exclusivamente no hotel.

Esse DDC "parcial" é um bom exemplo da fase inicial da transição dos controles com instrumentação analogica que existiam entao ha uns 60 anos, para os computadores digitais em controles, pois as empresas tinham naturais receios por eles serem uma novidade. Foi por causa disso que a minha empresa teve um grande sucesso, ministrando cursos in loco para os engenheiros dessas empresas. Independentemente disso fiz muitas palestras de algumas horas para diretorias de empresas, como em Furnas, Petrobras e Sabesp SP, entre outras. Esse DDC parcial poderia ter sido total, mas por prudencia a Diretoria da Petrobras decidiu por um DDC parcial, o que obviamente cumpri.

Simultaneamente ja se comecava a difundir, no Brasil,

a ideia de aqui se fabricar computadores, porem ainda não existiam quaisquer iniciativas governamentais a respeito, quer leis ou normas, quer industrias.

E entao, conhecendo bem esse processo (fabricação de hardware) desde meus estudos em Paris (o controle de processos em tempo real exige muitos conhecimentos de hardwares e de softwares, algumas vezes em linguagem de maquina com stacks e interrupts e sem sistemas operacionais tipo Windows) e das suas fabricações, eu tive a ideia de faze-lo.

Diga-se de passagem, hoje tenho a certeza de que essa foi a mais desastrosa decisão de toda a minha vida, pelas pressoes/perseguições sofridas que terminaram na minha desconstrução e exilio voluntario no exterior. Adicionalmente por abandonar a minha consultora que era um sucesso.

Mas como, se fabricar computadores seria otimo para o Brasil, e nessa eventualidade eu mereceria um tapete vermelho?

Para esse objetivo (fabricação de computadores) não solicitei quaisquer ajudas governamentais, nem qualquer emprestimo idem. O inverso do conhecido "padrao" de alguns empresarios brasileiros, principalmente dos beneficiados pela reserva de mercado.

Posteriormente surgiu então toda a estrutura governamental imaginada para isso, a chamada reserva de mercado, a empresa estatal COBRA e as agencias governamentais especificas.

Quando tudo isso surgiu (tres anos depois da minha mencionada ideia) eu ja fabricava o meu computador IND-5000, depois com sua memoria modernizada transformando-se em IND-5005. Portanto, eu iniciei BEM ANTES DE QUAISQUER INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS, na realidade 2 a 3 anos antes.

Evidentemente um direito adquirido antes de quaisquer
regulamentações governamentais, o qual muito importaria em situações politicas normais porem obviamente não num governo militar que tudo podia, e alem disso esse meu direito constitucional muito contrariava a estatal COBRA.

Quais os dois grandes reais "motivos" (se podemos assim chama-los) que originaram as pressoes/perseguições que durante anos sofri? Era eu uma fraude? Era eu um cidadão ou um politico tentando derrubar a ditadura? Era eu um oportunista? Nada disso.

1. O PRIMEIRO MOTIVO foram os meus sucessos tecnico e publico por causa dos meus 3 computadores fabricados:

a. Computador IND-5005, (1975/1976) equivalente ao minicomputador mundialmente famoso Digital PDP-8 (o primeiro minicomputador com vendas astronomicas) e que "rodava" todo o seu software,

b. Computador MC-8000 (1978), equivalente aos computadores mundialmente famosos Digital PDP-11 e Data General Nova-3 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

c. Computador medio MC-9700 (1979), equivalente ao computador medio mundialmente famoso Digital PDP-15 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

para os quais os Governos militares não conseguiam apresentar seus equivalentes fabricados e muito menos competitivos. Dizendo-o de outra maneira, sem eu querer criara a oportunidade de uma comparação altamente desfavoravel (e perigosa) para o "Tripe da Reserva de Mercado" e principalmente para o todo poderoso Governo militar.

2. O SEGUNDO MOTIVO foi que eu concluí (e toda a midia impressa me compreendeu e me apoiou) que a enorme e inedita e desejavel oportunidade de o Brasil fabricar computadores com a reserva de mercado quer tecnica quer politicamente, era inviavel por ela ser capitaneada por muitos desinformados sobre as fabricações de hardware e de software. Observando as suas regulamentações governamentais e as suas providencias, mentalmente eu não conseguia evitar ve-los como "Aprendizes de Feiticeiros". "Eu não conseguia evitar", o que eu deveria fazer, ficar calado? Inumeros amigos isso sugeriram, temerosos com os poderes dos Governos militares. Um deles chegou a me dizer: "Melo, passarinho que pia leva chumbo."

Mas felizmente (ou infelizmente, pois isso depende do ponto de observação) Deus me fez assim, e evidentemente eu não posso mudar os Seus desígnios.

Eu tenho boa experiencia no setor da computação (quase 65 anos contínuos) e adicionalmente de excelente origem extrangeira e com a especialização em controle de procoessos em tempo real, portanto hardware + software de níveis maiores do que o comercial e suas fabricacoes, e por causa dessa experiencia tecnica me foi muito facil identificar os imensos erros dos Governos militares ao tentarem implantar (manu militare e ao arrepio das Leis "humanas" e tambem das "tecnologicas") a fabricação

de computadores no Brasil, atraves da chamada reserva de mercado. Adicionalmente, eu já fabricava computadores no Brasil, 2 a 3 anos antes de quaisquer ações governamentais nesse sentido, quer industriais, quer regulamentares, etc.

Portanto, um direito adquirido mas que feria toda a regulamentação/estrutura que o Governo militar posteriormente criou, a sua incrivel Reserva de Mercado. E pior ainda para ele, eu tendo sucesso publico bastante difundido pelas midias versus os contínuos fracassos dos Governos militares nessa area.

Adicionalmente, todas as midias impressas tambem identificaram esses imensos erros dos Governos militares, e como consequencia eu tinha o apoio de todas elas, conforme se poderá aquilatar neste book 2.

Havia tambem um absurdo e forte desejo dos controladores da reserva de mercado na informatica de excluir sistematicamente (para os fabricantes nacionais) quaisquer produtos ou servicos proveniente dos Estados Unidos, mas para mim isso era totalmente irrelevante se os Estados Unidos eram um Imperio ou nao, provavelmente sim desde o famoso bombardeio de Pequim por sua pequena canhoneira no Rio Yangtze como bem conhece a maioria dos diplomatas de todo o mundo. Sim ou nao, na minha opinião de tecnico isso não tinha a minima importancia para o caso especifico da reserva de mercado na informatica, comprar componentes dos Estados Unidos ou proibir brasileiros de se associarem com industrias norte-americanas de informatica.

Pragmaticamente, o que tinham importancias eram as dezenas de erros fundamentais (tecnicos e politicos) da referida reserva de mercado, como por somente esses 2 exemplos abaixo (dentre uns 20 a 30):

a. Escolha do computador Ferranti, militar, por COBRA, para uso na area comercial, sem um minimo software para a sua comercialização no mercado natural dos computadores,

b. A "obrigatoriedade" de não ter qualquer contrato com um computador/fabricante norte-americano, do que resultou o grave erro da escolha de empresas fornecedoras de tecnologia da Europa (Ferranti e Logabax e Nixdorf) e do Japão (Fujitsu), então todas elas, sem exceção, com as suas conhecidas pessimas situações financeiras e as suas decorrentes tecnologias de baixo nivel.

Ressalte-se que os tres computadores por mim fabricados usavam componentes norte-americanos, e

nunca, em nenhum momento, eu sofri quaisquer restrições dos seus fabricantes, mesmo apesar de concorrer com os então icones mundiais da computação e que eram todos norte-americanos (modelos Digital PDP-8, Digital PDP-11 e Data General Nova-3, e Digital PDP-15).

Ambos esses fatos acima (a e b) foram grandes razões do imenso sucesso dos meus computadores, pois eu não tinha concorrentes viaveis aceitaveis pelo mercado. E como é sabido, o mercado (que é soberano, com imperialismo ou nao) os aceitou e rejeitou os oriundos especificamente da reserva de mercàdo. E isso não tendo nada a ver, nem remotamente, com um imperialismo dos Estados Unidos, mas sim exclusivamente com tecnologia, com empreendorismo, com uma total liberdade para criar e empreender.

Outro problema agravante foi que a minha empresa investiu 3 milhões (esqueco a moeda da epoca) e COBRA investiu 300 milhoes, e não apresentava resultados sequer equivalentes aos meus. E essa relação 1 para 100 deveria ser por COBRA justificada perante as esferas superiores que dirigiam as ações governamentais no setor, o que evidentemente era impossivel.

Diante de minhas criticas (sempre publicadas pelas midias impressas) e sem poderem responde-las, os Governos militares adotaram, durante varias anos, a estrategia de me desconstruir atraves de pressoes/pereguições de varios tipos, sempre subterraneas, desconstruções essas que terminaram por conseguir a minha partida para o exterior.

Ademais, eles não se defendiam dos meus argumentos e denuncias usando os meios naturais numa democracia (a imprensa ou a Justiça) mas sim atraves das suas ilegais pressões exclusivamente nos bastidores, a conhecida marca registrada de ditaduras. Esse assunto esta narrado nos capitulos deste book 2.

Um fato interessante é que, com o passar do tempo importantes militares começaram a me apoiar (como veremos adiante) e a discordar da "administração" da informatica pelo Governo. Mas para o Governo eu fui o exemplo que não deveria existir.

## CAP03
## A "TOMADA" DA J.C. MELO/SISCO
## COM A AJUDA DO GOVERNO

**Este capitulo narra**

**1. Como o Governo documentadamente e manu militare co-participou com o Sr. Henry Maksoud quando ele "tomou" a minha empresa J.C. Melo/Sisco, então uma fabrica BRASILEIRA de computadores medios. Se ela hoje ainda existisse, seria a unica pois não surgiu, nesses 40 anos, uma outra do mesmo nivel.**

**2. Neste capitulo incluo as suas 3 cronologias Antes, Durante e Apos essa "tomada".**

**A "tomada" do Sr. Maksoud da minha empresa (mesmo sendo um ASSUNTO PRIVADO) não teria acontecido se o Governo não tivesse sido (documentadamente) seu co-participante. Nem se eu cobrasse meus direitos na Justica teria exito no Governo militar naquele momento e foi exatamete por isso que eles preferiram usar um processo manu militare mais "direto".**

**Mas como poude ocorrer essa co-participação do Governo, se o sr. Maksoud não era uma pessoa bem vista por ele?**

**Se o Governo me "devolvesse" a J.C.MELO/Sisco (como legalmente eram obrigados a faze-lo) eu poderia fecha-la e como ironicamente ela era a UNICA comprovação existente da viabilidade da politica nacional de informatica do Governo, isso tambem lhe seria bastante prejudicial, provavelmente mortal. E na otica deles, o PNI não poderia morrer.**

**E então o Governo tomou uma decisão digamos "de Estado", parte para impedir o fechamento da J.C. MELO/Sisco ja então "tomada" pelo Sr. Maksoud e parte para "me punir" por minhas continuas e muito**

apoiadas criticas tecnicas.

Alias, eu nem necessitaria ir a Justica, seria suficiente anunciar que as "licencas" governamentais de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram legalmente minhas e não da associação com o sr. Maksoud e isso seria a morte da J.C. MELO/SISCO, com grande repercussão negativa junto aos compradores de seus computadores pois eles teriam feito altos investimentos nos softwares por eles construidos que depois poderiam ser perdidos. Mas nem isso eu poude fazer, pois o Governo "ignorou" uma minha petição oficial de 300 paginas via Cartorio.

Na realidade, foi esse o motivo para eu ter requerido a volta dos meus direitos ao Governo, atraves dessa petição de 300 paginas. Essa petição gerou o processo numero 00210 de 1980, com a finalidade de mostrar ao sr. Maksoud e ao proprio Governo que eu tinha esse poder, portanto eu não era tão indefensavel como eles supunham.

Essa petição de 300 paginas foi documentadamente entregue ao Governo (via Cartorio) com todas (todas) as suas paginas individualmente numeradas/carimbadas/autenticadas com o numero do protocolo/processo do Governo e assinaturas como "recebida" pelo Governo. Mas eu o recebi de volta uns 12 meses apos, pelos Correios, completo com todas as suas 300 paginas (originais) com o implicito recado: "Isso é o que fazemos com a sua petição".

Veja o anexo C03-a com o Governo informando que o processo numero 00210 de 1980 "sumiu", e no anexo C03-b imagens de algumas das suas 300 paginas originais, todas numeradas, rubricadas e classificadas e com o numero do processo e o numero da pagina e uma rubrica em cada pagina. Claro que sumiu, pois todas as suas 300 paginas estão comigo, de volta pelos Correios. E disso resultou existir uma prova juridica desse crime.

Não foi uma atitude inteligente do Governo, pois mesmo "sumido" ele havia sido entregue/registrado por um cartorio, e eu tenho de volta todas as suas 300 paginas autenticadas/numeradas pelo Governo, com numero do protocolo, do processo e nas suas 300 paginas. Mas na epoca uma ação manu militare não implicava em suspeição.

Antes da "devolução" do processo original pelos Correios, escrevi varias cartas diretamente ao Governo, solicitando urgencia no despacho do processo, solicitando uma solução. Mas essas cartas foram ignoradas. Veja o anexo C03-c uma carta via Cartorio ao Governo solicitando decisão no processo

Anexo C03-a

Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49 Resposta
Inbox
x
sic <sic@mct.gov.br>

Dec 6 (13 days ago)

to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49, postado no Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao processo SEI nº 00210, de 1980, informamos a Vossa Senhoria que, decorridos mais de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas intensas buscas no acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, existentes do Arquivo Geral deste Ministério, não foi possível localizar o processo solicitado, nem cópia de sua autorização ou publicação dessa autorização no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Anexo C03-b

Proc. DF CC 77/E ...
Rubrica ...

São Paulo, 28 Abril 1980

Página 1...
Anexo 3.C.A(1.1

1º OFICIO
REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
FICOU ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
SOB N.º 25202

À Diretoria da
SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA
Setor de Autarquias Norte
Lote A Quadra 2, 1º andar
Edificio DNER
Brasilia - DF

Presados senhores -

João Carlos Melo, brasileiro, maior, casado, industrial,

(Endereço retirado por motivos de segurança) 11 Setembro 1980

vem expôr a V. Sas. o que se segue:

HISTORICO

O GRUPO J.C.MELO INDUSTRIA DE COMPUTADORES LTDA, de propriedade do signatario, e a HIDROSERVICE ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, de propriedade do Sr. Henry Maksoud, através do "Termo de Compromisso" (doravante chamado Termo) assinado em 2 Setembro 1977 (Anexo nº 1), resolveram associar-se para continuar a fabricação de computadores e afins até então realizada pelo GRUPO J.C.MELO.

Além do Termo acima, ambas as firmas acima assinaram um "Protocolo de Intenções" (doravante chamado Protocolo) em 31 Agosto 1977 (Anexo nº 2), enviado à CAPRE espcando o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia, em Setembro 1977, para a escolha dos 3 fabricantes de minicomputadores. É importante mencionar que o Protocolo acima explicitamente confirma e completa o Termo.

1º OFICIO DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
Nos termos da legislação em vigor, entreguei, hoje, uma via desta carta a seu destinatário

Brasilia-DF, 07/5/ de 1980



cretaria, pois à pergunta "o Termo foi cumprido?" juridicamente a resposta será não independentemente das referidas explicações acima.



PROPRIEDADE DOS TERMOS DE COMPROMISSOS NA CAPRE

Diante do não-cumprimento dos principais itens do Termo por parte da HIDROSERVICE (I,II,III,IV,V), o que o torna juridicamente nulo e a sociedade INEXISTENTE, o signatario consulta a essa Secretaria sobre:

a. Se os Termos de Compromissos referentes ao minicomputador IND-5005 (emulador do PDP-8E e tambem chamado pela SISCO de SCC-5000), ao microcomputador MIC-1000, à serie 5400 e à serie 5500, assinados com a CAPRE pela antiga J.C.MELO em 9 Agosto 1977, pertencem à J.C.MELO ou à SISCO;

b. Se o Termo de Compromisso referente ao minicomputador MB-8000 (emulador do NOVA-3), assinado com a CAPRE pela SISCO em 1979, pertence à J.C.MELO ou à SISCO.

Sobre este item b, o signatario deseja informar que, quando da assinatura do Termo com a HIDROSERVICE, o MB-8000 era um projeto de propriedade da J.C.MELO. Para isso comprovar, o signatario apresenta recortes de jornais anteriores a 2 Setembro 1977 (data do referido Termo com a HIDROSERVICE), conforme vemos no Anexo nº 3.

Tambem como comprovação de que o MB-8000 era parte integrante do Termo assinado com a HIDROSERVICE, o signatario apresenta no Anexo nº 4, copia da carta de 7 Setembro 1977 dirigida à CAPRE, onde está explicitado o modelo MB-8000. Essa carta acompanhava o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia havida em Setembro 1977.

E como se tudo isso não fosse suficiente, no Anexo nº 5 temos uma copia da carta da J.C.MELO, de 10 Julho 1978 (original em

cretaria, pois à pergunta "o Termo foi cumprido?" juridicamente a resposta será não independentemente das referidas explicações acima.



PROPRIEDADE DOS TERMOS DE COMPROMISSOS NA CAPRE

Diante do não-cumprimento dos principais itens do Termo por parte da HIDROSERVICE (I,II,III,IV,V), o que o torna juridicamente nulo e a sociedade INEXISTENTE, o signatario consulta a essa Secretaria sobre:

a. Se os Termos de Compromissos referentes ao minicomputador IND-5005 (emulador do PDP-8E e tambem chamado pela SISCO de SCC-5000), ao microcomputador MIC-1000, à serie 5400 e à serie 5500, assinados com a CAPRE pela antiga J.C.MELO em 9 Agosto 1977, pertencem à J.C.MELO ou à SISCO;

b. Se o Termo de Compromisso referente ao minicomputador MB-8000 (emulador do NOVA-3), assinado com a CAPRE pela SISCO em 1979, pertence à J.C.MELO ou à SISCO.

Sobre este item b, o signatario deseja informar que, quando da assinatura do Termo com a HIDROSERVICE, o MB-8000 era um projeto de propriedade da J.C.MELO. Para isso comprovar, o signatario apresenta recortes de jornais anteriores a 2 Setembro 1977 (data do referido Termo com a HIDROSERVICE), conforme vemos no Anexo nº 3.

Tambem como comprovação de que o MB-8000 era parte integrante do Termo assinado com a HIDROSERVICE, o signatario apresenta no Anexo nº 4, copia da carta de 7 Setembro 1977 dirigida à CAPRE, onde está explicitado o modelo MB-8000. Essa carta acompanhava o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia havida em Setembro 1977.

E como se tudo isso não fosse suficiente, no Anexo nº 5 temos uma copia da carta da J.C.MELO, de 10 Julho 1978 (original em

**Anexo C03-c**

JOÃO CARLOS MELO, na qualidade de Denunciante nos autos do Processo nº 0021080 em curso nesse CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, que tem como Denunciado a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, vem requerer uma certidão com as seguintes informações:

1. Se os Quesitos formulados pelo Denunciante através de carta registrada remetida a esse CONSELHO, em 3 de Dezembro de 1980, de numeros 01 até 14 e referentes ao Projeto de Fabricação de computador chamado modelo MB-8000, foram respondidos pelo Denunciado.

2. Em caso positivo, quais as respectivas respostas do Denunciado e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

3. Em caso negativo, quais as providencias tomadas por esse CONSELHO para a apuração das denuncias formuladas pelo Denunciante e especificadas nos referidos Quesitos, e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

Nestes Termos

P. e E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 18 Agosto 1982

João Carlos Melo

Endereço provisorio: Rua Riachuelo 97 - Rio de Janeiro - RJ

CARTORIO DO 2.º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURIDICAS - ED. Ant.º V. da Silva Lojas 9/10 - SCS Brasília - DF
Registrado sob nº 17802 Livro B11-3
Protocolado sob nº 51617 Livro A 2
Brasília, 23/08/82

Recebido em 25/08/82

019d

21080. Sem resposta.

Diante disso, resolvi pedir uma audiencia ao General Octavio Medeiros no Palacio do Planalto, a qual ele me concedeu e me recebeu, junto com um seu auxiliar Coronel do Exercito. Como ele era o meu principal perseguidor, nessa audiencia nada falei sobre os erros da PNI nem das perseguições que recebia, limitando-me somente a reclamar o fato do Governo não so não decidir a respeito do processo mas tambem ao fato de que ela nunca sequer me dava explicacoes. Era nitidamente um bloqueio, pois me negavam inclusive explicacoes.

Alem de solicitar a decisão final do processo, fiz ver ao General Medeiros que o fechamento da J.C. Melo/Sisco seria altamente prejudicial a propria PNI (sem falar ao Brasil), pois era ela a unica fabricante brasileira de computadores que justificaria a PNI, e ele concordou comigo.

E então ele decidiu que iria obrigar o Sr. Maksoud a sentar na mesa de negociações comigo para tentar uma solução.(sic) Não para que eu "voltasse" a J.C. Melo/Sisco pois eu não mais aceitaria mas para discutirmos o valor dos meus então 40% das acoes. Disse que o Governo não iria entrar no merito da questão, como o valor a ser a mim pago pelo Sr. Maksoud, etc., mas somente exigir uma solução.(sic)

Faco uma importante ressalva, essa decisão do General Medeiros é uma prova de que eu poderia fechar a J.C. Melo/SISCO, portanto eu era o dono das "licencas" de fabricação na SEI, exatamente o que estava no processo. Caso contrario, o General Medeiros nem me receberia como é obvio, pois não teria por que faze-lo.

Eu lhe respondi: Sr. General, eu conheco a personalidade do Sr. Maksoud e ele não ira aceitar.(sic) Ao que ele respondeu: "Dr. Melo, nos sabemos como fazer o Sr. Maksoud sentar na mesa."(sic)

E determinou ao Coronel, cujo nome infelizmente eu não soube, que desse a ordem ao Sr. Octavio Gennari Neto então Secretario Especial de Informatica da SEI, para que ele falasse com o Sr. Maksoud. Mas a ordem nunca foi cumprida e durante meses o Sr. Octavio Gennari Neto me dizia que "não tinha tido tempo para ir a São Paulo"(sic) embora a sua familia morasse em São Paulo aonde ele ia todas semanas.

E a ordem não foi cumprida, e depois eu soube que o Sr. Otavio Gennari Neto havia sido socio do Sr. Jose Roberto Faria Lima então Vice-Presidente da J.C. Melo/Sisco e amigo pessoal do Sr. Maksoud, numa

empresa de consultoria em São Paulo.

Depois disso é que o processo 00210 foi totalmente "devolvido" pelos Correios, ou seja a resposta tão solicitada por mim.

E posteriormente eu soube que a J.C. Melo/Sisco

"não conseguindo mais fabricar computadores"

pediu e obteve do Sr. Octavio Gennari Neto uma licenca para importar computadores para os seus clientes, como veremos adiante. Vide o anexo C03-d.

O que deveria acontecer com a minha volta apos esses mais ou menos 40 anos?

Bem, um tapete vermelho e uma medalha no peito, uma reparação moral alem de uma reparação pela perda dos meus US$ 25 milhoes. Isso poderia acontecer na Franca, no Reino Unido, nos Estados Unidos, na Alemanha, mas no Brasil isso não aconteceria. Esquecamos.

Poder-se-a dizer que eu deveria ter contratado um advogado. Na realidade isso tentei, procurando o famoso criminalista Dr. Carvalho Pinto em São Paulo. E entreguei-lhe uns 200 documentos, ele me pedindo um pequeno prazo para uma analise pelos seus auxiliares.

Na reunião posterior ele me disse:

"Que me daria a minha empresa de volta, não os 40% mas sim os meus 100%, se eu respondesse "sim" a duas perguntas, uma vez que o denunciado seria o Sr. Maksoud, com muito poder financeiro e ate com um proprio departamento juridico na sua empresa Hidroservice:

1. Se eu dispunha de alguns milhões de dolares para sustentar a minha denuncia ate o Supremo Tribunal Federal, pois o Sr. Maksoud com muita facilidade recorreria as instancias superiores,(sic)

2. Se eu poderia esperar de 15 a 20 anos por uma decisão do STF".(sic)

E em ambas lhe respondi um "nao", ao que ele respondeu:

"Então me vejo obrigado a lhe sugerir desistir da ação, absorvendo os seus inegaveis efeitos negativos inclusive os psicologicos."(sic)

A somatoria do poder "financeiro/juridico" do Sr.

Anexo C03-d



## INDÚSTRIA

# Melo denuncia: Sisco importa Data General

Continuação da 1ª página

Em sua representação, J.C. Melo pede a intervenção do ministro, "maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada", para que esta sirva de conciliadora entre as partes. Caso contrário terá que "tomar providências para o fechamento da empresa, que virá prejudicar e comprometer o modelo governamental para o setor e seus usuários."

Melo também criticou a atitude do secretário Octávio Gennari, a quem esta representação deveria ser originariamente encaminhada, por pré-julgamento da solicitação que faria à SEI. Segundo explicou, após ter feito uma declaração à imprensa dizendo que iria tomar essa atitude, surpreendeu-se com as declarações de Gennari publicadas no jornal *O Globo* no dia seguinte, onde o secretário afirmou que não iria intervir no caso da Sisco por se tratar de assunto administrativo.

Melo acredita que tal declaração favoreceu Maksoud publicamente, sem Gennari saber se o caso seria administrativo, criminal, de desnacionalização da empresa ou de Segurança Nacional. "Ou seja, foi um típico caso de pré-julgamento". Nesta entrevista Melo relata esses acontecimentos e outros detalhes sobre a sua saída da Sisco.

J.C. Melo Informática Ltda, é o nome da empresa constituída por João Carlos Melo, após sua saída da Sisco, que já está oferecendo no mercado dois produtos: o terminal de vídeo M-200 e a impressora M-300.

O terminal de vídeo tem o preço de venda de 151,7623 pontos de ORTN mais 18% de IPI (cerca de 80 mil cruzeiros em março); prazo de entrega de três meses e garantia de três anos. A tecnologia é LSI, com microcomputador (Rom de 16 Kb e uma outra de 2 Kb com a programação de operações e funções); 128 caracteres com 32 ou 64 linhas, operação em código ASCII ou Baudot. Tem interface de entrada/saída serial para computador ou comunicações e saída sinal de vídeo, que permite colocar duas telas num só teclado.

A impressora M-300 tem preço de venda de Cr$111.720,00 em abril, prazo de entrega de 5 meses e garantia de 2 anos. Velocidade de 100 caracteres por segundo, largura máxima de 8 polegadas, colunas selecionáveis por chave ou software, matriz 7x7 ou 14x7. Alimentação traseira ou frontal por cima ou através de furos.

Maksoud com o poder manu militare do Governo causou a amoral e ilegal "tomada" da minha empresa.

O Brasil embora o negue continua sendo um pais de castas e isso todos nos sabemos.

Vejamos, agora, as cronologias da "tomada" da J.C. Melo, antes, durante e apos.

1. Cronologia da "tomada" - Antes

a. Inicialmente, eu não procurei o Sr. Maksoud para fazer uma associação, aconteceu exatamente o inverso. Veremos em outro capitulo.

b. Nas tratativas sobre a associação com a J.C.Melo Industria de Computadores, o sr. Maksoud fez questão absoluta de ter 60% das ações com a desculpa de que os precisaria para ter "poder total" junto aos Governos.

c. Nessas tratativas ele concordou que eu seria eternamente o Vice-Presidente da empresa. Mas não cumpriu esse compromisso, com a desculpa de que a Hidroservice teria um contrato com o Governo na area da tecnologia da informatica e então seria conveniente esperar o termino desse contrato para cumprir com essa promessa. Uma proposta razoavel, mas que nunca foi cumprida mesmo apos a finalização do referido contrato.

d. Nessa promessa da Vice-Presidencia existia a obrigatoridade de registrar-me como um empregado da empresa e com esse cargo. Tambem não a cumpriu. E colocou o seu amigo Jose Roberto Faria Lima como Vice-Presidente, e eu como Diretor Geral.

e. O nome da empresa era o mesmo do Rio de Janeiro, "J.C.Melo Industria de Computadores Ltda", mas o sr. Maksoud decidiu muda-lo para "Sisco" a minha revelia, descaraterizando-a como "J.C. Melo", um nome ja bastante conhecido nessa area ha muitos anos.

f. Uns 2 meses antes dessa "tomada" da empresa, ele teve a iniciativa de contratar e trazer um norte-americano (Mr. Drees) nomeando-o Diretor Geral, embora todos os Diretores (e quase todos eram seus empregados) lhes tivessem declarado não existir essa necessidade, pois a Sisco estava muito bem tecnicamente e com um otimo backlog, alem de saberem que ele seria inutil no nosso tipo de empresa. E o sr. Drees ganhava aproximadamente 12 vezes o salario dos diretores brasileiros se considerando somente o seu salario, fora os fringe benefits que os brasileiros não tinham. Adicionalmente o Sr. Drees pediu e obteve: 5 passagens ida-volta Brasil-Estados

Unidos 2 vezes por ano para sua familia (5 pessoas), residencia num bairro de elite, um bom carro, escola americana para os seus 3 filhos, colocar toda sua familia no melhor clube de São Paulo. Na cabeca do Sr. Maksoud (so nela) com a minha planejada eliminação haveria um substituto tecnicamente igual, mas a experiencia do Sr. Drees nada tinha a ver com a direção de uma empresa de tecnologia da informatica como a J.C. Melo/Sisco. Isso quer dizer que se o plano do sr. Maksoud desse certo, a minha Diretoria não teria sido substituida corretamente, com um tecnico igual, melhor ou muito melhor do que eu. A experiencia do Sr. Drees era somente de direção de chão de fabrica de eletronica e ele era competente nisso, mas nada entendia de hardware ou software para dizer o minimo. Foi um obvio erro do desinformado Sr. Maksoud preocupado em me substituir a tempo antes da "tomada", muito semelhante a outros erros similares tomando decisões unilaterais inclusive sem ouvir o seu socio e não um seu empregado. E isso era frequente, diario.

h. Quando eu fui eleito pelo jornal A Gazeta Mercantil como o lider nacional da area, a minha revelia pois nessas eleições não existiam "candidatos" mas somente votações expontaneas dos empresarios, me externou a sua insatisfação dizendo que a minha preocupação deveria ser somente a Sisco e não os "palanques" (sic). E que eu não mais atendesse jornalistas quando procurado. Veja o anexo C03-e.

h. Recebi, entao, um convite de um ex-diretor da Hidroservice, Dr. Cararesi, transferido pelo Sr. Maksoud para ser Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco, para jantar. Alias, ressalto que eu nunca assinei (ou vi) um unico cheque da J.C. Melo/Sisco, tarefa essa exclusiva do Sr. Maksoud com o seu Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco e eles faziam o que queriam nas financas da empresa e eu não era informado. E nesse jantar o Dr. Cararesi me historiou varias iniciativas e solicitações do Sr. Maksoud claramente demostrando que ele estaria preparando a "tomada" da minha empresa.

i. Na esfera da Hidroservice, existia um antigo e forte boato sobre o inicio da empresa. Segundo ele, ela foi criada por 2 socios, o Sr. Maksoud e outro engenheiro especialista em hidraulica porem inexperiente como empresario, e eles criaram a sociedade com a mesma divisão 60% x 40% a mim imposta. Alguns anos depois esse engenheiro faleceu, deixando a humilde esposa com filhos pequenos e sem possibilidades de se sustentarem. O sr. Maksoud a chamou, dizendo-se sensibilizado com a sua situação e deu-lhe um cargo vitalicio na Hidroservice, com um pequeno salario porem suficiente para eles se sustentarem, para as

Anexo C03-e

# *Fórum*
## GAZETA MERCANTIL

## RELAÇÃO DOS LÍDERES

* líder nacional
** líder setorial
*** líder regional

01 — Abdul M. Waquil 80**

02 — Abílio dos Santos 81**

03 — Abílio dos Santos Diniz 78**/79*—**/80*—**/81*—**

04 — Abrahão Kazinski 77**/79**/80**

05 — Adhemar Alves Bebiano 77**

06 — Adhemar de Barros Filho 77**

07 — Adolpho Lindenberg 77**

08 — Adolfo Neves Martins da Costa 77**/78***/79***/80***

09 — Alberto Alves Filho 78**/79**

10 — Alberto Luiz Gonçalves Soares 80**

11 — Aldo Lorenzetti 79**

12 — Aldo Sani 81**

13 — Alex Periscinoto 78**/79**/80**/81**

14 — Alexandre Braune 80**

15 — Alfredo Júlio Resende 81**

16 — Aloísio Andrade de Faria 77**

17 — Altair Zaniollo 78**

18 — Álvaro Britto Bezerra de Mello 78**/79**/80**

19 — Álvaro Luís B. Catão 81**

20 — Amador Aguiar 77*—**/78*—**/79**/80**/81**

21 — Américo Oswaldo Campiglia 77**

22 — André La Sagne de Botton 79**

23 — Ângelo Calmon de Sá 79***/80**—***/81***

24 — Antero Botelho Leite Castro 81**

25 — Antônio Carlos de Almeida Braga 77**/79**/80**/81**

26 — Antônio Didier Barbosa Vianna 81**

27 — Antônio Ermírio de Moraes 77*/78**—**—**/79*—**—***/80*—**—***/81*—**—***

28 — Antônio Gallotti — 77**/78**

29 — Antônio Joaquim P.C. Palhares 77**

30 — Armando Carneiro 81***

31 — Armando Moraes Sarmento 77**

32 — Arthur João Donato 80***/81***

33 — Arthur Sendas 78**/80**/81**

34 — Atílio Fontana 77**/78**—***/79**—***/81**

35 — Augusto Trajano A. Antunes 77*—**/78**/79**

36 — Aureliano Albuquerque 77**/81**

37 — Bernardo Geisel 77**

38 — Bruno Nardini 77**

39 — Caio Aurélio Domingues 79**/80**

40 — Camilo Cola 81***

41 — Caribe da Rocha 81**

42 — Carlos Alberto Fannuchi de Oliveira 78**/79**/80**/81**

43 — Carlos Antich 79**

44 — Carlos Antônio Rocca 77**

45 — Carlos Augusto Rodrigues Carvalho 79**

46 — Carlos Chiti 77**

47 — Carlos Frederico Lopes Motta 77**

48 — Carlos Mariani Bittencourt 80**/81**

49 — Carlos Paiva Lopes 81**

50 — Carlos Renaux 78***

51 — Carlos Villares 77**/78**/79**

52 — Celso Albano 81***

53 — Celso Rocha Miranda 77**/80**/81**

54 — Cláudio Bardella 77*—**/78*—**—***/79*—**—***/80*—**—***/81*—**—***

55 — Cláudio Regina 78**

56 — Cláudio Strassburger 80***/81**

57 — Cleto Campello Meirelles 81***

58 — Clóvis Elói Battistella 80**

59 — Clóvis Gonçalves Souza 81**

60 — David Saul Moskowitz 77**

61 — Delson Siffert 81**

62 — Denisar Almeida Arneiro 77**/78**

63 — Derek H. Lowell-Parker 78**/79**—***/80**

64 — Dilson Funaro 78**/79**/80**/81**

65 — Edes Landin 77**

66 — Edgard Arp 78**/79**/81**

67 — Edison Fregni 81**

68 — Edmund Van Parys 80**

69 — Edson Queiroz 79***/80***

70 — Edson Rodrigues Ferreira 78**/79**

71 — Eduardo Carlos P. Magalhães 79**/81**

72 — Eduardo Celestino Rodrigues 77**/78**/79**

73 — Eduardo Diniz Junqueira 81**

74 — Einar Kok 77** / 78** / 79** / 80** / 81**

75 — Eliezer Batista da Silva 80** / 81**

76 — Emílio Battistella 77**

77 — Erik Oswaldo Kastrup Carvalho 77** / 78** / 79** — ***

78 — Erna Belian Wernsdorf Rappa 77** / 78** / 79**

79 — Ernane Galvêas 78** / 79**

80 — Eugênio Staub 77** / 78** / 80** / 81**

81 — Fabrisio Fasano 78**

82 — Fernando A. Souza Camargo 81**

83 — Fernando Garcia Cid 80**

84 — Fernando Penteado Cardoso 80**

85 — Fernando Roquete Reis 77** / 78***

86 — Fernando S. Gama Frota 79**

87 — Firmino Rocha de Freitas 80** / 81**

88 — Flávio Musa Freitas Guimarães 77**

89 — Francisco Lima Souza Dias 79**

90 — Francisco Stedille 77** /80**

91 — Fritz Weismann 79**

92 — Gabriel Donato Andrade 79***

93 — Gastão Eduardo Bueno Vidigal 78** / 79** / 80**

94 — Geraldo Alonso 77**

95 — Geraldo Guennes Tavares Lima 77**

96 — Geraldo M. Bordon 77** / 79** / 81**

97 — Gérson Dias 80**

98 — Gilberto Geraldo Garbi 79**

99 — Giordano Romi 77** / 79** / 80** / 81**

100 — Giorgio Padovano 77**

101 — Glycon de Paiva 77**

102 — Helder Parente 77**

103 — Hélio Beltrão 77** / 78* — ** — ***/ 79* — ** — ***

104 — Hélio Moreira Salles 78**

105 — Hélio Pentagna Guimarães 77** / 78** / 79** / 80***

106 — Helvécio Gilson 81**

107 — Henrique N. Coube 81**

108 — Henrique De Botton 77** / 78**

109 — Henrique Guatimosin 79**

110 — Henrique Sérgio Gregori 77** / 78** / 79**

111 — Henry Maksoud 78** / 80**

112 — Henry Victor Eicher 77**

113 — Herbert Victor Levy 77** / 78** / 81**

114 — Hercílio Luiz Colaço 81**

115 — Hermes F. Macedo 77**

116 — Hermínio Ometto 77** / 78**

117 — Horácio Cherkassky 77** / 78** / 79** / 80** / 81**

118 — Horácio S. Coimbra 77** / 80**

119 — Horst J. Happel 80**

120 — Hugo Crespi 77**

121 — Israel Klabin 78** / 80***

122 — Ivan Barreto Carvalho 77**

123 — Ivan Müller Botelho 79**

124 — Ivan Zarif 77**

125 — J. Murillo Valle Mendes 77** / 79*** / 80** — *** / 81** — ***

126 — Jaime Canet Jr. 80***

127 — Jaime Faria 78**

128 — Jaks Rabinovich 77** / 78** / 79** / 80** / 81**

129 — Jamil Nicolau Aun 77** / 78** / 79** / 80** / 81**

130 — João Alves Veríssimo 78**

131 — João Carlos Mello 79**

132 — João Carlos Paes Mendonça 78** / 79***/ 80** — *** / 81**

133 — João Hansen Neto 79***

134 — João Havelange 77**

135 — João Machado Fortes 79** — *** / 80** — *** / 81**

136 — João Pereira dos Santos 79** / 80** / 81** — ***

137 — João S. Marinho Nunes 81**

138 — John Russel Warren 80**

139 — Jorge Franke Geyer 77**

140 — Jorge Gerdau Johannpeter 77** / 78** — *** / 79* — ** — *** /80* — ** — *** 81* — ** — ***

141 — Jorge Wolney Atalla 77** / 78** / 79**

142 — José Antônio Alencastro Silva 77** / 79** / 80** / 81**

escolas das criancas, etc, em troca dos 40% que ela possuia, o que ela fora convencida a aceitar. Não sei se era um boato ou uma verdade, porem mais adiante coincidentemente veremos o que o sr. Maksoud me ofereceu.

j. Diante de tudo que estava acontecendo, telefonei ao economista Dr. Lemme um dos principais assessores do sr. Maksoud, e marcamos um jantar. O Dr. Lemme era um antigo amigo do meu tio tambem economista Dr. Gilberto Paim, e nesse jantar externei-lhe tudo que sabia, pedindo-lhe uma opiniao. Que pela sua longa amisade com o meu tio seria uma opinião da qual eu não deveria duvidar. Apesar de todas as evidencias, o Dr. Lemme tentou me convencer de que esses procedimentos não eram tipicos do sr. Maksoud. Mas as evidencias eram fortes e eu não concordei com ele.

k. Seis dos 7 Diretores da J.C.Melo/Sisco eram empregados da Hidroservice, mas eles não foram legalmente transferidos para a J.C.Melo/Sisco, a Hidroservice pagava os seus salarios e multiplicava-os por 4,5 isso faturando contra a J.C. Melo/Sisco como "servicos prestados", endividando-a inclusive obviamente diminuindo o valor dos meus 40%. A mesma "tecnica" acontecia com outras compras da empresa, com os anuncios decididos exclusivamente pelo Sr. Maksoud na sua propria revista Visão e nas varias obras executadas sempre pela empresa construtora do seu irmao.

Preocupado com tudo isso e indeciso diante de uma decisão que seria fundamental, eu sai de ferias (alias, a primeira da minha vida) e propositadamente me isolei do eixo Rio Janeiro x São Paulo para pensar com mais tranquilidade sobre o que deveria fazer.

2. Cronologia da "tomada" - Durante

Duas semanas depois eu voltei das ferias, ja preparado para um encontro com o Sr. Maksoud, e fui direto ao meu gabinete. Ao nele chegar, minha secretaria assustou-se e disse: O Sr. não sabe?

"O Sr. Maksoud tirou o senhor da Diretoria e deixou um recado de que quando o senhor chegasse fosse falar com ele". O que fiz.

Então ele me disse "Nada tenho contra voce. Mas voce esta tomando muitas decisões e não deixando os Diretores agirem. Tanto não tenho nada contra que voce sera o chefe do Departamento de Computação da Hidroservice" (sic). E chamou sua secretaria ordenando-lhe conseguir uma sala para mim.

Uma acusação totalmente ficticia, pois as decisões

mais importantes eu so as tomava numa reunião da Diretoria, das quais ele nunca participava pois tomava decisões completamente a minha (a nossa) revelia.

Mas eu o interrompi dizendo-lhe: "Sr. Maksoud, eu ainda não aceitei, preciso de um tempo para pensar" (sic).

E sai, voltando dias depois e dizendo-lhe um "nao".

Veja no anexo C03-f a carta que enviei ao Sr. Maksoud em 28 Feereiro de 1980, a qual ele não respondeu.

3. Cronologia da "Tomada" - Apos

Poucos anos depois, como eu tinha convicção de que isso aconteceria com a minha saida, a Sisco do Sr. Maksoud simplesmente morreu. Não por meus profundos e maravilhos conhecimentos da tecnologia da informatica portanto unico, mas sim porque o Sr. Maksoud demonstrava, nas suas decisões, um grande desconhecimento do assunto, como por exemplo trazer Mr. Drees para substituir-me, um diretor de chão de fabrica de eletronica. Na cabeca dele, isso seria o suficiente para fabricar computadores. O proprio Mr. Drees extranhava o que estava acontecendo, a ponto de, preocupado com a sua vinda para o Brasil, um dia me perguntar qual era a minha posição. Ele era corretissimo comigo, mas não entendia a minha "posição" e isso o preocupava ou seja o perigo por não saber exatamente o que estava acontecendo diante do grande risco de ter vindo para o Brasil com toda a sua familia.

a. Nessa epoca um jornalista me procurou (eles frequentemente me procuravam por causa dos sucessivos sucessos da J.C.Melo e J.C. Melo/Sisco) e então me fez uma pergunta subita "Agora, o que o Sr. pensa do Sr. Maksoud?" e eu, naqueles momentos de muitos estresses respondi tambem subitamente "E um gangster dos tempos modernos". O que reconheco ter sido errado, o que obviamente explica porem não justifica.

b. E então ele ordenou ao seu servico juridico entrar com tres processos contra mim, por calunia, injuria e difamação, portanto fechando as portas para quaisquer discussões entre nos.

c. E durante um ano com eu ja fora da empresa, fez 5 aumentos de capital na Sisco, todos eles investimentos ficticios com a unica finalidade de diminuir o valor dos meus 40% no capital votante da empresa pois eu não poderia acompanhar esses "aumentos" de capital. No fim desse um ano, fiquei sabendo que numa Vara judicial eu possuia 0,5% do

São Paulo, 29 de Fevereiro de 1980



Ao
Dr. Henry Maksoud
São Paulo - SP

Dr. Maksoud-

Pensei bastante nestes últimos dias e, infelizmente, não encontro uma solução aceitável para o seu ato de violência tirando-me da SISCO.

Durante esses 2 anos , fui-lhe honesto e leal, e pela SISCO e seus objetivos e cheguei ao ponto de aceitar seus continuados atos de violência e pressão, o que não é o meu feitio.

Seu último ato, entretanto afastou-me da empresa à qual tudo dei , tomando essa decisão durante as minhas férias, humilhando-me, entregando todas as minhas funções a um estrangeiro desconhecido,foi ' demais, e também impede que eu aceite a sua oferta de um emprego junto à Hidroservice ou outra empresa o que é um assunto menor .

Ofereço-lhe, portanto minhas ações da SISCO, pela razoável quantia de cr$ 25 milhoẽs, um só pagamento. Digo razoável porquanto a SISCO tem um backlog de cr$ 750 milhões somente para 1980. E mesmo que isso não existisse, bastaria o valor das autorizações da CAPRE, estimados por baixo em cr$ 500 milhões preço de mercado.Porisso, e pela óbvia pressa que tenho em resolver o assunto, é que faço-lhe uma oferta aceitável e que não admite discussões. Dito -o que não aceito contra-ofertas.

Naturalmente, além dos cr$ 25 milhões acima eu quero também a quitação da promissória que assinei.

Esta oferta tem a validade de uma semana somente, pois sou um homem público e tenho que dar uma explicação pública, que óbviamente é urgente. E só posso dá-la após a sua resposta como o Sr. compreenderá. A urgencia da sua resposta é resultante do seu próprio ato , pois começo a ser inquirido e tenho que dar respostas.

Também sugiro-lhe não mais realizar pressões nem atos de violencia contra mim, afim de que eu não seja obrigado a dar respostas. Não quero batalhas nem guerras. O simples fato de que, que após tudo o que sofri ainda estou fazendo-lhe uma oferta razoável para a solução do nosso problema, é bem uma prova de que estou agindo no sentido de uma solução pacífica.

Como é obvio ( e isto não é uma pressão ou uma ameaça) após ' aquela período e na impossibilidade do acordo, serei obrigado, a contragosto, a defender o meus interesses.

Atenciosamente,

J.C. Melo

novo capital, depositados e a minha disposição. Ele conseguiu uma maneira juridica de "comprar prioritariamente" esses 0,5% e judicialmente depositou o seu propositaI baixo valor num banco, uns 500,00 da moeda de entao. Eu, que fundei a empresa e dela tinha 100%, perdi tudo. A "tomada" foi assim.

d. Ela não conseguiu mais fabricar o MB-8000, sendo obrigado a comprar/importar os similares NOVA-3 a partir da minha saida. Como eu narrei anteriormente.

e. O Sr. Maksoud conseguiu vender o nome "Sisco" para a grande empresa norte-americana de software CISCO, que viria operar no Brasil, por US$ 300,000.00. O advogado da CISCO me consultou, mas eu lhe informei que o nome SISCO havia sido escolhido e registrado pelo Sr. Maksoud e não por mim, e que eu não havia sido informado sobre como esse registro teria sido feito.

f. Para sobreviver, a Sisco passou a ser uma simples vendedora de produtos da area, como as impressoras Epson, etc.

g. Cerrou as suas portas deixando de pagar as indenizações trabalhistas aos seus empregados, do que resultaram centenas de processos trabalhistas contra o Sr. Maksoud.

h. Parou com a periodica e imprescindivel assistencia tecnica aos muitos compradores dos seus computadores, deixando-os na dificel posição de "se virar" com os computadores sem as suas pecas sobressalentes e os seus imperiosos updates e upgrades quer em software quer em hardware.

E a fechou, esse foi o triste destino da que foi a maior industria BRASILEIRA de computadores medios em todos os tempos. Ate hoje nenhuma industria a substituiu.

Veja no anexo C03-g carta enviada ao Governo em 18 Agosto 1982, na qual eu perguntava porque ele estava ajudando o Sr. Maksoud a encontrar um comprador para a J.C. Melo/Sisco e extranhava a sua interferencia uma vez que eu era o proprietario das permissões para fabricação de seus computadores. Essa solicitação ficou sem resposta. Porem eles não tiveram exito exatamente por causa desses problemas das propriedades desses direitos (sobre os quais o Sr. Maksoud não deve te-los mencionados) pois eventuais compradores evidentemente consultaram seus advogados, como foi do meu conhecimento pois eu fui consultado por dois deles.

O grande erro do Sr. Maksoud ao "tomar" a minha

**Anexo C03-g**

JOÃO CARLOS MELO, brasileiro, maior, industrial, com endereço provisorio à Rua do Riachuelo 97, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, vem expôr a Vossa Excelencia o que se segue:

1. Chegou ao seu conhecimento que o individuo Henry Maksoud estaria, com a ajuda e o apôio desse CONSELHO, procurando comprador para a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com séde na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. Que extranha a interferencia desse CONSELHO, pois considera, conforme documentos em seu poder, a referida empresa de sua propriedade, e alem disso toda a comunidade de informatica sabe, por ter sido amplamente noticiado pela imprensa escrita, que a sua propriedade será contestada em Juizo no momento oportuno.

3. Que se essa propriedade lhe foi tomada provisoriamente com a ajuda desse CONSELHO, o que aliás constitue crime previsto em Lei, isso não invalida os documentos em seu poder nem anula os seus direitos de, como ocorrerá, pleiteiar em Juizo uma decisão saneadora e a punição dos responsaveis.

4. Que adverte a essa CONSELHO de que a concordancia e/ou aval politico e/ou ajuda do Governo Federal através desse órgão de assessoramento do Exmo Sr. Presidente da Republica, constituirão ilicitos penais e contra eles ingressará em Juizo, se e quando ocorrerem.

5. Finaliza extranhando que esse CONSELHO promova a referida venda de uma empresa que toda a comunidade de informatica sabe estar, no minimo, com sua propriedade questionada, induzindo eventuais compradores a um êrro de avaliação e consequentemente promovendo uma operação ilícita.

Certo da compreensão de Vossa Excelencia,

Respeitosamente,

[signature]

João Carlos Melo

Rio Janeiro, 18 Agosto 1982

empresa foi que ele não tinha (e ignorava isso) quaisquer experiencias sobre como deveria ser dirigida uma "industria de software e hardware", alem disso era um presidente extremamente antipatico e tomando decisões psicologicamente inaceitaveis tansformando empregados em futuros desistentes. Por isso, quando ele a "tomou" eu declarei que isso significaria o fechamento da empresa alguns anos apos, como de fato ocorreu e de maneira vergonhosa, sem conseguir fabricar computadores, sem pagar os direitos trabalhistas dos empregados, vendendo perifericos para "se sustentar", com empregados decepcionados com esse impensavel futuro da historica J.C. Melo.

Uma das principais coisas para uma industria desse tipo (repito, desse tipo) é o imprescindivel GRANDE entusiasmo dos seus empregados, e todos os empregados da J.C. Melo/Sisco eram seus grandes entusiastas. Era uma missao conjunta, essa ideia "maluca" de fazer uma real fabrica BRASILEIRA de computadores. Um jornal japones chegou a publicar uma reportagem sobre essa "impossibilidade", de pagina inteira.

Antes da "tomada" da empresa, eu recebi um telefonema da filial de Brasilia informando que o Governo havia finalmente aprovado a fabricação do computador medio MC-9700. Primeiro e unico medio brasileiro, e o proximo, uns 4 anos apos, certamente seria um grande 360 no seu nivel inicial. Obrigatoriamente chamei um diretor e lhe disse: "Mande comprar champagne e reuna todo o pessoal no patio da fabrica as 17 horas".(sic) E nessa reunião vimos o enorme entusiasmo de todos. Isso observei ate nas montadoras do chão de fabrica. Todos demonstravam orgulho e entusiasmo por estarem ajudando e principalmente participando daquele momento historico. NESSA COISA IMPENSAVEL PARA UM PAIS COMO O TERCEIRO MUNDISTA BRASIL. Leia no capitulo CAP16 deste book 2, essa aprovação não foi um beneficio para a J.C. MELO/Sisco como parece, pois tinha outro objetivo.

Numa industria de hardware e software, voce obrigatoriamente precisa entusiasmar todos os seus participantes, foi o que fez Steve Jobs na Dell, Bill Gates na Microsoft e os garotos Larry Page e Sergey Brin no Google. Hoje, qualquer empresa da Bay Area (Vale do Silicon) sabe dessa necessidade absoluta. Em todas as startups que surgem voce encontra esse tipo de empresarios-tecnicos, gente que chora quando algo não da certo e não por eventuais prejuizos financeiros.

Para entender e dirigir uma dessas empresas voce precisa ter um enorme amor pelas duas tecnologias envolvidas e as suas interacoes, e entender

profundamente como devera ser a direção da empresa. Não se trata de uma empresa a qual voce somente aplica suas "boas" tecnicas gerenciais e experiencias de direção e o resto naturalmente acontecera. Ou que paga os salarios dos empregados e nada mais precisa fazer no sentido deles serem co-participantes. Se voce dirigir uma industria de hardware e software sem esse entusiasmo, ela não durara muito.

E quando o Sr. Maksoud "tomou" a minha empresa, assumiu um Presidente absolutamente nada conhecedor das principais caracteristicas desses empresas e da imperiosa necessidade de ligar os seus motores "orgulho" e "entusiasmo". Alem da sua personalidade irrascivel, radical, desestimulante.

Era natural esperar o seu fracasso apos algum tempo.

Fechar a J.C. Melo/Sisco apos algum tempo, foi isso que os comandantes governamentais da PNI finalmente conseguiram ao me devolverem (manu militare e pelos Correios) a minha petição ao Governo, com todas as suas 300 paginas (originais) autenticadas e cada uma rubricada/carimbada, e com o implicito recado "E isso que fazemos com a sua petição". Uma decisão manu militare, acima das Leis.

Me "tomaram" US$ 25 milhoes, porem ironicamente eles fecharam a unica fabrica BRASILEIRA de computadores que, por seus resultados e pelo exemplo, poderia ter salvo a PNI do Governo, mesmo apesar da J.C. MELO/Sisco não ter sido por ele criada, muito pelo contrario.

Veja o anexo C03-h, uma entrevista em varias paginas ao Data News sobre todos esses acontecimentos.

Fora da enorme perda das Forcas Armadas, pois a J.C. MELO/Sisco possuia toda a estrutura necessaria (uma industria de hardware e software) para projetar e fabricar quaisquer das suas necessidades, dentro das Teoria Geral de Controle e programações em tempo real. Sem isso ter custado um centavo as Forças Armadas, o que hoje não existe obrigando-as a, no futuro, enfrentarem uma imperiosa nova PNI da estaca zero. Sim, uma nova PNI, pois para elas não se trata de somente criar forças-tarefas para as suas necessidades, visceralmente elas precisam de industrias de hardware e software. Sem elas, mesmo as suas forças-tarefas nada conseguirao.

Veja no anexo C03-i uma entrevista por mim dada ao periodico Data News sob o titulo "Carta aos empregados da Sisco", resumindo esses acontecimentos.

Anexo C03-h

**Para Melo, o maior problema da Sisco é a divergência de comando: muitas ordens vinham de diretores da Hidroservice, desautorizando sua palavra. Além disso, nenhum plano financeiro até hoje foi aprovado para a Sisco.**

# Melo quer Cr$25 milhões pelos 40 % da Sisco

**— Por que e em que circunstâncias você saiu da Sisco?**

— Eu viajei em férias e nos dias 18 (isso eu só soube na minha volta) e 21 de janeiro, Maksoud soltou as circulares de números 24 e 25 onde estavam a criação de um novo cargo de diretor-geral de produção, cujas atribuições, eram em linha geral as minhas como diretor de tecnologia. Quer dizer criaram um novo cargo com nome diferente, mas com as mesmas atribuicões. Eu só vim a saber disso quando voltei de férias no dia de fevereiro. Todas as funções como desenvolvimento técnico e tecnológico, a elaboração de programas de fabricação, controle de qualidade, programas de treinamento de pessoal, especialização de pessoal, testes, integração, etc. Na circular do dia 25, assinada pelo filho dele, nomeava o Sr. Charles Michael Drees Jr. como diretor-geral da empresa. Ele é americano da Univac e da Varian, estava há cerca de uma uma semana na empresa, e transformou-se no maior executivo da Sisco, fazendo reuniões e tomando decisões. Isto foi o que encontrei no dia 11 de fevereiro, quando fui falar com Maksoud à tarde e pedi-lhe explicações pelas duas circulares e pelo novo diretor. Ele respondeu que era assim mesmo e que eu não voltasse mais para a Sisco. Disse inclusive que ia me arrumar uma sala naquele dia mesmo na Hidroservice e que eu não voltasse mais para a Sisco. Eu perguntei porque esta violência e ele respondeu que não tinha nenhuma restrição do ponto de vista moral, técnico, lealdade e honestidade. Apenas que eu tomava muitas decisões e não deixava o pessoal trabalhar. Disse que o americano era muito experiente e que está agora fazendo muitas reuniões, e deixando o pessoal trabalhar. Eu perguntei então qual seria o meu cargo na Hidroservice e ele respondeu que iria criar uma espécie de diretoria de Informática do Grupo para mim. E quais seriam as atribuições deste cargo? — perguntei. Não sei, não sei em que você pode contribuir, respondeu. Bom, falei, então o senhor está criando um cargo para mim. Eu não preciso de cargo, Dr. Maksoud, portanto, eu não venho para a Hidroservice nem aceito seu cargo. Mas de qualquer maneira eu preciso de um certo tempo para pensar e lhe dar uma resposta. No dia 29 de fevereiro, (nesse ínterim eu ia à empresa meia hora por dia e não participava de coisa nenhuma) eu mandei duas cartas à Sisco: uma à diretoria dizendo que eu havia sido afastado da direção da empresa, cargo empregatício que exercia desde 1977, conforme acordo assinado entre as duas partes. E o outro, relativo a meus 40% da Sisco. Diante do ato de violência eu fiz uma oferta ao Maksoud de 25 milhões de cruzeiros pela minha participação acionária. Nesta altura dos acontecimentos - eu não queria mais acordo para ficar na Sisco, me convidando ou não. Eu achei razoável a quantia porque eu tenho backlogging, que são as vendas, de 750 milhões em 80, dos quais quase 300 milhões já faturados. E dei o prazo de uma semana, que findou hoje — dia 7 de março, sexta-feira. Ele não se manifestou, como eu previa. Maksoud é muito orgulhoso e agora estou tomando as providências necessárias para proteger meus interesses.

**— Como foi o contrato firmado com a Hidroservice quando da criação da Sisco?**

— Bom não é bem um contrato. Trata-se de um acordo, com 20 a 30 cláusulas, das quais muitas não foram cumpridas. Uma delas é que eu seria o vice-presidente da empresa em qualquer circunstâncias. No início eu fui de direito mas não de fato, porque existiam outras linhas de força além da minha. Haviam várias pessoas da Hidroservice que causavam uma série de problemas paralelos às linhas de poder legal. Nenhuma empresa pode funcionar desta maneira. Em abril ou maio ele propôs que eu ficasse com uma coordenação dos outros três diretores. Essa coordenação nunca funcionou na realidade. Com relação à tecnologia — até então de minha propriedade — fazia parte deste acordo. Ela agora pertence à Sisco, e não ao Maksoud. Agora ele me despediu da firma, o que não podia

ter feito, já que no acordo também constava a contratação como diretor-técnico da empresa, uma relação simples e empregatícia. E na verdade até hoje não recebi nenhum dos direitos a que tem um trabalhador como fundo de garantia, 13º salário, férias, etc. Eu poderia argüir judicialmente a não validade do acordo por falta de cumprimento de determinados itens, como a minha saída da vice-presidência. Podem ser tomada várias providências: ação trabalhista, cível, inclusive ação criminal por violências e pressões.

**Como foi a reação dos seus colegas de trabalho?**

— Foi a melhor possível. Existe uma unanimidade ao meu favor na Sisco. As pessoas estão telefonando e dizendo não haver vozes discordantes. Todos concordam com a violência inexplicável feita contra mim. Mandei uma carta de despedida ao pessoal, datada de 29 de fevereiro onde explico os motivos e me despeço pessoalmente de cada um. Na mesma semana eles fizeram uma circular interna e reservada assinada por cinco diretores: Dr. Aldo, Dr. Roberto Maksoud, Dr. Faria Lima, Dr. Damasceno e Dr. Maeda. E essa carta dizia que a minha correspondência não era verdadeira porque eu estava saindo da empresa por livre e espontânea vontade. Portanto tentaram interna e externamente mudar uma decisão violenta tomada por Dr. Maksoud. Estou mandando na próxima semana uma circular que reexplicará os fatos (publicado na íntegra, na outra página).

**— Nós entramos em contato com a diretoria da Sisco e eles nos informaram que o Sr. teria se retirado da firma por livre espontânea vontade e nada mais quiseram acrescentar. O que o senhor acha disso?**

— Isso é impossível. Primeiro que saí de férias e tinha um diretor estrangeiro e desconhecido no meu lugar, por portaria da direção, fazendo todas as coisas que eram minha atribuição. Depois, ninguém pode acreditar que eu, fundador da Sisco, desde o início, tendo lutado esse tempo todo, chegando lá às sete da manhã e saindo 10 horas da noite diariamente, dando meu sangue para a empresa, largue tudo e vá embora.

**— O senhor acredita numa disposição prévia contra a sua pessoa na Sisco?**

— Eu acho que sim. Estou me convencendo que não foi uma decisão circunstancial. Foi pensada e já devia vir sendo providenciada há muito tempo. Eu sempre protestei lá dentro. Porque acho que deve haver o respeito a um organograma. As linhas de poder devem ser aquelas do organograma ou então mude-se as linhas de poder. Na Hidroservice nós tínhamos gerentes e engenheiros mais importantes que diretores, envolvidos diretamente com a diretoria da Hidroservice. Era muito comum eu dar uma ordem e não ser cumprida ou haver duas ou três ordens em paralelo. O que existe na Sisco é que já foram feitos uns cinco ou seis planos financeiros, que envolveram toda a companhia em todas as suas necessidades para os próximos 12 meses. E nenhum desses planos foram aprovados. Ora, nenhuma firma com o porte da Sisco pode operar sem um plano. Havia queixas, por exemplo da necessidade de uma filial em Brasília, mas ... operava por espasmos da direção superior. Ordens contraditórias que causavam inclusive instabilidade no pessoal da empresa.

**— Mas o senhor não acha estranho, que tendo desenvolvido os equipamentos, e fundado a Sisco, agora não seja mais necessário na empresa?**

— Olha eu só posso pensar que o como Dr. Maksoud não teve nenhum sócio na vida dele, eu fui uma aberração. Acho inclusive que não é nem uma questão de dinheiro. É questão de poder. Ele me deu muitas ordens absurdas, e uma delas que eu não desse entrevistas. Eu sempre relevei não por meu temperamento, mas tudo pela Sisco. Portanto acho que isso pode ter sido um golpe preparado inclusive com a contratação prévia do Dr. Michael Drees. Esta é a primeira hipótese. A segunda hipótese — admitindo-se a boa fé do Dr. Maksoud — é que ele tomou uma atitude na qual acredita. Como ele não vai na Sisco — só vi Dr. Maksoud na Sisco umas 4 ou 6 vezes durante este tempo — talvez tenham sido levadas a ele interesses de gerentes e diretores querendo tomar posições lá dentro. A terceira hipótese e que não pode ser descartada é a estranha interferência do Michael Dress. Como é que um homem totalmente desconhecido, chega aqui e assume a direção geral da empresa? Mas não com uma submissão aos outros diretores e ao próprio Maksoud. Assumiu dando ordens violentas, como se estivesse muito bem apoiado por alguém.

**— O que você pretende fazer agora?**

— Bom eu já abri o meu escritório. Estou criando a J.C. Melo Informática Ltda. que se dedicará à fabricação de equipamentos. A linha ainda está sendo analisada. Não sei nem ainda se farei isto sozinho. Em princípio ficarei somente com periféricos para depois entrar na faixa de CPU. O meu projeto sendo nacional, não terá problemas e já conto com investimentos e interesses de grupos."

**Quais as providências que agora pretende adotar?**

**Melo** — Eu resolvi, aconselhado por alguns amigos, fazer uma representação ao general Venturini, ministro chefe do Gabinete Militar, conseqüentemente maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada. Nela tento provar que a interveniência da SEI é uma condição *sine qua non* para evitar o fechamento da Sisco. O acordo original feito com a Hidroservice não foi cumprido em vários itens, conseqüentemente eu poderia pedir a liquidação da Sisco baseado no não cumprimento do acordo, o que colocaria a SEI numa condição bastante peculiar. Se a Sisco fosse dissolvida voltaria a funcionar a JC Melo Computadores Ltda, que é a dona da tecnologia e também da maioria dos termos de compromisso firmados com a SEI. Ora, isso prova que as coisas não são tão simples como aparentam. Não se trata de um caso administrativo, uma vez que uma das partes tem o poder de fechar a Sisco se assim o desejar. Para evitar isso, cujas conseqüências seriam as piores possíveis em todos os aspectos, não só para a comunidade de processamento de dados como o próprio modelo da antiga Capre, agora SEI, como também para as áreas de Segurança Nacional, a quem a Sisco interessa (isso tem sido manifestado de várias maneiras), eu peço a interferência do general Venturini não no sentido de que a SEI interfira diretamente no problema, uma vez que ela não pode intervir do ponto de vista legal, mas que seja um elemento conciliador nas discussões que, queira ou não a Hidroservice, vão ter que ser feitas. Essa é a principal finalidade da representação. Se eu porventura não conseguir essa interveniência terei que tomar providências drásticas, a contragosto, e fechar a Sisco.

**A representação pede uma reconsideração por parte de Maksoud e sua conseqüente volta à Sisco?**

**Melo** — Não, eu não admito essa hipótese. Primeiro porque é um fato notório que no mínimo há um ano eu estava desgostoso com uma série de coisas que estavam acontecendo na Sisco. Mas sempre pensando que havia possibilidade de uma reviravolta e que o Dr. Maksoud se convencesse de que as coisas não poderiam continuar assim. Por hipótese, se o Dr. Maksoud pedisse a minha volta à Sisco, o que não acredito, mesmo assim não voltaria, pois tenho certeza que ele não aceitaria a primeira das condições para minha volta. Ou seja, uma independência da diretoria da Sisco. Acho muito difícil a minha volta à Sisco.

**Comenta-se que estaria sendo preparado um plano dentro da Sisco para desvalorizar os valores das ações que você possui. Isso é real?**

**Melo** — Estariam preparando um aumento de capital da Sisco, uma vez que foram criadas grandes dívidas da Sisco com a Hidroservice, isso em consultoria, e grandes dívidas da Sisco com o grupo Visão em publicidade. Ambas as despesas não foram autorizadas por mim, pois foram tomadas pelo próprio Dr. Maksoud. Para dar um exemplo, um engenheiro da Hidroservice custava à Sisco 500 mil cruzeiros por mês e nós poderíamos contratá-lo por cem mil cruzeiros por mês, uma vez que ele já trabalhava há dois anos e meio na Sisco e a Hidroservice faturava 500 mil cruzeiros por mês em cima. Então poderá ser discutido na Justiça esse aumento de capital para pagar a dívida com o Grupo Hidroservice e Visão em primeiro lugar. Em segundo lugar, isso não muda em nenhum centavo o que eu acho que valem as minhas ações. Se eu acho que minhas ações valem 25 milhões e se ele baixar minha participação em 5% na Sisco, eu continuo a dizer que elas têm o mesmo valor.

**Como vê a afirmação do secretário especial de Informática de que ele não interviria na questão Sisco?**

**Melo** — Eu já fiz ver ao Dr. Gennari que a colocação dele deve ter sido baseada em desinformação, pois se a Sisco fechar — e eu quero lembrar que há 90% de possibilidade disso acontecer —, os únicos prejudicados serão os usuários da Sisco e aqueles que já assinaram contrato com a empresa, o que atinge a 50 usuários de sistemas, de acordo com a última relação que tenho, pouco antes da minha saída. A SEI não poderia dizer em hipótese nenhuma que não tem nada com o assunto. Se nós considerarmos que das cinco empresas, só duas estão nos maiores níveis de nacionalização, ou seja, a Sisco e a Cobra, o fechamento de uma empresa que atingiu os índices de nacionalização da Sisco será um problema muito grave que atingirá não a mim ou a Hidroservice, mas principalmente ao modelo governamental e os usuários. Repercussões junto a clientes de outras empresas não serão muito positivas. Haverá uma perda na credibilidade da indústria nacional do setor. Tudo isso, e outras coisas equivalentes indicam que a SEI deverá intervir, não do ponto de vista legal, ou do lado A ou B, tomar decisão C ou D. O importante é que o problema existe, é real, e

então tem que ser enfrentado. Eu estou disposto a participar dessa mesa para discussão dos problemas. A outra parte não está disposta a discutir. Se essa situação persistir eu não vejo outra alternativa que não seja o fechamento da Sisco.

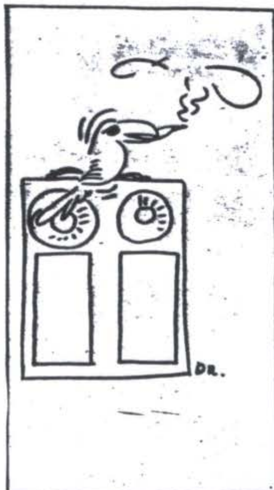
**Após a sua saída, comenta-se que a Sisco estaria importando equipamento pronto da Data General. Isso é real?**

**Melo** — Exatamente. Ao dar o golpe, o Dr. Maksoud mal informado como sempre a respeito da Sisco, não sabia que eu mantinha e mantenho ainda o controle técnico da empresa. Dito de outra maneira, era eu que com a experiência no gerenciamento de um grupo técnico fazia os equipamentos funcionarem. E aconteceu o que eu previ. O elemento substituto, por falta de algumas condições, não conseguiu que os equipamentos funcionassem e o Dr. Maksoud viu-se na contingência de chamar o signatário para resolver os problemas, com o pressuposto de um acordo que ele não queria nem quer. Não o fez, pois encontrou uma solução mais fácil. Enquanto eu redigia uma representação à SEI, essa que eu cheguei à conclusão que não deveria enviar por causa do pré-julgamento do Dr. Gennari; em paralelo o Dr. José Roberto Faria Lima foi a Brasília falar com o Dr. Gennari e dele conseguiu a permissão para importar computadores prontos, numa decisão ilegal e amoral. Aparentemente o Dr. Maksoud resolveu o seu problema, mas no futuro quando do recebimento dos computadores prontos, também isso não acontecerá, pois os problemas persistirão. Os problemas não são equipamentos e sim estruturas técnicas da empresa, que é também o que contribuirá cada vez mais para o descrédito da empresa se decisões bastantes urgentes não forem tomadas. Entre essas decisões, e já há mais de 8 meses eu tentava convencer o Dr. Maksoud disso, eu queria a admissão de aproximadamente dez engenheiros especialistas na linha de equipamentos que a Sisco fabricava. A razão disso é que a formação de um técnico específico de computador, admitindo que esse técnico seja bom, não demora mais do que 3 a 4 anos. Isso é uma síndrome. Apesar da Sisco ter elementos muitos bons que foram admitidos até agora, a formação deles ocorreria num prazo bem superior para resolver o problema da estrutura técnica da empresa. Há oito meses atrás foi que levei o problema para o Dr. Maksoud e disse que aproximadamente em 15 de dezembro começaríamos a ter problemas de natureza técnica. Durante esse tempo todo, outros diretores da Sisco, e não só eu, tentávamos convencer o Dr. Maksoud a trazer esses elementos. Viriam aqui, ficariam um ou dois anos nessa fase transitória na criação da estrutura técnica e depois voltariam a seus países.

**Existiam problemas de reclamação de usuário quanto ao suporte?**

**Melo** — É o mesmo problema. Enquadra-se na falta de estrutura técnica. Esses elementos que pretendia contratar seriam para integração, depuração, produção e para a área de suporte de manutenção. Eram dez os elementos a serem contratados. Seriam especialistas na linha Nova da Data General, possivelmente ex-funcionários dessa empresa e da linha PDP-8 da Digital. Eles contribuiriam também para a formação dos excelentes técnicos que a Sisco,

Segue



tem. Era um problema só de aprendizado. Uma síndrome. É uma síndrome que permanece. Então a cada equipamento que a Sisco instala o problema se agrava.

**Está também havendo falta de recursos financeiros?**

**Melo** — Isso existia na minha época. Chegava a haver falta de recursos para liberar insumos que ficavam na alfândega 30 dias por não se ter cem a duzentos mil cruzeiros para a liberação. Até a minha saída isso ocorreu com muita freqüência. Havia prioridades em outras áreas como Hidroservice e o hotel que estava sendo construído naquela época. Ouvi falar que após a minha saída esse problema não iria permanecer.

**Você sabia que seria substituído pelo novo diretor norte-americano?**

**Melo** — Eu sabia que viria um técnico norte-americano para ocupar funções técnicas na empresa e não com o cargo de diretor. Ele foi escolhido pelo Dr. Maksoud. Admitindo que o sr. Michael Dreess seja um excelente técnico, ainda assim é estranho uma pessoa completamente desconhecida vir e assumir poucos dias após sua chegada a direção da empresa. Nenhum empresário faria isso.

**Você acredita que isso caracterizou um golpe que já vinha sendo preparado com antecedência?**

**Melo** — Existe um dado interessante. Toda a diretoria da Sisco quando soube que viria esse americano foi contra. O próprio Dr. Mário Cararessi e o Dr. Faria Lima disseram ao Dr. Maksoud que esse técnico era absolutamente desnecessário. Mesmo assim o Dr. Maksoud o trouxe. Eu disse a ele que precisávamos de 10 engenheiros e não um diretor de produção. Mesmo porque temos um diretor de produção com 20 e poucos anos de experiência na produção de equipamentos eletrônicos profissionais no Brasil, que é o Dr. Damaceno. O Dr. Maksoud deveria confiar mais, vamos dizer, nos seus índios, em vez de trazer um americano e lhe dar da noite para o dia, para supresa de todos, a direção geral da empresa. Empresarialmente isso não se faz.

**Após sua saída você sofreu algum tipo de pressão?**

**Melo** — Estou sofrendo pressões ridículas, com ameaças telefônicas de que eu posso ser assaltado, o que não levo muito em consideração, pois não acredito que isso aconteça. Acho que é uma maneira mais de me enervar do que uma intenção de fazê-lo mesmo. Mas de qualquer maneira já comuniquei isso ao governo estadual e federal. De qualquer modo, depois dessas comunicações as pressões cessaram. Apenas outros tipos de pressão estão sendo feitas, como recado de terceiros.

**Caso não haja uma solução amigável você pretende entrar com uma ação judicial?**

**Melo** — São duas coisas distintas. Primeiro, o que eu vou fazer com a Sisco; e, segundo, como um acordo não foi cumprido e naturalmente envolve um prejuízo, cabe uma ação contra a parte que quebrou o acordo. Até ação trabalhista é possível, pois um dos itens do acordo não cumprido é que eu teria um cargo trabalhista remunerado na empresa e isso não ocorreu. Acredito que se não houver um acordo isso resultará em cinco ou seis ações diferentes.



Melo: botaram um americano no meu lugar.

# Carta aos empregados da Sisco

*São Paulo, 10 março 1980*

*Meus amigos da SISCO*

*No dia 29 de fevereiro eu fiz uma Carta-Circular despedindo-me de vocês e informei que o fazia porquanto o Dr. Maksoud, numa decisão unilateral, tirou-me da Diretoria da Sisco.*

*Posteriormente soube por vocês que eles distribuíram (não a todos, mas a alguns escolhidos) outra Carta-Circular, tentando criar dúvidas, pois afirmavam que eu saí porque quis. Tenho xerox dessa Carta-Circular, se houver dúvidas. Como se alguém fosse ingênuo ao ponto de acreditar que eu, o fundador da empresa, o seu dono, o principal interessado no seu sucesso, fosse abandoná-la por livre e espontânea e voluntária vontade...*

*Fiel ao princípio que estabeleci quando saí da Sisco, de responder violência com a violência e as pressões com pressões, sou obrigado a remeter-lhes esta carta-circular, narrando o verdadeiramente acontecido para conhecimento de todos vocês.*

*Como é sabido em meados de janeiro eu entrei em férias e viajei. Como é sabido, poucos dias após, em 18 de janeiro, através de duas Circulares o Dr. Maksoud colocou o norte-americano Mike Drees, um total desconhecido, no meu lugar (só vim a saber disso na minha volta), e embora criada uma nova Diretoria Geral para ele, essa Diretoria Geral englobava todas as funções da minha Diretoria Geral (desenvolvimento, engenharia de produto, produção, treinamento, etc). Se houver dúvidas, tenho xerox dessas duas Circulares, assinadas por Roberto Maksoud.*

*Voltei no dia 11 de fevereiro, e de surpresa encontrei, como é do conhecimento geral, o fato consumado das duas Circulares e o norte-americano Mike Drees como o principal executivo da empresa, reuniões sendo presididas por ele, tomando decisões, etc. Vocês todos são testemunhas disso.*

*Diante disso (um outro no meu lugar, em todos os sentidos) fui falar com o Dr. Maksoud, no mesmo dia 11 de fevereiro à tarde.*

*não voltasse mais para a Sisco (sic). Queria até arranjar-me uma sala na Hidroservice naquela mesma tarde, o que não concordei.*

*Explicou-me o Dr. Maksoud, então, que não tinha dado um golpe (sic), que nada tinha contra mim nos aspectos de honestidade e lealdade e capacidade técnica (sic) mas que eu não deixava vocês trabalharem (sic) e porisso ele tomou a decisão. Como vocês próprios sabem, uma desculpa inverídica para um golpe injustificável dado na minha ausência.*

*E ofereceu-me uma espécie de cargo a ser criado para mim, de Diretor de Informática do Grupo Hidroservice (sic), que queria que eu trabalhasse com ele (sic), e que deixasse a Sisco (sic) e que não mais participasse de reuniões na Sisco (sic).*

*Não acreditando no que estava ouvindo (tudo parecia um sonho absurdo) pedí-lhe tempo para pensar e, no dia 29 de fevereiro, portanto 18 dias após, escreví-lhe uma carta com os seguintes tópicos: — Não podia compreender o ato de extrema violência dele; — Fui-lhe honesto e fiel, e não merecia isso., — Oferecia minhas ações da Sisco (40%) pela razoável quantia de Cr$ 25 milhões, extremamente razoável porque a backlog da Sisco para 1980 é de Cr$ 750 milhões, — Não cometesse mais atos de violência ou pressões contra mim, pois eu responderia à altura, — Que a oferta tinha a validade de uma semana somente.*

*Como eu previa, ele não interessou-se em resolver o problema, e desaproveitou a semana com pressões menores. Considero-me, agora, livre para defender meus interesses da maneira que achar conveniente.*

*Isso era o que desejava explicar-lhes, afim de que todos compreendam a tola mentira que abandonei a Sisco.*

*Nesta oportunidade, desejo agradecer todos os telefonemas de apoio moral que recebí de vocês, e é para mim uma grande satisfação saber que toda a Sisco, em peso, está do meu lado, com exceção de meia dúzia de empregados do Dr. Maksoud. A saída da Sisco, emocionalmente, para mim, foi muito difícil, e o fato de vocês estarem em peso ao meu lado, vocês que construíram essa empresa-padrão comigo, é uma*

EMS

[illegible]

A realidade da propriedade da J.C. Melo/Sisco:

Cabe aqui um esclarecimento importante sobre essa petição de 300 paginas. O Sr.Maksoud era o proprietario (por ter 60%) da J.C. MELO/Sisco, porem eu era o dono dos direitos de fabricação de muitos produtos, e foi exatamente essa declaração que eu requeri a governamental SEI, de quem eram esses direitos dos quais ela sempre fugiu terminando por me enviar pelos Correios o processo original no qual isso eu requeria. E tambem no minimo "todos os produtos fabricados" seria uma questão a ser decidida na Justica. O Sr. Maksoud não "assumiu" a J.C. MELO Computadores, como publicamente muitos pensaram. Fora feito um acordo comercial e não uma absorção da J.C. MELO Computadores. Sem falar que adicionalmente mesmo esse acordo comercial não foi por ele cumprido, tornando-se juridicamente inexistente, como ja relatei neste capitulo. O advogado Dr. Carvalho Pinto, que como ja relatei fora consultado, deixou tudo isso bem claro para mim.

Existiam adicionalmente outros aspectos tecnicos/juridicos que seriam discutidos na Justica sobre as fabricações dos computadores MB-8000 e MC-9700. E em nenhuma hipotese o Governo poderia ignorar tudo isso como o fez, criminalmente co-participando da "tomada" da J.C. MELO/Sisco.

Como se tudo isso não fosse suficiente, a permissão do uso do software Cobol MultiUsuarios (Blis-Cobol) era minha e não da J.C. MELO/Sisco, e esse software pela sua potencialidade como é obvio era o grande marqueteiro/vendedor dos computadores MB-8000 e MC-9700, permissão essa que em razão da sua imperativa confiabilidade so foi possivel de individuo (Dave, o Presidente da Blis-Cobol) para individuo (eu) e não para a J.C. MELO/Sisco, o que alias era comum em softwares que poderiam ser copiados ou mascarados. Eu fiquei 30 dias na California conversando com Mr. Dave (e nossos advogados norte-americanos entre eles), e o contrato so saiu depois que decidimos que teria de ser dele para mim e não para a J.C. MELO/Sisco. O contrato so saiu depois de um aperto de mão e de uma promessa minha. Contando como aconteceu, eu lhe disse: "Dave, voce acha que eu tenho conhecimentos tecnicos suficientes para copiar/mascarar o Blis-Cobol e voce não poder evitar?"(sic) Ele respondeu: Sim. E eu lhe disse, "então so precisamos de uma promessa minha e se for possivel de um aperto de mao, deixando nossos advogados fazerem um contrato simples somente para a operação"(sic) o que ele concordou. Voltando a "tomada" da J.C. MELO/Sisco, eu infelizmente pratiquei muitos erros pois simplesmente deveria ter telefonado ao Mr. Dave informando-o não ter mais

responsabilidades sobre o uso do Blis-Cobol, e a J.C. MELO/Sisco e o Governo imediatamente seria contactado por seu advogado. Sim, eu estava muito estressado pela "tomada" e a inesperada co-participação do Governo, e isso prejudicava a minha mente ela sempre pragmatica, realista e logica, e não me lembrei disso.

O famoso advogado Dr. Carvalho Pinto sabia o que estava dizendo, "que me devolveria 100% da J.C. MELO."(sic)

# CAP04
# A FABRICA STRATUS

**Este capitulo relata como o Governo tentou inviabilizar a minha posterior fabrica nominada STRATUS, um fabricante de telexes eletronicos, seguindo a amoral e ilegal "tomada" da J.C. Melo/SISCO. Esta perseguição tambem possue uma prova juridica.**

**Abaixo incluo um texto que foi incluido sob este mesmo titulo no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.**

**Esse texto tambem relata como foi o meu pedido de asilo politico aos Estados Unidos e as suas consequencias.**

**Esse texto tambem narra como o Governo amoral e ilegalmente agiu para me tirar da sociedade da industria STRATUS e do meu cargo de Diretor Tecnico.**

**Temeroso do poder absoluto do Governo militar, ja vastamente demonstrado para mim em varios anos e depois de muita reflexao, resolvi pedir asilo politico aos Estados Unidos. Esse pedido de asilo fora feito e obtido muito antes de eu finalmente ir para o exterior, porem apesar de concedido ele não teve prosseguimento na ocasiao, como veremos a seguir.**

**Dirigi-me, entao, em 31 Março 1981 num domingo, ao predio do seu Consulado no centro do Rio de Janeiro. Bati na sua porta de vidro, e fui atendido por 2 fuzileiros navais. Solicitei o asilo politico, e eles me fizeram entrar e sentar.**

**Em seguida, ligaram para alguem e me disseram que ele demoraria alguns minutos. Fiquei tranquilo, pois legalmente eu ja estava em territorio norte-americano. Na realidade, solicitaram ao Consul responsavel pela chefia da segurança dos Consulados e da Embaixada no Brasil que viesse examinar o pedido de asilo.**

**Anexo C04-a**

*Haroldo de Barros Collares Chaves* Rio, 24/10/79

Meu prezado amigo Mello:

Foi com grande alegria que recebi sua carta de 17. último.

Tenho acompanhado de perto o grande sucesso da Sisco, empresa resultante de suas lutas e vitórias e, principalmente, de seu idealismo de brasileiro e empresário.

Portanto, nada mais justo do que o reconhecimento público ora feito pela Gazeta Mercantil, outorgando-lhe o merecido título de líder empresarial na área de Computação. Esse galardão enche de orgulho a todos os seus amigos, bem como ao Sindicato do qual você pertence.

Aceite, assim, o meu forte abraço e a minha certeza do seu permanente sucesso.

Abraços do amigo certo

Haroldo Collares Chaves

para uns 30 Presidentes de industrias eletro eletronicas do Rio de Janeiro, para discussão de eventuais problemas do setor, na sua sede (um almoço fechado). Muitas vezes eu fui a esses almoços, quando era possível.

No almoço, primeiro o Haroldo discursou sobre as pressões/perseguições que eu sofria (todos ja as conheciam), o asilo concedido, etc., e no fim disse (sob aplausos}: "Melo, voce não ira para os Estados Unidos, não vamos deixar voce fazer isso. O Carlos Zayas (Presidente da Lys Electronic, o maior fabricante nacional de retransmissores de TV, a tecnica usada antes do advento dos satelites de comunicações e ela tinha milhares dos seus retransmissores espalhados pelo Brasil em todas as redes de TV), o Cabral (tambem um ex-Diretor aposentado da IBM), e eu, vamos financiar uma fabrica do setor e voce sera o seu Diretor Tecnico e lhe daremos 25% das açoes."(sic)

Eu respondi: "Muito obrigado, Haroldo. Mas voce bem conhece as pressões/perseguições que tenho sofrido, e certamente essa futura industria ira sofre-las por nela eu estar."(sic)

Ele respondeu: "Não tenha medo, se isso acontecer toda a DIretoria do Sindicato ira a Brasilia falar dlretamente com o Pesidente."(sic)

Então desisti do asilo (naquele momento, pois depois da Stratus eu realizei o asilo) e foi criada a industria Stratus Informatica, sendo o seu primeiro produto um telex eletronico (modelo 300) destinado a substituir os caros e obsoletos telexs mecanicos então fabricados no Brasil.

E a Stratus passou a usar toda a estrutura tecnica da fabrica da Lys, que era grande.

Eu fiz o seu projeto e oito meses depois ele foi apresentado (ja fabricado) a imprensa numa entrevista coletiva no Sindicato, e tambem o Jornal do Brasil o testou com exito na sua grande rede de telexs.

Esta foi a principal perseguição que a SEI executou contra a industria Stratus Informatica.

Sua comprovação (inclusive juridica) é muito facil, sendo suficiente comparar (nos arquivos da Governo):

1. a data da solicitação ao Governo aprovação do telex da Stratus, EXCLUSIVAMENTE do seu modelo 300,

2. a data da sua aprovaçêo pelo Governo em aproximadamente uns 18 meses depois, que normalmente necessitaria apenas de poucas semanas

para a sua analise e aprovação ou nao.

Por que e para que demorou tanto, ou seja, o "congelamento" da sua aprovação durante aproximadamente 18 meses?

Alem disso, temos uma segunda comprovação juridica dessa perseguição: Foram apresentados pela Stratus ao Governo, no inicio do projeto, os detalhes tecnicos para aprovação de um UNICO modelo do telex, o modelo 300; porem durante esse periodo de "congelamento" a Stratus desenvolveu mais nove modelos (o mesmo modelo porem com alguns circuitos eletronicos e softwares diferentes para outras finalidades), ate o de numero 309 se não me falha a memoria. Mas a Stratus não apresentou esses 9 modelos adicionais a SEI para aprovação, pois se o primeiro modelo 300 estava "congelado" manu militare, esses acrescimos não teriam sentido.

.

O "por que" e "para que":

Durante esse longo periodo de "congelamento" meus tres socios mencionados neste Capitulo todos eles sofreram pressões do Governo no sentido de que o referido projeto somente seria aprovado se eu estivesse fora da empresa. Uma operação odiosa (e doentia) para me tirar da Stratus e depois de tudo que me perseguiram no passado, uma continuidade que talvez um psicanalista explique. Para fazer isso essa raiva ja era insana, caso de tratamento medico.

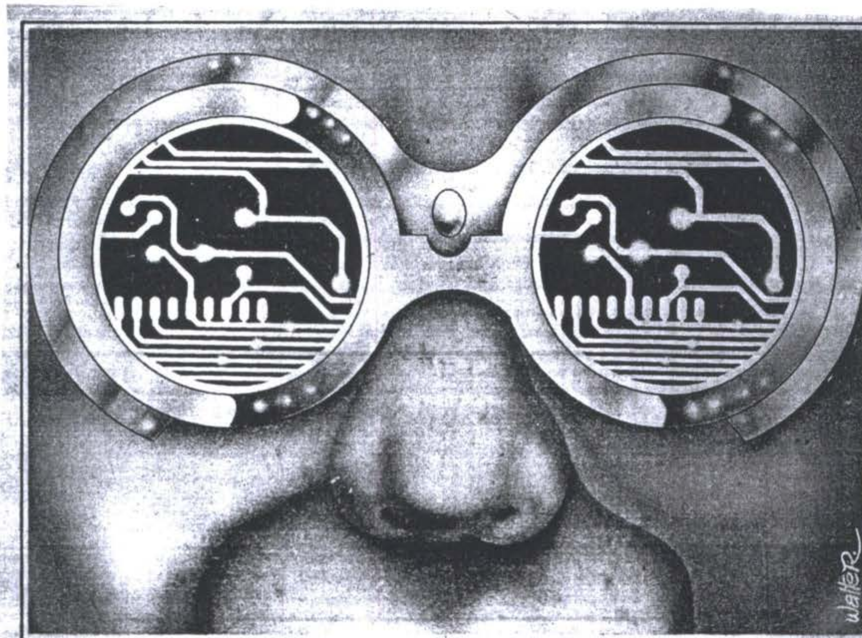
E fizemos tres reuniões da Diretorla, no inicio das quais eu sempre colocava o meu cargo a disposição para não prejudicar a Stratus, mas isso nunca foi aceito.

O que foi decidido, desde a primeira reunião de Diretoria, era que o telex continuaria a ser fabricado, com ou sem autorização do Governo.

Nesse meio tempo, muito em resposta exatamente a esse "congelamento", ou seja, não satisfeitos com me perseguirem por uns 10 anos e inclusive terem co-participado na "tomada" da minha empresa J.C. Melo/Sisco e insanamente ainda me perseguiam, eu decidi escrever o livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" (o book 1), com criticas tecnicas e politicas ao modelo da reserva de mercado. E de vez enquando, as midias noticiavam que eu o estava escrevendo. Veja o anexo C04-b, da primeira pagina do Data News de 19 Maio 1982.

Um dia, me telefonou o amigo Dr. Salomão Weimberg, diretor do Ministerio das Comunicações. E me solicitou uma copia (antecipada) do livro. Como era do

Anexo C04-b



pesquisa em semi
Com um orçam
milhões de dólares
10 a 15 milhões pr
1983, universidad
nizações de pesq
trabalhando em
integrados "cont
petição japonesa".

## O que mud na reserva mercado

**Rio de Janeiro** mentar os efeitos tecnológica na ár cado reservada nacional desde empresário Edso diretor da Scopus em exercício da introduziu um d mais polêmicos Seminário de Políti de Informática, pelo Clube de En ocupação da faixa micros preocupa a nacionais. Página 2

# Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo

tenho somente datllografado e ainda sem revisao."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina

"Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprouvou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industral, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso podaria ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

conhecimento geral o MC lutava contra os direitos e os metodos do Governo, porem não conseguia vitoria por a agencia responsavel ser o segundo poder militar dessa epoca. Eu disse ao Weimberg: "Não posso, o tenho somente datilografado e ainda sem revisao."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina "Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e

era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprouvou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industral, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso podaria ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

2. como foi a aprovação final (todos os 10 modelos!) porem 9 sem quaisquer projeto fisico/financeiro, ou suas eapecificações, para que mercado, indices de nacionalização, listas de componentes usados, etc., ou seja absolutamente NADA do que o Governo normalmente exigia para uma aprovação.

A agencia do Governo aprovou um projeto nela inexistente, e infelizmente (para ela) comprovando juridicamente o que acima afirmo. Esse plano fisico financeiro DEVERIA estaria no seu arquivo e no Diario Oficial correspondante. Ou seja, se auto denunciou.

O novo "recado" do Governo era claro, criminoso e como sempre amoral: "Ok, aprovamos, mas agora voces não deixam o Melo publicar o livro". Tambem essa atitude tambem prova que os quase 18 meses foram propositais.

Veja o anexo C04-c onde, respondendo a um meu pedido, o Ministerio das Ciencias declara que acharam 2 volumes desse projeto, porem "não foi possivel achar o projeto inicial."(sic) Ou seja, acharam a "äprovação" mas não acharam o projeto fisico-financeiro inicial.

Então houve nova reunião da Diretoria e recebi um apelo dos tres socios para não publicar o livro. Porem não o aceitei pois afinal foram muitos anos de tortura mental e perseguições, minha continua desconstrução, maledicencias e estresses e eu ja estava cansado, so queria desnudar esse pessoal doente mental, então

# Anexo C04-c



e-Sic telex



**Move to Inbox** **More**

## Pedido de Informações nº 01390.001705/2013-93 Respost

Inbox x

**sic** <sic@mct.gov.br> 1
to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001705/
Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao projeto de fabricação c
modelo 300 apresentado a SEI em 1981, informamos a Vossa Senhoria
de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas
acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI,
Geral deste Ministério, foram localizados 2 (dois) volumes do referido proje
possível localizar o processo inicial, nem cópia de sua autorização (
autorização no Diário Oficial da União.

Para sua avaliação, encaminhamos cópia do índice do projeto e
carta de seu encaminhamento a SEI, datada de 30 de abril de 1981.

Caso seja se seu interesse receber cópia integral dos 2 (dois)
solicitamos manifestar esse interesse com mensagem para o e-mail si
caso, será providenciada a digitalização dos documentos e encaminhado

decidi irrevogavelmente sair da empresa dizendo-lhes: "Fulano (o meu segundo engenheiro na empresa) esta bem treinado, e se ele tiver uma dificuldade extra basta me telefonar."(sic). E acrescentei: "Quanto aos meus 25%, voces me paguem o que voces acharem que vale e nas condições de pagamento possiveis para vocés."(sic).

E desliguei-me imediatamente.

E cabe uma pergunta:

Por que não mandaram me prender depois dessa carta em pleno Governo militar, acusando-o de uma grave crime e com copia para um General candidato a presidente da Republica? Por que não podiam. Hoje lamento não ter mandado essa carta a todas as midias, as quais iriam investigar e desnudar esse procedimento de uma agencia governamental subordinada do candidato a Presidencia. Mas eu nada mais queria, so queria era sair do Brasil e esquecer tudo, como algum tempo depois aconteceu.

Mas insanamente eles continuaram me perseguido mesmo depois desses acontecimentos, veja os capitulos seguintes.

Perda decorrente desta infamia: Direta, tive grandes prejuizos de varias formas, profissional, financeiro, psicologica e familiar.

## CAP05
## TENTATIVA DE MINHA DESMORALIZACAO

Este capitulo relata uma tentativa de me desmoralizar junto as midias impressas que muito (e continuadamente) me apoiavam, executada DIRETAMENTE pelo General Danilo Venturini e de DENTRO DO PALACIO DO PLANALTO. Ou seja, com a sua impressão digital.

A Aeronautica então tinha um plano para fabricar um pequeno missil ar-ar intitulado Piranha.

Ressalvo que posteriormente eu soube (ja no exterior, portanto sem muita convicção do que agora escreverei) que ja existe um missil brasileiro porem de origem norte-americana, porem o missil do qual aqui eu me refiro teria tecnologia totalmente brasileira na sua parte da detecção e navegação automaticas. Alias, talvez hoje o Piranha ja seja feito com tecnologia brasileira, pois os engenheiros do ITA possivelmente tem essa tecnologia (de controle em tmpo real) que eu tambem tenho. Eu respeito muito o ITA e alias muito antes dessa epoca, veja a pagina 17 do livro de 1982 pois eu e o seu famoso Professor Wallauscheck eramos muito amigos e eu o visitava com frequencia para trocarmos ideias que sempre envolviam computadores.

Sobre isso, esta é uma boa oportunidade para deixar claro que tanto neste modulo como no meu livro de 1982, eu não estou participando de um campeonato de tecnologos. Minha finalidade é somente narrar as perseguições que eu sofri do Governo causadas pelas suas ignorancias acerca do setor.

Este caso é um bom exemplo dos crimes continuados que sofri durante uns 10 anos.

Voltando ao Piranha, a minha participação seria somente no seu projeto no que se referia a sua

computação em tempo real rigorosamente obedecendo a matematica Teoria Geral de Controle (uma materia ate hoje absurdamente não ensinada no Brasil) e a sua programação no chip militar norte-americano modelo 6400, pois a futura fabricação desse missil obviamente não seria da minha responsabilidade mas sim do polo industrial da aeronautica em São Jose dos Campos. Seria somente isso, pois para comecar eu não conheco aerodinamica, a qual deve ser uma das materias mais ensinadas no ITA. Dizendo-o de outra maneira, eu "não ganharia" com a sua fabricação, alias nem com a minha participação no seu projeto.

Esse chip 6400 era um computador tipo RISC Reduced Instruction Set Computing, um chip militar porem tambem disponivel para quaisquer outras aplicações em tempo real com altissimas velocidades, o qual eu ja havia programado em outro projeto tambem critico, e era essa caracteristica que me faria programa-lo para a rapidissima função de transferencia do missil Piranha. Computação em tempo real sob a Teoria Geral de Controle era a minha especialidade então ja ha uns 25 anos, alias hoje ha 65 anos continuos.

Abaixo incluo um texto do documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O objetivo dessa vilania era simples, eu era a mais importante voz contra a reserva de mercado do Governo e todas as midias impressas me apoiavam, para desespero do Governo militar.

Esqueçendo a sua data, relato abaixo outra vil perseguição que sofri. Como veremos abaixo, o Correio Brasiliense publicou esta tentativa.

No Rio, recebi um telefonema do Ministro Chefe da Casa Militar da Preaidencia (General Danilo Venturini), para uma visita a Brasllia para conversarmos. Muito cortes, "venha tomar um cafezinho conosco."(sic)

Aceitei, marcamos para determinado dia as 14 horas, no seu gabinete no Palacio do Planalto.

Apesar dele ser um dos meus dois principais algozes, resolvi aceitar o convite pela oportunidade de expressar minhas opiniões e talvez, tecnicamente mostrar-lhe (a um leigo na materia) o quanto talvez esferas inferiores o estavam enganando (suas agencias responsaveis, os maus empresarios, os desinformados das esquerdas, etc., o "Tripe da Reserva de Mercado").

Já em Brasilia, resolvi almoçar com um primo, advogado famoso e profundo conhecedor da "mise en

scêne" dos Governos militares em Brasilia. No almoço inteiro ele tentou me convençer a não ir a essa reuniao. Porem eu havia dado a minha palavra. Disse-me: "Não va, ele tem uma carinha de anjo porem é o mais perigoso do sistema."(sic}

A reunião durou 3 horas e foi muito respeitosa e cordial, por ambas as partes.

Não falei em pressões/perseguições (o objetivo era outro), porem a cada tema tecnico/politico discutido eu manifestava a minha opinião e sempre recebia de volta qualquer coisa como: "Mas com muita dedicação, energia e patriotismo, com o tempo isso será resolvido".

No meio da reuniao, entrou na sala o General Octavio Medeiros, me cumprimentou e perguntou como estavamos. E o General Venturini disse "Estamos trocando ideias e vamos chegar a resultados aceitaveis, o Dr. Melo está colaborando muito."(sic). Ele disse "Otimo", se dispediu e saiu.

Terminada a reunião e sem qualquer concenso, o General Venturini disse: "Tenho um pedido a fazer-lhe. Este assunto, nas midias, so traz prejuizos para todas as partes e principalmente para o Brasil. Peço-lhe não mais emitir opiniões publicas sobre as suas dlscordancias tecnicas. Nesses casos, ou mande uma carta diretamente para mim (sem passar por assessores) ou me telefone."(sic). A sugestão era razoavel, e eu a prometi.

No fim das 3 horas, ja eu ia me dispedindo e o General Venturini (tentando me comprar, mas no momento eu assim não interpretei) disse: "Dr. Melo, o que o Governo pode fazer pelo Sr?"(sic).
Respondi: "Sr. Ministro, não vim a Brasilia para isso."(sic). E ele respondeu: "Sim, claro, mas gostariamos que trabalhassemos juntos, o Brasil necessita muito do Sr."(sic)

Adicionalmente relato um fato tecnico relacionado, para melhor explicar o que se segue. Em aproximadamente 1976 eu fiz um sistema programavel, chamado MIC-1000, porem especial para um projeto que exigia altissima velocidade, muito maior do que as velocidades finais dos mais velozes chips (para PCs) atuais, no qual fui obrigado a usar o chip (creio de nome 6400) da Intel, a sua versão militar, com arquitetura RISC (Reduced Instruction Set Computing) para altíssimas velocidades.

Esse mesmo chip RISC coincidentemente era usado num missil norte-americano, o antecessor do atual Patriot cujo nome não mais me lembro. Veja no anexo

C05-a uma noticia do Jornal do Comercio sobre uma minha palestra em Washington em Julho 1977 sob o titulo JC/Executivos, feita no Pentagono para oficais norte-americanos sobre esse meu sistema MIC-1000. E a recepção foi tão expressiva que eu ate pensei em fabricar o MIC-1000 nos Estados Unidos. O MIC-1000 fora exposto no Congresso de informatica de 1987 em São Paulo, alias ele foi mais complexo e maior tecnicamente do que o software a ser usado num missil como o pequeno Piranha.

No livro de 1982, na sua pagina 11 eu menciono esse MIC-1000, cujo texto reproduzo abaixo:

----------

"O décimo evento ocorreu em 1977, também na J.C. MELO, que foi o desenvolvimento e a fabricação do microcomputador MIC-1000, exclusivamente para controle de processos industriais, ainda fabricado até hoje. O que poucos sabem é que conceitualmente esse foi o equipamento de eletronica digital mais sofisticado já projetado no Brasil até 1977, permitindo o processamento distribuído e matricial, numa verdadeira malha de confiabilidaJe de acordo com os princípios da NASA (de Malcolm Mac Gregor). O mesmo princípio é usado nos ccomputadores e sistemas digitais do avião 747, o que o transformou no avião com a melhor confiabilidade já construído pelo homem. No Brasil o MIC-1000 foi usado marginalmente, sem as suas potencialidades matriciais de processamentos múltiplos, comunicações idem, etc."

----------

Voltando, na ocasião o Instituto Tecnologico da Aeronautica ITA estava projetando um missil ar-ar, para a Aeronautica, o qual posteriormente iria ser fabricado por uma industria aeronautlca de São Jose dos Campos como ja narrei.

E entusiasticamente eu vi a possibilidade de projetar o sistema de detecção e navegação do missil do ITA, então chamado de projeto Piranha, visando o 6400 que eu ja conhecia até certa profundidade por causa do MIC-1000. Com ele o projeto seria factivel, e o ITA ainda não sabia como projetá-lo, pois ainda estava analisando as alternativas.

E eu disse: Sr. Ministro, tem o projeto Piranha, e eu posso projetar toda a sua computaçêo de bordo (seu software) desde que receba os sinais da sua detecção infravermelha (da temperatura do eacape das turbinas dos inimigos). Eu teria muito entusiasmo em faze-lo.

Ele respondeu: "Me mande uma carta direta, a remeterei para o Ministro da Aeronautica opinar e se

**Anexo C05-a**

## JC/Executivos

● **PALESTRA** — Técnicos militares norte-americanos assistirão hoje, em Washington, a uma palestra do presidente do Grupo J. C. Melo, o empresário brasileiro João Carlos Melo, sobre os novos equipamentos eletrônicos que a indústria brasileira fabricará a partir de setembro, nos Estados Unidos e que deverão ser utilizados em aviões, navios, tanques e mísseis. Os protótipos desses novos equipamentos, o microcomputador e a estação remota MIO-1000, alcançaram resultados considerados excelentes naquele país, causando impacto semelhante ao aparecimento do computador doméstico. A princípio, a empresa pensou em fabricá-los aqui no Brasil, exportando em regime de «draw-back», para todo o mundo. Mas, devido à atual política no setor da informática nacional, o Grupo J. C. Melo decidiu antecipar sua fabricação nos EUA.

tecnicamente factivel, autorizarei esse projeto para o Sr."(sic)

Fiquei multo entusiasmado, e essa carta foi enviada. Não tenho uma sua copia, mas ela era mais ou menos assim (essa carta foi publicada pelo Correio Braslllenae numa data da qual não me lembro, porem poderá ser facilmente encontrada numa busca eletronica no referido jornal entre 1977 e 1978):

"de acordo com nossos entendimentos, proponho-me a participar do projeto Piranha da Aeronautica, no referente a sua computação de bordo, etc e etc."

Note-se que esse projeto não seria um contrato vultoso, como seria o da sua fabricação. Seria um contrato pequeno, somente de desenvolvimento. Consequentemente não havia, de minha parte, qualquer intenção de "ganhar dinheiro" com o referido contrato, mas sim de alto e estimulante serviço exclusivamente tecnico e pioneiro no Brasil.

Na semana seguinte, no Rio de Janeiro, eu recebo um telefonema de um funcionario da SEI: "Como diretor de uma associação de informaticos do Governo (ou nome similar), convido-o a dar uma palestra para uns 30 dos nossos associados, sobre os problemas da Politica Nacional de Informatica, na nossa sede em Brasilia, palestra essa confidencial e sem a presença das midias."(sic) E aceitei o convite e fiz o que ele desejava, sem supor que era uma armadilha.

Na segunda feira seguinte, no Rio, de manha, eu recebo um telefonema do saudoso Senador Roberto Campos.

Minha amizade com o saudoso Senador Roberto Campos era muito antiga, desde o longinquo 1957 quando ele presidia o BNDE e um Decreto da Presidencia criou um grupo de trabalho para implementar o uso de computadores pelas agencias do Governo. Nêo existia, ainda, nenhum computador no Brasil. Trabalhava eu em New York mas vim ao Brasil a seu convite, para exclusivamente assistir a primeira reunião desse grupo, ressalte-se que o fazia como um tecnico experiente (essa a razão do convite) e não como um politico. Esse fato esta narrado no livro de 1982, na sua pagina 30.

O Senador disse: "Um reporter do Correio Brasiliense me telefonou. Voce o leu hoje?"(sic) Respondi "Nao, não leio jornais de Brasilia."

"O General Venturinl o esta acusando de ser uma fraude, pois voce lhe enviou uma carta pedindo um contrato, e em troca voce não mais falaria contra a

reserva de mercado."(sic)

Resumindo essa vilania, muito agravada por ser de autoria de uma alta autoridade e de dentro do proprio Palacio do Planalto e absolutamente sem se importar com suas provaveis comnsequencias:

1. O General Venturini tentou me convencer a não mais comentar publicamente sobre a reserva de mercado,

2. No fim, diante das nossas divergencias me pediu (como um favor) que em vez dos pronunciamentos publicos eu lhe enviasse uma carta se diante de qualquer desaprovação ou qualquer fato relevante, com o que concordei,

3. Ele tomou a iniciativa de me perguntar como o Governo poderia me ajudar, Tecnicamente entusiasmado, falamos sobre o desenvimmento da computação de bordo do projeto Piranha, e do meu interesse nele, e ele me pediu uma carta.

4. Criou um teste (para conferir se eu realmente não mais iria falar contra a reserva de mercado), com um funcionario da SEI me convidando para uma palestra fechada, "sem a presença das midias."(sic)

5. De boa fe e sem esperar uma armadilha, fui a essa palestra e sobre os erros da reserva de mercado, e eu respondi com as minhas convicções tecnicas, ou seja fui franco.

6. Ele me calunia no jornal Correio Brasiliense, dizendo que eu o visitei para, se obtendo um contrato eu prometia "calar a boca", publicando a minha carta para participar do desenvolvimento do missil Piranha.

Foi mais uma tentativa de desmoralizar publicamente a maior voz contra a reserva de mercado.

Outro aspecto grave dessa vil armadilha, foi que, se a terceira pessoa em poder no Brasil isso fazia, isso implicitamente seria uma autorização para que orgãos que lhes eram subordinados (ja acostumados a me pressionarem e perseguirem) continuassem com essas suas amorais praticas sem receios de possiveis punições por seus superiores.

Isso tambem me abalou por outros tres motivos:

1. Atingiu o Senador Roberto Campos,

2. O Correio Brasiliense não consultou a "outra parte" antes da publicação, porem provavelmente por que estavamos num regime militar "duro",

3. Eu so iria ajudar o Brasil, assumindo um projeto

complexo (tanto que a Aeronautica ate essa ocasião nao o havia finalizado) e muito provavelmente perdendo tempo e dinheiro.

Perda decorrente dessa infamia: Indireta, tentativa de desmoralização perante as midias impressas.

## CAP06
## PROIBICAO DO LIVRO SER PUBLICADO

Este capitulo relata como o Governo tentou proibir que o livro de 1982 "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" fosse publicado e vendido.

Aqui incluo um texto que foi incluido no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O momento da sua publicação fora propositadamente o periodo do Congresso Anual da Sucesu, a poderosa sociedade de usuarios de computadores, que se realizou em 1982 no Rio de Janeiro, no Rio Centro no fim da Barra da Tijuca.

O Presidente Figueiredo a ele veio, uns 2 dias depois da sua abertura, junto com toda a cupula da agencia responsavel pela PNI.

E no primeiro dia do Congresso sentei numa mesa e autografava os livros vendidos. A edição tinha sido de 3.000 exemplares e no fim do segundo dia eu ja tinha autografado 2.400 exemplares. O que representava aproximadamente 2 livros autografados por minuto, uma prova do seu sucesso perante os meus colegas de profissão os quais evidentemente compreendiam tudo de errado que estava acontecendo na PNI.

E o Presidente Figueiredo viria no dia seguinte. Logo depois que ele chegou, o Presidente do Congresso (cujo nome esqueçi, mas que será facil levanta-lo pois foi o da 1982), veio falar comigo: "Melo, o Governo veio falar comigo, exigindo que eu proibisse voce de vender o livro."(sic) Eu respondi: "Nao, não vou faze-lo."(sic) Ele então argumentou que o SNI lhe dissera: "Ou o livro pára, ou o Congresso parará. Escolha."(sic) Observem a enorme jactancia desse pessoal. E continuei autografando o livro. Pouco tempo depois, ele voltou com 2 auxiliares, e me disse:

"Segundo o artigo x do regulamento do Congresso, nenhum produto pode ser nele vendido."(sic) Ato continuo, os 2 auxiliares me ajudaram a desarmar a mesa e parar de vender o livro. Ele cumpriu com a determinação do Governo, porem usando um subterfugio.

Perda decorrente desta pressao: Indireta, evitando que a sociedade conhecesse o qüe estavam fazendo comigo e principalmente o que era - sem sofismas - a fracassada Politica Nacional de Informatica.

# CAP07
# MEU APELO PUBLICO AO PRESIDENTE GEISEL

**Este capitulo relata como, diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada nos jornais, e os seus resultados.**

**Abaixo incluo um texto que foi incluido no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.**

**Já não aguentando mais as consequencias de tantas pressões/perseguições (com suas consequencias empresarial, financeira, psicologica, familiar, etc) resolvi agir de uma forma radical ou seja fazer um pedido direto ao Presidente Gelsel. Recorde-se que os meus perseguidores eram o segundo poder de um Governo militar e eu pedi publicamente uma decisao nada menos do que a um Presidente militar. Uma grande loucura, como me avisaram varios amigos.**

**O eng. Antonio Portella Neto, já então Diretor da minha fabrica, tudo fez para que eu desistisse dessa ideia, com argumentos tais como "Eles vão lhe prender"(sic), e outros similares. Eu lhe respondi: "Portella, eu não sou esquerdista nem estou tentando derrubar o Governo. Eles não poderão me prender mesmo que o queiram, por eu ter somente uma opinião tecnica e alem disso bem real."(sic)**

**E no dia 5 de Junho de 1977. uma minha carta aberta ao Presidente foi publicada no jornal Correio Brasiliense de Brasllia e em outros jornais do Rio e de São Paulo. Veja essa carta no book 1, procurando pela keyword "Excelencia".**

**Observem este paragrafo da referida carta:**

----------

"Justifico-me a esse modo quase insolito de dirigir-me a Vossa Excelencia, levado que fui ante a impossibilidade de pessoalmente levar ao conhecimento das autoridades do vosso primeiro escalão estes meus reclamos, quer antes do advento dos atuais poderes da CAPRE, quer depois".(sic)

----------

No dia seguinte {2a. feira) as 9 horas da manha a minha secretaria Edna me disse: "Chegaram um General e dois Coronels, todos fardados. Estão na sala de reunioes. E de cara feia."{sic)

E o eng. Portella já queria chamar um advogado.

Ao eu entrar na sala, o General se identificou: "Sou o General Mariath, General-Diretor de Processamento de Dados do Exercito, junto com dois de meus assessores, Coroneis "a" e "b".

"Ontem, o sr. publicou uma temeraria carta dirigida ao Sr. Presidente da Republica, e isso não se faz. O Presidente me chamou ordenando que o visitasse. Se o Sr. é autentico, sera protegido, caso contrario sera preso."(sic)

Observe que o Presidente sintomaticamente não ordenou a ninguem dos envolvidos (CAPRE, etc) fazer esea investigação, mas sim escolheu uma pessoa da sua maior confiança, o General Mariath. Como eu soube depois, os dois eram amigos intimos, e o Presidente lhe telefonou pedindo que me visitasse, e nada, absolutamente nada, solicitou ou informou ao resto do Governo que estava sendo por mim denunciado.

E então o General Mariath investigou a minha pequena fabrica, junto com os dois Coroneis. E eu continuadamente notava, pelas suas feições, aprovações ao que estavam vendo. Na realidade, eles não viram uma grande fabrica como talvez esperassem, mas sim uma pequena porem efetivamente fabricando computadores em todas as suas etapas (computadores, e não os atuais simples PCs), desde o projeto e os desenhos dos circuitos impressos ate o seu teste final.

Apos a visita e ja na porta de saida, nas dispedidas, eu falei: "Sr. General, ao entrar o Sr. me disse uma frase sobre uma minha possivel prisão. O que posso esperar?"(sic) Ele respondeu: "O Sr. sera protegido, fique tranquilo."(sic)

A minha principal reclamação (alem do ambiente de terror que as agencias responsaveis pela PNI criaram)

era que os meus perseguidores não tinham aprovado o meu projeto de fabricação do computador IND-5005, um fato consumado e já em fabricação ha mais de 2 anos como já disse, para proteger a inadimplente COBRA e consequentemente a desinformação da reserva de mercado com computador importado e a troca do seu logotipo Ferranti por um idem da COBRA.

Depois eu soube que o Presidente chamou o Ministro que estava executando a reserva de mercado da CAPRE e lhe deu a ordem de aprovar o meu projeto. Diante da "prova" que o Sr. Presidente havia recebido diretamente do General Mariath, esse Ministro nada poderia contra-argumentar, porem quando tentou faze-lo com um "Mas..." (sic) o Presidente o interrompeu secamente e disse-lhe "Aprove-o." (sic)

E a decisão do Presidente Geisel em favor da minha fabrica e contra esses executores e controladores foi, como se diz nas Forcas Armadas, uma chave de galão do Presidente a meu favor.

Apos eu publicar essa carta aberta ao Presidente Geisel, ele pediu ao General Mariath (General-Diretor do Departamento de Processamento de Dados do Exercito) que a investigasse pessoalmente, ou seja não fez esse pedido aos controladores da CAPRE como normalmente deveria acontecer. Alias, isso ja diz muita coisa sobre a PNI de então sob o comando da CAPRE academica.

A respeito dessa aprovação veja as paginas 42 e 43 do livro de 1982, as quais aqui complemento:

1. Em seguida varias empresas me procuraram querendo se associar a J.C.Melo Industria de Computadores: Dismac, Banco Brascan, Sr. Henry Maksoud, Banco Itau e Vale do Rio Doce. E os jornais isso noticiaram, portanto o Governo tomou conhecimento do interesse do Itau na sua informatização pois então ja era impossivel criar a sua desejada fabrica Itautec por causa da PNI. Sobre o Banco Itau, veja pagina 44 do livro de 1982. O Governo o pressionou, proibindo-o de se associar comigo.

2. Provavelmente errando, eu não fiquei convencido do real interesse do Banco Itau, pois as tratativas me davam a nitida impressão de que eu estaria discutindo um "emprestimo bancario" e não uma sociedade. Com a Vale do Rio Doce, a J.C. Melo seria um pequeno ponto na sua posição de gigantesca exportadora de minerios. Dismac não me lembro porque nem iniciamos as tratativas, e Brascan era o mesmo caso do Itau, uma associação aparentemente "bancaria". E entao o Sr. Maksoud. Primeiro, ele veio ao Rio na minha fabrica e se apresentou como um socio, dizendo

"Eu estou aqui para carregar a J.C. Melo nos ombros, junto com voce" e "protege-lo das perseguições do Governo." (sic) E tambem "Eu não serei um banco, mas sim um socio."(sic) E como em um mes eu fui tres vezes a São Paulo para as tratativas com ele e seus assessores, ele acrescentou: "Não quero que voce use essa Ponte Aerea Rio Sao Paulo, são aviões velhos e perigosos, meu jato vira busca-lo"(sic), o que realmente aconteceu nessas tres vezes. Em resumo, ele me comprou pois eu era somente um bom tecnico.

3. E então essas possiveis sociedades sairam nos jornais e eu fui visitado pelo engenheiro Wando Borges, presidente da Digibras, que eu não conhecia. E ele, falando "em nome de Brasilia" disse: "O Governo não ve com bons olhos a sua associação com o Sr. Maksoud, e se o Sr. tem problemas financeiros para construir uma fabrica maior eu autorizarei o BNDE a conceder-lhe um emprestimo de dez ou vinte milhoes, aos seus juros propositadamente baixos."(sic).

Desejo fazer um adendo: Ate hoje com 86 anos, eu nunca fui processado por qualquer deshonestidade, nem acusado na Policia, Justica ou publicamente. Obviamente eu poderia ter executado varias deshonestidades bastantes conhecidas com esses 20 milhões a juros baixos. Na realidade, eu nunca dei muita importancia ao dinheiro, minha cabeca sempre foi ligada as tecnologias da informatica, essa que hoje ainda me faz trabalhar 10-12 horas por dia mesmo nesta longeva idade.

Os Governos não viam no Sr. Maksoud um aliado confiavel. Independentemente dos muitos casos que eu poderia contar como os da construção do aeroporto do Galeão, a sua revista Visão semanalmente criticava todos os projetos que o Governo anunciava, o que era do conhecimento geral, e por isso o Sr. Maksoud era considerado um inimigo apesar de ser um empresario, porem adicionalmente por ser desrespeitoso, intransigente e de relacionamento muito dificil. Um exemplo, antes da sua morte seus 2 unicos filhos passaram os 22 anos anteriores sem com ele falarem. Na revista Visão era uma critica pesada atras de outra, semanalmente, uma especie de mantra critica semanal. Um dos filhos, chegou a escrever nas paredes da redação da revista Visão: "Meu pai é um gangster"(sic).

E eu respondi ao engenheiro Wando: "Obrigado, mas não estou precisando do emprestimo."(sic) Ele respondeu: "Entao, faca a sociedade com um desses outros interessados, mas não com o Sr. Maksoud. Nessa hipotese (sociedade com os outros) mandarei o servico juridico da Digibras assessora-lo no contrato, para defende-lo."(sic) O que tambem não aceitei, o

agradeci porem nunca mais nos vimos.

Mas eu suspeito (tenho quase certeza disso) que o emprestimo do BNDE foi uma decisão do Presidente Geisel apos o relatorio verbal do General Mariath sobre a sua visita a uma "incrivel porem verdadeira fabrica BRASILEIRA de computadores com somente 450 m2". Depois da visita o General Mariath se tornou não um simples conhecido, mas um continuo e poderoso defensor da J.C. Melo Computadores sempre por iniciativa propria e não por eventuais pedidos de ajuda. Na visita, eu percebi que ele ficava perplexo com o que via, embora permanecesse calado como tambem os 2 Coroneis que o acompanhavam. Mas de vez enquando eles se olhavam e eram visiveis as suas perplexidades o que me indicava que eles não esperavam ver o que estavam vendo e talvez ja tinham ate pensado que o inexoravel final seria a minha prisão. Como eu informo no meu livro de 1982, eu gastei do meu bolso somente 1 na moeda de então enquanto COBRA gastou exatamente 300, como era possivel que eu ja fabricasse computadores e COBRA importava-os mudando os seus logotipos de Ferranti para COBRA? Como era possivel fabrica-los em somente 450 m2 e com somente um engenheiro auxiliar mais dois tecnicos e duas montadoras, porem COBRA ter uma imensa fabrica porem sem conseguir fabricar o Ferranti?

4. Sobre essa minha resposta negativa (alias, quem, no Brasil, rejeita um emprestimo desses e a juros baixos?) nessa epoca o engenheiro Wando era o presidente da holding Digibras, hierarquicamente subordinada aos controladores da politica nacional de informatica em Brasilia, que muito me perseguiam. E na parte de baixo era o superior imediato de COBRA, responsavel por continuas desinformações sobre a J.C. Melo. Naturalmente, não seria logico eu acreditar que a sua proposta seria real e não mais alguma nova perseguição. Eu cometi 12 grandes erros na minha vida e esse foi um deles, pois poucas semanas apos e eu ja tendo infelizmente formalizado a sociedade com o Sr. Maksoud, li nos jornais que o engenheiro Wando como presidente da Digibras fizera uma palestra para os empresarios na Federação das Industrias do Rio de Janeiro, e nela elogiou a J.C. Melo Computadores por ela estar fazendo o correto (sic) e sintomaticamente nem mencionou a sua subordinada COBRA. Mas infelizmente a sociedade com o Sr. Maksoud ja estava assinada.

Adicionalmente, hoje (2017) 40 anos depois descobri que o engenheiro Wando e eu tinhamos (sem eu saber) um antigo amigo comum e totalmente confiavel por ambos, e este amigo agora me informou que o engenheiro Wando fora de noite ao seu apartamento

pedir-lhe para me convencer a aceitar o emprestimo do BNDE ou no minimo associar-me somente com um dos outros interessados, porem não com o sr. Maksoud. E esse amigo (de Brasilia) não me procurou na ocasião e somente nos encontramos recentemente, uns 40 anos depois. Em resumo, a proposta do engenheiro Wando era verdadeira na sua intenção de ajudar/proteger a J.C. Melo Computadores e eu cometi um grande erro ao não acreditar nas suas boas intenções.

## CAP08
## QUEM ME PERSEGUIU?

Neste capitulo, faco uma ressalva sobre a identificação dos meus opositores. Na ocasião eu tomei uma decisão, de denunciar os erros do Governo na PNI e de algumas perseguições sofridas porem não denunciar pessoas, isso porque as origens das perseguições e tentativas de desmoralização eram em agencias do Governo. Porem as minhas denuncias publicas eram continuas e todas (100%) as cartas com essas reclamações que eu enviei não tiveram as imperativas investigações oficiais ou respostas de quaisquer tipos.

Algumas perseguições dessas agencias foram narradas no livro de 1982 portanto publicas, alem de amplamente publicadas pelas midias. Foram criticas publicas e dirigidas as agencias governamentais e sem respostas de quaisquer tipos, o que as confirmavam.

Alem disso, obviamente as perseguições não tinham as suas impressões digitais no referente aos individuos responsaveis, com excecao da narrada no capitulo CAP05. Mas essas impressões estavam nas agencias e seus dirigentes, como é obvio elas e eles tinham a obrigação de reagirem de algum modo, ou nas midias, ou na Justica, ou com uma minha prisão pois estavamos num regime militar que tudo podia, ou me chamarem para esclarecimentos, o que NUNCA ocorreu. Independentemente disso, podem ter sido ordens superiores.

Mas obviamente um dirigente dessas agencias não pode ser ressponsabilizado diretamente por alguma perseguição, embora elas tenham sido por eles conhecidas por serem publicas, noticiadas e algumas por cartas. E como se ve nestes 2 livros, muitas tem provas juridicas.

O melhor sera dizer que o "Governo me perseguiu", pois isso é a verdade.

No Capitulo CAP01 eu narro as oito primeiras perseguições sofridas e tambem no livro de 1982 nas suas paginas 44 e 45.

Nos Capitulos CAP03 ate CAP06 deste book 2 eu narro mais 4 perseguições, todas com provas judiciais.

No capitulos CAP07 a is seguintes são relatados mais onze das 104 perseguições sofridas e catalogadas por minha secretaria Edna. Mais perseguições não são citadas para não tornar este book 2 muito extenso.

Somente para registro e independentemente das inumeras noticias então publicadas pelos jornais, o Governo e suas agencias responsaveis sempre receberam de mim criticas publicas, abertas e portanto "oficiais", legais, conhecidas (portanto não foram criticas secretas ou nos bastidores) sobre os erros da sua PNI e as perseguições sofridas.

As criticas ABERTAS foram:

1. Em 1982, com a publicação e venda do meu livro 1.

2. Em 29 Junho 1977, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Ciencias e Tecnologia da Camara dos Deputados, parte sobre as perseguições que eu sofria e parte sobre as inviabialidades da Politica Nacional de Informatica do Governo. Veja o anexo C16-c uma noticia do jornal Tribuna da Imprensa sobre essa exposição.

3. Em 21 Marco de 1984, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Economia do Senado Federal sobre as inviabialidades tecnicas e industriais da Politica Nacional de Informatica do CSN/SNI/SEI.

4. Em 5 Junho de 1977, fiz uma respeitavel carta aberta ao Presidente Geisel, publicada em Brasilia, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Veja o Capitulo CAP07.

5. Em 25 Janeiro 1976, enviei uma denuncia formal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica sobre as ações de DIGIBRAS/COBRA contra a minha empresa. Veja o anexo C16-d do jornal O Globo de 25 Janeiro de 1978.

6. Continuadamente as midias impressas noticiavam as minhas criticas politicas e tecnicas a Politica Nacinal de Informatica, e apoiando as minhas criticas, como vemos no capitulo CAP12 uma materia do jornal O Globo de 25 Janeiro 1976, de pagina inteira sobre esse tema,

7. Depois da minha volta ao Brasil, em dia do qual não me lembro (em 2013) fiz um longo depoimento gravado

**Anexo C16-c**

# Indústria de computador explicada no Congresso

TRIBUNA IMPREN. (:

A forte tendência monopolística e estatizante não atingirá os altos objetivos do governo de nacionalizar a indústria de computadores por questões de segurança nacional — afirmou ontem o empresário João Carlos Melo, Presidente do Grupo J. C. Melo, primeiro fabricante de minicomputadores no Brasil, perante a Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara dos Deputados, adiantando que "é contra a concorrência, quando predatória das multinacionais e contra a estatização, mas a favor da empresa privada nacional", concordando com os objetivos que se deseja alcançar, mas não com os meios que vêm sendo empregados.

Ao indicar os pontos que considera conflitantes nas ações governamentais, disse que o fazia na certeza de acrescentar subsídios aos que o Governo já dispõe, não concordando com o ponto de vista externado por alguns setores de que suas afirmações poderiam gerar um risco de natureza política, porque "não está contestando e nem fazendo críticas gratuitas, mas exercendo um dever para com o próprio País, honrando à sua condição de brasileiro, consciente das obrigações inerentes à sua nacionalidade".

INVIABILIDADE

Desconhecemos a existência de uma única fábrica estatal de computadores — disse João Carlos Melo — que tenha-se viabilizado quer sob o ponto de vista econômico quer sob o técnico, em qualquer parte do mundo. Muito ao contrário até a União Soviética é um grande cliente das indústrias privadas norte-americanas, com compras da ordem de um bilhão de dólares anuais. Não existem registros, ao contrário, de compras norte-americanas de computadores soviéticos.

Existe, inclusive, uma experiência clássica, política, que bem exemplifica essa inviabilidade: a CII francesa. Como sabemos, o Presidente De Gaulle, numa decisão política e tendo em vista uma desejável nacionalização da área de informática bem como problemas de segurança nacional (note-se que são os mesmos objetivos brasileiros), pretendeu a criação de uma indústria francesa de informática. O forte apoio econômico, complementado por um forte apoio político que inclusive extravasou para alterações públicas com o Presidente Kennedy, resultou numa companhia até agora deficitária e que detém somente 5% do mercado francês, e esses 5%, assim mesmo, quase que totalmente representados por compras militares.

DOIS ANOS À FRENTE

O primeiro problema é o referente à necessidade de um novo projeto nacional quando a tecnologia é importada. A J. C. Melo está, no mínimo, dois anos à frente de qualquer outra empresa (como a estatal) que decida fabricar minicomputadores no Brasil. O que já evoluímos na engenharia industrial e na engenharia de produtos locais, representa um patrimônio técnico inestimável, que nos garante aquela precedência.

Acredito que somente duas empresas, a IBM e a J. C. Melo, possuem esse acêrvo técnico, pois são as únicas que enfrentaram (e essa palavra é muito apropriada) uma real e efetiva fabricação local. Sei, por exemplo, que para a fabricação de seus computadores no Brasil, a IBM teve que enfrentar aproximadamente 300 problemas referentes aos insumos básicos e componentes nacionais. Nós enfrentamos uns 100.

DECISÕES FECHADAS

Outro grande problema é que os técnicos do Governo Federal, um círculo extremamente fechado, tem gerado decisões e resoluções as vezes distanciadas da realidade. Os dois problemas anteriores, ou sejam a inviabilidade de uma indústria estatal de computadores e a impossibilidade de qualquer empresa captar uma grande parcela de demanda num prazo relativamente curto, são exemplos desse hermetismo.

Como outro exemplo, há pouco o Governo definiu, através de uma Resoluçao, o que é minicomputador. Trata-se, meus Senhores, de única definição de minicomputador que existe no mundo, pois tem-se evitado uma definição absoluta por ela ser impossível. No exterior, existem centenas de métodos e equações (e eu também contribui para a confusão gerando uma equação, que tomou o nome de Método de J. C. Melo nos Estados Unidos) tentando formular, sem êxitos a não ser muito relativos, o que alguns técnicos conseguiram com uma Resolução. Por causa de certos problemas como a eficácia de um software, ídem de um hardware, relaçao preço/perfórmance de software, idem de hardware, etc., é teoricamente impossível uma definição absoluta. Posso dar outros exemplos.

MONOPÓLIO

Todos nós conhecemos as repetidas declarações governamentais de que não deseja um monopólio para a empresa estatal. Devo declarar que ouvi isso de altas patentes, ao nível de primeiro escalão. No entanto, nenhuma Resolução demonstrou esse objetivo, em qualquer tempo.

Temos, portanto, um monopólio abominado política e juridicamente pelo Governo Federal. Estou convicto, pelo que tenho observado, que muitos técnicos governamentais principalmente na empresa estatal, convenceram-se de que um tipo de monopólio é absolutamente necessário para a viabilidade econômica do empreendimento governamental.

Anexo C16-d



# enuncia Digibrás ao Cade

quer país em desenvolvimento, só desenvolve-se o *software*. Depois, veio ensinar aqui, mantendo sempre contato com técnicos e empresários em todo o mundo. No Brasil, desde 1971, criou uma escola de *hardware* e *software* em *real-time* na qual já treinou mais de 1.500 alunos atendendo a centenas de empresas, entre as quais a Cemig, Furnas, Light, Usiminas, CVRD, Petrobrás, Usiba, Cosipa, CSN, CTA, Alcominas, Eletrobrás, Ericson, Transcon, Foxboro, Hewlett-Packard etc.

Ao partir, entretanto, para um projeto industrial, criando a On-Line Computadores e Sistemas, defrontou-se com três problemas, analisados em carta datada de 17 de novembro de 1975, dirigida ao Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen:

a) O descrédito do mercado sobre a possibilidade de uma empresa nacional fabricar computadores;

b) A resistência de um eventual consumidor estatal, que pelo menos então, preferiria importar;

c) A impossibilidade de uma efetiva proteção ao Similar Nacional, através dos mecanismos da Cacex e Abinee.

Diz ele, perplexo, na carta ao Ministro Simonsen:

"Companhias que me aceitavam como projetista e consultor, ou como professor de seus engenheiros, não me aceitaram como fabricante, o que é um paradoxo. Com sinceridade, hoje eu sei que o maior culpado disso foi o Governo Federal, pois desde 1971 que ele diz, erradamente, que a fabricação de computadores exige uma engenharia complexa, quase inatingível por países em desenvolvimento".

Continua mais abaixo:

"A Cosipa deseja importar um sistema, bastante simples na realidade, pois é somente para aquisição de dados. De início, negou-se sequer a receber meu engenheiro, não quis nenhuma proposta etc. Quando comuniquei-lhe oficialmente, numa tentativa de pressão para obrigá-la a uma análise (e não a uma compra), sobre a existência do registro de Similar, recebo carta que embora perfeita do ponto de vista legal, tem a principal finalidade de excluir a On-Line".

E diz mais adinate:

"O terceiro problema é o criado pelas multinacionais fabricantes, quer na Albinee, quer na Sucesu, agravado por problemas operacionais na Cacex, que fez com que a On-Line considerasse o chamado cadastramento de Similar Nacional, como inoperante".

Com uma pequena peça na mão — um circuito integrado — João Carlos Melo vai demonstrando que a montagem de um computador não é difícil, nem muito cara, nem exige gigantescas instalações.

— Quase todo o computador se resume a este circuito. Cada vez mais, o computador vai sendo colocado aqui dentro e logo não teremos mais nada a fazer além de aclopar uma régua a essa pecinha.

Com efeito, o circuito integrado revolucionou a tecnologia do computador. É a peça que requer a tecnologia mais sofisticada e os investimentos mais elevados. Sua produção só é viável economicamente quando se obtém elevadas economias de escala, razão pela qual apenas nos Estados Unidos e a União Soviética produzem desses circuitos avançados. Um terceiro país, o Japão, começou a fabricá-lo no final do ano passado.

— Nos Estados Unidos — garante o industrial — existem uns 20 fabricantes e essa peça pode também ser encontrada facilmente no varejo onde custa uns 35 dólares. Por isso não há problema para obtê-las mas, por outro lado, não teríamos escala para fabricá-la.

— Este, aliás, é o único componente importado do nosso computador, correspondendo, em termos de valor, a 32% do custo de fabricação. Todo o resto do nosso material é nacional. Mas também importamos os periféricos (teletipos, leitoras de fitas perfuradas etc) porque, igualmente, o reduzido mercado ainda não justifica a instalação de fábricas de periféricos no Brasil.

É o emprego desses circuitos integrados que torna os computadores da On-Line bastante mais baratos que o projetado pela Cobra: "um terço a um quarto mais barato", diz João Carlos Melo. E lhe garantiu presença pioneira no mercado a preços baixos que, segundo ele, deram origem às pressões do grupo Digibrás.

## As pressões

João Carlos Melo acusa a Digibrás, entre outras ações, pela perda de um vultoso contrato para montagem de um sistema de controle de trânsito em Curitiba juntamente com um financiamento do Badep para a instalação de sua fábrica em terreno a ser concedido pelo Estado do Paraná.

Conta ele que, ao acertar a montagem do sistema, obteve também do Governo paranaense vantagens fiscais, financeiras e imobiliárias para instalar uma fábrica no Distrito Industrial de Curitiba. Vantagens essas que são as normalmente oferecidas por todos os Governos estaduais para projetos de desenvolvimento industrial. Entretanto, quando já estava quase tudo acertado, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — Badep, a quem caberia o financiamento às obras, recebeu um comunicado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, maior acionista da Digibrás, informando que qualquer decisão a respeito da instalação de uma fábrica de computadores no Estado só poderia ser tomada após ouvida a Digibrás. Essa carta provocou o recuo do Governo paranaense diante de todos os acordos que vinha acertando com a On-Line.

João Carlos Melo diz que não vai parar. Seu primeiro computador, o On-Line 5 005 "está sendo vendido normalmente".

— O novo modelo 8 000 será comercializado dentro de poucas semanas mais ou menos aos mesmos preços do 5 005. É nosso plano, também, dentro de poucos meses vender 5 005 e 8 000 em kits, para serem montados pelos compradores. Em linhas gerais, nossa filosofia resume-se em dois pontos: desmitificar os computadores e alta produção com baixa margem de lucro.

— Queremos colocar nossos computadores em empresas mesmo pequenas, escolas secundárias etc. Como está acontecendo nos Estados Unidos. Com os kits, que poderão ser montados por um bom técnico em eletrônica, o computador será desmitificado, pois a mistificação do problema já custou 90 milhões de cruzeiros ao Governo.

E conclui:

— Existem dois tipos de estatização: a legal e a amoral. A legal, todos conhecemos. São as áreas de monopólio ou aquelas que o Governo define claramente como de interesse do Estado. A amoral é aquela em que a área não está oficialmente estatizada mas procede-se como se fosse, direta e, principalmente, indiretamente. É a que ocorre com a Digibrás, perseguindo a minha firma e outras que pretenderam instalar-se no Brasil, criando uma indústria estatal, controlando todas as compras através da Capre, promovendo a criação de novas indústrias estatais.

de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo, fornecendo-lhes os documentos associados.

Por que, diante dessas criticas publicas na epoca da PNI o Governo ou suas agencias não me processaram na Justica ou não me responderam nas midias, preferindo ações amoraes e criminosas nos bastidores?

Necessito desmentir a informação proposital de que eu seria contra os militares, portanto contra a antiga politica nacional de informatica. Não vou citar a ascendencia militar da familia de minha mãe, vou me restringir a epoca da politica nacional de informatica. Os militares me perseguiram, como muitos pensam? Alias, este livro é dedicado a 4 Generais.

Nao, NAO FORAM OS MILITARES.

Que alias eram contrarios a academica e irreal politica nacional de informatica do Governo e de suas agencias, tanto que o General Jayme Mariath (Diretor do Centro de Processamento de Dados do Exercito) e o General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe do Estado Maior das Forcas Armadas) me apoiaram com declarações documentadas e inclusive publicamente nas midias impressas. Desprotegido e sofrendo continuadas perseguições, esses importantes apoios muito me emocionaram pois vieram nos momentos e aos niveis adequados.

E no inicio da PNI eu fui publicamente apoiado pelo General Golbery, como narrado anteriormente nestes books 1 e 2, que determinou ao Ministro Simonsen proteger a primeira industria brasileira de computadores. Veja o Capitulo CAP02 deste book 2 ou procure com a keyword "Marcos". O seu apoio foi natural, por ele ser provido de inteligencia incomum como sabemos. Um dos grandes erros da Revolução de 1964 foi ele não ter sido Presidente da Republica e escolherem o General Figueiredo.

Militar 1:

Quando o Governo não aprovou a fabricação (uma das suas 22 maiores perseguições) do meu segundo computador MB-8000, com alto indice de nacionalização, o General Mariath (General-Diretor do Centro de Pocessamento de Dados do Exercito) imediatamente me enviou um pedido oficial de compra do MB-8000, numa publica e direta discordancia do Exercito da politica nacional de informatica do proprio Governo.

Lembrem-se que foi ele que apoiou o meu primeiro

computador IND-5005 junto ao Presidente Geisel como ja narrei. Alias, o General Mariath sempre me apoiou de varias formas, pois discordava da politica nacional de informatica das agencias do Governo. Veja o anexo C16-a.

Militar 2:

Tambem ao visitar o Ministro General Potyguara, Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA, fui recebido por 6 oficiais generais no seu gabinete, das 3 Forcas Armadas. Numa mala, levei o meu computador IND-5005 desmontado, com todos seus insumos nacionais, com suas faturas de compras, inclusive o circuito impresso de 6 camadas fabricado pela Microeletronica SP. Ao sair, todos eles me levaram ao elevador privativo do Ministro, e quem conhece os militares sabem o que isso significa. Ao entrar no elevador, tambem entrou uma jornalista do Jornal do Brasil, e eu lhe disse: Não posso dar uma entrevista, ela é do senhor Ministro, e ela respondeu: Mas foi exatamente ele que me pediu para entrevista-lo. No dia seguinte, a visita estava publicada no JB, uma discordancia publica da politica nacional de informatica das agencias do Governo e oriunda do Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA. Veja o anexo C16-b e a pagina 42 do livro de 1982.

Militar 3:

Desde o inicio da politica nacional de informatica das agencias do Governo eu fui contra a equivocada decisão da Marinha que pressionava para que o computador militar da Ferranti inglesa fosse o escolhido para fabricação pela estatal Cobra, como de fato aconteceu. Fui contra por ser uma decisão equivocada, o Ferranti era um computador militar (instalados nas fragatas inglesas compradas pela Marinha, com um software para o controle dos tiros), e não tinha os imprescindiveis softwares comerciais desejados pela grande maioria dos potenciais compradores de computadores. O tempo passou, o que eu previa aconteceu, o otimo Ferranti (sim, ele era bom) foi um fracasso comercial. E o assunto morreu. Tempos depois, no meio das perseguições das agencias do Governo me telefonaram do Ministerio da Marinha (de surpresa) solicitando que eu fizesse uma palestra sobre os erros da politica nacional de informatica, para alguns almirantes e uns 50 oficiais, na ilha Fiscal. E assim fiz. Ao terminar, fomos todos a um almoco-homenagem a minha pessoa, com direito a um toque de corneta que me emocionou por vir exatamente da Marinha. Esse convite realmente me emocionou, por demonstrar que a Marinha tambem não mais estava a favor da PNI e contra as perseguições que eu continuadamente sofria. Uma publica

**Anexo C16-a**

*Caro amigo..*

Aceite nossos sinceros cumprimentos pelo mui merecido galhardão e que seja este o início de uma série de outros tantos, que certamente hão de vir.

Alegra-nos saber que temos certa participação para tão acertada escolha.

Votos de felicidades, extensivos aos familiares.

*Gen Jayme Miranda Mariath*

BSB, Out 79

---

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS
DIRETORIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
GABINETE DO GENERAL DIRETOR

Prezado Sr JOÃO CARLOS MELO

Na impossibilidade de atender ao seu gentil convite, por circunstâncias várias, cumprimento-o através deste, pela merecida homenagem, desejando-lhe mais sucessos e felicidades.

Na oportunidade, informo meu novo endereço, onde estarei às ordens e esperando continuar merecendo a atenção de V.Sª.

Atenciosamente

*Gen Jayme Miranda Mariath*

2º GPT ENG CONST
Est PONTA NEGRA Km5
69000 - MANAUS - AM (TEL - (092) 234-3325)

## Anexo C16-b

# Chefe do EMFA recebe J. C. Melo

*Brasília* — Com a finalidade de pleitear a participação de sua firma na concorrência para produção de minicomputadores no Brasil, encontra-se nesta Capital o presidente do Grupo J. C. Melo — Indústria de Computadores Ltda., que, na última quarta-feira, foi recebido em audiência pelo Ministro-Chefe do EMFA, General Moacyr Potyguara.

Por considerar, que em termos de poder econômico, sua empresa "encontra-se em desvantagem para concorrer com as outras firmas interessadas no mercado de minicomputadores" — aberto agora às multinacionais, desde que contém com participação acionária nacional — o Sr João Carlos Melo pretendeu mostrar ao Ministro Potyguara e seus assessores — um deles com assento na Capre — o que sua empresa vem fazendo, notadamente no que se refere ao índice de nacionalização do material. O Ministro-Chefe do EMFA, depois de uma conversa de 40 minutos com o empresário, prometeu estudar o assunto.

Apesar de seu projeto de produção de minicomputadores encontrar-se na Capre — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico — desde o mês de março, "com parecer favorável", J. C. Melo considera que sua empresa dificilmente poderá ganhar uma concorrência aberta, pois "com a recente aprovação pela Capre de uma resolução permitindo a participação das multinacionais, associadas a empresas privadas nacionais, os pequenos grupos não terão muitas condições de preencher as duas vagas restantes no mercado, de acordo com o que foi fixado pelo Governo".

Indagado sobre os motivos que o levaram a enviar uma carta-aberta ao Presidente Geisel, assim como a parlamentares, empresários, funcionários públicos, jornalistas e militares, entre outros, o Sr Melo explicou que se encontra numa batalha pela defesa do que acha justo: "Aprovo *in totum* as medidas que o Governo está tomando para defender a indústria nacional. Discordo em parte é da forma como isto vem sendo feito".

discordancia da PNI das agencias do Governo, e vinda da Marinha! Seria necessario voces estarem no meu lugar para sentirem a imensa emoção que esse convite me causou, por ser da Marinha que havia sido tão equivocada no inicio.

Esses 3 exemplos mostram a realidade de entao, bem conhecida nos bastidores, a de que o Exercito, a Marinha e o Estado Maior das Forcas Armadas EMFA não estavam satisfeitos com os resultados seguidamente negativos dos executores e controladores da PNI.

As perseguições tambem não foram na gestão do Coronel Edison Dytz como Secretario Especial de Informatica. Alem de não me perseguir, deu sinais claros (a mim e ao setor de informatica do Brasil) de que não concordava com as perseguições a minha pessoa, por exemplo ao me convidar como presidente da mesa num Congresso da sua SEI em São Paulo (exatamente num auditorio do hotel Maksoud Plaza, do Sr. Maksoud, exatamente o que me "tomou" a fasnrics J.C. Melo/SISCO com a ajuda do Governo) sobre controle de processos por computadores em tempo real, a minha especialização.

Na agencia SEI,, na gestão do Sr. Octavio Gennari Neto foi que ela jogou a Lei pela janela (pelos Correios) isso possibilitando que o Sr. Maksoud "tomasse" a minha empresa. Incrivel, a SEI jogou pela janela uma petição oficial que, juridicamente, provava que os direitos de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram meus e não da J.C. Melo/Sisco, e porisso eu os requeria de volta.

O Sr. Octavio Gennari Neto tambem fora socio da empresa MICROTEC, que faliu e deixou muitos clientes sem receber os produtos pagos, do que resultaram muitas denuncias via Internet.

A "tomada" da minha empresa pelo Sr. Maksoud não ocorreu na presidencia do General Geisel, mas na do Presidente Figueiredo.

Ressalte-se que, obviamente eu não sou contra a existencia de uma agencia de informações da Presidencia, desde que ela seja exclusivamente um orgao de informações da Presidencia. Importante, como é obvio. Poderia apenas criticar alguns procedimentos exclusivamente tecnicos pois infelizmente a Teoria Geral de Controle, que deveria ser a sua materia mais estudada, não é ensinada na sua escola. Mas esse é apenas um detalhe tecnico pois hoje não tenho motivos para criticar a sua sucessora ABIN Agencia Brasileira de Informações, pois ela apesar de sucessora não é mais eleitoral, industrial,

politica e uma pequena copia da Stasi da Alemanha Oriental como infelizmente o foi ha 40 anos atras.

Adicionalmente esse é um assunto vencido. E tambem politico e eu sempre os evitei, alem da minha mente ser bastante cartesiana portanto muito menos agora desejo discutir ou comentar esse assunto.

## CAP09
## PERSEGUICOES ADICIONAIS

Adicionalmente as 4 perseguições narradas nos capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06 deste book 2, nos seguintes capitulos CAP07 a CAP29 são relatadas mais algumas das 104 perseguições sofridas e catalogadas.

Na realidade essss perseguições foram mais de 104 pois as executadas fora da empresa minha secretaria não registrava. No meu livro de 1982 eu narrei somente as 8 primeiras perseguições, veja um resumo dessas primeiras nas paginas 44 e 45 do mesmo livro e no Capitulo CAP01 deste book 2.

A minha secretaria tambem não registrou dezenas de telefonemas tipicos das "investigações" do Governo, facilmente identificaveis por causa do seu ruido de fundo tipico de um seu velho sistema. Na realidade, eu aproveitava esses telefonemas para "mandar de volta" algumas contra-informações. E quando minha secretaria atendia um desses telefonemas ela me passava o telefone dizendo: "Tem o barulhido de fundo."(sic)

Eles tinham por mim um odio inexplicavel e eu nunca inspirei odio nas pessoas com quem tive tratativas de quaisquer formas.

Esse ODIO ESTA VISIVEL, por exemplo, no Capitulo CAP04, quando pressionaram meus 3 socios para me tirarem da empresa Stratus. Não era um assunto politico ou tecnico, mas comprovadamente um odio.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo Capitulo CAP23, quando uma empregada drogada se suicida no Viaduto do Cha e naturalmente a Policia abriu um inquerito (do qual fui absolvido) e eles foram por iniciativa propria a Policia de São Paulo pressiona-la por um indiciamento.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capitulo CAP14, quando o Governo disse a dois vice-Presidentes da EDS (a maior empresa de processamento de dados do mundo) que haviam me feito um convite (que aceitei) para ser seu Presidente no Brasil, que a EDS "teria problemas se eu fosse o seu Presidente."(sic), como os dois vice-presidentes me relataram.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capitulo CAP19, quando eu estava tratando da instalação da minha fabrica na Cidade Industrial de Curitiba e o Governo do Estado recebe um telex, por iniciativa propria do Governo Federal sem que eu nem o Governo do Parana tivessemos solicitado qualquer iniciativa do mesmo, proibindo-a.

Somente esses 4 casos demonstram um ODIO DOENTIO, muito alem do desejo de me derrubarem por causa das minhas opiniões sobre a PNI ou para me adequarem ao seu próprio gosto.

O ODIO vem do ambiente familiar, que é a base do nosso desenvolvimento psiquico. Os psicanalistas dizem que é preciso voltar ao início da vida, ao ambiente familiar do indivíduo, para explicar os diferentes tipos do ODIO.

Nao sei por que fui tao odiado, eu nunca quiz eliminar os mentores da PNI, tirar-lhe os vistosos postos ou executar semelhantes ações. Mesmo por que eu não tinha a Justica ou uma divisão de Exercito para faze-lo. Eu era so um tecnico com uma correta opiniao tecnica, coisa muito limpa e facil de ser entendida.

## CAP10
## COBRA DIFUNDIA QUE
## EU ERA UM CONTRABANDISTA

COBRA difundia que eu era um contrabandista, e não um fabricante. E isso era um fato publico. No livro de 1982 essa perseguição esta sumarizada, nele procure com a keyword "Furiati".

Eu realmente fabricava, porem COBRA nada disso fazia pois exclusivamente importava o computador Ferranti ingles e trocava o seu logotipo, como toda a classe de informatica sabia. As vezes, isso fazia até abrindo o caixote original proveniente do Reino Unido nas proprias instalações do cliente e trocava o seu logotipo por um de COBRA. E nem sequer se preocupava com as opiniões negativas que esse amoral procedimento gerava, um evidente procedimento manu militare.

Por "fabricar" entenda-se: projetar o seu circuito eletronlco, desenhar os circuitos impressos de suas 6 camadas, fabricar essas circuitos impressos na fabrica da Microeletronica em São Paulo, montar seus componentes nos circuitos impressos, integrar todos os seus componentes, monta-los no seu gabinete, climatiza-los e testa-los em estufa, incluir seus softwares minimos (assembler, microassembler, basic, fortran) e fazer seus testes finais. E, nos 2 ultimos modelos MB-8000 e MC-9700 tambem incluir um poderoso software cobol multiusuario em rede, o famoso Blis-Cobol.

Importante lembrar que o meu primeiro modelo IND-5005 foi o unico a ser aceito pela Carteira de Comercio Exterior CACEX e pela ABINEE Associação Brasileira da Industria Eletro-Eletronica como "similar de computador", apos vistorias dos seus engenheiros a minha fabrica no Rio de Janeiro, como ja narrei anteriormente.

Vejamos agora 5 eventos que desmentiram essa continuada calunia de COBRA, essa continuada falta

de explicações para o seu conhecido fracasso, quer aos seus superiores quer ao mercado:

1. O PRIMEIRO EVENTO

Foi que a CACEX Camara de Comercio Exterior do Banco do Brasil, que controlava todas as importações brasileiras, como ja narrei anteriormente me concedeu o registro de similar nacional, por decisão do eng. Namir Salek então Diretor da CACEX e isso somente depois da visita de seus engenheiros a minha pequena fabrica, na realidade o primeiro similar nacional de computadores, enquanto COBRA, apesar das pressões politicas sobre o eng. Salek nunca o conseguia. COBRA politicamente não aceitava essa decisão da CACEX, e o eng. Salek uma vez me disse: "Enquanto eu for diretor da CACEX, COBRA não tera um similar nacional."(sic). Evidentemente por que COBRA importava e simplesmente trocava o seu logotipo. E COBRA nunca conseguia o seu similar nacional embora fizesse continuas pressões governamentais sobre o eng. Salek.

E existia um problema adicional grave: Como a CACEX poderia registrar um similar nacional de COBRA, se ela visivelmente importava e trocava o seu logotipo por "COBRA" ate na casa de um cliente quando a importação demorava por algum motivo, e toda a informatica nacional isso sabia? O Governo nem se importava com isso, manu militare.

O similar nacional de qualquer coisa diz: "Voce não podera importar, pois existe um similar nacional."

2. O SEGUNDO EVENTO

Foi que a poderosa ABINEE Associação Brasileira das Industrias Eletro Eletronicas, me apoiava integralmente nesse episodio do similar nacional, depois de verificar in loco as instalações industriais conforme ja narrei anteriormente.

3. O TERCEIRO EVENTO

Foi quando a editora chefe do Data News (publicação semanal sobre informatica, a mais importante do setor nessa ocasiao) de nome Gilda Furiati, me telefonou e disse: "Melo, voce tem que acabar com essa fofoca, se puder. Ela esta muito grande, difundida por todos os empregados de COBRA, parece uma ordem geral superior. Me deixe visitar a sua fabrica, levarei um fotografo, e publicarei a realidade seja ela qual for. Voce topa?"(sic) Concordei e isso de fato aconteceu no dia seguinte. Na edição seguinte do Data News a materia mais importante era essa visita a minha fabrica, na capa e em outras paginas cheias de fotos

ilustrando as varias etapas da fabricação. A referida reporter me informou, depois, que COBRA dissera ao diretor do Data News (um norte-americano) que se ele fizesse isso de novo nunca mais lhe daria publicidades.(sic)

**4. O QUARTO EVENTO**

Foi que a pequena J.C. Melo no Rio de Janeiro e a grande J.C. Melo/Sisco em São Paulo, muitas vezes foram visitadas por grupos do Exercito e da Marinha, totalizando talvez mais de 200 oficiais.

E so em 1977 mais de 100 oficiais de altas patentes a visitaram no Rio de Janeiro, vide pagina 53 do livro de 1982.

Vide tambem a pagina 40 do livro de 1982, com este texto:

----------
"Mais de cem autoridades visitaram, por convite individual, a fábrica da J.C.Melo, sempre manifestando surpresa e satisfação, da Marinha, do Exército, de entidades de classe, etc."
----------

**5. O QUINTO EVENTO**

Foi que periodicos e associações de classe visitaram as minhas fabricas, a do Rio pelo jornal O GLOBO e a de Sao Paulo pela SUCESU associação dos usuarios de computadores, e ambas visitas foram noticiadas como vimos em anexos anteriores..

## CAP11
## TRANSFERENCIAS DE CONCORRENCIAS GANHAS PARA COBRA

E surgiu outro fato amoral, eu vencia uma concorrencia publica porem posteriormente a repartição (a agencia do Governo) interessada recebia a visita do "pessoal de cima" e COBRA terminava por ganhar o contrato (uma decisão manu milítare, ao arrepio das Leis) que havia sido vencido por mim.

Essa amoral pratica foi por mim denunciada e publicada pelo Diario Popular de 24 Junho 1977, veja o anexo C20-a, com o seguinte texto:

.

----------

"Isso vem acontecendo atreves de pressões de natureza politica para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas publicas sem a necessaria concorrencia e, ao contrario, com adoções de criterios de compras nos quais não se incluem avanços tecnologicos e preço baixo como itens importantes."(sic)

Essa pratica tambem foi denunciada ao jornal Estado de São Paulo de 3 Junho 1977, como vemos no anexo C01-a no Capitulo CAP01, de onde extraio este texto:

----------

" ... pressões tambem sobre outras empresas (compradoras) para que elas não assinassem contratos com sua companhia (a J.C. Melo) e ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, e finalmente a feitura de contratos sem concorrenciaa publicas mas inteiramente politicos."(sic)

----------

**Anexo C20-a**

# Cobra é acusada de monopólio

BRASÍLIA — "A recém-instalada empresa estatal COBRA — Computadores Brasileiros S/A — já começou a exercer o monopólio do mercado de pequenos computadores, em detrimento das pequenas e médias empresas privadas nacionais do setor. Isso vem acontecendo através de pressões de natureza política para eliminar iniciativas-particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas públicas, sem a realização da necessária concorrência e, ao contrário, com adoções de critérios de compras nos quais não se incluem avanço tecnológicos e preço baixo como ítens importantes."

A denúncia é do empresário João Carlos Mello, presidente, segundo afirma, da "única companhia inteiramente brasileira no setor de minicomputadores," que ontem prestou depoimento na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Além do monopólio e da eliminação da concorrência, ele condenou e criticou a atuação da COBRA "por anunciar que fabrica computadores nacionais quando, na verdade, apenas faz a montagem de equipamentos importados, e ainda, a opção da empresa estatal por montar minicomputadores com sistema de linguagem obsoleta e de difícil comercialização."

**CAP12**
**EU DENUNCIEI AS ACOES**
**DE COBRA AO CADE**

A situação chegou a um ponto tão insuportavel que resolvi dar uma longa entrevista de pagina inteira ao jornal O Globo no domingo 25 Janeiro 1976 no Caderno de Economia, dizendo da minha intenção de denunciar o Governo Federal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica por causa dessa e das outras praticas contra a minha pessoa. Veja o anexo C21-a. O importante jornal O Globo me apoiou, pois uma entrevista de pagina inteira num domingo de um jornal com a respeitabilidade do O Globo fala per si. O seu cabecalho tinha a dimensão da pagina inteira e dizia: "Empresa de computador denuncia Digibras ao CADE."(sic)

A denuncia era juridicamente aceitavel, porem o CADE não a aceitou por ela ser contra o Governo Federal (outra decisão manu militare, ao arrepio das Leis).

Ao vermos as dimensão e exposição dessa denuncia logo vem a pergunta: Como foi possivel o Governo nada responder, a não ser que não pudesse? Que não quisesse expor publicamente o Governo? Manu militare ele tudo podia.

Somente esta falta de resposta ou protesto a mim ou as midias impressas corrobora todas as minhas denuncias narradas nestes 2 livros,

1. sempre manu militare,

2. sempre nenhuma resposta inclusive a propria midia,

3. sempre escondendo o problema,

4. sempre "respondendo" com pressões e perseguições nos bastidores todas sem a sua impressão digital.

A maior parte dos meus amigos era da opinião que eles sabiam que a PNI estava errada mas nao podiam

**Anexo C21-a**

# Empresa de computador

O Grupo J.C. Melo Ltda, único fabricante nacional de computadores eletrônicos, decidiu apresentar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE uma denúncia de tipo absolutamente inédito: o acusado é o próprio Governo Federal que, através de suas empresas Digibrás e Cobra estaria realizando pressões econômicas e políticas contra o Grupo.

Reconhecendo, entretanto, as características especiais que envolverão esse caso, o presidente do Grupo, João Carlos Melo, enviou na última sexta-feira, 23, uma carta ao presidente do CADE, Gratuliano Brito, consultando-o sobre a competência do órgão para aceitar a denúncia.

A íntegra da carta é a seguinte:

"Esta organização tem sido vítima de continuadas pressões políticas e econômicas do conjunto Digibrás/Cobra/Capre, pressões essas que, a nosso ver, justificam plenamente uma denúncia formal a esse Conselho, para sua apreciação.

"Por essa razão, em defesa de muitos princípios e de nossa firma, decidimos apresentar a referida denúncia formal.

"Entretanto, por ser governamental o conjunto acima e tratando-se de caso sem precedentes, temos dúvidas sobre se esse Conselho, que é governamental, legalmente poderá aceitar uma denúncia contra o próprio Governo Federal.

"Conseqüentemente, sem entrar no mérito da questão, consultamos oficialmente a V. Sa. sobre a legalidade do procedimento acima".



João Carlos Melo ao lado do computador fabricado por sua empresa.

## *J. C. Melo diz que não aceita a saída de sua empresa do mercado*

Há 20 anos trabalhando com computadores e há um ano e meio fabricando-os no Brasil, João Carlos Melo se diz hoje um homem "desiludido".

— Temos sofrido toda sorte de pressões. A minha empresa tornou inviável o projeto da Digibrás. Entretanto, enquanto é possível à Digibrás afastar do mercado nacional os concorrentes estrangeiros, como já fez com cinco grupos que pensaram em se instalar no Brasil, não é possível fazer a mesma coisa comigo. Primeiro, porque a empresa é nacional. Segundo, porque conforme declarações do próprio Presidente Geisel, o setor eletrônico é uma área destinada à iniciativa privada.

Ele explica o que está acontecendo, primeiro traçando um quadro da indústria de computadores. Existem dois subsetores bem distintos: o destinado à gestão de empresas e o voltado para o controle de processos industriais. O primeiro setor é comumente conhecido como de processamento de dados. As empresas que nele operam são bastante conhecidas do grande público (IBM, Burroughs etc) e atendem aos serviços de cadastramento, listagens, relações etc necessários a atividades de empresas e particulares. Em resumo, é nesse setor que se processam as provas de exames vestibulares, os cartões de Loteria Esportiva, as folhas de pagamento das empresas, etc.

O outro subsetor, mais conhecido pelo seu nome inglês de **real-time**, é empresarialmente totalmente distinto do setor de processamento e responde pelo controle das operações de grandes e complexos equipamentos industriais. O computador aí é programado para manter um sistema de máquina funcionando conforme determinados parâmetros, substituindo com absoluta precisão a ação do homem. O computador aciona os mecanismos, controla a temperatura, velocidade, pressão, acusa os defeitos.

Outra importante divisão existente na computação eletrônica é a que distingue o **hardware** do **software**. Explica João Carlos Melo que o **hardware** refere-se ao computador propriamente dito e aparelhagem auxiliar. O **software** trata da elaboração dos sistemas a serem executados. Assim, o **hardware** pode ser fabricado, copiado, importado, negociado como qualquer mercadoria industrial. Já o **software** é função exclusiva de trabalho intelectual, exigindo formação de mão-de-obra totalmente especializada e normalmente cara.

### O computador brasileiro

A história do computador brasileiro começa há uns cinco anos. Segundo o empresário, está bastante ligada a programas de modernização da Marinha de Guerra Brasileira quando foram feitos os primeiros contatos com o Grupo Ferranti, britânico, que resultaram na constituição da Cobra-Computadores Brasileiros, uma **joint-venture** com a Digibrás — Digital Brasileira S.A.

A Digibrás-Cobra, com apoio tecnológico da Ferranti, propôs-se, então, a construir o primeiro computador brasileiro. Após cinco anos de pesquisas e Cr$ 90 milhões de gastos, ainda não chegou a um resultado, afirma João Carlos Melo.

— O projeto Digibrás—Cobra serviável por vários motivos. Primeiro, porque indústria estatal de computadores é um contra-senso, que não existe em nenhuma parte do mundo livre, mesmo em países onde a economia é estatizante. Existem muitas razões para isso, a principal é a rotatividade da tecnologia, que muda a cada trimestre, e uma indústria estatal é muito formal para acompanhar mudanças dessa ordem. Segundo, porque a indústria digital é uma área tão competitiva que uma indústria estatal, tradicionalmente de custos elevados, não poderá sobreviver economicamente sem uma proteção política.

— O projeto Digibras—Cobra serviu, entretanto, para afastar investidores estrangeiros do setor, especialmente os interessados em **real-time**. Nesse ramo, todas as empresas instaladas no país importam o **hardware** e viram-se, segundo João Carlos Melo, desestimuladas pela Digibrás a montar aqui os seus computadores.

Foi, então, que ele entrou em cena como industrial. Antes trabalhara em *hardware* no Brasil e no exterior. Apre[n]deu lá fora pois, no Brasil, como em qu

expor a candidatura presidencial do General Octavio Medeitos a qual dependia prioritariamente do sucesso da PNI.

Outros, de que depois do enorme oba-oba que fizeram com a criacao do PNI nao poderiam expor publicamente os seus erros de formulação e direção da mesma.

Perda decorrente dessa perseguição: Não pude defender-me e legalmente acusa-los perante o orgão exatamente adequado para esse tipo de denuncias.

# CAP13
# A PRESSAO FISCAL

**Um dia, minha secretaria Edna me informou: "Chegaram um Coronel do Exercito (fardado) e mais 5 fiscais. Estão na sala de reunioes."(sic)**

**Fui ao encontro deles, e ouvi do Coronel um inacreditavel "Viemos fazer uma ampla varredura fiscal na sua empresa. O Sr. paga imposto de renda?"(sic)**

**Diante dessa inacreditavel pergunta eu logo percebi a finalidade da visita, e respondi: "O Sr. deve ter todos os acessos necessarios, não necessitando me perguntar isso."(sic)**

**Os fiscais fizeram outras perguntas similares, e foram embora dizendo que "Voltariam na proxima semana para examinarem todos os impostos da empresa."(sic) O que alias não aconteceu**

**Como é obvio, o objetivo era uma tortura mental com um Coronel fardado comandando um grupo de fiscais. O que mais me impressinou foi a audacia do Coronel.**

**Porem eu, poucos dias antes, havia pedido uma audiencla ao General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe da Estado Maior das Forças Armadas), em BrasiHa, o eue esta narrado no Capitulo CAP08 subtitulo Militar 2.**

**E eu aproveitei para, no fim, dizer. "Ha poucos dias eu fui visitado por um Coronel do Exercito, acompanhado de alguns fiscais, fazendo uma pura intimidação. Não sei como esse pessoal tem tanto poder."(sic).**

**E o Ministro Potiguara respondeu, rindo: "Nos tambem nao, Dr. Melo".(sic) E todos riram.**

**Referiam-se ao poder ilimitado das agencias controladoras da PNI.**

**Certamente esses fiscais decidiram não voltar por causa dessa visita ao General Potiguara que foi**

publicada no dia seguinte, o Coronel que me visitou talvez supondo que eu estivesse preparando uma autuação do proprio EMFA para desmacara-lo.

Perda decorrente desta perseguição: Psicologlca, porem ela não foi pequena pois indicava uma elevação do nível de pressoes/perseguições que eu continuadamente sofria, ou seja, eles partiram para uma pressão mais direta e com outros participantes externos (os fiscais) sem o mínimo constrangimento ou medo das possivels repercussões publicas dessa visita.

## CAP14
## O SUICIDIO DE UMA EMPREGADA

**Aqui veremos, mais uma vez, a que ponto o Governo chegava quando desejava destruir uma pessoa. Eu não sei o que ele fez com outros brasileiros (coisas equivalentes ou piores, segundo relatos), mas muito tenho na memoria (infelizmente) sobre o que ele fez comigo.**

**Ao lembrar-me pois a isso sou obrigado para redigir este book 2, sofro um continuo estresse, como alias previ que aconteceria. Esta narração tem sido muito penosa, porem obrigatoria.**

**Por tudo que ja tinha acontecido, eu ja havia desistido do assunto reserva de mercado, e de continuar no ramo. O caso Stratus (capitulo CAP04), finalmente me fez compreender que isso não mais adiantaria; dizendo-o de outra maneira, eu ja estava tão destruido que a unica possivel solução seria mudar de ramo, se não pudesse/desejasse ir para o exterior.**

**Finalmente conclui que o Governo ganhara, e desisti de fabricar quaisquer coisas no Brasil.**

**Nesse momento, abri um escritorio em São Paulo (na Av. Prestes Mala, 241), e resolvi voltar para a consultaria, mas não tive um grande sucesso como na primeira vez. Provavelmente por causa da continua desconstrução executada pelo SNI ou adicionalmente por que não era mais a epoca em que as grandes empresas estavam iniciando nesse campo do controle de processos em tempo real com computadores e então inexperientes. O maximo que eu conseguia era pagar os empregados e manter a empresa, e mais algum pouco para a minha manutenção e a de minha familia.**

**Eu tinha 4 empregadas, tres jovens e uma senhora de quase 60 anos, de nome Barbara, esta como tradutora. Como parte do meu trabalho de consultoria era redigir**

artigos tecnicos em ingles para a publicação semanal impressa Weekletter on South America Computer Business, e como apesar de falar e escrever fluentemente o ingles porem sem ter uma formação academica para essa atividade (passar no rigoroso exame TOFL, por exemplo) eu necessitava de uma pessoa experiente com esse alto nlvel para as necessarias correções finais dos textos. Essa senhora trabalhou comigo uns 3 anos.

Um dia, eu tive necessidade de mais um empregado e um anuncio foi colocado, do que resultou no emprego de uma jovem chamada Adelaide. Essa jovem viera de Porto Alegre e fora expulsa de casa pelo pai, por causa de um envolvimento amoroso com um jovem, segundo ela contou as colegas. E então viera para São Paulo, para iniciar uma nova vida segundo disse para mim e para os outros empregados.

Essa jovem de vez enquando ia ao banheiro e vomitava, o que fez todos suporem que a desavença com o pai talvez estivesse relaclonada a uma gravidez. Era uma suposição, porem creio que ela era uma verdade porem nunca comprovada, a menciono apesar como sugestão de como talvez estivesse a sua (dela) situação mental.

Alem disso, essa jovem demonstrava, para todos, a impressão de que tambem estava envolvida com drogas. Mas no inicio era somente outra suposição. Porem um dia, ela se trancou no banheiro e se drogou (duas caixas vazias de Diazepan de sua propriedade foram entregues ao DEIC, da Policia de São Paulo). A referida senhora Barbara tradutora foi ao banheiro, e me chamou.

Constatado o envolvimento com drogas, a dispedi. Ela me implorou para continuar, porem não concordei pelas possiveis consequenclas, e ordenei a uma empregada que fosse com ela na sua pensão e depois para a rodoviaria, "despachando-a" num onibus para Porto Alegre. Evidentemente, dei-lhe dinheiro para isso. E isso fora feito.

Nunca mais soubemos dela, o que alias não teria sentido pois todos estavamos convencidos de que ela teria ido para Porto Alegre como confirmado pela empregada que a levou.

Duas a tres semanas depois, de surpreza um policial apareceu no meu escritorio e me levou a Policia (DEIC), aonde dei um depoimento de aproximadamente 2 horas para o Delegado Maksuo (não sei se a grafia correta é essa, ele era nissel), encarregado do caso.

A jovem não teria ido para Porto Alegre (deve ter

saltado alguns quilometros adiante) e se jogou do vão central do Viaduto do Chá, num meio-dia, sendo internada porem não sobrevivendo.

Meu depoimento foi a narração de tudo, os nomes das 4 empregadas para posteriores convocações, etc. Em resumo, eu nada, absolutamente nada, tinha a ver com o referido suicidlo.

Convencido, o Delegado não me prendeu. Isso é importente, pois somente "depois" da intromissão do Governo ele me "indiciou", como veremos adiante.

Ao sairmos de sua sala e ainda no corredor do DEIC, nos encontramos com o diretor do mesmo, que lhe perguntou: "E como estamos?". Ao que ele respondeu: "O Dr. Melo esta cooperando, e parece que tudo esta esclarecido".{sic).

Por isso eu nem senti necessidade de contratar um advogado.

Ressalte-se que a senhora tradutora, ela e seu marido eram amigos intimos do dlretor do DEIC e da sua esposa, e ela tomou a iniciativa (sem eu saber) de ir procura-lo e dizer que eu era uma pessoa idonea e respeitavel, e contou como tudo tinha acontecido. O mesmo relato acima.

Agora a narração da intromissão do SNI:

Nessa semana, se realizava em São Paulo o Congresso anual de informatica, e o assunto informatica obviamente estava nas manchetes das midias impressas.

Alguns dias depois voltei expontaneamente ao DEIC para saber como estavam as coisas, pois um inquerito havia sido aberto. Foi quando um dos detetives do Delegado Maksuo me perguntou: "O Sr.
tem algum problema em Brasília?"(sic) dizendo que viera um agente de Brasilia investigar o caso e que ele informou que tambem teria obrigação de investigar esse caso.(sic)

Do que conclui que o Governo (o qual provavelmente grampeara o meu telefone comercial, como havia feito varias vezes no passado) teria tido conhecimento do inquerito. Diga-se de passagem, eu nunca mencionei Brasilia (o caso da PNI, minhas criticas, etc) para ninguem do DEIC, mesmo por que não tinha por que faze-lo. Como um simples detetive saberia disso, a não ser com essa visita de Brasilia?

E então eu soube que iria ser indiciado por "indução ao suicídio" (?) e que o Delegado já estava terminando

esse inquerito para envia-lo a Justiça.

Ora, como eu iria ser indiciado se a senhora Barbara (uma testemunha ocular de todos os eventos) contou ao proprio diretor do DEIC o que realmente teria acontecido, e o delegado me liberou (não mandou me prender) e depois do primeiro depoimento nunca mais me chamou?

E sobre a "indução ao suicidio", quer dizer que eu fui capaz de induzir uma pessoa ao suicídio, de uns 25 anos ou mais, quando ela ainda estava na empresa? E uns 10 dias depois ela sentir-se tao "induzida" que resolveu, num meio-dia de grande movimento, jogar-se do Viaduto do Cha?

Nada disso, era apenas um indiciamento mandado, pois como o Delegado Matsuo não podia me indiciar por jogar uma jovem do alto do Viaduto do Cha ao meio dia por existirem centenas ou milhares de testemunhas, ele criou uma incrivel "indução ao suicidio" somente para cumprir com a ordem do SNI.

Mas presumo que esse Delegado tenha decidido vingar-se da ordem de Brasilia, fazendo um "obrigatorio" indiciamento porem sabendo que, na Justiça, esse indiciamento não teria a menor possibilidade de prosseguir, como de fato aconteceu pois nem precisei de contratar um advogado.

Uma dessas tres empregadas, de nome Marli, me disse que depos uma vez no DEIC, porem a forçaram a tentar mudar o seu depoimento, dizendo-lhe "se ele for condenado, voce será condenada como cumplice"(sic) e "não tenha medo, diga a verdade e nos a protegeremos". Outra empregada, de nome Miriam, sofreu as mesmas pressões para mudar o seu depoimento, como ela me informou.

Porque a Sra. Barbara, respeitavel professora publica aposentada, não foi chamada a depor, afinal se tratava de uma respeitavel testemunha de tudo que tinha acontecido?

Assustado por ter sido indiciado (fato unico na minha vida), então contratei um advogado. Esse advogado foi a Justiça para iniciar o seu trabalho, e voltou com a informação de que o promotor, ao ler a denuncia, ficou escandalizado com a mesma, e pediu ao Juiz o arquivamento do processo, e relatou no proprio processo a razão de ter ficado escandalizado, ou seja, teria achado o inquerito e o indiciamento um absurdo e até criticou (no proprio processo) o Delegado. E o Juiz mandou arquiva-lo. Meu advogado não fez nada para isso, pois quando começou ja encontrara a solicitação de arquivamento pelo Promotor e simplesmente fez o

que era o mais adequado, esperou o Juiz decidir para, depois, se necessario fosse contra argumentar.

.

O documento final desse arquivamento (da Justiça) referente a essa decisão do Promotor e a idem do Juiz, esta na anexo C23-a. Trata-se de um certidão desse arquivamento pelo Juiz de 25 Malo 1987, ou sejam, uns 5 a 6 meses depois da farsa do DEIC obedecendo ao SNI.

O Governo queria aproveitar o episodio para, "por coincidencia" em pleno Congresso anual de informatica, desmoralizar-me. Mas não o conseguiu, nenhum jornal importante (como o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, etc.) publicou qualquer coisa a respeito provavelmente prevendo mais uma perseguição do Governo, somente publicando essa noticia esses pequenos jornais chamados de imprensa marrom.

**Anexo C23-a**



# PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

**FABIO BASAGLIA**
Diretor(a) da Divisão de Processamento de Inquéritos (DIPO 3.), desta Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

...ENTO D... INQUÉRITOS E
...IA JUDICI...A
...O DE PRO...ESSAMENTO DE
...ATOS POL...AIS
...O...S SALGADO TRECCALLI
...TORA DE DIVISÃO

C E R T I F I C A,

atendendo a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo os livros e fichários da Divisão a seu cargo, deles verificou constar a distribuição de **um inquérito policial em 14/11/86, registrado sob nº 27.021/86, figurando como indiciado JOÃO CARLOS DE MELO, natural de Porto Alegre-RS, nascido aos 03/06/31, branco brasileiro, portador da RG nº 15.069.907, filho de Carlos Rodrigues de Melo e de Maria de Lourdes Argollo Melo, figurando como vítima Adelaide Brum de Oliveira, deles verificou constar que, referidos autos instaurados para apuração de delito de Crime - contra os costumes, foram ARQUIVADOS, por despacho do MM.Juiz, datado de 25/05/87. NADA MAIS. O referido é verdade do que dou fé. São Paulo, 23 de Julho de 1987. Eu,** [assinatura] **Milton de Almeida Filho, escrevente, datilografei e assino.-.-.-.-.-.-.-.-**

**FABIO BASAGLIA**
**DIRETOR DE DIVISÃO SUBSTITUTO**

# CAP15
# A PROIBICAO DE EU PARTICIPAR DE UM DEBATE NA TV BANDEIRANTES

Em mais um exemplo das pressões/perseguições que eu diuturnamente sofri ano apos ano, a TV Bandeirantes resolveu fazer um debate entre 4 personagens, os Senadores Roberto Campos e Severo Gomes, o Embaixador Batista Nogueira (o pai), e eu, no seu famoso programa Critica & Autocritica.

A principal executiva (creio que era a sua proprietarla) da TV me telefonou, fazendo o convite. Mas algum tempo depois novamente telefonou, me desconvidando, dizendo que o estava fazendo contra a sua vontade, etc.

Extranhando, liguei para o Senador Roberto Campos e ele ligou para essa executiva, e dela ouviu que o Governo lhe dissera "Se o Melo participar, a TV Bandeirantes nunca mais terá licencas de importações para os seus equipamentos."(sic). E por isso, fora obrigada a me desconvidar. Então o Senador Roberto Campos disse-lhe que se eu não fosse ele tambem não iria. Diante do impasse, eles combinaram que eu iria mas não participaria do debate porem ficaria em bom destaque na primeira fila e varias vezes as camaras me focalizariam. Ou seja, quem conhecia as perseguições estaria entendendo o que estaria acontecendo.

E assim foi feito. Na realidade, pela quantidade de telefonemas que depois recebi de muitos colegas da area de informatica, todos entenderam o que havia acontecido. Durante a semana a TV fizera muitas "chamadas" do programa e com o meu nome, de repente eu não participo porem no debate eu apareço varias vezes na primeira fila e a minha cadeira no palco estava vazia.

Ou seja as camaras "diziam" que eu não estaria doente, que eu não estaria atrasado, e que eu fora encontrado, etc., pois visivelmente eu estava fisicamente na TV, mas não estava nas cadeiras com os outros tres como fora amplamente anunciado.

Bem mais inteligentes, a TV Bandeirantes e o Senador Roberto Campos facilmente "ganharam" do Governo.

E na area da informatica, o Governo deu um tiro no pé, pois a repercussão foi bem pior do que se eu tivesse participado. Todos concluiram que "os argumentos do Melo seriam irrespondiveis e o Governo os proibiram".

Creio que a TV Bandeirantes deverá ter essa gravação a qual comprovara mais uma das perseguições que eu sofri.

## CAP16
## O COMPUTADOR MEDIO MC-9700

**Apos o sucesso do meu computador MB-8000, o passo natural seguinte da J.C. Melo/Sisco foi fabricar o computador medio MC-9700, inclusive este capitulo narra exatamente isso.**

**MC era uma homenagem ao Ministerio das Comunicações, como o anterior MB-8000 fora a Marinha Brasileira. O Ministerio das Comunicações que não concordava com a irreal Reserva de Mercado porem não podia lutar contra a poderosa agencia que controlava a PNI.**

**Voltando ao meu computador medio MC-9700:**

**Não existem registros de que um computador de porte medio tenha sido, aquela epoca, fabricado em qualquer pais do chamado Terceiro Mundo. No entanto, a minha empresa o fez. Ate jornais internacionais (do Reino Unido e do Japao) comentaram esse assunto.**

**A cronologia desse computador medio demonstra muito claramente como o conjunto CAPRE agia.**

**EVENTO 1: Novembro 1978, a minha promessa:**

**No anexo C25-a vemos uma entrevista na Revista da Sucesu de Novembro de 1978, eu prometendo o medio "para o ano que vem."(sic)**

**EVENTO 2: Maio 1979, a pressão da CAPRE:**

**Porem mesmo antes da sua aprovação para fabricação, a perseguição continuou. No anexo C25-b vemos uma noticia no jornal Estado de São Paulo de 23 Maio 1979 sobre pressões (da CAPRE) para que esse computador medio MC-9700 não fosse fabricado pois seria a obvia desmoralização final dela e de COBRA que nem ainda tinha um mini fabricado e muito menos um como o meu MB-8000. Essa noticia tambem acrescenta que essa minha denuncia foi tambem feita a um grupo de**

Anexo C25-a

# Melo promete médio para o ano que vem

Responsável por um dos estandes mais concorridos do 11º CNPD, o industrial João Carlos Melo, vice-presidente da Sisco - Sistemas e Computadores Ltda., garantiu que até meados do ano que vem a sua empresa estará lançando um computador de porte médio com tecnologia própria e um índice de nacionalização superior a 80%.

Para Melo — que também previu para 1981 o lançamento de um computador grande da Sisco — "não existe problema maior de se fabricar um computador de porte médio com tecnologia nacional". Segundo ele, "quem faz um mini, faz um médio, e quem faz um médio pode fazer um grande".

Partidário de que se aplique na área dos computadores médios os mesmos critérios que nortearam a reserva da área de minicomputadores para a iniciativa nacional, Melo disse: "Não vejo porque a associação com empresas estrangeiras se companhias nacionais que já demonstraram a sua capacidade técnica pleitearem fazer o mesmo sem contrato de assistência técnica".

**Fábrica.** Operando atualmente em instalações provisórias, a Sisco está construindo a sua fábrica definitiva em São Paulo, num terreno de 10 mil metros quadrados, devendo entrar até março em regime normal de produção e comercialização. Seu quadro de 100 funcionários deverá ser duplicado até o final deste ano.

Além da matriz e da filial no Rio de Janeiro, a Sisco vai abrir em 1979 filiais em Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, onde serão executadas as atividades de vendas, suporte e manutenção.

Também está sendo estruturado um centro de treinamento para atender funcionários da empresa e usuários. Com as atividades centralizadas em São Paulo, o centro promoverá cursos em outros Estados através do envio de técnicos.

De acordo com Nelson Sany Wortsman, gerente de comercialização de sistemas comerciais, a manutenção é uma das maiores prioridades da empresa, incluindo um *plantão bip* e contratos de até 24 h/dia de atendimento.

**Elite.** A Sisco — prosseguiu Sany — conseguiu reunir "uma elite em termos de desenvolvimento no Brasil". São profissionais egressos dos centros de pesquisas das Universidades e que encontram na empresa as condições propícias para a aplicação dos seus conhecimentos. Como exemplo, citou o terminal inteligente e colorido TIC-9000, desenvolvido por integrantes do pioneiro projeto *Patinho Feio*, da USP. O entusiasmo pelo trabalho desenvolvido e as possibilidades de realização profissional foi, inclusive, expresso por diversos funcionários entrevistados no estande da Sisco e, de acordo com Sany, é este clima de trabalho que está atraindo muita gente para os quadros funcionais da empresa, como no caso de um funcionário que trocou a segurança de seus quase 10 anos de IBM pela Sisco. Nesse particular, Sany considera as empresas multinacionais como "a grande universidade" de muitos profissionais brasileiros, sobretudo na área de Marketing, sendo muito boa, em sua opinião, a contribuição dessas empresas para a nascente indústria brasileira de computação ao colocarem no mercado profissionais dotados de um excelente *know-how*.

**Software.** A parte de *software* constitui-se numa das maiores estruturas dentro da empresa, empregando 40 programadores e analistas senior exclusiva-

**Anexo C25-b**

# Sisco afirma que a Capre fez pressões

O vice-presidente da Sisco — Sistemas e Computadores, J. C. Melo, fez ontem uma palestra de seis horas para oficiais do II Exército que visitaram a indústria. A palestra foi sobre o modelo médio MC-9700, cuja comercialização foi iniciada.

Melo revelou que tem recebido pressões da secretaria executiva da Capre, desde janeiro deste ano. Essas pressões culminaram com recente declaração da Capre, em que desmente nota divulgada por seu presidente, dando detalhes do projeto aprovado.

Ele atribuiu as pressões para que a Sisco não fabricasse o MC-9700 também ao fato de que a empresa estatal Cobra não terá um modelo médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel de São Paulo, e, em outubro, o lançará no congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado.

26 oficiais do II Exercito que fez uma visita coletiva a minha fabrica já em São Paulo. Nela falei durante 6 horas sobre este assunto e claramente afirmei que a CAPRE fazia pressões nesse sentido e quais elas eram.

Este texto da referida noticia bem explica a principal razão dessa nao-fabricaçêo:

----------
"Ele (eu) atribui as pressões para que a J.C. Melo/Sisco não fabricasse o MC-9700 ao fato de que a empresa estatal COBRA não terá um modelo de computador medio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro proximo, num hotel em São Paulo, e em outubro o lançara no Congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado."(sic)
----------

O outro lado (CAPRE,COBRA, etc), como sempre fez em todas as minhas centenas de denuncias publicas, ficou totalmente calado pois não poderia responde-las. Ou seja, a pressão pela sua não-fabricação não seria pela existencia de qualquer problema no plano fisico-financeiro do MC-9700, ou qualquer problema tecnico ou industrial, ou idem fiscal, etc., mas para que a sua fabricação não "desmoralizasse" a estatal COBRA que não tinha sequer um equivalente ao meu antigo MB-8000 ja então vastamente fabricado e instalado e muito menos equivalente ao MC-9700.

Nos Congressos de Informatica, o meu stand era o segundo com o tamanho de 800 m2 logo abaixo do stand da IBM com 1000 m2, porem o sucesso era tão grande que muitas vezes era impossível entrar nesse meu stand. E muito menos COBRA tinha um equivalente ao meu bem maior e mais potente MC-9700, um computador medio. Alias, COBRA não tinha sequer, nem no horizonte, um projeto para um medio.

EVENTO 3: Janeiro 1979, a aprovação do medio MC-9700

Em 19 Janeiro de 1979, a CAPRE aprovou o projeto do meu computador medio MC-9700, veja no anexo C25-c uma noticia do jornal Folha de São Paulo de 20 de Janeiro de 1979.

Na realidade, embora o pareça essa não foi uma "bondade" da CAPRE nem um reconhecimento do erro para o seu perseguido, pois essa aprovação fora proposital para que eles simplesmente tivessem uma "desculpa tecnica" e não aprovassem o grande "perigo", o medio da IBM, portanto decidindo que "ja existindo um brasileiro não podemos aprovar um extrangeiro."

**Anexo C25-c**

# Médios: Capre aprova projeto

BRASILIA (Sucursal) — A comissão de coordenação das atividades de processamento eletrônico (Capre) aprovou ontem em reunião de plenário, o primeiro projeto do setor de computadores de porte médio, beneficiando o grupo J. C Mello — Henry Maksoud, que se inscreveu com o "projeto sisco", de capital e tecnologia 100% nacional, envolvendo investimentos da ordem de Cr$.123,5 milhões. O projeto, muito elogiado pela equipe técnica da Capre, prevê a produção de 200 computadores de porte médio até 1981.

Ao final da reunião plenária de ontem, fontes governamentais mostraram-se extremamente irritadas com a ação do "lobby" das companhias multinacionais do setor de informática que, segundo eles, tentaram desmoralizar a Capre, anunciando ontem, através de um jornal da capital da República, a aprovação do "projeto sisco", portanto, antes da reunião que julgaria o projeto.

## MANOBRAS

Segundo essas fontes, o "lobby" multinacional teria "jogado" em termos de probabilidade, uma vez conhecendo a tendência dos membros do conselho plenário. Para isso, entretanto, este "lobby" multinacional teria contado com a colaboração de um ou alguns dos membros do conselho da Capre, que teriam acesso à pauta da reunião. Destacaram em seguida as fontes que "este tipo de estratégia não pode, em nenhuma hipótese, prejudicar os objetivos maiores fixados pelo Governo em função do desenvolvimento da indústria brasileira de informática, e muito menos provocar ou atrasar decisões estabelecidas em função do interesse nacional, definido nas resoluções 5 e 9 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Os projetos inscritos em carteira na Capre pela empresa norte-americana IBM deverão ser apreciados nas próximas reuniões da Capre. O esquema de exploração do setor de computadores no Brasil destacou a fonte, deverá ficar totalmente definido ainda no governo Geisel.

O projeto sisco, aprovado ontem pela Capre, estabelece o seguinte esquema de investimento e produção: 1979, Cr$ 52,5 milhões, para uma produção de 30 unidades; 1980, Cr$ 51 milhões, e 70 unidades; e 1981, Cr$ 20 milhões, para uma produção de 100 unidades/ano.

Dizendo-o de outra maneira, a aprovaçêo do meu projeto era o passaporte para eles não aprovarem o da IBM. Mais importante, eles não acreditavam que o MC-9700 seria fabricado, o que tambem não teria importancia pois nessa ocasião da provavel minha "nao-fabricação" o medio da IBM ja teria sido rejeitado como eles queriam. Eu seria o mal menor e ademais "certamente" o MC-9700 não seria fabricado, pois era "muito complexo".

EVENTO 4: Agosto 1979, o medio MC-9700 ja fabricado

Veja no anexo C25-d uma noticia na Revista da Sucesu de Agosto 1979, portanto somente 8 meses apos da sua aprovação, na qual vemos eu mostrando o MC-9700 já fabricado, na minha fabrica, e as suas extraordinarias especificações, como a sua microprogramação, o seu multiprocessamento e o seu data recovery, caracteristicas estas bastante incomuns em computadores desse porte em 1979, como é do conhecimento de qualquer bom tecnico da area.

Conclusao:

Essa cronologia mostra inequivocadamente com agiam a CAPRE e COBRA, sem quaisquer respeitos pela opinião publica, pelas midias, por mim, pelos seus superiores como por exemplo o Presidente Geisel e pela comunidade de informatica. E muitos militares importantes isso percebiam, como os Generais Mariath e Potiguara, os dois oficiais generais que mais acompanhavam a Politica Nacional de Informatica PNI.

Como sempre os donos da CAPRE tinham a absoluta certeza da impunidade, porem foi um tiro no pé pois com as ações similares dos seus sucessores as agencias controladoras da PNI terminaram por mata-la.

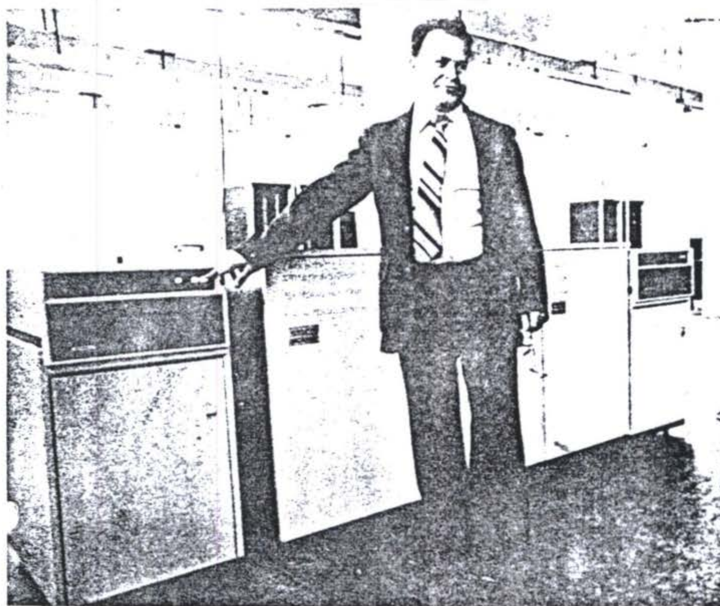
As duas resultantes ironias são:

1. Não nasceu um similar do grande 360 no Brasil,

2. Como o upgrade natural do MC-9700 seria um computador ao nivel de um IBM 360 basico, isso teria uma grande repercussão mundial, pois nem alguns paises desenvolvidos o tinham. E na ocasião da "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco eu ja tinha um "360" na cabeça, ou seja faze-lo microprogramado com o codigo de instruções do 360 modelo basico da IBM, o que seria valido se a microprogramação não demorasse mais do que o tempo da mesma execução no IBM 360 ou ate demorando uns 10% mais.

E eu não teria os evidentes problemas dos softwares IBM que deveriam ser usados (basicos e outros) pois

## Anexo C25-d



*Na fábrica da Sisco, J.C. Melo mostra o MC–9700*

MÉDIOS

# Características universais

As características universais de arquitetura, que lhe permitem "emular qualquer computador" são, segundo a Sisco, um dos principais destaques da sua nova série de médio-computadores MC-9700, aprovada pela Capre no início do ano e com lançamentos previsto para outro próximo.

Com tecnologia totalmente nacional e índice de nacionalização de componentes da ordem de 59%, o projeto da Série MC-9700 envolve investimentos de Cr$ 123,5 milhões, com a produção prevista de 200 unidades até 1981.

Suas principais características técnicas são as seguintes: multiprocessamento; multiprogramação (inclusive múltiplos sistemas operacionais); memória secundária com ERCC; *multiply/divide* em *hardware; floating point* em *hardware* (binário ou decimal); memória secundária até 4 MB ( 2 MBbytes por CPU); painel virtual; memória principal com paridade; canal de interprocessamento de alta velocidade; diagnóstico *self-test; Programmable Control Store* (PCS); alta velocidade eletrônica; e alta velocidade operacional.

A alta velocidade eletrônica, na série MC-9700, é assegurada, conforme explica a Sisco, pela microprogramação ao nível teórico mais baixo possível (o timing das instruções é microprogramado), pela utilização de memórias RAM rápidas e do canal de interprocessadores de alta velocidade.

O multiprocessamento, o bom gerenciamento do multiprocessamento (quer em *hardware ou software*) e um poderoso código de instruções ( Nova, inicialmente Eclipse, a curto prazo, e IBM 1370, a médio prazo) são, segundo a empresa, aos responsáveis pela alta velocidade operacional do sistema.

Também são possíveis as configurações duais – características *standard* do modelo MC-9700/2xx – que permitem o uso de técnicas avançadas de *data reco* very, sistemas redundantes, e outras.

Quanto à memória secundária dos sistemas, que no momento usa chips de 16k porém já com sua régua de circuito impresso programada para aceitar os chips de 64k que estarão disponíveis até fins deste ano, será aumentada para até 64 MB

existiam varias firmas nos Estados Unidos e na Europa que os desenvolveram, naturalmente "superiores" aos dos similares da IBM para poderem ser vendidos aos clientes do 360.

O mais ironico disso é que a grande repercussão mundial seria creditada a PNI do Governo, embora eles não tivessem tido qualquer participação nesse avanco. Veja o capitulo CAP21 sobre o futuro 360 brasileiro.

E ninguem pagou ou ira pagar por isso. Quanto ao Brasil ele tem tradição de ficar deitado num berço esplendido, com ou sem milenio digital.

# CAP17
# PROIBICAO DA EDS DE CONTRATAR-ME COMO SEU PRESIDENTE

Infelizmente dessa denuncia eu não dei nenhuma entrevista a qualquer jornal, pois estaria envolvida a EDS e eu poderia prejudica-la. Porem mesmo assim eu a descrevo.

A Electronic Data System EDS era, na ocasiao, a maior empresa de processamento de dados do mundo, sendo seu principal cliente o proprio Governo norte-americano, o Army, a Air Force e a Navy, e uma centena de outras importantes agencias governamentais e grandes empresas.

Num determinado momento, a General Motors (um dos seus maiores clientes) adquire o seu controle nos Estados Unidos, e então vieram ao Brasil dois dos seus Vice-Presidentes (da EDS) para as iniciativas de aqui instala-la.

E então me visitaram, me fazendo o convite para ser o seu Presidente no Brasil. Já conhecendo a sua dimensão nos Estados Unidos, eu o aceitei, porem disse-lhes: "Esta area é muito critica no Brasil, muito politica, sendo conveniente que os Srs. visitem determinada agencia do Governo controladora da PNI, em Brasília. Embora a pretensão da EDS fosse somente um grande centro de processamento de dados e a reserva de mercado era somente para fabricação de hardware, essa visita é recomendavel."(sic)

Poucos dias apos eles votaram, e disseram que haviam estado na na agencia controladora em Brasilia, a Secretaria Especial de Informatica,, e eles lhes disseram: "Não existem problemas para a instalação da EDS no Brasil, porem sugerimos que o Dr. Melo não seja o seu Presidente pois nesse caso os Srs. terão problemas com o Governo."(sic). Não com eles, mas "com o Governo".

E então eles me explicaram porque a EDS era obrigada a retirar o convite, o que evidentemente aceitei.

Porem essa atitude da SEI os assustou e eles voltaram aos Estsdos Unidos e não sei se voltaram ao Brasil.

# CAP18
# A NAO ACEITACAO DA SEL e da J.C. MELO QUE JA FABRICAVA

A não aceitação da fabrica de computadores SEL System Engineering Laboratories e da J.C. Melo associadas, e a escolha fechada (manu militare) de outras sem quaisquer experiencias no ramo foi uma das muitas e absurdas perseguições que sofri.

Essa perseguição esta narrada na pagina 32 do meu livro de 1982.

Primeiro, qual era a minha relação com a SEL System Engineering Labs, de Fort Lauderdale, Florida. Na minha profissão (controle de processos por computadores em tempo real) é imperativo ser conhecedor da Teoria Geral de Controle, quer a matematica quer a conceitual. São continuas aulas durante 2 a 3 anos. E um dos seus assuntos mais fundamentais é saber calcular a Reliability (Confiabilidade) de um sistema, como um computador para alguns serviços mais criticos. Na ocasião e hoje, não se compra esses equipamentos sem uma clausura no contrato garantindo uma determinada confiabilidade minima (R(t)=x). E essa clausula era incluida em todas as propostas e contratos da SEL, como alias de todos os outros fabricantes. Ninguem comprava sem ela.

E eu fui contratado para ser o Manager desses calculos na SEL uma fornecedora tradicional da NASA, onde trabalhei 8 meses em Fort Lauderdale. E a SEL tambem me colocou num curso especial de 30 dias na NASA (exclusivamente sobre calculo de confiabilidade) em Cabo Canaveral ministrado por Mr. Malcolm Mac Gregor, considerado o "papa" de confiabilidade de tudo na NASA.

A SEL era especializada nesses computadores de alta confiabilidade, fornecedora tradicional da NASA, das Forcas Armadas e de grandes empresas.

O seu presidente Mr. Gus Randolf tomou uma decisão muito importante sobre o seu computador SEL82, dando-lhe as linguagens/sistemas tradicionais para uma empresa. E o SEL82 foi um sucesso de vendas. Alias, foi um dos primeiros computadores de 32 bits, ideais para controle de processos em tempo real. Na ocasião eram baratos, da ordem de US$ 100,000.00.

E Mr. Randolf e eu nos tornamos amigos, de vez enquanto velejamos juntos, etc. Mesmo assim, eu voltei para o Brasil, por problemas particulares.

Mas eu voltei aos Estados Unidos algum tempo depois, propondo-lhe a instalação de uma fabrica da SEL em associação com a J.C. Melo Computadores e ele aceitou, e nessa ocasião fiquei 2 meses na SEL (Março e Abril de 1971) por esse motivo.

O Board of Directors da SEL ja havia decidido a instalação da fábrica no Brasil, dependendo de uma verificação local das reais intenções do Governo Brasileiro.

Haviamos estabelecido que a fábrica poderia estar instalada em Fevereiro de 1972, ou seja, todos os setores da SEL (fmanceiro, técnico, etc.) ja haviam concordado com essa data.

Passamos então a obvia segunda parte do plano, ou sejam os contactos com o Governo Brasileiro. E Mr. Gus escolheu um dos seus Diretores, Mr. Armando Cuesta, para comigo vir ao Brasil e, durante algumas semanas, acompanhar-me nas entrevistas com o Governo Brasileiro.

Logo ao chegarmos (Abril de 1971) dirigimo-nos ao Comandante Mario Guaranys, da Diretoria de Eletronica da Marinha, na ocasião o interlocutor valido. E dele ouvimos que o Governo não poderia aceitar a SEL, pois embora não oficial a Ferranti inglesa já havia sido escolhida, o Governo não poderia aceitar a J.C.Melo, pois embora não oficial a EE Equipamentos Eletronicos já havia sido escolhida para ser a sócia nacional da Ferranti e do próprio Governo. E que não aprovariam uma 2a industria, pois o mercado so suportaria uma.

Essa era a decisão do Governo. A primeira era um erro técnico, a segunda era uma proteção a firma EE Equipamentos Eletronicos diga-se de passagem idonea, mas a terceira, essa sim era grave pois era o GOSPLAN em ação.

Argumentei que o modelo FM1600B da Ferranti era exclusivamente militar, que era adequado para as fragatas que estavam sendo construídas no Reino

Unido mas que o plano de usar o referido modelo nas áreas comercial e industrial era inviavel pois ninguem iria pagar mais por um computador militarizado e sem os softwares requeridos pelo mercado. Ele não acreditou, como alias toda a Marinha, a propria EE, o BNDE, etc.

Aquilo pareceu ao Mr. Cuesta e a mim uma decisão tão errada que resolvemos falar com o engenheiro Damasceno então diretor e um dos donos da EE, o qual eu já conhecia. E nos dois passamos uma tarde inteira tentando convence-lo que o plano era inviável, pois o FM1600B não seria vendido fora da Marinha e ninguém iria fazer uma fábrica para fornecer somente uma dúzia de computadores. Não tivemos exito. No mês seguinte a EE e a Ferranti entregaram ao Governo uma proposta intitulada Plano Integrado para Projetos de Computador Nacional e Para Suporte de Sistemas Digitais Navais. Somente 6 meses após, praticamente no fim do ano, é que acreditaram que eu tinha razão pois a proposta não foi aprovada, e dois representantes do GTE foram ao exterior procurar outro socio extrangeiro.

Mr. Cuesta e eu voltamos aos Estados Unidos e entregamos ao Board of Directors da SEL um amplo relatorio das entrevistas, com a recomendação da fábrica não ser instalada no Brasil. O que mais assustou a Mr. Randolph foi a dependência da futura fábrica ao Governo, pois ele não aceitava a ideia de que necessitaria de uma "permissao" do Governo Brasileiro para, associado a J.C. Melo uma empresa brasileira que teria 33% das ações e imstalar uma sofisticada fábrica de computadores do Brasil. O modelo que seria fabricado era o 82, que era usado pela NASA e Forças Armadas dos Estados Unidos, mas também pela indústria e comércio.

Foi o primeiro golpe que eu sofri do GOSPLAN da informatica, o que me abalou pois, afinal, eu poderia ter realizado meu sonho de 1953, e principalmente eu intuí que se aquilo tinha acontecido iria acontecer daí para diante com novas iniciativas minhas pois eu não iria abandonar o meu principal objetivo.

Ou seja, eu intui que estava em rota de colisão com o Governo militar, e os anos posteriores comprovaram que eu havia intuído certo, pois eu nunca aceitaria aquela decisão de que não aprovariam "outras" fabricas.

Um pais sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, rejeitando uma associação de empresa brasileira e extrangeira para instalarem-se no pais.

## CAP19
## A PROIBICAO DA INSTALACAO DA MINHA FABRICA EM CURITIBA

Narremos agora sobre a proibição (atravas da um telex oficial) de que a J.C. Melo se instalasse na Cidade Industrial de Curitlba, associada com a grande TRW Controls norte-americana.

A TRW era a maior fabricante da satelites dos Estados Unidos e considerada uma das expoentes no setor de controle de processos em tempo real (com seus proprlos computadores), e tinha 300.000 empregados. Uma das suas 80 empresas (a TRW Controla) era uma empresa de elite em controles de trens e metros em tempo real, como exemplos a grande ferrovia Southern Pacific, o metro de Washington, o metro de São Francisco, etc., uma potencia tecnologica. Alem de uma empresa lider em quaisquer controles DAS ou DDC.

Eu ja conhecia a TRW Controls, por ocasião do caso do Bart (Bart é "Basic Area Rapid Transit"), o metro de São Francisco que atravessa o mar mais ou menos embaixo da ponte Golden Gate e segue na Bay Area. Ha uns 40 anos o Bart enfrentou uns seis processos na Justica de São Francisco (Municipalidade <--> Betchel, Municipalidade <--> TRW, Betchel <--> TRW), e todos eles envolvendo um software de milhões de dolares. A Betchel respondeu a Municipalidade: "Voce me mandou cartas modificando o projeto inicial". A TRW dizia: "Eu so cumpri um work statement com suas especificações." E a Municipalidade dizia: "Se conhecessemos metros, não precisariamos contratar a Betchel." E tudo aparecia na imprensa. Era um controle automatico para um metro, então o mais avancado do mundo, um sistema DDC que nenhum metro possuia na ocasião. A municipalidade de São Francisco contratou a Betchel, uma das maiores empresas de engenharia consultiva do mundo, para fazer o seu projeto. Relativo ao sistema de controle, um software tipo DDC Direct Digital Control, a TRW Controls venceu a concorrencia, uma companhia com 300.000

empregados e de grande reputação tecnologica e que ja tinha feito os softwares de controle dos metros de Chicago e de Washington. E por causa do fracasso operacional inicial do Bart, todos necessitavam justificar-se aos seus superiores. A Municipalidade aos seus eleitores, a Betchel e a TRW aos seus acionistas. Dizendo-o de outra maneira, todos se justificavam indo para a Justica. Mas tudo era sobre uma coisa chamada software.

O metro fora carissimo, e ademais para uma area de altissimo padrão de vida (a Bay Area, o tambem chamado Silicon Valley) Por causa disso, o seu despacho automatico (das composições) deveria ser a cada 1 minuto em algumas horas de pico. Mas na operação inicial, foi de varios minutos, o que inviabilizaria todas as suas projeções financeiras. E esse 1 minuto era um item que constava de todos os contratos originais.

Diante do caso ja publico, a Municipalidade resolveu contratar 3 tecnicos todos extrangeiros pois seria complicado contratar tecnicos norte-americanos (em controle DDC, em tempo real) sem previas relações profissionais diretas ou indiretas com a Betchel ou com a TRW. E foram contratados eu, um ingles e um alemao. Não para entrarmos no merito da questão e acharmos o responsavel, mas para relatar o que estava acontecendo e suas possiveis causas. Trabalhamos um mes nos escritorios do Bart, juntos com os tecnicos das 3 partes, e entregamos o relatorio final e nos desligamos do caso. Embora não fosse nossa obrigação definir responsabilidades, informalmente trocavamos impressões entre todas as partes, e todos concordavamos que era um imenso erro esse sistema (esse software) ter ido a justiça, pois não existia a minima hipotese da justiça (e com sua "pericia" em software) definir as responsabilidades. Ja fora do problema, tempos depois li num jornal que um acordo fora feito, não sabendo qual.

Foi nessa ocasião que conheci a TRW Controls e alguns dos seus diretores, o que facilitou um acordo de associação. Alias, ja naquela epoca eu pensava num socio norte-americano da area.

E tempos depois indo a sua sede em Houston, chegamos a esse acordo de associação e eu seria o Presidente da empresa, e a TRW Controls e a J.C. Melo seriam associadas. Embora ela fabricasse seus proprios computadores não o faria no Brasil ate por uma questão de economia de escala, e a J.C. Melo usaria todas as suas instalações industriais para somente fabricar computadores. A sua vinda para o Brasil representaria uma "fantastica" instalação industrial, A PRIMEIRA NO BRASIL DESSE NIVEL, e

com muitos metodos industriais da area de informatica inexistentes no Brasil. Nem a fabrica IBM no Brasil tinha esse nivel industrial.

Esta é mais uma prova juridica das pressões/perseguições que continuadamente eu sofri.

Um seu Vice-Presidente, Mr. Gene Jarvis, veio ao Brasil para a implantação dessa fabrica, e fomos a Curitiba, pois a sua Cidade Industrial ja havia sido escolhida pela TRW Controls. Curitiba logo foi escolhida por que não representava a "ebulição" industrial e dos empregados de São Paulo.

Em Curitiba fomos recebidos por seu então Presidente (Dr. Cassio Taniguchi, depois prefeito de Curitiba), para as tratativas da instalação da nova fabrica da J.C. Melo associada com a TRW Controls norte-americana. Inclusive o local ja havia sido escolhido, ou seja o terreno exatamente defronte do terreno da fabrica da Siemens.

Foi quando o Dr. Cassio, muito constrangido pois ele ja havia conhecido, pelo projeto, as ineditas instalações tecnicas que iriam para a sua Cidade Industrial, nos mostrou um telex (oficial) determinando que qualquer instalação de fabrica de computadores no Brasil estaria sujeita a uma previa autorização do Governo. A TRW não iria fabricar computadores no Brasil, somente sistemas (como o unico sistema DDC de controle de metros no mundo que ela fabricou para o Bart de São Francisco).

Resumindo, a TRW somente fabricaria seus sistemas de controle com seus computadores importados, eu seria seu Presidente e tambem em troca usaria a sua muito aparelhada fabrica para fabricar meus computadores. Portanto, não existiria nenhuma fabrica extrangeira fabricando computadores no Brasil.

Um sofisma, somente para bloqueiar a referida instalação. E a TRW Controls desistiu dessa fabrica no Brasil.

Esse telex, considerando a potencia tecnologica da TRW e as instalações industriais que seriam feitas em Curitiba certamente foi outro crime de Lesa Patria.

## CAP20
## O KAFKA BRASILEIRO: AS PROIBIDAS FABRICAS DE ALTA TECNOLOGIA

Neste milenio digital todos sabemos que a tecnologia da informatica provavelmente sera a joia da coroa de qualquer pais, um bem super valorizado e principalmente fundamental sob varias aspectos, como vimos em quase todos os capitulos deste book 2.

Por isso, não é logico e normal um pais rejeitar essa joia da coroa se uma industria extrangeira do setor quizer associar-se com uma idem nacional visando a instalação de uma fabrica conjunta no Brasil. Nesse caso, muito necessitaremos "ir la" e trabalhosamente "convence-la" do quanto isso seria importante, repito convence-la por necessitarmos visceralmente dessas associações. Isso é o que fara qualquer pais que não esteja deitado eternamente num berco explendido.

Responsabilidade social:

Evidentemente é natural um pais se proteger e proteger as suas industrias, criando instrumentos estabelendo limites de diversas formas nesses tipos de associações, por exemplo como devera ser essa transferencia de tecnologia, como devera ser o seu controle acionario e muitas outras proteções conhecidas em muitos importantes paises. Isso tem um nome, responsabilidade social.

A responsabilidade social é um quadro ético e sugere que um Governo tenha a obrigação de agir em benefício da sociedade em geral. A responsabilidade social é um dever que todos os Governos devem ter para manter um equilíbrio entre os seus varios sistemas. Porem o termo "responsável", como no "governo responsavel", requer qualificações de varios tipos, em economia, politica, tecnica, moral e outros etcs.

Ao proibir essas associações em termos ABSOLUTOS, a primeira conclusão que se chega é que no concernente a tecnologia da informatica neste milenio digital o Governo militar brasileiro atraves das suas agencias controladoras da PNI demonstrou não ter responsabilidade social em no minimo tres campos, economia, tecnologia de informatica e Forcas Armadas.

Alem disso não é natural ou inteligente ou normal "proibir" essas associações. Neste caso o assunto passou a ser um assunto muito conhecido pelo escritor tcheco Franz Kafka. Outra conclusao, esta logica, é que o Governo e o controladores da PNI não leram as essenciais obras de Kafka, "Metamorphosis", "Trial" e "Castle". Se as tivessem lido, teriam compreendido o que é o universo kafkaniano e certamente tentariam evita-lo na sua nati-morta Politica Nacional de Informatica PNI.

A Politica Nacional de Informatica foi um completo absurdo, um pais sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, melhor dizendo para sua sobrevivencia, rejeitando associações de fontes de tecnologia/economia entre empresas extrangeiras e brasileiras, num campo tão fundamental para o pais, com isso declarando oficialmente que não necessita dessa tecnologia de ponta. Evidentemente, parece kafkaniano.

Nos 2 capitulos anteriores CAP18 e CAP19 narrei duas dessas kafkanianas "PROIBICOES" de associações para instalações de fabricas atraves de asociações da J.C. Melo Computadores com duas excepcionais empresas de alta tecnologia, a SEL Systems Engineering Labs e a TRW CONTROLS, a primeira fabricantes de computadores de 32 bits para controles de processos e tradicional fornecedora da NASA e a segunda fabricantes de conhecidos sistemas de controle de processos e com 300.000 empregados.

Mas o absurdo foi adiante e ainda maior, com a sua "legislação" tambem proibindo a J.C. Melo Computadores de implantar fabricas conjuntas com outras duas empresas:

1. DATA GENERAL, dos Estados Unidos, a 2a. maior fabrica de minicomputadores no mundo fabricante do mundialmente famoso Nova-3, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja o anexo C29-a de uma noticia no jornal O Fluminense de 13 Julho 1977,

2. BME BUROSMASCINEN, da Alemanha, tambem fabricante de computadores, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja C29-b de

**Anexo C29-a**

# Data General e Melo iniciam entendimentos sobre associação

A possível associação entre a Data General e o Grupo J.C. Melo, para a produção de minicomputadores no Brasil, começa a ser discutida hoje, nos Estados Unidos, entre a alta direção da empresa norte-americana e o presidente do grupo brasileiro, o empresário João Carlos Melo.

Ele se encontra na América do Norte desde o início da semana para uma série de palestras, tanto no setor privado como em organizações militares, sobre os novos equipamentos que a sua empresa passará a produzir comercialmente nos Estados Unidos já em setembro. Trata-se do microcomputador e da estação remota MIC-1000, projetados a partir do Sistema de Supervisão do avião Boeing-747 e que vêm despertando grande interesse naquele país por serem considerados revolucionários.

A princípio, o presidente do Grupo J. C. Melo pretendia fabricar esses novos equipamentos aqui no Brasil e, sob regime de "draw-back", exportá-los para todo o mundo, gerando, segundo ele, "divisas de dezenas de milhões de dólares, numa estimativa pessimista". Porém, por considerar que a área de computação no país é virtualmente política", decidiu antecipar a fabricação industrial da estação remota nos Estados Unidos para dentro de 45 dias.

No momento, nove protótipos do microcomputador e da estação remota estão sendo testados naquele país por grandes empresas, como a fábrica de aviões Boeing e a companhia Southern Pacific, além de organizações militares. O empresário explicou que pela primeira vez no mundo conseguiu-se colocar, industrialmente, numa placa de circuito impresso extremamente reduzida, toda uma Remota em LSI, com computador, memórias, dois interfaces de comunicações assincronas, 16 entradas analógicas, 24 entradas on-off com isolamento ótico e 12 saídas on-off de 400 mA cada uma em estado sólido, com sofisticado código de detecção de erro programado em hardware.

— O resultado alcançado foi tão importante que começa a ser comparado, naquele país, ao impacto do computador doméstico, afirmou João Carlos Melo, que sexta-feira estará falando para técnicos militares norte-americanos, em Washington, sobre as vantagens da utilização dos novos equipamentos em aviões, tanques, mísseis e navios. Dos Estados Unidos, o empresário brasileiro seguirá direto para Berlim, onde entrará em contato com a diretoria da BME-Burosmaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática Alemã, quando também discutirá as possibilidades de associação para a produção de minicomputadores no Brasil.

**Anexo C29-b**

# Minicomputador: uma associação?

O vice-presidente da Data General, Jim Campbell, manteve contato ontem, no Rio, com o empresário João Carlos Melo, presidente do Grupo J. C. Melo, convidando-o para ir aos Estados Unidos discutir uma possível sociedade entre as duas empresas, visando à produção de minicomputadores no Brasil, dentro da resolução baixada pela Capre — Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico.

A Data General é a segunda maior fabricante mundial de minicomputadores e o Grupo J. C. Melo o primeiro fabricante dos mini no Brasil. A Data General está entre as duas dezenas de firmas que, desde 1970, vêm demonstrando interesse de se instalarem no País.

O empresário João Carlos Melo também foi convidado para ir a Berlim, onde discutirá uma outra possibilidade de associação com a alta direção da BME — Buromaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática da Alemanha. Este convite foi feito por Frank Seiffert, diretor geral da empresa alemã.

## CAP21
## O CRIME DE LESA PATRIA

Primeiro, é ironico mencionar que o Governo militar ajudando ao Sr. Maksoud "tomar" a minha empresa o que depois a matou como muito previsto, impossibilitou um fato que seria de grande importancia para o Brasil, pois o computador naturalmente seguinte ao MC-9700 seria (em mais 3 ou 4 anos) obviamente um computador maior ao nivel minimo do campeão mundial de vendas, o modelo IBM 360 ou o seguinte 370.

Ha 40 anos ou mais atras, somente os Estados Unidos fabricavam um computador ao nivel do famoso 360 ou seu sucessor 370, nem o Reino Unido, a Franca ou a Alemanha. Imaginem o imenso beneficio que isso poderia ter causado ao Brasil aquela epoca e principalmente nos seguintes 40 anos.

Lembro-me que o meu velho amigo engenheiro Robeli Libero, Presidente da IBM Brasil (posteriormente membro do Board mundial da IBM nos Estados Unidos) num almoco me disse: "O meu receio não é o MC-9700, mas o que ele diz pois o seu natural passo seguinte so podera ser um 360."(sic) O iconico 360 era o principal produto da gigante IBM, no mundo inteiro. Alem disso o Robeli sabia que eu poderia fazer um IBM basico com microprogramação e que ele poderia ter muitos softwares compativeis originarios de outras empresas na Europa e nos Estados Unidos (inclusive ate um sistema operacional para o IBM 360), portanto que tecnicamente nada impediria que eu fazesse esse natural avanço em alguns poucos anos.

Fantasticamente seria so hardware para a J.C. Melo/Sisco dar ao Brasil um 360 brasileiro sem necessitar desenvolver o grande software necessario para o 360, bastante disponivel no primeiro mundo. Quanto ao hardware, a J.C. Melo/Sisco ja tinha excelentes experiencias com os computadores

anteriores, o MB-8000 e o MC-9700, que eram microprogramados.

E eu lhe respondi: "A IBM não deve se preocupar com um meu 360 e ademais como sabes esse pessoal é tão desinformado que isso vai durar muito pouco, e como tambem sabes eu não preciso deles. Ademais eu não posso ganhar do seu Almaden, talvez so em preco."(sic) Almaden era (na epoca e hoje) o maior laboratorio de informatica do mundo (foi la que nasceu o PC) com 1.200 engenheiros so nas pesquisas, mas a IBM hoje tem 3.000 pesquisadores em outras partes do mundo.

Então era voz corrente que o principal objetivo da PNI era fechar a IBM e a Burroughs no Brasil. Os esquerdistas desinformados defensores da PNI na Camara de Deputados não faziam segredo desse objetivo nos seus comentarios.

Eu não tenho a menor duvida de que a maior "desgraça" causada pelo Governo militar de então com as suas incriveis Politica Nacional de Informatica PNI e Reserva de Mercado dos computadores e afins, foi ironicamente que a "tomada" da minha fabrica J.C. Melo/Sisco pelo Sr. Maksoud criminalmente ajudado pelo mesmo Governo, como muito previ terminou por fecha-la. Veja o capitulo CAP03 sobre essa criminosa "tomada".

Eu conhecia as entranhas da J.C. Melo/Sisco como ninguem, eu a fundei durante 10 anos, a criei, a dirigi, e conhecia muito bem as perigosas personalidade do Sr. Maksoud e a sua completa ignorancia sobre como uma industria de hardware/software deveria ser dirigida. E era bem visivel que o seu fechamento seria somente uma questao de tempo.

A morte da J.C. Melo/Sisco, por mim bastante esperada, prevista e anunciada, gerou os muitos efeitos colaterais negativos descritos neste livro, porem o maior deles foi impedir que entre 3 a 4 anos ela fabricasse um computador similar e compativel com o grande iconico 360 da IBM, seu maior carro chefe no mundo inteiro, deixando claro que não estou me referindo a provaveis ignorancias tecnicas de todos os meus empregados e gestores.

Ao fabricar o modelo MC-9700, um computador medio (Veja o capitulo 16), o proximo passo natural seria fabricar um similar ao grande 360 da IBM, na sua versão minima modelo 30.

A sua fabricação seria um passo natural, por dois motivos:

1. Software

Não haveria necessidade de desenvolver qualquer software, pois existim centenas de empresas em todo o mundo esoecializadas em desenvolver esses softwares para o 360, geralmente "melhores" do que os da IBM para poderem ser vendidos aos seus clientes. Ate do sistema operacional do 360 ja existiam dois softwares disponiveis.

2. Hardware

O meu computador MB-8000 era microprogramado, desde o seu inicio. Antes de fabrica-lo, eu passei duas semanas na California para adquirir essa tecnologia. E porisso, como era do conhecimento de toda a classe de informatica do Brasil, ele executava qualquer programa escrito para o minicomputador Nova-3 da Data General, o segundo maior vendido do mundo, alias essa era a principal vantagem do MB-8000 para explicar a razão da sua grande venda. Como, por exemplo, o famoso Blis-Cobol, um Cobol multi-usuario executado tanto no MB-8000 quanto no Nova-3. E tambem no MC-9700.

Como o Governo brasileiro, atraves da sua agencia "controladora" da informatica nacional nao sabia o que era microprogramacao, um dos seus mantras contra a J.C. Melo/Sisco era que ela copiava o Nova-3. Bem, eu so sou responsavel por minhas ignorancias e nao as dos outros. Mas o Governo militar isso fazendo, demonstrava a toda a area de informatica do Brasil que ele nao sabia o que era microprogamacao e por extensao o que estava "controlando". Mais um tiro no pe.

E os MB-8000 e medio MC-9700 eram microprogramados. E, por coincidencia, o IBM 360 tambem, uma microprogramacao nominada por ela de "microcode".

Para compreeender como não seria uma tarefa gigantesca e "impossivel" fabricar um 360 e portanto muito provavel termina-la em poucos anos depois de fabricar os MB-8000 e MC-9700 microgramados como eu fiz, necessitarei explicar melhor este assunto.

Normalmente, tanto os computadores antigos quanto os novos nao usam microprogramação. Todos eles tem um circuito eletronico especifico para performar uma função especifica, por exemplo se a função es um AND esse AND tem o seu hardware especifico, se es DELETE idem, se es COPIAR idem, e assim por diante. Hoje, um computador "normal" tem 1000 ou mais dessas funcoes especificas, que são conhecidas como o conjunto de instruções de um computador. E escrevendo (codificando) um programa ou algoritmo que voce deseje combinando essas instruções, voce cria a funcao de transferencia desejada. Como se esse

codigo fosse a lingua na qual voce esta escrevendo.

A microprogramação es completamente diferente, no computador microprogramado existe uma memoria especial (ROM, read only memory) que voce não ve ou tem acesso, e nela o fabricante programa/coloca uma especie de micro-instrução, uma para a instrução AND, outra para DELETE, outra para COPIAR, etc, e o efeito resultante es o mesmo dessas mesmas instruções em hardware.

Na realidade, projetar um computador microprogramado obedecendo as codigo de instruções de outro computador, es mais complexo e demorado do que um "normal" em hardware, pois voce projetista sera obrigado a criar (na ROM) as instruções do outro computador ou seja não teria a liberdade de criar as instruções que voce quizer. E se voce criar instruções de maquina diferentes, não usara quaisquer softwares disponiveis e tera que desenvolve-los, o que em tempo lhe custara não sei quantas milhares de vezes mais. Neste caso voce criaria um hardware de um computador em um ano ou dois, e depois mais 30 anos para o seu software. Alias, foi isso que tentou fazer a incrivel Politica Nacional de Informatica ha 40 anos, com os computadores G10 e G11 feitos pela Universidade de Sao Paulo.

Bem, como eu ja disse adquiri essa tecnologia da microprogramação na California e com ela fabriquei o MB-8000 e o MC-9700, ambas usando o codigo de instruções do famoso Nova-3.

Voltando ao futuro 360 da J.C. Melo/Sisco, seria necessario projetar/fabricar o seu hardware microprogramado, um projeto de aproximadamente um a dois anos, e mais dois a tres para criar a sua microprogramação na ROM, seus debugs, testes finais, I/Os, etc. Em resumo a J.C. Melo/Sisco em tres a quatro anos ja estaria lancando o seu 360 na sua versão minima.

E o brasileiro 360 ja existia totalmente na minha mente.

Seria o primeiro pais do terceiro mundo a faze-lo e passando a frente de alguns do primeiro.

Com a "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco por um empresario com a absoluta ajuda do Governo militar de então o que como previsto causou o seu fechamento poucos anos depois, me "tomaram" US$ 25 milhoes e terminei sendo obrigado a ir para o exterior, mas es impensavel estimar os efeitos negativos por o Brasil não ter fabricado um 360 brasileiro ou o seu sucessor IBM 370 ou outros durante esses 40 anos.

E ele seria exportavel, por causa do obvio preco menor do que o 360 da IBM. Talvez cinco vezes menos. O 360 da IBM era o seu carro chefe no mundo inteiro, nem sei quantas dezenas ou centenas de milhares foram alugados, e os preços da J.C. Melo/Sisco seriam bem menores por causa do imenso overhead que a IBM es obrigada a colocar.

O sucesso financeiro desse 360 da J.C. Melo/Sisco seria muito grande, pois em todo o mundo a IBM não vendia computadores e sim os alugava, normalmente a precos altos por causa do seu altissimo overhead resultante dos seus servicos tecnicos e desenvolvimentos de grande qualidade. E logicamente todas as empresas nacionais ou extrangeiras, fariam os seus calculos e veriam que comprar um 360 da J.C. Melo/Sisco seria o equivalente a alugar um 360 da IBM por X anos.

Evidentemente, isso obrigaria a J.C. Melo/Sisco a aumentar a sua estrutura de servicos tecnicos e administração e alguns problemas tecnicos mais faceis, como os I/O para os perifericos de varios fabricantes, etc. Porem nada muito complexo ou excessivamente demorado.

Sem a menor duvida, pelas suas consequencias em todos esses 40 anos e principalmente no futuro, foi um crime de Lesa Patria. Num regime mais "duro", como na China ou na Russia, seus responsaveis possivelmente seriam presos ou executados.

Quem ira ressarcir o Brasil, por este crime de lesa patria?

J. C. MELO

# A Incrível Política Nacional de Informática - 2

MIAMI - FLORIDA
2017

**ESTE LIVRO E. DEDICADO**

**Postumamente**

**aos Generais Ernesto Geisel, Moacir Barcellos Potiguara,**
**Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva,**

**Embaixador Roberto Campos**

**Dr. Roberto Marinho.**

# INDEXES

Não são usados indexes do modo tradicional, indicando os numeros das paginas ou capitulos.

Os capitulos estão propositadamente numerados CAPxx e os anexos são Cxx-y, e ambos poderão ser acessados por keywords.

INTRODUCAO

Capitulos:
CAP01. Perseguiçoes incluidas no livro de 1982
CAP02. Por que volto a este assunto apos 40 anos?
CAP03. A "tomada" da J.C. MELO/SISCO com a ajuda do Governo
CAP04. A fabrica STRATUS
CAP05. Tentativa de minha desmoralização
CAP06. A proibição do livro ser publicado
CAP07. Meu apelo publico ao Presidente Geisel
CAP08. Quem me perseguiu?
CAP09. Perseguiçoes adicionais
CAP10. Cobra difundia que eu era um contrabandista
CAP11. Transferencias de concorrencias ganhas para COBRA
CAP12. Eu denunciei as açoes de COBRA ao CADE
CAP13. A pressão fiscal
CAP14. O suicidio de uma empregada
CAP15. A proibição de participar de um debate na TV Bandeirantes
CAP16. O computador medio MC-9700
CAP17. Proibição da EDS de contratar-me como seu Presidente
CAP18. A não aceitação da SEL e da J.C. MELO que ja fabricava
CAP19. A proibição da instalação da minha fabrica em Curitiba
CAP20. O Kafka brasileiro: As proibidas fabricas de alta tecnologia
CAP21 O Crime de Lesa Patria

# INTRODUCAO

1. Para simplificar, a seguir quaisquer referencias ao meu livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" o qual esta no primeiro modulo deste site (book 1), sera somente "livro de 1982".

2. Os anexos deste book 2 são incluidos na(s) sua(s) pagina(s) imediatamente seguinte(s) a pagina em que forem mencionados. Por exemplo, um anexo mencionado na pagina 20 estara na pagina seguinte antes da pagina 21.

3. Desculpem-me a falta de alguns acentos (meus trabalhos e computadores são todos em ingles) e tambem de algumas regras linguisticas esquecidas apos o longo tempo fora do Brasil.

Ha distantes 40 anos atras fui apoiado por respeitaveis brasileiros que honram qualquer pais, não por minha pessoa mas pelas ideias que defendia, aos quais eu devo agradecer: Presidente Ernesto Geisel, Generais Moacir Barcellos Potiguara, Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva, Embaixador Roberto Campos e Dr. Roberto Marinho. Que Deus os tenham.

Adicionalmente eu me lembro das perseguições que sofri quando morava no Brasil, somente por causa de minhas opiniões tecnicas e politicas contra a então chamada Politica Nacional de Informatica PNI.

book 1 - 1987

O book 1 é a versão digital .pdf do meu livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica", escrito em 1982.

Ele descreve a epoca do nascimento da Politica Nacional de Informatica PNI no Brasil, alguns dos seus erros e somente as 8 iniciais das perseguições e torturas mentais que sofri.

book 2 - 2017

Durante o Governo militar eu não poderia escrever este livro. Nunca fui politico, nunca pertenci a um partido politico, nunca estive com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo militar, porem pelo conteudo deste livro eu não podia escreve-lo na ocasião. Fui perseguido durante 10 anos

exclusivamente por minha opinião contraria a Politica Nacional de Informatica do Governo, e somente agora, apos longo exilio no exterior, es que escrevo esta livro 2.

Para mim esta livro 2 es importante, para a memoria da minha pessoa, pois depois de pedir asilo por causa dessas perseguições passei longos anos no exterior sem contacto com o Brasil informatico e portanto ha 40 anos atras quase nada foi revelado a este respeito.

Apesar disso, mesmo essas perseguições governamentais que me feriram, são importantes por simultaneamente narrarem erros politicos e tecnicos que poderão ser evitados por outros paises, ou seja aprender pelos erros, e melhor ainda, dos outros.

Porem um objetivo deste book 2 não é somente narrar as perseguições que sofri do Governo militar do Brasil , mas tambem as possiveis politicas de informatica ou os planejamentos centrais de informatica que irão obrigatoriamente surgir em muitos paises por causa deste milenio digital no qual estamos entrando, por ele conter informações importantes sobre este inicio.

Resumindo, este book 2 é um alerta para os Governos, um alerta de furacões informaticos que irão ajudar muitos paises, pois resultara em melhores decisões por conhecerem simultaneamente os ERROS praticados e as sugestões para futuros ACERTOS.

Este book 2 foi escrito em 2017, e inicialmente narro quatro das perseguições e torturas mentais por mim sofridas nos seus capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06, todos com provas juridicas.

Porem existiram outras torturas mentais e perseguições alem das narradas nos capitulos seguintes.

Para uma futura analise por algum pais interessado numa politica nacional de informatica, estes dois livros 1 e 2 são essenciais por mostrarem os erros da anterior PNI brasileira e indicarem alguns obvios caminhos, por isso esses dois books ja estão na "deep Internet" e nas grandes bibliotecas hoje virtuais, como a do Congresso norte-americano, a Bibliotheque Nationalle francesa, as nacionais da Alemanha, da China e do Canada que esta ja com inimaginaveis 1 Petabytes de arquivos digitais e tambem as bibliotecas das grandes universidades mundiais.

Mesmo com meus 86 anos ainda hoje gasto 10 a 12 horas por dia codificando softwares complexos com a inteligencia artificial AI da qual hoje pouco existe se compararmos com o seu futuro, mas para o exterior e

não para o Brasil. E isso não é cansativo ou estressante como parece, mas sim orgastico para quem comecou nessa area (controle de processos por computadores em tempo real) ha mais de 65 anos, ainda em Paris, inicialmente com computadores analogicos (estudando no então famoso TRW-300 que não sei quantos milhões de dolares custava) que então eram o padrão para os controles industriais e cientificos mais complexos (como o nuclear, o que foi o meu caso) e logo em seguida acompanhei de muito perto a notavel transição do computador analogico para o computador digital nos processos de controles em tempo real.

Adicionalmente, ainda na minha fase dos computadores analogicos em Paris tive a oportunidade (um imenso presente) de estudar a Teoria Geral de Controle quer na sua parte matematica quer na idem conceitual, materia imperativa em quaisquer sistemas de controle de processos em tempo real. E posteriormente na NASA em Cabo Canaveral, de participar de um curso especial sobre Reliability, um importante assunto complementar a Teoria Geral de Controle.

Mas ressalvo que:

1. Este livro não tem por finalidade me sugerir a participar de quaisquer atividades para o Governo brasileiro, seja uma simples consulta ou uma consultoria ou um cargo ou um contrato governamental, inclusive estou fora do Brasil. Mas isso não significa que eu não ame o meu pais de origem e a sua sofrida gente mesmo os mais simples, nem se trata de vinganca o que alias não é da minha natureza. Mas restaram muitas magoas e não quero passar por elas de novo nesta idade longeva pois elas foram muito duras e destruiram um sonho, alem de todos os seus muitos efeitos colaterais negativos.

2. Quando me referir a uma futura "morte da Nação Brasil" não estarei me referindo a morte somente da sua tecnologia da informatica, mas sim a morte do seu status de Nação por causa dos destrutivos efeitos colaterais causados pelos 26 apocalipsis da informatica que o atingirão em muito pouco tempo. Quantidade essa que aumenta continuadamente pois ha uns 8 anos eles eram somente 15. Alias essa perda do status de Nação atingira aproximadamente 180 paises e nao somente o Brasil.

Miami - Setembro 2017
J.C. Melo

# CAP01
# PERSEGUICOES INCLUIDAS NO LIVRO DE 1982

Inicialmente devo fazer uma importante ressalva:

Nestes dois books 1 e 2 eu me refiro muitas vezes a empresa COBRA e Governos, porem este livro narra fatos ocorridos ha 40 anos atras, dentro dos regimes militares de entao e antes do meu exilio no exterior. E esses regimes militares tiveram Generais Presidentes que honrariam qualquer Nação, e infelizmente outros lamentaveis. E ambos nos anos que comandavam a entao Politica Nacional de Informatica PNI atraves das agencias governamentais. Resumindo, foi outra epoca com outros operadores e metodos, e nao a atual.

Alguns Governos e algumas direções de COBRA daquela epoca sao os responsaveis pelas perseguições e torturas mensais, e obviamente não seus posteriores e atuais, aos quais não faço quaisquer restrições.

São dois periodos completamente diferentes, com metodos e tempos diferentes.

Esta ressalva é importante por que a audiencia destes 2 livros sera propositadamente no Exterior e não no Brasil, por causa da sua materia (politica de informatica, reserva de mercado) e por ser traduzido para 12 linguas, portanto devo evitar interpretações dubias e resultantes de distancias.

Nem todas as 104 tortunas mentais e perseguições por mim sofridas foram incluidas no meu livro de 1982 e neste book 2. No livro de 1982, o book 1 neste site, infelizmente na epoca não foi possivel incluir algumas dessas torturas mentais e perseguições por causa das serias ameacas recebidas. Alem disso algumas delas não terem registros mais adequados para poderem ser divulgadas. Inclusive muitas foram somente ameacas por telefone, na classificação de tortura mental.

Neste book 2:

a. Neste Capitulo CAP01 menciono textos das perseguições narradas no book 1. Adicionalmente incluo alguns comentarios extras sobre essas perseguições no book 1, com a respectiva keyword para a sua pesquisa. Portanto, sao as antigas perseguições.

b. Em capitulos especificos a seguir (como CAP03, CAP04, CAP05 e outros) incluo narrações de outras serias perseguições sofridas e que não foram incluidas no book 1. Portanto, as novas são aqui narradas pela primeira vez e ademais somente depois de 40 anos.

As que foram incluidas no book 1 são as seguintes:

1 - Impossibilitou que a J.C. MELO se associasse à SEL System Engineering Labs e instalasse uma fabrica no Brasil, em 1971.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Labs", porem inclui no Capitulo CAP18 deste book 2 um texto mais completo a respeito.

2 - Não aceitou politicamente a J.C. MELO e o seu computador IND-5000, em 1974.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "poderemos fazer".

3 - Impossibilitou que a J.C MELO fizesse um acordo com a TRW Controls

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "SIEMENS" ou no seguinte capitulo CAP19.

4 - Criou grandes problemas para a J.C. MELO tentando evitar o registro do seu Similar Nacional na CACEX, e quando a CACEX o aceitou agiu para não torna-lo operacional.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "CACEX".

5 - CAPRE/DIGIBRÁS/COBRA hostilizou e perseguiu a J .C.MELO no período 1975/1977, procurando inviabilizá-la.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Furiati".

Este item 5 se trata de uma acusação ampla sobre inumeras perseguições nesse periodo 1975/1977, acusando a J.C. Melo de contrabando, de farsante, etc. Acusações oriundas não de uma pessoa especifica,

mas por exemplo de todos os vendedores e empregados de COBRA, sugerindo uma ordem geral superior.

Adicionalmente, por ser uma narração bem mais completa dessa perseguição, ela esta tambem narrada no Capitulo CAP10 neste book 2.

6 - Não aprovou a J.C. MELO antes da "concorrência" para a escolha dos 3 fabricantes; aprovou COBRA que não fabricava e não aprovou a J.C. MELO que já fabricava ha 2 anos,

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "concorrencia".

7 - Impossibilitou, em 1977, que o Banco Itaú se associasse à J.C.MELO, com pressões ao Banco.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Henrique".

Adicionalmente o Banco Itau avaliava a possibilidade de se associar a J.C. MELO, isso antes dele se decidir por sua propria fabrica (Itautec), porem ele tinha um serio problema, os seus 2 maiores concorrentes ja haviam resolvido suas imperiosas necessidades de informatizarem-se, pois o Banco Bradesco comprou a Scopus (fabricante de terminais e isso não feria a PNI pois não iriam fabricar computadores) e o Banco do Brasil assumiu COBRA e os seus continuos prejuizos financeiros, e a Itautec não poderia ser criada por causa da reserva de mercado.

O Governo pressionou o Banco Itau atraves do Banco Central, proibindo-o de comigo se associar. Veja denuncia publica a respeito publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 3 Junho 1977, no anexo C01-a.

O Dr. Olavo Setubal, seu fundador e proprietario, eramos conhecidos exatamente por causa da PNI. E tinhamos a seu respeito uma posição identica. O importante jornal O Estado de São Paulo, em 25 Agosto de 1984 realizou uma mesa redonda publicada em varias pagina (veja o anexo C01-b) da qual participaram o Senador Roberto Campos, o Dr. Olavo Setubal, eu, o Coronel Edyson Ditz (Secretario Especial de Informatica da SEI), e outros, sob a coordenação do seu experiente jornalista Alberto Tamer.

No fim, ao sairmos do elevador eu inquiri o Dr. Olavo: "Tudo que eu critiquei, o Sr. contemporizou com ressalvas mesmo apesar de termos opiniões identicas a respeito da reserva de mercado". Ao que ele respondeu: "Tudo que voce disse é correto, mas eu

Anexo C01-a

# Industrial critica a concorrência estatal

Da sucursal do RIO

O industrial João Carlos Melo, da empresa J. C. Melo, qualificou ontem de "desleal" a concorrência que o governo federal vem fazendo com as empresas privadas do setor de computadores. Segundo o empresário, a empresa estatal "Cobra" vem sendo indevidamente beneficiada pelo governo: "Ou o governo está sendo enganado pela atual diretoria da "Cobra" ou está enganando a todos nós".

João Carlos Melo enumerou uma série de irregularidades que estariam sendo cometidas pela empresa estatal: pressões sobre o Banco Itaú para que este, através do Banco Central, não entre como sócio em sua empresa, mas na "Cobra"; pressões também sobre outras empresas, para que elas não assinem contratos com sua companhia (ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, do Paraná); e finalmente a feitura de contratos sem concorrência, mas inteiramente políticos.

### NACIONALIZAÇÃO, A META

"A principal preocupação do governo brasileiro na implantação do Parque Industrial de Minicomputadores é a presença do capital nacional. O ideal seria a não participação de empresas estrangeiras no setor". A afirmação é do presidente da Digibrás, Wando Borges, ao revelar ontem, no Rio que a "priori", o critério fixado pela portaria da Capre não será interpretado rigidamente, podendo ser ampliado para aprovar até quatro ou cinco projetos que viabilizem a implementação de nova tecnologia".

Apesar de a Digibrás preferir não comentar por que o projeto da IBM está paralisado desde janeiro, o clima na empresa estatal é de franca expectativa, para que, no prazo de 90 dias, sejam apresentados novos projetos que preencham o espaço teoricamente a ser ocupado por aquela empresa.

A expressão "em princípio", na portaria da Capre, que fixou em três o número de empresas para iniciar o núcleo do sistema nacional de minicomputadores "não é gratuita", afirmou Wando Borges. A orientação governamental é a de "evitar tanto o monopólio quanto a proliferação de indústrias futuramente inviáveis". Em operação desde meados de 1976, a "Cobra" já está virtualmente enquadrada nas normas da "Capre", e se tem como certa a aprovação do projeto da J.C.Melo, também em operação.

A projeção da Digibrás é de que, em 1980, o mercado interno de minicomputadores estará representando um montante de compras de US$ 200 a US$ 300 milhões, a ser dividido por três empresas de grande porte, ou por até cinco empresas de porte médio. Além da IBM, da Cobra e da J. C. Melo, a Digibrás e a "Capre" estão analisando o projeto "Máquinas Assistência Indústria e Comércio (MAICO)".

### "MODELO JAPONES"

Ao enfatizar a preferência pelos capitais nacionais no sistema de produção de minicomputadores, os técnicos da Digibrás citam o "Modelo Japonês". O Brasil, dizem, vive hoje nesse setor os mesmos problemas e possui o mesmo quadro tecnológico que o Japão há 10 anos. O parque nipônico possui seis grandes corporações e 20 empresas de porte médio e pequeno, além de uma centena de fabricantes de componentes periféricos. A IBM participa apenas em 27% do mercado japonês, acrescentam, para ilustrar a tese de que se o Estado não interferir no mercado, aquela empresa poderá assumir aspectos de um "monopólio indesejável".

### IMPORTAÇÕES

A explicação de Wando Borges para a decisão de deflagrar já o processo de produção dos minicomputadores é a de que "apesar da política de contenção dos investimentos, o País não pode atrasar ainda mais as suas metas nesse setor tecnológico" O prazo de maturação dos investimentos em minicomputadores é de cinco anos, e "o governo não pretende segurar a demanda por esse tipo de bem por um prazo tão longo que signifique um impacto excessivo de compra na balança comercial".

A reserva de mercado é importante para a consolidação da indústria nacional de informática, pois seria difícil competir com as grandes firmas internacionais. Mas se trata de uma decisão política pela qual devemos pagar um preço. E esse preço são a não obtenção de última tecnologia e custos mais elevados decorrentes da ausência de uma economia de escala. Segundo Olavo Setúbal, esse foi também o preço pago por outros setores industriais que se desenvolveram bem no País.

Mas as críticas não são apenas à reserva, e sim à ilegalidade dos atos da SEI. Muitas empresas foram prejudicadas, impedidas de se fixarem aqui e não protestaram, ou recorreram à Justiça, com medo de retaliações. Ao que responde o coronel Dytz, diretor da SEI: o Congresso dará a palavra final.

O resultado da mesa-redonda promovida pelo Estado foi a afirmação do dirigente da SEI que aceita a idéia dos srs. Olavo Setúbal e Roberto Campos de instalação de distritos industriais, zonas francas, de preferência nas regiões pobres do Nordeste, onde qualquer empresa poderá instalar-se, importando equipamentos, desde que sua produção se destine exclusivamente à exportação. Neste sentido, foi feito um pedido à SEI para que esclareça a situação, dando informes mais precisos às firmas interessadas.

# Informática terá preços maiores

**CHIARELLI** — Falou-se muito da inconstitucionalidade dos atos da SEI e da política nacional de informática. Eu tenho muito respeito pelo Poder Judiciário. Por que não se arguiu perante esse poder toda a ilegalidade fantástica que está grassando aí? Por que não se foi ao Supremo Tribunal Federal?

**MELLO** — Porque uma empresa que arguir será necessariamente morta pela SEI.

**CHIARELLI** — Trata-se de uma acusação contundente e de caráter pessoal.

**CAMPOS** — Eu endosso a acusação.

**CHIARELLI** — Eu creio que quem dirime controvérsias entre cidadãos é o Poder Judiciário, ao qual não foi levada a matéria. O que há é uma acusação gratuita, enfocando-se a matéria passionalmente. Além disso o projeto da deputada Cristina Tavares que visa à regulamentação da informática passou pelo crivo da Comissão de Justiça da Câmara, que foi em favor de sua legalidade.

**SETUBAL** — Se a SEI exerce hoje um poder para o qual não tem lei, isso não quer dizer que um projeto de lei que consolide esse poder seja inconstitucional.

**CHIARELLI** — Há dois aspectos. Um, o poder competente para julgar é o judiciário. Segundo, a posição da Comissão de Justiça sobre o projeto da deputada Cristina Tavares. Se a lei contivesse uma norma que ferisse a Constituição, o projeto teria sido vetado pela comissão.

**SETUBAL** — A única dúvida é que a Sei exerça o poder antes da norma. É isso o que o senador Roberto Campos vive criticando.

**SALLES LEITE** — Eu já consultei empresas multinacionais e me propus impetrar mandado de segurança e elas temem fazê-lo.

**SETÚBAL** — Eu lhe dou uma explicação. Todo órgão regulador da República tem uma gama de liberdade decisória imensa, no Brasil. Obviamente que existe o problema de relacionamento. Então as empresas preferem manter um bom relacionamento com órgão regulador como, por exemplo, o Banco Central, pelo menos a Comissão de Seguros — [illegible]

dizer: "Não, ele tem força para me matar, no dia-a-dia". Isso faz parte da própria ação, da defesa dessa própria empresa. Se os ministros econômicos ouviram ou não ouviram, se o Conselho se reuniu ou não, acho que cada um de nós, principalmente um senador, um congressista, tem o mais pleno direito de chegar aos nossos ministros e pedir explicações. Isso faz parte também da nossa democracia. Eu acho que quando um ministro afirma que mandou e consultou, que discutiu esses projetos de lei eu acho que ele não estava mentindo. Quando se fala em exportação "versus" as empresas multinacionais, o que elas exportam têm um valor enorme em termos de exportação, eu tento medir essas exportações. No Brasil eu vejo ridículas exportações, em outras áreas que não a informática, dentro da área de eletrônica profissional, cujos modelos são diferentes dos nossos. Elas são dentro da nossa área, as empresas que mais exportam mas também as empresas que mais importam. Só se [illegible]

estão aqui no Brasil a fazer tecnologia, a exportar e a ganhar dólar. Os modelos têm-nos aconselhado: quem exporta é aquele que tem capacidade para exportar, é aquele que não está no jogo de um contexto internacional, não é telecomandado. Por que que eu quero ser telecomandado? Por que eu não quero ter a liberdade de levar o meu País pelo menos para onde eu achar? A sociedade brasileira tem o direito de escolher os seus próprios rumos. E hoje está aí: estão indo para o Congresso todas as leis; os políticos se expressaram é contra a SEI, é a favor da SEI, é contra a segurança, é contra o SNI. Ali tem um grupo de brasileiros, brasileiros que amam esta Pátria tanto quanto os outros, brasileiros preocupados com este país, brasileiros militares. Militar não deixa de ser um civil, nunca deixou de ser um civil. Eu nasci lá, pé no chão, na minha cidade do Rio Grande do Sul; a minha casa não tinha assoalho e o Exército me proporcionou estudo, permitiu-me caminhar e entender e [illegible]

Quando se falou em Dieese, que nós criamos a automação industrial, nós fomos discutir o problema social do desemprego. Fomos lá, foi o Walter Barelli quem comandou esse processo dentro da SEI, não fomos nós que ditamos a política na área de automação industrial. Não temos nos fechado em lugar nenhum. Ninguém é mais aberta do que a SEI (tem sido) nas suas definições de política, nas suas coordenações dos seus trabalhos. Isso é um cumprimento que nós temos recebido do País. Agora, se temos tomado a decisão e assumido a nossa posição, nós temos sido encorajados pelo nosso ministro, pelo presidente da República e esses caminhos estão continuando. Estão sendo plantados aí. Eu acredito que amanhã nós vamos poder discutir melhor. Eu acho que o quadro não está acabado. A nossa transformação, a nossa caminhada da informática no Brasil passa por preços baixos, por boa qualidade, por boa manutenção, por "software" abundante, por microeletrônica. Mas para passar por lá ela tem que passar [illegible]

eu discordo profundamente de que a SEI seja aberta ao debate e à revisão dos seus atos. A Constituição diz: "É livre a associação para fins lícitos". O que é que diz a SEI? "É proibida a associação para fins de informática." Se isso é liberalismo, eu ainda estou para entender o que é liberalismo. Não cabe ao tecnocrata de Brasília, que se considera um iluminado, decidir o que deve ser produzido, quem deve produzir, com que tecnologia e com que sócios. Isso é essencialmente uma decisão da iniciativa privada. É por dispositivo constitucional, porque não há, na Constituição, vedações no setor à iniciativa privada e o é por conveniência econômica. Tanto é assim que os vários países do mundo, que seguiram políticas dirigistas para a informática, estão abandonando essas políticas. O dr. Olavo Setúbal, que tem viajado, saberá disso. Estão arrependidos das políticas dirigistas porque a informática depende basicamente de criatividade individual.

Também não aceito o ponto de vista de que só há geração de tecno- [illegible]

tregamos o nosso mercado ao estrangeiro. Como? Via importação ou via contrabando. O que nós estamos fazendo é entregar o nosso mercado a produtores estrangeiros situados no Exterior, e ficamos dependentes deles mediante importações legítimas ou importações contrabandeadas, ao invés de ter essa gente aqui, sob nossas leis, produzindo para nós, com brasileiros, com departamentos de pesquisa tripulados por brasileiros, com seus gerentes brasileiros, com seus empregados brasileiros e, além disso, exigirmos que eles nos dêem uma fatia de mercado externo. Isso é importante. O nosso mercado é 1% do mercado mundial. Se nós, através da presença aqui, de produtores multinacionais sozinhos ou em associação, preferivelmente em associação minoritária estrangeira, se conseguirmos que eles venham para cá nós podemos induzi-los a abrir esse grande mercado, que é 99% do mercado mundial. É isso. Essa idéia de entregar mercado me parece totalmente fora da realidade. Se, por exemplo, nós permitíssemos que produtores de semicondutores aqui se instalassem, o que é que sucederia? Eles, provavelmente, dado que o mercado interno é muito pequeno, se instalariam aqui tendo em vista o mercado internacional, somaríamos dois mercados: o interno e o internacional. Porque o mercado interno só — e o dr. Olavo Setúbal, se já não descobriu, ele é um homem de grande intuição, de grande experiência empresarial, se não descobriu, vai descobrir —, o mercado brasileiro não é suficiente para uma operação em escala econômica.

**SETÚBAL** — Insisto todas as vezes — e em meu depoimento ao Senado eu enfatizo — que a decisão política tomada tem um preço. Em nenhum momento, em nenhuma ocasião eu afirmei que uma indústria nacional, dentro da reserva de mercado, tivesse condições competitivas a nível mundial; não tem.

**MELLO** — Eu posso citar inclusive que o Brasil está isolado na América do Sul. A Argentina, em novembro aproximadamente, o governo argentino enviará ao Congresso o seu projeto de lei, da lei sobre informática. [illegible]

tenho grandes interesses a proteger e não posso enfrentar o Conselho de Seguranca Nacional. E muita gente depende de mim."(sic)

Na area de informatica então existiam boatos a respeito de um suposto acordo entre o Itau e a SEI para criar a Itautec, porem ninguem conhecia o seu conteudo. E não estou sugerindo um acordo ilicito, certamente o Dr. Setubal não o faria. Mas eu nunca conheci os termos desse provavel acordo.

Tempo depois, o Dr. Olavo e eu casualmente nos encontramos e ele me disse: "Estou lhe devendo um agradecimento, não teria sido possivel criar a Itautec sem as suas criticas a PNI."(sic)

8 - Na "concorrência" para a escolha de 3 fabricantes de minis, não aprovou a J.C. MELO que já fabricava há 2 anos e aprovou 3 novos fabricantes que nem existiam.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Excelencia".

Diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada em jornais de Brasilia, São Paulo e Rio de Janeiro. Diante das inumeras preocupações dos meus amigos, eu lhes respondi: "Tudo que vou dizer é verdade, eu sou autentico e não estou com uma metralhadora nas maos tentando derrubar o Governo e não sou politico ou comunista. Não vejo a minima condição para ser preso."(sic) Como alias não fui.

No book 1 eu narro o meu pedido publico ao Presidente Ernesto Geisel e o seu desfecho ate ele ordenar a minha aprovação numa chave de galão militar depois da investigação correspondente, com um "Aprove-o!".

Mas neste capitulo não relato o que aconteceu depois dessa aprovacao, que esta narrado no Capitulo CAP07 deste book 2.

## CAP02
## POR QUE VOLTO A ESTE ASSUNTO APOS 40 ANOS?

Alem da perda da minha fabrica de computadores o que não teria ocorrido se o Governo não co-participasse dessa "tomada" como veremos no seguinte Capitulo CAP03, durante 10 anos sofri inumeras perseguições e torturas mentais originarias do Governo,

1. Por ter tido a audacia de fabricar computadores no Brasil sem a sua "autorização",

2. Por ter tido a audacia de dizer que a sua "Politica Nacional de Informatica PNI" era tecnicamente errada, o que ficou provado com a sua posterior "morte".

Na França "tortule mentale" tem uma importancia maior ou no minimo igual a tortura fisica, ou seja um ato com a finalidade de perseguir ou intimidar ou pressionar uma pessoa com um objetivo determinado. E isso durou 10 anos, durante os quais sofri continuadas torturas mentais e perseguições originarias do Governo, juridicamente classificadas como "crimes continuados".

Este book 2 sumariamente expoe algumas dessas torturas mentais e como o Governo co-participou da "tomada" de minha fabrica de computadores, descrito no seguinte Capitulo CAP03.

Inicialmente desejo narrar um fato que pouca gente soube, mas foram o saudoso e provido de inteligencia incomum General Golbery do Couto e Silva e eu que demos o primeiro passo em direção a uma Politica Nacional de Informatica. Um primeiro passo correto que posteriormente infelizmente foi mudado (desconstruido) pela CAPRE para atender ao seu academicismo. Isso esta narrado na pagina 24 do meu livro de 1982. E exatamente essa descontrução foi o

inicio do completo desastre que foi a futura Politica Nacional de Informatica PNI do Brasil.

Reproduzo a seguir o inicio dessa pagina 24 do livro de 1982:

----------

"No impasse, escrevi uma longa e minuciosa carta ao General Ministro Golbery do Couto e Silva, solicitando uma decisão política do Governo. Nessa carta, inclusive, eu frizei que a culpa não era do eng. Salek (diretor da Cacex) mas sim decorrente dos problemas intrínsecos de um Similar Nacional de computadores, que só o primeiro registro (o da J.C. MELO Computadores) tinha trazido ao nosso conhecimento.

Depois de investigar, o Ministro Golbery acolheu a minha solicitação e enviou a Papeleta de Providências numero 755/75 ao então Ministro da Fazenda, Dr. Mário Henrique Simonsen. Em resumo, a minha solicitação era no sentido de que a CACEX recebesse uma ordem superior para que cumprisse com rigõr a Lei porem auxiliada por algum orgao tecnico que definisse tecnicamente o que seria ou não similar nacional para um caso especifico principalmente por causa dos softwares, ou seja, para que a indústria nacional de computadores fosse efetivamente protegida. E a Papeleta de Previdências numero 755/75 isso determinava, numa decisão política do General Golbery. Não era ela uma solicitação de exame ou de informações, mas sim de uma determinação, demonstrando então o Governo a sua firme intenção de proteger a sua primeira indústria de computadores e naturalmente as seguintes.

Na realidade, a PNI nada mais necessitava para a sua protecao a nao ser um registro de similar nacional, nada mais simples que isso.

Fui então chamado ao Gabinete do Ministro Simonsen, e fiz uma exposição dos problemas durante 5 horas, para os seus assessores de economia, Dr. Marcos e Dr. Durães, os quais prometeram estudar o assunto. Pediram-me um resumo escrito da exposição, o que remeti poucos dias após em aproximadamente 50 páginas datilografadas ou seja em 17 de Novembro de 1975, conforme anunciou o jornal O GLOBO em 25 de Janeiro de 1976.

----------

A continuação deste texto esta na pagina 24 do livro de 1982.

Apos essa narração voltemos ao "porque volto a este assunto apos 40 anos?":

1. Eu criei a primeira e ate hoje unica fabrica BRASILEIRA de computadores, a J.C. MELO Computadores ainda na sua fase do Rio de Janeiro, e ela viveu um grande sucesso e foi o unico similar nacional de computadores autorizado pelas rigorosas CACEX e ABINEE (somente apos visitas a minha fabrica por um engenheiro vistoriador da CACEX e pelo Diretor Tecnico da ABINEE) e ela me foi "tomada" pelo Sr. Henry Maksoud porem para isso ajudado pela co-participação do Governo (como vinganca). Veja o anexo C02-a, uma carta do Diretor da ABINEE sobre a minha fabrica.

2. O crime acima mencionado foi complementado pelas muitas torturas mentais e perseguições que sofri (juridicamente crimes continuados) durante quase 10 anos. Essas perseguições e torturas mentais tinham como motivo o fato de que eu continuadamente demonstrava a total inviabilidade tecnica da então PNI da qual tambem eu era uma vitima, pelo seu academicismo, pelas diversidades industriais do setor, pelas imposições do Governo ignorando os seus proprios erros e pelos seus desconhecimentos dos assuntos informaticas tecnica, industrial e politica.

E o inadmissivel para o Governo foi que eu contei com o apoio expontaneo de todas as midias como comprovado por mais de 1000 recortes de jornais colecionados pela minha secretaria, sobre as minhas opiniões exclusivamente tecnicas e tambem o sucesso das minhas 2 fabricas, a pequena no Rio de Janeiro (J.C. MELO Industria de Computadores) e a segunda grande em São Paulo (J.C.Melo/Sisco) esta infelizmente em associação com o Sr. Henry Maksoud.

3. Eu criticava a chamada politica nacional de informatica exclusivamente como um tecnico experiente que sou em computadores e nas suas industrias quer de hardware quer de software, tanto na França como nos Estados Unidos. Nunca fui um politico em toda a minha vida. Dizendo-o de outra forma, o Governo não tinha quaisquer razões tecnicas ou politicas ou militares para me perseguirem a não ser as minhas opiniões exclusivamente tecnicas.

4. Diante desses crimes continuados, solicitei e obtive asilo politico dos Estados Unidos, o que esta detalhado no seguinte capitulo CAP04.

E com esse asilo politico desliguei-me totalmente do Brasil por quase 30 anos, mental e fisicamente. Quando um jornal publicava alguma pequena noticia sobre o Brasil, eu não a lia alem do seu obrigatorio titulo. Assim, nem a sociedade brasileira nem a sua area de informatica tiveram oportunidade de conhecerem exatamente o que realmente aconteceu e

**Anexo C02-a**

abinee

Pagina 146
Anexo 1.1.A

Prezado Melo,

Com grande alegria tomei conhecimento, pela sua gentil e honrosa comunicação, da expressiva votação dada pelos empresários brasileiros ao caro amigo, conduzindo-o à merecida e reconhecida posição de líder empresarial do setor de computadores, que aliás sempre você desempenhou, de fato e de direito, em função da heróica luta empreendida para implantar a SISCO-Sistema e Computadores S/A. no cenário industrial da eletrônica digital.

Gratifica-me a homenagem recebida, embora ciente de que a generosidade do ilustre amigo amplificou para valores excessivamente elevados a modesta contribuição que possa ter sido dada.

A bem da verdade, devo confessar que não tive maiores receios em colocar, por iniciativa própria e sob minha responsabilidade direta, o apoio da ABINEE ao trabalho pioneiro desenvolvido por J.C. Melo nos primórdios da SISCO, pois a qualquer pessoa de bom senso e espírito um pouco observador, dava para sentir a sinceridade de intenções de um homem de talento em serviço, condição suficientemente forte para gerar a credibilidade que foi necessária para tal.

Hoje a SISCO está a serviço do talento do homem.

Parabens, Melo. Você realmente merece.

Abraça-o o amigo,

26.10.79

principalmente o que comigo fizeram.

A PRIMEIRA RAZAO desta provavel "volta" 40 anos apos é que as continuas perseguições durante 10 anos que eu sofri resultaram no meu afastamento do Brasil por quase 30 anos e portanto neles nunca historiei os bastidores desses crimes agora narrados.

As varias narrações das perseguições neste book 2 são as primeiras publicas sobre algumas perseguições que sofri, embora no meu livro de 1982 eu mencione somente as suas primeiras, porem na totalidade elas foram 104 (crimes continuados). Essas 8 perseguições iniciais estão sumarizadas no capitulo CAP01 e nas paginas 44 e 45 do meu livro de 1982.

Ressalte-se que esse book 1 foi publicado e vendido em 1982, portanto aberto, noticiado nas midias, lancado no principal Congresso de informatica do Brasil (1982), portanto com acusações publicas, e não escondidas ou nos bastidores. E o Governo nem necessitou me desmentir, nem me processar ou me prender, pois tinha uma outra opção mais facil, ir ao Presidente do Congresso de Informatica e lhe dizer: "Ou a venda do livro para, ou o Congresso para. Escolha."(sic) Episodio que esta narrado no capitulo CAP06.

A SEGUNDA RAZAO desta "volta" é deixar um depoimento escrito desse grave erro que o Brasil cometeu no inicio deste milenio digital.

O que espero com estes dois livros book 1 e book 2 neste site?

1. Não espero quaisquer reações reparadoras dos 3 poderes governamentais do Brasil, quer em relação aos crimes continuados praticados contra mim quer em relação a uma nova PNI para o Brasil, o Brasil não tem "tradição" em ações desse tipo,

2. A probabilidade de uma futura geração brasileira questionar/pesquisar por que o Brasil morreu, sera absoluta neste milenio digital. Falo de um questionamento, não de uma ja hoje impossivel recuperação. Quero que as gerações futuras saibam o que aconteceu. Os erros (e não somente os acertos) foram grandes impulsores da humanidade,

3. No meu futuro livro 03 e neste inicio do milenio digital ja narro previstos 11 apocalipsis da informatica e essa quantidade aumenta rapidamente. A somatoria dos seus efeitos colaterais previstos é que em muito pouco tempo so restarão 15 a 20 paises com o status de Nacoes. Havera, portanto, uma corrida de alguns paises a algum modelo de politica nacional de

informatica, e neste caso estes tres livros 01, 02 e 03 serão importantes para evitar erros como os da PNI brasileira e tambem por conter algumas sugestoes. E pretendo, dentro das minhas possibilidades e mesmo com a idade de 86 anos e se Deus deixar, desinteressadamente auxiliar paises surpresos com os graves efeitos colaterais dos 26 apocalipsis da informatica que virão, sugerindo-lhes alguns caminhos,

4. Muito menos desejo dar um toque de passado, ele não me interessa a não ser para repor a minha memoria no seu correto lugar.

O Brasil é um grande pais continental porem com tudo ainda a ser feito. Apos a nossa descoberta em 1500 os portugueses nada fizeram nos 350 seguintes anos. Quando a familia real portuguesa veio para o Brasil seu intuito foi somente fugir do imperador Napoleao, e novamente nada foi feito alem da bonita frase "Independencia ou Morte!". E recentemente tivemos varios governos populistas (Getulio, Jango, Dilma, Lula) que preocupados com ideologias e praticas eleitorais novamente continuamos distantes dos grandes problemas brasileiros e novamente continuamos com praticamente tudo a ser feito.

Com um UNICO exemplo hoje o Brasil necessitara de quase 70 anos (e isso se as necessarias verbas surgirem) para darmos saneamento basico de somente agua e esgoto aos brasileiros. E educação, saude, seguranca, desenvolvimentos empresarial, industrial e cientifico para uma imperativa geração de empregos para posteriormente ganharmos com os seus resultados?

Essa situação cria uma situação politica perigosa que me faz considerar o falecido General Golbery um genio, pelo seu systole/diastole que uma hora dessas mais uma vez provavelmente se confirmara.

Diante de tudo isso como lutar novamente para criar uma nova e então correta politica nacional de informatica que serviria somente para postergar (e não para evitar, tarefa hoje ja impossivel) a morte do Brasil como Nação?

Não sei quem enfrentara uma nova PNI no Brasil, talvez o Ministerio das Ciencias ou o Ministerio da Defesa ou juntos, pois são os seus seguidores naturais. Seja quem for, se novamente uma PNI for enfrentada tomara que o caso seja de analise e não de autopsia como foi o anterior.

Se a fracassada Politica Nacional da Informatica do Governo não é um crime de lesa patria num milenio

digital, eu terei que reaprender o que é um crime de lesa patria.

E ninguem da area de informatica (mas ninguem mesmo) teve a coragem e o civismo de continuadamente dizer publicamente "Tudo isso esta errado!", e isso em pleno Governo militar. Como eu o fiz, isso me causou inumeros prejuizos (familiares, profissonals, financeiros, psicologicos) que terminaram por um meu pedido de asilo aos Estados Unidos e posteriormente ir para o exterior.

Num exemplo insofismavel pela sua respeitabilidade, o Senador Roberto Campos sempre soube, desde o seu inicio, de todas as pressoes/perseguições que eu sofria, por ser meu amigo. As vezes por escrito, as vezes pessoalmente. E como sabemos infelizmente ele ja faleceu, entretanto um seu importante assessor, o economista Gilberto Paim, tambem tinha conhecimento dessas mesmas pressoes/perseguicoes.

Uma prova disso é que no seu admiravel livro "Alem do Cotidiano", o Senador escreveu e esta na sua pagina 257:

"Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadões mais perseguidos pela SEI e que não tem para defende-lo o escudo de Senador...". Veja essa pagina no anexo C02-b.

Tres anos antes do descrito nas paginas do meu livro de 1982, eu era o dono da J.C.Melo Consultoria Tecnica Ltda, no Rio de Janeiro. Uma empresa pequena, porem pioneira no Brasil em controle de processos por computadores em tempo real.

Na realidade essa era a minha especialidade, desde os meus estudos na França. Eu nunca fui um especialista na area comercial da computação, dizendo-o de outra maneira um "homem IBM" como então se chamava. Eu sempre fui um homem de hardware e software em tempo real, sendo isso tecnicamente superior a um "homem IBM" comercial tradicional, por 3 razoes: conhecer melhor o software, conhecer o hardware e conhecer a Teoria Geral de Controle.

Sendo então a unica empresa no Brasil dessa especialidade, era uma empresa de sucesso. Somente de engenheiros formados por mim (em cursos fechados, nas empresas) foram quase 1500. Na Usiminas, por exemplo, foram 6 cursos de 30 dias, para 20 engenheiros cada. A Nippon Steel estava mandando um novissimo laminador controlado por computador para a Usiminas, e eu preparei seus engenheiros para a chegada dos engenheiros japoneses ensinando os basicos do controle em tempo

# Anexo C02-b

Europeus se associam com japoneses e americanos para não se retardarem, admitindo que a Europa, com toda a sua proeza tecnológica, está atrasada em matéria de pesquisa de informática. E o Brasil só aprova "projetos com tecnologia própria". Necessariamente, o que a SEI chama de "tecnologia própria" é em grande parte cópias de modelos importados. Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI, e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador, existem sete cópias do computador pessoal da IBM, comercializadas no Brasil como tecnologia nacional. Há 13 cópias da Apple, e 11 do TRS-80. Não estou criticando. Acho essa atitude perfeitamente inteligente, perfeitamente admissível. Não devemos fazer outra coisa. Por que redescobrir a tecnologia do computador pessoal? Por que não importar essa tecnologia e depois adaptá-la e melhorá-la, e, num terceiro estágio, criar uma nova tecnologia? Qualquer outra coisa

real por computaores e a Teoria Geral de Controle. E então era bastante comum eu não aceitar novos contratos, por falta de tempo.

Na ocasiao, meu maior projeto como consultor foi o do sistema de controle em tempo real do grande terminal da Petrobras TEBIG na baia da Ilha Grande, que recebia ate 5 super-petroleiros de 500.000 toneladas ao mesmo tempo. Foram 18 meses de trabalhos continuos para/com a Petrobras, o seu projeto, as especificações tecnicas para a concorrencia internacional, a referida concorrencia e a sua analise e decisao, e o contrato "work statement" com a vencedora internacional.

Operacionalmente o sistema foi um sucesso, na realidade o maior do Brasil ate entao, com 2 computadores centrais e 60 remotos ligados aos tanques e centenas de valvulas, e um sofisticado (e unico) software de controle do processo meio DAS Data Acquisition System e meio DDC Direct Digital Control. Um super-petroleiro de 500.000 toneladas estava chegando no Breasil e a 50 milhas da costa "falava" com o sistema dizendo-lhe os tipos de oleos e suas respectivas quantidades. Ao atracar, o sistema ja havia preparado toda a descarga, o que diminuia o seu tempo no cais. Um sistema DDC, com ele atuando automaticamente nas bombas e valvulas.

Esse sistema (pela sua complexidade) fora pioneiro e depois de funcionar foi objeto de uma reportagem de uma revista arabe sobre petroleo e de um convite para eu ir conversar com o Vice-Ministro de petroleo da Arabia Saudita, o que fiz. Esse contrato não foi assinado por ele ter exigido que eu permanecesse 4 anos no pais, o que eu não poderia fazer. Foi outro grande erro, eu deveria ter aceito e nao voltar ao Brasil pois pouco tempo depois tive a infeliz ideia de fabricar computadores. Tambem a vida na Arabia Saudita nao era facil, para beber um simples copo de cerveja voce teria que faze-lo exclusivamente no hotel.

Esse DDC "parcial" é um bom exemplo da fase inicial da transição dos controles com instrumentação analogica que existiam entao ha uns 60 anos, para os computadores digitais em controles, pois as empresas tinham naturais receios por eles serem uma novidade. Foi por causa disso que a minha empresa teve um grande sucesso, ministrando cursos in loco para os engenheiros dessas empresas. Independentemente disso fiz muitas palestras de algumas horas para diretorias de empresas, como em Furnas, Petrobras e Sabesp SP, entre outras. Esse DDC parcial poderia ter sido total, mas por prudencia a Diretoria da Petrobras decidiu por um DDC parcial, o que obviamente cumpri.

Simultaneamente ja se comecava a difundir, no Brasil,

a ideia de aqui se fabricar computadores, porem ainda não existiam quaisquer iniciativas governamentais a respeito, quer leis ou normas, quer industrias.

E entao, conhecendo bem esse processo (fabricação de hardware) desde meus estudos em Paris (o controle de processos em tempo real exige muitos conhecimentos de hardwares e de softwares, algumas vezes em linguagem de maquina com stacks e interrupts e sem sistemas operacionais tipo Windows) e das suas fabricações, eu tive a ideia de faze-lo.

Diga-se de passagem, hoje tenho a certeza de que essa foi a mais desastrosa decisão de toda a minha vida, pelas pressoes/perseguições sofridas que terminaram na minha desconstrução e exilio voluntario no exterior. Adicionalmente por abandonar a minha consultora que era um sucesso.

Mas como, se fabricar computadores seria otimo para o Brasil, e nessa eventualidade eu mereceria um tapete vermelho?

Para esse objetivo (fabricação de computadores) não solicitei quaisquer ajudas governamentais, nem qualquer emprestimo idem. O inverso do conhecido "padrao" de alguns empresarios brasileiros, principalmente dos beneficiados pela reserva de mercado.

Posteriormente surgiu então toda a estrutura governamental imaginada para isso, a chamada reserva de mercado, a empresa estatal COBRA e as agencias governamentais especificas.

Quando tudo isso surgiu (tres anos depois da minha mencionada ideia) eu ja fabricava o meu computador IND-5000, depois com sua memoria modernizada transformando-se em IND-5005. Portanto, eu iniciei BEM ANTES DE QUAISQUER INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS, na realidade 2 a 3 anos antes.

Evidentemente um direito adquirido antes de quaisquer
regulamentações governamentais, o qual muito importaria em situações politicas normais porem obviamente não num governo militar que tudo podia, e alem disso esse meu direito constitucional muito contrariava a estatal COBRA.

Quais os dois grandes reais "motivos" (se podemos assim chama-los) que originaram as pressoes/perseguições que durante anos sofri? Era eu uma fraude? Era eu um cidadão ou um politico tentando derrubar a ditadura? Era eu um oportunista? Nada disso.

1. O PRIMEIRO MOTIVO foram os meus sucessos tecnico e publico por causa dos meus 3 computadores fabricados:

a. Computador IND-5005, (1975/1976) equivalente ao minicomputador mundialmente famoso Digital PDP-8 (o primeiro minicomputador com vendas astronomicas) e que "rodava" todo o seu software,

b. Computador MC-8000 (1978), equivalente aos computadores mundialmente famosos Digital PDP-11 e Data General Nova-3 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

c. Computador medio MC-9700 (1979), equivalente ao computador medio mundialmente famoso Digital PDP-15 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

para os quais os Governos militares não conseguiam apresentar seus equivalentes fabricados e muito menos competitivos. Dizendo-o de outra maneira, sem eu querer criara a oportunidade de uma comparação altamente desfavoravel (e perigosa) para o "Tripe da Reserva de Mercado" e principalmente para o todo poderoso Governo militar.

2. O SEGUNDO MOTIVO foi que eu concluí (e toda a midia impressa me compreendeu e me apoiou) que a enorme e inedita e desejavel oportunidade de o Brasil fabricar computadores com a reserva de mercado quer tecnica quer politicamente, era inviavel por ela ser capitaneada por muitos desinformados sobre as fabricações de hardware e de software. Observando as suas regulamentações governamentais e as suas providencias, mentalmente eu não conseguia evitar ve-los como "Aprendizes de Feiticeiros". "Eu não conseguia evitar", o que eu deveria fazer, ficar calado? Inumeros amigos isso sugeriram, temerosos com os poderes dos Governos militares. Um deles chegou a me dizer: "Melo, passarinho que pia leva chumbo."

Mas felizmente (ou infelizmente, pois isso depende do ponto de observação) Deus me fez assim, e evidentemente eu não posso mudar os Seus desígnios.

Eu tenho boa experiencia no setor da computação (quase 65 anos contínuos) e adicionalmente de excelente origem extrangeira e com a especialização em controle de procoessos em tempo real, portanto hardware + software de níveis maiores do que o comercial e suas fabricacoes, e por causa dessa experiencia tecnica me foi muito facil identificar os imensos erros dos Governos militares ao tentarem implantar (manu militare e ao arrepio das Leis "humanas" e tambem das "tecnologicas") a fabricação

de computadores no Brasil, atraves da chamada reserva de mercado. Adicionalmente, eu já fabricava computadores no Brasil, 2 a 3 anos antes de quaisquer ações governamentais nesse sentido, quer industriais, quer regulamentares, etc.

Portanto, um direito adquirido mas que feria toda a regulamentação/estrutura que o Governo militar posteriormente criou, a sua incrivel Reserva de Mercado. E pior ainda para ele, eu tendo sucesso publico bastante difundido pelas midias versus os contínuos fracassos dos Governos militares nessa area.

Adicionalmente, todas as midias impressas tambem identificaram esses imensos erros dos Governos militares, e como consequencia eu tinha o apoio de todas elas, conforme se poderá aquilatar neste book 2.

Havia tambem um absurdo e forte desejo dos controladores da reserva de mercado na informatica de excluir sistematicamente (para os fabricantes nacionais) quaisquer produtos ou servicos proveniente dos Estados Unidos, mas para mim isso era totalmente irrelevante se os Estados Unidos eram um Imperio ou nao, provavelmente sim desde o famoso bombardeio de Pequim por sua pequena canhoneira no Rio Yangtze como bem conhece a maioria dos diplomatas de todo o mundo. Sim ou nao, na minha opinião de tecnico isso não tinha a minima importancia para o caso especifico da reserva de mercado na informatica, comprar componentes dos Estados Unidos ou proibir brasileiros de se associarem com industrias norte-americanas de informatica.

Pragmaticamente, o que tinham importancias eram as dezenas de erros fundamentais (tecnicos e politicos) da referida reserva de mercado, como por somente esses 2 exemplos abaixo (dentre uns 20 a 30):

a. Escolha do computador Ferranti, militar, por COBRA, para uso na area comercial, sem um minimo software para a sua comercialização no mercado natural dos computadores,

b. A "obrigatoriedade" de não ter qualquer contrato com um computador/fabricante norte-americano, do que resultou o grave erro da escolha de empresas fornecedoras de tecnologia da Europa (Ferranti e Logabax e Nixdorf) e do Japão (Fujitsu), então todas elas, sem exceção, com as suas conhecidas pessimas situações financeiras e as suas decorrentes tecnologias de baixo nivel.

Ressalte-se que os tres computadores por mim fabricados usavam componentes norte-americanos, e

nunca, em nenhum momento, eu sofri quaisquer restrições dos seus fabricantes, mesmo apesar de concorrer com os então icones mundiais da computação e que eram todos norte-americanos (modelos Digital PDP-8, Digital PDP-11 e Data General Nova-3, e Digital PDP-15).

Ambos esses fatos acima (a e b) foram grandes razões do imenso sucesso dos meus computadores, pois eu não tinha concorrentes viaveis aceitaveis pelo mercado. E como é sabido, o mercado (que é soberano, com imperialismo ou nao) os aceitou e rejeitou os oriundos especificamente da reserva de mercàdo. E isso não tendo nada a ver, nem remotamente, com um imperialismo dos Estados Unidos, mas sim exclusivamente com tecnologia, com empreendorismo, com uma total liberdade para criar e empreender.

Outro problema agravante foi que a minha empresa investiu 3 milhões (esqueco a moeda da epoca) e COBRA investiu 300 milhoes, e não apresentava resultados sequer equivalentes aos meus. E essa relação 1 para 100 deveria ser por COBRA justificada perante as esferas superiores que dirigiam as ações governamentais no setor, o que evidentemente era impossivel.

Diante de minhas criticas (sempre publicadas pelas midias impressas) e sem poderem responde-las, os Governos militares adotaram, durante varias anos, a estrategia de me desconstruir atraves de pressoes/pereguições de varios tipos, sempre subterraneas, desconstruções essas que terminaram por conseguir a minha partida para o exterior.

Ademais, eles não se defendiam dos meus argumentos e denuncias usando os meios naturais numa democracia (a imprensa ou a Justiça) mas sim atraves das suas ilegais pressões exclusivamente nos bastidores, a conhecida marca registrada de ditaduras. Esse assunto esta narrado nos capitulos deste book 2.

Um fato interessante é que, com o passar do tempo importantes militares começaram a me apoiar (como veremos adiante) e a discordar da "administração" da informatica pelo Governo. Mas para o Governo eu fui o exemplo que não deveria existir.

## CAP03
## A "TOMADA" DA J.C. MELO/SISCO
## COM A AJUDA DO GOVERNO

**Este capitulo narra**

**1. Como o Governo documentadamente e manu militare co-participou com o Sr. Henry Maksoud quando ele "tomou" a minha empresa J.C. Melo/Sisco, então uma fabrica BRASILEIRA de computadores medios. Se ela hoje ainda existisse, seria a unica pois não surgiu, nesses 40 anos, uma outra do mesmo nivel.**

**2. Neste capitulo incluo as suas 3 cronologias Antes, Durante e Apos essa "tomada".**

**A "tomada" do Sr. Maksoud da minha empresa (mesmo sendo um ASSUNTO PRIVADO) não teria acontecido se o Governo não tivesse sido (documentadamente) seu co-participante. Nem se eu cobrasse meus direitos na Justica teria exito no Governo militar naquele momento e foi exatamete por isso que eles preferiram usar um processo manu militare mais "direto".**

**Mas como poude ocorrer essa co-participação do Governo, se o sr. Maksoud não era uma pessoa bem vista por ele?**

**Se o Governo me "devolvesse" a J.C.MELO/Sisco (como legalmente eram obrigados a faze-lo) eu poderia fecha-la e como ironicamente ela era a UNICA comprovação existente da viabilidade da politica nacional de informatica do Governo, isso tambem lhe seria bastante prejudicial, provavelmente mortal. E na otica deles, o PNI não poderia morrer.**

**E então o Governo tomou uma decisão digamos "de Estado", parte para impedir o fechamento da J.C. MELO/Sisco ja então "tomada" pelo Sr. Maksoud e parte para "me punir" por minhas continuas e muito**

apoiadas criticas tecnicas.

Alias, eu nem necessitaria ir a Justica, seria suficiente anunciar que as "licencas" governamentais de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram legalmente minhas e não da associação com o sr. Maksoud e isso seria a morte da J.C. MELO/SISCO, com grande repercussão negativa junto aos compradores de seus computadores pois eles teriam feito altos investimentos nos softwares por eles construidos que depois poderiam ser perdidos. Mas nem isso eu poude fazer, pois o Governo "ignorou" uma minha petição oficial de 300 paginas via Cartorio.

Na realidade, foi esse o motivo para eu ter requerido a volta dos meus direitos ao Governo, atraves dessa petição de 300 paginas. Essa petição gerou o processo numero 00210 de 1980, com a finalidade de mostrar ao sr. Maksoud e ao proprio Governo que eu tinha esse poder, portanto eu não era tão indefensavel como eles supunham.

Essa petição de 300 paginas foi documentadamente entregue ao Governo (via Cartorio) com todas (todas) as suas paginas individualmente numeradas/carimbadas/autenticadas com o numero do protocolo/processo do Governo e assinaturas como "recebida" pelo Governo. Mas eu o recebi de volta uns 12 meses apos, pelos Correios, completo com todas as suas 300 paginas (originais) com o implicito recado: "Isso é o que fazemos com a sua petição".

Veja o anexo C03-a com o Governo informando que o processo numero 00210 de 1980 "sumiu", e no anexo C03-b imagens de algumas das suas 300 paginas originais, todas numeradas, rubricadas e classificadas e com o numero do processo e o numero da pagina e uma rubrica em cada pagina. Claro que sumiu, pois todas as suas 300 paginas estão comigo, de volta pelos Correios. E disso resultou existir uma prova juridica desse crime.

Não foi uma atitude inteligente do Governo, pois mesmo "sumido" ele havia sido entregue/registrado por um cartorio, e eu tenho de volta todas as suas 300 paginas autenticadas/numeradas pelo Governo, com numero do protocolo, do processo e nas suas 300 paginas. Mas na epoca uma ação manu militare não implicava em suspeição.

Antes da "devolução" do processo original pelos Correios, escrevi varias cartas diretamente ao Governo, solicitando urgencia no despacho do processo, solicitando uma solução. Mas essas cartas foram ignoradas. Veja o anexo C03-c uma carta via Cartorio ao Governo solicitando decisão no processo

Anexo C03-a

Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49 Resposta
Inbox
x
sic <sic@mct.gov.br>

Dec 6 (13 days ago)

to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49, postado no Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao processo SEI nº 00210, de 1980, informamos a Vossa Senhoria que, decorridos mais de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas intensas buscas no acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, existentes do Arquivo Geral deste Ministério, não foi possível localizar o processo solicitado, nem cópia de sua autorização ou publicação dessa autorização no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Anexo C03-b

Proc. DF C0.77/JF
Rubrica

São Paulo, 28 Abril 1980

Pagina 1
Anexo 3.C.A.1.1

À Diretoria da
SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA
Setor de Autarquias Norte
Lote A Quadra 2, 1º andar
Edificio DNER
Brasilia - DF



Presados senhores -

João Carlos Melo, brasileiro, maior, casado, industrial,

(Endereço retirado por motivos de segurança) 11 Setembro 1980

vem expôr a V. Sas. o que se segue:

HISTORICO

O GRUPO J.C.MELO INDUSTRIA DE COMPUTADORES LTDA, de propriedade do signatario, e a HIDROSERVICE ENGENHARIA DE PROJETCS LTDA, de propriedade do Sr. Henry Maksoud, através do "Termo de Compromisso" (doravante chamado Termo) assinado em 2 Setembro 1977 (Anexo nº 1), resolveram associar-se para continuar a fabricação de computadores e afins até então realizada pelo GRUPO J.C.MELO.

Além do Termo acima, ambas as firmas acima assinaram um "Protocolo de Intenções" (doravante chamado Protocolo) em 31 Agosto 1977 (Anexo nº 2), enviado à CAPRE capeando o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia, em Setembro 1977, para a escolha dos 3 fabricantes de minicomputadores. É importante mencionar que o Protocolo acima explicitamente confirma e completa o Termo.





cretaria, pois à pergunta "o Termo foi cumprido?" juridicamente a resposta será não independentemente das referidas explicações acima.



PROPRIEDADE DOS TERMOS DE COMPROMISSOS NA CAPRE

Diante do não-cumprimento dos principais itens do Termo por parte da HIDROSERVICE (I,II,III,IV,V), o que o torna juridicamente nulo e a sociedade INEXISTENTE, o signatario consulta a essa Secretaria sobre:

a. Se os Termos de Compromissos referentes ao minicomputador IND-5005 (emulador do PDP-8E e tambem chamado pela SISCO de SCC-5000), ao microcomputador MIC-1000, à serie 5400 e à serie 5500, assinados com a CAPRE pela antiga J.C.MELO em 9 Agosto 1977, pertencem à J.C.MELO ou à SISCO;

b. Se o Termo de Compromisso referente ao minicomputador MB-8000 (emulador do NOVA-3), assinado com a CAPRE pela SISCO em 1979, pertence à J.C.MELO ou à SISCO.

Sobre este item b, o signatario deseja informar que, quando da assinatura do Termo com a HIDROSERVICE, o MB-8000 era um projeto de propriedade da J.C.MELO. Para isso comprovar, o signatario apresenta recortes de jornais anteriores a 2 Setembro 1977 (data do referido Termo com a HIDROSERVICE), conforme vemos no Anexo nº 3.

Tambem como comprovação de que o MB-8000 era parte integrante do Termo assinado com a HIDROSERVICE, o signatario apresenta no Anexo nº 4, copia da carta de 7 Setembro 1977 dirigida à CAPRE, onde está explicitado o modelo MB-8000. Essa carta acompanhava o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia havida em Setembro 1977.

E como se tudo isso não fosse suficiente, no Anexo nº 5 temos uma copia da carta da J.C.MELO, de 10 Julho 1978 (original em

cretaria, pois à pergunta "o Termo foi cumprido?" juridicamente a resposta será não independentemente das referidas explicações acima.



PROPRIEDADE DOS TERMOS DE COMPROMISSOS NA CAPRE

Diante do não-cumprimento dos principais itens do Termo por parte da HIDROSERVICE (I,II,III,IV,V), o que o torna juridicamente nulo e a sociedade INEXISTENTE, o signatario consulta a essa Secretaria sobre:

a. Se os Termos de Compromissos referentes ao minicomputador IND-5005 (emulador do PDP-8E e tambem chamado pela SISCO de SCC-5000), ao microcomputador MIC-1000, à serie 5400 e à serie 5500, assinados com a CAPRE pela antiga J.C.MELO em 9 Agosto 1977, pertencem à J.C.MELO ou à SISCO;

b. Se o Termo de Compromisso referente ao minicomputador MB-8000 (emulador do NOVA-3), assinado com a CAPRE pela SISCO em 1979, pertence à J.C.MELO ou à SISCO.

Sobre este item b, o signatario deseja informar que, quando da assinatura do Termo com a HIDROSERVICE, o MB-8000 era um projeto de propriedade da J.C.MELO. Para isso comprovar, o signatario apresenta recortes de jornais anteriores a 2 Setembro 1977 (data do referido Termo com a HIDROSERVICE), conforme vemos no Anexo nº 3.

Tambem como comprovação de que o MB-8000 era parte integrante do Termo assinado com a HIDROSERVICE, o signatario apresenta no Anexo nº 4, copia da carta de 7 Setembro 1977 dirigida à CAPRE, onde está explicitado o modelo MB-8000. Essa carta acompanhava o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrencia havida em Setembro 1977.

E como se tudo isso não fosse suficiente, no Anexo nº 5 temos uma copia da carta da J.C.MELO, de 10 Julho 1978 (original em

**Anexo C03-c**

JOÃO CARLOS MELO, na qualidade de Denunciante nos autos do Processo nº 0021080 em curso nesse CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, que tem como Denunciado a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, vem requerer uma certidão com as seguintes informações:

1. Se os Quesitos formulados pelo Denunciante através de carta registrada remetida a esse CONSELHO, em 3 de Dezembro de 1980, de numeros 01 até 14 e referentes ao Projeto de Fabricação de computador chamado modelo MB-8000, foram respondidos pelo Denunciado.

2. Em caso positivo, quais as respectivas respostas do Denunciado e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

3. Em caso negativo, quais as providencias tomadas por esse CONSELHO para a apuração das denuncias formuladas pelo Denunciante e especificadas nos referidos Quesitos, e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

Nestes Termos

P. e E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 18 Agosto 1982

João Carlos Melo

Endereço provisorio: Rua Riachuelo 97 - Rio de Janeiro - RJ

CARTORIO DO 2.º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS - ED. Ant.º V. da Silva Lojas 9/10 - SCS Brasília - DF
Registrado sob nº 17802 Livro B11-3
Protocolado sob nº 51617 Livro A
Brasília, 23/08/82

Recebido em 25/08/82

019d

21080. Sem resposta.

Diante disso, resolvi pedir uma audiencia ao General Octavio Medeiros no Palacio do Planalto, a qual ele me concedeu e me recebeu, junto com um seu auxiliar Coronel do Exercito. Como ele era o meu principal perseguidor, nessa audiencia nada falei sobre os erros da PNI nem das perseguições que recebia, limitando-me somente a reclamar o fato do Governo não so não decidir a respeito do processo mas tambem ao fato de que ela nunca sequer me dava explicacoes. Era nitidamente um bloqueio, pois me negavam inclusive explicacoes.

Alem de solicitar a decisão final do processo, fiz ver ao General Medeiros que o fechamento da J.C. Melo/Sisco seria altamente prejudicial a propria PNI (sem falar ao Brasil), pois era ela a unica fabricante brasileira de computadores que justificaria a PNI, e ele concordou comigo.

E então ele decidiu que iria obrigar o Sr. Maksoud a sentar na mesa de negociações comigo para tentar uma solução.(sic) Não para que eu "voltasse" a J.C. Melo/Sisco pois eu não mais aceitaria mas para discutirmos o valor dos meus então 40% das acoes. Disse que o Governo não iria entrar no merito da questão, como o valor a ser a mim pago pelo Sr. Maksoud, etc., mas somente exigir uma solução.(sic)

Faco uma importante ressalva, essa decisão do General Medeiros é uma prova de que eu poderia fechar a J.C. Melo/SISCO, portanto eu era o dono das "licencas" de fabricação na SEI, exatamente o que estava no processo. Caso contrario, o General Medeiros nem me receberia como é obvio, pois não teria por que faze-lo.

Eu lhe respondi: Sr. General, eu conheco a personalidade do Sr. Maksoud e ele não ira aceitar.(sic) Ao que ele respondeu: "Dr. Melo, nos sabemos como fazer o Sr. Maksoud sentar na mesa."(sic)

E determinou ao Coronel, cujo nome infelizmente eu não soube, que desse a ordem ao Sr. Octavio Gennari Neto então Secretario Especial de Informatica da SEI, para que ele falasse com o Sr. Maksoud. Mas a ordem nunca foi cumprida e durante meses o Sr. Octavio Gennari Neto me dizia que "não tinha tido tempo para ir a São Paulo"(sic) embora a sua familia morasse em São Paulo aonde ele ia todas semanas.

E a ordem não foi cumprida, e depois eu soube que o Sr. Otavio Gennari Neto havia sido socio do Sr. Jose Roberto Faria Lima então Vice-Presidente da J.C. Melo/Sisco e amigo pessoal do Sr. Maksoud, numa

empresa de consultoria em São Paulo.

Depois disso é que o processo 00210 foi totalmente "devolvido" pelos Correios, ou seja a resposta tão solicitada por mim.

E posteriormente eu soube que a J.C. Melo/Sisco

"não conseguindo mais fabricar computadores"

pediu e obteve do Sr. Octavio Gennari Neto uma licenca para importar computadores para os seus clientes, como veremos adiante. Vide o anexo C03-d.

O que deveria acontecer com a minha volta apos esses mais ou menos 40 anos?

Bem, um tapete vermelho e uma medalha no peito, uma reparação moral alem de uma reparação pela perda dos meus US$ 25 milhoes. Isso poderia acontecer na Franca, no Reino Unido, nos Estados Unidos, na Alemanha, mas no Brasil isso não aconteceria. Esquecamos.

Poder-se-a dizer que eu deveria ter contratado um advogado. Na realidade isso tentei, procurando o famoso criminalista Dr. Carvalho Pinto em São Paulo. E entreguei-lhe uns 200 documentos, ele me pedindo um pequeno prazo para uma analise pelos seus auxiliares.

Na reunião posterior ele me disse:

"Que me daria a minha empresa de volta, não os 40% mas sim os meus 100%, se eu respondesse "sim" a duas perguntas, uma vez que o denunciado seria o Sr. Maksoud, com muito poder financeiro e ate com um proprio departamento juridico na sua empresa Hidroservice:

1. Se eu dispunha de alguns milhões de dolares para sustentar a minha denuncia ate o Supremo Tribunal Federal, pois o Sr. Maksoud com muita facilidade recorreria as instancias superiores,(sic)

2. Se eu poderia esperar de 15 a 20 anos por uma decisão do STF".(sic)

E em ambas lhe respondi um "nao", ao que ele respondeu:

"Então me vejo obrigado a lhe sugerir desistir da ação, absorvendo os seus inegaveis efeitos negativos inclusive os psicologicos."(sic)

A somatoria do poder "financeiro/juridico" do Sr.

Anexo C03-d



# INDÚSTRIA

## Melo denuncia: Sisco importa Data General

Continuação da 1ª página

Em sua representação, J.C. Melo pede a intervenção do ministro, "maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada", para que esta sirva de conciliadora entre as partes. Caso contrário terá que "tomar providências para o fechamento da empresa, que virá prejudicar e comprometer o modelo governamental para o setor e seus usuários."

Melo também criticou a atitude do secretário Octávio Gennari, a quem esta representação deveria ser originariamente encaminhada, por pré-julgamento da solicitação que faria à SEI. Segundo explicou, após ter feito uma declaração à imprensa dizendo que iria tomar essa atitude, surpreendeu-se com as declarações de Gennari publicadas no jornal *O Globo* no dia seguinte, onde o secretário afirmou que não iria intervir no caso da Sisco por se tratar de assunto administrativo.

Melo acredita que tal declaração favoreceu Maksoud publicamente, sem Gennari saber se o caso seria administrativo, criminal, de desnacionalização da empresa ou de Segurança Nacional. "Ou seja, foi um típico caso de pré-julgamento". Nesta entrevista Melo relata esses acontecimentos e outros detalhes sobre a sua saída da Sisco.

J.C. Melo Informática Ltda, é o nome da empresa constituída por João Carlos Melo, após sua saída da Sisco, que já está oferecendo no mercado dois produtos: o terminal de vídeo M-200 e a impressora M-300.

O terminal de vídeo tem o preço de venda de 151,7623 pontos de ORTN mais 18% de IPI (cerca de 80 mil cruzeiros em março); prazo de entrega de três meses e garantia de três anos. A tecnologia é LSI, com microcomputador (Rom de 16 Kb e uma outra de 2 Kb com a programação de operações e funções); 128 caracteres com 32 ou 64 linhas, operação em código ASCII ou Baudot. Tem interface de entrada/saída serial para computador ou comunicações e saída sinal de vídeo, que permite colocar duas telas num só teclado.

A impressora M-300 tem preço de venda de Cr$111.720,00 em abril, prazo de entrega de 5 meses e garantia de 2 anos. Velocidade de 100 caracteres por segundo, largura máxima de 8 polegadas, colunas selecionáveis por chave ou software, matriz 7x7 ou 14x7. Alimentação traseira ou frontal por cima ou através de furos.

Maksoud com o poder manu militare do Governo causou a amoral e ilegal "tomada" da minha empresa.

O Brasil embora o negue continua sendo um pais de castas e isso todos nos sabemos.

Vejamos, agora, as cronologias da "tomada" da J.C. Melo, antes, durante e apos.

1. Cronologia da "tomada" - Antes

a. Inicialmente, eu não procurei o Sr. Maksoud para fazer uma associação, aconteceu exatamente o inverso. Veremos em outro capitulo.

b. Nas tratativas sobre a associação com a J.C.Melo Industria de Computadores, o sr. Maksoud fez questão absoluta de ter 60% das ações com a desculpa de que os precisaria para ter "poder total" junto aos Governos.

c. Nessas tratativas ele concordou que eu seria eternamente o Vice-Presidente da empresa. Mas não cumpriu esse compromisso, com a desculpa de que a Hidroservice teria um contrato com o Governo na area da tecnologia da informatica e então seria conveniente esperar o termino desse contrato para cumprir com essa promessa. Uma proposta razoavel, mas que nunca foi cumprida mesmo apos a finalização do referido contrato.

d. Nessa promessa da Vice-Presidencia existia a obrigatoridade de registrar-me como um empregado da empresa e com esse cargo. Tambem não a cumpriu. E colocou o seu amigo Jose Roberto Faria Lima como Vice-Presidente, e eu como Diretor Geral.

e. O nome da empresa era o mesmo do Rio de Janeiro, "J.C.Melo Industria de Computadores Ltda", mas o sr. Maksoud decidiu muda-lo para "Sisco" a minha revelia, descaraterizando-a como "J.C. Melo", um nome ja bastante conhecido nessa area ha muitos anos.

f. Uns 2 meses antes dessa "tomada" da empresa, ele teve a iniciativa de contratar e trazer um norte-americano (Mr. Drees) nomeando-o Diretor Geral, embora todos os Diretores (e quase todos eram seus empregados) lhes tivessem declarado não existir essa necessidade, pois a Sisco estava muito bem tecnicamente e com um otimo backlog, alem de saberem que ele seria inutil no nosso tipo de empresa. E o sr. Drees ganhava aproximadamente 12 vezes o salario dos diretores brasileiros se considerando somente o seu salario, fora os fringe benefits que os brasileiros não tinham. Adicionalmente o Sr. Drees pediu e obteve: 5 passagens ida-volta Brasil-Estados

Unidos 2 vezes por ano para sua familia (5 pessoas), residencia num bairro de elite, um bom carro, escola americana para os seus 3 filhos, colocar toda sua familia no melhor clube de São Paulo. Na cabeca do Sr. Maksoud (so nela) com a minha planejada eliminação haveria um substituto tecnicamente igual, mas a experiencia do Sr. Drees nada tinha a ver com a direção de uma empresa de tecnologia da informatica como a J.C. Melo/Sisco. Isso quer dizer que se o plano do sr. Maksoud desse certo, a minha Diretoria não teria sido substituida corretamente, com um tecnico igual, melhor ou muito melhor do que eu. A experiencia do Sr. Drees era somente de direção de chão de fabrica de eletronica e ele era competente nisso, mas nada entendia de hardware ou software para dizer o minimo. Foi um obvio erro do desinformado Sr. Maksoud preocupado em me substituir a tempo antes da "tomada", muito semelhante a outros erros similares tomando decisões unilaterais inclusive sem ouvir o seu socio e não um seu empregado. E isso era frequente, diario.

h. Quando eu fui eleito pelo jornal A Gazeta Mercantil como o lider nacional da area, a minha revelia pois nessas eleições não existiam "candidatos" mas somente votações expontaneas dos empresarios, me externou a sua insatisfação dizendo que a minha preocupação deveria ser somente a Sisco e não os "palanques" (sic). E que eu não mais atendesse jornalistas quando procurado. Veja o anexo C03-e.

h. Recebi, entao, um convite de um ex-diretor da Hidroservice, Dr. Cararesi, transferido pelo Sr. Maksoud para ser Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco, para jantar. Alias, ressalto que eu nunca assinei (ou vi) um unico cheque da J.C. Melo/Sisco, tarefa essa exclusiva do Sr. Maksoud com o seu Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco e eles faziam o que queriam nas financas da empresa e eu não era informado. E nesse jantar o Dr. Cararesi me historiou varias iniciativas e solicitações do Sr. Maksoud claramente demostrando que ele estaria preparando a "tomada" da minha empresa.

i. Na esfera da Hidroservice, existia um antigo e forte boato sobre o inicio da empresa. Segundo ele, ela foi criada por 2 socios, o Sr. Maksoud e outro engenheiro especialista em hidraulica porem inexperiente como empresario, e eles criaram a sociedade com a mesma divisão 60% x 40% a mim imposta. Alguns anos depois esse engenheiro faleceu, deixando a humilde esposa com filhos pequenos e sem possibilidades de se sustentarem. O sr. Maksoud a chamou, dizendo-se sensibilizado com a sua situação e deu-lhe um cargo vitalicio na Hidroservice, com um pequeno salario porem suficiente para eles se sustentarem, para as

Anexo C03-e

# *Fórum*
## GAZETA MERCANTIL

## RELAÇÃO DOS LÍDERES

* líder nacional
** líder setorial
*** líder regional

01 — Abdul M. Waquil 80**
02 — Abílio dos Santos 81**
03 — Abílio dos Santos Diniz 78**/79*—**/80*—**/81*—**
04 — Abrahão Kazinski 77**/79**/80**
05 — Adhemar Alves Bebiano 77**
06 — Adhemar de Barros Filho 77**
07 — Adolpho Lindenberg 77**
08 — Adolfo Neves Martins da Costa 77**/78***/79***/80***
09 — Alberto Alves Filho 78**/79**
10 — Alberto Luiz Gonçalves Soares 80**
11 — Aldo Lorenzetti 79**
12 — Aldo Sani 81**
13 — Alex Periscinoto 78**/79**/80**/81**
14 — Alexandre Braune 80**
15 — Alfredo Júlio Resende 81**
16 — Aloísio Andrade de Faria 77**
17 — Altair Zaniollo 78**
18 — Álvaro Britto Bezerra de Mello 78**/79**/80**
19 — Álvaro Luís B. Catão 81**
20 — Amador Aguiar 77*—**/78*—**/79**/80**/81**
21 — Américo Oswaldo Campiglia 77**
22 — André La Sagne de Botton 79**
23 — Ângelo Calmon de Sá 79***/80**—***/81***
24 — Antero Botelho Leite Castro 81**
25 — Antônio Carlos de Almeida Braga 77**/79**/80**/81**
26 — Antônio Didier Barbosa Vianna 81**
27 — Antônio Ermírio de Moraes 77*/78**—**—**/79*—**—***/80*—**—***/81*—**—***
28 — Antônio Gallotti — 77**/78**
29 — Antônio Joaquim P.C. Palhares 77**
30 — Armando Carneiro 81***
31 — Armando Moraes Sarmento 77**
32 — Arthur João Donato 80***/81***
33 — Arthur Sendas 78**/80**/81**
34 — Atílio Fontana 77**/78**—***/79**—***/81**
35 — Augusto Trajano A. Antunes 77*—**/78**/79**
36 — Aureliano Albuquerque 77**/81**
37 — Bernardo Geisel 77**
38 — Bruno Nardini 77**
39 — Caio Aurélio Domingues 79**/80**
40 — Camilo Cola 81***
41 — Caribe da Rocha 81**
42 — Carlos Alberto Fannuchi de Oliveira 78**/79**/80**/81**
43 — Carlos Antich 79**
44 — Carlos Antônio Rocca 77**
45 — Carlos Augusto Rodrigues Carvalho 79**
46 — Carlos Chiti 77**
47 — Carlos Frederico Lopes Motta 77**
48 — Carlos Mariani Bittencourt 80**/81**
49 — Carlos Paiva Lopes 81**
50 — Carlos Renaux 78***
51 — Carlos Villares 77**/78**/79**
52 — Celso Albano 81***
53 — Celso Rocha Miranda 77**/80**/81**
54 — Cláudio Bardella 77*—**/78*—**—***/79*—**—***/80*—**—***/81*—**—***
55 — Cláudio Regina 78**
56 — Cláudio Strassburger 80***/81**
57 — Cleto Campello Meirelles 81***
58 — Clóvis Elói Battistella 80**
59 — Clóvis Gonçalves Souza 81**
60 — David Saul Moskowitz 77**
61 — Delson Siffert 81**
62 — Denisar Almeida Arneiro 77**/78**
63 — Derek H. Lowell-Parker 78**/79**—***/80**
64 — Dilson Funaro 78**/79**/80**/81**
65 — Edes Landin 77**
66 — Edgard Arp 78**/79**/81**
67 — Edison Fregni 81**
68 — Edmund Van Parys 80**
69 — Edson Queiroz 79***/80***
70 — Edson Rodrigues Ferreira 78**/79**
71 — Eduardo Carlos P. Magalhães 79**/81**
72 — Eduardo Celestino Rodrigues 77**/78**/79**
73 — Eduardo Diniz Junqueira 81**
74 — Einar Kok 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
75 — Eliezer Batista da Silva 80** / 81**
76 — Emílio Battistella 77**
77 — Erik Oswaldo Kastrup Carvalho 77** / 78** / 79** — ***
78 — Erna Belian Wernsdorf Rappa 77** / 78** / 79**
79 — Ernane Galvêas 78** / 79**
80 — Eugênio Staub 77** / 78** / 80** / 81**
81 — Fabrisio Fasano 78**
82 — Fernando A. Souza Camargo 81**
83 — Fernando Garcia Cid 80**
84 — Fernando Penteado Cardoso 80**
85 — Fernando Roquete Reis 77** / 78***
86 — Fernando S. Gama Frota 79**
87 — Firmino Rocha de Freitas 80** / 81**
88 — Flávio Musa Freitas Guimarães 77**
89 — Francisco Lima Souza Dias 79**
90 — Francisco Stedille 77** /80**
91 — Fritz Weismann 79**
92 — Gabriel Donato Andrade 79***
93 — Gastão Eduardo Bueno Vidigal 78** / 79** / 80**
94 — Geraldo Alonso 77**
95 — Geraldo Guennes Tavares Lima 77**
96 — Geraldo M. Bordon 77** / 79** / 81**
97 — Gérson Dias 80**
98 — Gilberto Geraldo Garbi 79**
99 — Giordano Romi 77** / 79** / 80** / 81**
100 — Giorgio Padovano 77**
101 — Glycon de Paiva 77**
102 — Helder Parente 77**
103 — Hélio Beltrão 77** / 78* — ** — ***/ 79* — ** — ***
104 — Hélio Moreira Salles 78**
105 — Hélio Pentagna Guimarães 77** / 78** / 79** / 80***
106 — Helvécio Gilson 81**
107 — Henrique N. Coube 81**
108 — Henrique De Botton 77** / 78**
109 — Henrique Guatimosin 79**
110 — Henrique Sérgio Gregori 77** / 78** / 79**
111 — Henry Maksoud 78** / 80**
112 — Henry Victor Eicher 77**
113 — Herbert Victor Levy 77** / 78** / 81**
114 — Hercílio Luiz Colaço 81**
115 — Hermes F. Macedo 77**
116 — Hermínio Ometto 77** / 78**
117 — Horácio Cherkassky 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
118 — Horácio S. Coimbra 77** / 80**
119 — Horst J. Happel 80**
120 — Hugo Crespi 77**
121 — Israel Klabin 78** / 80***
122 — Ivan Barreto Carvalho 77**
123 — Ivan Müller Botelho 79**
124 — Ivan Zarif 77**
125 — J. Murillo Valle Mendes 77** / 79*** / 80** — *** / 81** — ***
126 — Jaime Canet Jr. 80***
127 — Jaime Faria 78**
128 — Jaks Rabinovich 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
129 — Jamil Nicolau Aun 77** / 78** / 79** / 80** / 81**
130 — João Alves Veríssimo 78**
131 — João Carlos Mello 79**
132 — João Carlos Paes Mendonça 78** / 79***/ 80** — *** / 81**
133 — João Hansen Neto 79***
134 — João Havelange 77**
135 — João Machado Fortes 79** — *** / 80** — *** / 81**
136 — João Pereira dos Santos 79** / 80** / 81** — ***
137 — João S. Marinho Nunes 81**
138 — John Russel Warren 80**
139 — Jorge Franke Geyer 77**
140 — Jorge Gerdau Johannpeter 77** / 78** — *** / 79* — ** — *** /80* — ** — *** 81* — ** — ***
141 — Jorge Wolney Atalla 77** / 78** / 79**
142 — José Antônio Alencastro Silva 77** / 79** / 80** / 81**

escolas das criancas, etc, em troca dos 40% que ela possuia, o que ela fora convencida a aceitar. Não sei se era um boato ou uma verdade, porem mais adiante coincidentemente veremos o que o sr. Maksoud me ofereceu.

j. Diante de tudo que estava acontecendo, telefonei ao economista Dr. Lemme um dos principais assessores do sr. Maksoud, e marcamos um jantar. O Dr. Lemme era um antigo amigo do meu tio tambem economista Dr. Gilberto Paim, e nesse jantar externei-lhe tudo que sabia, pedindo-lhe uma opiniao. Que pela sua longa amisade com o meu tio seria uma opinião da qual eu não deveria duvidar. Apesar de todas as evidencias, o Dr. Lemme tentou me convencer de que esses procedimentos não eram tipicos do sr. Maksoud. Mas as evidencias eram fortes e eu não concordei com ele.

k. Seis dos 7 Diretores da J.C.Melo/Sisco eram empregados da Hidroservice, mas eles não foram legalmente transferidos para a J.C.Melo/Sisco, a Hidroservice pagava os seus salarios e multiplicava-os por 4,5 isso faturando contra a J.C. Melo/Sisco como "servicos prestados", endividando-a inclusive obviamente diminuindo o valor dos meus 40%. A mesma "tecnica" acontecia com outras compras da empresa, com os anuncios decididos exclusivamente pelo Sr. Maksoud na sua propria revista Visão e nas varias obras executadas sempre pela empresa construtora do seu irmao.

Preocupado com tudo isso e indeciso diante de uma decisão que seria fundamental, eu sai de ferias (alias, a primeira da minha vida) e propositadamente me isolei do eixo Rio Janeiro x São Paulo para pensar com mais tranquilidade sobre o que deveria fazer.

2. Cronologia da "tomada" - Durante

Duas semanas depois eu voltei das ferias, ja preparado para um encontro com o Sr. Maksoud, e fui direto ao meu gabinete. Ao nele chegar, minha secretaria assustou-se e disse: O Sr. não sabe?

"O Sr. Maksoud tirou o senhor da Diretoria e deixou um recado de que quando o senhor chegasse fosse falar com ele". O que fiz.

Então ele me disse "Nada tenho contra voce. Mas voce esta tomando muitas decisões e não deixando os Diretores agirem. Tanto não tenho nada contra que voce sera o chefe do Departamento de Computação da Hidroservice" (sic). E chamou sua secretaria ordenando-lhe conseguir uma sala para mim.

Uma acusação totalmente ficticia, pois as decisões

mais importantes eu so as tomava numa reunião da Diretoria, das quais ele nunca participava pois tomava decisões completamente a minha (a nossa) revelia.

Mas eu o interrompi dizendo-lhe: "Sr. Maksoud, eu ainda não aceitei, preciso de um tempo para pensar" (sic).

E sai, voltando dias depois e dizendo-lhe um "nao".

Veja no anexo C03-f a carta que enviei ao Sr. Maksoud em 28 Feereiro de 1980, a qual ele não respondeu.

3. Cronologia da "Tomada" - Apos

Poucos anos depois, como eu tinha convicção de que isso aconteceria com a minha saida, a Sisco do Sr. Maksoud simplesmente morreu. Não por meus profundos e maravilhos conhecimentos da tecnologia da informatica portanto unico, mas sim porque o Sr. Maksoud demonstrava, nas suas decisões, um grande desconhecimento do assunto, como por exemplo trazer Mr. Drees para substituir-me, um diretor de chão de fabrica de eletronica. Na cabeca dele, isso seria o suficiente para fabricar computadores. O proprio Mr. Drees extranhava o que estava acontecendo, a ponto de, preocupado com a sua vinda para o Brasil, um dia me perguntar qual era a minha posição. Ele era corretissimo comigo, mas não entendia a minha "posição" e isso o preocupava ou seja o perigo por não saber exatamente o que estava acontecendo diante do grande risco de ter vindo para o Brasil com toda a sua familia.

a. Nessa epoca um jornalista me procurou (eles frequentemente me procuravam por causa dos sucessivos sucessos da J.C.Melo e J.C. Melo/Sisco) e então me fez uma pergunta subita "Agora, o que o Sr. pensa do Sr. Maksoud?" e eu, naqueles momentos de muitos estresses respondi tambem subitamente "E um gangster dos tempos modernos". O que reconheco ter sido errado, o que obviamente explica porem não justifica.

b. E então ele ordenou ao seu servico juridico entrar com tres processos contra mim, por calunia, injuria e difamação, portanto fechando as portas para quaisquer discussões entre nos.

c. E durante um ano com eu ja fora da empresa, fez 5 aumentos de capital na Sisco, todos eles investimentos ficticios com a unica finalidade de diminuir o valor dos meus 40% no capital votante da empresa pois eu não poderia acompanhar esses "aumentos" de capital. No fim desse um ano, fiquei sabendo que numa Vara judicial eu possuia 0,5% do

São Paulo, 29 de Fevereiro de 1980



Ao
Dr. Henry Maksoud
São Paulo - SP

Dr. Maksoud-

Pensei bastante nestes últimos dias e, infelizmente, não encontro uma solução aceitável para o seu ato de violência tirando-me da SISCO.

Durante esses 2 anos , fui-lhe honesto e leal, e pela SISCO e seus objetivos e cheguei ao ponto de aceitar seus continuados atos de violência e pressão, o que não é o meu feitio.

Seu último ato, entretanto afastou-me da empresa à qual tudo dei , tomando essa decisão durante as minhas férias, humilhando-me, entregando todas as minhas funções a um estrangeiro desconhecido,foi ' demais, e também impede que eu aceite a sua oferta de um emprego junto à Hidroservice ou outra empresa o que é um assunto menor .

Ofereço-lhe, portanto minhas ações da SISCO, pela razoável quantia de cr$ 25 milhoẽs, um só pagamento. Digo razoável porquanto a SISCO tem um backlog de cr$ 750 milhões somente para 1980. E mesmo que isso não existisse, bastaria o valor das autorizações da CAPRE, estimados por baixo em cr$ 500 milhões preço de mercado.Porisso, e pela óbvia pressa que tenho em resolver o assunto, é que faço-lhe uma oferta aceitável e que não admite discussões. Dito -o que não aceito contra-ofertas.

Naturalmente, além dos cr$ 25 milhões acima eu quero também a quitação da promissória que assinei.

Esta oferta tem a validade de uma semana somente, pois sou um homem público e tenho que dar uma explicação pública, que óbviamente é urgente. E só posso dá-la após a sua resposta como o Sr. compreenderá. A urgencia da sua resposta é resultante do seu próprio ato , pois começo a ser inquirido e tenho que dar respostas.

Também sugiro-lhe não mais realizar pressões nem atos de violencia contra mim, afim de que eu não seja obrigado a dar respostas. Não quero batalhas nem guerras. O simples fato de que, que após tudo o que sofri ainda estou fazendo-lhe uma oferta razoável para a solução do nosso problema, é bem uma prova de que estou agindo no sentido de uma solução pacífica.

Como é obvio ( e isto não é uma pressão ou uma ameaça) após ' aquela período e na impossibilidade do acordo, serei obrigado, a contragosto, a defender o meus interesses.

Atenciosamente,

J.C. Melo

novo capital, depositados e a minha disposição. Ele conseguiu uma maneira juridica de "comprar prioritariamente" esses 0,5% e judicialmente depositou o seu proposital baixo valor num banco, uns 500,00 da moeda de entao. Eu, que fundei a empresa e dela tinha 100%, perdi tudo. A "tomada" foi assim.

d. Ela não conseguiu mais fabricar o MB-8000, sendo obrigado a comprar/importar os similares NOVA-3 a partir da minha saida. Como eu narrei anteriormente.

e. O Sr. Maksoud conseguiu vender o nome "Sisco" para a grande empresa norte-americana de software CISCO, que viria operar no Brasil, por US$ 300,000.00. O advogado da CISCO me consultou, mas eu lhe informei que o nome SISCO havia sido escolhido e registrado pelo Sr. Maksoud e não por mim, e que eu não havia sido informado sobre como esse registro teria sido feito.

f. Para sobreviver, a Sisco passou a ser uma simples vendedora de produtos da area, como as impressoras Epson, etc.

g. Cerrou as suas portas deixando de pagar as indenizações trabalhistas aos seus empregados, do que resultaram centenas de processos trabalhistas contra o Sr. Maksoud.

h. Parou com a periodica e imprescindivel assistencia tecnica aos muitos compradores dos seus computadores, deixando-os na dificel posição de "se virar" com os computadores sem as suas pecas sobressalentes e os seus imperiosos updates e upgrades quer em software quer em hardware.

E a fechou, esse foi o triste destino da que foi a maior industria BRASILEIRA de computadores medios em todos os tempos. Ate hoje nenhuma industria a substituiu.

Veja no anexo C03-g carta enviada ao Governo em 18 Agosto 1982, na qual eu perguntava porque ele estava ajudando o Sr. Maksoud a encontrar um comprador para a J.C. Melo/Sisco e extranhava a sua interferencia uma vez que eu era o proprietario das permissões para fabricação de seus computadores. Essa solicitação ficou sem resposta. Porem eles não tiveram exito exatamente por causa desses problemas das propriedades desses direitos (sobre os quais o Sr. Maksoud não deve te-los mencionados) pois eventuais compradores evidentemente consultaram seus advogados, como foi do meu conhecimento pois eu fui consultado por dois deles.

O grande erro do Sr. Maksoud ao "tomar" a minha

## Anexo C03-g

JOÃO CARLOS MELO, brasileiro, maior, industrial, com endereço provisorio à Rua do Riachuelo 97, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, vem expôr a Vossa Excelencia o que se segue:

1. Chegou ao seu conhecimento que o individuo Henry Maksoud estaria, com a ajuda e o apôio desse CONSELHO, procurando comprador para a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. Que extranha a interferencia desse CONSELHO, pois considera, conforme documentos em seu poder, a referida empresa de sua propriedade, e alem disso toda a comunidade de informatica sabe, por ter sido amplamente noticiado pela imprensa escrita, que a sua propriedade será contestada em Juizo no momento oportuno.

3. Que se essa propriedade lhe foi tomada provisoriamente com a ajuda desse CONSELHO, o que aliás constitue crime previsto em Lei, isso não invalida os documentos em seu poder nem anula os seus direitos de, como ocorrerá, pleiteiar em Juizo uma decisão saneadora e a punição dos responsaveis.

4. Que adverte a essa CONSELHO de que a concordancia e/ou aval politico e/ou ajuda do Governo Federal através desse órgão de assessoramento do Exmo Sr. Presidente da Republica, constituirão ilicitos penais e contra eles ingressará em Juizo, se e quando ocorrerem.

5. Finaliza extranhando que esse CONSELHO promova a referida venda de uma empresa que toda a comunidade de informatica sabe estar, no minimo, com sua propriedade questionada, induzindo eventuais compradores a um êrro de avaliação e consequentemente promovendo uma operação ilícita.

Certo da compreensão de Vossa Excelencia,

Respeitosamente,

João Carlos Melo

Rio Janeiro, 18 Abril 1982

empresa foi que ele não tinha (e ignorava isso) quaisquer experiencias sobre como deveria ser dirigida uma "industria de software e hardware", alem disso era um presidente extremamente antipatico e tomando decisões psicologicamente inaceitaveis tansformando empregados em futuros desistentes. Por isso, quando ele a "tomou" eu declarei que isso significaria o fechamento da empresa alguns anos apos, como de fato ocorreu e de maneira vergonhosa, sem conseguir fabricar computadores, sem pagar os direitos trabalhistas dos empregados, vendendo perifericos para "se sustentar", com empregados decepcionados com esse impensavel futuro da historica J.C. Melo.

Uma das principais coisas para uma industria desse tipo (repito, desse tipo) é o imprescindivel GRANDE entusiasmo dos seus empregados, e todos os empregados da J.C. Melo/Sisco eram seus grandes entusiastas. Era uma missao conjunta, essa ideia "maluca" de fazer uma real fabrica BRASILEIRA de computadores. Um jornal japones chegou a publicar uma reportagem sobre essa "impossibilidade", de pagina inteira.

Antes da "tomada" da empresa, eu recebi um telefonema da filial de Brasilia informando que o Governo havia finalmente aprovado a fabricação do computador medio MC-9700. Primeiro e unico medio brasileiro, e o proximo, uns 4 anos apos, certamente seria um grande 360 no seu nivel inicial. Obrigatoriamente chamei um diretor e lhe disse: "Mande comprar champagne e reuna todo o pessoal no patio da fabrica as 17 horas".(sic) E nessa reunião vimos o enorme entusiasmo de todos. Isso observei ate nas montadoras do chão de fabrica. Todos demonstravam orgulho e entusiasmo por estarem ajudando e principalmente participando daquele momento historico. NESSA COISA IMPENSAVEL PARA UM PAIS COMO O TERCEIRO MUNDISTA BRASIL. Leia no capitulo CAP16 deste book 2, essa aprovação não foi um beneficio para a J.C. MELO/Sisco como parece, pois tinha outro objetivo.

Numa industria de hardware e software, voce obrigatoriamente precisa entusiasmar todos os seus participantes, foi o que fez Steve Jobs na Dell, Bill Gates na Microsoft e os garotos Larry Page e Sergey Brin no Google. Hoje, qualquer empresa da Bay Area (Vale do Silicon) sabe dessa necessidade absoluta. Em todas as startups que surgem voce encontra esse tipo de empresarios-tecnicos, gente que chora quando algo não da certo e não por eventuais prejuizos financeiros.

Para entender e dirigir uma dessas empresas voce precisa ter um enorme amor pelas duas tecnologias envolvidas e as suas interacoes, e entender

profundamente como devera ser a direção da empresa. Não se trata de uma empresa a qual voce somente aplica suas "boas" tecnicas gerenciais e experiencias de direção e o resto naturalmente acontecera. Ou que paga os salarios dos empregados e nada mais precisa fazer no sentido deles serem co-participantes. Se voce dirigir uma industria de hardware e software sem esse entusiasmo, ela não durara muito.

E quando o Sr. Maksoud "tomou" a minha empresa, assumiu um Presidente absolutamente nada conhecedor das principais caracteristicas desses empresas e da imperiosa necessidade de ligar os seus motores "orgulho" e "entusiasmo". Alem da sua personalidade irrascivel, radical, desestimulante.

Era natural esperar o seu fracasso apos algum tempo.

Fechar a J.C. Melo/Sisco apos algum tempo, foi isso que os comandantes governamentais da PNI finalmente conseguiram ao me devolverem (manu militare e pelos Correios) a minha petição ao Governo, com todas as suas 300 paginas (originais) autenticadas e cada uma rubricada/carimbada, e com o implicito recado "E isso que fazemos com a sua petição". Uma decisão manu militare, acima das Leis.

Me "tomaram" US$ 25 milhoes, porem ironicamente eles fecharam a unica fabrica BRASILEIRA de computadores que, por seus resultados e pelo exemplo, poderia ter salvo a PNI do Governo, mesmo apesar da J.C. MELO/Sisco não ter sido por ele criada, muito pelo contrario.

Veja o anexo C03-h, uma entrevista em varias paginas ao Data News sobre todos esses acontecimentos.

Fora da enorme perda das Forcas Armadas, pois a J.C. MELO/Sisco possuia toda a estrutura necessaria (uma industria de hardware e software) para projetar e fabricar quaisquer das suas necessidades, dentro das Teoria Geral de Controle e programações em tempo real. Sem isso ter custado um centavo as Forças Armadas, o que hoje não existe obrigando-as a, no futuro, enfrentarem uma imperiosa nova PNI da estaca zero. Sim, uma nova PNI, pois para elas não se trata de somente criar forças-tarefas para as suas necessidades, visceralmente elas precisam de industrias de hardware e software. Sem elas, mesmo as suas forças-tarefas nada conseguirao.

Veja no anexo C03-i uma entrevista por mim dada ao periodico Data News sob o titulo "Carta aos empregados da Sisco", resumindo esses acontecimentos.

Para Melo, o maior problema da Sisco é a divergência de comando: muitas ordens vinham de diretores da Hidroservice, desautorizando sua palavra. Além disso, nenhum plano financeiro até hoje foi aprovado para a Sisco.

# Melo quer Cr$25 milhões pelos 40 % da Sisco

**— Por que e em que circunstâncias você saiu da Sisco?**

— Eu viajei em férias e nos dias 18 (isso eu só soube na minha volta) e 21 de janeiro, Maksoud soltou as circulares de números 24 e 25 onde estavam a criação de um novo cargo de diretor-geral de produção, cujas atribuições, eram em linha geral as minhas como diretor de tecnologia. Quer dizer criaram um novo cargo com nome diferente, mas com as mesmas atribuições. Eu só vim a saber disso quando voltei de férias no dia . de fevereiro. Todas as funções como desenvolvimento técnico e tecnológico, a elaboração de programas de fabricação, controle de qualidade, programas de treinamento de pessoal, especialização de pessoal, testes, integração, etc. Na circular do dia 25, assinada pelo filho dele, nomeava o Sr. Charles Michael Drees Jr. como diretor-geral da empresa. Ele é americano da Univac e da Varian, estava há cerca de uma uma semana na empresa, e transformou-se no maior executivo da Sisco, fazendo reuniões e tomando decisões. Isto foi o que encontrei no dia 11 de fevereiro, quando fui falar com Maksoud à tarde e pedi-lhe explicações pelas duas circulares e pelo novo diretor. Ele respondeu que era assim mesmo e que eu não voltasse mais para a Sisco. Disse inclusive que ia me arrumar uma sala naquele dia mesmo na Hidroservice e que eu não voltasse mais para a Sisco. Eu perguntei porque esta violência e ele respondeu que não tinha nenhuma restrição do ponto de vista moral, técnico, lealdade e honestidade. Apenas que eu tomava muitas decisões e não deixava o pessoal trabalhar. Disse que o americano era muito experiente e que está agora fazendo muitas reuniões, e deixando o pessoal trabalhar. Eu perguntei então qual seria o meu cargo na Hidroservice e ele respondeu que iria criar uma espécie de diretoria de Informática do Grupo para mim. E quais seriam as atribuições deste cargo? — perguntei. Não sei, não sei em que você pode contribuir, respondeu. Bom, falei, então o senhor está criando um cargo para mim. Eu não preciso de cargo, Dr. Maksoud, portanto, eu não venho para a Hidroservice nem aceito seu cargo. Mas de qualquer maneira eu preciso de um certo tempo para pensar e lhe dar uma resposta. No dia 29 de fevereiro, (nesse ínterim eu ia à empresa meia hora por dia e não participava de coisa nenhuma) eu mandei duas cartas à Sisco: uma à diretoria dizendo que eu havia sido afastado da direção da empresa, cargo empregatício que exercia desde 1977, conforme acordo assinado entre as duas partes. E o outro, relativo a meus 40% da Sisco. Diante do ato de violência eu fiz uma oferta ao Maksoud de 25 milhões de cruzeiros pela minha participação acionária. Nesta altura dos acontecimentos - eu não queria mais acordo para ficar na Sisco, me convidando ou não. Eu achei razoável a quantia porque eu tenho backlogging, que são as vendas, de 750 milhões em 80, dos quais quase 300 milhões já faturados. E dei o prazo de uma semana, que findou hoje — dia 7 de março, sexta-feira. Ele não se manifestou, como eu previa. Maksoud é muito orgulhoso e agora estou tomando as providências necessárias para proteger meus interesses.

**— Como foi o contrato firmado com a Hidroservice quando da criação da Sisco?**

— Bom não é bem um contrato. Trata-se de um acordo, com 20 a 30 cláusulas, das quais muitas não foram cumpridas. Uma delas é que eu seria o vice-presidente da empresa em qualquer circunstâncias. No início eu fui de direito mas não de fato, porque existiam outras linhas de força além da minha. Haviam várias pessoas da Hidroservice que causavam uma série de problemas paralelos às linhas de poder legal. Nenhuma empresa pode funcionar desta maneira. Em abril ou maio ele propôs que eu ficasse com uma coordenação dos outros três diretores. Essa coordenação nunca funcionou na realidade. Com relação à tecnologia — até então de minha propriedade — fazia parte deste acordo. Ela agora pertence à Sisco, e não ao Maksoud. Agora ele me despediu da firma, o que não podia

ter feito, já que no acordo também constava a contratação como diretor-técnico da empresa, uma relação simples e empregatícia. E na verdade até hoje não recebi nenhum dos direitos a que tem um trabalhador como fundo de garantia, 13º salário, férias, etc. Eu poderia argüir judicialmente a não validade do acordo por falta de cumprimento de determinados itens, como a minha saída da vice-presidência. Podem ser tomada várias providências: ação trabalhista, cível, inclusive ação criminal por violências e pressões.

**Como foi a reação dos seus colegas de trabalho?**

— Foi a melhor possível. Existe uma unanimidade ao meu favor na Sisco. As pessoas estão telefonando e dizendo não haver vozes discordantes. Todos concordam com a violência inexplicável feita contra mim. Mandei uma carta de despedida ao pessoal, datada de 29 de fevereiro onde explico os motivos e me despeço pessoalmente de cada um. Na mesma semana eles fizeram uma circular interna e reservada assinada por cinco diretores: Dr. Aldo, Dr. Roberto Maksoud, Dr. Faria Lima, Dr. Damasceno e Dr. Maeda. E essa carta dizia que a minha correspondência não era verdadeira porque eu estava saindo da empresa por livre e espontânea vontade. Portanto tentaram interna e externamente mudar uma decisão violenta tomada por Dr. Maksoud. Estou mandando na próxima semana uma circular que reexplicará os fatos (publicado na íntegra, na outra página).

**— Nós entramos em contato com a diretoria da Sisco e eles nos informaram que o Sr. teria se retirado da firma por livre espontânea vontade e nada mais quiseram acrescentar. O que o senhor acha disso?**

— Isso é impossível. Primeiro que saí de férias e tinha um diretor estrangeiro e desconhecido no meu lugar, por portaria da direção, fazendo todas as coisas que eram minha atribuição. Depois, ninguém pode acreditar que eu, fundador da Sisco, desde o início, tendo lutado esse tempo todo, chegando lá às sete da manhã e saindo 10 horas da noite diariamente, dando meu sangue para a empresa, largue tudo e vá embora.

**— O senhor acredita numa disposição prévia contra a sua pessoa na Sisco?**

— Eu acho que sim. Estou me convencendo que não foi uma decisão circunstancial. Foi pensada e já devia vir sendo providenciada há muito tempo. Eu sempre protestei lá dentro. Porque acho que deve haver o respeito a um organograma. As linhas de poder devem ser aquelas do organograma ou então mude-se as linhas de poder. Na Hidroservice nós tínhamos gerentes e engenheiros mais importantes que diretores, envolvidos diretamente com a diretoria da Hidroservice. Era muito comum eu dar uma ordem e não ser cumprida ou haver duas ou três ordens em paralelo. O que existe na Sisco é que já foram feitos uns cinco ou seis planos financeiros, que envolveram toda a companhia em todas as suas necessidades para os próximos 12 meses. E nenhum desses planos foram aprovados. Ora, nenhuma firma com o porte da Sisco pode operar sem um plano. Havia queixas, por exemplo da necessidade de uma filial em Brasília, [illegible]

operava por espasmos da direção superior. Ordens contraditórias que causavam inclusive instabilidade no pessoal da empresa.

**— Mas o senhor não acha estranho, que tendo desenvolvido os equipamentos, e fundado a Sisco, agora não seja mais necessário na empresa?**

— Olha eu só posso pensar que o como Dr. Maksoud não teve nenhum sócio na vida dele, eu fui uma aberração. Acho inclusive que não é nem uma questão de dinheiro. É questão de poder. Ele me deu muitas ordens absurdas, e uma delas que eu não desse entrevistas. Eu sempre relevei não por meu temperamento, mas tudo pela Sisco. Portanto acho que isso pode ter sido um golpe preparado inclusive com a contratação prévia do Dr. Michael Drees. Esta é a primeira hipótese. A segunda hipótese — admitindo-se a boa fé do Dr. Maksoud — é que ele tomou uma atitude na qual acredita. Como ele não vai na Sisco — só vi Dr. Maksoud na Sisco umas 4 ou 6 vezes durante este tempo — talvez tenham sido levadas a ele interesses de gerentes e diretores querendo tomar posições lá dentro. A terceira hipótese e que não pode ser descartada é a estranha interferência do Michael Dress. Como é que um homem totalmente desconhecido, chega aqui e assume a direção geral da empresa? Mas não com uma submissão aos outros diretores e ao próprio Maksoud. Assumiu dando ordens violentas, como se estivesse muito bem apoiado por alguém.

**— O que você pretende fazer agora?**

— Bom eu já abri o meu escritório. Estou criando a J.C. Melo Informática Ltda. que se dedicará à fabricação de equipamentos. A linha ainda está sendo analisada. Não sei nem ainda se farei isto sozinho. Em princípio ficarei somente com periféricos para depois entrar na faixa de CPU. O meu projeto sendo nacional, não terá problemas e já conto com investimentos e interesses de grupos."

**Quais as providências que agora pretende adotar?**

**Melo** — Eu resolvi, aconselhado por alguns amigos, fazer uma representação ao general Venturini, ministro chefe do Gabinete Militar, conseqüentemente maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada. Nela tento provar que a interveniência da SEI é uma condição *sine qua non* para evitar o fechamento da Sisco. O acordo original feito com a Hidroservice não foi cumprido em vários itens, conseqüentemente eu poderia pedir a liquidação da Sisco baseado no não cumprimento do acordo, o que colocaria a SEI numa condição bastante peculiar. Se a Sisco fosse dissolvida voltaria a funcionar a JC Melo Computadores Ltda, que é a dona da tecnologia e também da maioria dos termos de compromisso firmados com a SEI. Ora, isso prova que as coisas não são tão simples como aparentam. Não se trata de um caso administrativo, uma vez que uma das partes tem o poder de fechar a Sisco se assim o desejar. Para evitar isso, cujas conseqüências seriam as piores possíveis em todos os aspectos, não só para a comunidade de processamento de dados como o próprio modelo da antiga Capre, agora SEI, como também para as áreas de Segurança Nacional, a quem a Sisco interessa (isso tem sido manifestado de várias maneiras), eu peço a interferência do general Venturini não no sentido de que a SEI interfira diretamente no problema, uma vez que ela não pode intervir do ponto de vista legal, mas que seja um elemento conciliador nas discussões que, queira ou não a Hidroservice, vão ter que ser feitas. Essa é a principal finalidade da representação. Se eu porventura não conseguir essa interveniência terei que tomar providências drásticas, a contragosto, e fechar a Sisco.

**A representação pede uma reconsideração por parte de Maksoud e sua conseqüente volta à Sisco?**

**Melo** — Não, eu não admito essa hipótese. Primeiro porque é um fato notório que no mínimo há um ano eu estava desgostoso com uma série de coisas que estavam acontecendo na Sisco. Mas sempre pensando que havia possibilidade de uma reviravolta e que o Dr. Maksoud se convencesse de que as coisas não poderiam continuar assim. Por hipótese, se o Dr. Maksoud pedisse a minha volta à Sisco, o que não acredito, mesmo assim não voltaria, pois tenho certeza que ele não aceitaria a primeira das condições para minha volta. Ou seja, uma independência da diretoria da Sisco. Acho muito difícil a minha volta à Sisco.

**Comenta-se que estaria sendo preparado um plano dentro da Sisco para desvalorizar os valores das ações que você possui. Isso é real?**

**Melo** — Estariam preparando um aumento de capital da Sisco, uma vez que foram criadas grandes dívidas da Sisco com a Hidroservice, isso em consultoria, e grandes dívidas da Sisco com o grupo Visão em publicidade. Ambas as despesas não foram autorizadas por mim, pois foram tomadas pelo próprio Dr. Maksoud. Para dar um exemplo, um engenheiro da Hidroservice custava à Sisco 500 mil cruzeiros por mês e nós poderíamos contratá-lo por cem mil cruzeiros por mês, uma vez que ele já trabalhava há dois anos e meio na Sisco e a Hidroservice faturava 500 mil cruzeiros por mês em cima. Então poderá ser discutido na Justiça esse aumento de capital para pagar a dívida com o Grupo Hidroservice e Visão em primeiro lugar. Em segundo lugar, isso não muda em nenhum centavo o que eu acho que valem as minhas ações. Se eu acho que minhas ações valem 25 milhões e se ele baixar minha participação em 5% na Sisco, eu continuo a dizer que elas têm o mesmo valor.

**Como vê a afirmação do secretário especial de Informática de que ele não interviria na questão Sisco?**

**Melo** — Eu já fiz ver ao Dr. Gennari que a colocação dele deve ter sido baseada em desinformação, pois se a Sisco fechar — e eu quero lembrar que há 90% de possibilidade disso acontecer —, os únicos prejudicados serão os usuários da Sisco e aqueles que já assinaram contrato com a empresa, o que atinge a 50 usuários de sistemas, de acordo com a última relação que tenho, pouco antes da minha saída. A SEI não poderia dizer em hipótese nenhuma que não tem nada com o assunto. Se nós considerarmos que das cinco empresas, só duas estão nos maiores níveis de nacionalização, ou seja, a Sisco e a Cobra, o fechamento de uma empresa que atingiu os índices de nacionalização da Sisco será um problema muito grave que atingirá não a mim ou a Hidroservice, mas principalmente ao modelo governamental e os usuários. Repercussões junto a clientes de outras empresas não serão muito positivas. Haverá uma perda na credibilidade da indústria nacional do setor. Tudo isso, e outras coisas equivalentes indicam que a SEI deverá intervir, não do ponto de vista legal, ou do lado A ou B, tomar decisão C ou D. O importante é que o problema existe, é real, e

então tem que ser enfrentado. Eu estou disposto a participar dessa mesa para discussão dos problemas. A outra parte não está disposta a discutir. Se essa situação persistir eu não vejo outra alternativa que não seja o fechamento da Sisco.

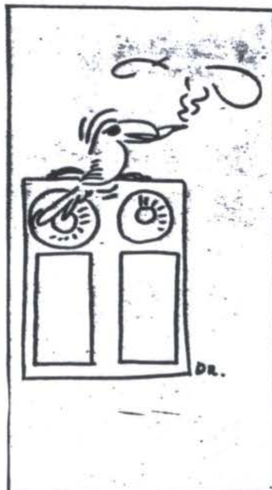
**Após a sua saída, comenta-se que a Sisco estaria importando equipamento pronto da Data General. Isso é real?**

**Melo** — Exatamente. Ao dar o golpe, o Dr. Maksoud mal informado como sempre a respeito da Sisco, não sabia que eu mantinha e mantenho ainda o controle técnico da empresa. Dito de outra maneira, era eu que com a experiência no gerenciamento de um grupo técnico fazia os equipamentos funcionarem. E aconteceu o que eu previ. O elemento substituto, por falta de algumas condições, não conseguiu que os equipamentos funcionassem e o Dr. Maksoud viu-se na contingência de chamar o signatário para resolver os problemas, com o pressuposto de um acordo que ele não queria nem quer. Não o fez, pois encontrou uma solução mais fácil. Enquanto eu redigia uma representação à SEI, essa que eu cheguei à conclusão que não deveria enviar por causa do pré-julgamento do Dr. Gennari; em paralelo o Dr. José Roberto Faria Lima foi a Brasília falar com o Dr. Gennari e dele conseguiu a permissão para importar computadores prontos, numa decisão ilegal e amoral. Aparentemente o Dr. Maksoud resolveu o seu problema, mas no futuro quando do recebimento dos computadores prontos, também isso não acontecerá, pois os problemas persistirão. Os problemas não são equipamentos e sim estruturas técnicas da empresa, que é também o que contribuirá cada vez mais para o descrédito da empresa se decisões bastantes urgentes não forem tomadas. Entre essas decisões, e já há mais de 8 meses eu tentava convencer o Dr. Maksoud disso, eu queria a admissão de aproximadamente dez engenheiros especialistas na linha de equipamentos que a Sisco fabricava. A razão disso é que a formação de um técnico específico de computador, admitindo que esse técnico seja bom, não demora mais do que 3 a 4 anos. Isso é uma síndrome. Apesar da Sisco ter elementos muitos bons que foram admitidos até agora, a formação deles ocorreria num prazo bem superior para resolver o problema da estrutura técnica da empresa. Há oito meses atrás foi que levei o problema para o Dr. Maksoud e disse que aproximadamente em 15 de dezembro começaríamos a ter problemas de natureza técnica. Durante esse tempo todo, outros diretores da Sisco, e não só eu, tentávamos convencer o Dr. Maksoud a trazer esses elementos. Viriam aqui, ficariam um ou dois anos nessa fase transitória na criação da estrutura técnica e depois voltariam a seus países.

**Existiam problemas de reclamação de usuário quanto ao suporte?**

**Melo** — É o mesmo problema. Enquadra-se na falta de estrutura técnica. Esses elementos que pretendia contratar seriam para integração, depuração, produção e para a área de suporte de manutenção. Eram dez os elementos a serem contratados. Seriam especialistas na linha Nova da Data General, possivelmente ex-funcionários dessa empresa e da linha PDP-8 da Digital. Eles contribuiriam também para a formação dos excelentes técnicos que a Sisco

Segue




tem. Era um problema só de aprendizado. Uma síndrome. É uma síndrome que permanece. Então a cada equipamento que a Sisco instala o problema se agrava.

**Está também havendo falta de recursos financeiros?**

**Melo** — Isso existia na minha época. Chegava a haver falta de recursos para liberar insumos que ficavam na alfândega 30 dias por não se ter cem a duzentos mil cruzeiros para a liberação. Até a minha saída isso ocorreu com muita freqüência. Havia prioridades em outras áreas como Hidroservice e o hotel que estava sendo construído naquela época. Ouvi falar que após a minha saída esse problema não iria permanecer.

**Você sabia que seria substituído pelo novo diretor norte-americano?**

**Melo** — Eu sabia que viria um técnico norte-americano para ocupar funções técnicas na empresa e não com o cargo de diretor. Ele foi escolhido pelo Dr. Maksoud. Admitindo que o sr. Michael Dreess seja um excelente técnico, ainda assim é estranho uma pessoa completamente desconhecida vir e assumir poucos dias após sua chegada a direção da empresa. Nenhum empresário faria isso.

**Você acredita que isso caracterizou um golpe que já vinha sendo preparado com antecedência?**

**Melo** — Existe um dado interessante. Toda a diretoria da Sisco quando soube que viria esse americano foi contra. O próprio Dr. Mário Cararessi e o Dr. Faria Lima disseram ao Dr. Maksoud que esse técnico era absolutamente desnecessário. Mesmo assim o Dr. Maksoud o trouxe. Eu disse a ele que precisávamos de 10 engenheiros e não um diretor de produção. Mesmo porque temos um diretor de produção com 20 e poucos anos de experiência na produção de equipamentos eletrônicos profissionais no Brasil, que é o Dr. Damaceno. O Dr. Maksoud devería confiar mais, vamos dizer, nos seus índios, em vez de trazer um americano e lhe dar da noite para o dia, para supresa de todos, a direção geral da empresa. Empresarialmente isso não se faz.

**Após sua saida você sofreu algum tipo de pressão?**

**Melo** — Estou sofrendo pressões ridículas, com ameaças telefônicas de que eu posso ser assaltado, o que não levo muito em consideração, pois não acredito que isso aconteça. Acho que é uma maneira mais de me enervar do que uma intenção de fazê-lo mesmo. Mas de qualquer maneira já comuniquei isso ao governo estadual e federal. De qualquer modo, depois dessas comunicações as pressões cessaram. Apenas outros tipos de pressão estão sendo feitas, como recado de terceiros.

**Caso não haja uma solução amigável você pretende entrar com uma ação judicial?**

**Melo** — São duas coisas distintas. Primeiro, o que eu vou fazer com a Sisco; e segundo, como um acordo não foi cumprido e naturalmente envolve um prejuízo, cabe uma ação contra a parte que quebrou o acordo. Até ação trabalhista é possível, pois um dos itens do acordo não cumprido é que eu teria um cargo trabalhista remunerado na empresa e isso não ocorreu. Acredito que se não houver um acordo isso resultará em cinco ou seis ações diferentes.



Melo: botaram um americano no meu lugar.

# Carta aos empregados da Sisco

*São Paulo, 10 março 1980*

*Meus amigos da SISCO*

*No dia 29 de fevereiro eu fiz uma Carta-Circular despedindo-me de vocês e informei que o fazia porquanto o Dr. Maksoud, numa decisão unilateral, tirou-me da Diretoria da Sisco.*

*Posteriormente soube por vocês que eles distribuíram (não a todos, mas a alguns escolhidos) outra Carta-Circular, tentando criar dúvidas, pois afirmavam que eu saí porque quis. Tenho xerox dessa Carta-Circular, se houver dúvidas. Como se alguém fosse ingênuo ao ponto de acreditar que eu, o fundador da empresa, o seu dono, o principal interessado no seu sucesso, fosse abandoná-la por livre e espontânea e voluntária vontade...*

*Fiel ao princípio que estabeleci quando saí da Sisco, de responder violência com a violência e as pressões com pressões, sou obrigado a remeter-lhes esta carta-circular, narrando o verdadeiramente acontecido para conhecimento de todos vocês.*

*Como é sabido em meados de janeiro eu entrei em férias e viajei. Como é sabido, poucos dias após, em 18 de janeiro, através de duas Circulares o Dr. Maksoud colocou o norte-americano Mike Drees, um total desconhecido, no meu lugar (só vim a saber disso na minha volta), e embora criada uma nova Diretoria Geral para ele, essa Diretoria Geral englobava todas as funções da minha Diretoria Geral (desenvolvimento, engenharia de produto, produção, treinamento, etc). Se houver dúvidas, tenho xerox dessas duas Circulares, assinadas por Roberto Maksoud.*

*Voltei no dia 11 de fevereiro, e de surpresa encontrei, como é do conhecimento geral, o fato consumado das duas Circulares e o norte-americano Mike Drees como o principal executivo da empresa, reuniões sendo presididas por ele, tomando decisões, etc. Vocês todos são testemunhas disso.*

*Diante disso (um outro no meu lugar, em todos os sentidos) fui falar com o Dr. Maksoud, no mesmo dia 11 de fevereiro à tarde.*

*não voltasse mais para a Sisco (sic). Queria até arranjar-me uma sala na Hidroservice naquela mesma tarde, o que não concordei.*

*Explicou-me o Dr. Maksoud, então, que não tinha dado um golpe (sic), que nada tinha contra mim nos aspectos de honestidade e lealdade e capacidade técnica (sic) mas que eu não deixava vocês trabalharem (sic) e porisso ele tomou a decisão. Como vocês próprios sabem, uma desculpa inverídica para um golpe injustificável dado na minha ausência.*

*E ofereceu-me uma espécie de cargo a ser criado para mim, de Diretor de Informática do Grupo Hidroservice (sic), que queria que eu trabalhasse com ele (sic), e que deixasse a Sisco (sic) e que não mais participasse de reuniões na Sisco (sic).*

*Não acreditando no que estava ouvindo (tudo parecia um sonho absurdo) pedí-lhe tempo para pensar e, no dia 29 de fevereiro, portanto 18 dias após, escreví-lhe uma carta com os seguintes tópicos: — Não podia compreender o ato de extrema violência dele; — Fui-lhe honesto e fiel, e não merecia isso., — Oferecia minhas ações da Sisco (40%) pela razoável quantia de Cr$ 25 milhões, extremamente razoável porque a backlog da Sisco para 1980 é de Cr$ 750 milhões, — Não cometesse mais atos de violência ou pressões contra mim, pois eu responderia à altura, — Que a oferta tinha a validade de uma semana somente.*

*Como eu previa, ele não interessou-se em resolver o problema, e desaproveitou a semana com pressões menores. Considero-me, agora, livre para defender meus interesses da maneira que achar conveniente.*

*Isso era o que desejava explicar-lhes, afim de que todos compreendam a tôla mentira que abandonei a Sisco.*

*Nesta oportunidade, desejo agradecer todos os telefonemas de apoio moral que recebí de vocês, e é para mim uma grande satisfação saber que toda a Sisco, em peso, está do meu lado, com exceção de meia dúzia de empregados do Dr. Maksoud. A saída da Sisco, emocionalmente, para mim, foi muito difícil, e o fato de vocês estarem em peso ao meu lado, vocês que construíram essa empresa-padrão comigo, é uma*

EMS

[illegible]

A realidade da propriedade da J.C. Melo/Sisco:

Cabe aqui um esclarecimento importante sobre essa petição de 300 paginas. O Sr.Maksoud era o proprietario (por ter 60%) da J.C. MELO/Sisco, porem eu era o dono dos direitos de fabricação de muitos produtos, e foi exatamente essa declaração que eu requeri a governamental SEI, de quem eram esses direitos dos quais ela sempre fugiu terminando por me enviar pelos Correios o processo original no qual isso eu requeria. E tambem no minimo "todos os produtos fabricados" seria uma questão a ser decidida na Justica. O Sr. Maksoud não "assumiu" a J.C. MELO Computadores, como publicamente muitos pensaram. Fora feito um acordo comercial e não uma absorção da J.C. MELO Computadores. Sem falar que adicionalmente mesmo esse acordo comercial não foi por ele cumprido, tornando-se juridicamente inexistente, como ja relatei neste capitulo. O advogado Dr. Carvalho Pinto, que como ja relatei fora consultado, deixou tudo isso bem claro para mim.

Existiam adicionalmente outros aspectos tecnicos/juridicos que seriam discutidos na Justica sobre as fabricações dos computadores MB-8000 e MC-9700. E em nenhuma hipotese o Governo poderia ignorar tudo isso como o fez, criminalmente co-participando da "tomada" da J.C. MELO/Sisco.

Como se tudo isso não fosse suficiente, a permissão do uso do software Cobol MultiUsuarios (Blis-Cobol) era minha e não da J.C. MELO/Sisco, e esse software pela sua potencialidade como é obvio era o grande marqueteiro/vendedor dos computadores MB-8000 e MC-9700, permissão essa que em razão da sua imperativa confiabilidade so foi possivel de individuo (Dave, o Presidente da Blis-Cobol) para individuo (eu) e não para a J.C. MELO/Sisco, o que alias era comum em softwares que poderiam ser copiados ou mascarados. Eu fiquei 30 dias na California conversando com Mr. Dave (e nossos advogados norte-americanos entre eles), e o contrato so saiu depois que decidimos que teria de ser dele para mim e não para a J.C. MELO/Sisco. O contrato so saiu depois de um aperto de mão e de uma promessa minha. Contando como aconteceu, eu lhe disse: "Dave, voce acha que eu tenho conhecimentos tecnicos suficientes para copiar/mascarar o Blis-Cobol e voce não poder evitar?"(sic) Ele respondeu: Sim. E eu lhe disse, "então so precisamos de uma promessa minha e se for possivel de um aperto de mao, deixando nossos advogados fazerem um contrato simples somente para a operação"(sic) o que ele concordou. Voltando a "tomada" da J.C. MELO/Sisco, eu infelizmente pratiquei muitos erros pois simplesmente deveria ter telefonado ao Mr. Dave informando-o não ter mais

responsabilidades sobre o uso do Blis-Cobol, e a J.C. MELO/Sisco e o Governo imediatamente seria contactado por seu advogado. Sim, eu estava muito estressado pela "tomada" e a inesperada co-participação do Governo, e isso prejudicava a minha mente ela sempre pragmatica, realista e logica, e não me lembrei disso.

O famoso advogado Dr. Carvalho Pinto sabia o que estava dizendo, "que me devolveria 100% da J.C. MELO."(sic)

# CAP04
# A FABRICA STRATUS

**Este capitulo relata como o Governo tentou inviabilizar a minha posterior fabrica nominada STRATUS, um fabricante de telexes eletronicos, seguindo a amoral e ilegal "tomada" da J.C. Melo/SISCO. Esta perseguição tambem possue uma prova juridica.**

**Abaixo incluo um texto que foi incluido sob este mesmo titulo no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.**

**Esse texto tambem relata como foi o meu pedido de asilo politico aos Estados Unidos e as suas consequencias.**

**Esse texto tambem narra como o Governo amoral e ilegalmente agiu para me tirar da sociedade da industria STRATUS e do meu cargo de Diretor Tecnico.**

**Temeroso do poder absoluto do Governo militar, ja vastamente demonstrado para mim em varios anos e depois de muita reflexao, resolvi pedir asilo politico aos Estados Unidos. Esse pedido de asilo fora feito e obtido muito antes de eu finalmente ir para o exterior, porem apesar de concedido ele não teve prosseguimento na ocasiao, como veremos a seguir.**

**Dirigi-me, entao, em 31 Março 1981 num domingo, ao predio do seu Consulado no centro do Rio de Janeiro. Bati na sua porta de vidro, e fui atendido por 2 fuzileiros navais. Solicitei o asilo politico, e eles me fizeram entrar e sentar.**

**Em seguida, ligaram para alguem e me disseram que ele demoraria alguns minutos. Fiquei tranquilo, pois legalmente eu ja estava em territorio norte-americano. Na realidade, solicitaram ao Consul responsavel pela chefia da segurança dos Consulados e da Embaixada no Brasil que viesse examinar o pedido de asilo.**

**Anexo C04-a**

*Haroldo de Barros Collares Chaves* Rio, 24/10/79

Meu prezado amigo Mello:

Foi com grande alegria que recebi sua carta de 17. último.

Tenho acompanhado de perto o grande sucesso da Sisco, empresa resultante de suas lutas e vitórias e, principalmente, de seu idealismo de brasileiro e empresário.

Portanto, nada mais justo do que o reconhecimento público ora feito pela Gazeta Mercantil, outorgando-lhe o merecido título de líder empresarial na área de Computação. Esse galardão enche de orgulho a todos os seus amigos, bem como ao Sindicato do qual você pertence.

Aceite, assim, o meu forte abraço e a minha certeza do seu permanente sucesso.

Abraços do amigo certo

Haroldo Chaves

para uns 30 Presidentes de industrias eletro eletronicas do Rio de Janeiro, para discussão de eventuais problemas do setor, na sua sede (um almoço fechado). Muitas vezes eu fui a esses almoços, quando era possível.

No almoço, primeiro o Haroldo discursou sobre as pressões/perseguições que eu sofria (todos ja as conheciam), o asilo concedido, etc., e no fim disse (sob aplausos}: "Melo, voce não ira para os Estados Unidos, não vamos deixar voce fazer isso. O Carlos Zayas (Presidente da Lys Electronlc, o maior fabricante nacional de retransmissores de TV, a tecnica usada antes do advento dos satelites de comunicações e ela tinha milhares dos seus retransmissores espalhados pelo Brasil em todas as redes de TV), o Cabral (tambem um ex-Diretor aposentado da IBM), e eu, vamos financiar uma fabrica do setor e voce sera o seu Diretor Tecnico e lhe daremos 25% das açoes."(sic)

Eu respondi: "Muito obrigado, Haroldo. Mas voce bem conhece as pressões/perseguições que tenho sofrido, e certamente essa futura industria ira sofre-las por nela eu estar."(sic)

Ele respondeu: "Não tenha medo, se isso acontecer toda a DIretoria do Sindicato ira a Brasilia falar dlretamente com o Pesidente."(sic)

Então desisti do asilo (naquele momento, pois depois da Stratus eu realizei o asilo) e foi criada a industria Stratus Informatica, sendo o seu primeiro produto um telex eletronico (modelo 300) destinado a substituir os caros e obsoletos telexs mecanicos então fabricados no Brasil.

E a Stratus passou a usar toda a estrutura tecnica da fabrica da Lys, que era grande.

Eu fiz o seu projeto e oito meses depois ele foi apresentado (ja fabricado) a imprensa numa entrevista coletiva no Sindicato, e tambem o Jornal do Brasil o testou com exito na sua grande rede de telexs.

Esta foi a principal perseguição que a SEI executou contra a industria Stratus Informatica.

Sua comprovação (inclusive juridica) é muito facil, sendo suficiente comparar (nos arquivos da Governo):

1. a data da solicitação ao Governo aprovação do telex da Stratus, EXCLUSIVAMENTE do seu modelo 300,

2. a data da sua aprovaçêo pelo Governo em aproximadamente uns 18 meses depois, que normalmente necessitaria apenas de poucas semanas

para a sua analise e aprovação ou nao.

Por que e para que demorou tanto, ou seja, o "congelamento" da sua aprovação durante aproximadamente 18 meses?

Alem disso, temos uma segunda comprovação juridica dessa perseguição: Foram apresentados pela Stratus ao Governo, no inicio do projeto, os detalhes tecnicos para aprovação de um UNICO modelo do telex, o modelo 300; porem durante esse periodo de "congelamento" a Stratus desenvolveu mais nove modelos (o mesmo modelo porem com alguns circuitos eletronicos e softwares diferentes para outras finalidades), ate o de numero 309 se não me falha a memoria. Mas a Stratus não apresentou esses 9 modelos adicionais a SEI para aprovação, pois se o primeiro modelo 300 estava "congelado" manu militare, esses acrescimos não teriam sentido.

.

O "por que" e "para que":

Durante esse longo periodo de "congelamento" meus tres socios mencionados neste Capitulo todos eles sofreram pressões do Governo no sentido de que o referido projeto somente seria aprovado se eu estivesse fora da empresa. Uma operação odiosa (e doentia) para me tirar da Stratus e depois de tudo que me perseguiram no passado, uma continuidade que talvez um psicanalista explique. Para fazer isso essa raiva ja era insana, caso de tratamento medico.

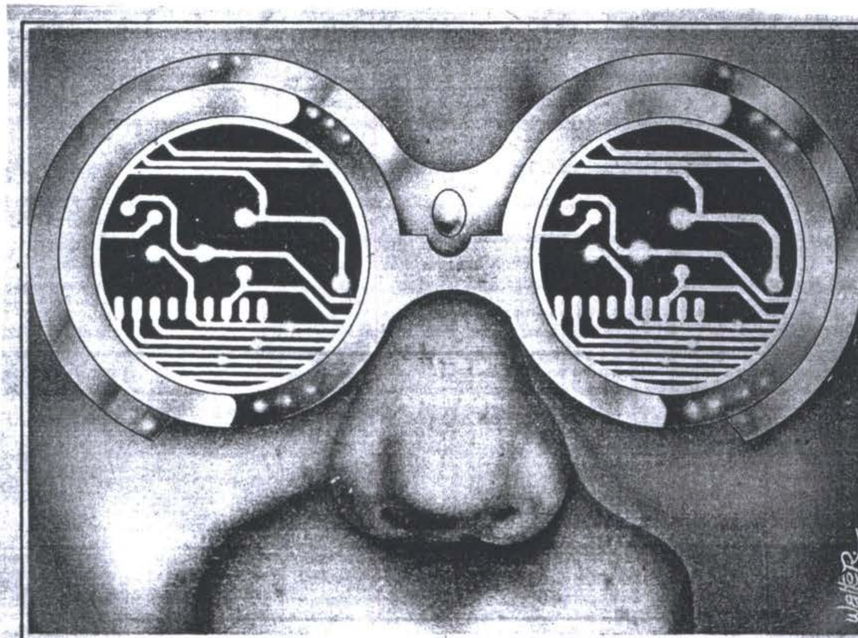
E fizemos tres reuniões da Diretorla, no inicio das quais eu sempre colocava o meu cargo a disposição para não prejudicar a Stratus, mas isso nunca foi aceito.

O que foi decidido, desde a primeira reunião de Diretoria, era que o telex continuaria a ser fabricado, com ou sem autorização do Governo.

Nesse meio tempo, muito em resposta exatamente a esse "congelamento", ou seja, não satisfeitos com me perseguirem por uns 10 anos e inclusive terem co-participado na "tomada" da minha empresa J.C. Melo/Sisco e insanamente ainda me perseguiam, eu decidi escrever o livro "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" (o book 1), com criticas tecnicas e politicas ao modelo da reserva de mercado. E de vez enquando, as midias noticiavam que eu o estava escrevendo. Veja o anexo C04-b, da primeira pagina do Data News de 19 Maio 1982.

Um dia, me telefonou o amigo Dr. Salomão Weimberg, diretor do Ministerio das Comunicações. E me solicitou uma copia (antecipada) do livro. Como era do

Anexo C04-b




pesquisa em semi
Com um orçam
milhões de dólares
10 a 15 milhões pr
1983, universidad
nizações de pesq
trabalhando em
integrados "cont
petição japonesa".

## O que mud
## na reserva
## mercado

**Rio de Janeiro**
mentar os efeitos
tecnológica na ár
cado reservada
nacional desde
empresário Eds
diretor da Scopus
em exercício da
introduziu um d
mais polêmicos
Seminário de Políti
de Informática,
pelo Clube de En
ocupação da faixa
micros preocupa a
nacionais. **Página 2**

# Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo

tenho somente datllografado e ainda sem revisao."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina

"Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprouvou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industral, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso podaria ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

conhecimento geral o MC lutava contra os direitos e os metodos do Governo, porem não conseguia vitoria por a agencia responsavel ser o segundo poder militar dessa epoca. Eu disse ao Weimberg: "Não posso, o tenho somente datllografado e ainda sem revisao."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o propositai "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina "Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e

era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprouvou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industral, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso podaria ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

2. como foi a aprovação final (todos os 10 modelos!) porem 9 sem quaisquer projeto fisico/financeiro, ou suas eapecificações, para que mercado, indices de nacionalização, listas de componentes usados, etc., ou seja absolutamente NADA do que o Governo normalmente exigia para uma aprovação.

A agencia do Governo aprovou um projeto nela inexistente, e infelizmente (para ela) comprovando juridicamente o que acima afirmo. Esse plano fisico financeiro DEVERIA estaria no seu arquivo e no Diario Oficial correspondante. Ou seja, se auto denunciou.

O novo "recado" do Governo era claro, criminoso e como sempre amoral: "Ok, aprovamos, mas agora voces não deixam o Melo publicar o livro". Tambem essa atitude tambem prova que os quase 18 meses foram propositais.

Veja o anexo C04-c onde, respondendo a um meu pedido, o Ministerio das Ciencias declara que acharam 2 volumes desse projeto, porem "não foi possivel achar o projeto inicial."(sic) Ou seja, acharam a "äprovação" mas não acharam o projeto fisico-financeiro inicial.

Então houve nova reunião da Diretoria e recebi um apelo dos tres socios para não publicar o livro. Porem não o aceitei pois afinal foram muitos anos de tortura mental e perseguições, minha continua desconstrução, maledicencias e estresses e eu ja estava cansado, so queria desnudar esse pessoal doente mental, então

## Anexo C04-c



e-Sic telex



**Move to Inbox** **More**

Pedido de Informações nº 01390.001705/2013-93 Respost

Inbox x

**sic** <sic@mct.gov.br> 1

to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001705/ Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao projeto de fabricação c modelo 300 apresentado a SEI em 1981, informamos a Vossa Senhoria de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, Geral deste Ministério, foram localizados 2 (dois) volumes do referido proje possível localizar o processo inicial, nem cópia de sua autorização autorização no Diário Oficial da União.

Para sua avaliação, encaminhamos cópia do índice do projeto e carta de seu encaminhamento a SEI, datada de 30 de abril de 1981.

Caso seja se seu interesse receber cópia integral dos 2 (dois) solicitamos manifestar esse interesse com mensagem para o e-mail si caso, será providenciada a digitalização dos documentos e encaminhado

decidi irrevogavelmente sair da empresa dizendo-lhes: "Fulano (o meu segundo engenheiro na empresa) esta bem treinado, e se ele tiver uma dificuldade extra basta me telefonar."(sic). E acrescentei: "Quanto aos meus 25%, voces me paguem o que voces acharem que vale e nas condições de pagamento possiveis para vocés."(sic).

E desliguei-me imediatamente.

E cabe uma pergunta:

Por que não mandaram me prender depois dessa carta em pleno Governo militar, acusando-o de uma grave crime e com copia para um General candidato a presidente da Republica? Por que não podiam. Hoje lamento não ter mandado essa carta a todas as midias, as quais iriam investigar e desnudar esse procedimento de uma agencia governamental subordinada do candidato a Presidencia. Mas eu nada mais queria, so queria era sair do Brasil e esquecer tudo, como algum tempo depois aconteceu.

Mas insanamente eles continuaram me perseguido mesmo depois desses acontecimentos, veja os capitulos seguintes.

Perda decorrente desta infamia: Direta, tive grandes prejuizos de varias formas, profissional, financeiro, psicologica e familiar.

# CAP05
# TENTATIVA DE MINHA DESMORALIZACAO

Este capitulo relata uma tentativa de me desmoralizar junto as midias impressas que muito (e continuadamente) me apoiavam, executada DIRETAMENTE pelo General Danilo Venturini e de DENTRO DO PALACIO DO PLANALTO. Ou seja, com a sua impressão digital.

A Aeronautica então tinha um plano para fabricar um pequeno missil ar-ar intitulado Piranha.

Ressalvo que posteriormente eu soube (ja no exterior, portanto sem muita convicção do que agora escreverei) que ja existe um missil brasileiro porem de origem norte-americana, porem o missil do qual aqui eu me refiro teria tecnologia totalmente brasileira na sua parte da detecção e navegação automaticas. Alias, talvez hoje o Piranha ja seja feito com tecnologia brasileira, pois os engenheiros do ITA possivelmente tem essa tecnologia (de controle em tmpo real) que eu tambem tenho. Eu respeito muito o ITA e alias muito antes dessa epoca, veja a pagina 17 do livro de 1982 pois eu e o seu famoso Professor Wallauscheck eramos muito amigos e eu o visitava com frequencia para trocarmos ideias que sempre envolviam computadores.

Sobre isso, esta é uma boa oportunidade para deixar claro que tanto neste modulo como no meu livro de 1982, eu não estou participando de um campeonato de tecnologos. Minha finalidade é somente narrar as perseguições que eu sofri do Governo causadas pelas suas ignorancias acerca do setor.

Este caso é um bom exemplo dos crimes continuados que sofri durante uns 10 anos.

Voltando ao Piranha, a minha participação seria somente no seu projeto no que se referia a sua

computação em tempo real rigorosamente obedecendo a matematica Teoria Geral de Controle (uma materia ate hoje absurdamente não ensinada no Brasil) e a sua programação no chip militar norte-americano modelo 6400, pois a futura fabricação desse missil obviamente não seria da minha responsabilidade mas sim do polo industrial da aeronautica em São Jose dos Campos. Seria somente isso, pois para comecar eu não conheco aerodinamica, a qual deve ser uma das materias mais ensinadas no ITA. Dizendo-o de outra maneira, eu "não ganharia" com a sua fabricação, alias nem com a minha participação no seu projeto.

Esse chip 6400 era um computador tipo RISC Reduced Instruction Set Computing, um chip militar porem tambem disponivel para quaisquer outras aplicações em tempo real com altissimas velocidades, o qual eu ja havia programado em outro projeto tambem critico, e era essa caracteristica que me faria programa-lo para a rapidissima função de transferencia do missil Piranha. Computação em tempo real sob a Teoria Geral de Controle era a minha especialidade então ja ha uns 25 anos, alias hoje ha 65 anos continuos.

Abaixo incluo um texto do documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O objetivo dessa vilania era simples, eu era a mais importante voz contra a reserva de mercado do Governo e todas as midias impressas me apoiavam, para desespero do Governo militar.

Esqueçendo a sua data, relato abaixo outra vil perseguição que sofri. Como veremos abaixo, o Correio Brasiliense publicou esta tentativa.

No Rio, recebi um telefonema do Ministro Chefe da Casa Militar da Preaidencia (General Danilo Venturini), para uma visita a Brasllia para conversarmos. Muito cortes, "venha tomar um cafezinho conosco."(sic)

Aceitei, marcamos para determinado dia as 14 horas, no seu gabinete no Palacio do Planalto.

Apesar dele ser um dos meus dois principais algozes, resolvi aceitar o convite pela oportunidade de expressar minhas opiniões e talvez, tecnicamente mostrar-lhe (a um leigo na materia) o quanto talvez esferas inferiores o estavam enganando (suas agencias responsaveis, os maus empresarios, os desinformados das esquerdas, etc., o "Tripe da Reserva de Mercado").

Já em Brasilia, resolvi almoçar com um primo, advogado famoso e profundo conhecedor da "mise en

scêne" dos Governos militares em Brasilia. No almoço inteiro ele tentou me convençer a não ir a essa reuniao. Porem eu havia dado a minha palavra. Disse-me: "Não va, ele tem uma carinha de anjo porem é o mais perigoso do sistema."(sic}

A reunião durou 3 horas e foi muito respeitosa e cordial, por ambas as partes.

Não falei em pressões/perseguições (o objetivo era outro), porem a cada tema tecnico/politico discutido eu manifestava a minha opinião e sempre recebia de volta qualquer coisa como: "Mas com muita dedicação, energia e patriotismo, com o tempo isso será resolvido".

No meio da reuniao, entrou na sala o General Octavio Medeiros, me cumprimentou e perguntou como estavamos. E o General Venturini disse "Estamos trocando ideias e vamos chegar a resultados aceitaveis, o Dr. Melo está colaborando muito."(sic). Ele disse "Otimo", se dispediu e saiu.

Terminada a reunião e sem qualquer concenso, o General Venturini disse: "Tenho um pedido a fazer-lhe. Este assunto, nas midias, so traz prejuizos para todas as partes e principalmente para o Brasil. Peço-lhe não mais emitir opiniões publicas sobre as suas dlscordancias tecnicas. Nesses casos, ou mande uma carta diretamente para mim (sem passar por assessores) ou me telefone."(sic). A sugestão era razoavel, e eu a prometi.

No fim das 3 horas, ja eu ia me dispedindo e o General Venturini (tentando me comprar, mas no momento eu assim não interpretei) disse: "Dr. Melo, o que o Governo pode fazer pelo Sr?"(sic).
Respondi: "Sr. Ministro, não vim a Brasilia para isso."(sic). E ele respondeu: "Sim, claro, mas gostariamos que trabalhassemos juntos, o Brasil necessita muito do Sr."(sic)

Adicionalmente relato um fato tecnico relacionado, para melhor explicar o que se segue. Em aproximadamente 1976 eu fiz um sistema programavel, chamado MIC-1000, porem especial para um projeto que exigia altissima velocidade, muito maior do que as velocidades finais dos mais velozes chips (para PCs) atuais, no qual fui obrigado a usar o chip (creio de nome 6400) da Intel, a sua versão militar, com arquitetura RISC (Reduced Instruction Set Computing) para altíssimas velocidades.

Esse mesmo chip RISC coincidentemente era usado num missil norte-americano, o antecessor do atual Patriot cujo nome não mais me lembro. Veja no anexo

C05-a uma noticia do Jornal do Comercio sobre uma minha palestra em Washington em Julho 1977 sob o titulo JC/Executivos, feita no Pentagono para oficais norte-americanos sobre esse meu sistema MIC-1000. E a recepção foi tão expressiva que eu ate pensei em fabricar o MIC-1000 nos Estados Unidos. O MIC-1000 fora exposto no Congresso de informatica de 1987 em São Paulo, alias ele foi mais complexo e maior tecnicamente do que o software a ser usado num missil como o pequeno Piranha.

No livro de 1982, na sua pagina 11 eu menciono esse MIC-1000, cujo texto reproduzo abaixo:

----------

"O décimo evento ocorreu em 1977, também na J.C. MELO, que foi o desenvolvimento e a fabricação do microcomputador MIC-1000, exclusivamente para controle de processos industriais, ainda fabricado até hoje. O que poucos sabem é que conceitualmente esse foi o equipamento de eletronica digital mais sofisticado já projetado no Brasil até 1977, permitindo o processamento distribuído e matricial, numa verdadeira malha de confiabilidaJe de acordo com os princípios da NASA (de Malcolm Mac Gregor). O mesmo princípio é usado nos ccomputadores e sistemas digitais do avião 747, o que o transformou no avião com a melhor confiabilidade já construído pelo homem. No Brasil o MIC-1000 foi usado marginalmente, sem as suas potencialidades matriciais de processamentos múltiplos, comunicações idem, etc."

----------

Voltando, na ocasião o Instituto Tecnologico da Aeronautica ITA estava projetando um missil ar-ar, para a Aeronautica, o qual posteriormente iria ser fabricado por uma industria aeronautlca de São Jose dos Campos como ja narrei.

E entusiasticamente eu vi a possibilidade de projetar o sistema de detecção e navegação do missil do ITA, então chamado de projeto Piranha, visando o 6400 que eu ja conhecia até certa profundidade por causa do MIC-1000. Com ele o projeto seria factivel, e o ITA ainda não sabia como projetá-lo, pois ainda estava analisando as alternativas.

E eu disse: Sr. Ministro, tem o projeto Piranha, e eu posso projetar toda a sua computaçẽo de bordo (seu software) desde que receba os sinais da sua detecção infravermelha (da temperatura do eacape das turbinas dos inimigos). Eu teria muito entusiasmo em faze-lo.

Ele respondeu: "Me mande uma carta direta, a remeterei para o Ministro da Aeronautica opinar e se

## Anexo C05-a

### JC/Executivos

● PALESTRA — Técnicos militares norte-americanos assistirão hoje, em Washington, a uma palestra do presidente do Grupo J. C. Melo, o empresário brasileiro João Carlos Melo, sobre os novos equipamentos eletrônicos que a indústria brasileira fabricará a partir de setembro, nos Estados Unidos e que deverão ser utilizados em aviões, navios, tanques e mísseis. Os protótipos desses novos equipamentos, o microcomputador e a estação remota MIO-1000, alcançaram resultados considerados excelentes naquele país, causando impacto semelhante ao aparecimento do computador doméstico. A princípio, a empresa pensou em fabricá-los aqui no Brasil, exportando em regime de «draw-back» para todo o mundo. Mas, devido à atual política no setor da informática nacional, o Grupo J. C. Melo decidiu antecipar sua fabricação nos EUA.

tecnicamente factivel, autorizarei esse projeto para o Sr."(sic)

Fiquei multo entusiasmado, e essa carta foi enviada. Não tenho uma sua copia, mas ela era mais ou menos assim (essa carta foi publicada pelo Correio Braslllenae numa data da qual não me lembro, porem poderá ser facilmente encontrada numa busca eletronica no referido jornal entre 1977 e 1978):

"de acordo com nossos entendimentos, proponho-me a participar do projeto Piranha da Aeronautica, no referente a sua computação de bordo, etc e etc."

Note-se que esse projeto não seria um contrato vultoso, como seria o da sua fabricação. Seria um contrato pequeno, somente de desenvolvimento. Consequentemente não havia, de minha parte, qualquer intenção de "ganhar dinheiro" com o referido contrato, mas sim de alto e estimulante serviço exclusivamente tecnico e pioneiro no Brasil.

Na semana seguinte, no Rio de Janeiro, eu recebo um telefonema de um funcionario da SEI: "Como diretor de uma associação de informaticos do Governo (ou nome similar), convido-o a dar uma palestra para uns 30 dos nossos associados, sobre os problemas da Politica Nacional de Informatica, na nossa sede em Brasilia, palestra essa confidencial e sem a presença das midias."(sic) E aceitei o convite e fiz o que ele desejava, sem supor que era uma armadilha.

Na segunda feira seguinte, no Rio, de manha, eu recebo um telefonema do saudoso Senador Roberto Campos.

Minha amizade com o saudoso Senador Roberto Campos era muito antiga, desde o longinquo 1957 quando ele presidia o BNDE e um Decreto da Presidencia criou um grupo de trabalho para implementar o uso de computadores pelas agencias do Governo. Nêo existia, ainda, nenhum computador no Brasil. Trabalhava eu em New York mas vim ao Brasil a seu convite, para exclusivamente assistir a primeira reunião desse grupo, ressalte-se que o fazia como um tecnico experiente (essa a razão do convite) e não como um politico. Esse fato esta narrado no livro de 1982, na sua pagina 30.

O Senador disse: "Um reporter do Correio Brasiliense me telefonou. Voce o leu hoje?"(sic) Respondi "Nao, não leio jornais de Brasilia."

"O General Venturinl o esta acusando de ser uma fraude, pois voce lhe enviou uma carta pedindo um contrato, e em troca voce não mais falaria contra a

reserva de mercado."(sic)

Resumindo essa vilania, muito agravada por ser de autoria de uma alta autoridade e de dentro do proprio Palacio do Planalto e absolutamente sem se importar com suas provaveis comnsequencias:

1. O General Venturini tentou me convencer a não mais comentar publicamente sobre a reserva de mercado,

2. No fim, diante das nossas divergencias me pediu (como um favor) que em vez dos pronunciamentos publicos eu lhe enviasse uma carta se diante de qualquer desaprovação ou qualquer fato relevante, com o que concordei,

3. Ele tomou a iniciativa de me perguntar como o Governo poderia me ajudar, Tecnicamente entusiasmado, falamos sobre o desenvimmento da computação de bordo do projeto Piranha, e do meu interesse nele, e ele me pediu uma carta.

4. Criou um teste (para conferir se eu realmente não mais iria falar contra a reserva de mercado), com um funcionario da SEI me convidando para uma palestra fechada, "sem a presença das midias."(sic)

5. De boa fe e sem esperar uma armadilha, fui a essa palestra e sobre os erros da reserva de mercado, e eu respondi com as minhas convicções tecnicas, ou seja fui franco.

6. Ele me calunia no jornal Correio Brasiliense, dizendo que eu o visitei para, se obtendo um contrato eu prometia "calar a boca", publicando a minha carta para participar do desenvolvimento do missil Piranha.

Foi mais uma tentativa de desmoralizar publicamente a maior voz contra a reserva de mercado.

Outro aspecto grave dessa vil armadilha, foi que, se a terceira pessoa em poder no Brasil isso fazia, isso implicitamente seria uma autorização para que orgãos que lhes eram subordinados (ja acostumados a me pressionarem e perseguirem) continuassem com essas suas amorais praticas sem receios de possiveis punições por seus superiores.

Isso tambem me abalou por outros tres motivos:

1. Atingiu o Senador Roberto Campos,

2. O Correio Brasiliense não consultou a "outra parte" antes da publicação, porem provavelmente por que estavamos num regime militar "duro",

3. Eu so iria ajudar o Brasil, assumindo um projeto

complexo (tanto que a Aeronautica ate essa ocasião nao o havia finalizado) e muito provavelmente perdendo tempo e dinheiro.

**Perda decorrente dessa infamia: Indireta, tentativa de desmoralização perante as midias impressas.**

## CAP06
## PROIBICAO DO LIVRO SER PUBLICADO

Este capitulo relata como o Governo tentou proibir que o livro de 1982 "A Incrivel Politica Nacional de Informatica" fosse publicado e vendido.

Aqui incluo um texto que foi incluido no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O momento da sua publicação fora propositadamente o periodo do Congresso Anual da Sucesu, a poderosa sociedade de usuarios de computadores, que se realizou em 1982 no Rio de Janeiro, no Rio Centro no fim da Barra da Tijuca.

O Presidente Figueiredo a ele veio, uns 2 dias depois da sua abertura, junto com toda a cupula da agencia responsavel pela PNI.

E no primeiro dia do Congresso sentei numa mesa e autografava os livros vendidos. A edição tinha sido de 3.000 exemplares e no fim do segundo dia eu ja tinha autografado 2.400 exemplares. O que representava aproximadamente 2 livros autografados por minuto, uma prova do seu sucesso perante os meus colegas de profissão os quais evidentemente compreendiam tudo de errado que estava acontecendo na PNI.

E o Presidente Figueiredo viria no dia seguinte. Logo depois que ele chegou, o Presidente do Congresso (cujo nome esqueçi, mas que será facil levanta-lo pois foi o da 1982), veio falar comigo: "Melo, o Governo veio falar comigo, exigindo que eu proibisse voce de vender o livro."(sic) Eu respondi: "Nao, não vou faze-lo."(sic) Ele então argumentou que o SNI lhe dissera: "Ou o livro pára, ou o Congresso parará. Escolha."(sic) Observem a enorme jactancia desse pessoal. E continuei autografando o livro. Pouco tempo depois, ele voltou com 2 auxiliares, e me disse:

"Segundo o artigo x do regulamento do Congresso, nenhum produto pode ser nele vendido."(sic) Ato continuo, os 2 auxiliares me ajudaram a desarmar a mesa e parar de vender o livro. Ele cumpriu com a determinação do Governo, porem usando um subterfugio.

Perda decorrente desta pressao: Indireta, evitando que a sociedade conhecesse o qüe estavam fazendo comigo e principalmente o que era - sem sofismas - a fracassada Politica Nacional de Informatica.

# CAP07
# MEU APELO PUBLICO AO PRESIDENTE GEISEL

**Este capitulo relata como, diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada nos jornais, e os seus resultados.**

**Abaixo incluo um texto que foi incluido no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.**

**Já não aguentando mais as consequencias de tantas pressões/perseguições (com suas consequencias empresarial, financeira, psicologica, familiar, etc) resolvi agir de uma forma radical ou seja fazer um pedido direto ao Presidente Gelsel. Recorde-se que os meus perseguidores eram o segundo poder de um Governo militar e eu pedi publicamente uma decisao nada menos do que a um Presidente militar. Uma grande loucura, como me avisaram varios amigos.**

**O eng. Antonio Portella Neto, já então Diretor da minha fabrica, tudo fez para que eu desistisse dessa ideia, com argumentos tais como "Eles vão lhe prender"(sic), e outros similares. Eu lhe respondi: "Portella, eu não sou esquerdista nem estou tentando derrubar o Governo. Eles não poderão me prender mesmo que o queiram, por eu ter somente uma opinião tecnica e alem disso bem real."(sic)**

**E no dia 5 de Junho de 1977. uma minha carta aberta ao Presidente foi publicada no jornal Correio Brasiliense de Brasllia e em outros jornais do Rio e de São Paulo. Veja essa carta no book 1, procurando pela keyword "Excelencia".**

**Observem este paragrafo da referida carta:**

----------
"Justifico-me a esse modo quase insolito de dirigir-me a Vossa Excelencia, levado que fui ante a impossibilidade de pessoalmente levar ao conhecimento das autoridades do vosso primeiro escalão estes meus reclamos, quer antes do advento dos atuais poderes da CAPRE, quer depois".(sic)
----------

No dia seguinte {2a. feira) as 9 horas da manha a minha secretaria Edna me disse: "Chegaram um General e dois Coronels, todos fardados. Estão na sala de reunioes. E de cara feia."{sic)

E o eng. Portella já queria chamar um advogado.

Ao eu entrar na sala, o General se identificou: "Sou o General Mariath, General-Diretor de Processamento de Dados do Exercito, junto com dois de meus assessores, Coroneis "a" e "b".

"Ontem, o sr. publicou uma temeraria carta dirigida ao Sr. Presidente da Republica, e isso não se faz. O Presidente me chamou ordenando que o visitasse. Se o Sr. é autentico, sera protegido, caso contrario sera preso."(sic)

Observe que o Presidente sintomaticamente não ordenou a ninguem dos envolvidos (CAPRE, etc) fazer esea investigação, mas sim escolheu uma pessoa da sua maior confiança, o General Mariath. Como eu soube depois, os dois eram amigos intimos, e o Presidente lhe telefonou pedindo que me visitasse, e nada, absolutamente nada, solicitou ou informou ao resto do Governo que estava sendo por mim denunciado.

E então o General Mariath investigou a minha pequena fabrica, junto com os dois Coroneis. E eu continuadamente notava, pelas suas feições, aprovações ao que estavam vendo. Na realidade, eles não viram uma grande fabrica como talvez esperassem, mas sim uma pequena porem efetivamente fabricando computadores em todas as suas etapas (computadores, e não os atuais simples PCs), desde o projeto e os desenhos dos circuitos impressos ate o seu teste final.

Apos a visita e ja na porta de saida, nas dispedidas, eu falei: "Sr. General, ao entrar o Sr. me disse uma frase sobre uma minha possivel prisão. O que posso esperar?"(sic) Ele respondeu: "O Sr. sera protegido, fique tranquilo."(sic)

A minha principal reclamação (alem do ambiente de terror que as agencias responsaveis pela PNI criaram)

era que os meus perseguidores não tinham aprovado o meu projeto de fabricação do computador IND-5005, um fato consumado e já em fabricação ha mais de 2 anos como já disse, para proteger a inadimplente COBRA e consequentemente a desinformação da reserva de mercado com computador importado e a troca do seu logotipo Ferranti por um idem da COBRA.

Depois eu soube que o Presidente chamou o Ministro que estava executando a reserva de mercado da CAPRE e lhe deu a ordem de aprovar o meu projeto. Diante da "prova" que o Sr. Presidente havia recebido diretamente do General Mariath, esse Ministro nada poderia contra-argumentar, porem quando tentou faze-lo com um "Mas..." (sic) o Presidente o interrompeu secamente e disse-lhe "Aprove-o." (sic)

E a decisão do Presidente Geisel em favor da minha fabrica e contra esses executores e controladores foi, como se diz nas Forcas Armadas, uma chave de galão do Presidente a meu favor.

Apos eu publicar essa carta aberta ao Presidente Geisel, ele pediu ao General Mariath (General-Diretor do Departamento de Processamento de Dados do Exercito) que a investigasse pessoalmente, ou seja não fez esse pedido aos controladores da CAPRE como normalmente deveria acontecer. Alias, isso ja diz muita coisa sobre a PNI de então sob o comando da CAPRE academica.

A respeito dessa aprovação veja as paginas 42 e 43 do livro de 1982, as quais aqui complemento:

1. Em seguida varias empresas me procuraram querendo se associar a J.C.Melo Industria de Computadores: Dismac, Banco Brascan, Sr. Henry Maksoud, Banco Itau e Vale do Rio Doce. E os jornais isso noticiaram, portanto o Governo tomou conhecimento do interesse do Itau na sua informatização pois então ja era impossivel criar a sua desejada fabrica Itautec por causa da PNI. Sobre o Banco Itau, veja pagina 44 do livro de 1982. O Governo o pressionou, proibindo-o de se associar comigo.

2. Provavelmente errando, eu não fiquei convencido do real interesse do Banco Itau, pois as tratativas me davam a nitida impressão de que eu estaria discutindo um "emprestimo bancario" e não uma sociedade. Com a Vale do Rio Doce, a J.C. Melo seria um pequeno ponto na sua posição de gigantesca exportadora de minerios. Dismac não me lembro porque nem iniciamos as tratativas, e Brascan era o mesmo caso do Itau, uma associação aparentemente "bancaria". E entao o Sr. Maksoud. Primeiro, ele veio ao Rio na minha fabrica e se apresentou como um socio, dizendo

"Eu estou aqui para carregar a J.C. Melo nos ombros, junto com voce" e "protege-lo das perseguições do Governo." (sic) E tambem "Eu não serei um banco, mas sim um socio."(sic) E como em um mes eu fui tres vezes a São Paulo para as tratativas com ele e seus assessores, ele acrescentou: "Não quero que voce use essa Ponte Aerea Rio Sao Paulo, são aviões velhos e perigosos, meu jato vira busca-lo"(sic), o que realmente aconteceu nessas tres vezes. Em resumo, ele me comprou pois eu era somente um bom tecnico.

3. E então essas possiveis sociedades sairam nos jornais e eu fui visitado pelo engenheiro Wando Borges, presidente da Digibras, que eu não conhecia. E ele, falando "em nome de Brasilia" disse: "O Governo não ve com bons olhos a sua associação com o Sr. Maksoud, e se o Sr. tem problemas financeiros para construir uma fabrica maior eu autorizarei o BNDE a conceder-lhe um emprestimo de dez ou vinte milhoes, aos seus juros propositadamente baixos."(sic).

Desejo fazer um adendo: Ate hoje com 86 anos, eu nunca fui processado por qualquer deshonestidade, nem acusado na Policia, Justica ou publicamente. Obviamente eu poderia ter executado varias deshonestidades bastantes conhecidas com esses 20 milhões a juros baixos. Na realidade, eu nunca dei muita importancia ao dinheiro, minha cabeca sempre foi ligada as tecnologias da informatica, essa que hoje ainda me faz trabalhar 10-12 horas por dia mesmo nesta longeva idade.

Os Governos não viam no Sr. Maksoud um aliado confiavel. Independentemente dos muitos casos que eu poderia contar como os da construção do aeroporto do Galeão, a sua revista Visão semanalmente criticava todos os projetos que o Governo anunciava, o que era do conhecimento geral, e por isso o Sr. Maksoud era considerado um inimigo apesar de ser um empresario, porem adicionalmente por ser desrespeitoso, intransigente e de relacionamento muito dificil. Um exemplo, antes da sua morte seus 2 unicos filhos passaram os 22 anos anteriores sem com ele falarem. Na revista Visão era uma critica pesada atras de outra, semanalmente, uma especie de mantra critica semanal. Um dos filhos, chegou a escrever nas paredes da redação da revista Visão: "Meu pai é um gangster"(sic).

E eu respondi ao engenheiro Wando: "Obrigado, mas não estou precisando do emprestimo."(sic) Ele respondeu: "Entao, faca a sociedade com um desses outros interessados, mas não com o Sr. Maksoud. Nessa hipotese (sociedade com os outros) mandarei o servico juridico da Digibras assessora-lo no contrato, para defende-lo."(sic) O que tambem não aceitei, o

agradeci porem nunca mais nos vimos.

Mas eu suspeito (tenho quase certeza disso) que o emprestimo do BNDE foi uma decisão do Presidente Geisel apos o relatorio verbal do General Mariath sobre a sua visita a uma "incrivel porem verdadeira fabrica BRASILEIRA de computadores com somente 450 m2". Depois da visita o General Mariath se tornou não um simples conhecido, mas um continuo e poderoso defensor da J.C. Melo Computadores sempre por iniciativa propria e não por eventuais pedidos de ajuda. Na visita, eu percebi que ele ficava perplexo com o que via, embora permanecesse calado como tambem os 2 Coroneis que o acompanhavam. Mas de vez enquando eles se olhavam e eram visiveis as suas perplexidades o que me indicava que eles não esperavam ver o que estavam vendo e talvez ja tinham ate pensado que o inexoravel final seria a minha prisão. Como eu informo no meu livro de 1982, eu gastei do meu bolso somente 1 na moeda de então enquanto COBRA gastou exatamente 300, como era possivel que eu ja fabricasse computadores e COBRA importava-os mudando os seus logotipos de Ferranti para COBRA? Como era possivel fabrica-los em somente 450 m2 e com somente um engenheiro auxiliar mais dois tecnicos e duas montadoras, porem COBRA ter uma imensa fabrica porem sem conseguir fabricar o Ferranti?

4. Sobre essa minha resposta negativa (alias, quem, no Brasil, rejeita um emprestimo desses e a juros baixos?) nessa epoca o engenheiro Wando era o presidente da holding Digibras, hierarquicamente subordinada aos controladores da politica nacional de informatica em Brasilia, que muito me perseguiam. E na parte de baixo era o superior imediato de COBRA, responsavel por continuas desinformações sobre a J.C. Melo. Naturalmente, não seria logico eu acreditar que a sua proposta seria real e não mais alguma nova perseguição. Eu cometi 12 grandes erros na minha vida e esse foi um deles, pois poucas semanas apos e eu ja tendo infelizmente formalizado a sociedade com o Sr. Maksoud, li nos jornais que o engenheiro Wando como presidente da Digibras fizera uma palestra para os empresarios na Federação das Industrias do Rio de Janeiro, e nela elogiou a J.C. Melo Computadores por ela estar fazendo o correto (sic) e sintomaticamente nem mencionou a sua subordinada COBRA. Mas infelizmente a sociedade com o Sr. Maksoud ja estava assinada.

Adicionalmente, hoje (2017) 40 anos depois descobri que o engenheiro Wando e eu tinhamos (sem eu saber) um antigo amigo comum e totalmente confiavel por ambos, e este amigo agora me informou que o engenheiro Wando fora de noite ao seu apartamento

pedir-lhe para me convencer a aceitar o emprestimo do BNDE ou no minimo associar-me somente com um dos outros interessados, porem não com o sr. Maksoud. E esse amigo (de Brasilia) não me procurou na ocasião e somente nos encontramos recentemente, uns 40 anos depois. Em resumo, a proposta do engenheiro Wando era verdadeira na sua intenção de ajudar/proteger a J.C. Melo Computadores e eu cometi um grande erro ao não acreditar nas suas boas intenções.

## CAP08
## QUEM ME PERSEGUIU?

Neste capitulo, faco uma ressalva sobre a identificação dos meus opositores. Na ocasião eu tomei uma decisão, de denunciar os erros do Governo na PNI e de algumas perseguições sofridas porem não denunciar pessoas, isso porque as origens das perseguições e tentativas de desmoralização eram em agencias do Governo. Porem as minhas denuncias publicas eram continuas e todas (100%) as cartas com essas reclamações que eu enviei não tiveram as imperativas investigações oficiais ou respostas de quaisquer tipos.

Algumas perseguições dessas agencias foram narradas no livro de 1982 portanto publicas, alem de amplamente publicadas pelas midias. Foram criticas publicas e dirigidas as agencias governamentais e sem respostas de quaisquer tipos, o que as confirmavam.

Alem disso, obviamente as perseguições não tinham as suas impressões digitais no referente aos individuos responsaveis, com excecao da narrada no capitulo CAP05. Mas essas impressões estavam nas agencias e seus dirigentes, como é obvio elas e eles tinham a obrigação de reagirem de algum modo, ou nas midias, ou na Justica, ou com uma minha prisão pois estavamos num regime militar que tudo podia, ou me chamarem para esclarecimentos, o que NUNCA ocorreu. Independentemente disso, podem ter sido ordens superiores.

Mas obviamente um dirigente dessas agencias não pode ser ressponsabilizado diretamente por alguma perseguição, embora elas tenham sido por eles conhecidas por serem publicas, noticiadas e algumas por cartas. E como se ve nestes 2 livros, muitas tem provas juridicas.

O melhor sera dizer que o "Governo me perseguiu", pois isso é a verdade.

No Capitulo CAP01 eu narro as oito primeiras perseguições sofridas e tambem no livro de 1982 nas suas paginas 44 e 45.

Nos Capitulos CAP03 ate CAP06 deste book 2 eu narro mais 4 perseguições, todas com provas judiciais.

No capitulos CAP07 a is seguintes são relatados mais onze das 104 perseguições sofridas e catalogadas por minha secretaria Edna. Mais perseguições não são citadas para não tornar este book 2 muito extenso.

Somente para registro e independentemente das inumeras noticias então publicadas pelos jornais, o Governo e suas agencias responsaveis sempre receberam de mim criticas publicas, abertas e portanto "oficiais", legais, conhecidas (portanto não foram criticas secretas ou nos bastidores) sobre os erros da sua PNI e as perseguições sofridas.

As criticas ABERTAS foram:

1. Em 1982, com a publicação e venda do meu livro 1.

2. Em 29 Junho 1977, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Ciencias e Tecnologia da Camara dos Deputados, parte sobre as perseguições que eu sofria e parte sobre as inviabialidades da Politica Nacional de Informatica do Governo. Veja o anexo C16-c uma noticia do jornal Tribuna da Imprensa sobre essa exposição.

3. Em 21 Marco de 1984, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Economia do Senado Federal sobre as inviabialidades tecnicas e industriais da Politica Nacional de Informatica do CSN/SNI/SEI.

4. Em 5 Junho de 1977, fiz uma respeitavel carta aberta ao Presidente Geisel, publicada em Brasilia, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Veja o Capitulo CAP07.

5. Em 25 Janeiro 1976, enviei uma denuncia formal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica sobre as ações de DIGIBRAS/COBRA contra a minha empresa. Veja o anexo C16-d do jornal O Globo de 25 Janeiro de 1978.

6. Continuadamente as midias impressas noticiavam as minhas criticas politicas e tecnicas a Politica Nacinal de Informatica, e apoiando as minhas criticas, como vemos no capitulo CAP12 uma materia do jornal O Globo de 25 Janeiro 1976, de pagina inteira sobre esse tema,

7. Depois da minha volta ao Brasil, em dia do qual não me lembro (em 2013) fiz um longo depoimento gravado

## Anexo C16-c

# Indústria de computador explicada no Congresso

TRIBUNA IMPRENSA (:

A forte tendência monopolística e estatizante não atingirá os altos objetivos do governo de nacionalizar a indústria de computadores por questões de segurança nacional — afirmou ontem o empresário João Carlos Melo, Presidente do Grupo J. C. Melo, primeiro fabricante de minicomputadores no Brasil, perante a Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara dos Deputados, adiantando que "é contra a concorrência, quando predatória das multinacionais e contra a estatização, mas a favor da empresa privada nacional", concordando com os objetivos que se deseja alcançar, mas não com os meios que vêm sendo empregados.

Ao indicar os pontos que considera conflitantes nas ações governamentais, disse que o fazia na certeza de acrescentar subsídios aos que o Governo já dispõe, não concordando com o ponto de vista externado por alguns setores de que suas afirmações poderiam gerar um risco de natureza política, porque "não está contestando e nem fazendo críticas gratuitas, mas exercendo um dever para com o próprio País, honrando à sua condição de brasileiro, consciente das obrigações inerentes à sua nacionalidade".

### INVIABILIDADE

Desconhecemos a existência de uma única fábrica estatal de computadores — disse João Carlos Melo — que tenha-se viabilizado quer sob o ponto de vista econômico quer sob o técnico, em qualquer parte do mundo. Muito ao contrário até a União Soviética é um grande cliente das indústrias privadas norte-americanas, com compras da ordem de um bilhão de dólares anuais. Não existem registros, ao contrário, de compras norte-americanas de computadores soviéticos.

Existe, inclusive, uma experiência clássica, política, que bem exemplifica essa inviabilidade: a CII francesa. Como sabemos, o Presidente De Gaulle, numa decisão política e tendo em vista uma desejável nacionalização da área de informática bem como problemas de segurança nacional (note-se que são os mesmos objetivos brasileiros), pretendeu a criação de uma indústria francesa de informática. O forte apoio econômico, complementado por um forte apoio político que inclusive extravasou para alterações públicas com o Presidente Kennedy, resultou numa companhia até agora deficitária e que detém somente 5% do mercado francês, e esses 5%, assim mesmo, quase que totalmente representados por compras militares.

### DOIS ANOS À FRENTE

O primeiro problema é o referente à necessidade de um novo projeto nacional quando a tecnologia é importada. A J. C. Melo está, no mínimo, dois anos à frente de qualquer outra empresa (como a estatal) que decida fabricar minicomputadores no Brasil. O que já evoluímos na engenharia industrial e na engenharia de produtos locais, representa um patrimônio técnico inestimável, que nos garante aquela precedência.

Acredito que somente duas empresas, a IBM e a J. C. Melo, possuem esse acêrvo técnico, pois são as únicas que enfrentaram (e essa palavra é muito apropriada) uma real e efetiva fabricação local. Sei, por exemplo, que para a fabricação de seus computadores no Brasil, a IBM teve que enfrentar aproximadamente 300 problemas referentes aos insumos básicos e componentes nacionais. Nós enfrentamos uns 100.

### DECISÕES FECHADAS

Outro grande problema é que os técnicos do Governo Federal, um círculo extremamente fechado, tem gerado decisões e resoluções as vezes distanciadas da realidade. Os dois problemas anteriores, ou sejam a inviabilidade de uma indústria estatal de computadores e a impossibilidade de qualquer empresa captar uma grande parcela de demanda num prazo relativamente curto, são exemplos desse hermetismo.

Como outro exemplo, há pouco o Governo definiu, através de uma Resoluçao, o que é minicomputador. Trata-se, meus Senhores, de única definição de minicomputador que existe no mundo, pois tem-se evitado uma definição absoluta por ela ser impossível. No exterior, existem centenas de métodos e equações (e eu também contribuí para a confusão gerando uma equação, que tomou o nome de Método de J. C. Melo nos Estados Unidos) tentando formular, sem êxitos a não ser muito relativos, o que alguns técnicos conseguiram com uma Resolução. Por causa de certos problemas como a eficácia de um software, idem de um hardware, relaçao preço/perfórmance de software, idem de hardware, etc., é teoricamente impossível uma definição absoluta. Posso dar outros exemplos.

### MONOPÓLIO

Todos nós conhecemos as repetidas declarações governamentais de que não deseja um monopólio para a empresa estatal. Devo declarar que ouvi isso de altas patentes, ao nível de primeiro escalão. No entanto, nenhuma Resolução demonstrou esse objetivo, em qualquer tempo.

Temos, portanto, um monopólio abominado política e juridicamente pelo Governo Federal. Estou convicto, pelo que tenho observado, que muitos técnicos governamentais principalmente na empresa estatal, convenceram-se de que um tipo de monopólio é absolutamente necessário para a viabilidade econômica do empreendimento governamental.

**Anexo C16-d**



# ...enuncia Digibrás ao Cade

...quer país em desenvolvimento, só desenvolve-se o *software*. Depois, veio ensinar aqui, mantendo sempre contato com técnicos e empresários em todo o mundo. No Brasil, desde 1971, criou uma escola de *hardware* e *software* em *real-time* na qual já treinou mais de 1.500 alunos atendendo a centenas de empresas, entre as quais a Cemig, Furnas, Light, Usiminas, CVRD, Petrobrás, Usiba, Cosipa, CSN, CTA, Alcominas, Eletrobrás, Ericson, Transcon, Foxboro, Hewlett-Packard etc.

Ao partir, entretanto, para um projeto industrial, criando a On-Line Computadores e Sistemas, defrontou-se com três problemas, analisados em carta datada de 17 de novembro de 1975, dirigida ao Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen:

a) O descrédito do mercado sobre a possibilidade de uma empresa nacional fabricar computadores;

b) A resistência de um eventual consumidor estatal, que pelo menos então, preferiria importar;

c) A impossibilidade de uma efetiva proteção ao Similar Nacional, através dos mecanismos da Cacex e Abinee.

Diz ele, perplexo, na carta ao Ministro Simonsen:

"Companhias que me aceitavam como projetista e consultor, ou como professor de seus engenheiros, não me aceitaram como fabricante, o que é um paradoxo. Com sinceridade, hoje eu sei que o maior culpado disso foi o Governo Federal, pois desde 1971 que ele diz, erradamente, que a fabricação de computadores exige uma engenharia complexa, quase inatingível por países em desenvolvimento".

Continua mais abaixo:

"A Cosipa deseja importar um sistema, bastante simples na realidade, pois é somente para aquisição de dados. De início, negou-se sequer a receber meu engenheiro, não quis nenhuma proposta etc. Quando comuniquei-lhe oficialmente, numa tentativa de pressão para obrigá-la a uma análise (e não a uma compra), sobre a existência do registro de Similar, recebo carta que embora perfeita do ponto de vista legal, tem a principal finalidade de excluir a On-Line".

E diz mais adinate:

"O terceiro problema é o criado pelas multinacionais fabricantes, quer na Albinee, quer na Sucesu, agravado por problemas operacionais na Cacex, que fez com que a On-Line considerasse o chamado cadastramento de Similar Nacional, como inoperante".

Com uma pequena peça na mão — um circuito integrado — João Carlos Melo vai demonstrando que a montagem de um computador não é difícil, nem muito cara, nem exige gigantescas instalações.

— Quase todo o computador se resume a este circuito. Cada vez mais, o computador vai sendo colocado aqui dentro e logo não teremos mais nada a fazer além de aclopar uma régua a essa pecinha.

Com efeito, o circuito integrado revolucionou a tecnologia do computador. É a peça que requer a tecnologia mais sofisticada e os investimentos mais elevados. Sua produção só é viável economicamente quando se obtém elevadas economias de escala, razão pela qual apenas nos Estados Unidos e a União Soviética produzem desses circuitos avançados. Um terceiro país, o Japão, começou a fabricá-lo no final do ano passado.

— Nos Estados Unidos — garante o industrial — existem uns 20 fabricantes e essa peça pode também ser encontrada facilmente no varejo onde custa uns 35 dólares. Por isso não há problema para obtê-las mas, por outro lado, não teríamos escala para fabricá-la.

— Este, aliás, é o único componente importado do nosso computador, correspondendo, em termos de valor, a 32% do custo de fabricação. Todo o resto do nosso material é nacional. Mas também importamos os periféricos (teletipos, leitoras de fitas perfuradas etc) porque, igualmente, o reduzido mercado ainda não justifica a instalação de fábricas de periféricos no Brasil.

É o emprego desses circuitos integrados que torna os computadores da On-Line bastante mais baratos que o projetado pela Cobra: "um terço a um quarto mais barato", diz João Carlos Melo. E lhe garantiu presença pioneira no mercado a preços baixos que, segundo ele, deram origem às pressões do grupo Digibrás.

## As pressões

João Carlos Melo acusa a Digibrás, entre outras ações, pela perda de um vultoso contrato para montagem de um sistema de controle de trânsito em Curitiba juntamente com um financiamento do Badep para a instalação de sua fábrica em terreno a ser concedido pelo Estado do Paraná.

Conta ele que, ao acertar a montagem do sistema, obteve também do Governo paranaense vantagens fiscais, financeiras e imobiliárias para instalar uma fábrica no Distrito Industrial de Curitiba. Vantagens essas que são as normalmente oferecidas por todos os Governos estaduais para projetos de desenvolvimento industrial. Entretanto, quando já estava quase tudo acertado, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — Badep, a quem caberia o financiamento às obras, recebeu um comunicado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, maior acionista da Digibrás, informando que qualquer decisão a respeito da instalação de uma fábrica de computadores no Estado só poderia ser tomada após ouvida a Digibrás. Essa carta provocou o recuo do Governo paranaense diante de todos os acordos que vinha acertando com a On-Line.

João Carlos Melo diz que não vai parar. Seu primeiro computador, o On-Line 5 005 "está sendo vendido normalmente".

— O novo modelo 8 000 será comercializado dentro de poucas semanas mais ou menos aos mesmos preços do 5 005. É nosso plano, também, dentro de poucos meses vender 5 005 e 8 000 em kits, para serem montados pelos compradores. Em linhas gerais, nossa filosofia resume-se em dois pontos: desmitificar os computadores e alta produção com baixa margem de lucro.

— Queremos colocar nossos computadores em empresas mesmo pequenas, escolas secundárias etc. Como está acontecendo nos Estados Unidos. Com os kits, que poderão ser montados por um bom técnico em eletrônica, o computador será desmitificado, pois a mistificação do problema já custou 90 milhões de cruzeiros ao Governo.

E conclui:

— Existem dois tipos de estatização: a legal e a amoral. A legal, todos conhecemos. São as áreas de monopólio ou aquelas que o Governo define claramente como de interesse do Estado. A amoral é aquela em que a área não está oficialmente estatizada mas procede-se como se fosse, direta e, principalmente, indiretamente. É a que ocorre com a Digibrás, perseguindo a minha firma e outras que pretenderam instalar-se no Brasil, criando uma indústria estatal, controlando todas as compras através da Capre, promovendo a criação de novas indústrias estatais.

de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo, fornecendo-lhes os documentos associados.

Por que, diante dessas criticas publicas na epoca da PNI o Governo ou suas agencias não me processaram na Justica ou não me responderam nas midias, preferindo ações amoraes e criminosas nos bastidores?

Necessito desmentir a informação proposital de que eu seria contra os militares, portanto contra a antiga politica nacional de informatica. Não vou citar a ascendencia militar da familia de minha mãe, vou me restringir a epoca da politica nacional de informatica. Os militares me perseguiram, como muitos pensam? Alias, este livro é dedicado a 4 Generais.

Nao, NAO FORAM OS MILITARES.

Que alias eram contrarios a academica e irreal politica nacional de informatica do Governo e de suas agencias, tanto que o General Jayme Mariath (Diretor do Centro de Processamento de Dados do Exercito) e o General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe do Estado Maior das Forcas Armadas) me apoiaram com declarações documentadas e inclusive publicamente nas midias impressas. Desprotegido e sofrendo continuadas perseguições, esses importantes apoios muito me emocionaram pois vieram nos momentos e aos niveis adequados.

E no inicio da PNI eu fui publicamente apoiado pelo General Golbery, como narrado anteriormente nestes books 1 e 2, que determinou ao Ministro Simonsen proteger a primeira industria brasileira de computadores. Veja o Capitulo CAP02 deste book 2 ou procure com a keyword "Marcos". O seu apoio foi natural, por ele ser provido de inteligencia incomum como sabemos. Um dos grandes erros da Revolução de 1964 foi ele não ter sido Presidente da Republica e escolherem o General Figueiredo.

Militar 1:

Quando o Governo não aprovou a fabricação (uma das suas 22 maiores perseguições) do meu segundo computador MB-8000, com alto indice de nacionalização, o General Mariath (General-Diretor do Centro de Pocessamento de Dados do Exercito) imediatamente me enviou um pedido oficial de compra do MB-8000, numa publica e direta discordancia do Exercito da politica nacional de informatica do proprio Governo.

Lembrem-se que foi ele que apoiou o meu primeiro

computador IND-5005 junto ao Presidente Geisel como ja narrei. Alias, o General Mariath sempre me apoiou de varias formas, pois discordava da politica nacional de informatica das agencias do Governo. Veja o anexo C16-a.

Militar 2:

Tambem ao visitar o Ministro General Potyguara, Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA, fui recebido por 6 oficiais generais no seu gabinete, das 3 Forcas Armadas. Numa mala, levei o meu computador IND-5005 desmontado, com todos seus insumos nacionais, com suas faturas de compras, inclusive o circuito impresso de 6 camadas fabricado pela Microeletronica SP. Ao sair, todos eles me levaram ao elevador privativo do Ministro, e quem conhece os militares sabem o que isso significa. Ao entrar no elevador, tambem entrou uma jornalista do Jornal do Brasil, e eu lhe disse: Não posso dar uma entrevista, ela é do senhor Ministro, e ela respondeu: Mas foi exatamente ele que me pediu para entrevista-lo. No dia seguinte, a visita estava publicada no JB, uma discordancia publica da politica nacional de informatica das agencias do Governo e oriunda do Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA. Veja o anexo C16-b e a pagina 42 do livro de 1982.

Militar 3:

Desde o inicio da politica nacional de informatica das agencias do Governo eu fui contra a equivocada decisão da Marinha que pressionava para que o computador militar da Ferranti inglesa fosse o escolhido para fabricação pela estatal Cobra, como de fato aconteceu. Fui contra por ser uma decisão equivocada, o Ferranti era um computador militar (instalados nas fragatas inglesas compradas pela Marinha, com um software para o controle dos tiros), e não tinha os imprescindiveis softwares comerciais desejados pela grande maioria dos potenciais compradores de computadores. O tempo passou, o que eu previa aconteceu, o otimo Ferranti (sim, ele era bom) foi um fracasso comercial. E o assunto morreu. Tempos depois, no meio das perseguições das agencias do Governo me telefonaram do Ministerio da Marinha (de surpresa) solicitando que eu fizesse uma palestra sobre os erros da politica nacional de informatica, para alguns almirantes e uns 50 oficiais, na ilha Fiscal. E assim fiz. Ao terminar, fomos todos a um almoco-homenagem a minha pessoa, com direito a um toque de corneta que me emocionou por vir exatamente da Marinha. Esse convite realmente me emocionou, por demonstrar que a Marinha tambem não mais estava a favor da PNI e contra as perseguições que eu continuadamente sofria. Uma publica

**Anexo C16-a**

*Caro amigo..*

Aceite nossos sinceros cumprimentos pelo mui merecido galhardão e que seja este o início de uma série de outros tantos, que certamente hão de vir.

Alegra-nos saber que temos certa participação para tão acertada escolha.

Votos de felicidades, extensivos aos familiares.

*Gen Jayme Miranda Mariath*

BSB, Out 79

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS
DIRETORIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
GABINETE DO GENERAL DIRETOR

Prezado Sr JOÃO CARLOS MELO

Na impossibilidade de atender ao seu gentil convite, por circunstâncias várias, cumprimento-o através deste, pela merecida homenagem, desejando-lhe mais sucessos e felicidades.

Na oportunidade, informo meu novo endereço, onde estarei às ordens e esperando continuar merecendo a atenção de V.Sª.

Atenciosamente

*Gen Jayme Miranda Mariath*

2º GPT ENG CONST
Est PONTA NEGRA Km5
69000 - MANAUS - AM (TEL - (092) 234-3325)

**Anexo C16-b**

# *Chefe do EMFA recebe J. C. Melo*

*Brasília* — Com a finalidade de pleitear a participação de sua firma na concorrência para produção de minicomputadores no Brasil, encontra-se nesta Capital o presidente do Grupo J. C. Melo — Indústria de Computadores Ltda., que, na última quarta-feira, foi recebido em audiência pelo Ministro-Chefe do EMFA, General Moacyr Potyguara.

Por considerar, que em termos de poder econômico, sua empresa "encontra-se em desvantagem para concorrer com as outras firmas interessadas no mercado de minicomputadores" — aberto agora às multinacionais, desde que contém com participação acionária nacional — o Sr João Carlos Melo pretendeu mostrar ao Ministro Potyguara e seus assessores — um deles com assento na Capre — o que sua empresa vem fazendo, notadamente no que se refere ao índice de nacionalização do material. O Ministro-Chefe do EMFA, depois de uma conversa de 40 minutos com o empresário, prometeu estudar o assunto.

Apesar de seu projeto de produção de minicomputadores encontrar-se na Capre — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico — desde o mês de março, "com parecer favorável", J. C. Melo considera que sua empresa dificilmente poderá ganhar uma concorrência aberta, pois "com a recente aprovação pela Capre de uma resolução permitindo a participação das multinacionais, associadas a empresas privadas nacionais, os pequenos grupos não terão muitas condições de preencher as duas vagas restantes no mercado, de acordo com o que foi fixado pelo Governo".

Indagado sobre os motivos que o levaram a enviar uma carta-aberta ao Presidente Geisel, assim como a parlamentares, empresários, funcionários públicos, jornalistas e militares, entre outros, o Sr Melo explicou que se encontra numa batalha pela defesa do que acha justo: "Aprovo *in totum* as medidas que o Governo está tomando para defender a indústria nacional. Discordo em parte é da forma como isto vem sendo feito".

discordancia da PNI das agencias do Governo, e vinda da Marinha! Seria necessario voces estarem no meu lugar para sentirem a imensa emoção que esse convite me causou, por ser da Marinha que havia sido tão equivocada no inicio.

Esses 3 exemplos mostram a realidade de entao, bem conhecida nos bastidores, a de que o Exercito, a Marinha e o Estado Maior das Forcas Armadas EMFA não estavam satisfeitos com os resultados seguidamente negativos dos executores e controladores da PNI.

As perseguições tambem não foram na gestão do Coronel Edison Dytz como Secretario Especial de Informatica. Alem de não me perseguir, deu sinais claros (a mim e ao setor de informatica do Brasil) de que não concordava com as perseguições a minha pessoa, por exemplo ao me convidar como presidente da mesa num Congresso da sua SEI em São Paulo (exatamente num auditorio do hotel Maksoud Plaza, do Sr. Maksoud, exatamente o que me "tomou" a fasnrics J.C. Melo/SISCO com a ajuda do Governo) sobre controle de processos por computadores em tempo real, a minha especialização.

Na agencia SEI,, na gestão do Sr. Octavio Gennari Neto foi que ela jogou a Lei pela janela (pelos Correios) isso possibilitando que o Sr. Maksoud "tomasse" a minha empresa. Incrivel, a SEI jogou pela janela uma petição oficial que, juridicamente, provava que os direitos de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram meus e não da J.C. Melo/Sisco, e porisso eu os requeria de volta.

O Sr. Octavio Gennari Neto tambem fora socio da empresa MICROTEC, que faliu e deixou muitos clientes sem receber os produtos pagos, do que resultaram muitas denuncias via Internet.

A "tomada" da minha empresa pelo Sr. Maksoud não ocorreu na presidencia do General Geisel, mas na do Presidente Figueiredo.

Ressalte-se que, obviamente eu não sou contra a existencia de uma agencia de informações da Presidencia, desde que ela seja exclusivamente um orgao de informações da Presidencia. Importante, como é obvio. Poderia apenas criticar alguns procedimentos exclusivamente tecnicos pois infelizmente a Teoria Geral de Controle, que deveria ser a sua materia mais estudada, não é ensinada na sua escola. Mas esse é apenas um detalhe tecnico pois hoje não tenho motivos para criticar a sua sucessora ABIN Agencia Brasileira de Informações, pois ela apesar de sucessora não é mais eleitoral, industrial,

politica e uma pequena copia da Stasi da Alemanha Oriental como infelizmente o foi ha 40 anos atras.

Adicionalmente esse é um assunto vencido. E tambem politico e eu sempre os evitei, alem da minha mente ser bastante cartesiana portanto muito menos agora desejo discutir ou comentar esse assunto.

## CAP09
## PERSEGUICOES ADICIONAIS

**Adicionalmente as 4 perseguições narradas nos capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06 deste book 2, nos seguintes capitulos CAP07 a CAP29 são relatadas mais algumas das 104 perseguições sofridas e catalogadas.**

**Na realidade essss perseguições foram mais de 104 pois as executadas fora da empresa minha secretaria não registrava. No meu livro de 1982 eu narrei somente as 8 primeiras perseguições, veja um resumo dessas primeiras nas paginas 44 e 45 do mesmo livro e no Capitulo CAP01 deste book 2.**

**A minha secretaria tambem não registrou dezenas de telefonemas tipicos das "investigações" do Governo, facilmente identificaveis por causa do seu ruido de fundo tipico de um seu velho sistema. Na realidade, eu aproveitava esses telefonemas para "mandar de volta" algumas contra-informações. E quando minha secretaria atendia um desses telefonemas ela me passava o telefone dizendo: "Tem o barulhido de fundo."(sic)**

**Eles tinham por mim um odio inexplicavel e eu nunca inspirei odio nas pessoas com quem tive tratativas de quaisquer formas.**

**Esse ODIO ESTA VISIVEL, por exemplo, no Capitulo CAP04, quando pressionaram meus 3 socios para me tirarem da empresa Stratus. Não era um assunto politico ou tecnico, mas comprovadamente um odio.**

**Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo Capitulo CAP23, quando uma empregada drogada se suicida no Viaduto do Cha e naturalmente a Policia abriu um inquerito (do qual fui absolvido) e eles foram por iniciativa propria a Policia de São Paulo pressiona-la por um indiciamento.**

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capitulo CAP14, quando o Governo disse a dois vice-Presidentes da EDS (a maior empresa de processamento de dados do mundo) que haviam me feito um convite (que aceitei) para ser seu Presidente no Brasil, que a EDS "teria problemas se eu fosse o seu Presidente."(sic), como os dois vice-presidentes me relataram.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capitulo CAP19, quando eu estava tratando da instalação da minha fabrica na Cidade Industrial de Curitiba e o Governo do Estado recebe um telex, por iniciativa propria do Governo Federal sem que eu nem o Governo do Parana tivessemos solicitado qualquer iniciativa do mesmo, proibindo-a.

Somente esses 4 casos demonstram um ODIO DOENTIO, muito alem do desejo de me derrubarem por causa das minhas opiniões sobre a PNI ou para me adequarem ao seu próprio gosto.

O ODIO vem do ambiente familiar, que é a base do nosso desenvolvimento psiquico. Os psicanalistas dizem que é preciso voltar ao início da vida, ao ambiente familiar do indivíduo, para explicar os diferentes tipos do ODIO.

Nao sei por que fui tao odiado, eu nunca quiz eliminar os mentores da PNI, tirar-lhe os vistosos postos ou executar semelhantes ações. Mesmo por que eu não tinha a Justica ou uma divisão de Exercito para faze-lo. Eu era so um tecnico com uma correta opiniao tecnica, coisa muito limpa e facil de ser entendida.

## CAP10
## COBRA DIFUNDIA QUE
## EU ERA UM CONTRABANDISTA

COBRA difundia que eu era um contrabandista, e não um fabricante. E isso era um fato publico. No livro de 1982 essa perseguição esta sumarizada, nele procure com a keyword "Furiati".

Eu realmente fabricava, porem COBRA nada disso fazia pois exclusivamente importava o computador Ferranti ingles e trocava o seu logotipo, como toda a classe de informatica sabia. As vezes, isso fazia até abrindo o caixote original proveniente do Reino Unido nas proprias instalações do cliente e trocava o seu logotipo por um de COBRA. E nem sequer se preocupava com as opiniões negativas que esse amoral procedimento gerava, um evidente procedimento manu militare.

Por "fabricar" entenda-se: projetar o seu circuito eletronIco, desenhar os circuitos impressos de suas 6 camadas, fabricar essas circuitos impressos na fabrica da Microeletronica em São Paulo, montar seus componentes nos circuitos impressos, integrar todos os seus componentes, monta-los no seu gabinete, climatiza-los e testa-los em estufa, incluir seus softwares minimos (assembler, microassembler, basic, fortran) e fazer seus testes finais. E, nos 2 ultimos modelos MB-8000 e MC-9700 tambem incluir um poderoso software cobol multiusuario em rede, o famoso Blis-Cobol.

Importante lembrar que o meu primeiro modelo IND-5005 foi o unico a ser aceito pela Carteira de Comercio Exterior CACEX e pela ABINEE Associação Brasileira da Industria Eletro-Eletronica como "similar de computador", apos vistorias dos seus engenheiros a minha fabrica no Rio de Janeiro, como ja narrei anteriormente.

Vejamos agora 5 eventos que desmentiram essa continuada calunia de COBRA, essa continuada falta

de explicações para o seu conhecido fracasso, quer aos seus superiores quer ao mercado:

1. O PRIMEIRO EVENTO

Foi que a CACEX Camara de Comercio Exterior do Banco do Brasil, que controlava todas as importações brasileiras, como ja narrei anteriormente me concedeu o registro de similar nacional, por decisão do eng. Namir Salek então Diretor da CACEX e isso somente depois da visita de seus engenheiros a minha pequena fabrica, na realidade o primeiro similar nacional de computadores, enquanto COBRA, apesar das pressões politicas sobre o eng. Salek nunca o conseguia. COBRA politicamente não aceitava essa decisão da CACEX, e o eng. Salek uma vez me disse: "Enquanto eu for diretor da CACEX, COBRA não tera um similar nacional."(sic). Evidentemente por que COBRA importava e simplesmente trocava o seu logotipo. E COBRA nunca conseguia o seu similar nacional embora fizesse continuas pressões governamentais sobre o eng. Salek.

E existia um problema adicional grave: Como a CACEX poderia registrar um similar nacional de COBRA, se ela visivelmente importava e trocava o seu logotipo por "COBRA" ate na casa de um cliente quando a importação demorava por algum motivo, e toda a informatica nacional isso sabia? O Governo nem se importava com isso, manu militare.

O similar nacional de qualquer coisa diz: "Voce não podera importar, pois existe um similar nacional."

2. O SEGUNDO EVENTO

Foi que a poderosa ABINEE Associação Brasileira das Industrias Eletro Eletronicas, me apoiava integralmente nesse episodio do similar nacional, depois de verificar in loco as instalações industriais conforme ja narrei anteriormente.

3. O TERCEIRO EVENTO

Foi quando a editora chefe do Data News (publicação semanal sobre informatica, a mais importante do setor nessa ocasiao) de nome Gilda Furiati, me telefonou e disse: "Melo, voce tem que acabar com essa fofoca, se puder. Ela esta muito grande, difundida por todos os empregados de COBRA, parece uma ordem geral superior. Me deixe visitar a sua fabrica, levarei um fotografo, e publicarei a realidade seja ela qual for. Voce topa?"(sic) Concordei e isso de fato aconteceu no dia seguinte. Na edição seguinte do Data News a materia mais importante era essa visita a minha fabrica, na capa e em outras paginas cheias de fotos

ilustrando as varias etapas da fabricação. A referida reporter me informou, depois, que COBRA dissera ao diretor do Data News (um norte-americano) que se ele fizesse isso de novo nunca mais lhe daria publicidades.(sic)

4. O QUARTO EVENTO

Foi que a pequena J.C. Melo no Rio de Janeiro e a grande J.C. Melo/Sisco em São Paulo, muitas vezes foram visitadas por grupos do Exercito e da Marinha, totalizando talvez mais de 200 oficiais.

E so em 1977 mais de 100 oficiais de altas patentes a visitaram no Rio de Janeiro, vide pagina 53 do livro de 1982.

Vide tambem a pagina 40 do livro de 1982, com este texto:

----------
"Mais de cem autoridades visitaram, por convite individual, a fábrica da J.C.Melo, sempre manifestando surpresa e satisfação, da Marinha, do Exército, de entidades de classe, etc."
----------

5. O QUINTO EVENTO

Foi que periodicos e associações de classe visitaram as minhas fabricas, a do Rio pelo jornal O GLOBO e a de Sao Paulo pela SUCESU associação dos usuarios de computadores, e ambas visitas foram noticiadas como vimos em anexos anteriores..

## CAP11
## TRANSFERENCIAS DE CONCORRENCIAS GANHAS PARA COBRA

E surgiu outro fato amoral, eu vencia uma concorrencla publica porem posteriormente a repartição (a agencia do Governo) interessada recebia a visita do "pessoal de cima" e COBRA terminava por ganhar o contrato (uma decisão manu milítare, ao arrepio das Leis) que havia sido vencido por mim.

Essa amoral pratica foi por mim denunciada e publicada pelo Diarlo Popular de 24 Junho 1977, veja o anexo C20-a, com o seguinte texto:

.

----------

"Isso vem acontecendo atreves de pressões de natureza politica para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas publicas sem a necessaria concorrencla e, ao contrario, com adoções de criterios de compras nos quais não se incluem avanços tecnologicos e preço baixo como itens importantes."(sic)

Essa pratica tambem foi denunciada ao jornal Estado de São Paulo de 3 Junho 1977, como vemos no anexo C01-a no Capitulo CAP01, de onde extraio este texto:

----------

" ... pressões tambem sobre outras empresas (compradoras) para que elas não assinassem contratos com sua companhia (a J.C. Melo) e ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, e finalmente a feitura de contratos sem concorrenciaa publicas mas inteiramente politicos."(sic)

----------

## Anexo C20-a

# Cobra é acusada de monopólio

BRASÍLIA — "A recém-instalada empresa estatal COBRA — Computadores Brasilieros S/A — já começou a exercer o monopólio do mercado de pequenos computadores, em detrimento das pequenas e médias empresas privadas nacionais do setor. Isso vem acontecendo através de pressões de natureza política para eliminar iniciativas-particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas públicas, sem a realização da necessária concorrência e, ao contrário, com adoções de critérios de compras nos quais não se incluem avanço tecnológicos e preco baixo como ítens importantes."

A denúncia é do empresário João Carlos Mello, presidente, segundo afirma, da "unica companhia inteiramente brasileira no setor de minicomputadores." que ontem prestou depoimento na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Além do monopólio e da eliminação da concorrência, ele condenou e criticou a atuação da COBRA "por anunciar que fabrica computadores nacionais quando, na verdade, apenas faz a montagem de equipamentos importados, e ainda, a opção da empresa estatal por montar minicomputadores com sistema de linguagem obsoleta e de difícil comercialização."

# CAP12
# EU DENUNCIEI AS ACOES DE COBRA AO CADE

A situação chegou a um ponto tão insuportavel que resolvi dar uma longa entrevista de pagina inteira ao jornal O Globo no domingo 25 Janeiro 1976 no Caderno de Economia, dizendo da minha intenção de denunciar o Governo Federal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica por causa dessa e das outras praticas contra a minha pessoa. Veja o anexo C21-a. O importante jornal O Globo me apoiou, pois uma entrevista de pagina inteira num domingo de um jornal com a respeitabilidade do O Globo fala per si. O seu cabecalho tinha a dimensão da pagina inteira e dizia: "Empresa de computador denuncia Digibras ao CADE."(sic)

A denuncia era juridicamente aceitavel, porem o CADE não a aceitou por ela ser contra o Governo Federal (outra decisão manu militare, ao arrepio das Leis).

Ao vermos as dimensão e exposição dessa denuncia logo vem a pergunta: Como foi possivel o Governo nada responder, a não ser que não pudesse? Que não quisesse expor publicamente o Governo? Manu militare ele tudo podia.

Somente esta falta de resposta ou protesto a mim ou as midias impressas corrobora todas as minhas denuncias narradas nestes 2 livros,

1. sempre manu militare,

2. sempre nenhuma resposta inclusive a propria midia,

3. sempre escondendo o problema,

4. sempre "respondendo" com pressões e perseguições nos bastidores todas sem a sua impressão digital.

A maior parte dos meus amigos era da opinião que eles sabiam que a PNI estava errada mas nao podiam

**Anexo C21-a**

# Empresa de computador 

O Grupo J.C. Melo Ltda, único fabricante nacional de computadores eletrônicos, decidiu apresentar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE uma denúncia de tipo absolutamente inédito: o acusado é o próprio Governo Federal que, através de suas empresas Digibrás e Cobra estaria realizando pressões econômicas e políticas contra o Grupo.

Reconhecendo, entretanto, as características especiais que envolverão esse caso, o presidente do Grupo, João Carlos Melo, enviou na última sexta-feira, 23, uma carta ao presidente do CADE, Gratuliano Brito, consultando-o sobre a competência do órgão para aceitar a denúncia.

A íntegra da carta é a seguinte:

"Esta organização tem sido vítima de continuadas pressões políticas e econômicas do conjunto Digibrás/Cobra/Capre, pressões essas que, a nosso ver, justificam plenamente uma denúncia formal a esse Conselho, para sua apreciação.

"Por essa razão, em defesa de muitos princípios e de nossa firma, decidimos apresentar a referida denúncia formal.

"Entretanto, por ser governamental o conjunto acima e tratando-se de caso sem precedentes, temos dúvidas sobre se esse Conselho, que é governamental, legalmente poderá aceitar uma denúncia contra o próprio Governo Federal.

"Conseqüentemente, sem entrar no mérito da questão, consultamos oficialmente a V. Sa. sobre a legalidade do procedimento acima".



João Carlos Melo ao lado do computador fabricado por sua empresa.

## *J. C. Melo diz que não aceita a saída de sua empresa do mercado*

Há 20 anos trabalhando com computadores e há um ano e meio fabricando-os no Brasil, João Carlos Melo se diz hoje um homem "desiludido".

— Temos sofrido toda sorte de pressões. A minha empresa tornou inviável o projeto da Digibrás. Entretanto, enquanto é possível à Digibrás afastar do mercado nacional os concorrentes estrangeiros, como já fez com cinco grupos que pensaram em se instalar no Brasil, não é possível fazer a mesma coisa comigo. Primeiro, porque a empresa é nacional. Segundo, porque conforme declarações do próprio Presidente Geisel, o setor eletrônico é uma área destinada à iniciativa privada.

Ele explica o que está acontecendo, primeiro traçando um quadro da indústria de computadores. Existem dois subsetores bem distintos: o destinado à gestão de empresas e o voltado para o controle de processos industriais. O primeiro setor é comumente conhecido como de processamento de dados. As empresas que nele operam são bastante conhecidas do grande público (IBM, Burroughs etc) e atendem aos serviços de cadastramento, listagens, relações etc necessários a atividades de empresas e particulares. Em resumo, é nesse setor que se processam as provas de exames vestibulares, os cartões de Loteria Esportiva, as folhas de pagamento das empresas, etc.

O outro subsetor, mais conhecido pelo seu nome inglês de **real-time**, é empresarialmente totalmente distinto do setor de processamento e responde pelo controle das operações de grandes e complexos equipamentos industriais. O computador aí é programado para manter um sistema de máquina funcionando conforme determinados parâmetros, substituindo com absoluta precisão a ação do homem. O computador aciona os mecanismos, controla a temperatura, velocidade, pressão, acusa os defeitos.

Outra importante divisão existente na computação eletrônica é a que distingue o **hardware** do **software**. Explica João Carlos Melo que o **hardware** refere-se ao computador propriamente dito e aparelhagem auxiliar. O **software** trata da elaboração dos sistemas a serem executados. Assim, o **hardware** pode ser fabricado, copiado, importado, negociado como qualquer mercadoria industrial. Já o **software** é função exclusiva de trabalho intelectual, exigindo formação de mão-de-obra totalmente especializada e normalmente cara.

### O computador brasileiro

A história do computador brasileiro começa há uns cinco anos. Segundo o empresário, está bastante ligada a programas de modernização da Marinha de Guerra Brasileira quando foram feitos os primeiros contatos com o Grupo Ferranti, britânico, que resultaram na constituição da Cobra-Computadores Brasileiros, uma **joint-venture** com a Digibrás — Digital Brasileira S.A.

A Digibrás-Cobra, com apoio tecnológico da Ferranti, propôs-se, então, a construir o primeiro computador brasileiro. Após cinco anos de pesquisas e Cr$ 90 milhões de gastos, ainda não chegou a um resultado, afirma João Carlos Melo.

— O projeto Digibrás—Cobra ser- viável por vários motivos. Primeiro, porque indústria estatal de computadores é um contra-senso, que não existe em nenhuma parte do mundo livre, mesmo em países onde a economia é estatizante. Existem muitas razões para isso, a principal é a rotatividade da tecnologia, que muda a cada trimestre, e uma indústria estatal é muito formal para acompanhar mudanças dessa ordem. Segundo, porque a indústria digital é uma área tão competitiva que uma indústria estatal, tradicionalmente de custos elevados, não poderá sobreviver economicamente sem uma proteção política.

— O projeto Digibras—Cobra serviu, entretanto, para afastar investidores estrangeiros do setor, especialmente os interessados em **real-time**. Nesse ramo, todas as empresas instaladas no país importam o **hardware** e viram-se, segundo João Carlos Melo, desestimuladas pela Digibrás a montar aqui os seus computadores.

Foi, então, que ele entrou em cena como industrial. Antes trabalhara em *hardware* no Brasil e no exterior. Apren- deu lá fora pois, no Brasil, como em qu

expor a candidatura presidencial do General Octavio Medeitos a qual dependia prioritariamente do sucesso da PNI.

Outros, de que depois do enorme oba-oba que fizeram com a criacao do PNI nao poderiam expor publicamente os seus erros de formulação e direção da mesma.

Perda decorrente dessa perseguição: Não pude defender-me e legalmente acusa-los perante o orgão exatamente adequado para esse tipo de denuncias.

## CAP13
## A PRESSAO FISCAL

Um dia, minha secretaria Edna me informou: "Chegaram um Coronel do Exercito (fardado) e mais 5 fiscais. Estão na sala de reunioes."(sic)

Fui ao encontro deles, e ouvi do Coronel um inacreditavel "Viemos fazer uma ampla varredura fiscal na sua empresa. O Sr. paga imposto de renda?"(sic)

Diante dessa inacreditavel pergunta eu logo percebi a finalidade da visita, e respondi: "O Sr. deve ter todos os acessos necessarios, não necessitando me perguntar isso."(sic)

Os fiscais fizeram outras perguntas similares, e foram embora dizendo que "Voltariam na proxima semana para examinarem todos os impostos da empresa."(sic) O que alias não aconteceu

Como é obvio, o objetivo era uma tortura mental com um Coronel fardado comandando um grupo de fiscais. O que mais me impressinou foi a audacia do Coronel.

Porem eu, poucos dias antes, havia pedido uma audiencla ao General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe da Estado Maior das Forças Armadas), em BrasiHa, o eue esta narrado no Capitulo CAP08 subtitulo Militar 2.

E eu aproveitei para, no fim, dizer. "Ha poucos dias eu fui visitado por um Coronel do Exercito, acompanhado de alguns fiscais, fazendo uma pura intimidação. Não sei como esse pessoal tem tanto poder."(sic).

E o Ministro Potiguara respondeu, rindo: "Nos tambem nao, Dr. Melo".(sic) E todos riram.

Referiam-se ao poder ilimitado das agencias controladoras da PNI.

Certamente esses fiscais decidiram não voltar por causa dessa visita ao General Potiguara que foi

publicada no dia seguinte, o Coronel que me visitou talvez supondo que eu estivesse preparando uma autuação do proprio EMFA para desmacara-lo.

Perda decorrente desta perseguição: Psicologlca, porem ela não foi pequena pois indicava uma elevação do nível de pressoes/perseguições que eu continuadamente sofria, ou seja, eles partiram para uma pressão mais direta e com outros participantes externos (os fiscais) sem o mínimo constrangimento ou medo das possivels repercussões publicas dessa visita.

## CAP14
## O SUICIDIO DE UMA EMPREGADA

**Aqui veremos, mais uma vez, a que ponto o Governo chegava quando desejava destruir uma pessoa. Eu não sei o que ele fez com outros brasileiros (coisas equivalentes ou piores, segundo relatos), mas muito tenho na memoria (infelizmente) sobre o que ele fez comigo.**

**Ao lembrar-me pois a isso sou obrigado para redigir este book 2, sofro um continuo estresse, como alias previ que aconteceria. Esta narração tem sido multo penosa, porem obrigatoria.**

**Por tudo que ja tinha acontecido, eu ja havia desistido do assunto reserva de mercado, e de continuar no ramo. O caso Stratus (capitulo CAP04), finalmente me fez compreender que isso não mais adiantaria; dizendo-o de outra maneira, eu ja estava tão destruido que a unica possivei solução seria mudar de ramo, se não pudesse/desejasse ir para o exterior.**

**Finalmente conclui que o Governo ganhara, e desisti de fabricar quaisquer coisas no Brasil.**

**Nesse momento, abri um escritorio em São Paulo (na Av. Prestes Mala, 241), e resolvi voltar para a consultaria, mas não tive um grande sucesso como na primeira vez. Provavelmente por causa da continua desconstrução executada pelo SNI ou adicionalmente por que não era mais a epoca em que as grandes empresas estavam iniciando nesse campo do controle de processos em tempo real com computadores e então inexperientes. O maximo que eu conseguia era pagar os empregados e manter a empresa, e mais algum pouco para a minha manutenção e a de minha familia.**

**Eu tinha 4 empregadas, tres jovens e uma senhora de quase 60 anos, de nome Barbara, esta como tradutora. Como parte do meu trabalho de consultoria era redigir**

artigos tecnicos em ingles para a publicação semanal impressa Weekletter on South America Computer Business, e como apesar de falar e escrever fluentemente o ingles porem sem ter uma formação academica para essa atividade (passar no rigoroso exame TOFL, por exemplo) eu necessitava de uma pessoa experiente com esse alto nivel para as necessarias correções finais dos textos. Essa senhora trabalhou comigo uns 3 anos.

Um dia, eu tive necessidade de mais um empregado e um anuncio foi colocado, do que resultou no emprego de uma jovem chamada Adelaide. Essa jovem viera de Porto Alegre e fora expulsa de casa pelo pai, por causa de um envolvimento amoroso com um jovem, segundo ela contou as colegas. E então viera para São Paulo, para iniciar uma nova vida segundo disse para mim e para os outros empregados.

Essa jovem de vez enquando ia ao banheiro e vomitava, o que fez todos suporem que a desavença com o pai talvez estivesse relacionada a uma gravidez. Era uma suposição, porem creio que ela era uma verdade porem nunca comprovada, a menciono apesar como sugestão de como talvez estivesse a sua (dela) situação mental.

Alem disso, essa jovem demonstrava, para todos, a impressão de que tambem estava envolvida com drogas. Mas no inicio era somente outra suposição. Porem um dia, ela se trancou no banheiro e se drogou (duas caixas vazias de Diazepan de sua propriedade foram entregues ao DEIC, da Policia de São Paulo). A referida senhora Barbara tradutora foi ao banheiro, e me chamou.

Constatado o envolvimento com drogas, a dispedi. Ela me implorou para continuar, porem não concordei pelas possiveis consequencias, e ordenei a uma empregada que fosse com ela na sua pensão e depois para a rodoviaria, "despachando-a" num onibus para Porto Alegre. Evidentemente, dei-lhe dinheiro para isso. E isso fora feito.

Nunca mais soubemos dela, o que alias não teria sentido pois todos estavamos convencidos de que ela teria ido para Porto Alegre como confirmado pela empregada que a levou.

Duas a tres semanas depois, de surpreza um policial apareceu no meu escritorio e me levou a Policia (DEIC), aonde dei um depoimento de aproximadamente 2 horas para o Delegado Maksuo (não sei se a grafia correta é essa, ele era nissei), encarregado do caso.

A jovem não teria ido para Porto Alegre (deve ter

saltado alguns quilometros adiante) e se jogou do vão central do Viaduto do Chá, num meio-dia, sendo internada porem não sobrevivendo.

Meu depoimento foi a narração de tudo, os nomes das 4 empregadas para posteriores convocações, etc. Em resumo, eu nada, absolutamente nada, tinha a ver com o referido suicidlo.

Convencido, o Delegado não me prendeu. Isso é importente, pois somente "depois" da intromissão do Governo ele me "indiciou", como veremos adiante.

Ao sairmos de sua sala e ainda no corredor do DEIC, nos encontramos com o diretor do mesmo, que lhe perguntou: "E como estamos?". Ao que ele respondeu: "O Dr. Melo esta cooperando, e parece que tudo esta esclarecido".{sic).

Por isso eu nem senti necessidade de contratar um advogado.

Ressalte-se que a senhora tradutora, ela e seu marido eram amigos intimos do dlretor do DEIC e da sua esposa, e ela tomou a iniciativa (sem eu saber) de ir procura-lo e dizer que eu era uma pessoa idonea e respeitavel, e contou como tudo tinha acontecido. O mesmo relato acima.

Agora a narração da intromissão do SNI:

Nessa semana, se realizava em São Paulo o Congresso anual de informatica, e o assunto informatica obviamente estava nas manchetes das midias impressas.

Alguns dias depois voltei expontaneamente ao DEIC para saber como estavam as coisas, pois um inquerito havia sido aberto. Foi quando um dos detetives do Delegado Maksuo me perguntou: "O Sr.
tem algum problema em Brasília?"(sic) dizendo que viera um agente de Brasilia investigar o caso e que ele informou que tambem teria obrigação de investigar esse caso.(sic)

Do que conclui que o Governo (o qual provavelmente grampeara o meu telefone comercial, como havia feito varias vezes no passado) teria tido conhecimento do inquerito. Diga-se de passagem, eu nunca mencionei Brasilia (o caso da PNI, minhas criticas, etc) para ninguem do DEIC, mesmo por que não tinha por que faze-lo. Como um simples detetive saberia disso, a não ser com essa visita de Brasilia?

E então eu soube que iria ser indiciado por "indução ao suicídio" (?) e que o Delegado já estava terminando

esse inquerito para envia-lo a Justiça.

Ora, como eu iria ser indiciado se a senhora Barbara (uma testemunha ocular de todos os eventos) contou ao proprio diretor do DEIC o que realmente teria acontecido, e o delegado me liberou (não mandou me prender) e depois do primeiro depoimento nunca mais me chamou?

E sobre a "indução ao suicidio", quer dizer que eu fui capaz de induzir uma pessoa ao suicídio, de uns 25 anos ou mais, quando ela ainda estava na empresa? E uns 10 dias depois ela sentir-se tao "induzida" que resolveu, num meio-dia de grande movimento, jogar-se do Viaduto do Cha?

Nada disso, era apenas um indiciamento mandado, pois como o Delegado Matsuo não podia me indiciar por jogar uma jovem do alto do Viaduto do Cha ao meio dia por existirem centenas ou milhares de testemunhas, ele criou uma incrivel "indução ao suicidio" somente para cumprir com a ordem do SNI.

Mas presumo que esse Delegado tenha decidido vingar-se da ordem de Brasilia, fazendo um "obrigatorio" indiciamento porem sabendo que, na Justiça, esse indiciamento não teria a menor possibilidade de prosseguir, como de fato aconteceu pois nem precisei de contratar um advogado.

Uma dessas tres empregadas, de nome Marli, me disse que depos uma vez no DEIC, porem a forçaram a tentar mudar o seu depoimento, dizendo-lhe "se ele for condenado, voce será condenada como cumplice"(sic) e "não tenha medo, diga a verdade e nos a protegeremos". Outra empregada, de nome Miriam, sofreu as mesmas pressões para mudar o seu depoimento, como ela me informou.

Porque a Sra. Barbara, respeitavel professora publica aposentada, não foi chamada a depor, afinal se tratava de uma respeitavel testemunha de tudo que tinha acontecido?

Assustado por ter sido indiciado (fato unico na minha vida), então contratei um advogado. Esse advogado foi a Justiça para iniciar o seu trabalho, e voltou com a informação de que o promotor, ao ler a denuncia, ficou escandalizado com a mesma, e pediu ao Juiz o arquivamento do processo, e relatou no proprio processo a razão de ter ficado escandalizado, ou seja, teria achado o inquerito e o indiciamento um absurdo e até criticou (no proprio processo) o Delegado. E o Juiz mandou arquiva-lo. Meu advogado não fez nada para isso, pois quando começou ja encontrara a solicitação de arquivamento pelo Promotor e simplesmente fez o

que era o mais adequado, esperou o Juiz decidir para, depois, se necessario fosse contra argumentar.

.

O documento final desse arquivamento (da Justiça) referente a essa decisão do Promotor e a idem do Juiz, esta na anexo C23-a. Trata-se de um certidão desse arquivamento pelo Juiz de 25 Malo 1987, ou sejam, uns 5 a 6 meses depois da farsa do DEIC obedecendo ao SNI.

O Governo queria aproveitar o episodio para, "por coincidencia" em pleno Congresso anual de informatica, desmoralizar-me. Mas não o conseguiu, nenhum jornal importante (como o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, etc.) publicou qualquer coisa a respeito provavelmente prevendo mais uma perseguição do Governo, somente publicando essa noticia esses pequenos jornais chamados de imprensa marrom.

**Anexo C23-a**



# PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

**FABIO BASAGLIA**

Diretor(a) da Divisão de Processamento de Inquéritos (DIPO 3.), desta Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

...ENTO D... INQUÉRITOS E
...IA JUDICIÁRIA
...O DE PROCESSAMENTO DE
...TOS POLICIAIS
...S SALGADO TRECCALLI
...TORA DE DIVISÃO

C E R T I F I C A,

atendendo a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo os livros e fichários da Divisão a seu cargo, deles verificou constar a distribuição de **um inquérito policial em 14/11/86, registrado sob nº 27.021/86, figurando como indiciado JOÃO CARLOS DE MELO, natural de Porto Alegre-RS, nascido aos 03/06/31, branco brasileiro, portador da RG nº 15.069.907, filho de Carlos Rodrigues de Melo e de Maria de Lourdes Argollo Melo, figurando como vítima Adelaide Brum de Oliveira, deles verificou constar que, referidos autos instaurados para apuração de delito de Crime - contra os costumes, foram ARQUIVADOS, por despacho do MM.Juiz, datado de 25/05/87. NADA MAIS. O referido é verdade do que dou-fé. São Paulo, 23 de Julho de 1987. Eu, [assinatura] Milton de Almeida Filho, escrevente, datilografei e assino.-.-.-.-.-.-.-.-**

**FABIO BASAGLIA**
**DIRETOR DE DIVISÃO SUBSTITUTO**

## CAP15
## A PROIBICAO DE EU PARTICIPAR DE UM DEBATE NA TV BANDEIRANTES

Em mais um exemplo das pressões/perseguições que eu diuturnamente sofri ano apos ano, a TV Bandeirantes resolveu fazer um debate entre 4 personagens, os Senadores Roberto Campos e Severo Gomes, o Embaixador Batista Nogueira (o pai), e eu, no seu famoso programa Critica & Autocritica.

A principal executiva (creio que era a sua proprietarla) da TV me telefonou, fazendo o convite. Mas algum tempo depois novamente telefonou, me desconvidando, dizendo que o estava fazendo contra a sua vontade, etc.

Extranhando, liguei para o Senador Roberto Campos e ele ligou para essa executiva, e dela ouviu que o Governo lhe dissera "Se o Melo participar, a TV Bandeirantes nunca mais terá licencas de importações para os seus equipamentos."(sic). E por isso, fora obrigada a me desconvidar. Então o Senador Roberto Campos disse-lhe que se eu não fosse ele tambem não iria. Diante do impasse, eles combinaram que eu iria mas não participaria do debate porem ficaria em bom destaque na primeira fila e varias vezes as camaras me focalizariam. Ou seja, quem conhecia as perseguições estaria entendendo o que estaria acontecendo.

E assim foi feito. Na realidade, pela quantidade de telefonemas que depois recebi de muitos colegas da area de informatica, todos entenderam o que havia acontecido. Durante a semana a TV fizera muitas "chamadas" do programa e com o meu nome, de repente eu não participo porem no debate eu apareço varias vezes na primeira fila e a minha cadeira no palco estava vazia.

Ou seja as camaras "diziam" que eu não estaria doente, que eu não estaria atrasado, e que eu fora encontrado, etc., pois visivelmente eu estava fisicamente na TV, mas não estava nas cadeiras com os outros tres como fora amplamente anunciado.

Bem mais inteligentes, a TV Bandeirantes e o Senador Roberto Campos facilmente "ganharam" do Governo.

E na area da informatica, o Governo deu um tiro no pé, pois a repercussão foi bem pior do que se eu tivesse participado. Todos concluiram que "os argumentos do Melo seriam irrespondiveis e o Governo os proibiram".

Creio que a TV Bandeirantes deverá ter essa gravação a qual comprovara mais uma das perseguições que eu sofri.

## CAP16
## O COMPUTADOR MEDIO MC-9700

**Apos o sucesso do meu computador MB-8000, o passo natural seguinte da J.C. Melo/Sisco foi fabricar o computador medio MC-9700, inclusive este capitulo narra exatamente isso.**

**MC era uma homenagem ao Ministerio das Comunicações, como o anterior MB-8000 fora a Marinha Brasileira. O Ministerio das Comunicações que não concordava com a irreal Reserva de Mercado porem não podia lutar contra a poderosa agencia que controlava a PNI.**

**Voltando ao meu computador medio MC-9700:**

**Não existem registros de que um computador de porte medio tenha sido, aquela epoca, fabricado em qualquer pais do chamado Terceiro Mundo. No entanto, a minha empresa o fez. Ate jornais internacionais (do Reino Unido e do Japao) comentaram esse assunto.**

**A cronologia desse computador medio demonstra muito claramente como o conjunto CAPRE agia.**

**EVENTO 1: Novembro 1978, a minha promessa:**

**No anexo C25-a vemos uma entrevista na Revista da Sucesu de Novembro de 1978, eu prometendo o medio "para o ano que vem."(sic)**

**EVENTO 2: Maio 1979, a pressão da CAPRE:**

**Porem mesmo antes da sua aprovação para fabricação, a perseguição continuou. No anexo C25-b vemos uma noticia no jornal Estado de São Paulo de 23 Maio 1979 sobre pressões (da CAPRE) para que esse computador medio MC-9700 não fosse fabricado pois seria a obvia desmoralização final dela e de COBRA que nem ainda tinha um mini fabricado e muito menos um como o meu MB-8000. Essa noticia tambem acrescenta que essa minha denuncia foi tambem feita a um grupo de**

## Anexo C25-a

# Melo promete médio para o ano que vem

Responsável por um dos estandes mais concorridos do 11º CNPD, o industrial João Carlos Melo, vice-presidente da Sisco - Sistemas e Computadores Ltda., garantiu que até meados do ano que vem a sua empresa estará lançando um computador de porte médio com tecnologia própria e um índice de nacionalização superior a 80%.

Para Melo — que também previu para 1981 o lançamento de um computador grande da Sisco — "não existe problema maior de se fabricar um computador de porte médio com tecnologia nacional". Segundo ele, "quem faz um mini, faz um médio, e quem faz um médio pode fazer um grande".

Partidário de que se aplique na área dos computadores médios os mesmos critérios que nortearam a reserva da área de minicomputadores para a iniciativa nacional, Melo disse: "Não vejo porque a associação com empresas estrangeiras se companhias nacionais que já demonstraram a sua capacidade técnica pleitearem fazer o mesmo sem contrato de assistência técnica".

**Fábrica.** Operando atualmente em instalações provisórias, a Sisco está construindo a sua fábrica definitiva em São Paulo, num terreno de 10 mil metros quadrados, devendo entrar até março em regime normal de produção e comercialização. Seu quadro de 100 funcionários deverá ser duplicado até o final deste ano.

Além da matriz e da filial no Rio de Janeiro, a Sisco vai abrir em 1979 filiais em Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, onde serão executadas as atividades de vendas, suporte e manutenção.

Também está sendo estruturado um centro de treinamento para atender funcionários da empresa e usuários. Com as atividades centralizadas em São Paulo, o centro promoverá cursos em outros Estados através do envio de técnicos.

De acordo com Nelson Sany Wortsman, gerente de comercialização de sistemas comerciais, a manutenção é uma das maiores prioridades da empresa, incluindo um *plantão bip* e contratos de até 24 h/dia de atendimento.

**Elite.** A Sisco — prosseguiu Sany — conseguiu reunir "uma elite em termos de desenvolvimento no Brasil". São profissionais egressos dos centros de pesquisas das Universidades e que encontram na empresa as condições propícias para a aplicação dos seus conhecimentos. Como exemplo, citou o terminal inteligente e colorido TIC-9000, desenvolvido por integrantes do pioneiro projeto *Patinho Feio*, da USP. O entusiasmo pelo trabalho desenvolvido e as possibilidades de realização profissional foi, inclusive, expresso por diversos funcionários entrevistados no estande da Sisco e, de acordo com Sany, é este clima de trabalho que está atraindo muita gente para os quadros funcionais da empresa, como no caso de um funcionário que trocou a segurança de seus quase 10 anos de IBM pela Sisco. Nesse particular, Sany considera as empresas multinacionais como "a grande universidade" de muitos profissionais brasileiros, sobretudo na área de Marketing, sendo muito boa, em sua opinião, a contribuição dessas empresas para a nascente indústria brasileira de computação ao colocarem no mercado profissionais dotados de um excelente *know-how*.

**Software.** A parte de *software* constitui-se numa das maiores estruturas dentro da empresa, empregando 40 programadores e analistas senior exclusiva-

**Anexo C25-b**

# *Sisco afirma que a Capre fez pressões*

COMPUTADORES

O vice-presidente da Sisco — Sistemas e Computadores, J. C. Melo, fez ontem uma palestra de seis horas para oficiais do II Exército que visitaram a indústria A palestra foi sobre o modelo médio MC-9700, cuja comercialização foi iniciada.

Melo revelou que tem recebido pressões da secretaria executiva da Capre, desde janeiro deste ano. Essas pressões culminaram com recente declaração da Capre, em que desmente nota divulgada por seu presidente, dando detalhes do projeto aprovado.

Ele atri buiu as pressões para que a Sisco não fabricasse o MC-9700 também ao fato de que a empresa estatal Cobra não terá um modelo médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel de São Paulo, e, em outubro, o lançará no congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado.

26 oficiais do II Exercito que fez uma visita coletiva a minha fabrica já em São Paulo. Nela falei durante 6 horas sobre este assunto e claramente afirmei que a CAPRE fazia pressões nesse sentido e quais elas eram.

Este texto da referida noticia bem explica a principal razão dessa nao-fabricaçêo:

----------
"Ele (eu) atribui as pressões para que a J.C. Melo/Sisco não fabricasse o MC-9700 ao fato de que a empresa estatal COBRA não terá um modelo de computador medio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro proximo, num hotel em São Paulo, e em outubro o lançara no Congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado."(sic)
----------

O outro lado (CAPRE,COBRA, etc), como sempre fez em todas as minhas centenas de denuncias publicas, ficou totalmente calado pois não poderia responde-las. Ou seja, a pressão pela sua não-fabricação não seria pela existencia de qualquer problema no plano fisico-financeiro do MC-9700, ou qualquer problema tecnico ou industrial, ou idem fiscal, etc., mas para que a sua fabricação não "desmoralizasse" a estatal COBRA que não tinha sequer um equivalente ao meu antigo MB-8000 ja então vastamente fabricado e instalado e muito menos equivalente ao MC-9700.

Nos Congressos de Informatica, o meu stand era o segundo com o tamanho de 800 m2 logo abaixo do stand da IBM com 1000 m2, porem o sucesso era tão grande que muitas vezes era impossível entrar nesse meu stand. E muito menos COBRA tinha um equivalente ao meu bem maior e mais potente MC-9700, um computador medio. Alias, COBRA não tinha sequer, nem no horizonte, um projeto para um medio.

EVENTO 3: Janeiro 1979, a aprovação do medio MC-9700

Em 19 Janeiro de 1979, a CAPRE aprovou o projeto do meu computador medio MC-9700, veja no anexo C25-c uma noticia do jornal Folha de São Paulo de 20 de Janeiro de 1979.

Na realidade, embora o pareça essa não foi uma "bondade" da CAPRE nem um reconhecimento do erro para o seu perseguido, pois essa aprovação fora proposital para que eles simplesmente tivessem uma "desculpa tecnica" e não aprovassem o grande "perigo", o medio da IBM, portanto decidindo que "ja existindo um brasileiro não podemos aprovar um extrangeiro."

**Anexo C25-c**

# Médios: Capre aprova projeto

BRASILIA (Sucursal) — A comissão de coordenação das atividades de processamento eletrônico (Capre) aprovou ontem em reunião de plenário, o primeiro projeto do setor de computadores de porte médio, beneficiando o grupo J. C Mello — Henry Maksoud, que se inscreveu com o "projeto sisco", de capital e tecnologia 100% nacional, envolvendo investimentos da ordem de Cr$.123,5 milhões. O projeto, muito elogiado pela equipe técnica da Capre, prevê a produção de 200 computadores de porte médio até 1981.

Ao final da reunião plenária de ontem, fontes governamentais mostraram-se extremamente irritadas com a ação do "lobby" das companhias multinacionais do setor de informática que, segundo eles, tentaram desmoralizar a Capre, anunciando ontem, através de um jornal da capital da República, a aprovação do "projeto sisco", portanto, antes da reunião que julgaria o projeto.

MANOBRAS

Segundo essas fontes, o "lobby" multinacional teria "jogado" em termos de probabilidade, uma vez conhecendo a tendência dos membros do conselho plenário. Para isso, entretanto, este "lobby" multinacional teria contado com a colaboração de um ou alguns dos membros do conselho da Capre, que teriam acesso à pauta da reunião. Destacaram em seguida as fontes que "este tipo de estratégia não pode, em nenhuma hipótese, prejudicar os objetivos maiores fixados pelo Governo em função do desenvolvimento da indústria brasileira de informática, e muito menos provocar ou atrasar decisões estabelecidas em função do interesse nacional, definido nas resoluções 5 e 9 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Os projetos inscritos em carteira na Capre pela empresa norte-americana IBM deverão ser apreciados nas próximas reuniões da Capre. O esquema de exploração do setor de computadores no Brasil destacou a fonte, deverá ficar totalmente definido ainda no governo Geisel.

O projeto sisco, aprovado ontem pela Capre, estabelece o seguinte esquema de investimento e produção: 1979, Cr$ 52,5 milhões, para uma produção de 30 unidades; 1980, Cr$ 51 milhões, e 70 unidades; e 1981, Cr$ 20 milhões, para uma produção de 100 unidades/ano.

Dizendo-o de outra maneira, a aprovaçêo do meu projeto era o passaporte para eles não aprovarem o da IBM. Mais importante, eles não acreditavam que o MC-9700 seria fabricado, o que tambem não teria importancia pois nessa ocasião da provavel minha "nao-fabricação" o medio da IBM ja teria sido rejeitado como eles queriam. Eu seria o mal menor e ademais "certamente" o MC-9700 não seria fabricado, pois era "muito complexo".

EVENTO 4: Agosto 1979, o medio MC-9700 ja fabricado

Veja no anexo C25-d uma noticia na Revista da Sucesu de Agosto 1979, portanto somente 8 meses apos da sua aprovação, na qual vemos eu mostrando o MC-9700 já fabricado, na minha fabrica, e as suas extraordinarias especificações, como a sua microprogramação, o seu multiprocessamento e o seu data recovery, caracteristicas estas bastante incomuns em computadores desse porte em 1979, como é do conhecimento de qualquer bom tecnico da area.

Conclusao:

Essa cronologia mostra inequivocadamente com agiam a CAPRE e COBRA, sem quaisquer respeitos pela opinião publica, pelas midias, por mim, pelos seus superiores como por exemplo o Presidente Geisel e pela comunidade de informatica. E muitos militares importantes isso percebiam, como os Generais Mariath e Potiguara, os dois oficiais generais que mais acompanhavam a Politica Nacional de Informatica PNI.

Como sempre os donos da CAPRE tinham a absoluta certeza da impunidade, porem foi um tiro no pé pois com as ações similares dos seus sucessores as agencias controladoras da PNI terminaram por mata-la.

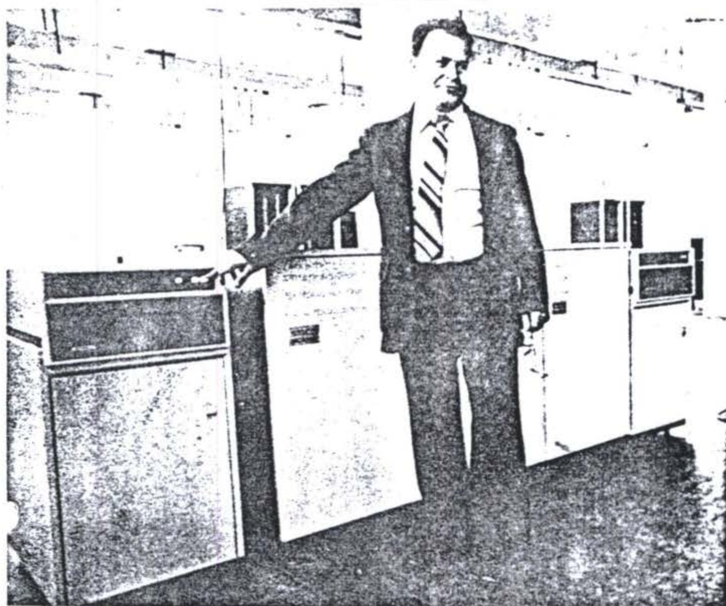
As duas resultantes ironias são:

1. Não nasceu um similar do grande 360 no Brasil,

2. Como o upgrade natural do MC-9700 seria um computador ao nivel de um IBM 360 basico, isso teria uma grande repercussão mundial, pois nem alguns paises desenvolvidos o tinham. E na ocasião da "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco eu ja tinha um "360" na cabeça, ou seja faze-lo microprogramado com o codigo de instruções do 360 modelo basico da IBM, o que seria valido se a microprogramação não demorasse mais do que o tempo da mesma execução no IBM 360 ou ate demorando uns 10% mais.

E eu não teria os evidentes problemas dos softwares IBM que deveriam ser usados (basicos e outros) pois

## Anexo C25-d



*Na fábrica da Sisco, J.C. Melo mostra o MC–9700*

MÉDIOS

# Características universais

As características universais de arquitetura, que lhe permitem "emular qualquer computador" são, segundo a Sisco, um dos principais destaques da sua nova série de médio-computadores MC-9700, aprovada pela Capre no início do ano e com lançamentos previsto para ouro próximo.

Com tecnologia totalmente nacional e índice de nacionalização de componentes da ordem de 59%, o projeto da Série MC-9700 envolve investimentos de Cr$ 123,5 milhões, com a produção prevista de 200 unidades até 1981.

Suas principais características técnicas são as seguintes: multiprocessamento; multiprogramação (inclusive múltiplos sistemas operacionais); memória secundária com ERCC; *multiply/divide* em *hardware; floating point* em *hardware* (binário ou decimal); memória secundária até 4 MB ( 2 MBbytes por CPU); painel virtual; memória principal com paridade; canal de interprocessamento de alta velocidade; diagnóstico *self-test; Programmable Control Store* (PCS); alta velocidade eletrônica; e alta velocidade operacional.

A alta velocidade eletrônica, na série MC-9700, é assegurada, conforme explica a Sisco, pela microprogramação ao nível teórico mais baixo possível (o timing das instruções é microprogramado), pela utilização de memórias RAM rápidas e do canal de interprocessadores de alta velocidade.

O multiprocessamento, o bom gerenciamento do multiprocessamento (quer em *hardware ou software*) e um poderoso código de instruções ( Nova, inicialmente Eclipse, a curto prazo, e IBM 1370, a médio prazo) são, segundo a empresa, aos responsáveis pela alta velocidade operacional do sistema.

Também são possíveis as configurações duais – características *standard* do modelo MC-9700/2xx – que permitem o uso de técnicas avançadas de *data reco* very, sistemas redundantes, e outras.

Quanto à memória secundária dos sistemas, que no momento usa chips de 16k porém já com sua régua de circuito impresso programada para aceitar os chips de 64k que estarão disponíveis até fins deste ano, será aumentada para até 64 MB

existiam varias firmas nos Estados Unidos e na Europa que os desenvolveram, naturalmente "superiores" aos dos similares da IBM para poderem ser vendidos aos clientes do 360.

O mais ironico disso é que a grande repercussão mundial seria creditada a PNI do Governo, embora eles não tivessem tido qualquer participação nesse avanco. Veja o capitulo CAP21 sobre o futuro 360 brasileiro.

E ninguem pagou ou ira pagar por isso. Quanto ao Brasil ele tem tradição de ficar deitado num berço esplendido, com ou sem milenio digital.

## CAP17
## PROIBICAO DA EDS DE CONTRATAR-ME COMO SEU PRESIDENTE

Infelizmente dessa denuncia eu não dei nenhuma entrevista a qualquer jornal, pois estaria envolvida a EDS e eu poderia prejudica-la. Porem mesmo assim eu a descrevo.

A Electronlc Data System EDS era, na ocasiao, a maior empresa de processamento de dados do mundo, sendo seu principal cliente o proprio Governo norte-americano, o Army, a Air Force e a Navy, e uma centena de outras importantes agencias governamentais e grandes empresas.

Num determinado momento, a General Motors (um dos seus maiores clientes) adquire o seu controle nos Estados Unidos, e então vieram ao Brasil dois dos seus Vice-Presidentes (da EDS) para as iniciativas de aqui instala-la.

E então me visitaram, me fazendo o convite para ser o seu Presidente no Brasil. Já conhecendo a sua dimensão nos Estados Unidos, eu o aceitei, porem disse-lhes: "Esta area é muito critica no Brasil, muito politica, sendo conveniente que os Srs. visitem determinada agencia do Governo controladora da PNI, em Brasília. Embora a pretensão da EDS fosse somente um grande centro de processamento de dados e a reserva de mercado era somente para fabricação de hardware, essa visita é recomendavel."(sic)

Poucos dias apos eles votaram, e disseram que haviam estado na na agencia controladora em Brasilia, a Secretaria Especial de Informatica,, e eles lhes disseram: "Não existem problemas para a instalação da EDS no Brasil, porem sugerimos que o Dr. Melo não seja o seu Presidente pois nesse caso os Srs. terão problemas com o Governo."(sic). Não com eles, mas "com o Governo".

E então eles me explicaram porque a EDS era obrigada a retirar o convite, o que evidentemente aceitei.

Porem essa atitude da SEI os assustou e eles voltaram aos Estsdos Unidos e não sei se voltaram ao Brasil.

# CAP18
# A NAO ACEITACAO DA SEL e da J.C. MELO QUE JA FABRICAVA

A não aceitação da fabrica de computadores SEL System Engineering Laboratories e da J.C. Melo associadas, e a escolha fechada (manu militare) de outras sem quaisquer experiencias no ramo foi uma das muitas e absurdas perseguições que sofri.

Essa perseguição esta narrada na pagina 32 do meu livro de 1982.

Primeiro, qual era a minha relação com a SEL System Engineering Labs, de Fort Lauderdale, Florida. Na minha profissão (controle de processos por computadores em tempo real) é imperativo ser conhecedor da Teoria Geral de Controle, quer a matematica quer a conceitual. São continuas aulas durante 2 a 3 anos. E um dos seus assuntos mais fundamentais é saber calcular a Reliability (Confiabilidade) de um sistema, como um computador para alguns serviços mais criticos. Na ocasião e hoje, não se compra esses equipamentos sem uma clausura no contrato garantindo uma determinada confiabilidade minima (R(t)=x). E essa clausula era incluida em todas as propostas e contratos da SEL, como alias de todos os outros fabricantes. Ninguem comprava sem ela.

E eu fui contratado para ser o Manager desses calculos na SEL uma fornecedora tradicional da NASA, onde trabalhei 8 meses em Fort Lauderdale. E a SEL tambem me colocou num curso especial de 30 dias na NASA (exclusivamente sobre calculo de confiabilidade) em Cabo Canaveral ministrado por Mr. Malcolm Mac Gregor, considerado o "papa" de confiabilidade de tudo na NASA.

A SEL era especializada nesses computadores de alta confiabilidade, fornecedora tradicional da NASA, das Forcas Armadas e de grandes empresas.

O seu presidente Mr. Gus Randolf tomou uma decisão muito importante sobre o seu computador SEL82, dando-lhe as linguagens/sistemas tradicionais para uma empresa. E o SEL82 foi um sucesso de vendas. Alias, foi um dos primeiros computadores de 32 bits, ideais para controle de processos em tempo real. Na ocasião eram baratos, da ordem de US$ 100,000.00.

E Mr. Randolf e eu nos tornamos amigos, de vez enquanto velejamos juntos, etc. Mesmo assim, eu voltei para o Brasil, por problemas particulares.

Mas eu voltei aos Estados Unidos algum tempo depois, propondo-lhe a instalação de uma fabrica da SEL em associação com a J.C. Melo Computadores e ele aceitou, e nessa ocasião fiquei 2 meses na SEL (Março e Abril de 1971) por esse motivo.

O Board of Directors da SEL ja havia decidido a instalação da fábrica no Brasil, dependendo de uma verificação local das reais intenções do Governo Brasileiro.

Haviamos estabelecido que a fábrica poderia estar instalada em Fevereiro de 1972, ou seja, todos os setores da SEL (fmanceiro, técnico, etc.) ja haviam concordado com essa data.

Passamos então a obvia segunda parte do plano, ou sejam os contactos com o Governo Brasileiro. E Mr. Gus escolheu um dos seus Diretores, Mr. Armando Cuesta, para comigo vir ao Brasil e, durante algumas semanas, acompanhar-me nas entrevistas com o Governo Brasileiro.

Logo ao chegarmos (Abril de 1971) dirigimo-nos ao Comandante Mario Guaranys, da Diretoria de Eletronica da Marinha, na ocasião o interlocutor valido. E dele ouvimos que o Governo não poderia aceitar a SEL, pois embora não oficial a Ferranti inglesa já havia sido escolhida, o Governo não poderia aceitar a J.C.Melo, pois embora não oficial a EE Equipamentos Eletronicos já havia sido escolhida para ser a sócia nacional da Ferranti e do próprio Governo. E que não aprovariam uma 2a industria, pois o mercado so suportaria uma.

Essa era a decisão do Governo. A primeira era um erro técnico, a segunda era uma proteção a firma EE Equipamentos Eletronicos diga-se de passagem idonea, mas a terceira, essa sim era grave pois era o GOSPLAN em ação.

Argumentei que o modelo FM1600B da Ferranti era exclusivamente militar, que era adequado para as fragatas que estavam sendo construídas no Reino

Unido mas que o plano de usar o referido modelo nas áreas comercial e industrial era inviavel pois ninguem iria pagar mais por um computador militarizado e sem os softwares requeridos pelo mercado. Ele não acreditou, como alias toda a Marinha, a propria EE, o BNDE, etc.

Aquilo pareceu ao Mr. Cuesta e a mim uma decisão tão errada que resolvemos falar com o engenheiro Damasceno então diretor e um dos donos da EE, o qual eu já conhecia. E nos dois passamos uma tarde inteira tentando convence-lo que o plano era inviável, pois o FM1600B não seria vendido fora da Marinha e ninguém iria fazer uma fábrica para fornecer somente uma dúzia de computadores. Não tivemos exito. No mês seguinte a EE e a Ferranti entregaram ao Governo uma proposta intitulada Plano Integrado para Projetos de Computador Nacional e Para Suporte de Sistemas Digitais Navais. Somente 6 meses após, praticamente no fim do ano, é que acreditaram que eu tinha razão pois a proposta não foi aprovada, e dois representantes do GTE foram ao exterior procurar outro socio extrangeiro.

Mr. Cuesta e eu voltamos aos Estados Unidos e entregamos ao Board of Directors da SEL um amplo relatorio das entrevistas, com a recomendação da fábrica não ser instalada no Brasil. O que mais assustou a Mr. Randolph foi a dependência da futura fábrica ao Governo, pois ele não aceitava a ideia de que necessitaria de uma "permissao" do Governo Brasileiro para, associado a J.C. Melo uma empresa brasileira que teria 33% das ações e imstalar uma sofisticada fábrica de computadores do Brasil. O modelo que seria fabricado era o 82, que era usado pela NASA e Forças Armadas dos Estados Unidos, mas também pela indústria e comércio.

Foi o primeiro golpe que eu sofri do GOSPLAN da informatica, o que me abalou pois, afinal, eu poderia ter realizado meu sonho de 1953, e principalmente eu intuí que se aquilo tinha acontecido iria acontecer daí para diante com novas iniciativas minhas pois eu não iria abandonar o meu principal objetivo.

Ou seja, eu intui que estava em rota de colisão com o Governo militar, e os anos posteriores comprovaram que eu havia intuído certo, pois eu nunca aceitaria aquela decisão de que não aprovariam "outras" fabricas.

Um pais sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, rejeitando uma associação de empresa brasileira e extrangeira para instalarem-se no pais.

# CAP19
# A PROIBICAO DA INSTALACAO DA MINHA FABRICA EM CURITIBA

Narremos agora sobre a proibição (atravas da um telex oficial) de que a J.C. Melo se instalasse na Cidade Industrial de Curitlba, associada com a grande TRW Controls norte-americana.

A TRW era a maior fabricante da satelites dos Estados Unidos e considerada uma das expoentes no setor de controle de processos em tempo real (com seus proprlos computadores), e tinha 300.000 empregados. Uma das suas 80 empresas (a TRW Controla) era uma empresa de elite em controles de trens e metros em tempo real, como exemplos a grande ferrovia Southern Pacific, o metro de Washington, o metro de São Francisco, etc., uma potencia tecnologica. Alem de uma empresa lider em quaisquer controles DAS ou DDC.

Eu ja conhecia a TRW Controls, por ocasião do caso do Bart (Bart é "Basic Area Rapid Transit"), o metro de São Francisco que atravessa o mar mais ou menos embaixo da ponte Golden Gate e segue na Bay Area. Ha uns 40 anos o Bart enfrentou uns seis processos na Justica de São Francisco (Municipalidade <--> Betchel, Municipalidade <--> TRW, Betchel <--> TRW), e todos eles envolvendo um software de milhões de dolares. A Betchel respondeu a Municipalidade: "Voce me mandou cartas modificando o projeto inicial". A TRW dizia: "Eu so cumpri um work statement com suas especificações." E a Municipalidade dizia: "Se conhecessemos metros, não precisariamos contratar a Betchel." E tudo aparecia na imprensa. Era um controle automatico para um metro, então o mais avancado do mundo, um sistema DDC que nenhum metro possuia na ocasião. A municipalidade de São Francisco contratou a Betchel, uma das maiores empresas de engenharia consultiva do mundo, para fazer o seu projeto. Relativo ao sistema de controle, um software tipo DDC Direct Digital Control, a TRW Controls venceu a concorrencia, uma companhia com 300.000

empregados e de grande reputação tecnologica e que ja tinha feito os softwares de controle dos metros de Chicago e de Washington. E por causa do fracasso operacional inicial do Bart, todos necessitavam justificar-se aos seus superiores. A Municipalidade aos seus eleitores, a Betchel e a TRW aos seus acionistas. Dizendo-o de outra maneira, todos se justificavam indo para a Justica. Mas tudo era sobre uma coisa chamada software.

O metro fora carissimo, e ademais para uma area de altissimo padrão de vida (a Bay Area, o tambem chamado Silicon Valley) Por causa disso, o seu despacho automatico (das composições) deveria ser a cada 1 minuto em algumas horas de pico. Mas na operação inicial, foi de varios minutos, o que inviabilizaria todas as suas projeções financeiras. E esse 1 minuto era um item que constava de todos os contratos originais.

Diante do caso ja publico, a Municipalidade resolveu contratar 3 tecnicos todos extrangeiros pois seria complicado contratar tecnicos norte-americanos (em controle DDC, em tempo real) sem previas relações profissionais diretas ou indiretas com a Betchel ou com a TRW. E foram contratados eu, um ingles e um alemao. Não para entrarmos no merito da questão e acharmos o responsavel, mas para relatar o que estava acontecendo e suas possiveis causas. Trabalhamos um mes nos escritorios do Bart, juntos com os tecnicos das 3 partes, e entregamos o relatorio final e nos desligamos do caso. Embora não fosse nossa obrigação definir responsabilidades, informalmente trocavamos impressões entre todas as partes, e todos concordavamos que era um imenso erro esse sistema (esse software) ter ido a justiça, pois não existia a minima hipotese da justiça (e com sua "pericia" em software) definir as responsabilidades. Ja fora do problema, tempos depois li num jornal que um acordo fora feito, não sabendo qual.

Foi nessa ocasião que conheci a TRW Controls e alguns dos seus diretores, o que facilitou um acordo de associação. Alias, ja naquela epoca eu pensava num socio norte-americano da area.

E tempos depois indo a sua sede em Houston, chegamos a esse acordo de associação e eu seria o Presidente da empresa, e a TRW Controls e a J.C. Melo seriam associadas. Embora ela fabricasse seus proprios computadores não o faria no Brasil ate por uma questão de economia de escala, e a J.C. Melo usaria todas as suas instalações industriais para somente fabricar computadores. A sua vinda para o Brasil representaria uma "fantastica" instalação industrial, A PRIMEIRA NO BRASIL DESSE NIVEL, e

com muitos metodos industriais da area de informatica inexistentes no Brasil. Nem a fabrica IBM no Brasil tinha esse nivel industrial.

Esta é mais uma prova juridica das pressões/perseguições que continuadamente eu sofri.

Um seu Vice-Presidente, Mr. Gene Jarvis, veio ao Brasil para a implantação dessa fabrica, e fomos a Curitiba, pois a sua Cidade Industrial ja havia sido escolhida pela TRW Controls. Curitiba logo foi escolhida por que não representava a "ebulição" industrial e dos empregados de São Paulo.

Em Curitiba fomos recebidos por seu então Presidente (Dr. Cassio Taniguchi, depois prefeito de Curitiba), para as tratativas da instalação da nova fabrica da J.C. Melo associada com a TRW Controls norte-americana. Inclusive o local ja havia sido escolhido, ou seja o terreno exatamente defronte do terreno da fabrica da Siemens.

Foi quando o Dr. Cassio, muito constrangido pois ele ja havia conhecido, pelo projeto, as ineditas instalações tecnicas que iriam para a sua Cidade Industrial, nos mostrou um telex (oficial) determinando que qualquer instalação de fabrica de computadores no Brasil estaria sujeita a uma previa autorização do Governo. A TRW não iria fabricar computadores no Brasil, somente sistemas (como o unico sistema DDC de controle de metros no mundo que ela fabricou para o Bart de São Francisco).

Resumindo, a TRW somente fabricaria seus sistemas de controle com seus computadores importados, eu seria seu Presidente e tambem em troca usaria a sua muito aparelhada fabrica para fabricar meus computadores. Portanto, não existiria nenhuma fabrica extrangeira fabricando computadores no Brasil.

Um sofisma, somente para bloqueiar a referida instalação. E a TRW Controls desistiu dessa fabrica no Brasil.

Esse telex, considerando a potencia tecnologica da TRW e as instalações industriais que seriam feitas em Curitiba certamente foi outro crime de Lesa Patria.

# CAP20
# O KAFKA BRASILEIRO: AS PROIBIDAS FABRICAS DE ALTA TECNOLOGIA

**Neste milenio digital todos sabemos que a tecnologia da informatica provavelmente sera a joia da coroa de qualquer pais, um bem super valorizado e principalmente fundamental sob varias aspectos, como vimos em quase todos os capitulos deste book 2.**

**Por isso, não é logico e normal um pais rejeitar essa joia da coroa se uma industria extrangeira do setor quizer associar-se com uma idem nacional visando a instalação de uma fabrica conjunta no Brasil. Nesse caso, muito necessitaremos "ir la" e trabalhosamente "convence-la" do quanto isso seria importante, repito convence-la por necessitarmos visceralmente dessas associações. Isso é o que fara qualquer pais que não esteja deitado eternamente num berco explendido.**

**Responsabilidade social:**

**Evidentemente é natural um pais se proteger e proteger as suas industrias, criando instrumentos estabelendo limites de diversas formas nesses tipos de associações, por exemplo como devera ser essa transferencia de tecnologia, como devera ser o seu controle acionario e muitas outras proteções conhecidas em muitos importantes paises. Isso tem um nome, responsabilidade social.**

**A responsabilidade social é um quadro ético e sugere que um Governo tenha a obrigação de agir em benefício da sociedade em geral. A responsabilidade social é um dever que todos os Governos devem ter para manter um equilíbrio entre os seus varios sistemas. Porem o termo "responsável", como no "governo responsavel", requer qualificações de varios tipos, em economia, politica, tecnica, moral e outros etcs.**

Ao proibir essas associações em termos ABSOLUTOS, a primeira conclusão que se chega é que no concernente a tecnologia da informatica neste milenio digital o Governo militar brasileiro atraves das suas agencias controladoras da PNI demonstrou não ter responsabilidade social em no minimo tres campos, economia, tecnologia de informatica e Forcas Armadas.

Alem disso não é natural ou inteligente ou normal "proibir" essas associações. Neste caso o assunto passou a ser um assunto muito conhecido pelo escritor tcheco Franz Kafka. Outra conclusao, esta logica, é que o Governo e o controladores da PNI não leram as essenciais obras de Kafka, "Metamorphosis", "Trial" e "Castle". Se as tivessem lido, teriam compreendido o que é o universo kafkaniano e certamente tentariam evita-lo na sua nati-morta Politica Nacional de Informatica PNI.

A Politica Nacional de Informatica foi um completo absurdo, um pais sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, melhor dizendo para sua sobrevivencia, rejeitando associações de fontes de tecnologia/economia entre empresas extrangeiras e brasileiras, num campo tão fundamental para o pais, com isso declarando oficialmente que não necessita dessa tecnologia de ponta. Evidentemente, parece kafkaniano.

Nos 2 capitulos anteriores CAP18 e CAP19 narrei duas dessas kafkanianas "PROIBICOES" de associações para instalações de fabricas atraves de asociações da J.C. Melo Computadores com duas excepcionais empresas de alta tecnologia, a SEL Systems Engineering Labs e a TRW CONTROLS, a primeira fabricantes de computadores de 32 bits para controles de processos e tradicional fornecedora da NASA e a segunda fabricantes de conhecidos sistemas de controle de processos e com 300.000 empregados.

Mas o absurdo foi adiante e ainda maior, com a sua "legislação" tambem proibindo a J.C. Melo Computadores de implantar fabricas conjuntas com outras duas empresas:

1. DATA GENERAL, dos Estados Unidos, a 2a. maior fabrica de minicomputadores no mundo fabricante do mundialmente famoso Nova-3, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja o anexo C29-a de uma noticia no jornal O Fluminense de 13 Julho 1977,

2. BME BUROSMASCINEN, da Alemanha, tambem fabricante de computadores, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja C29-b de

**Anexo C29-a**

# Data General e Melo iniciam entendimentos sobre associação

A possível associação entre a Data General e o Grupo J.C. Melo, para a produção de minicomputadores no Brasil, começa a ser discutida hoje, nos Estados Unidos, entre a alta direção da empresa norte-americana e o presidente do grupo brasileiro, o empresário João Carlos Melo.

Ele se encontra na América do Norte desde o início da semana para uma série de palestras, tanto no setor privado como em organizações militares, sobre os novos equipamentos que a sua empresa passará a produzir comercialmente nos Estados Unidos já em setembro. Trata-se do microcomputador e da estação remota MIC-1000, projetados a partir do Sistema de Supervisão do avião Boeing-747 e que vêm despertando grande interesse naquele país por serem considerados revolucionários.

A princípio, o presidente do Grupo J. C. Melo pretendia fabricar esses novos equipamentos aqui no Brasil e, sob regime de "draw-back", exportá-los para todo o mundo, gerando, segundo ele, "divisas de dezenas de milhões de dólares, numa estimativa pessimista". Porém, por considerar que a área de computação no país é virtualmente política", decidiu antecipar a fabricação industrial da estação remota nos Estados Unidos para dentro de 45 dias.

No momento, nove protótipos do microcomputador e da estação remota estão sendo testados naquele país por grandes empresas, como a fábrica de aviões Boeing e a companhia Southern Pacific, além de organizações militares. O empresário explicou que pela primeira vez no mundo conseguiu-se colocar, industrialmente, numa placa de circuito impresso extremamente reduzida, toda uma Remota em LSI, com computador, memórias, dois interfaces de comunicações assíncronas, 16 entradas analógicas, 24 entradas on-off com isolamento ótico e 12 saídas on-off de 400 mA cada uma em estado sólido, com sofisticado código de detecção de erro programado em hardware.

— O resultado alcançado foi tão importante que começa a ser comparado, naquele país, ao impacto do computador doméstico, afirmou João Carlos Melo, que sexta-feira estará falando para técnicos militares norte-americanos, em Washington, sobre as vantagens da utilização dos novos equipamentos em aviões, tanques, mísseis e navios. Dos Estados Unidos, o empresário brasileiro seguirá direto para Berlim, onde entrará em contato com a diretoria da BME-Burosmaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática Alemã, quando também discutirá as possibilidades de associação para a produção de minicomputadores no Brasil.

**Anexo C29-b**

# Minicomputador: uma associação?

O vice-presidente da Data General, Jim Campbell, manteve contato ontem, no Rio, com o empresário João Carlos Melo, presidente do Grupo J. C. Melo, convidando-o para ir aos Estados Unidos discutir uma possível sociedade entre as duas empresas, visando à produção de minicomputadores no Brasil, dentro da resolução baixada pela Capre — Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico.

A Data General é a segunda maior fabricante mundial de minicomputadores e o Grupo J. C. Melo o primeiro fabricante dos mini no Brasil. A Data General está entre as duas dezenas de firmas que, desde 1970, vêm demonstrando interesse de se instalarem no País.

O empresário João Carlos Melo também foi convidado para ir a Berlim, onde discutirá uma outra possibilidade de associação com a alta direção da BME — Buromaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática da Alemanha. Este convite foi feito por Frank Seiffert, diretor geral da empresa alemã.

# CAP21
# O CRIME DE LESA PATRIA

Primeiro, é ironico mencionar que o Governo militar ajudando ao Sr. Maksoud "tomar" a minha empresa o que depois a matou como muito previsto, impossibilitou um fato que seria de grande importancia para o Brasil, pois o computador naturalmente seguinte ao MC-9700 seria (em mais 3 ou 4 anos) obviamente um computador maior ao nivel minimo do campeão mundial de vendas, o modelo IBM 360 ou o seguinte 370.

Ha 40 anos ou mais atras, somente os Estados Unidos fabricavam um computador ao nivel do famoso 360 ou seu sucessor 370, nem o Reino Unido, a Franca ou a Alemanha. Imaginem o imenso beneficio que isso poderia ter causado ao Brasil aquela epoca e principalmente nos seguintes 40 anos.

Lembro-me que o meu velho amigo engenheiro Robeli Libero, Presidente da IBM Brasil (posteriormente membro do Board mundial da IBM nos Estados Unidos) num almoco me disse: "O meu receio não é o MC-9700, mas o que ele diz pois o seu natural passo seguinte so podera ser um 360."(sic) O iconico 360 era o principal produto da gigante IBM, no mundo inteiro. Alem disso o Robeli sabia que eu poderia fazer um IBM basico com microprogramação e que ele poderia ter muitos softwares compativeis originarios de outras empresas na Europa e nos Estados Unidos (inclusive ate um sistema operacional para o IBM 360), portanto que tecnicamente nada impediria que eu fazesse esse natural avanço em alguns poucos anos.

Fantasticamente seria so hardware para a J.C. Melo/Sisco dar ao Brasil um 360 brasileiro sem necessitar desenvolver o grande software necessario para o 360, bastante disponivel no primeiro mundo. Quanto ao hardware, a J.C. Melo/Sisco ja tinha excelentes experiencias com os computadores

anteriores, o MB-8000 e o MC-9700, que eram microprogramados.

E eu lhe respondi: "A IBM não deve se preocupar com um meu 360 e ademais como sabes esse pessoal é tão desinformado que isso vai durar muito pouco, e como tambem sabes eu não preciso deles. Ademais eu não posso ganhar do seu Almaden, talvez so em preco."(sic) Almaden era (na epoca e hoje) o maior laboratorio de informatica do mundo (foi la que nasceu o PC) com 1.200 engenheiros so nas pesquisas, mas a IBM hoje tem 3.000 pesquisadores em outras partes do mundo.

Então era voz corrente que o principal objetivo da PNI era fechar a IBM e a Burroughs no Brasil. Os esquerdistas desinformados defensores da PNI na Camara de Deputados não faziam segredo desse objetivo nos seus comentarios.

Eu não tenho a menor duvida de que a maior "desgraça" causada pelo Governo militar de então com as suas incriveis Politica Nacional de Informatica PNI e Reserva de Mercado dos computadores e afins, foi ironicamente que a "tomada" da minha fabrica J.C. Melo/Sisco pelo Sr. Maksoud criminalmente ajudado pelo mesmo Governo, como muito previ terminou por fecha-la. Veja o capitulo CAP03 sobre essa criminosa "tomada".

Eu conhecia as entranhas da J.C. Melo/Sisco como ninguem, eu a fundei durante 10 anos, a criei, a dirigi, e conhecia muito bem as perigosas personalidade do Sr. Maksoud e a sua completa ignorancia sobre como uma industria de hardware/software deveria ser dirigida. E era bem visivel que o seu fechamento seria somente uma questao de tempo.

A morte da J.C. Melo/Sisco, por mim bastante esperada, prevista e anunciada, gerou os muitos efeitos colaterais negativos descritos neste livro, porem o maior deles foi impedir que entre 3 a 4 anos ela fabricasse um computador similar e compativel com o grande iconico 360 da IBM, seu maior carro chefe no mundo inteiro, deixando claro que não estou me referindo a provaveis ignorancias tecnicas de todos os meus empregados e gestores.

Ao fabricar o modelo MC-9700, um computador medio (Veja o capitulo 16), o proximo passo natural seria fabricar um similar ao grande 360 da IBM, na sua versão minima modelo 30.

A sua fabricação seria um passo natural, por dois motivos:

1. Software

Não haveria necessidade de desenvolver qualquer software, pois existim centenas de empresas em todo o mundo esoecializadas em desenvolver esses softwares para o 360, geralmente "melhores" do que os da IBM para poderem ser vendidos aos seus clientes. Ate do sistema operacional do 360 ja existiam dois softwares disponiveis.

2. Hardware

O meu computador MB-8000 era microprogramado, desde o seu inicio. Antes de fabrica-lo, eu passei duas semanas na California para adquirir essa tecnologia. E porisso, como era do conhecimento de toda a classe de informatica do Brasil, ele executava qualquer programa escrito para o minicomputador Nova-3 da Data General, o segundo maior vendido do mundo, alias essa era a principal vantagem do MB-8000 para explicar a razão da sua grande venda. Como, por exemplo, o famoso Blis-Cobol, um Cobol multi-usuario executado tanto no MB-8000 quanto no Nova-3. E tambem no MC-9700.

Como o Governo brasileiro, atraves da sua agencia "controladora" da informatica nacional nao sabia o que era microprogramacao, um dos seus mantras contra a J.C. Melo/Sisco era que ela copiava o Nova-3. Bem, eu so sou responsavel por minhas ignorancias e nao as dos outros. Mas o Governo militar isso fazendo, demonstrava a toda a area de informatica do Brasil que ele nao sabia o que era microprogamacao e por extensao o que estava "controlando". Mais um tiro no pe.

E os MB-8000 e medio MC-9700 eram microprogramados. E, por coincidencia, o IBM 360 tambem, uma microprogramacao nominada por ela de "microcode".

Para compreeender como não seria uma tarefa gigantesca e "impossivel" fabricar um 360 e portanto muito provavel termina-la em poucos anos depois de fabricar os MB-8000 e MC-9700 micrognamados como eu fiz, necessitarei explicar melhor este assunto.

Normalmente, tanto os computadores antigos quanto os novos nao usam microprogramação. Todos eles tem um circuito eletronico especifico para performar uma função especifica, por exemplo se a função es um AND esse AND tem o seu hardware especifico, se es DELETE idem, se es COPIAR idem, e assim por diante. Hoje, um computador "normal" tem 1000 ou mais dessas funcoes especificas, que são conhecidas como o conjunto de instruções de um computador. E escrevendo (codificando) um programa ou algoritmo que voce deseje combinando essas instruções, voce cria a funcao de transferencia desejada. Como se esse

codigo fosse a lingua na qual voce esta escrevendo.

A microprogramação es completamente diferente, no computador microprogramado existe uma memoria especial (ROM, read only memory) que voce não ve ou tem acesso, e nela o fabricante programa/coloca uma especie de micro-instrução, uma para a instrução AND, outra para DELETE, outra para COPIAR, etc, e o efeito resultante es o mesmo dessas mesmas instruções em hardware.

Na realidade, projetar um computador microprogramado obedecendo as codigo de instruções de outro computador, es mais complexo e demorado do que um "normal" em hardware, pois voce projetista sera obrigado a criar (na ROM) as instruções do outro computador ou seja não teria a liberdade de criar as instruções que voce quizer. E se voce criar instruções de maquina diferentes, não usara quaisquer softwares disponiveis e tera que desenvolve-los, o que em tempo lhe custara não sei quantas milhares de vezes mais. Neste caso voce criaria um hardware de um computador em um ano ou dois, e depois mais 30 anos para o seu software. Alias, foi isso que tentou fazer a incrivel Politica Nacional de Informatica ha 40 anos, com os computadores G10 e G11 feitos pela Universidade de Sao Paulo.

Bem, como eu ja disse adquiri essa tecnologia da microprogramação na California e com ela fabriquei o MB-8000 e o MC-9700, ambas usando o codigo de instruções do famoso Nova-3.

Voltando ao futuro 360 da J.C. Melo/Sisco, seria necessario projetar/fabricar o seu hardware microprogramado, um projeto de aproximadamente um a dois anos, e mais dois a tres para criar a sua microprogramação na ROM, seus debugs, testes finais, I/Os, etc. Em resumo a J.C. Melo/Sisco em tres a quatro anos ja estaria lancando o seu 360 na sua versão minima.

E o brasileiro 360 ja existia totalmente na minha mente.

Seria o primeiro pais do terceiro mundo a faze-lo e passando a frente de alguns do primeiro.

Com a "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco por um empresario com a absoluta ajuda do Governo militar de então o que como previsto causou o seu fechamento poucos anos depois, me "tomaram" US$ 25 milhoes e terminei sendo obrigado a ir para o exterior, mas es impensavel estimar os efeitos negativos por o Brasil não ter fabricado um 360 brasileiro ou o seu sucessor IBM 370 ou outros durante esses 40 anos.

E ele seria exportavel, por causa do obvio preco menor do que o 360 da IBM. Talvez cinco vezes menos. O 360 da IBM era o seu carro chefe no mundo inteiro, nem sei quantas dezenas ou centenas de milhares foram alugados, e os preços da J.C. Melo/Sisco seriam bem menores por causa do imenso overhead que a IBM es obrigada a colocar.

O sucesso financeiro desse 360 da J.C. Melo/Sisco seria muito grande, pois em todo o mundo a IBM não vendia computadores e sim os alugava, normalmente a precos altos por causa do seu altissimo overhead resultante dos seus servicos tecnicos e desenvolvimentos de grande qualidade. E logicamente todas as empresas nacionais ou extrangeiras, fariam os seus calculos e veriam que comprar um 360 da J.C. Melo/Sisco seria o equivalente a alugar um 360 da IBM por X anos.

Evidentemente, isso obrigaria a J.C. Melo/Sisco a aumentar a sua estrutura de servicos tecnicos e administração e alguns problemas tecnicos mais faceis, como os I/O para os perifericos de varios fabricantes, etc. Porem nada muito complexo ou excessivamente demorado.

Sem a menor duvida, pelas suas consequencias em todos esses 40 anos e principalmente no futuro, foi um crime de Lesa Patria. Num regime mais "duro", como na China ou na Russia, seus responsaveis possivelmente seriam presos ou executados.

Quem ira ressarcir o Brasil, por este crime de lesa patria?